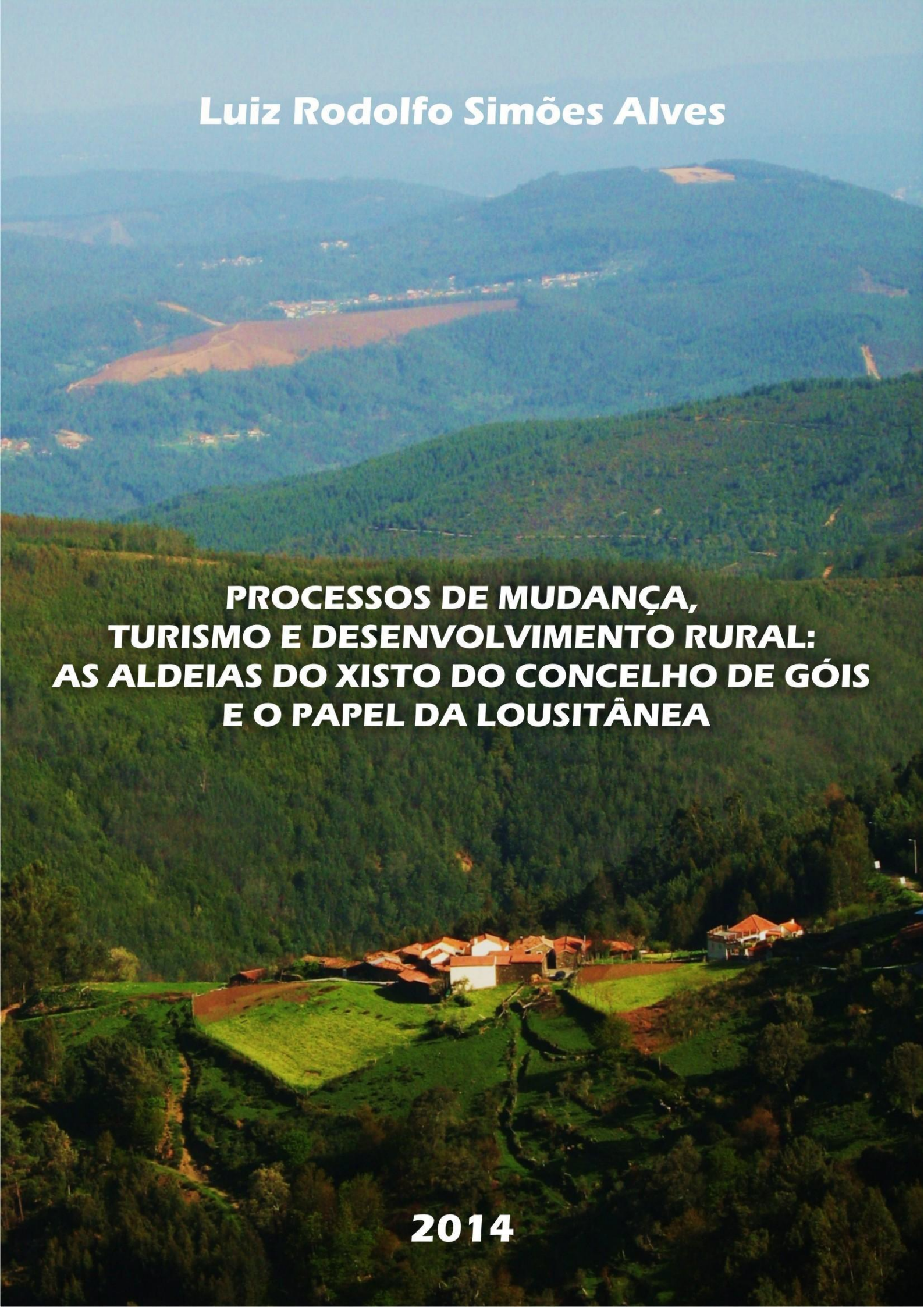
Luiz Rodolfo Simões Alves



PROCESSOS DE MUDANÇA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL: AS ALDEIAS DO XISTO DO CONCELHO DE GÓIS E O PAPEL DA LOUSITÂNEA

2014

Luiz Alves

Processos de mudança, turismo e desenvolvimento rural: as Aldeias do Xisto do concelho de Góis e o papel da Lousitânea

2014

FICHA TÉCNICA:

Título: Processos de mudança, turismo e desenvolvimento rural: as Aldeias do Xisto do concelho de Góis e o papel da Lousitânea
Autor: Luiz Rodolfo Simões Alves
Infografia: Autor
Fotografia da Capa: Aigra Nova - Jorge Lucas
Edição: EUMED (Universidade de Málaga – Espanha)
Copyright: © Autor
Nº. Registo:
ISBN-14

Prefácio

A Geografia de Coimbra tem uma presença muito visível nos processos de investigação científica da Cordilheira Central Portuguesa, designadamente o conjunto definido pelo alinhamento Estrela/Açor/Lousã, de que resultaram inúmeros trabalhos publicados em Portugal e no estrangeiro alusivos a temáticas tão variadas como, por exemplo, a geomorfologia, o desenvolvimento rural, o lazer ou o turismo.

Luiz Alves, natural do concelho de Góis, escolheu o Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra para realizar o seu percurso académico que culminou, até ao momento, com a obtenção do grau de Mestre em Geografia Humana (Ordenamento do Território e Desenvolvimento) na sequência da dissertação "Processos de Mudança, Turismo e Desenvolvimento Rural: as Aldeias do Xisto do Concelho de Góis e o Papel da Lousitânea" (355 páginas), defendida em provas públicas no dia 17 de outubro de 2013 e aprovada por unanimidade com a classificação de dezoito valores.

Trata-se de uma investigação onde se reflete a propósito da relevância do lazer e turismo para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais de montanha, em ligação aos recursos endógenos nomeadamente o património cultural, com a particular importância de realizar uma análise integrada de escala regional (com a valorização da Rede das Aldeias do Xisto) e apresentar um estudo de caso muito aprofundado com enfoque no município de Góis, em que analisou de forma crítica as intervenções nas aldeias de Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena, bem como enfatizou o papel da Lousitânea (Liga de Amigos da Serra da Lousã) enquanto agente de desenvolvimento local.

O modo como tratou o tema e o apresenta na sua dissertação conferem-lhe a qualidade para ser publicada e constituir um instrumento de trabalho muito relevante para outros investigadores/técnicos, assim como configura um documento acessível para um público mais diversificado que tem interesse em conhecer/compreender as dinâmicas dos espaços rurais/montanhosos e a importância dos recursos e produtos turísticos em Góis e na Rede das Aldeias do Xisto.

Ao mesmo tempo, Luiz Alves tem desenvolvido (de forma autónoma ou em parceria) outras tarefas de enorme importância para o conhecimento e a divulgação de Góis, do Vale do Ceira e da Serra da Lousã, designadamente trabalhos escritos como,

por exemplo, “Os Penedos de Góis – Geomorfologia, Geologia e Paisagem: a importância de classificar o Património Natural” (2012, em colaboração com Bruna Cordeiro) – , comunicações em eventos científicos e culturais, publicações em revistas nacionais e internacionais, para além do envolvimento e do papel decisivo na organização e concretização de eventos como o “Colóquio Penedos de Góis” (Aigra Nova, dezembro de 2012), a “1ª Conferência sobre a Serra da Lousã” (Góis, junho de 2013) e a “2ª Conferência sobre a Serra da Lousã (Castanheira de Pêra, junho de 2014) – que estão na génese da dinâmica que permitiu constituir a Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã.

Que o exemplo de competência científica, dedicação e entusiasmo do Luiz Alves, projetado na excelência deste trabalho e em tantas outras tarefas já desenvolvidas em Góis e na Serra da Lousã, seja reconhecido e capaz de gerar novas oportunidades, quer no âmbito académico, quer no plano profissional.

Coimbra, 5 de novembro de 2014.

Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Departamento de Geografia e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra (Portugal)

Resumo

Os espaços rurais têm conhecido, ao longo das décadas, etapas diferenciadas para as quais foram definidas várias políticas, instrumentos e iniciativas por parte da União Europeia, com enfoques igualmente diferenciados. Desde a Nova Política Agrícola Comum, que têm sido delineadas e colocadas em prática uma série de propostas e iniciativas que atendem às diversas funções do meio rural, com o intuito de estimular e fomentar o espírito da multifuncionalidade dos territórios rurais. Pretende-se promover uma transição da versão "produtivista e economicista" para uma fase onde se salientam as óticas territorialistas, com uma forte consciência ambiental, relevando a importância da sociedade rural, mediante a valorização dos seus múltiplos recursos, numa visão sustentável, integradora e onde a instituição de redes se revela fundamental para o desenvolvimento dos territórios, promovendo as novas funções e utilizações (industriais, energéticas, residenciais, recreativas, turísticas, entre outras).

Deixando a exclusividade da função de produção alicerçada na visão agro-silvo-pastoril, que prevaleceu durante largas décadas, aos espaços rurais começa a ser atribuída uma representação estética, lúdica e edílica pelos novos protagonistas e intervenientes urbanos e institucionais, com uma visão e metas de conceção do território rural transversalmente antagónicas às que tradicionalmente eram dirigidas a esses espaços.

Na fruição deste contexto de mutação, os novos usos e produtos associados ao turismo e aos lazeres têm-se assumido como uma oportunidade para a revitalização destes territórios, dotando e diversificando a sua economia local, capacitando um aumento da qualidade de vida das populações, valorizando os seus recursos endógenos, num contexto simbiótico de sustentabilidade.

Face a todas estas metamorfoses do tecido, da estrutura, dos contextos territoriais e das novas formas de atuação e agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento dos espaços rurais (e dos domínios de montanha), as dinâmicas que têm sido induzidas nestes meios fazem crescer, de forma significativa o interesse da investigação científica por estes territórios.

A Rede das Aldeias do Xisto (Centro de Portugal) assume-se como um exemplo relevante, e que importa investigar no âmbito da sua implementação e dos resultados obtidos com as intervenções públicas neste contexto. Dentro da Rede individualizamos de forma aprofundada as intervenções realizadas e as dinâmicas induzidas pelo Projeto

das Aldeias do Xisto num contexto geográfico muito particular: as Aldeias do Xisto do concelho de Góis. Pretendemos, assim, analisar os processos de mudança, as dinâmicas induzidas, a implementação e execução das políticas públicas e, de forma diferenciada, a atuação da Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, uma Associação de Desenvolvimento Local, demonstrando os seus âmbitos e áreas de atuação, as suas valências e a sua preponderância na revitalização de quatro lugares serranos, em particular e, no geral, dos contextos territoriais da sua proximidade e influência (concelho de Góis, Serra da Lousã, Região Centro, Território das Aldeias do Xisto).

O quadro concetual desta investigação ambiciona explanar as principais tendências evolutivas dos espaços rurais, a forma como as políticas públicas têm tido impacto nestes territórios, e de como as entidades de âmbito local podem ser fundamentais nos processos de revitalização, a vários níveis (económico, social, demográfico, entre outros), dos espaços rurais e dos ambientes de montanha, servindo as análises concebidas para melhor compreender as dinâmicas territoriais destes lugares, tirando daqui conclusões e exemplos que possam servir de referências para outros programas e políticas de intervenção.

Abstract

Rural areas have known over the decades, different stages have been defined for different policies, instruments and initiatives by the European Union, with equally differentiated approaches. Since the new Common Agricultural Policy, which have been outlined and put into practice a number of proposals and initiatives that meet diverse functions of rural areas, in order to encourage and foster the spirit of the multifunctionality of rural territories. It is intended will promote a transition version "productivist and economistic" to a stage where salient the territorialists with a strong environmental awareness, emphasing the importance of rural society by its multiple resources in a sustainable vision, integrative and where the instituting of nets are fundamental to the development of the territories, promoting the new functions and uses (industrial, energy, residential, recreational, tourism, among others).

Leaving the exclusivity of production function grounded in the vision agro-forestry-pastoral, that prevailed for many decades, the rural areas begins to be assigned an aesthetic representation, playful and idyllic by new stakeholders and urban intervenients and institutional, with a vision and goals of the conception of rural territories opposing to that traditionally were directed to those spaces.

The fruition in this mutation context, the new uses and products associated with tourism and recreations have been taken as an opportunity to revitalization these territories, endowing and diversifying the local economy, enabling an increase in the quality of life of populations, valuing their local resources, in the context of symbiotic sustainability.

Face all these metamorphoses of the tissue, of the structure, of territorial contexts and the new ways of acting and actors involved in the processes of development of rural zones (and mountain domains), the dynamics that have been induced in these media make them grow, form meaningful the interest in scientific research into these territories.

The Network Schist Villages (Central Portugal) is assumed as a relevant example, what matters investigate in the scope its implementation and of the results obtained from the public interventions in this context. Inside the Network individuate in detail the interventions and the dynamics induced by the Schist Villages Project very particular geographical context: the Schist Villages of the County of Gois. We intend, therefore, to analyze the processes of change, the dynamics induced,the implementation

and execution of public policy and, differently, the performance of Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, a Local Development Association, demonstrating their scopes and areas of acting, their valences and their preponderance in revitalizing of four places *serranos*, in particular and, in general, the territorial contexts of its proximity and influence (County of Gois, Lousã Mountains, Central Region, Territory of Schist Villages).

The conceptual framework of this research aims to explain the main evolutionary trends of rural areas, how public policies have had an impact in these areas, and how the local entities can be instrumental in revitalization processes at various levels (economic, social, demographic, among others), the rural areas and mountain environments, serving the analyzes designed to better understand the regional dynamics of these places, drawing conclusions and examples that can serve as references for other programs and policy interventions.

Agradecimentos

A elaboração de uma dissertação de Mestrado ainda que consubstanciada pela sua finalidade académica como um trabalho individual e solitário, é indissociável de contributos de diversas ordens e proveniências que, em momento algum, podem ser esquecidos. O resultado final é, na verdade, além do intenso trabalho individual, uma súmula de empenho, esforço, carinho e dedicação de várias pessoas e entidades que tanto e tão bem contribuíram para os resultados expressos nesta dissertação.

Assim, não posso deixar de expressar o meu sincero agradecimento às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta investigação, nas suas diversas fases.

Endereço, então, as minhas palavras de apreço e gratidão para todos quantos colaboraram em todo o percurso traçado e percorrido ao longo desta investigação:

Em primeiro, quero agradecer ao Professor Doutor Paulo Carvalho Tomás, orientador da dissertação, por ter aceite este desafio, pela competência e rigor científico, pelo incentivo, dedicação, total disponibilidade, simpatia e paciência com que sempre me acolheu, pela orientação, partilha do seu saber e experiência e sugestões sempre pertinentes. Acima de tudo, muito obrigado pela amizade e disponibilidade ininterruptamente demonstrada.

À Câmara Municipal de Góis, na pessoa da Sr.ª. Presidente da Câmara Dr.ª. Maria de Lurdes Castanheira pelo apoio e por me permitir total acesso à documentação relativa ao projeto do Programa das Aldeias do Xisto no concelho de Góis.

À Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, na pessoa do Sr. Presidente da Associação Dr. Paulo Silva, pelo total apoio e possibilidade de acesso aos vários arquivos e documentação relativa à atuação da Lousitânea, esperando que este trabalho dignifique e represente a realidade da Associação.

À ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, na pessoa do Sr. Coordenador da Agência Dr. Rui Simão pela disponibilidade e interesse demonstrado nesta investigação e pela cedência de dados muito importantes para o cumprimento de um dos desígnios a que nos propusemos nesta dissertação.

À ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, na pessoa do Sr. Presidente da Associação Dr. Miguel Ventura pela disponibilidade e informações disponibilizadas.

Ao Jorge Lucas por todo o apoio incansável no tratamento da informação relativa às representações cartográficas na base das plantas das Aldeias do Xisto do concelho de Góis, por ter permitido acesso ao seu acervo fotográfico, pela amizade, pelo acompanhamento, disponibilidade, entusiasmo e momentos de troca de ideias muito pertinentes para esta investigação.

Aos habitantes das Aldeias do Xisto do concelho de Góis, pelo apoio e disponibilidade sempre demonstrada no acompanhamento efetuado no decorrer do trabalho de campo, ao Sr. Manuel Claro e Sr. Diamantino Simões (Aigra Nova), à Alexandra Claro (Aigra Velha), à Sr.ª. Maria do Céu e à Sr.ª. Adelaide Jesus (Comareira) e à Sr.ª. Giselda Neves (Pena).

Uma palavra muito especial para a minha família, particularmente os meus pais e irmã, que sempre me incentivaram a nunca desistir, pela humildade que sempre me transmitiram, pelos ensinamentos e pelo apoio incondicional.

À Bruna Cordeiro, pelo amor, pela força, pelo carinho, pelos contributos que deu a esta investigação e pela forma como sempre acreditou no meu trabalho.

Mais uma vez, a todos os meus sinceros agradecimentos. Um grande bem-haja a todos vós!

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não, do tamanho da minha altura...
Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.

Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu,
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar,
E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.

Alberto Caeiro (1911/1912).
In "O Guardar de Rebanhos – Poema VII".

Lista de siglas e abreviaturas

ADL – Associação de Desenvolvimento Local

ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto

AIBT – Ação Integrada de Base Territorial

AIBT-PI – Ação Integrada de Base Territorial-Pinhal Interior

AMU – Áreas Medianamente Urbanas

APR – Áreas Predominantemente Rurais

APU – Áreas Predominantemente Urbanas

BTT – Bicicleta Todo-o-Terreno

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CLAS – Concelhos Locais de Ação Social

CSF – Comissões Sociais de Freguesia

DAS-TAR – Direção de Serviços da Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais

DGADR – Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

DGOTDU – Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

EEC – Estratégias de Eficiência Coletiva

EU/UE – European Union/União Europeia

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP – Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola

FSE – Fundo Social Europeu

GAL – Gabinete de Ação Local

GPS – Global Positioning System

IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca

INE – Instituto Nacional de Estatística

INTERREG – Iniciativa Comunitária para a Promoção e a Cooperação Transfronteiriça Inter-regional

LEADER – Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Política Agrícola Comum

PAMAF – Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal

PAX – Programa das Aldeias do Xisto

PNPOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

POPH – Programa Operacional Potencial Humano

PORC – Programa Operacional da Região Centro

PPDR – Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RAX – Rede das Aldeias do Xisto

RIME – Regime de Incentivo às Micro Empresas

TER – Turismo em Espaço Rural

TT – Todo-o-Terreno

VAB – Valor Acrescentado Bruto

1. Introdução

1.1. Tema e âmbito da investigação

Aos territórios rurais reconhece-se, de uma forma generalizada, um percurso histórico de mutações constantes da sua estrutura a diversos níveis (económico, social, patrimonial, entre outros) com múltiplas alterações do seu peso e importância quando em comparação com os territórios urbanos (e/ou de sua influência).

Essas vicissitudes são ainda mais notórias, e com uma repercussão muito mais vincada, nas áreas de montanha onde a busca por afirmação clara do seu papel no contexto de desenvolvimento dos territórios tem conhecido várias fases, marcadas por altos e baixos, numa trajetória de mudanças, mais ou menos constantes, sem conseguir uma estabilidade duradoura e a capacidade de se afirmar como um contexto geográfico de valor e de preponderância crucial na coesão dos territórios e no desenvolvimento sustentável dos lugares, regiões e nações.

Simplificadamente podemos atribuir às áreas de montanha em Portugal três grandes fases da sua evolução, organização económica e social e gestão dos seus usos sem que, no entanto, seja possível definir onde começa e acaba cada uma delas, de forma clara porque, até os territórios mais singelos e pequenos na sua dimensão conseguem ser bastante complexos na sua organização, evolução e compreensão. Assim, a etapa mais longa no tempo, remete para a organização tradicional das áreas de montanha, onde a ocupação e organização espacial assentava na "trilogia" agro-silvo-pastoril, com uma predominância indubitável da quase exclusividade do policultivo de subsistência, da pastorícia e da exploração florestal.

A segunda fase, que terá começado em meados dos anos 40/50 do século passado, mediante as especificidades de cada território, induziu um estado de crise traduzindo-se para muitos territórios um golpe de misericórdia nas suas aspirações de sobrevivência e de desenvolvimento. De facto, a crise das atividades tradicionais impulsionou um intenso fenómeno de êxodo rural despindo os lugares de população, enfraquecendo às já debilitadas estruturas económicas, fazendo imergir às áreas de montanha um estado de crise profunda, com usos demasiado tradicionalistas e poucos rentáveis para as exigências vorazes de uma sociedade que começava a entrar no ritmo da globalização.

O início da terceira fase remonta até meados da década de 80 do século XX, um período onde se começa a assumir um papel de preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios e com uma crescente consciência social para questões ambientais com uma forte raiz em movimentos ecologistas diferenciados da atuação massificada da sociedade da época. Esta fase consegue transportar e ver nos territórios de montanha outras funções que extravasam a visão produtivista sem, no entanto, a colocar de parte. Desenha-se, assim, uma nova organização espacial, associada a novos usos, assistindo-se à abertura da montanha em relação aos novos usos e funções e à afirmação de renovados valores relacionados com a paisagem natural e cultural.

Porém, esta terceira fase sofre ainda de uma juvenilidade que não permite aos territórios de montanha um corte com as dificuldades pesadas emanadas pelo seu esquecimento passado. De facto, as dinâmicas económicas fracas, a falta de um mercado de trabalho consistente, conjugada com a rarefação de população e o seu envelhecimento demográfico, aliadas à fragilidade das perspetivas que as suas populações equacionam para as suas vidas e para estes territórios, criam uma situação de bloqueio parcial, tornando todo o processo de desenvolvimento uma tarefa ainda mais complicada para todos os seus múltiplos intervenientes.

À expressão territórios de baixa(s) densidade(s), que tão frequentemente se aplica às áreas de montanha, tem-se tentado sobrepor a expressão territórios de "grandes oportunidades" porque, de facto, falamos de contextos geográficos fortemente debilitados mas que encerram uma panóplia densa de oportunidades alicerçadas nas suas múltiplas riquezas associadas aos novos usos (turismo, lazer, recreio) mas, também, associadas aos "velhos" usos produtivistas sendo certo que, a capacidade de gerir as áreas de montanha através do aproveitamento dos seus múltiplos recursos, e impedindo o seu desenvolvimento apenas alavancado por uma única atividade (como o turismo, por exemplo, tal como aconteceu no passado quando se explorava apenas o valor produtivo das áreas de montanha), levará a uma quarta fase que se espera mais duradoura, sustentada e com um ordenamento prévio e cuidado, de complemento entre setores de atividade, políticas diferenciadas de desenvolvimento e capacidade de gestão.

São vários os sinais que nos levam a crer que a aposta do desenvolvimento dos territórios passará por uma inclusão clara das áreas de montanha na equação. Os incentivos de âmbito local para a atração e fixação de população jovem, passando pela aposta e reforço de políticas e de investimentos públicos (de índole nacional e europeia), pela criação de planos de correção das assimetrias regionais, configuram diversas

medidas, propostas e estratégias com o intuito de minorar e solucionar os problemas dos territórios rurais e de montanha.

Assiste-se, assim, a uma reafirmação destes espaços, com novas dinâmicas onde a multifuncionalidade prima por uma presença ativa na ocupação e distribuição de diversas atividades económicas no espaço, como uma alavanca para a indução de dinâmicas de desenvolvimento, tendo sempre por base o aumento da qualidade de vida, mediante medidas e atuações conducentes com os desígnios de sustentabilidade.

Quanto às políticas e estratégias a adotar, o passar dos anos e os resultados da aplicação de várias políticas, programas, estratégias e instrumentos de desenvolvimento tem demonstrado que, no caso concreto dos espaços rurais, tais ferramentas devem ser ponderadas e aplicadas mediante processos de desenvolvimento *bottom-up*, pela intimidade no conhecimento das especificidades de cada território, em concreto, que esta abordagem permite, procurando sempre elevar o melhor da base local e o contato com outras experiências e o trabalho em rede, mediante a criação de redes de cooperação, fundamentais para que os territórios possam ganhar escala de atuação, permitindo o trabalho em problemas comuns aos lugares constituintes da rede, criando uma dinâmica integradora e coesa.

1.2. Objetivos e metodologias

A presente investigação, apresentada em forma de dissertação, surgiu com o intuito de compreender as dinâmicas de desenvolvimento dos espaços rurais em contexto de montanha e do modo como estes se podem articular através de redes de cooperação para fazer face aos seus constrangimentos e de trabalharem em conjunto para alcançar os desígnios de superação dos seus contextos territoriais bastante debilitados mediante dinâmicas e projetos de desenvolvimento, de base local.

Pretende-se, com esta dissertação, a prossecução de vários objetivos, como sejam a compreensão das dinâmicas territoriais no contexto rural; compreender a evolução dos espaços rurais e, com maior pormenor, o seu momento atual e a importância da multifuncionalidade no seu desenvolvimento; analisar, sistematizar e reconhecer o complexo trajeto de implementação das Políticas Comunitárias de desenvolvimento rural e quais as especificidades do próximo Quadro Comunitário de Apoio; compreender e expor a importância da inclusão e da atuação dos territórios em

redes de cooperação; analisar de forma muito aprofundada o Programa das Aldeias do Xisto e a sua repercussão nos territórios; analisar o contexto socioeconómico do concelho de Góis; avaliar a incidência do referido Programa nas Aldeias do Xisto do concelho de Góis; e estudar, dar a conhecer e relevar o papel da Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, no contexto do desenvolvimento local.

Esta investigação assume um papel diferenciador das várias outras que têm incidido sobre o território das Aldeias do Xisto por abordar de forma integrada várias temáticas já analisadas, como seja o turismo de passeio pedestre e o turismo acessível (TOVAR, 2010; NUNES, 2011); políticas de desenvolvimento (PAIS e GOMES, 2008; CARVALHO, 2006-a); imagem dos lugares e *marketing* territorial (SILVA, 2008; BARROS e GAMA, 2010); papel das redes para o desenvolvimento (MONTEIRO e DEVILLE, 2007; CARVALHO, 2009). Além disso, apresenta na base o intento de conseguir abordar e compreender o impacto das políticas destinadas às Aldeias do Xisto desde 2000 até 2013, territorializando os investimentos e as ações, no geral, e em particular as intervenções levadas a cabo nas Aldeias do Xisto do concelho de Góis, com uma escala de lugares muito interessante, num estudo comparativo entre o previsto nos Planos de Aldeia e o executado na atualidade. Tudo isto em consonância com o exemplo de uma associação de desenvolvimento local e com uma análise aprofundada acerca das suas intervenções, ações e peso no desenvolvimento destes lugares serranos.

Em termos de metodologias a utilizar a primeira parte da dissertação assenta em recolha, leitura e análise de bibliografia, perfazendo o "estado da arte" acerca dos assuntos em estudo/análise, que permitirá um suporte sustentado na construção e no enriquecimento do conteúdo deste trabalho de investigação. Terá também, na segunda parte, uma base muito importante e substancial de recolha, tratamento e análise de informação estatística de vários níveis. Esta etapa apresenta, de igual modo, uma forte componente de trabalho de campo com observação direta, análise de processos e fenómenos territoriais, recolha fotográfica, e elaboração de cartografia resultante das ações de trabalho de campo, pretendendo-se representar a expressão territorial das várias temáticas a que nos propomos tratar e sobre as quais incidimos com a maior minúcia possível.

1.3. Estrutura da dissertação

O presente trabalho desenvolve-se em torno de duas grandes partes sendo, a primeira, correspondente à abordagem teórica, que enquadra e contextualiza as múltiplas temáticas abordadas, recorrendo à revisão bibliográfica, tendo em vista traçar o "estado da arte" (sendo certo que nunca poderíamos ter lido tudo o quanto desejávamos e que seria necessário). A segunda parte incide, de forma clara, numa abordagem prática dividida em dois elementos principais: o Programa das Aldeias do Xisto, no geral, e as Aldeias do Xisto do concelho de Góis, em particular. Cada uma das partes está dividida em diferentes capítulos e, por sua vez, estes estão subdivididos em vários pontos.

A dissertação, após esta abordagem introdutória, começa com uma exposição mais conceptual acerca da temática dos espaços rurais, aportando e referindo as várias abordagens a este conceito. Estabelecem-se as relações espaciais que se formam entre o espaço rural e o espaço urbano, fazendo também a ligação com o conceito de baixa densidade. Procura-se, também, enfatizar as suas formas de organização e abordar as suas novas funcionalidades (caráter multifuncional), com especial destaque para a economia e sociedade rural.

O terceiro capítulo procura demonstrar a ligação existente entre os espaços rurais e o desenvolvimento local, diagnosticando as perspetivas destes territórios, abordando, também, a importância das políticas e programas da União Europeia para o desenvolvimento dos territórios rurais, percorrendo alguns dos mais importantes que foram postos em prática, lançando algum destaque e perspetivando as políticas de desenvolvimento rural para o período pós-2013. Disserta-se, também, acerca dos atores, das redes de cooperação e a sua importância para o desenvolvimento e gestão dos territórios rurais, dando como exemplo a Rede Rural Nacional. Numa outra perspetiva neste capítulo importa fazer a introdução à temática do turismo, do lazer e da importância de ambos para o desenvolvimento local, versando sobre os vários conceitos envolvidos, e finalizando o capítulo com a análise da importância do turismo para o desenvolvimento dos espaços rurais, tentando compreender se esta atividade se apresenta como a única solução ou como parte da solução para a resolução dos problemas que estes territórios enfrentam.

A partir do quarto capítulo centramos a análise num patamar mais prático, com a contextualização do estudo de caso utilizado. Este inclui uma apresentação do Programa

e da Rede das Aldeias do Xisto, expondo os seus objetivos, pressupostos e estrutura e, também, uma avaliação dos seus resultados, dividindo a análise em duas fases distintas: Fase AIBT-PI (2000-2006) e Fase PROVERE (2007-2013), com uma análise exaustiva a várias escalas geográficas.

Por sua vez, no quinto capítulo desta investigação abordamos de forma aprofundada e integradora as múltiplas caraterísticas que encerram o concelho de Góis, começando por um enquadramento geográfico, com destaque para vários elementos, como sejam a geologia, a geomorfologia e outros elementos do património natural; a distribuição da população e do edificado por lugar; vários aspetos demográficos (evolução da população, máximos demográficos, taxas de natalidade e mortalidade, processos migratórios, entre outros); atividades económicas (distribuição da população por setor de atividade, agricultura e floresta, indústria, comércio e serviços); e uma abordagem integrada de várias questões sociais (emprego e desemprego, envelhecimento e qualificação dos recursos humanos). Terminamos este capítulo com uma análise e compilação dos principais recursos e potencialidades do concelho de Góis (património natural, património cultural, entre outros).

No sexto capítulo, começamos por enquadrar geograficamente a área de estudo, particularizando as aldeias de Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena no contexto dos lugares serranos da Serra da Lousã, introduzindo, entre outros elementos, uma abordagem à arquitetura popular e às singularidades da Serra da Lousã, com especial destaque para estas quatro aldeias, propondo-se, também, uma análise às alterações sofridas nos modos de vida das populações destes lugares. Numa outra fase incidimos, de forma direta e pormenorizada, sobre as propostas, intervenções e projetos do Programa das Aldeias do Xisto nas quatro aldeias do concelho de Góis, em especial a análise dos Planos de Aldeias e as intervenções efetuadas por aldeia.

No último capítulo, findamos esta investigação com a análise de uma associação de desenvolvimento local, procurando demonstrar a importância dos atores locais no desenvolvimento dos territórios, mediante a apresentação de um caso prático e que merece destaque pelo seu papel no desenvolvimento do concelho de Góis: a Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã. Aqui procuraremos analisar o seu percurso enquanto associação de desenvolvimento local, as suas áreas e territórios de intervenção, o seu programa de animação, bem como um estudo nunca antes feito (nem pela própria Lousitânea) aos registos de visitantes dos vários espaços geridos pela

Associação (Loja das Aldeias do Xisto, múltiplos Núcleos do Ecomuseu "Tradições do Xisto", Casa da Comareira e sócios da Lousitânea).

Por fim, antes dos anexos e do registo das referências bibliográficas consultadas, apresentamos as principais conclusões retiradas do estudo que foi sendo elaborado ao longo da dissertação.

2. Espaços rurais: da evolução dos conceitos aos processos de mudança

2.1. Do rural à baixa densidade

O espaço rural começou por definir-se, de forma clara e muito nítida, por oposição ao espaço urbano, afirmando-se como suporte eminentemente agrícola. A descontinuidade espacial entre o campo e a cidade, que de certa forma se prolongou até às primeiras décadas do século passado, originou leituras centradas neste mesmo antagonismo que, afinal, traduz uma dialética entre duas entidades distintas mas complementares (CARVALHO, 2009). A leitura a partir da perspetiva económica e social, permite evidenciar uma dupla dicotomia: agricultura/indústria e cidade/campo, que se explica em função dos modos de produzir e de viver (CARVALHO, 2009; citando MATEUS, 2002).

De facto, no início, estabeleciam-se relações, incipientes, de alguma complementaridade, notória ao nível económico, administrativo e/ou a nível sociopolítico. Nesta fase, o espaço rural, possuía uma identidade própria e assumia-se como espaço produtivo onde a agricultura era predominante, acompanhada de algumas atividades artesanais que funcionavam a montante, da agricultura, com o assegurar dos instrumentos de trabalho, e a jusante, com alguma transformação de produtos. Do campo para a cidade partiam fluxos de bens (produtos artesanais e agrícolas), fazendo a retribuição monetária, fundamental para o funcionamento económico do espaço rural, o caminho inverso.

Neste período, podemos falar de uma complementaridade e de uma proximidade a nível político (a cidade funcionava como sede do poder fundiário, com concretização espacial no campo), bem como a nível económico, pelos fatores já descritos. Mas, a nível social e cultural essa quase simbiose já não existia. O "espírito" camponês, marcado por uma identidade muito própria, não coincidia, de forma alguma, com o urbano. No espaço rural, prevalecia uma sociedade de interconhecimento, demograficamente independente e com um "estilo" cultural bastante próprio, consequente de uma identidade cultural e educacional assente em valores comuns, espelhando-se, num elevado espírito de entreajuda, mesmo apesar da inevitável hierarquização social decorrente na posse da terra. O espaço rural desta época caraterizava-se, ainda, por uma mobilidade social, geográfica ou profissional muito

fraca ou mesmo nula, para a qual contribuíram as débeis acessibilidades, criando assim, um confinamento espacial das populações rurais (ROXO, 1996).

No período pós-guerra esta realidade sofreu um reverso, em função da proximidade urbana. Passamos então de uma "fase" de descontinuidade espacial, entre o campo e a cidade, para um novo paradigma assente num *continuum* entre o rural e o urbano. Com esta perspetiva, cresce a dificuldade no estabelecimento de fronteiras (se na idade medieval a fixação da cidade entre muralhas permitia uma fácil delimitação entre o rural e o urbano, com o crescimento desta, essa facilidade esbateu-se) (RODRIGUES, 2007) e de critérios que permitam diferenciar os dois espaços, tudo isto devido às novas relações e fluxos (população, atividades económicas, informação, etc.) entre os territórios. Certo é que uma delimitação exata dos espaços rurais não se assume como tarefa simples dada a "complexidade dos perfis produtivos, dos dinamismos económicos e dos comportamentos sociais" (JACINTO, 1995:143).

No sentido da dicotomia – cidade/campo ou urbano/rural –, expressa por DOMINGUES (2010:18) "o sentido da evolução da história e da geografia é visto de forma mutuamente exclusiva e segundo uma sequência irreversível: a "cidade" cresce sobre o território ex-agrícola, absorvendo a população saída do êxodo rural; esta, por sua vez, alimenta o subúrbio e as periferias urbanas. À oposição cidade/campo, contrapunha-se assim a oposição urbano/suburbano".

De facto, como refere CARVALHO (2009:133), "vários autores defendem que não estamos perante um *continuum* rural/urbano, mas sim em presença de vários *continuum* sobrepostos". Ou seja, como afirma MORENO (2007:133), "outra leitura poderá indicar que as relações de dominação são diferenciadas (conforme as condições específicas de conjugação) e que não há um único *continuum* mas sim vários *continua*".

Podendo ainda afirmar-se que, e segundo as palavras de CARVALHO (2009:133), citando COSTA (1999), "em áreas com um fraco nível de urbanização e acessibilidade, mesmo os territórios que se encontram a uma curta distância da cidade podem ser territórios marginais. Esta situação é muito comum em regiões marginais, com fraca acessibilidade e onde a estrutura urbana se organiza em torno de um conjunto de pequenas e médias cidades com pouca influência regional".

Seguindo a afirmação de FERRÃO, em torno da visão do mundo rural secular este "opõe-se claramente ao mundo urbano, marcado por funções, atividades, grupos sociais e paisagens não só distintos mas, mais do que isso, em grande medida construídos "contra" o mundo rural. Esta oposição tende a ser encarada como "natural" e, por isso,

recorrentemente associada a relações de natureza simbiótica: campo e cidade são complementares e mantêm um relacionamento estável num contexto (aparentemente) marcado pelo equilíbrio e pela harmonia de conjunto" (FERRÃO, 2000: 46).

Até há bem pouco tempo atrás podíamos afirmar que "a ruralidade estava conotada com a densidade da população, a dimensão dos centros populacionais, uso e economia da terra, predomínio da agricultura e da floresta, estruturas sociais tradicionais, e aspetos da identidade da comunidade e da herança" (RODRIGUES, 2007:30; citando LANE 1994). Atualmente, pese embora a designação anterior não ser completamente "descabida", o "rural refere-se a um conjunto de territórios distintos embora interligados, integrando características multi-dimensionais, caracterizado pela diversificação das atividades (agricultura, comércio, pequenas e médias empresas, artesanato) e serviços pessoais, coletivos (públicos e privados)" (GONÇALVES, 2007:113). "O rural é uma designação atribuída a um modo de vida ou a atividades que têm a ver com a agricultura, ao passo que espaço rural, para além de ser ocupado por atividades ligadas à agricultura e à criação de gado, é também ocupado por outras atividades como sendo o turismo ou a indústria" (RODRIGUES, 2007:36).

Como refere FERRÃO (2000:46), o mundo rural organiza-se em torno de uma tetralogia de aspetos: "uma função principal: a produção de alimentos; uma atividade económica dominante: a agricultura; um grupo social de referência: a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios; um tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as caraterísticas naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas".

Relativamente aos critérios que possam estabelecer uma diferenciação entre o rural e o urbano, seguido a obra de CARVALHO (2004), são várias as opções utilizadas por diversos autores e organismos. Mas, importa salientar que, não existe uma uniformidade no que diz respeito ao estabelecimento desses mesmos critérios/indicadores.

No que diz respeito à Europa, a OCDE (1994), classificou as regiões de acordo a seguinte tipologia:

– Regiões essencialmente rurais (as quais apresentam mais de 50% da população a viver em comunidades rurais – menos de 150 habitantes/km^2 e o "rural profundo" com densidades abaixo de 25 habitantes/km^2);

– Regiões relativamente rurais (nas quais 15 a 50% da população reside em comunidades rurais);

– Regiões essencialmente urbanas (nas quais menos de 15% da população reside em comunidades rurais).

Já no caso português, de acordo com CARVALHO (2009), um dos documentos que pretende fazer a distinção entre o rural e o urbano é a "Tipologia de Áreas Urbanas", apresentada em 1999 pelo Instituto Nacional de Estatística, em colaboração com a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. A tipologia apresentada pelo INE/DGOTDU apresenta a seguinte classificação:

– Áreas Predominantemente Urbanas (APU);

– Áreas Medianamente Urbanas (AMU);

– Áreas Predominantemente Rurais (APR).

Ainda de acordo com esta classificação, as APU integram:

– Freguesias Urbanas (freguesias que apresentem densidade populacional superior a 500 habitantes/km^2 ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes);

– Freguesias Semiurbanas (freguesias não urbanas que se caraterizem por densidade populacional superior a 100 habitantes/km^2 e inferior ou igual a 500 habitantes/km^2 ou que integram um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes, contíguas às freguesias urbanas, incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;

– Freguesias Semiurbanas, constituindo por si só áreas predominantemente urbanas, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;

– Freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5000 habitantes.

As Áreas Medianamente Urbanas (AMU) integram as seguintes situações:

– Freguesias Semiurbanas não incluídas na APU;

– Freguesias sedes de concelho não incluídas na APU.

As Áreas Predominantemente rurais (APR) correspondem aos restantes casos.

De acordo com esta tipologia de classificação das freguesias podemos conferir que 42,24% das freguesias de Portugal (1799 freguesias) correspondem a Áreas Predominantemente Rurais, com uma densidade populacional inferior a 100 habitantes por quilómetro quadrado. Evidencia-se, ainda, que 51,61% das freguesias são Áreas Predominantemente Rurais (o equivalente a 2198 freguesias das 4259 existentes no total); 25,99%, ou seja, 1107 correspondem a freguesias em Áreas Medianamente

Urbanas e, por fim, 22,40% (954 freguesias), estão inseridas num contexto de Áreas Predominantemente Urbanas.

Por outro lado, as Áreas Predominantemente Rurais correspondem, na sua grande maioria (81,85%), a freguesias com menos de 100 habitantes por quilómetro quadrado, 17,74% (390 freguesias) com uma densidade populacional entre 100 e 500 habitantes por quilómetro quadrado e, apenas, 0,41% com uma densidade populacional superior a 500 habitantes por quilómetro quadrado (Tabela 1). Relativamente às Áreas Medianamente Urbanas correspondem, na sua grande maioria (56,01%) a freguesias com população que varia entre 100 e 500 habitantes por quilómetro quadrado, 31,07% (344 freguesias) com uma densidade populacional inferior a 100 habitantes por quilómetro quadrado e, 12,92% com uma densidade populacional superior a 500 habitantes por quilómetro quadrado. Por fim, no que concerne às Áreas Predominantemente Urbanas correspondem, na maioria (51,47%) a freguesias com população superior a 500 habitantes por quilómetro quadrado, 34,77% (326 freguesias) com uma densidade populacional que varia entre 100 e 500 habitantes por quilómetro quadrado e, 14,36% com uma densidade populacional inferior a 100 habitantes por quilómetro quadrado.

Tabela 1 – Freguesias por tipologia e por escalões, de Portugal, em 2011.

Escalões (densidade populacional)	Municípios (n.º)	%	Freguesias (n.º)	%
< 100 hab./km^2	183	59,42	2280	53,53
100-500 hab./km2	88	28,57	1336	31,37
> 500 hab./km^2	37	12,01	643	15,10
Total	**308**	**100**	**4259**	**100**

Elaborado a partir de: Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa (2011).

Mais recentemente, em 2011, com o desenhar das estratégias e dos critérios a utilizar para a implementação da Reforma da Administração Local (apresentada no Livro Verde de Reforma da Administração Local e, mais tarde, instituída pela Lei nº. 22/2012 de 30 de Maio), o Estado português definiu como um dos principais objetivos "realizar uma análise do atual mapa administrativo, promovendo a redução do atual número de Freguesias (4.259), pela sua aglomeração, dando origem à criação de novas Freguesias, com maior dimensão e escala, de acordo com as suas tipologias e

salvaguardando as especificidades territoriais" (Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa; 2011:11).

Da classificação dos municípios e das freguesias por escalões de densidade populacional, podemos constatar que 59,42% dos municípios de Portugal (183 municípios) apresentam uma densidade populacional inferior a 100 habitantes por quilómetro quadrado, sendo que, 28,57% (88 municípios) têm um rácio entre 100 e 500 habitantes por quilómetros quadrado e, por fim, 12,01% dos concelhos, ou seja 37, apresentam uma densidade populacional superior a 500 habitantes por quilómetro quadrado.

Por outro lado, relativamente às freguesias de Portugal, podemos verificar que 53,53% (2280 freguesias) apresentam uma densidade populacional inferior a 100 habitantes por quilómetro quadrado, 31,37% (1336 freguesias) têm uma um rácio entre 100 e 500 habitantes por quilómetros quadrado e, por fim, 15,10% das freguesias, ou seja 673, apresentam uma densidade populacional superior a 500 habitantes por quilómetro quadrado (Tabela 2).

Tabela 2 – Municípios e freguesias por escalões de densidade populacional de Portugal, em 2011.

Escalões (densidade populacional)	**Freguesias por Tipologia**						
	APR	**%**	**AMU**	**%**	**APU**	**%**	**Total**
< 100 hab./km²	1799	81,85	344	31,07	137	14,36	2280
100-500 hab./km2	390	17,74	620	56,01	326	34,17	1336
> 500 hab./km²	9	0,41	143	12,92	491	51,47	643
Total	**2198**	**100**	**1107**	**100**	**954**	**100**	**4259**

Elaborado a partir de: Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa (2011).

Na referida Lei são, assim, definidos os critérios de classificação quer para os municípios quer, também, para as freguesias. Assim os municípios são classificados em três níveis distintos:

– Nível 1: municípios com densidade populacional superior a 1000 habitantes por km^2 e com população igual ou superior a 40 000 habitantes;

– Nível 2: municípios com densidade populacional superior a 1000 habitantes por km^2 e com população inferior a 40 000 habitantes, bem como municípios com

densidade populacional entre 100 e 1000 habitantes por km^{2}e com população igual ou superior a 25 000 habitantes;

– Nível 3: municípios com densidade populacional entre 100 e 1000 habitantes por km2 e com população inferior a 25 000 habitantes, bem como municípios com densidade populacional inferior a 100 habitantes por km^2.

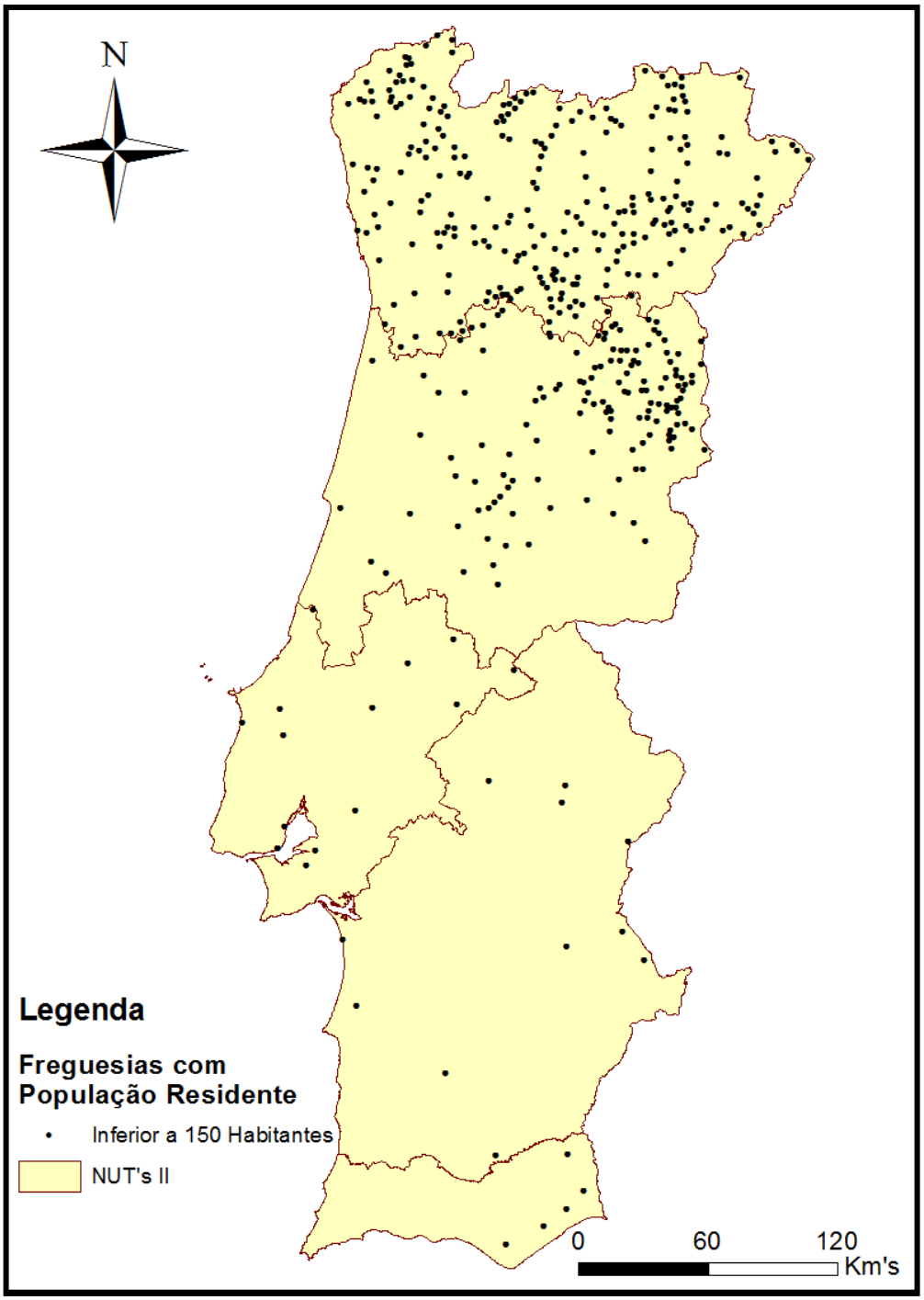
No que concerne aos critérios elaborados e apresentados para a classificação das freguesias, a Lei nº. 22/2012 de 30 de Maio, estabelece, no primeiro ponto do artigo 5.º, que considera-se lugar urbano o lugar com população igual ou superior a 2000 habitantes, sendo que, em caso algum se pode verificar a existência de freguesias com um número inferior a 150 habitantes. Deste modo, de acordo com a alínea c) do artigo 8.º, as freguesias devem ter escala e dimensão demográfica adequadas, que correspondem indicativamente ao máximo de 50 000 habitantes e aos mínimos de:

– Nos municípios de nível 1, 20 000 habitantes por freguesia no lugar urbano e de 5000 habitantes nas outras freguesias;

– Nos municípios de nível 2, 15 000 habitantes por freguesia no lugar urbano e de 3000 nas outras freguesias;

– Nos municípios de nível 3, 2500 habitantes por freguesia no lugar urbano e de 500 habitantes nas outras freguesias.

Ainda a propósito da referida Reforma da Administração Local, e analisando apenas um dos critérios utilizados para a fusão/extinção de freguesias (estas terem menos de 150 habitantes) podemos concluir que, a partir da análise à Figura 1, que a grande maioria das freguesias a agregar/extinguir se situam na Região Norte de Portugal Continental com 56,9% das 299 freguesias definidas por este critério (correspondendo a 170 freguesias), seguindo-se a Região Centro com 33,4% (ou seja, uma redução de 100 freguesias), a Grande Lisboa com 4,3% (o equivalente a menos 13 freguesias), o Alentejo com 3,7% do total de redução do número de freguesias (o correspondente a menos 11 freguesias) e, por fim, a Região do Algarve com 1,7% do peso da redução total, com um menos 5. Importa salientar, ainda, que tendo em consideração que o critério aqui utilizado se baseia somente na impossibilidade de existirem freguesias com quantitativos populacionais abaixo de 150 habitantes (excluindo os restantes critérios que são utilizados na Reforma Administrativa Local) que, os dados aqui apresentados, devem ser tidos por defeito, sendo certo de que o número total de freguesias a agregar/extinguir será bastante superior às 299 aqui referidas.



Elaborado a partir de dados do INE (2011).

Figura 1 – Freguesias a extinguir ou agregar em Portugal Continental com a Reforma Administrativa Local, com base no critério populacional (freguesias com população inferior a 150 habitantes).

Importa ainda referir que, fazendo uma breve análise acerca dos principais processos de mudança que "varreram" os espaços rurais, há vários momentos e fenómenos que importa destacar. Com a Revolução Industrial, surgiu um fenómeno, mais ou menos intenso (dependendo dos casos), de êxodo rural. A saída de população para as cidades, em busca de melhores condições de vida, teve maior impacto na

população ativa, consequentemente mais jovem, deixando muitas das aldeias "a cargo" da população mais envelhecida e com menos arrojo para fazer face às necessidades de então. Porém, nos anos 70, do século XX, "a inversão de fluxos migratórios internos nos países desenvolvidos, que havia começado nos EUA na segunda metade do século XX (anos 60), difundiu-se por várias partes da Europa ocidental" (ROBINSON citado por GASPAR, 1997:38). Assim, houve uma deslocação de população das cidades para as áreas rurais periféricas (contra urbanização). Este fenómeno só foi possível devido ao desenvolvimento das comunicações que permitiu um afastamento maior entre a residência e o local de trabalho. A agricultura a tempo parcial estava também associada a este processo.

No caso do mundo rural português é notória uma evolução assimétrica, "com melhorias sensíveis em termos do bem-estar social, nomeadamente equipamentos sociais, mas com perda de vitalidade demográfica e económica. Em virtude das grandes alterações de contexto e das profundas transformações das atividades agroflorestais e dos espaços rurais, verificaram-se importantes progressos a nível económico, ambiental e social, mas subsistem ainda relevantes insuficiências e dificuldades quer no domínio da competitividade empresarial quer da sustentabilidade e coesão dos territórios" (PROGRAMA REDE RURAL NACIONAL, 2012:9).

Foram vários os processos e as dinâmicas que se alteraram ao longo dos tempos nas sociedades, alterações essas que não foram alheias aos espaços rurais. As alterações verificadas, repercutiram-se a vários níveis e de diversas formas. Mas, uma das principais mudanças foi, de facto, a nível das densidades que, no espaço rural, se traduziram em repercussões na organização, no funcionamento e na evolução ou decadência destes espaços.

O espaço rural, ao longo da sua história recente, sofreu um processo mais ou menos profundo (consoante os casos) de descaraterização e de enfraquecimento. O desenvolvimento polarizado pelos centros urbanos e industriais e a sobrevalorização de atividades dos setores transformador e de serviços, face às atividades agrícolas tradicionais, resultaram numa forte atração quer pelas cidades, quer pelas funções associadas a estas. A própria mecanização da agricultura, com resultados no aumento da produtividade, libertou grande parte da mão-de-obra agrícola. O êxodo rural, em diferentes épocas, foi a solução destas populações excedentárias, normalmente a viverem a sua transição demográfica e, por isso, com crescente carência de meios de subsistência que suportassem essa demografia de maior dinamismo. Paradoxalmente, os

espaços rurais começam assim a despovoar-se, a partir do momento em que as suas populações, com taxas de crescimento mais altas vencem algumas barreiras (a nível alimentar e de saúde) e vêem a sua esperança média de vida aumentar (CARVALHO, 2009). Passamos assim, do "rural pujante", com capital humano em número relativamente elevado e bastante jovem, com densidades consideráveis e com perspetivas de crescimento a todos os níveis (económico, demográfico, educacional, etc.) para o rural das "baixas densidades", marcado pelo êxodo rural, pelo envelhecimento da população, pelo desemprego, pela degradação dos recursos naturais e por um tecido produtivo fraco. Em resultado, como já foi dito, dos sucessivos anos de migrações, do saldo de crescimento negativos, causaram uma ruptura, considerável, nas estruturas demográficas, sociais e económicas (sendo que esta última, por si só, já não era muito estável e favorável).

De facto, o espaço rural "sofre" um problema de densidade: densidade de população (massa crítica de meios humanos[1]), de atores e das suas relações, de iniciativas (institucionais e privadas), de capacidade organizativa, de rendimento, de uso e ocupação do território; densidade de atividade económica, de capitais, de mão-de-obra qualificada, de saberes e de competência, de criação de empregos, de infraestruturas, de equipamentos, de serviços, de centros urbanos (CAVACO, 2009).

Como refere A. OLIVEIRA DAS NEVES *et al*. (2002:2/3), "o conceito de baixa densidade reúne a ambivalência de situações de défice económico nos planos: institucional (reduzido leque de entidades com atribuições e competências de proximidade); relacional (reduzida eficácia na construção de parcerias por onerosas e difícil sustentabilidade); demográfica; de formas de ocupação (face ao reduzido leque de oportunidades de emprego oferecidas); de condições de valorização de mercado, para os reduzidos limiares produtivos que as pequenas produções locais proporcionam". Esta expressão, baixa densidade, sugere um quadro deficitário que dificulta muito ou impede o "desencravamento" dos territórios (REIS, 1998; citado por CARVALHO, 2009). Toda esta evolução do "rural para as baixas densidades" teve repercussões, na paisagem rural, nas questões económicas, sociais, bem como na estrutura do povoamento, que se "viu" alterada em função das novas dinâmicas e dos processos de mudança ocorridos no espaço rural.

[1] Um dos motivos é o facto de "as gerações mais novas, descendentes dos trabalhadores rurais, enfrentarem problemas graves se pretendem viver na freguesia ou no concelho onde nasceram, como a falta de oportunidades de emprego, sobretudo nos casos em que tiraram cursos técnicos muito específicos para os quais não há resposta a nível local" (ALMEIDA, 2007:300).

2.2. Novas funcionalidades: economia e sociedade rural

As mudanças que ocorreram na sociedade rural nas primeiras décadas após 1950 explicam-se, em grande parte, pela evolução da agricultura e suas relações com a ação do Estado e o funcionamento do mercado.

A agricultura, na impossibilidade de continuar a crescer de forma extensiva, arroteando novas terras, procurou o crescimento intensivo com modernização tecnológica, assente em particular na mecanização e na qualidade e quantidade (intensidade) dos fatores utilizados. A ação do Estado foi, então, essencial na proteção e suporte dos principais produtos agrícolas, subsídios aos fatores e incentivos à modernização tecnológica.

Contudo, as oscilações nas políticas públicas, resultantes em particular da menor ou maior abertura ao exterior, a evolução dos mercados nacional e mundial, as condições naturais e respostas locais diferenciadas, conduziram, não a uma intensificação generalizada, mas sim a "bolsas de intensificação e especialização", em certos espaços, certas produções, certos atores e redes de interesses agrícolas, industriais, comerciais e financeiros, de âmbito nacional. Em contrapartida, outros espaços foram sendo reconvertidos para a pecuária extensiva, floresta, ou mesmo abandonados (VEIGA; 2007:352).

Vários foram os impactos desta evolução da agricultura, que como já vimos, podem ser medidos a nível social, com o forte êxodo rural e consequente envelhecimento da população rural, a nível económico, com a crescente autonomização da agricultura em relação aos espaços locais e a redistribuição desigual de rendimentos entre espaços, produções, atores, para a qual as políticas públicas também contribuíram, e a nível ambiental, com erosão dos solos, poluição de águas, destruição de paisagens, perda de biodiversidade.

A agricultura foi perdendo importância social, mas também peso económico, quando comparada em particular com o crescimento dos serviços, e começou a ser questionada na sua relação com o ambiente e a natureza. "A crise da agricultura e o declínio dos espaços rurais têm conduzido a uma crescente preocupação com a diversificação das economias rurais e, logicamente, a novas perspetivas quanto à valorização dos recursos locais, naturais e outros. A ideia de diversificação da economia rural está hoje muito associada com o reconhecimento de que o espaço rural é bem mais do que um simples fornecedor de alimentos" (CRISTÓVÃO; 1999:22).

A partir do fim de 1980, novos processos de mudança ganharam peso ou começaram-se a manifestar, pelo que o simples estudo da evolução da agricultura passou a ser claramente insuficiente para compreender as mudanças que estavam a ocorrer na sociedade rural. Como faz notar RODRIGUES "foi a partir da década de 80 (séc. XX) que se começaram a alertar consciências para a necessidade de intervir nos espaços rurais, de promover o seu desenvolvimento. Começaram então a valorizar-se cada vez mais as características, as potencialidades, os recursos, as mais-valias locais, no processo de desenvolvimento, o qual deveria assentar "na valorização de novas atividades económicas, jogando tanto com novos produtos como com novos serviços" (RODRIGUES, 2007:33; citando CAVACO, 1999). A melhoria do bem-estar geral, a crescente mobilidade geográfica introduzida pelo desenvolvimento dos meios de transporte, em particular do automóvel, a "explosão" das tecnologias de comunicação e informação, uma certa deterioração do modo de vida urbano e crescente melhoria do bem-estar rural, levaram a sociedade urbana a redescobrir o rural procurando impor-lhe novos usos e funções, novas atividades produtivas, de consumo ou de simples fruição.

Irromperam, assim, as novas funções e atividades: industriais, energéticas, residenciais, recreativas, turísticas, entre outras, nos espaços anteriormente agrários, acompanhadas por uma crescente importância atribuída ao ambiente e à natureza, à sua proteção e valorização patrimonial, com críticas explícitas aos impactos negativos da agricultura.

A sociedade rural, que resistiu ao declínio da agricultura, e/ou que se reconstruiu, apoiada no poder autárquico, aproveita agora novas oportunidades, criadas por essa procura urbana, em atividades económicas como, por exemplo, a construção civil, o alojamento e restauração, a produção agroalimentar de produtos de qualidade, a organização de atividades de animação turística, "não esquecendo o papel central da atividade agrícola em todas as suas componentes: biológica, ambiental … e não apenas a sua versão produtivista" (CARVALHO, 2009:147). De facto, "é certo que a atividade agrária não perderá, por efeito das transformações em marcha ou em vista, o seu caráter decisivo. Perde, já perdeu e continuará a perder quaisquer pretensões de exclusividade, mas o seu contributo não poderá ser secundarizado, antes se recomenda a conjugação de atividades endógenas e exógenas à agricultura" (JACINTO, 1995:144).

Por outro lado, o crescimento dos serviços públicos, da administração local e central, e para-públicos, de associações sem fins lucrativos financiadas pelo Estado, nomeadamente os serviços locais básicos e os serviços de educação, saúde e ação social,

muito contribuiu e contribui para a mudança na sociedade rural, qualificando o território e diversificando os atores e as redes de atuação, concedendo à população melhores condições e qualidade de vida.

Contudo, mais uma vez, estes processos de mudança não têm uma expansão e um impacto igual em todos os espaços e atores sociais. Há espaços e atores que, apesar do contexto ser de grande incerteza e instabilidade, vão obtendo êxitos duradouros na criação de riqueza e empregos, enquanto outros vão definhando e caminham para o abandono e despovoamento.

As áreas rurais têm vivido um processo contínuo de perda de população e degradação das condições de vida dos seus habitantes. Os aspetos que tradicionalmente caracterizavam o mundo rural também se alteraram, de modo que, hoje em dia, "a sua *função principal* não tem de ser necessariamente a produção de alimentos e a *atividade predominante* pode não ser agrícola" (OCDE, 1994:47). A sua dimensão não agrícola é cada vez mais valorizada, em função de três aspetos ou tendências: conservação e proteção da natureza, patrimónios históricos e culturais e mercantilização das paisagens (OCDE, 1994).

"A natureza e o ambiente deixam de ter a função de produto agro-silvo-pastoril, prevalecente no passado, para adquirir uma representação estética e lúdica pelos novos protagonistas urbanos e institucionais, com conceção de território diametralmente oposta à que tradicionalmente assumiam os velhos residentes das aldeias, para quem o solo constituía basicamente um fator produtivo" (ALMEIDA, 2007:312; citando CARDOSO, 2001).

Como referem SANTOS e CUNHA (2007:2), "torna-se evidente que é necessário definir quais as funcionalidades que podem atuar de modo sustentável e exequível socioeconomicamente no espaço rural. A importância da agricultura é fulcral em todo o processo de estruturação rural, porque a agricultura não é só uma atividade económica, é também criadora das paisagens que nos atraem e constituem a forma de suporte organizacional deste mundo de menor intensidade económica e populacional". "Numa visão inversa, o abandono das atividades agrárias ou a diminuição da pressão antrópica nas paisagens culturais determina uma degradação deste recurso" (AANTOS e CUNHA, 2007:2; citando MOLTÓ MANTERO, 2004:72).

Entretanto, como evidencia DOMINGUES (2010:21), "também a agricultura mudou ao ponto de "rural" e agrícola" não significarem o mesmo. Agrícola é a

economia (os preços, as tecnologias de produção, os mercados, os modos de produzir,…); rural é a cultura".

Desde a Nova Política Agrícola Comum (PAC), a União Europeia tem desenvolvido uma série de iniciativas que atendem às diversas funções do meio rural, sendo hoje uma prioridade encontrar meios de estimular e ativar essa multifuncionalidade. A PAC preconiza-a como uma das suas ideias de base, juntamente com a indissociabilidade entre o futuro da agricultura, do mundo rural e da sociedade como um todo; e a diversidade, ou seja, o reconhecimento de que existe um elevado número de sistemas agrícolas com caraterísticas agro-tecnológicas e sócio estruturais muito diversas.

"A perspetiva da multifuncionalidade das explorações agrícolas e do espaço rural está presente nas intervenções propostas, que visam não só ao desenvolvimento da agricultura e da floresta, mas também, muito em particular, à diversificação das economias e à criação de novas atividades, baseadas na proteção dos recursos naturais e da biodiversidade, na valorização da paisagem, na gestão do espaço, e na preservação de valores culturais e patrimoniais" (CRISTÓVÃO; 2011:104).

De facto, como refere PIZARRO (2005:1), "atualmente, a agricultura já não é vista como uma atividade limitada exclusivamente à produção de alimentos, sendo encarada numa perspetiva multifuncional – a conservação da natureza, a gestão das paisagens rurais ou a promoção do turismo são tarefas que se enquadram também no âmbito da atividade dos agricultores. A natureza destas atividades e a sua importância para o interesse coletivo apela diretamente à participação dos cidadãos, não só porque esta multifuncionalidade pode estimular a criação de emprego e ajudar a combater a exclusão, mas, sobretudo, porque coloca o exercício da cidadania no centro do desenvolvimento e coesão das comunidades locais. Por este motivo, a dinamização das zonas rurais europeias é um assunto que não diz respeito apenas aos que aí vivem, mas a todos os cidadãos europeus".

Porém, pese embora a defesa da multifuncionalidade dos espaços rurais possa sugerir uma leitura mais sensível à diversidade económica dos territórios rurais, sobretudo em alguns círculos de índole académica e/ou política, como faz notar FERRÃO (2003:245), "ainda assim o estereótipo de áreas rurais como territórios agro-florestais e homogéneos permanece vivo no mapa cognitivo de muitos decisores políticos, técnicos e empresários, com implicações importantes no que se refere à formulação de estratégias e políticas de desenvolvimento para essas áreas".

Por fim, de forma geral, podemos afirmar que "assistimos à crescente revalorização da importância do mundo rural (onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade) e dos valores da ruralidade (também estes em mudança) para o equilíbrio e coesão do próprio sistema. Na Europa, descortinam-se, em cada território, as suas potencialidades específicas e procuram alicerçar-se as novas filosofias do desenvolvimento territorial dos espaços rurais em conceitos como a multifuncionalidade, a sustentabilidade e a subsidiariedade" (CARVALHO, 2009:147).

Neste contexto, ao agricultor, cabe a "tarefa" de "(eterno) guardador do espaço rural"[2] que, a partir das palavras de CARVALHO (2009:148), assume o papel "de um importante ator na tarefa da preservação dos valores patrimoniais e paisagísticos do mundo rural. Com efeito, a agricultura, assume-se mesmo como o cerne da multifuncionalidade que se pretende para os espaços rurais europeus, sem a qual se inviabilizarão outras funcionalidades, como, por exemplo, o turismo em espaço rural", sempre com o intuito, claro e objetivo, de alcançar resultados com a finalidade de promover e fomentar o desenvolvimento local (e rural) e melhorar as condições de vida das populações.

[2] De facto, em 1976, em plena reforma agrária e numa conjuntura de aumento da produção, Gonçalo Ribeiro Teles clamava pela nova função do agricultor como o "construtor da paisagem rural e guardião na Natureza" e "escultor e arquitecto da paisagem", que tem o direito "a ser pago pela sociedade como construtor, defensor e gestor da paisagem rural". Também Oliveira Baptista, em 1993, descrevia este grupo como "jardineiros da natureza", que "cuidam da terra sem terem como móbil a produção para o mercado" (ALMEIDA, 2007:311).

3. Desenvolvimento Rural: da afirmação de uma preocupação política ao papel crescente do lazer e turismo

3.1. Espaços rurais e desenvolvimento local

"Acreditamos que a agricultura, o ambiente e o desenvolvimento rural serão áreas promissoras de crescimento sustentado e duradouro (…). As amenidades rurais devem ser encaradas como contributo para o desenvolvimento das zonas rurais desfavorecidas (…). Mantenhamos por isso algumas margens de esperança no futuro dos espaços e das comunidades rurais (…). Margens que cruzam a agricultura funcional, a crescente procura do espaço e território, a valorização da qualidade ambiental ou o aumento dos tempos de lazer" (COVAS; 2004:53).

A par das alterações nas principais atividades dos espaços rurais, verificou-se um forte êxodo rural, traduzindo-se em processos de despovoamento e envelhecimento da população. Tais transformações resultaram, sobretudo, numa forte heterogeneidade dos espaços rurais, motivo pelo qual foi, e tem vindo a ser, necessário implementar políticas que tivessem em conta essa mesma diversidade e não visassem apenas a agricultura, como se havia refletido, até há algum tempo atrás, através da PAC, tornando-se, assim, necessário desenvolver políticas consistentes e adequadas às realidades onde pretendem intervir.

De facto, "a incapacidade das políticas difusionistas na resolução de problemas estruturais ligados às desigualdades e disparidades de desenvolvimento e à emergência de novas tipologias de marginalidade social e territorial, consequências da aplicação indiscriminada dos instrumentos de desenvolvimento estritamente económico, introduziu nas sociedades e nos territórios europeus a emergência de novos paradigmas que, embora não rompendo com os anteriores, denunciam a necessidade de focalizações com base em critérios e em referências diferentes" (CARVALHO, 2009:145, citando CARVALHO e FERNANDES, 2001).

O desenvolvimento rural alicerça-se nas boas práticas agrícolas não nefastas para o ambiente, na reflorestação, na preservação da paisagem, entre outros, incorporando ainda uma conotação espacial, depois de uma fase em que prevaleceram os objetivos de modernização, industrialização, produtividade e crescimento (orientados para o desenvolvimento agrícola, em grande parte decorrente das políticas da PAC).

"Neste sentido, as novas políticas para o mundo rural passam a ser orientadas para o desenvolvimento rural integrado, unindo a dimensão sócio-rural e ambiental, assumindo que é necessária a diversificação das atividades produtivas nos espaços rurais, e determinando novos objetivos para a agricultura em função da perspetiva de ordenamento dos espaços rurais" (CARVALHO, 2009:143, citando SALOM CARRASCO, 2000).

Como já foi referido, o atual interesse geográfico pelos espaços rurais está relacionado com a fragilidade destas áreas e com os seus recursos naturais e culturais, bem como com a reconversão e a reorientação funcionais que procuram ultrapassar a crise social, económica e territorial que atinge, na generalidade, os espaços rurais (CARVALHO, 2009).

O conceito de desenvolvimento para estas áreas assenta em duas ideias complementares: tornar os territórios mais competitivos e coesos; e oferecer condições de fixação de segmentos ativos e de regeneração demográfica. O desenvolvimento de estratégias de afirmação positiva dos territórios surge como um objetivo fundamental na ligação de recursos a mercados, correspondendo, também, a uma forma diferente de olhar para os valores locais, que necessitam de eficácia nas atuações orientadas para a valorização de mercado desses recursos do território.

Quando se pensa em desenvolvimento rural pensa-se, necessariamente, na "melhoria das condições de vida e de trabalho da população residente e na valorização dos recursos endógenos, incluindo nestes o património histórico e os recursos humanos, com as suas capacidades de iniciativa, culturas específicas, saberes-fazer próprios[3]. Tudo isto, sem prejuízo dos equilíbrios ambientais, ou seja, utilizando prudentemente os recursos naturais renováveis, e mais ainda os não renováveis, dos solos e das águas à diversidade biogenética" (CAVACO, 1996:347). Além de sustentável, o desenvolvimento rural deverá ser integrado, potencializando as sinergias das intervenções nos diferentes

[3] "O património rural carateriza-se pela diversidade de formas, de objetos, de elementos e escalas de observação, e pela heterogeneidade dos elementos que o constituem, que vão desde os modos de existência materiais aos objetos naturais dominados e designados pelo Homem; dos saberes, das técnicas e dos utensílios de construção às maneiras de comunicar e ao imaginário social e integram a fauna e a flora selvagens, as paisagens naturais ou modificadas pelo Homem, as aldeias e montes que apresentam múltiplas especificidades históricas e arquitectónicas, sob a forma de edifícios mas também de outras obras, como pontes, moinhos de vento ou muros de pedra solta […] a cultura na sua dimensão imaterial: língua, costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades culinárias, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e os antigos saber-fazer" (RIBEIRO, 2010:15).

setores de atividade, nas infraestruturas e equipamentos, na qualificação da população, na dinamização de iniciativas, etc.

Como afirma JACINTO (1995:143), "o processo de desenvolvimento está estritamente correlacionado com a acessibilidade física e socioeconómica. As zonas rurais economicamente integradas e mais dinâmicas, localizam-se quase sempre na proximidade daqueles centros (polarizadores e dinâmicos), enquanto as zonas rurais intermédias e as mais deprimidas se situam nas periferias mais ou menos remotas".

As políticas da União Europeia, para os espaços rurais, têm vindo a sofrer uma longa evolução, intrinsecamente ligada à própria evolução do conceito de desenvolvimento rural. Até aos anos 80, o desenvolvimento rural apoiava-se, sobretudo, numa conceção setorial das ajudas e as políticas que daí emanavam adotavam ações descendentes, *top-down*, que visavam a subvenção dos beneficiários. "Atualmente, entende-se que, mais do que isso, é essencial estimular os agentes locais e os promotores de projectos a adquirirem as competências necessárias para se tornarem agentes implicados no desenvolvimento do seu território" (CARNEIRO, 2010:700), ou seja, ações do tipo ascendente (*bottom-up*).

Segundo (MORENO; 2007:134), o desenvolvimento local pode ser entendido como "um processo continuado de melhoramento das condições do território e das suas populações, sempre que tal seja reconhecido pelos atores sociais, incluindo os do meio urbano". Neste contexto, o desenvolvimento local (de áreas rurais) passa por um investimento na manutenção e divulgação dos recursos e dos produtos endógenos das regiões, nos quais os lazeres turísticos podem ser uma forte "alavanca" quando bem pensados, estruturados e geridos. O desenvolvimento do território terá de ter sempre presente uma visão assente num "produto" de diferenciação que as paisagens construídas e as paisagens naturais lhe conferem em conjunto com as produções locais, com os produtos endógenos (queijos, azeite, produtos artesanais, vinho, entre muitos outros), com os produtos de qualidade, e com os "produtos imateriais", e que são igualmente de vital importância e que fazem parte das raízes dos lugares, com sejam os saberes, as memórias, a cultura e as identidades locais.

Para uma intervenção pública ajustada às necessidades e às especificidades que cada território apresenta, é necessário, em primeiro lugar, conhecer os problemas e fraquezas bem como as forças e as oportunidades de cada área específica, sendo por isso, importante estabelecer uma estreita articulação entre geografia, evolução histórica e trajetória económica, sempre adaptadas a cada realidade.

A partir dessa mesma análise é possível elaborar uma "lista", mais ou menos rigorosa, dos principais pontos de destaque, de fatores e processos que atuam ou que podem vir a ter realce, quer do ponto de vista positivo ou negativo, nas áreas rurais. Essa análise pode ser apresentada, grosso modo, segundo uma divisão entre os problemas e as oportunidades, complementada com a apresentação das ameaças e das fraquezas, lista essa que será resumida e apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Diagnóstico SWOT dos Espaços Rurais.

Forças	Fraquezas
– Espaços e recursos naturais;	– Insuficiente densidade: de população, de centros urbanos, de relações e de atores;
– Cultura que valoriza o saber e o conhecimento;	
– Património natural extremamente rico e diversificado;	– Envelhecimento da população, declínio demográfico;
– Património histórico e arquitetónico relevante;	– Bacias de emprego reduzidas e mão de obra pouco qualificada;
– Artesanato;	
– Produtos locais de qualidade;	– Insuficiência do mercado local para viabilização dos produtos locais;
– Paisagens naturais e culturais e outros fatores favoráveis a atividades de turismo e lazer;	
– Tradições seculares;	– Setores tradicionais com dificuldades de restruturção e modernização;
– Manifestações ancestrais;	– Fracas acessibilidades;
– Espaço abundante para a instalação de infraestrturas e equipamentos.	– Fraca solidariedade territorial, com pulverização das atuações.
Oportunidades	**Ameaças**
– Processo de reorganização dos atores regionais em torno das agências de desenvolvimento regional;	– Declínio demográfico, aceleração do despovoamento;
	– Redução da qualidade dos serviços às populações isoladas;
– Estruturação de sistemas urbanos territoriais, fomentadores de escala e economia de aglomeração;	– Incapacidade de proteger os recursos naturais, designadamente a água e a floresta;
– Novas centralidades favorecendo a organização de economias à volta de transportes e da logística e o reforço da posição estratégica para a localização de atividades;	– Degradação dos recursos humanos fundamentando a competitividade em mão de obra não qualificada;
	– "Efeito túnel" das grandes vias de transporte;
– Qualificação da mão de obra pela ação das estrururas do ensino superior;	– Inacapacidade de concertação estratégica regional e pulverização das intervenções, inviabilizando complementariedade e efeito de escala;
– Cooperação interurbana para desenvolvimento de novos serviços e equipamentos;	– Atraso (e inexistência) na execusão das infraestruturas de transporte (ferroviário e rodoviário) de desencravamento das regiões e da estruturação dos eixos urbanos subregionais;
– Acréscimo da procura para os recursos dos territórios associado ao aumento da mobilidade;	
– Novos serviços/atividades em meio rural baseados nas novas tecnologias de informação.	– Redução das transferências, públicas e privadas, para os espaços rurais.

Adaptado de: BAPTISTA (1999).

Em relação aos problemas ou fraquezas, existe uma panóplia de fatores que contribuem, negativamente, para a evolução e desenvolvimento dos espaços rurais. De entre esses múltiplos fatores ou motivos, podemos colocar em destaque os seguintes: a baixa densidade demográfica, que se reflete numa rarefação do povoamento, a que se junta a situação de pessoas isoladas com condições e vida preocupante, muito por causa de se tratar, sobretudo, de população idosa; a baixa densidade económica, marcada por

uma ausência, quase total, de mercado, de poder de compra e de empresas, com grandes dificuldades na atração de mais-valias económicas; défice de bacias de emprego de dimensão suficiente para permitirem uma gestão flexível da força de trabalho; défice na obtenção de limiares para o suporte de projetos produtivos de base local; fragilidade dos mecanismos de interação, entre pessoas e entre empresas, na difusão da informação, originado assim, uma redução da capacidade de inovação nestas áreas; os custos acrescidos na prestação de serviços às populações e no acesso destas às funções urbanas; insuficiência de infraestruturas de serviços e de equipamentos, onde predomina a ausência de vias rodoviárias e ferroviárias, de infraestruturas ambientais (relacionadas com o abastecimento de água potável e o saneamento básico), de equipamentos de saúde, de educação, de cultura e de recreio, bem como a falta de capacidade organizativa, mesmo quando esses serviços ou equipamentos existem; abandono dos recursos locais e empobrecimento das fileiras produtivas neles baseados; fragilidade dos atores locais, presente na excessiva atomização dos mesmos, na "promiscuidade" dos atores locais em diferentes entidades, bem como a excessiva presença dos municípios em instituições para o desenvolvimento; elevadas taxas de analfabetismo e pouca formação profissional dos habitantes destas áreas (em termos gerais); fraco desenvolvimento científico e tecnológico; falta de manutenção destes espaços; forte incidência de incêndios florestais nestas áreas; e, por fim, a "fetichização do rural" que, em muitos casos, valoriza (por vezes em excesso) a atividade turística, em detrimento da dinamização do mercado de emprego.

No que concerne às oportunidades e forças, dos espaços rurais, pese embora o número elevado de problemas ou fraquezas destes espaços, é também possível destacar um amplo número de oportunidades que estas áreas detêm, com uma forte exclusividade. Tanto que, é possível afirmar que mais do que espaços de problemas, o "mundo rural" deve ser visto como um espaço de oportunidades que decorrem dos recursos do território (património natural, paisagem, património cultural, entre outros) e dos recursos humanos, mas que neste momento, em grande parte, são determinados por fatores externos a estes espaços. Assim, de entre as várias oportunidades ou forças, dos espaços rurais, podemos colocar em evidência os seguintes: património natural (clima, paisagem, fauna e flora) extremamente rico e diversificado, património histórico e arquitetónico (paisagens humanizadas); diversas manifestações culturais (festividades, gastronomia, entre outras); artesanato; produtos locais de qualidade (frutas, vinhos, azeite, queijo, entre outros); tradições seculares; manifestações ancestrais; oferecem

espaço abundante para a instalação de infraestruturas e equipamentos; oferecem um conjunto de bens cada vez mais procurados e valorizados como a liberdade, a tranquilidade, um ambiente saudável, a proximidade com a natureza; oferece ainda boas condições para a implementação de atividades e negócios relacionados com os diferentes tipos de turismo, ligados à natureza e às tradições (por exemplo); bem como outras que aqui não foram recebidas e que serão diferentes dependendo de cada contexto em concreto. De referir ainda que, o desenvolvimento sustentável destes territórios poderá passar por uma valorização do seu potencial endógeno, uma promoção das suas potencialidades turísticas, afirmando-os e promovendo a sua competitividade e coesão, económica e social.

A singularidade dos espaços de montanha é, de facto, única, mais não seja por uma análise quase poética, a partir do que depreendemos das palavras de CARVALHO (2009:189) citando CUNHA (2003), ao afirmar que, as áreas de montanha, "como entidade geográfica é indissociável de simbologias e qualificativos: espaço barreira, espaço sagrado, espaço sublime, espaço grandioso, belo e apaixonante, mas também como espaço vazio, temido, e por vezes, maldito e odiado; como território de recursos naturais e como santuário ecológico, paisagístico e ambiental; finalmente, ainda, como espaço natural tradicional, de estabilidade e de permanência de valores que já não podem ser encontrados na sociedade urbano-industrial atual, o que confere forte valorização enquanto espaço turístico e de lazer (turismo ativo e desportivo, mas também turismo rural e ambiental)". Importa ainda referir que, para um desenvolvimento integrado e sustentável dos espaços rurais, é fundamental a elaboração de planos e de estratégias que visem esses mesmos princípios, de forma a conseguir resultados que resolvam ou atenuem o mais possível, de forma célere, as fragilidades e os problemas que estas áreas enfrentam, com o intuito de promover o desenvolvimento local, que será também um fator de desenvolvimento regional e nacional, com o qual todos poderão ganhar.

3.2. Políticas e programas de desenvolvimento para o espaço rural

"A gestão dos territórios rurais deve considerar as relações estruturais e funcionais entre agricultura, desenvolvimento rural, política urbana, desenvolvimento local e política regional" (COVAS; 2004:48).

O reconhecimento das fragilidades, mas também a perceção das mais-valias e das forças dos espaços rurais, deram origem à elaboração de políticas de desenvolvimento rural e local, mas também regional, uma vez que, "as cidades são os motores dos processos de desenvolvimento, os pólos de dinamização da economia e de fixação e atração das populações" (CAVACO, 2004:99). Segundo a autora, "as cidades são os nós de uma rede que gera e atrai os fluxos que irradiam por toda a região que as rodeia tanto melhor quanto a rede de acessibilidades. A chave do desenvolvimento pode residir na dinamização das cidades e da sua relação com o espaço envolvente" (CAVACO, 2004:99, citando DGOTDU, 2004).

Nesse sentido, o desenvolvimento deve assegurar a melhoria das condições de vida e de bem-estar das populações bem como fornecer-lhes "ferramentas" com as quais, numa fase posterior, se possam tornar autónomas permitindo assim traçar o seu próprio futuro, como o aumento do rendimento *per capita*, mas também aptidões pessoais e modos de produção. O desenvolvimento destas áreas tem ainda como principal objetivo, além dos referidos anteriormente, "contrariar a perda de vitalidade demográfica e económica, de capacidade de fixação e atração de populações, de iniciativas económicas, e não apenas a regressão das atividades primárias, em especial dos cultivos, no quadro das modificações das políticas agrícolas da União Europeia" (CAVACO, 2004:99), combatendo assim, os efeitos nefastos da desruralização dos espaços rurais, procurando introduzir o desenvolvimento sustentável destas áreas e estimular a diversificação das atividades económicas de quem nelas reside, a partir do aproveitamento dos seus recursos endógenos. Não esquecendo nunca que, o desenvolvimento, deve ser sustentável e integrado, nas suas dimensões ecológica, económica, social e cultural, correspondendo a um processo dinâmico de adaptação e mudança estritamente ligado à satisfação das necessidades do presente.

Os problemas e as carências que têm "acompanhado" os espaços rurais são de tal forma contundentes, que urge uma necessidade inequívoca de encontrar soluções para tais fragilidades. Problemas esse que, nas palavras de RIBEIRO (2010:21), estão

relacionados com "três ciclos viciosos fundamentais (perificidade, demografia e educação/conhecimento) que, estando na base do seu declínio económico e social, só podem ser rompidos através de respostas concebidas e veiculadas através de instrumentos específicos de política".

Com efeito, "a importância atual em se interpretar/compreender o rural surge da necessidade de se (re)pensar as políticas públicas de desenvolvimento rural que contemplem as peculiaridades e singularidades territoriais" (GONÇALVES, 2007:113).

Para compreender melhor a importância dos espaços rurais, importa referir que, as regiões rurais, segundo dados de 2006, representam 92% do território da União Europeia, 19% da população europeia habita em zonas predominantemente rurais e 37% em zonas com uma componente rural significativa. Estas regiões produzem 45% do valor acrescentado da União Europeia e 53% do emprego. Apesar da grande diversidade de situações, apresentam em geral rendimentos *per capita* inferiores, em cerca de um terço, à média europeia, baixas taxas de atividade das mulheres e o setor dos serviços menos desenvolvido. Face a esta realidade, e tendo em conta outras componentes já apresentadas neste ponto, é inquestionável a estrema importância de políticas e de programas que visem o desenvolvimento sustentável e a coesão das áreas rurais.

"De um modo geral, percorrendo alguns documentos de enquadramento estratégico elaborados pela Comissão Europeia, ou pelo Conselho da Europa, ou ainda pela OCDE, deparamos com a ideia comum de que o desenvolvimento rural deve ser encarado como uma necessidade social e política" (CARVALHO e FERNANDES, 2006:106). Assim sendo, "desde a Nova Política Agrícola Comum, a União Europeia tem desenvolvido uma série de iniciativas que atendem às diversas funções do meio rural, sendo hoje uma prioridade encontrar meios de estimular e ativar essa multifuncionalidade" (LUÍS, 2002:66).

No contexto da União Europeia, entre 7 e 9 de Novembro de 1996, realizou-se em Cork a "Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural", com o título "A Europa rural – perspetivas futuras". Desse encontro, ficou clara a necessidade estratégica de preservação da identidade do espaço rural europeu, sem que a esse princípio geral se deixem ajustar também outras metas, tais como a aposta nas novas tecnologias de informação e no desenvolvimento de uma rede consolidada de atores locais de desenvolvimento. De acordo com estas ideias, a Declaração de Cork define como objetivo prioritário a construção de uma imagem atrativa do mundo rural,

reforçando a ideia de que é também em cada lugar que se encontram as soluções para o desenvolvimento das comunidades locais (CARVALHO, 2009).

No final da década de 80 (1987-1988), o Conselho da Europa refletiu também sobre o espaço rural europeu, através da "Campanha Europeia para o Mundo Rural", assumindo que diversificar as ações de desenvolvimento, integrando a valorização dos patrimónios culturais locais, são também as linhas mestras desta tomada de posição.

Em Agosto de 1988, num documento dirigido ao Parlamento Europeu (O Futuro do Mundo Rural), a Comissão Europeia refere-se à ruralidade de alguns territórios europeus como importante fator de equilíbrio ecológico, atribuindo aos espaços rurais algumas outras funções vitais, como sejam as relacionadas com o lazer e o recreio. O desenvolvimento rural foi, por isso, completamente assumido aquando da reforma dos fundos estruturais em 1988 e consagrado também em Maastricht, com o alargamento dos princípios da coesão económica e social às áreas rurais, precisamente as mais carenciadas em diversos aspetos.

Nesta mesma linha é divulgado, em 1993, um documento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, com o título "*Quel Avenir pour les Campagnes? Une Politique de Développement Rural"*.

De igual modo assim aconteceu no âmbito da Agenda 2000 (Cimeira de Berlim, 1999) quando a União Europeia assumiu em definitivo um conjunto de reformas (como a modernização do modelo agrícola e promoção do desenvolvimento económico e ambiental), de modo a preservar os modos de vida rurais e as paisagens agrícolas (CARVALHO, 2009). O desenvolvimento rural foi assim assumido como o segundo pilar da PAC, com o objetivo de estabelecer um quadro coerente e sustentável para o futuro das áreas rurais, complementando as reformas dos mercados com outras ações que promovam uma atividade agrícola mais competitiva e multifuncional (*idem*).

A 2ª. Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural, realizada em Salzburgo (12 a 14 de Novembro de 2003), para avaliar a execução da política de desenvolvimento rural da União Europeia, desde a Agenda 2000, e analisar as necessidades futuras, reconheceu que o "desenvolvimento das áreas rurais já não pode assentar exclusivamente na agricultura, e que a diversificação, que dentro do setor agrícola, que para além dele, é indispensável para a promoção de comunidades rurais viáveis e sustentáveis" (UE, 2004, citada por CARVALHO, 2009:145), tendo definido diversos objetivos e as principais linhas de orientação para os espaços rurais.

No caso particular de Portugal, importa destacar o Programa de Desenvolvimento Regional 2000-2006, que sugere, igualmente, um caminho alternativo para o desenvolvimento. Este programa foi orientado para um desenvolvimento sustentável a nível económico e ambiental de forma a enfrentar de forma coesa a competitividade internacional. Assim, o desenvolvimento rural, assume-se como um dos eixos fundamentais e prioritários do desenvolvimento global e da coesão do território nacional, referindo-se a aposta na Rede Natura 2000 e nas atividades da fileira florestal; o desenvolvimento dos produtos agrícolas e de serviços agro-rurais; a importância estratégica da agricultura, num sistema geoeconómico multifuncional.

Um outro plano, o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006, também preconizou as ideias referidas no documento anterior.

Entre as Iniciativas Comunitárias destaca-se o LEADER (Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural). Num encontro organizado pelo *World Travel and Tourism Council*, em 1998, o LEADER foi descrito como um excelente exemplo da abordagem *bottom up* (ascendente), apoiando projetos de turismo, entre outros (EDMUNDS, 1999; LUÍS, 2002). De facto, a nível de desenvolvimento rural e local, o LEADER tem trazido, desde a sua criação, inúmeros projetos e iniciativas de apoio ao desenvolvimento local, com apoios para diversos setores, e com especial incidência, em termos financeiros, sobre o Turismo em Espaço Rural.

Como afirma MORENO (2005:93) "só com a criação e implementação do PIC LEADER em 1991 se iniciou, de forma consistente, um processo de promoção da inovação e de valorização das identidades territoriais e dos recursos endógenos em meio rural". Em Portugal, até 1993, isso representou o trabalho de 20 grupos de ação local (GAL), com incidência numa área de cerca de 37% do território nacional e 14,3% da população. Na fase do LEADER II registaram-se 48 GAL, abrangendo praticamente o dobro da área e cerca de 33% da população portuguesa, incluindo as ilhas. No período de 2000-2006, o LEADER + apresentou 52 organizações associativas a promover o desenvolvimento local em cerca de 80% do território nacional. O Turismo em Espaço Rural (TER), que passou de cerca de 50% do investimento (de 57%, em termos de execução efetiva) no LEADER I para apenas 26,5% no LEADER II, foi o principal domínio de incidência.

"Trata-se de um Programa que introduziu uma abordagem territorial, integrada e participativa (LEADER I). O LEADER II acrescentou a relevância da inovação (projetos inovadores) e o LEADER + assumiu como elemento fundamental a

cooperação e a organização das parcerias a nível local, interterritorial e transnacional" (MORENO, 2005:95, citando VEIGA, 2003:6).

"Foram identificadas sete especificidades fundamentais como sendo caraterísticas da abordagem LEADER: 1) a abordagem territorial; 2) a abordagem ascendente; 3) o grupo local; 4) o carácter inovador das ações; 5) a ligação entre as ações (abordagem integrada, multissetorial); 6) a instalação em rede (a nível regional, nacional e europeu) e a cooperação transnacional; 7) as modalidades de gestão e de financiamento. São os resultados produzidos pela combinação destas especificidades que formam aquilo a que chamamos o valor acrescentado da abordagem LEADER" (MORENO, 2005:95, citando ELENA SARACENO *et al*., 1999).

Atualmente, as políticas e os programas orientados para os espaços rurais, são contempladas pelo Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013. Após o acordo sobre o novo Fundo de Desenvolvimento Rural, ocorrido em 2005, todos os países envolvidos tiveram que elaborar Planos Estratégicos Nacionais e Programas Nacionais de Desenvolvimento Rural, que em Portugal ficou a cargo do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Nesse sentido, no quadro de apoios preconizados pelo FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), e "distribuídos" pelo território nacional através do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), os grandes objetivos a atingir, de 2007 a 2013, são os seguintes: aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal; promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais; revitalizar económica e socialmente as "zonas rurais" (a sua implementação tem como base a metodologia LEADER e as ADL); reforçar a coesão territorial e social; e, promover a eficiência da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão setorial e do território rural.

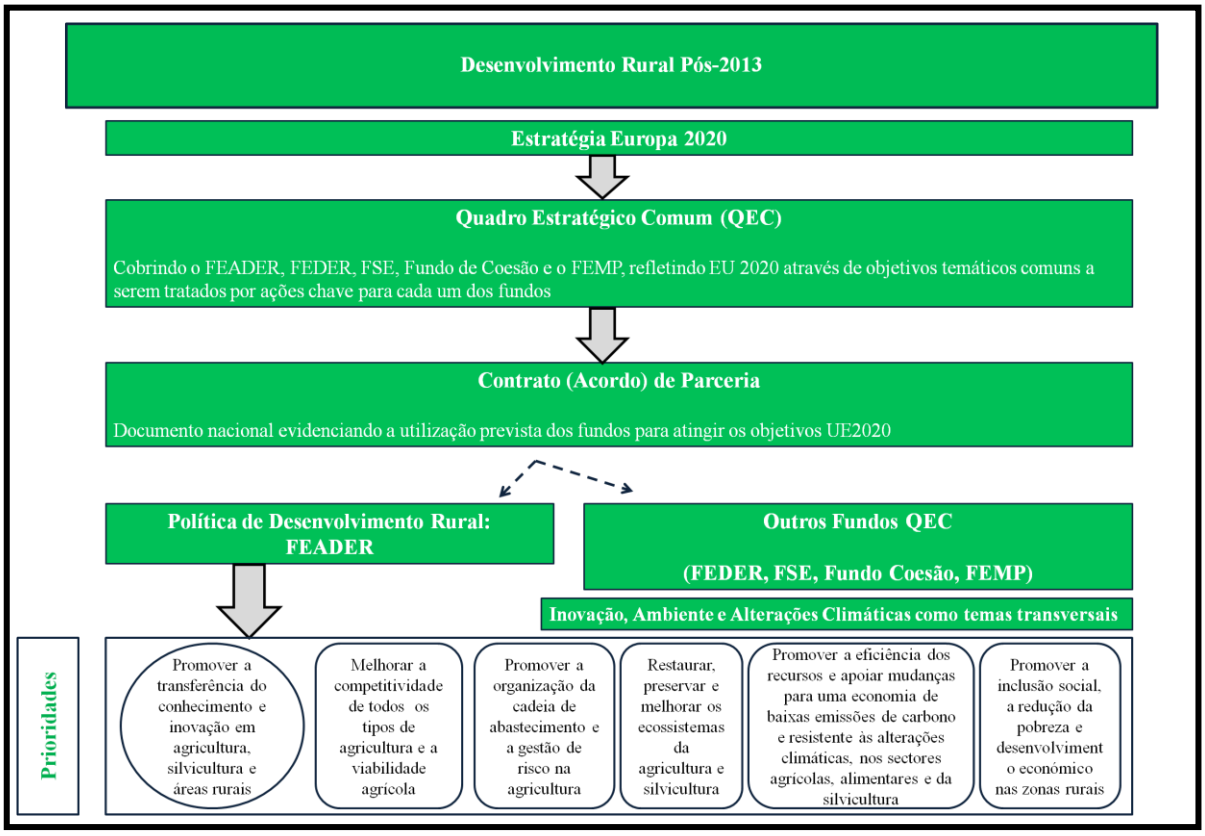
Para uma aplicação dos fundos oriundos do FEADER, e consequentemente do QREN, é fundamental uma estreita relação entre os atores de desenvolvimento local e os municípios; entre os municípios e o Estado; bem como entre o Estado e as Instituições Europeias. Tal relação é também fundamental na gestão dos espaços rurais, pelo que todas as políticas e planos de desenvolvimento têm que ter em conta as especificidades de cada território, tarefa na qual os atores locais devem ter uma palavra a dizer.

3.2.1. O desenvolvimento rural pós-2013

Com a aproximação do final da vigência do período de programação das políticas comunitárias para o período 2007-2013 começam-se, num período de forte contenção orçamental dos Estados e, consequentemente, com reflexos no orçamento Comunitário, a encetar as negociações e definições das estratégias para o novo ciclo de programação das políticas comunitárias. Sendo certo que nenhum dos Estados-Membros quer ver reduzido o total de verbas de que têm beneficiado nos últimos anos (e em especial aqueles que enfrentam, neste momento, fortes restrições orçamentais por força dos Planos de Ajustamento Financeiro que têm vigentes nos seus territórios) as negociações são, hoje mais do que nunca, extremamente importantes para a definição e prossecução de metas de desenvolvimento para a União Europeia e para os Estados-Membros no geral mas, em particular, para o desenvolvimento rural, considerado como um dos pilares importantes para o desenvolvimento sustentável dos países.

No caso concreto de Portugal, parece ser certo que muito ainda há para fazer no que concerne ao desenvolvimento rural mas, é inquestionável também, que não poderemos desperdiçar os Fundos e verbas já aplicados no território nacional, sendo que é necessário prosseguir e dar continuidade aos investimentos já realizados, dotando os territórios rurais dos instrumentos necessários para o seu desenvolvimento, para que, posteriormente, estes possam aumentar o seu contributo no desenvolvimento do país, criando condições para que o peso dos espaços rurais no Produto Interno Bruto possa crescer e cimentar um lugar na recuperação e, consequente, estabilidade económica e financeira de Portugal.

Relativamente ao processo de preparação do novo ciclo de políticas comunitárias para o período 2014-2020 (sintetizadas pela Figura 2) este assenta em quatro elementos de referência principais propostos pela Comissão Europeia: o documento *Europa 2020*, estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo; uma proposta de orçamento para o referido período, designada *A Budget for Europe 2020*; um projeto de pacote legislativo sobre as futuras políticas comunitárias e, por fim, uma proposta de elementos para um Quadro Estratégico Comum para os cinco fundos.



Elaborado a partir de: DINIZ (2012).

Figura 2 – O Desenvolvimento Rural pós-2013, esquema de síntese.

Na *Estratégia Europa 2020* são estabelecidas três prioridades:

– Crescimento inteligente: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação;

– Crescimento sustentável: promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva;

– Crescimento inclusivo: fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial.

A Comissão propõe, para a concretização dessas prioridades, cinco grandes objetivos, associando-os à definição de metas quantificadas. A Comissão propõe, ainda, que cada Estado-Membro traduza a *Estratégia Europa 2020* em objetivos e trajetórias nacionais. "Esta estratégia contém diversas menções às componentes de coesão territorial e de desenvolvimento rural, mas as prioridades, os grandes objetivos e ainda as iniciativas apresentadas como emblemáticas são formulados de uma forma genérica, não territorializada. Não existem referências explícitas aos dois elementos chave deste Estudo: regiões funcionais e relações urbano-rural" (FERRÃO *et al.*, 2012:51).

O projeto de pacote legislativo integra uma proposta de regulamento de enquadramento com disposições comuns para a gestão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo Social Europeu (FSE), do Fundo de Coesão, do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP). Esse Regulamento visa garantir a utilização mais coordenada e coerente dos cinco fundos comunitários.

O projeto apresentado pela Comissão está alinhado com os objetivos e metas da *Estratégia Europa 2020* e pressupõe o estabelecimento de um Quadro Estratégico Comum ao nível da União Europeia e de Contratos de Parceria entre a Comissão e cada um dos Estados-Membros.

O Quadro Estratégico Comum visa materializar os objetivos temáticos comuns e as metas de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que se encontram consagrados na *Estratégia Europa 2020* em ações suscetíveis de serem apoiadas pelos distintos fundos comunitários, assegurando a utilização integrada desses fundos na concretização de objetivos comuns (art.º 10 da proposta de Regulamento). Os cinco fundos comunitários passam, neste novo contexto, a serem referidos como os fundos do Quadro Estratégico Comum (FERRÃO *et al.*, 2012:51).

"Os Contratos de Parceria entre a Comissão e cada um dos Estados-Membros identificam os compromissos estabelecidos entre os parceiros de nível nacional e regional e a Comissão visando a concretização dos objetivos *Europa 2020* (art.º 13). Em termos práticos, e tendo por referência a situação atual, os Contratos de Parceria cobrem os domínios do QREN e ainda a componente de desenvolvimento rural. Os Contratos de Parceria deverão, entre outras condições, contemplar abordagens integradas de desenvolvimento territorial (art.º 14, b)" (FERRÃO *et al.*, 2012:51).

No contexto do regulamento proposto pela Comissão, destaque para o sublinhado que é dado aos seguintes aspetos:

– Novas geografias de intervenção:

A inclusão do novo objetivo de coesão territorial, em consonância com o Tratado de Lisboa e complementando os de coesão económica e coesão social, implica que se atribua maior importância às cidades, às geografias funcionais e ao nível sub-regional;

– Diagnósticos de base territorial:

"O conteúdo do Quadro Estratégico Comum deve identificar os desafios territoriais essenciais para as áreas urbanas, rurais, costeiras e de pescas, assim como

para as áreas com caraterísticas territoriais particulares referidas nos Artigos 174 e 379 do Tratado (regiões mais setentrionais com densidade populacional muito baixa e regiões insulares, transfronteiriças e de montanha) (art.º 11); a identificação dos desafios territoriais deve ser acompanhada, sempre que se justifique, por uma lista das cidades participantes na plataforma de desenvolvimento urbano referida no artigo 7 de Regulamento FEDER (art.º 14)" (FERRÃO *et al.*, 2012:52);

– Estratégias integradas de desenvolvimento local:

"De forma a melhor mobilizar o potencial de cada local[4] e a facilitar a concretização de intervenções multi-dimensionais e trans-setoriais, a Comissão propõe que os Estados-Membros recorram a iniciativas focalizadas em territórios subregionais e promovidas pelas comunidades locais (*community-led initiatives*). A Comissão propõe ainda aos Estados-Membros que promovam a execução de estratégias integradas de desenvolvimento local e a constituição de grupos de acção local que representem os interesses das comunidades." (art.º 28, 29 e 30) (FERRÃO *et al.*, 2012:52);

– Investimento Territorial Integrado (ITI):

Quando as estratégias de desenvolvimento urbano ou territorial exijam intervenções integradas por envolverem instrumentos de mais de um eixo prioritário, do mesmo ou de diferentes programas operacionais, as ações apoiadas por fundos comunitários devem ser desenvolvidas sob a forma de investimentos territoriais integrados no âmbito de um mesmo programa operacional (art.º 99) (FERRÃO *et al.*, 2012:52).

Finalmente, a proposta de elementos para um Quadro Estratégico Comum para os cinco fundos identifica onze objetivos temáticos e identifica, para cada um deles, metas e objetivos-chave, princípios gerais de complementaridade e, ainda, procedimentos de implementação e coordenação entre os vários fundos e entre estes e outras políticas e instrumentos da União Europeia.

[4] Embora nem sempre exista uma referência explícita nesse sentido, o conceito de "local" pode aplicar-se a qualquer escala geográfica sub-regional, entre o "local" em sentido estrito e o regional. Numa Nota com perguntas e respostas sobre desenvolvimento territorial preparada pela Comissão (DG G 1 *Regional Policy Team*) e divulgada em 14 de Dezembro de 2011, refere-se o seguinte a propósito da questão *What is the definition of "local": "there is no definition of local in the legislative proposals, this will depend on the institutional set-up of the Member State. The important thing about the local development approach proposed is that it be community-led. Therefore the local area should have sufficient critical mass to implement a viable local development strategy and, at the same time, be sufficiently small to allow for local interaction. A delegated act will set out criteria for the definition of the area and the population covered by the strategy* (Art. 29 (6) CPR)" (FERRÃO *et al.*, 2012:52).

Relativamente à Política de desenvolvimento rural e à Política de Coesão, a Comunicação da Comissão: "*A PAC no horizonte 2020: Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais*" identifica o "equilíbrio territorial", a par da segurança alimentar e do ambiente e alterações climáticas, como um dos desafios a que a nova política agrícola comum terá de fazer face. A Comissão reconhece que "um número crescente de zonas rurais depende cada vez mais de fatores estranhos à agricultura devido à diversificação da sua estrutura socioeconómica", mas relembra que, nessas áreas, o setor agrícola continua a ser responsável por uma parcela significativa do valor acrescentado e do emprego, para além de gerar outras atividades económicas como a indústria agroalimentar, o turismo e o comércio. O desafio "equilíbrio territorial" surge associado à vitalidade das áreas rurais mas também à diversidade territorial da agricultura na União Europeia" (FERRÃO *et al.*, 2012:55).

Os três desafios identificados no documento dão lugar a outros tantos objetivos. O desafio "equilíbrio territorial" justifica a definição do objetivo "desenvolvimento territorial equilibrado", desdobrando-se este objetivo em três dimensões:

– Apoiar o emprego rural e preservar o tecido social das áreas rurais;

– Melhorar a economia rural e promover a diversificação**,** a fim de permitir aos atores locais explorarem o seu potencial e otimizarem a utilização de outros recursos locais;

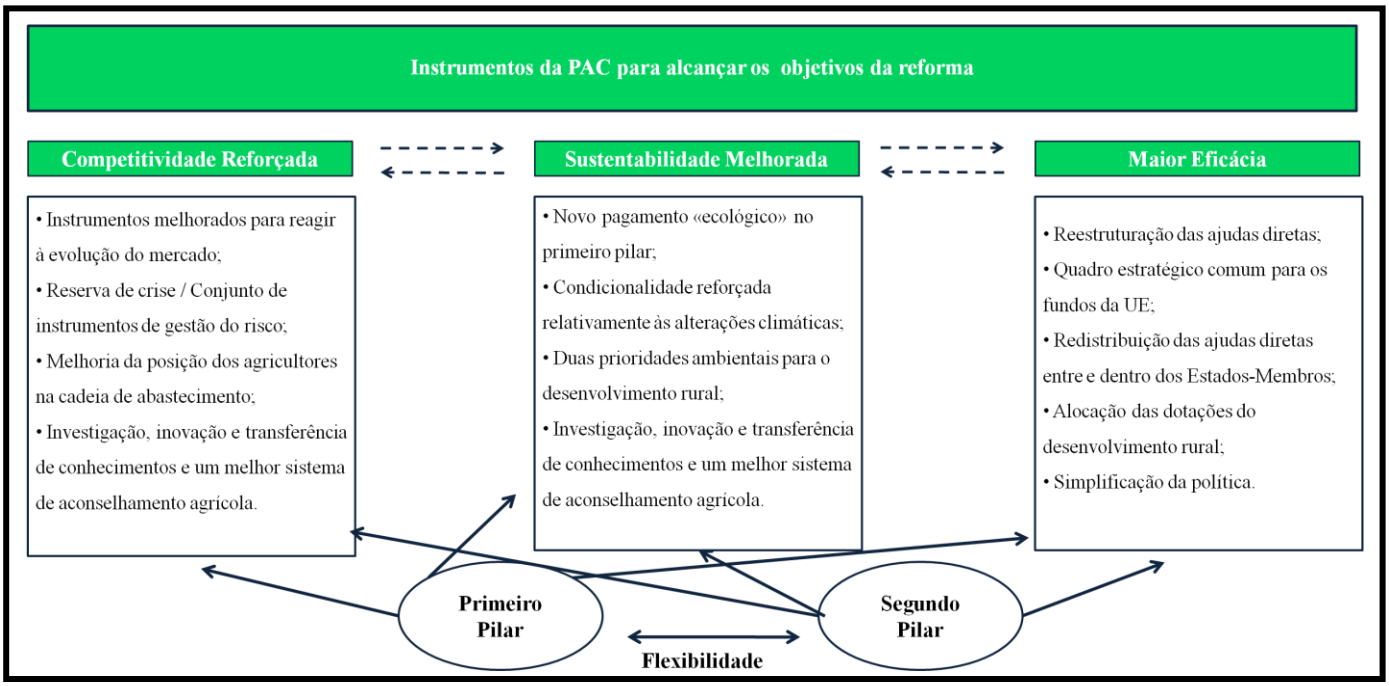
– Permitir a diversidade estrutural dos sistemas de produção agrícola, melhorar as condições de vida para as pequenas explorações e desenvolver os mercados locais, porque na Europa as estruturas agrícolas heterogéneas e os sistemas de produção contribuem para a atratividade e a identidade das regiões rurais.

Para responder aos desafios e objetivos identificados, o documento propõe os instrumentos de política que considera mais adequados, organizados em três grandes conjuntos: pagamentos diretos, medidas de mercado e desenvolvimento rural (Figura 3). No âmbito deste último conjunto de instrumentos, são identificados três objetivos, salientados por FERRÃO *et al.* (2012:53):

– Competitividade da agricultura, promovendo a inovação e a reestruturação e permitindo que o setor agrícola utilize de forma mais eficiente os seus recursos;

– Gestão sustentável dos recursos naturais, cuidando do ambiente e da capacidade de resistência da agricultura às alterações climáticas, do mundo rural, e mantendo a capacidade produtiva da terra;

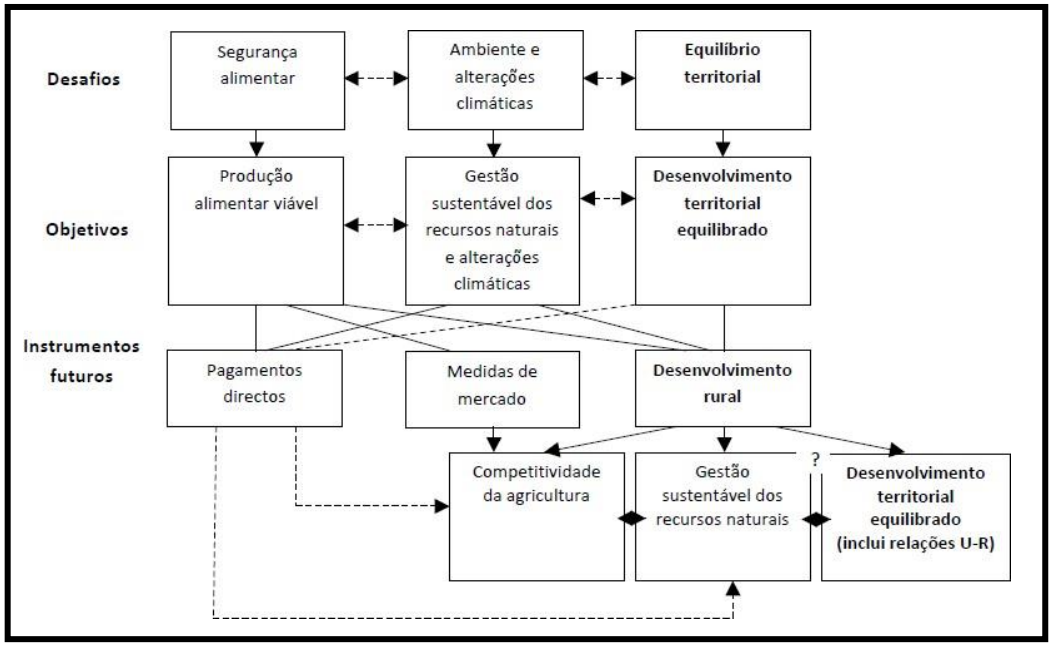
– Desenvolvimento territorial equilibrado das zonas rurais em toda a União Europeia, potenciando o papel dos habitantes locais e melhorando as condições locais e as *ligações entre zonas rurais e urbanas* (FERRÃO *et al.*, 2012:55).



Elaborado a partir de: UVA (2012).

Figura 3 – Instrumentos da Política Agrícola Comum para alcançar os objetivos da reforma 2014-2020.

A Figura 4 realça o modo como a dimensão territorial é considerada no contexto do documento. A referida Comunicação da Comissão termina com a apresentação de "três opções, não mutuamente exclusivas, quanto às principais orientações a tomar durante o processo de preparação da nova Política Agrícola Comum: uma primeira opção (cenário de ajustamento), centrada na equidade na distribuição dos pagamentos diretos entre os Estados-Membros; uma segunda (cenário de integração), mais alinhada com os objetivos da *Estratégia Europa 2020* de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo; e, finalmente, uma terceira (cenário de reorientação), que atribui maior importância a objetivos ambientais e de combate às alterações climáticas" (FERRÃO *et al.*, 2012:56).



Fonte: FERRÃO *et al.* (2012:56).

Figura 4 – A dimensão territorial em *A PAC no Horizonte 2020*.

No resumo da avaliação de impacto relativa à Política Agrícola Comum no horizonte 2020 (enviado pela Comissão Europeia ao Conselho da União Europeia) toma-se claramente partido pela segunda opção, de integração, considerada como a que maximiza o valor acrescentado da União Europeia e a que melhor garante um equilíbrio justo da nova PAC com os objetivos da *Estratégia Europa 2020.*

O mesmo documento realça, claramente, a necessidade de a PAC responder aos vários desafios económicos, ambientais, climáticos e territoriais identificados neste domínio através de uma melhor integração dos seus objetivos e dos de outras políticas da União Europeia e de um ajustamento das suas medidas em função de tais objetivos. O documento reconhece, de forma inequívoca, que a opção de integração implica uma alteração significativa na política de desenvolvimento rural, salientando que: "o resultado deverá ser uma política mais eficaz, que produza resultados conformes com as prioridades da *Estratégia Europa 2020* no âmbito de um quadro comum com outros fundos da UE, desde que as possibilidades sejam bem utilizadas pelos Estados-Membros e regiões a nível da programação e que a coordenação mais estreita com outros fundos não elimine as sinergias com o primeiro pilar" (FERRÃO *et al.*, 2012:56/57).

A orientação final politicamente adotada terá, presumivelmente, implicações do ponto de vista da importância, âmbito e conteúdo da componente "desenvolvimento rural". Porém, e independentemente da decisão que vier a ser tomada, o facto de a

Comissão propor a necessidade de melhorar as relações entre as áreas rurais e as áreas urbanas como fator de desenvolvimento territorial equilibrado das áreas rurais é significativo, na medida em que se alarga às áreas rurais, visando o seu desenvolvimento, a aplicação de uma dimensão tradicionalmente limitada às políticas de ordenamento do território e à Política de Coesão (FERRÃO *et al.*, 2012:57).

Face ao congelamento nominal do orçamento averbado ao segundo pilar da PAC no próximo período de programação financeira, a situação parece óbvia: a manutenção da política de desenvolvimento rural no estrito âmbito do segundo pilar da PAC, mesmo num contexto de possibilidade de transferências entre os dois pilares, penalizará a sua ambição; por oposição, uma política de desenvolvimento rural mais robusta terá inevitavelmente que se basear na articulação de diferentes políticas e fundos.

De facto, como afirma FERRÃO *et al.* (2012:57) "as políticas de desenvolvimento rural na União Europeia têm estado muito dependentes da Política Agrícola Comum, sobretudo, e de forma direta, do designado segundo pilar. No entanto, um maior alinhamento dos objetivos e instrumentos da PAC com a *Estratégia Europa 2020*, uma maior aproximação entre a política de desenvolvimento rural e a Política da Coesão e, finalmente, as novas oportunidades abertas pela proposta de Regulamento sobre os cinco fundos do Quadro Estratégico Comum apresentada pela Comissão, tornando possível a existência quer de instrumentos de política financiados por vários fundos quer de programas multi-fundo (no caso dos Fundos Estruturais e de Coesão), criam condições favoráveis à emergência de uma nova política de desenvolvimento e coesão rural".

Contudo, segundo DAX *et al*. (2011), citados por FERRÃO *et al.* (2012:57/58), a concretização dessa possibilidade implica:

– Uma menor dependência, por comparação com a situação hoje prevalecente, da política de desenvolvimento rural em relação à PAC;

– Um entendimento da política rural como um elemento chave da territorialização de distintos instrumentos de desenvolvimento em áreas rurais;

– A adoção de uma visão integrada e territorial que supere a dicotomia rural-urbano, permitindo reforçar a articulação e coordenação entre política de desenvolvimento rural, política regional e outras políticas ou instrumentos com incidência relevante nas áreas rurais;

– O desenvolvimento de estratégias, parcerias e formas de governança territorial capazes de dar uma resposta adequada às potencialidades e necessidades de

distintos contextos territoriais à luz do entendimento de política rural e da visão integrada e territorial tal como foram referidos nas duas alíneas anteriores;

– A integração, por parte da política regional, de objetivos de desenvolvimento rural.

Os fundamentos de uma política de coesão rural pós-2013, tendo como referenciais estratégicos o documento *Europa 2020* e o *Livro Verde sobre a Coesão Territorial*, têm, aliás, vindo a ser formalmente apresentados por responsáveis da Direção-Geral para a Política Regional. Partindo do reconhecimento de que é necessário garantir uma melhor coordenação entre os vários fatores de desenvolvimento das áreas rurais (diversificação económica, acessibilidade e serviços de interesse básico, melhoria do capital humano, etc.), é sugerida uma articulação futura efetiva entre o Pilar II da PAC e a Política de Coesão.

A Ação Preparatória "RURBAN - *Partnership for sustainable urban-rural development*" tem, precisamente, o objetivo de contribuir para identificar formas de fortalecer pontes entre as futuras política de desenvolvimento rural e política regional, através de:

– Transformação das relações rural-urbano em fatores de desenvolvimento territorial integrado;

– Identificação de boas práticas de parceria territorial que permitam melhorar as formas de cooperação entre distintos atores e desenvolver e executar iniciativas comuns envolvendo espaços rurais e urbanos numa ótica de desenvolvimento territorial integrado.

A proposta de Regulamento das ações de apoio ao desenvolvimento rural pelo FEADER apresentada pela Comissão em outubro de 2011 sublinha que as estratégias de desenvolvimento local devem incidir sobre espaços com uma dimensão que garanta a obtenção de resultados que contribuam efetivamente para concretizar as prioridades da União em termos de desenvolvimento rural e inovação.

Torna-se evidente que esta referência "parece dar razão aos que defendem uma política de desenvolvimento rural baseada em geografias de intervenção flexíveis e adequadas aos objetivos definidos e aos resultados visados […] Embora a proposta de Regulamente não o diga explicitamente, aquela observação indicia a vantagem de se *alargar a utilização do conceito de "região funcional" a áreas rurais ou a relações*

rural-urbanas, não o restringindo a regiões urbanas ou às relações urbano-rurais" (FERRÃO *et al.*, 2012:59).

3.3. Atores, redes de cooperação para o desenvolvimento e de gestão dos espaços rurais

"O estudo da configuração local específica de atores, estratégias, associações (redes de poder), relações sociais e fluxos económicos é decisivo para compreender o desenvolvimento, ou não-desenvolvimento, dos espaços rurais" (VEIGA, 2007:354).

O desenvolvimento e a satisfação das necessidades da população passam pela mobilização das potencialidades endógenas, de cada local ou região, e, em particular, das pessoas associadas e envolvidas no próprio processo de desenvolvimento local, apelando assim, a um desenvolvimento pela base, ou seja, com o empenhamento das pessoas e das associações locais para o desenvolvimento. Para que tal processo seja passível de ter sucesso e que produza eficácia prática é importante obter um determinado limiar de densidade demográfica, não descurando a dimensão técnico-económica, institucional e humana, dimensões essas fundamentais para o sucesso do processo de desenvolvimento. Um outro aspeto relevante é a importância da formação de redes, que procurem esbater a velha dicotomia entre modelos endógenos e exógenos.

Como afirma GONÇALVES (2007:113) "o desenvolvimento rural é um conceito político-social e processual, que dá prioridade à articulação entre pessoas e territórios, e à questão do poder. O desenvolvimento salienta a importância da capacitação (*empowerment*) e da participação da população local mas tentando aumentar o nível e qualidade de vida e reduzindo consequentemente as assimetrias socioeconómicas. Constrói a sustentabilidade económica e ambiental e mina a dependência através de uma ampliação de leque de escolhas e oportunidades".

Mas, o desenvolvimento rural, assumiu uma nova dimensão e, como afirmam CRAVIDÃO e FERNANDES (2003:419) "esta evolução é acompanhada pela emergência de novos atores de desenvolvimento: desde os resultantes de um sistema centralizado e usurpador de iniciativas locais, até à emergência de uma densa teia de interventores sobre o espaço geográfico. Uma prática de desenvolvimento já não perante uma população passiva, objeto inerte de políticas exógenas, mas sim para (ou com) uma

população animada pelo espírito de cidadania participativa, pela atitude crítica, pela capacidade de auto-valorização e auto-condução da sua vida pessoal e coletiva. Pelo princípio da subsidiariedade, cada problema deve ser resolvido na escala mais conveniente para o bem estar geral. Entretanto, ganha sentido um outro conceito, o de desenvolvimento local, no âmbito do qual se privilegiam as decisões e intervenções de sentido *bottom-up*".

No que concerne aos atores de desenvolvimento e de gestão dos espaços rurais, a primeira estrutura/identidade que importa referir, pela sua importância inevitável (a nível legislativo e económico), é o Estado, neste âmbito representado pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), onde se insere a Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), cujos objetivos passam pela gestão sustentável do território, a qualificação dos agentes e a diversificação económica de zonas rurais. É "obrigação" do DGADR lançar medidas e instrumentos de política que concretizem estes e outros objetivos de desenvolvimento rural.

Inserida na DGADR encontra-se a Direção de Serviços da Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DAS-TAR), "à qual compete estudar e propor as linhas de orientação estratégica e as medidas de política relativas às infraestruturas de suporte ao desenvolvimento agrícola e rural, promover e colaborar na concepção e desenvolvimento de acções de revitalização do tecido económico rural, incentivar e apoiar a qualificação das zonas rurais através da conceção e desenvolvimento de ações de preservação e valorização do património edificado cultural e paisagístico e da promoção e *marketing* das amenidades rurais" (PAIS e GOMES, 2008:14/15).

Numa outra escala de análise, surgem as entidades locais responsáveis pela gestão dos espaços rurais. O desenvolvimento rural na perspetiva da autoridade local (os municípios) operacionaliza-se através de instrumentos como: em primeiro lugar, a Agenda 21 Local (A21L), processo participativo que integra os grupos de interesse da comunidade (municípios, cidadãos, técnicos, empresários, associações) através da preparação e posterior implementação de um Plano Estratégico de longo prazo. Procura dar resposta direta às preocupações e prioridades identificadas a nível local. Depois, através da Rede Social, que opera numa outra vertente, materializa-se através da criação das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e dos Concelhos Locais de Ação Social (CLAS), constituindo plataformas de planeamento e coordenação para uma intervenção na esfera social. De entre os principais agentes de desenvolvimento local, destacamos:

as administrações públicas (instituições europeias, a nível nacional e a nível municipal); os empresários e as pequenas e médias empresas (que devem ter a perspicácia de identificar as oportunidades); as associações e agências de desenvolvimento local[5] (ADL) (de índole económica, sindical, cultural ou desportiva, que devem impulsionar a promoção da igualdade no acesso ao desenvolvimento da qualidade de vida e na redução das assimetrias regionais); e os pequenos negócios rurais (que mantenham "vivas" as tradições e que preservem a manutenção dos solos através da agricultura e de outras atividades complementares).

De entre os principais agentes de desenvolvimento local, e sem prejuízo para os restantes, destaque para as administrações públicas, e em especial para as Câmaras Municipais, e para as associações e agências de desenvolvimento local (ADL). Em primeiro lugar, as Câmaras Municipais constituem o principal agente de intervenção/dinamização económica dos pequenos territórios, principalmente os periféricos já que são dotados de autonomia administrativa e financeira para tal. "Os Municípios contribuem para o desenvolvimento sustentável dos seus espaços geográficos quer através do fomento e atração de iniciativas empresariais da promoção da boa imagem no exterior do território, proteção do ambiente, apoio a iniciativas associativas, quer fornecendo aos residentes um conjunto de bens e serviços básicos (saneamento, distribuição de água, eletricidade, serviços de proximidade, etc.) em ordem do seu "bem-estar" (GONÇALVES, 2007:144). Em segundo lugar, mencionamos as associações e agências de desenvolvimento local (ADL), quer sejam elas de índole económica, sindical, cultural ou desportiva. "As Agências de Desenvolvimento Local (ADL) têm como objetivo principal impulsionar a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao desenvolvimento da qualidade de vida e na redução das assimetrias regionais, através da congregação de espaços e apoios com vista à atuação em prol do desenvolvimento local, em redes e numa lógica territorial de organizações, grupos e indivíduos" (GONÇALVES, 2007:147).

Ainda de acordo com GONÇALVES (2007:147/148), "a intervenção das ADL, em meio rural, tem incidido essencialmente nas seguintes áreas: análise do impacto das

[5] A Associação, constituindo uma das expressões de maior vitalidade nas sociedades, é, por regra geral, caraterizada por se distinguir de outras que surgem independentemente da vontade dos indivíduos tais como a família ou a classe social. Na esteira de alguns sociólogos clássicos como Weber (1978), a associação é, em regra, apresentada como (*i*) organização de um grupo de pessoas com objetivos comuns, ainda que de diversa natureza (económica, social, política, cultural, recreativa); (*ii*) que opera de modo independente ou autónomo perante o Estado; e (*iii*) na qual cada um dos membros adere numa base voluntária (CARDOSO, 2007:6/7).

políticas nacionais e comunitárias, apresentação e defesa de propostas que promovam o desenvolvimento rural; produção, educação e difusão de documentos e realização de seminários, feiras, conferências e outras iniciativas relacionadas com a questão do desenvolvimento rural; promoção de ações de formação e apoio à conceção de candidaturas a projetos financiados pela União Europeia e relevantes para o desenvolvimento rural; circulação de informação sobre as políticas de Desenvolvimento Rural; troca de experiências entre agentes rurais e a difusão de inovação e do *Know-how*, nos territórios rurais mais desfavorecidos e com maior dificuldade de aderirem à mudança; e representação e concertação junto das entidades públicas (particularmente com o Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural e o Ministério do Trabalho e Solidariedade) e privadas".

A definição de território tem vindo a assistir a uma forte introdução de elementos interativos e relacionais na sua caraterização, de tal forma que atualmente se proclama a chamada "geografia relacional". A geografia relacional representa "uma orientação teórica onde os atores e o processo dinâmico de mudança e desenvolvimento originado pelas suas relações são a unidade central de análise" (CORREIA e BRITO, 2009:104; citando BOGGS e RANTISI, 2003).

De facto, o desenvolvimento local, do ponto de vista estratégico, "pugna-se pelo associativismo e redes/parcerias, promoção empresarial e institucional, com critérios de qualidade, apoiados por competência técnica, de índole endógena e/ou exógena, passando pela participação e envolvimento das gentes e recursos locais" (CARDOSO, 2002:17).

A título de exemplo importa referir a Rede Rural Nacional que pretende agregar e reforçar o intercâmbio entre todos os atores dos territórios rurais. Esta preconiza que a Estratégia Nacional para a agricultura e para o desenvolvimento rural deve estimular a competitividade e a sustentabilidade dessas atividades reforçando, assim, o seu contributo para o desenvolvimento do País e dos seus territórios. Como é evidente, tal "estratégia só pode ser realizada com a participação, qualificada e organizada de forma eficiente, de todos os agentes intervenientes e das populações rurais, o que implica uma aposta complementar e essencial, na melhoria da qualificação dos agentes e na sua organização para a intervenção e gestão em todo o processo de execução da estratégia" (PROGRAMA REDE RURAL NACIONAL, 2012:9).

Com efeito, a Rede Rural Nacional "tem como objetivo reforçar o intercâmbio entre todos os atores dos territórios rurais, favorecendo o conhecimento das boas

práticas e do *know-how* em coerência com as orientações comunitárias e com o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR)" (PROGRAMA REDE RURAL NACIONAL, 2012:5), estando a sua criação formalmente prevista no artigo 68º do Regulamento (CE) 1698/05, abrangendo a totalidade do território português.

Quanto ao seu âmbito de atuação e constituição legal, e de acordo com o Regulamento (CE) nº1698/05, "a Rede Rural deverá abranger a totalidade do território e os membros que a constituem deverão ser representativos das principais organizações públicas ou privadas envolvidas no desenvolvimento do mundo rural, à escala nacional, regional e local. A Rede deverá ainda ter uma expressão alargada a todos os domínios do desenvolvimento rural" (PROGRAMA REDE RURAL NACIONAL, 2012:29), sendo seus integrantes um número bastante amplo de entidades, quer públicas quer de direito privado. De facto, com base no artigo 68º do Regulamento (CE) nº1698/05, a Rede Rural deve ser constituída por organizações representativas da sociedade civil e representantes da administração pública envolvidos no desenvolvimento rural e criar uma estrutura específica para o seu funcionamento.

Assente na interação entre a administração, as organizações e outra redes envolvidas no desenvolvimento rural, a nível nacional e europeu, a Rede Rural constitui uma plataforma de partilha de informação, de experiência e de conhecimento e promovendo uma atuação que desenvolva a parceria e a cooperação em torno das ações a concretizar (PROGRAMA REDE RURAL NACIONAL, 2012:39).

Entendendo o Programa da Rede Rural como um instrumento privilegiado na implementação da política de desenvolvimento rural e, tendo em conta o diagnóstico efetuado e as orientações comunitárias para o domínio de atuação da Rede Rural, foram escolhidas as seguintes prioridades para a sua intervenção:

– Capitalização da experiência e do conhecimento;

– Facilitação da cooperação;

– Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural;

– Facilitação do acesso à informação (PROGRAMA REDE RURAL NACIONAL, 2012:26).

Para terminar esta apresentação e análise à Rede Rural importa, ainda, perceber a partir de que instrumentos esta rede reúne os fundos necessários à sua colocação em prática e à sua intervenção. Neste contexto, para o período de 2007-2013, a dotação global atribuída pelo FEADER à Rede Rural foi de 11.787.975 euros (cerca de 0,3% do

total do FEADER atribuído a Portugal), tendo havido, em Janeiro de 2012, uma revisão ao programa fixando a dotação global FEADER em 9.335.547 (PROGRAMA REDE RURAL NACIONAL, 2012:56).

Por fim, salientar, em jeito de síntese, duas ideias que, de uma ou outra forma, já foram aqui abordadas. Em primeiro lugar, destacar a grande importância dos atores públicos, com destaque particular para as Câmaras Municipais, e dos atores locais privados coletivo, associações sem fins lucrativos, no apoio ao desenvolvimento local, expressa na sua capacidade técnica para formular e executar projetos que captam capitais nacionais e comunitários. Por outro, de forma indireta, a importância da ação do Estado e da União Europeia com as políticas públicas que facultam financiamentos para projetos públicos e privados de investimento e estabelecem a redistribuição de rendimentos. Criam-se, no entanto, por vezes dependências que tornam os atores beneficiários muito vulneráveis às mudanças constantes de política e das suas atuações (VEIGA, 2007:360).

3.4. Turismo, lazer e desenvolvimento dos espaços rurais

Nas últimas duas décadas o desenvolvimento rural ganhou uma ampla visibilidade. Como refere CARVALHO (2009:152) "assistimos à crescente revalorização da importância do mundo rural (onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade) e dos valores da ruralidade (também estes em mudança) para o equilíbrio e coesão do próprio sistema".

Nesta nova etapa do espaço rural, o agricultor assume um papel importante, o de preservar e manter os valores patrimoniais e paisagísticos do espaço rural. Ao integrar os espaços rurais como potenciais recetores de fluxos de turismo não quer dizer que se tenham que perder as ligações à terra e à agricultura até porque, a agricultura, funciona também, como característica do espaço rural que, portanto, importa manter e preservar.

No caso dos espaços de montanha é, também, muito importante não esquecer que o seu trajeto de desenvolvimento nem sempre foi assim, com perspetivas tão animadoras como as de hoje para estes espaços. Sendo por isso, importante e interessante referir que as áreas de montanha "conheceram" várias etapas. Segundo CARVALHO (2009:211), uma grande parte dos territórios de montanha de Portugal

atravessaram três fases de ocupação e organização do território. Na primeira etapa, correspondente ao ciclo mais longo, a ocupação e organização espacial estavam assentes no policultivo de subsistência, na pastorícia e na exploração florestal. A segunda etapa corresponde à crise das atividades tradicionais e ao intenso êxodo rural. Por fim, a terceira etapa, que surgiu a partir dos anos 80 do século XX, corresponde à abertura da montanha em relação aos novos usos e funções e à afirmação de novos valores relacionados com a paisagem natural e cultural, tal como foi referido ao longo deste ponto do trabalho.

Com efeito, "ao espaço rural foram atribuídas novas funções regeneradoras e, para o seu desenvolvimento sustentável, promoveu-se a diversificação das atividades aí realizadas, em especial as não agrícolas como, por exemplo, o turismo e o artesanato, com os objetivos de assegurar a manutenção das comunidades rurais e preservar os ecossistemas e as paisagens construídas pela agricultura. A expressão mais utilizada desde então é «multifuncionalidade do espaço rural», que, em princípio, seria geradora de novos recursos e de melhoramentos das condições de vida das populações" (ALMEIDA, 2007:310). De facto, o triângulo virtuoso – turismo, ambiente e agricultura – integra as atividades que melhor podem contribuir para um desenvolvimento rural sustentável das zonas mais desfavorecidas (COVAS, 2008).

A realidade com que nos deparamos, desde alguns anos, no meio rural português é uma nova utilização do espaço que abandonou a agricultura como atividade principal e oferece aos seus utilizadores uma função muito mais associada ao lazer e ao recreio, potenciando os recursos existentes para atrair uma população carente de estímulos que lhe permitam libertar-se de um quotidiano urbano e repetitivo e propensa a uma certa nostalgia da natureza e do retorno ao passado. "Estas utilizações foram-se democratizando progressivamente, tendo o lazer em meio rural passado a abranger um leque mais vasto da população, incluindo os próprios habitantes do meio rural, agora empregados sobretudo nas áreas dos serviços. Entre os novos usos salientam-se os passeios em todo o terreno; o turismo cultural em geral, que inclui o consumo de bens patrimoniais (desde o património edificado ao gastronómico, passando pelo artesanal e outros); a utilização dos cursos de água e albufeiras como praias fluviais e como locais de realização de desportos náuticos; e as atividades mais tradicionais, como o termalismo, a caça e a pesca" (ALMEIDA, 2007:296). Importa também considerar atividades como os percursos pedestres, o BTT e diversas outras práticas ao ar livre nos "ambientes" terrestre, aquático e aéreo.

"O tempo livre, o lazer[6,7] e o turismo são, nesta sociedade terciarizada em que vivemos, conceitos centrais, que têm vindo a merecer um olhar atento por parte dos agentes económicos, sociais e políticos. Tal facto deve-se, essencialmente, ao crescente números de atividades que se desenvolvem em seu torno e à influência que exercem, nas comunidades locais e na organização e consumo de espaço, onde ocorrem" (PINTO, 2004:17).

A implementação do turismo nas áreas rurais, como afirma CARVALHO (2009:171), "deve ser entendida como uma das vias complementares que se pretende incentivar num contexto de marginalização económica e social de grande parte dos territórios rurais, através de diferentes políticas, instrumentos e iniciativas, tendo em vista converter valores naturais e culturais em valores económicos".

Assim como os espaços rurais ganharam bastante (e continuam a ganhar) com a integração do turismo no seu quotidiano, também as áreas de montanha ganham essa visibilidade assumindo-se, de igual modo, como novas escolhas geográficas e uma excelente alternativa ao turismo massificado.

Como bem faz notar CARVALHO (2009:193) "o atual interesse geográfico pelas áreas de montanha está relacionado com a fragilidade destas áreas e com os seus recursos naturais e culturais, bem como a reconversão e a reorientação funcionais que procuram ultrapassar a crise social, económica e territorial que atinge, no geral, as montanhas".

A redução dos habitantes e da população residente nas áreas de montanha, que se tem verificado nas últimas décadas, colocam em evidência os problemas de degradação que se verificam nas áreas de montanha. Como via de resolução destes problemas e destes fatores de risco, a integração das áreas de montanha como espaços de potencial turístico podem reduzir e acabar com o abandono destes espaços, podendo ainda reabitar algumas áreas já abandonadas, dando-lhes hipóteses de poder competir com outras áreas, e revitalizando-as.

---

[6] "Le loisir est un ensemble d'occupations auxquelles l'individu peut s'adonner de plein gré, soit pour se reposer, soit pour se diverter, soit pour développer son information ou sa formation désintéressée, sa participation sociale volontaire ou sa libre capacite créatrice après s'être dégagé de ses obligations professionalles, familiales et sociales" (DUMAZEDIER, 1962; citado por PINTO, 2004:52).

[7] O termo lazer e os termos entrosados (ócio e recreação) e a expressão tempo livre, embora tenha, numa análise particular, valores simbólicos e significados distinguíveis, são, na visão de SANTOS (1996; citado por PINTO, 2004:52), vocábulos que, "na sua diversidade, têm subjacente uma realidade comum: entrecruzamento de um tempo de não trabalho (ocupação em actividades exteriores ao foro laboral, familiar…) e do espaço da sua aplicação (casa, ar livre, praia, montanha, termas, equipamentos desportivos, equipamentos culturais) ".

A possibilidade de o turismo poder "abraçar" as áreas de montanha poderá ainda resolver outro tipo de problemas, que sem a implementação do turismo nestas áreas seria extremamente difícil. Podemos referir, por exemplo, da possibilidade de dotar estas áreas com equipamentos coletivos, de serviços básicos e infraestruturas, sendo importante referir que em muitas áreas de montanha, antes da chegada da perspetiva do turismo, nem sequer havia eletricidade. O turismo pode ainda criar condições favoráveis à criação de emprego, de alguma riqueza económica e, até mesmo, de alguma autonomia dos espaços rurais e de montanha em relação ao exterior, podendo ainda atrair atividades económicas capazes de fixar população nestas áreas. Resumindo, a atividade turística pode funcionar como alavanca dinamizadora da economia dos territórios de montanha (CARVALHO, 2009:152).

3.4.1. Uma abordagem ao conceito de turismo

Tendo em conta a obra de CUNHA (1997:8) este refere que a primeira definição de turismo foi apresentada por Hunziker e Krapf, em 1942, sendo que, de acordo com estes dois professores, o turismo "é o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária". Ainda seguindo a obra de CUNHA (1997:9) e, citando a definição de turismo, de 1991, da Organização Mundial do Turismo (OMT), esta refere que "o turismo compreende as atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros".

De acordo com DOMINGUES (1990:279), o turismo é um "fenómeno socioeconómico e cultural que se baseia na deslocação de pessoas para locais diferentes da sua residência habitual, onde permanecem por períodos superiores a 24 horas, com objetivos de lazer, utilizando as facilidades de alojamento, alimentação e outras oferecidas no destino" referindo ainda que o turismo é um "conjunto de atividades profissionais, relacionadas com o transporte, alojamento, alimentação e actividades de lazer destinadas a turistas".

Quando falamos no conceito de turismo podemos, de facto, abranger diversos entendimentos possíveis, sendo prova disso as variadíssimas definições sugeridas por um grande número de autores, para este conceito. "A evolução da complexidade do fenómeno (do turismo) foi fazendo crescer a sua abrangência; hoje, para que alguém seja considerado turista basta estar fora da sua residência habitual e fazê-lo por um período de tempo e motivação económica que o distinga do comum migrante, independentemente da sua motivação, forma de alojamento ou modalidade de viagem" (UMBELINO e PAIS, 2006:215). Ainda de acordo com os mesmos autores, "muito embora o turismo dependa da apreensão do ambiente (natural e cultural) e também envolva o consumo e a transacção de bens, a essência da atividade é um conjunto de prestações de serviços de informação, transporte, alojamento, alimentação e animação", ou seja, a partir destas palavras, podemos depreender que, segundo estes autores, a grande base e suporte de turismo é o desempenho e funcionamento dos recursos humanos que acabam por servir como corpo e estrutura deste fenómeno.

Seguindo esta ordem, e com o intuito de fazer um enquadramento sobre o tema em questão, parece importante apresentar uma breve referência àquilo a que pretendemos chamar definição de turista. A palavra turista, "banalizada" como tantas outras e, assumindo-se como uma palavra do real quotidiano, é relativamente recente. Como refere CUNHA (1997:3), a expressão turista "começou a ser utilizada no início do século XIX para designar aqueles que viajavam por prazer", embora se perceba que, nos dias de hoje, essa expressão tenha um sentido mais amplo. No "quadro moderno" a expressão turista diz respeito às pessoas que se deslocam para fora do seu local de residência habitual. Para além de se ter de deslocar para um local diferente do da sua residência, uma pessoa, para ser considerada como turista, tem que permanecer nesse mesmo local por um período superior ou igual a 24 horas. Um outro aspeto a considerar é o facto de uma pessoa, que preencha todos os requisitos referidos anteriormente, e que se desloque tendo em seu benefício uma remuneração poder ou não ser considerada como turista.

Devido à dificuldade de criar um conceito que pudesse englobar todos os aspetos referidos anteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou uma definição da qual surgiram os seguintes conceitos: visitante, turista e excursionista. Visitante "é toda a pessoa que se desloca temporariamente para fora da sua residência habitual, quer seja no seu próprio país ou no estrangeiro, por uma razão que não seja a de aí exercer uma profissão remunerada" (CUNHA, 1997:7). Relativamente ao conceito de turista, o

mesmo autor refere que, "turista é todo o visitante temporário que permanece no local visitado mais de 24 horas"; e por fim, de acordo com CUNHA (1997:7), excursionista "é todo o visitante temporário que permanece menos de 24 horas fora da sua residência habitual".

3.4.1.1. Turismo e lazeres turísticos em espaço rural

"The rural areas have attracted increasing interest as a space for leisure and tourism, as a result of recent trends in tourism demand, especially from urban populations" (KASTENHOLZ e LIMA; 2011:1).

O turismo é, na verdade, encarado como um setor de elevado potencial para estimular o desenvolvimento das áreas rurais, cujas caraterísticas específicas (paisagísticas, ambientais e socioculturais) são cada vez mais valorizadas. De facto, "o turismo tem sido o eixo de intervenção mais privilegiado pelas políticas e estratégias de desenvolvimento rural. A atividade turística foi a que mais beneficiou, nos últimos anos, dos apoios financeiros de programas comunitários, sobretudo em territórios onde é mais difícil atrair investimentos" (PAIS e GOMES, 2008:15; citando MORENO, 1999).

As perspetivas, em termos de afluxo de turistas, parecem promissoras, pois como referem BALTAZAR e GARCIA (1999:331), a preferência por férias repartidas "tem provocado um acréscimo das estadas de curta duração à escala regional, tendo como destinos áreas urbanas e rurais de maior acessibilidade, com preferência para estas últimas".

O turismo rural, em particular, parece ter um potencial apreciável no quadro atual em que emergem novas preferências. Ele insere-se no designado turismo dos três "L" – *Lore, Landscape and Leisure* (tradições, paisagens, lazer) – que tende a fazer frente ao massificado turismo dos três "S" – *Sun, Sea and Sand* (sol, mar e praia).

Em Portugal, o turismo no espaço rural (TER) é recente, tendo sido consagrado legalmente em 1984 (decreto-lei nº 251/84 de 25 de julho). Atualmente, compreende os serviços de hospedagem prestados nas modalidades de casas de campo, agroturismo e hotéis rurais; bem como as atividades de animação ou de lazer que se destinem à ocupação dos tempos livres dos turistas e contribuam para a divulgação da região.

Atualmente, o Estado entende o turismo no espaço rural como "um produto completo e diversificado que integra as componentes de alojamento, restauração,

animação e lazer, baseado no acolhimento hospitaleiro e personalizado e nas tradições mais genuínas da gastronomia, do artesanato, da cultura popular, da arquitetura, do folclore, e da história" (http://www.dgadr.pt).

Em Portugal, constituem-se como empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural (Decreto-Lei nº. 228/2009, de 14 de setembro). Ainda de acordo com a mesma referência, os empreendimentos de turismo no espaço rural devem preservar, recuperar e valorizar o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente. Os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados em quatro grupos: casas de campo; turismo de aldeia; agroturismo; hotéis rurais (Quadro 2).

O turismo em espaço rural foi lançado experimentalmente em Portugal em 1978 sob a forma de turismo de habitação em quatro áreas piloto: Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa, tendo sido posteriormente alargado à totalidade do território nacional. Desde então, com um percurso por vezes algo sinuoso, o turismo em espaço rural tem vindo a assumir uma expressão cada vez mais importante no país.

"O Turismo em Espaço Rural deve ser um turismo local, um turismo de "território", desejado e gerido pelos próprios residentes, um turismo de encontro, um turismo de partilha… Um turismo onde o homem deva constituir o elemento central e essencial da sua "rusticidade", e tão atraente no acolhimento como na embalagem ou no acondicionamento dos produtos agro-alimentares. Tanto num caso como no outro, deve garante do real, do produto "autêntico", do "local", do "tradicional", "do preço não artificial e do produto não traficado" (GONÇALVES, 2007:156).

Com efeito, por norma, estes turistas querem ver "como se fazia" e "como era dantes", o que obrigou, em muitos casos, a uma nova complementaridade entre a agricultura e atividades como a gastronomia, o artesanato, a criação de gado e outras.

Quadro 2 – Modalidades de Hospedagem TER.

Casas de Campo	"São casas de campo os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais caraterísticas, na arquitectura típica local" (Artigo 4.º).
Turismo de Aldeia	"Quando as casas de campo se situem em aldeias e sejam exploradas de uma forma integrada, por uma única entidade, são consideradas como turismo de aldeia" (Artigo 5.º).
Agro-Turismo	"São empreendimentos de agro-turismo os imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável" (Artigo 6.º).
Hotéis Rurais	"São hotéis rurais os estabelecimentos hoteleiros situados em espaços rurais que, pela sua traça arquitectónica e materiais de construção, respeitem as caraterísticas dominantes da região onde estão" (Artigo 7.º).

Elaborado a partir de: Decreto-Lei nº. 228/2009, de 14 de setembro.

O lazer assume, cada vez mais, uma dimensão com elevado nível de importância na sociedade contemporânea, muito impulsionado pelo aumento dos índices de qualidade de vida associado à modernização do trabalho, que tem gerado uma maior disponibilidade para tempos livres. No lazer, apesar das múltiplas motivações de cada um, coabitam preocupações de saúde e bem-estar com enriquecimento cultural, e que muito têm feio alastrar a importância crescente do lazer na sociedade. Os espaços rurais constituem atualmente locais onde se podem encontrar ecossistemas particulares, ricos em fauna e flora, paisagens humanizadas, modos de povoamento, sítios históricos, aldeias exemplares, tradições, manifestações ancestrais, entre outros (COVAS, 1999).

São vários os lazeres turísticos procurados nos territórios rurais, fruto das condições excecionais que estas áreas geográficas oferecem. A busca de ambientes mais calmos, com capacidade de oferecer atividades de lazer em múltiplas vertentes, com graus de exigência diferenciada, com possibilidade de usufruição durante todo o ano, a custos acessíveis, com acesso facilitado e com uma complementaridade em termos de oferta de equipamentos e serviços capazes de dar resposta à necessidade da prática de lazer, tornam os territórios rurais locais muito procurados para múltiplas práticas de lazer. Os lazeres turísticos, em particular os de domínio cultural, ecológico, de natureza, o *touring* cultural e paisagístico, industrial, arqueológico, os passeios pedestres, percursos e centros de BTT, através de lugares, rotas, circuitos e redes, na amplitude de esferas geográficas diferenciadas, assumem uma crescente visibilidade e relevância no contexto contemporâneo (CARVALHO, 2012-a).

Os territórios rurais, no geral e de montanha, em particular, "oferecem uma base de recursos diversificada de extrema importância para o desenvolvimento de atividades turísticas, que lhes conferem um lugar de destaque no panorama dos destinos turísticos mais populares do mercado turístico atual. As caraterísticas únicas das montanhas – cenários de extrema beleza cénica, traços biofísicos excecionais, diversidade, isolamento e autenticidade natural e cultural – proporcionam as condições ideais para a prática de uma panóplia de atividades que enformam alguns dos mais interessantes produtos turísticos alternativos da atualidade, a maioria dos quais se inserem numa lógica de desenvolvimento sustentável, que os próprios territórios de montanha demandam" (CARVALHO e ADELINO; 2012:14).

São exemplo disso, o caso de atividades associadas ao turismo ativo, de aventura ou radical, de natureza, ecoturismo, e outras modalidades interligadas, podendo se destacar o montanhismo, alpinismo, pedestrianismo, escalada, *trekking*, orientação, bicicleta todo-o-terreno (BTT), *downhill*, todo-o-terreno turístico, parapente ou paramotor, *heli-ski* ou *heli-hike*, *birdwatching*, *geocaching*, escalada, canoagem, *canyoning*, *rafting*, entre outras.

3.4.2. Turismo e desenvolvimento dos espaços rurais: mito ou solução?

O turismo tem sido considerado como uma estratégia de desenvolvimento económico e social por variadíssimos argumentos, como o aumento de rendimentos, construção de novas infraestruturas e formação de recursos humanos, criação de emprego e aumento de produção, entrada de divisas e, no geral, criação de mais riqueza (CARDOSO, 2002, segundo SIMÕES, 1993 e C.E., 1998). Dessa forma, "the tourism development in rural areas aims to solve key business objective outside motivation and satisfaction of tourism and economic issues related to the depopulation of areas caused by migration of rural population to urban centers" (DRUȚU e DRĂGULĂNESCU; 2012:197).

Como referem NEVES *et al*. (2002:6), "as novas formas de turismo, assentes em valores como a criatividade, o intercâmbio cultural, a promoção de recursos locais e o reforço da identidade dos territórios, podem reforçar as dinâmicas das áreas rurais, a

nível demográfico, social e económico". Mas, envolve também, certos perigos e desvantagens, como a existência de flutuações de mercado (onde a procura é muito incerta e imprevisível), a eventual criação de tensões entre os membros das comunidades hospedeiras e a destruição do património e do ambiente.

As instituições comunitárias identificam, assim, o turismo como um setor elegível, no desenvolvimento da política comunitária, sendo apontado como uma estratégia para alcançar o "desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades económicas, de um crescimento sustentável e não inflacionista, que respeite o ambiente" (CARDOSO; 2002:9, citando o artigo 2º. do Tratado da União Europeia, 1995).

Como já podemos constatar, tornou-se estritamente necessário procurar atividades económicas alternativas, mas ao mesmo tempo complementares, à agricultura, de forma a poderem revitalizar e diversificar as áreas rurais marginalizadas. Uma vez que hoje a agricultura, por si só, não se apresenta como o único caminho para o desenvolvimento rural, torna-se evidente que é fundamental, sem deixar de potencializar a agricultura, encorajar e implementar medidas que, diversificando as atividades económicas, permitam promover um desenvolvimento local sustentável, como o turismo, por exemplo. Mas, o turismo, não deve servir como uma "desculpa" para desencorajar as atividades ligadas à agricultura, pode sim, servir (de forma ponderada) para uma importância parcial na revitalização dos espaços rurais. De facto, este de turismo, tem sido promovido "com el objetivo de alcanzar la revitalización social y económica" (VERA; 1997:122).

Como afirma MARGARETA (2007:1) "the rural tourism seems to be one of the best ways of revitalizing the rural areas and assuring sustainable future for them by creating or maintaining jobs, their diversity, the attracting of new services, the farm support, the cultural environment, the surrounding environment and maintaining the traditional practices and the workmanship as a mean of attracting tourists".

O turismo em espaço rural é um setor económico e social em pleno crescimento, fator esse que motiva um número cada vez maior de operadores, promotores, investidores, etc., neste domínio. De certa forma, será também correto afirmar que esta atividade, bem estruturada, poderá dar um grande contributo para um desenvolvimento rural equilibrado. Mas, embora o turismo rural possa revitalizar e capitalizar recursos locais, fixar (temporariamente) população, quebrar o isolamento social, encorajar relações e identidades socioculturais e promover consumo de produtos de qualidade,

não é a solução global e universal para resolver os problemas de subdesenvolvimento em que muitas das zonas rurais se encontram, conclusão essa também patente nas palavras de JACINTO (1995:145), "o turismo, embora possa desempenhar um papel significativo, não pode ser sempre apontado como a atividade redentora, já que dificilmente poderá ser a única alternativa para a resolução de todos os males, bem como do problema chave das áreas rurais: o emprego". Sendo uma atividade importante, deriva de uma política setorial e, por isso, não apresenta soluções globais (CARDOSO, 2002).

De acordo com GONÇALVES (2007:157), "o Turismo em Espaço Rural não é remédio universal para os problemas de marginalização económica e social das zonas rurais, mas importa promovê-lo de forma harmoniosa e sustentada, como um fator de pluri-atividade, através da dinamização de um conjunto de outras atividades económicas que dele são tributárias, dentro de um modelo integrado de desenvolvimento rural, respeitando sempre as diferenças que caraterizam cada região e os requisitos de qualidade e de comodidade exigidos pela clientela que o procura. Com uma oferta turística organizada de modo a realçar as potencialidades de cada região com circuitos temáticos selecionados numa gama de diversificação, seria possível apresentar ao visitante (…) motivos para permanecer no meio rural beneficiando este em termos de desenvolvimento".

O sucesso do turismo rural é, no geral, como afirma CAVACO (1996:354), "identificado pela evolução do número de unidades e de camas, sem ter em conta as dependências relativamente a intermediários, o custo do isolamento microempresarial num mercado global, a produtividade do trabalho e do capital, o emprego realmente criado, a naturalidade e residência dos que o ocupam, os efeitos na economia do local e da região, através de lucros, salários e procura turística de bens e serviços diversos, incluindo o das artes e ofícios tradicionais".

Mas, a consciencialização das dificuldades de êxito (do turismo como "motor" dos espaços rurais), não deve, de todo, ser um fator inibidor ou, até mesmo, dissuasor da tomada de iniciativas, endógenas ou exógenas, de desenvolvimento de atividades específicas, relacionadas com o turismo ou com qualquer outra atividade. Será sim importante preparar qualquer ideia ou plano com o devido cuidado e conduzi-las com a ousadia necessária (responsável) (CAVACO, 1996).

4. Do Programa à Rede das Aldeias do Xisto

4.1. Objetivos, pressupostos e estrutura do Programa das Aldeias do Xisto

O Programa das Aldeias do Xisto foi criado em 2001 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), empregando fundos comunitários provenientes do Programa Operacional da Região Centro (Medida II.6, componente do FEDER). O Programa desenvolve-se como uma das principais linhas da "Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior" (AIBT-PI). "Esta Ação Integrada é uma das medidas do Programa Operacional da Região Centro[8] que, no período de 2000 a 2006, aplica, nesta região, o III Quadro Comunitário de Apoio" (FERRÃO DE CARVALHO, 2006:27), sendo que, como já foi referido anteriormente, o Programa das Aldeias do Xisto é integralmente financiado pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional).

A AIBT-PI (Figura 5) abarca um território de 510 mil hectares em 21 concelhos, repartidos pelas sub-regiões do Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Cova da Beira e Beira Interior Sul, com um total de 180 mil habitantes (à data da criação da AIBT). Com um território tão vasto e diversificado, cheio de potencialidades mas, ao mesmo tempo, tão fragilizado e periférico, a Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior definiu três linhas estratégicas de desenvolvimento: a constituição de uma Rede das Aldeias do Xisto; de uma Rede de Percursos do Pinhal Interior; e, de uma Rede de Praias Fluviais. A aplicação prática destas três linhas tem vindo a ser gerida numa perspetiva integrada, ou seja, as três linhas não podem ser independentes umas das outras, mas sim interligarem-se de forma a criarem dinâmicas que possam afirmar o Pinhal Interior no seu conjunto. Tal objetivo só se torna possível numa perspetiva de funcionamento em "rede".

Este território de 21 concelhos está situado bem no centro do "retângulo Lusitano", onde o substrato rochoso é predominantemente o xisto, facto que sempre influenciou a atividade das comunidades que aqui residiram e residem, bem como o tipo

[8] Com o Programa Operacional da Região Centro (PORC) ("Quadro Comunitário de Apoio III"), "desenhou-se" um novo caminho e uma nova estratégia para o desenvolvimento regional e local. No geral, o PORC "estabelece uma estratégia e disponibiliza meios para estruturar o território segundo três eixos prioritários: apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal; acções integradas de base territorial; intervenções da administração central regionalmente desconcentradas" (CARVALHO, 2009:518).

de construções tradicionais que ficaram nas suas paisagens (FERRÃO DE CARVALHO, 2006:27).

De entre os 21 municípios abrangidos pela AIBT-PI apenas em 14 foram selecionadas aldeias para beneficiarem do Programa, com um total de 24 aldeias a serem abrangidas pelo Programa das Aldeias do Xisto, sendo que, atualmente, são 17 os concelhos que abarcam as 28[9] Aldeias do Xisto que constituem a Rede das Aldeias do Xisto (Figura 5).

As Aldeias do Xisto são, então, constituídas por 28 povoações, distribuídas por 17 Municípios: Arganil (Benfeita e Vila Cova de Alva); Castelo Branco (Sarzedas e Martim Branco); Figueiró dos Vinhos (Casal de São Simão); Fundão (Janeiro de Cima e Barroca); Góis (Aigra Nova; Aigra Velha, Comareira e Pena); Lousã (Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal); Miranda do Corvo (Gondramaz); Oleiros (Álvaro); Pampilhosa da Serra (Fajão e Janeiro de Baixo); Penela (Ferraria de São João); Proença-a-Nova (Figueira); Sertã (Pedrógão Pequeno); Vila de Rei (Água Formosa); Vila Velha de Ródão (Foz do Cobrão); Oliveira do Hospital (Aldeia das Dez); Pedrógão Grande (Mosteiro) e Covilhã (Sobral de São Miguel).

O processo de seleção das aldeias foi realizado pela gestão da AIBT através da avaliação das candidaturas apresentadas pelos municípios. As Câmaras Municipais concorreram ao Programa, e aos seus fundos, mediante a apresentação de Planos de Aldeia, elaborados por equipas técnicas multidisciplinares. Basicamente, o Plano de Aldeia, é um documento de trabalho que traduz um estudo aprofundado da aldeia, da sua envolvente e população. A partir desse estudo são definidas linhas de ação concretas a adotar no território para fomentar o desenvolvimento integrado dessa área. Esse desenvolvimento passa, numa primeira fase, pela "recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturação com redes básicas" (CARVALHO, 2006-a:219). O PAX promove também os produtos locais, a animação turística das aldeias e a qualificação dos seus habitantes e agentes económicos, tudo isto com base nos principais objetivos do Programa: "melhorar a qualidade de vida das populações, elevar a sua auto-estima e revitalizar o tecido económico e social" (CARVALHO, 2006-a:219), bem como criar emprego e qualificar os recursos humanos de

[9] De momento a Rede das Aldeias do Xisto é constituída por 27 aldeias, na sequência da desistência da Foz do Cobrão.

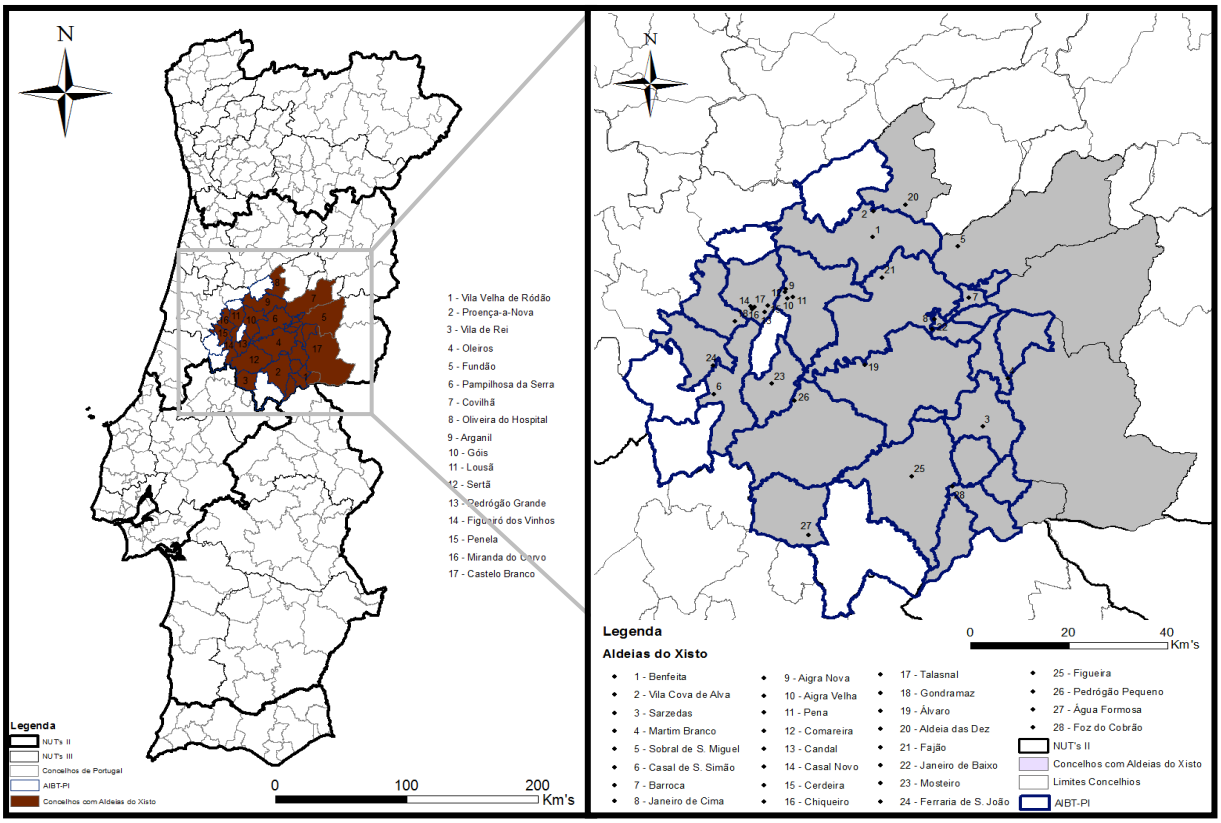
forma a permitir o surgimento de uma nova base económica, tentando assim, afirmar as aldeias como património com potencial turístico, com pessoas e com os seus costumes.

Para se ter uma noção mais precisa do ponto de partida do Programa será importante referir que, antes da "chegada" do PAX às aldeias, só 13 das 24 aldeias tinham acesso a abastecimento de água ao domicílio; apenas 10 aldeias estavam dotadas de uma rede de saneamento e tratamento de efluentes; havia apenas uma unidade de alojamento (com 2 quartos); só existiam duas unidades de restauração; a população residente nas 24 aldeias era de 1202 habitantes e as aldeias tinham apenas 72 crianças a frequentar o 1º ciclo do ensino básico (FERRÃO DE CARVALHO, 2006:28).

Relativamente às obras e trabalho realizado *in situ*, no contexto das aldeias alvo de intervenção pelo PAX, foram acompanhados de rigor e qualidade, quer a nível de materiais utilizados, quer no objetivo, extremamente importante, de preservar as características e os traços originais, demarcadamente caracterizadores destas áreas predominantemente xistosas.

Com um investimento global a rondar os 13.358.685,01 milhões de euros, o Programa das Aldeias do Xisto em desenvolvimento nas 24 aldeias, estando já finalizado em grande parte delas, tem/teve quatro vertentes de atuação: infraestruturas; qualificação de espaços públicos; imóveis públicos ou comunitários; e imóveis particulares.

A implementação e o plano de atuação do PAX desenvolvem-se em duas etapas. A primeira, já concluída na grande maioria das aldeias, "foi orientada para a requalificação e infraestruturação dos lugares serranos. A segunda etapa está a ser orientada para as ações de promoção e animação das Aldeias do Xisto" (CARVALHO 2006-a:221), sendo extremamente importante integrar as áreas abrangidas pelo PAX na lista dos destinos turísticos culturais e ambientais, ligados à natureza e à montanha.



Elaborado a partir do Atlas do Ambiente Digital.

Figura 5 – Programa e Rede das Aldeias do Xisto: enquadramento e expressão territorial.

Tendo em conta a promoção das Aldeias foram criados incentivos específicos direcionados para o apoio de iniciativas de investimento empresarial bem como a elaboração de um Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto (representado no Quadro 3), criado e divulgado pela PINUS VERDE, com o apoio da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) e, com uma estreita colaboração com outros agentes públicos e privados, com o intuito de desenvolver várias ações designadamente as seguintes: criação de um novo destino e de um novo produto turístico no Centro do país, onde a qualidade e a exigência são pilares primordiais; criação de uma marca identificativa e promotora do território (Marca "Aldeias do Xisto"); sinalização direcional na rede viária para estas áreas; continuação do projeto "Revista das Aldeias do Xisto"; criação de lugares destinados à promoção e comercialização de produtos das Aldeias do Xisto, identificados por um selo representativo da marca que "atesta" a qualidade dos mesmos, as chamadas "Lojas das Aldeias do Xisto"; promoção turística das Aldeias do Xisto através da criação de uma associação de desenvolvimento turístico, criando e implementando um Plano de Animação Turística das Aldeias do Xisto; construção de uma rede que englobe todas as

aldeias intervencionadas no âmbito do PAX, com o intuito de promover os locais sob a forma de uma rede funcional, a chamada "Rede das Aldeias do Xisto" (CARVALHO, 2006-a:222).

Quadro 3 – Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto.

Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto
Objetivos do Projeto:
- Melhoria da qualidade de vida das populações locais;
- Promoção das atividades económicas tradicionais e dos produtos locais;
- Dinamização dos agentes económicos do território;
- Animação;
- Promoção e comunicação;
- Dinamização de parcerias e construção de um modelo de gestão empresarial;
- Construção de uma rede assente no produto turístico "Aldeias do Xisto";
- Viabilidade económica;
- Formação, qualidade, certificação da rede, atendimento e informação turística;
- Serviços de proximidade.

Adaptado de: PINUS VERDE (2006:100).

Em suma, "trata-se de um projecto de desenvolvimento, associado ao turismo cultural e de natureza, que pretende criar e afirmar um produto turístico e uma marca de qualidade, destinada ao segmento de mercado dos "novos turistas", através da construção de uma rede integrada de sítios (requalificados e dotados de novas ou renovadas funcionalidades) e de parcerias ativas envolvendo entidade públicas e privadas", como refere de forma muito esclarecedora CARVALHO (2006-a:222).

4.2. A Rede das Aldeias do Xisto

"A medida II.6 da "Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEDER)" é a referência de enquadramento da linha de ação "Infraestruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades", que fomenta a requalificação de uma

série de aldeias, referidas no ponto anterior, de forma a sustentar uma rede de lugares de interesse turístico, dando apoio a projetos, de forma a "estabelecer uma rede de percursos ativos (pedestres, BTT, TT, rodoviários) e culturais (arquitetura tradicional, arqueologia), numa perspetiva integrada que promova a globalidade da região, a requalificação e o estabelecimento de novas praias fluviais, e o estabelecimento de uma iniciativa museológica constituída por iniciativas temáticas ou desenvolvidas em conjunto ou em elementos isolados, dispersos pelo território e preservados *in situ*" (CARVALHO, 2009:518/519, citando CCDR, 2001:38).

Assim sendo, os lugares passam a ser integrados em rede, envolvendo esforços entre atores e entidades (públicas e privadas), assumindo-se uma visão conjunta de todo o território das Aldeias do Xisto (interpretando "a velha máxima" de que "o todo deve ser mais do que a soma das partes"), para a partir daí os lugares poderem tirar o máximo proveito dessa integração, completando-se uns aos outros, tornando-se assim, mais eficientes e completos, ou seja, mais atrativos. É nesta ótica que surge e que se baseia a "Rede das Aldeias do Xisto".

Para a concretização do propósito de afirmar as Aldeias do Xisto como um produto turístico destinado a captar um segmento de mercado muito exigente (ao nível da qualidade do serviço, da oferta cultural, da informação disponível e prestada, entre outros) e potenciar paisagens que oferecem prodigiosas possibilidades de lazer, manifestou-se indispensável a criação da Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR).

A ADXTUR (entidade privada sem fins lucrativos), através de uma parceria que envolve 19 Municípios da Região Centro e com mais de 230 operadores privados que atuam no território, "constitui uma plataforma de cooperação muito relevante no percurso de afirmação das Aldeias do Xisto. A oferta de serviços e produtos turísticos dos seus associados (alojamento, restauração, animação turística e comércio tradicional), articulada com o calendário de animação das Aldeias do Xisto, é uma das faces de maior visibilidade da ação inovadora deste órgão colegial, tendo em vista gerir e promover a marca Aldeias do Xisto, articular entidades públicas e agentes privados, induzir dinâmicas locais de desenvolvimento sustentável (através da diversificação e dinamização das atividades económicas, especialmente na área do turismo), valorizar recursos endógenos e contribuir para a integração do Pinhal Interior (na versão AIBT) nas dinâmicas emergentes do mercado turístico" (CARVALHO; 2010:187).

A Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto engloba as vontades públicas e privadas de uma região, que se agregam em torno da gestão partilhada de uma marca, na promoção conjunta de um território, na criação de riqueza a partir da oferta de serviços de índole turística e na preservação da cultura e do património das áreas abrangidas pela RAX. Pretende, assim, contribuir para o desenvolvimento integrado do território, "combatendo" o despovoamento, o esquecimento e o abandono, entre outros aspetos já referidos nesta dissertação.

No que concerne ao nível de gestão da ADXTUR este está alicerçado em grupos de trabalho setoriais, nomeadamente: praias fluviais (Rede de Praias Fluviais Aldeias do Xisto); ambiente, caça e pesca; ordenamento do território e regulamentos urbanos; produtos turísticos; Rede de Lojas Aldeias do Xisto; formação e qualidade (certificação); comunicação e *marketing*; projetos de desenvolvimento e cooperação estratégica, que equivalem aos eixos estratégicos de ação da Agência.

A presença das Aldeias do Xisto em variados eventos nacionais (como a Bolsa de Turismo de Lisboa, por exemplo) e internacionais (como aconteceu na Feira Internacional de Turismo de Berlim em 2009) demonstra também a sua integração nas estratégias de promoção turística das marcas Centro de Portugal e Portugal (CARVALHO; 2010:187).

No panorama interno, importa salientar o calendário de animação das Aldeias do Xisto, ou seja, um programa permanente de eventos idealizados em conjunto com os parceiros locais. O número de eventos já realizados cifra-se em largas dezenas, de forma continuada e com forte incorporação de inovação, em áreas como a gastronomia, o artesanato, a educação ambiental e patrimonial, o desporto de natureza, entre outros.

A RAX assenta sob os princípios da responsabilidade social e pretende diferenciar-se como uma marca que se afirma por uma qualidade genuína. A estreita cooperação entre as entidades públicas e privadas com base nos princípios da igualdade, participação e solidariedade institucional entre todos os seus membros são o segredo para o sucesso deste projeto de desenvolvimento local. Todo o programa, bem como as ações a ele subjacentes, assentam sempre no princípio do desenvolvimento sustentável, tendo em conta o principal objetivo do programa: melhorar a qualidade de vida das populações que habitam nestas áreas de baixa densidade, através de mecanismos e ferramentas para poderem criar condições favoráveis ao seu desenvolvimento e ao seu crescimento económico. Exemplo disso é a criação da Rede de Lojas das Aldeias do Xisto que pretende promover os produtos locais, os seus artesãos e produtores,

recuperando atividades tradicionais e dinamizando pequenas economias ao nível de aldeia.

A integração de todas as atividades ligadas à marca das Aldeias do Xisto, no plano ambiental, assenta de forma extremamente rigorosa, na preservação do meio ambiente. A integração e a "comunhão" Homem – Meio é sempre feita de forma a que haja o mínimo "prejuízo" para o ambiente e para o espaço que agrega todos os aspetos da natureza. As atividades realizadas no âmbito das Aldeias do Xisto caraterizam-se por "zero emissões de CO2" onde o contacto dos visitantes com o património natural é sempre estimulado numa perspetiva de utilização sustentável dos recursos naturais.

A Rede das Aldeias do Xisto (Figura 5) tem como objetivo afirmar-se através dos padrões de qualidade dos agentes económicos aderentes à marca. Para poder "atestar" essa qualidade, existe um selo da marca que é a garantia, para o consumidor, de que há confiança corporativa no agente ou no produto que tiver o selo de qualidade. O selo de qualidade também "transporta" "as preocupações ambientais pelo exercício de boas práticas, as preocupações sociais pela integração de todos no processo de construção e desenvolvimento deste destino turístico" (RAMOS, 2009:106).

Como já referimos, a ADXTUR tem como principal objetivo a criação de modelos de qualidade para as diversas vertentes da marca "Aldeias do Xisto". A concretização desse objetivo será feito através da criação de um Selo de Recomendação das Aldeias do Xisto, que indicará o nível de certificação e/ou qualidade de um determinado produto ou serviço.

O projeto de dinamização da Rede das Aldeias do Xisto já alastrou a sua marca a submarcas e a projetos complementares. São exemplo disso a Rede de Lojas das Aldeias do Xisto, que comercializam produtos locais (mel, compotas, queijos, licores, aguardentes, chás, produtos em linho, máscaras tradicionais do Entrudo, miniaturas de casas em xisto, tapeçarias, entre outros); o Calendário de Animação das Aldeias do Xisto, um programa de eventos realizados nas aldeias; a Rede de Património do Xisto, um projeto internacional de parceria com R∅ros; a Rede de Praias Fluviais (Figura 6); a Rede da Arte Rupestre da Região Centro.

"As preocupações no que diz respeito ao desporto de natureza, designadamente percursos pedestres e BTT, revelam-se em iniciativas como os Caminhos do Xisto (percursos pedestres locais, em Água Formosa, Benfeita e Gondramaz, entre outras), a Grande Rota das Aldeias do Xisto (de que é exemplo o troço entre Ferraria de São João e Casal de São Simão), os caminhos pedestres acessíveis (Gondramaz), e os Centros de

BTT das Aldeias do Xisto (mais uma iniciativa inovadora em Portugal) que apresentam um conjunto de equipamentos para os praticantes desta modalidade (estacionamento, balneários, estação de serviço para bicicletas em regime de *self-service*), associados aos trilhos de BTT (sinalizados e disponíveis ao longo de todo o ano, com diferentes níveis de dificuldade) por entre paisagens de rara beleza, como acontece na Serra da Lousã (Gondramaz, Ferraria de São João, Lousã) " (CARVALHO; 2010:186/187).

Os "Caminhos do Xisto" correspondem a 23 percursos pedestres, de pequena rota, implementados no território das Aldeias do Xisto. Aproveitando, na generalidade, caminhos antigos, os percursos desenvolvem-se a partir das aldeias, ou nas suas proximidades, possibilitando um contacto muito próximo com o território e os seus valores naturais e culturais (TOVAR, 2010).

"De acordo com a ADXTUR, a implementação desta rede de caminhos, pretende ser um fator de inovação do produto turístico existente no território, aumentando a capacidade de atração e a qualidade do mesmo, contribuindo para a criação de um destino de excelência de Turismo de Natureza, permitindo ainda o alargamento das actividades de lazer, não só para os turistas como para a população local" (TOVAR, 2010:95).

No total, são quase 171 km de percursos sinalizados, ligados a 20 das 27 aldeias que constituem a Rede de Aldeias do Xisto. A esmagadora maioria dos percursos pedestres são circulares (num total de vinte), com início e fim numa das aldeias (Tabela 3). A "Rota das Tradições do Xisto", Caminho do Xisto em Góis, une as 4 Aldeias do Xisto deste concelho: Aigra Nova, Aigra Velha, Pena e Comareira. Apenas 3 dos Caminhos do Xisto assumem a forma linear (Caminho do Xisto Gondramaz Acessível; Caminho do Xisto de Gondramaz – Nos passos do Moleiro; Caminho do Xisto de Martim Branco – Pela Ribeira de Almaceda), com o ponto de chegada diferente do ponto de partida.

Todos os percursos encontram-se marcados/sinalizados de acordo com as normas da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e foram submetidos ao processo de homologação, que se encontra em curso ou, em alguns casos, já concluída (ADXTUR, 2010, citada por TOVAR, 2010:96).

A informação sobre os percursos encontra-se disponível, em português e inglês, na página de internet das Aldeias do Xisto ou nas Lojas das Aldeias do Xisto bem como dos Posto de Turismo de cada Município. Para cada um dos percursos pedestres (com exceção do Caminho do Xisto de Fajão – Voltinhas do Ceira) existe um folheto

(encontrando-se, também disponível, *on-line*, a informação para GPS) (Figura 6), disponível para *download*, com informação bastante detalhada, que inclui: identificação dos percursos, mapa/esquema, distância, duração, tipo (circular ou linear), desnível acumulado, altitude máxima e mínima, texto descritivo, pontos de interesse, altimetria, grau de dificuldade, época do ano aconselhada, informações e contactos úteis, sinalética, normas de conduta e identificação dos promotores (TOVAR, 2010:96).

Tabela 3 – Caminhos do Xisto, Rede de Percursos Pedestres das Aldeias do Xisto.

Percurso Pedestre	Aldeia(s)	Concelho	Forma	Dificuldade	Extensão (em Km)
PR1 FUN – CX da Barroca - Rota das Gravuras Rupestres	Barroca	Fundão	Circular	Fácil	9,2
PR2 FND – CX de Janeiro de Cima - Ó da Barca!	Janeiro de Cima	Fundão	Circular	Fácil	10
PR1 LSA – CX da Lousã 1 - Rota dos Moinhos	Lousã	Lousã	Circular	Fácil	6
PR2 LSA – CX da Lousã 2 - Rota das Aldeias do Xisto da Lousã	Talasnal, Casal Novo	Lousã	Circular	Fácil	6
PR1 OLR – CX de Álvaro - Longra - *Mui Nobre Villa*	Álvaro	Oleiros	Circular	Fácil	7,3
PR2 OLR – CX de Álvaro - Gaspalha - Nos meandros do Zêzere	Álvaro	Oleiros	Circular	Fácil	6,3
PR1 MCV – CX Acessível do Gondramaz	Gondramaz	Miranda do Corvo	Linear	Muito Fácil	0,45
PR2 MCV – CX de Gondramaz - Nos passos do Moleiro	Gondramaz	Miranda do Corvo	Linear	Fácil	5,6
PR2 CTB – CX de Martim Branco - Pela Ribeira de Almaceda	Martim Branco	Castelo Branco	Linear	Muito Fácil	9,5
PR3 CTB – CX de Sarzedas - Nos poços mineiros	Sarzedas	Castelo Branco	Circular	Algo Difícil	14,8
PR1 GOI – CX das Aldeias de Góis - Rota das Tradições do Xisto	Aigra Nova, Aigra Velha, Pena e Comareira	Góis	Circular	Fácil	9,2
PR1 FVN – CX de Casal de S. Simão - Descida às fragas	Casal de S. Simão	Figueiró dos Vinhos	Circular	Fácil	5,1
PR8 PNV – CX de Figueira - Por Muros de Xisto	Figueira	Proença-a-Nova	Circular	Fácil	6,3
PR4 VLR – CX de Água Formosa - À Descoberta das Ribeiras	Água Formosa	Vila de Rei	Circular	Difícil	7,4
PR3 VVR – CX da Foz do Cobrão - Voo dos Grifos	Foz do Cobrão	Vila Velha de Ródão	Circular	Algo Difícil	11,3
PR1 PSR – CX da Benfeita - Frescura das Cascatas	Benfeita	Arganil	Circular	Algo Difícil	10
PR1 PSR – CX de Fajão - Subida aos Penedos	Fajão	Pampilhosa da Serra	Circular	Fácil	4,1
PR1 PSR – CX de Fajão - Voltinhas do Ceira	Fajão	Pampilhosa da Serra	Circular	Fácil	7
PR3 PPS – CX da Barragem de Santa Luzia	Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	Circular	Fácil	9,7
PR5 PPS – CX de Pessegueiro	Pessegueiro	Pampilhosa da Serra	Circular	Fácil	3,8
PR6 PPS – CX de Porto de Vacas - Um troço mágico da Grande Rota do Zêzere	Porto de Vacas	Pampilhosa da Serra	Circular	Fácil	7
PR4 PPS – CX de Janeiro de Baixo	Janeiro de Baixo	Pampilhosa da Serra	Circular	Fácil	9,7
PR1 PNL – CX de Ferraria de S. João - Trilho do Rebanho	Ferraria de S. João	Penela	Circular	Difícil	5
Total					**170,75**

Elaboração própria, com base em informação do site das Aldeias do Xisto, Maio de 2013.

A extensão dos percursos é variável, sendo o mais curto o Percurso Acessível de Gondramaz (PR1MCV), um percurso linear com 450 metros de extensão (concebido com a finalidade de possibilitar a sua utilização por pessoas portadoras de incapacidade, com a utilização de soluções técnicas diferenciadoras, ao nível do pavimento, sinalética

e equipamentos). Por outro lado, o percurso mais extenso é o Caminho do Xisto de Sarzedas, um percurso circular, com 14,8 quilómetros de extensão. Em termos horários, os percursos têm, na generalidade, uma duração média que varia entre meio-dia (2 a 3 horas) e um dia.



Fonte: Câmara Municipal de Góis (2013).

Figura 6 – Folheto do Caminho do Xisto de Góis – Rota das Tradições do Xisto (PR1GOI).

Relativamente à exigência de cada um dos percursos, os Caminhos do Xisto são, na generalidade, percursos de dificuldade reduzida ou média estando, na maioria das vezes, a maior dificuldade relacionada com o "esforço físico" e/ou com "o tipo de piso". De acordo com TOVAR (2010:101), "os percursos são ricos em pontos de interesse. Em primeiro lugar, as próprias aldeias construídas, de forma tradicional, em xisto. Saindo das aldeias, ao longo dos percursos, assumem relevância elementos do património cultural etnográfico, arquitectónico ou arqueológico, que testemunham antigas vivências, como moinhos e levadas, lagares, fontes e lavadouros, gravuras rupestres e antigas minas; ou do património natural, como florestas reliquiais, rios e ribeiras, quedas de água, fragas e penedos. Alguns cruzam convidativos espaços de lazer, tais como praias fluviais, parques de merendas e miradouros".

Por fim, a responsabilidade de implementação, sinalização dos percursos (Figura 7) (em parcerias criadas com a ADXTUR) e manutenção dos Caminhos do Xisto, assim como da sua dinamização é, mediante os casos, das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, associações de desenvolvimento local ou empresas de animação turística (ou, ainda, mediante parcerias entre várias destas instituições).



Figura 7 – Marcas, poste de sinalização e painel informativo do Caminho do Xisto de Góis – Rota das Tradições do Xisto (PR1GOI), na Aigra Nova.

Os Centros de BTT das Aldeias do Xisto (Figura 8) correspondem a infraestruturas desportivas permanentes, constituídas por redes de trilhos para a prática

de BTT (Figura 9) e locais de acolhimento dotados de equipamentos dedicados exclusivamente aos praticantes de BTT. Estes locais estão equipados com estacionamento, balneários, estação de serviço para bicicletas (lavagem, ar e mini-oficina) em regime de *self-service*.

Os Centros oferecem trilhos do tipo *CrossCountry*, *DownHill* ou *FreeRide*, sinalizados com marcações específicas, adotadas internacionalmente, com quatro níveis de dificuldade (verde, azul, vermelho e preto) adequados a todos os tipos de utilizadores, desde os que pretendem iniciar-se até aos mais exigentes.



Fonte: aldeiasdoxisto.pt

Figura 8 – Centro de BTT das Aldeias do Xisto de Ferraria de São João.


Fonte: https://picasaweb.google.com/montanhaclube.btt/

Figura 9 – Exemplo de poste com sinalética de trilho de BTT.

No total são quatro os Centros de BTT nas Aldeias do Xisto, localizados em Ferraria de São João (Penela), Gondramaz (Miranda do Corvo), Lousã e Pampilhosa da Serra, oferendo um total de 408 km de trilhos sinalizados, ligados a 9 das 27 aldeias que constituem a Rede de Aldeias do Xisto (Tabela 4). O trilho mais longo estende-se por 75 quilómetros, ligando Ferraria de São João ao Gondramaz e a Casal de São Simão, num trilho classificado como "difícil". Por outro lado, o trilho mais curto situa-se em Casal da Lapa (Pampilhosa da Serra) e tem uma extensão de 3 quilómetros, cuja dificuldade de realização se classifica de "fácil". A dificuldade e capacidade técnica necessária para a realização dos percursos são variadas, dispondo a "Rede de Trilhos de BTT" percursos mais simples (com distâncias que podem variar entre 3 e 5 km) e trilhos mais técnicos e extensos (que podem variar entre os 5 e os 75 quilómetros de distância). Em termos horários, os percursos têm, na generalidade, uma duração média que varia entre meio-dia (2 a 3 horas) e um dia.

O Centro de BTT da Ferraria de São João é aquele que oferece a maior quantidade de quilómetros de trilhos marcados, com um total de 176 km, seguindo-se Pampilhosa da Serra com 122 km de percursos disponíveis, Lousã com 87 km e, por fim, Gondramaz com 23 km de trilhos marcados para a prática de BTT.

Segundo a informação disponível *on-line*, na página da internet das Aldeias do Xisto, o Centro de BTT da Ferraria de São João foi o primeiro do género em Portugal. Este Centro tem à disposição quatro percursos com crescentes níveis de dificuldade, e um quinto, de longa distância, que faz a ligação com os trilhos do Gondramaz e Lousã, voltando sempre à Ferraria de São João.

Este Centro dispõe de um edifício de apoio ao BTT com estação de serviço para bicicletas com lavagem (moedas de 50 cêntimos ou 1 euro), ar e mini-oficina *self-service* disponíveis 24h. Tem ainda casas de banho e duches quentes disponíveis das 8h às 20h.

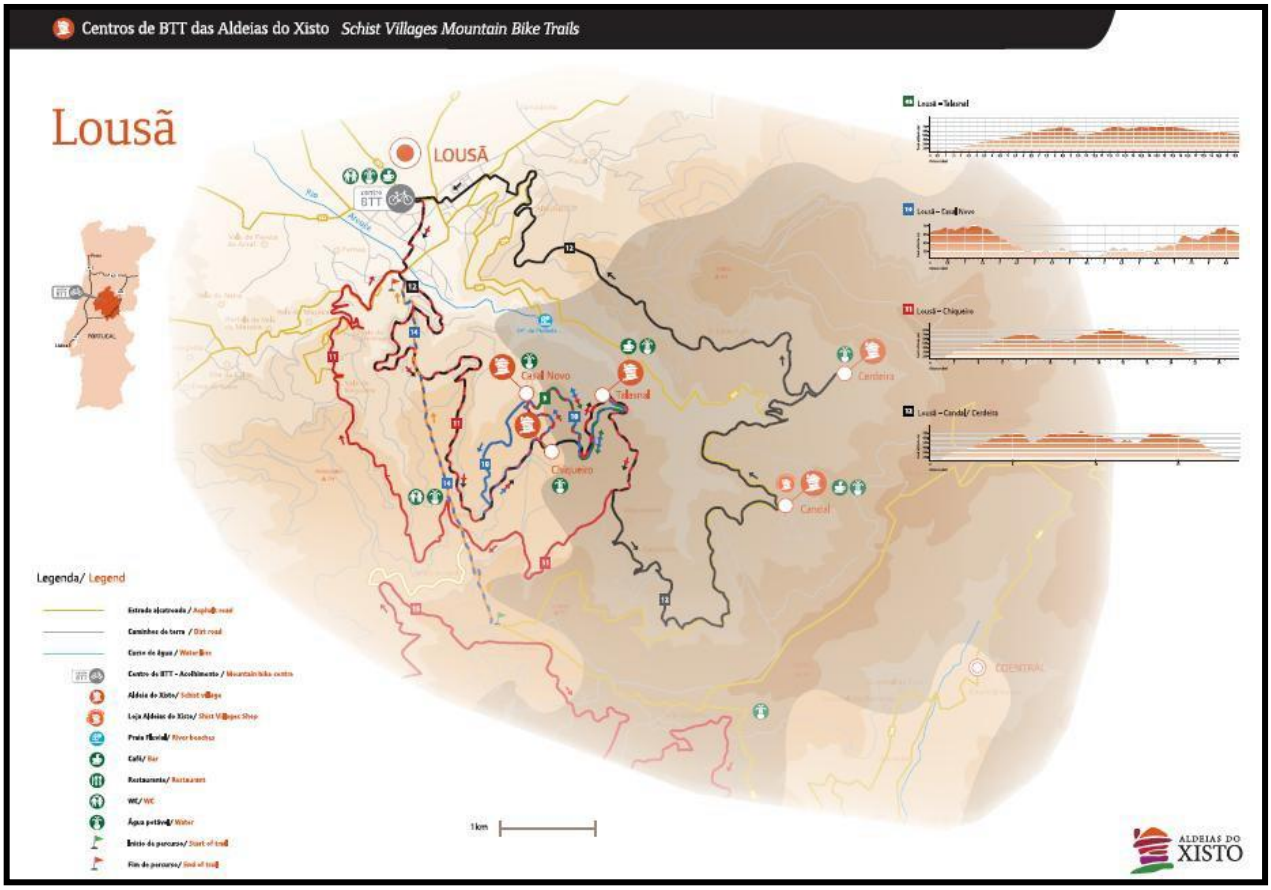
Analisando algumas das singularidades que cada uma destas infraestruturas pode proporcionar (Centro e trilhos), por exemplo, o Gondramaz oferece 4 trilhos de *Downhill* de diferentes dificuldades e níveis de destreza. Já no caso da Lousã, alguns dos trilhos irrompem por antigos caminhos de pastoreio, recuperados agora para esta atividade de lazer.

Tabela 4 – Centros de BTT e Percursos de BTT da Rede das Aldeias do Xisto.

Centro de BTT	Percurso	Dificuldade	Extensão (em Km)
Ferraria de S. João	Ferraria – Gondramaz – Casal de S. Simão	Difícil	75
	Ferraria – Câmpelo	Muito Difícil	48
	Ferraria – Favacal	Difícil	29
	Ferraria – Cercal	Acessível	20
	Ferraria Loop	Fácil	4
Gondramaz	Gondramaz DH1	Fácil	5
	Espinho FreeRide	Acessível	9
	Gondramaz DH2	Difícil	4
	Gondramaz DH4	Muito Difícil	5
Lousã	Lousã – Candal – Cerdeira	Muito Difícil	30
	Lousã – Chiqueiro	Difícil	26
	Lousã – Casal Novo	Acessível	9
	Lousã – Talasnal	Fácil	4
	Lousã FreeRide	Acessível	18
Pampilhosa da Serra	Casal da Lapa	Fácil	3
	Unhais-o-Velho – Meãs	Difícil	36
	Albufeira da Barragem de Santa Luzia	Acessível	28
	Aradas – Portela – Meãs – Fajão	Muito Difícil	55
Total			**408**

Elaboração própria, com base em informação do site das Aldeias do Xisto, maio de 2013.

A informação sobre os percursos encontra-se disponível, em português e inglês, na página de internet das Aldeias do Xisto ou nos Centros de BTT existentes. Para cada um dos trilhos existentes existe um folheto (com exceção do trilho Lousã *FreeRide*) (encontrando-se, também disponível, *on-line*, informação para GPS, com exceção dos trilhos de Gondramaz e do Lousã *FreeRide*) (Figura 10), disponível para *download*, acompanhado com informação bastante detalhada, na página das Aldeias do Xisto na internet que inclui: identificação dos percursos, mapa/esquema, distância, desnível acumulado, altitude máxima e mínima, texto descritivo, pontos de interesse, altimetria, grau de dificuldade, informações e contactos úteis, sinalética, normas de conduta e identificação dos promotores.

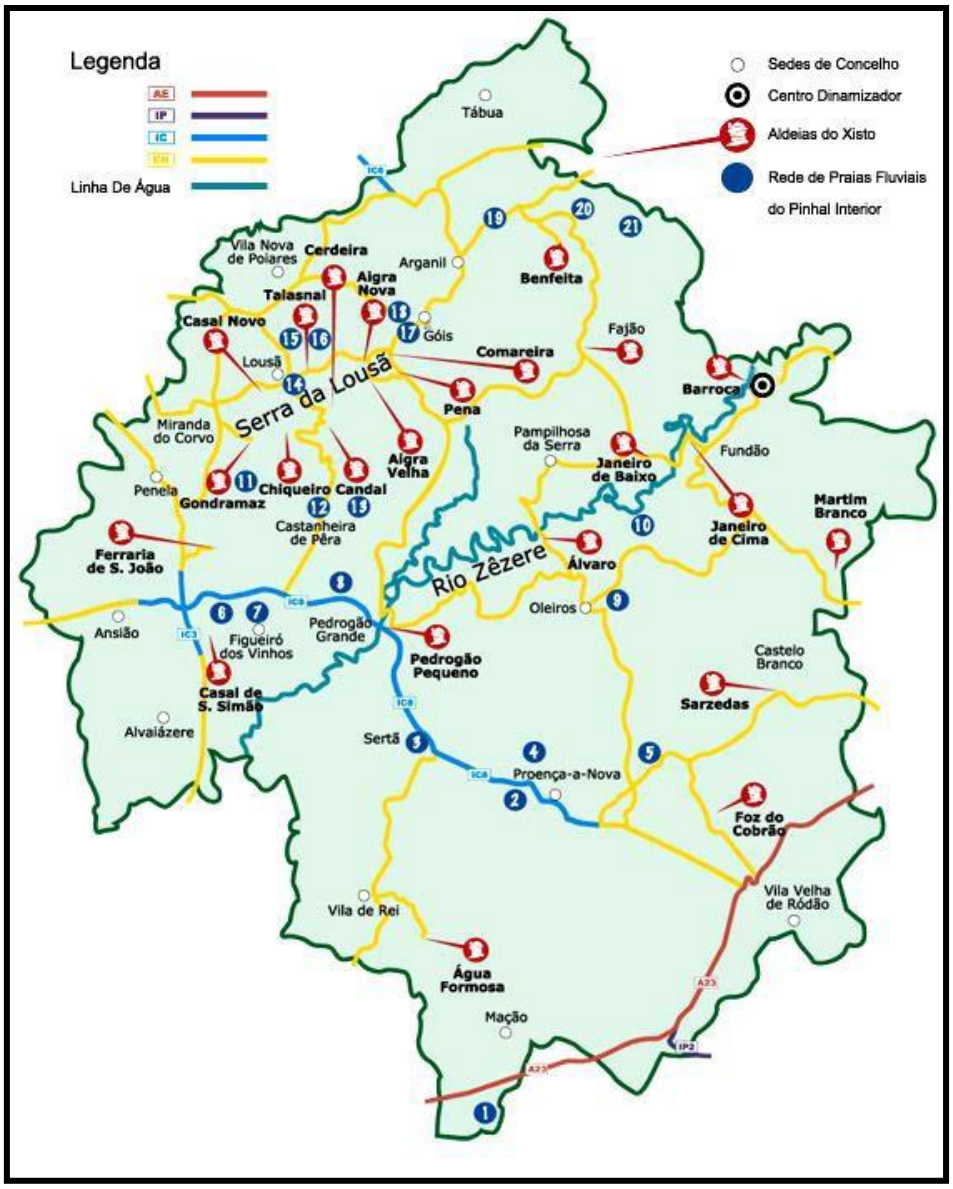


Fonte: aldeiasdoxisto.pt

Figura 10 – Mapa dos Percursos BTT da Lousã.

Pela localização de cada uma das 28 aldeias que constituem a Rede das Aldeias do Xisto é possível, com alguma facilidade, efetuar algumas agregações pela sua proximidade (física, mas também de relacionamento), nomeadamente o conjunto das 13 aldeias da Serra da Lousã; o conjunto das 5 aldeias ao longo do curso do Rio Zêzere; o conjunto das 5 aldeias ao longo do trajeto do IC8 e o conjunto das 4 aldeias integradas na Serra do Açor (Figuras 11 e 12) (BARROS e GAMA; 2010).

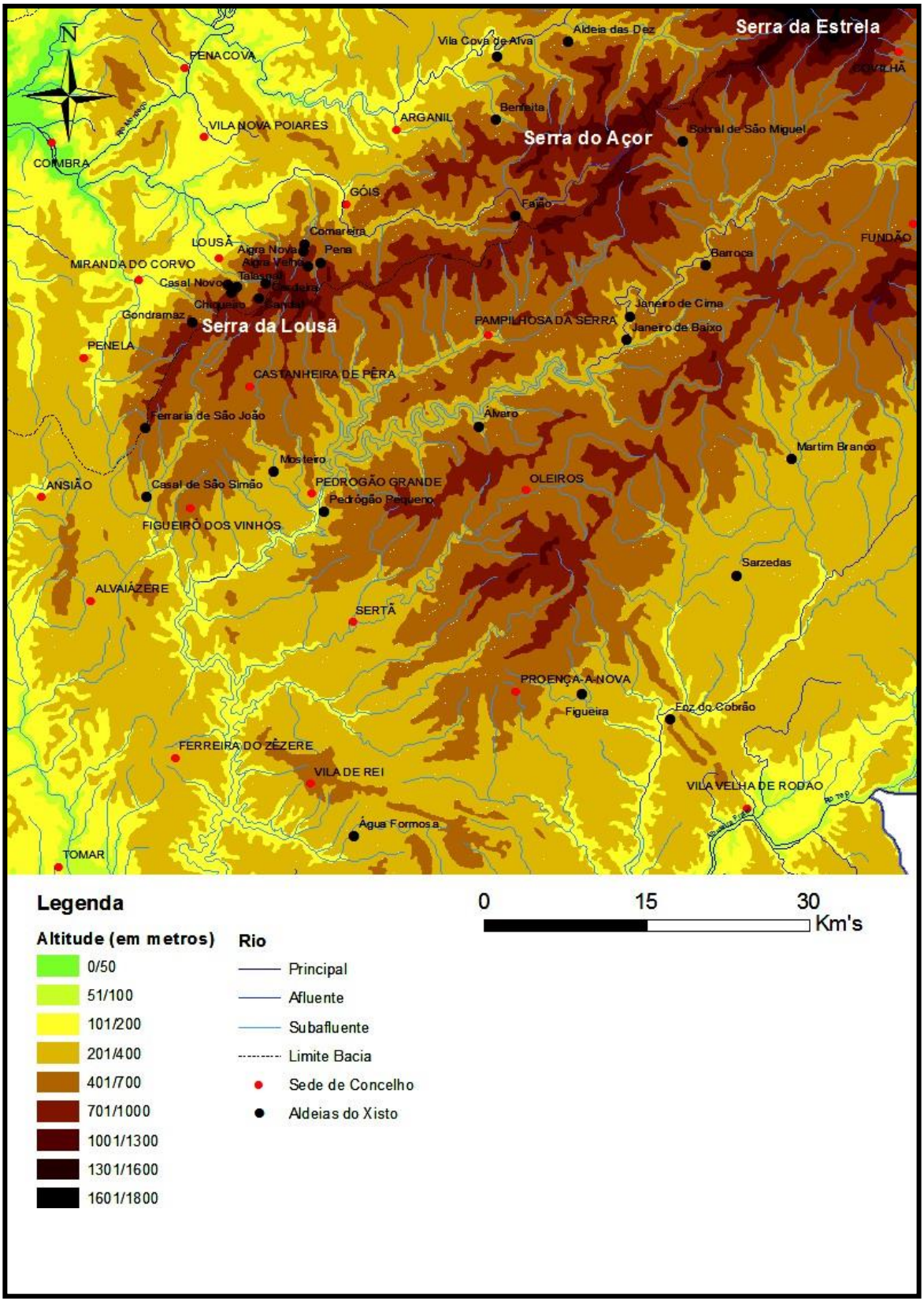
Inseridas num contexto geográfico de rara beleza, atravessada por sistemas montanhosos e cursos de água importantes, o xisto assume-se como definidor da paisagem (Figura 13), modelando estas aldeias que se destacam pela ruralidade, pela conservação de vários elementos tradicionais e patrimoniais e pela grande riqueza a nível de recursos naturais. Porém, todos estes elementos não funcionaram como elemento fixador e atrativo de população sendo que, ao invés, o isolamento a que têm estado sujeitas e a visão setorial de algumas políticas públicas reforçaram um cenário de abandono, de despovoamento e de envelhecimento dos seus habitantes (BARROS e GAMA; 2010).



Fonte: http://www.praiasfluviais.com/praias.asp

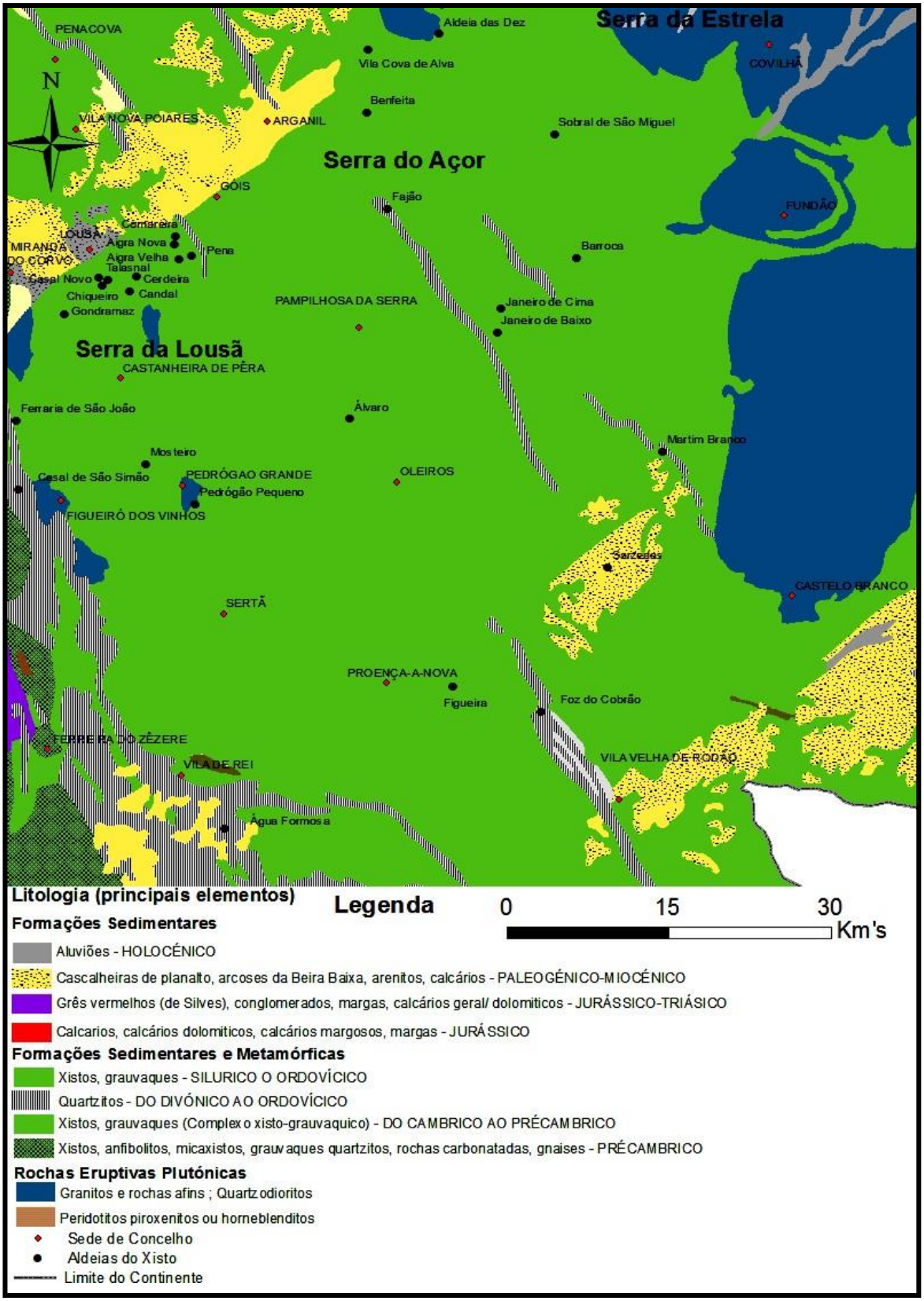
Figura 11 – Rede de locais abrangidos pelo Programa das Aldeias do Xisto e pela Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior.

Com o projeto Rede das Aldeias do Xisto, e com todos os outros projetos a ele associados, espera-se que a área abrangida comece a abandonar o estigma do despovoamento, o flagelo dos incêndios florestais, a inércia do setor privado e a falta de identidade regional, conseguindo vislumbrar expetativas de um futuro muito mais animador e adquirindo ferramentas que lhes permitam construir e criar um território coeso e competitivo.



Elaborado a partir do Atlas do Ambiente Digital.

Figura 12 – Rede das Aldeias do Xisto: enquadramento geográfico, hispsometria e hidrografia.



Elaborado a partir do Atlas do Ambiente Digital.

Figura 13 – Rede das Aldeias do Xisto: enquadramento geográfico e litológico.

4.3. Avaliação e impacto das Aldeias do Xisto

Após esta etapa introdutória e de enquadramento às temáticas do Programa e da Rede das Aldeias do Xisto importa, agora, focalizar a análise desta dissertação sobre a avaliação financeira e o impacto territorial das Aldeias do Xisto, desde o primórdio da sua aplicação até à contemporaneidade, sendo que, como já tivemos oportunidade de referir, a implementação e o plano de atuação desenvolvem-se em duas etapas.

De facto, a primeira fase, já concluída nas 24 aldeias selecionadas para a etapa inicial de implementação da Rede das Aldeias do Xisto (levada a cabo pela AIBT-PI, no período compreendido entre 2000 e 2006), foi orientada para a requalificação e infraestruturação dos lugares serranos. Atualmente, a segunda fase, "dirigida" pela ADXTUR (no período de programação compreendido entre 2007 e 2013), está a ser orientada para as ações de promoção e animação das Aldeias do Xisto, havendo ainda margem de atuação para o aumento das várias Redes integrantes da Marca Aldeias do Xisto (Rede de Aldeias do Xisto; Rede de Lojas do Xisto; Rede de Praias Fluviais e Rede de Percursos Pedestres), entre outros, como teremos oportunidade de constatar mais à frente nesta investigação.

4.3.1. Fase AIBT-PI (2000-2006)

Como já referimos, o Programa das Aldeias do Xisto, foi criado em 2001 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), utilizando fundos comunitários provenientes do Programa Operacional da Região Centro (Medida II.6, componente do FEDER). O Programa desenvolveu-se como uma das principais linhas da "Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior" (AIBT do Pinhal Interior).

As AIBT destinam-se, através de uma concentração de investimentos e capacidades organizativas, a superar as dificuldades de desenvolvimento particularmente acentuadas, a aproveitar oportunidades insuficientemente exploradas, resultantes, umas e outras, das especificidades próprias de cada região portuguesa. Estas apresentam como característica fundamental o facto de agregarem numa mesma AIBT

municípios com características territoriais semelhantes, independentemente das NUT's em que os mesmos estejam inseridos (ADELINO, 2010).

Estas procuram a promoção de parcerias multissetoriais e público-privadas de apoio ao desenvolvimento regional e local, visando o aumento da integração das políticas públicas e a melhoria dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento em territórios e domínios considerados pertinentes.

"As ações levadas a cabo por estes agentes de desenvolvimento local dizem respeito essencialmente à reconstrução e recuperação de equipamentos e infraestruturas, à valorização do potencial endógeno, reforço da competitividade e qualificação dos territórios, reforço da articulação dos seus atores, melhoria da qualidade visual da paisagem, recuperação/valorização ou construção de edifícios com interesse patrimonial ou funcional, recuperação urbanística de áreas urbanas em declínio, entre muitos outros" (ADELINO, 2010:30/31).

A Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, apoiada pelo FEDER, enquadrou cinco linhas de ação, a saber: reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico; apoio à animação turística; promoção turística do território; acessibilidades locais e transversais; infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades.

Aquando do período de intervenção da AIBT-PI, dos 21 concelhos seus constituintes, apenas em 14 foram selecionadas aldeias para beneficiarem do Programa das Aldeias do Xisto, com um total de 24 aldeias a serem abrangidas pelo Programa das Aldeias do Xisto (período de atuação apresentado neste ponto), sendo que, atualmente, são 17 os concelhos que abarcam as 28 Aldeias do Xisto que constituem a Rede das Aldeias do Xisto (Figura 5).

Como afirma CARVALHO (2010:186), "a estruturação e a implementação da AIBT do Pinhal Interior, segundo os principais domínios de intervenção e investimentos realizados, reflete dois eixos prioritários: o turismo (cultural e ecológico) e o património (cultural e natural)".

Ainda de acordo com CARVALHO (2010:186), e a título de comparação, "podemos referir que as Aldeias Históricas de Portugal, no período de 1994 até 2002 (primeiro, em 1994-199, como Programa Nacional, com dez lugares, e depois, em 2000-2006, como AIBT do Programa Operacional da Região Centro, com mais dois lugares), apoiaram investimentos (concretizados) de cerca de 35 milhões de euros (montante que, entretanto, ultrapassou os 40 milhões de euros). Por outro lado, é importante referir

outras linhas de ação concretizadas, como a reabilitação social, em que foram realizadas diversas ações de formação dirigidas às populações das Aldeias do Xisto no sentido de dotá-las com as competências básicas em diversas áreas, designadamente atendimento turístico, pedreiros do xisto e gastronomia, e o apoio às atividades económicas relacionadas com o turismo, nomeadamente alojamento, animação restauração/cafetaria e comércio de produtos endógenos".

Relativamente aos investimentos totais realizados na Fase AIBT-PI[10], e de acordo com análise realizada por CARVALHO (2006-a), a primeira ideia a sublinhar, considerando a totalidade dos projetos segundo os grandes domínios de intervenção (Tabela 5), é a de que o património cultural e natural está presente de forma direta na esmagadora maioria das propostas de ação, conforme sugere a estrutura conceptual da AIBT do Pinhal Interior.

Tabela 5 – Domínios de intervenção e investimento da AIBT do Pinhal Interior (FEDER).

Tipologia de Intervenção	Total de Investimento Elegível Executado		Apoio FEDER (Euros)	Apoio FEDER (%)
	Euros	%		
Sistema de Incentivos Específicos para o Pinhal Interior (SIEPI)	862.451,83	3,03	301.858,16	35,00
Programa Aldeias do Xisto	13.358.685,01	46,88	9.144.592,04	68,45
Ações e Iniciativas de valorização do património natural e cultural; acessibilidades	14.272.850,60	50,09	9.579.021,12	67,11
Total	**28.493.987,44**	**100**	**19.025.471,32**	**66,77**

Fonte: AIBT do Pinhal Interior, CCDRC (2010).

Relativamente à distribuição do total de investimento elegível executado há a destacar a preponderância de dois grupos de projetos: por um lado, o Programa das Aldeias do Xisto[11], que é responsável por quase 47% do investimento (pouco mais de

[10] Segundo ADELINO (2010:30), "analisando a ação das 22 AIBT existentes no território nacional, contamos 10 localizadas nas áreas de montanha nacionais (segundo os critérios da Circular 10/2001 para as áreas desfavorecidas) e o investimento total efetuado nas áreas de montanha foi de quase 420 milhões de euros, menos de metade do total nacional. A AIBT que mais investimento efetuou foi a Ação Integrada de Base Territorial do Alto Douro (com mais de 73 milhões de euros) e a que fez menos investimento foi a Ação Integrada do Pinhal Interior, com apenas 26 milhões de euros, menos de metade do exemplo anterior".

[11] Importa referir que, para o apuramento dos valores correspondentes ao investimento do Programa das Aldeias do Xisto, foi necessário fazer cruzamento de dados entre várias referências (nomeadamente entre o Relatório de Execução Final do Programa Operacional da Região Centro (QCA III) e as Revistas Aldeias do Xisto, onde foram divulgados alguns valores que iam acompanhando a execução dos projetos à data). Foi necessário implementar esta metodologia pela incoerência e falta de

13,3 milhões de euros); por outro lado, os projetos relacionados com as ações e iniciativas de valorização do património natural e cultural (que totalizam pouco mais de 14,2 milhões de euros, ou seja, 50,09% do total de investimento executado), como por exemplo, os museus (da geodesia, em Vila de Rei, do azeite, em Sarnadas do Ródão, e o Museu Municipal de Alvaiázere), os núcleos eco-museológicos (na Lousã), as praias fluviais (sendo que a Lousitânea teve um investimento executado de 290.726,09 euros na Rede das Praias Fluviais) e a sua envolvente, como acontece com a Praia das Rocas, em Castanheira de Pera (que corresponde ao maior investimento por projeto da AIBT – superior a 2 milhões de euros) mas, também, nos municípios de Góis, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Oleiros e Proença-a-Nova. Como refere CARVALHO (2006-a:16), "a política de construção, ampliação e beneficiação das praias fluviais, na linha de continuidade do anterior Programa Operacional (1994-1999) e do apoio concedido por outros programas (como, por exemplo, o LEADER), permitiu estruturar uma rede de grande expressão no panorama nacional. Ainda neste domínio, embora sem a importância dos exemplos que acabámos de assinalar, aparecem alinhados projetos como estradas panorâmicas, parques de campismo, beneficiação de caminhos municipais, centros de interpretação da paisagem, ações de promoção e animação turística, miradouros, planos de desenvolvimento e intervenções no património".

Por fim, evidencia-se o investimento executado no âmbito do Sistema de Incentivos Específicos para o Pinhal Interior, com projetos apoiados em investimentos como unidades de alojamento de Turismo em Espaço Rural, unidades de restauração, empresas de animação turística, instalação ou modernização de estabelecimentos de artesanato e de divulgação de produtos tradicionais, o qual é de apenas 3,03% do montante global (cerca de 862 mil euros) da AIBT.

No plano dos investidores, destaca-se o ator público e em especial as Câmaras Municipais, embora se reconheça o apoio concedido a outras entidades como a Região de Turismo do Centro, a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, a

---

rigor expressos no Relatório de Execução Final do Programa Operacional da Região Centro (documento oficial e que foi enviado à União Europeia para efeitos legais) no qual, por exemplo, é atribuído à aldeia do Xisto da Aigra Velha um investimento na recuperação de imóveis privados de zero euros quando, na realidade, foram realizadas intervenções e que são quantificadas, por exemplo, nas Revistas das Aldeias do Xisto (o que pode suscitar a questão de se tal facto terá ocorrido, também, em outras aldeias e em outras intervenções). A inexistência (ou pelo menos a não divulgação do Relatório de Execução Final da AIBT Pinhal Interior) leva a que não seja possível, de forma verdadeira e precisa, aferir qual o investimento total global que, realmente, foi aplicado na intervenção do Programa das Aldeias do Xisto, pelo que, os valores aqui apresentados poderão não ser os finais e os reais (mas, de facto, nem os documentos oficiais têm a capacidade de expressar a verdadeira intervenção e dotação financeiro do Programa das Aldeias do Xisto).

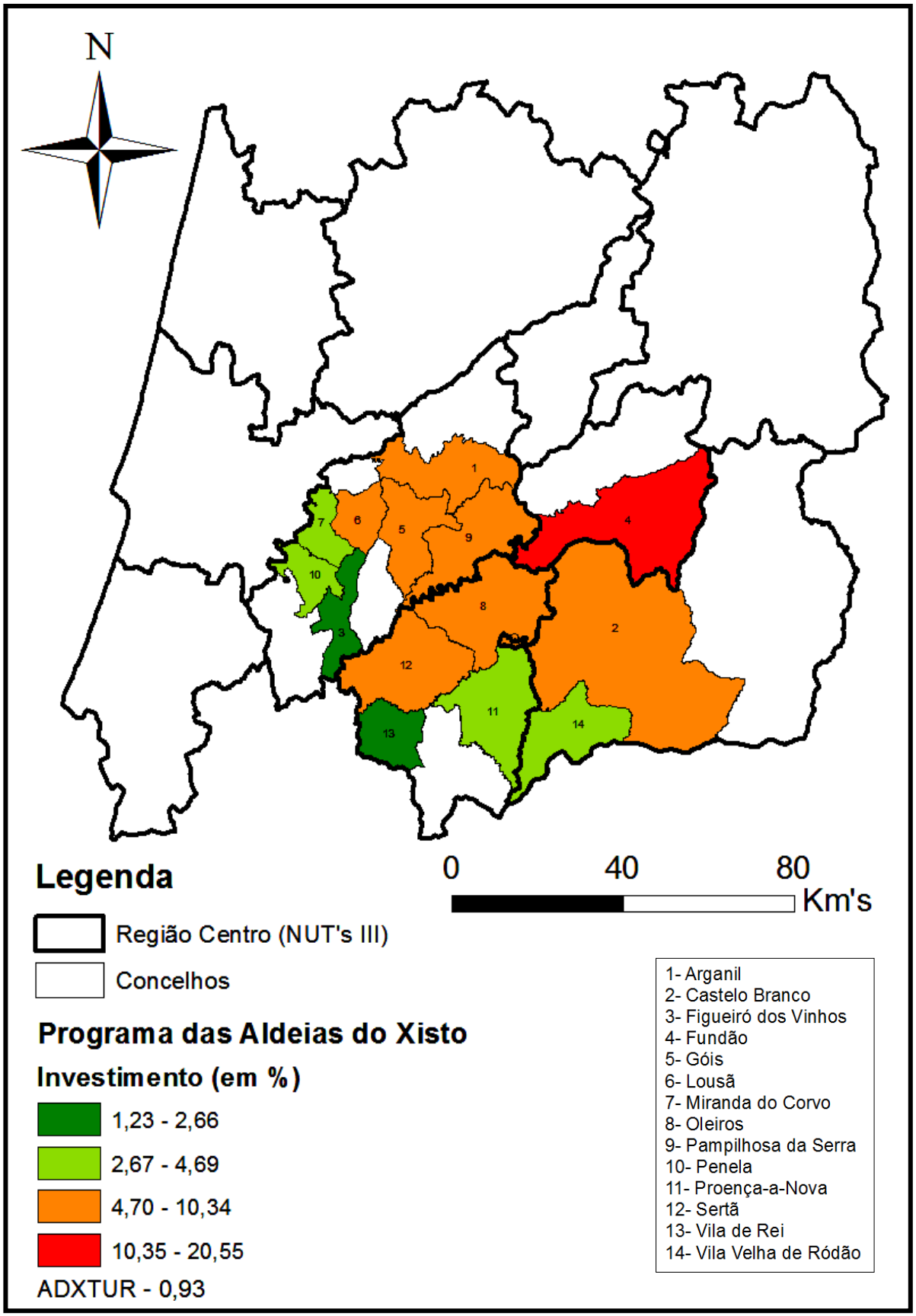
Lousitânea, a ADXTUR e a Associação Pinus Verde (responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto).

Relativamente ao Programa das Aldeias do Xisto (Anexo I), interessa analisar a distribuição do investimento executado, segundo as categorias de intervenção e os territórios envolvidos no Programa. No caso das categorias de intervenção, constata-se, facilmente, que os imóveis particulares correspondem à maior parte do investimento realizado, com mais de 4,3 milhões de euros (34,67% do total). Por sua vez, os espaços públicos (21,76%, correspondentes a mais de 2,7 milhões de euros) e as infraestruturas (14,1%, equivalente a mais de 1,7 milhões de euros), considerados de modo isolado, ou de forma conjugada (15,86%, totalizando mais de 1,9 milhões de euros), foram responsáveis por mais de 86,38% do investimento (ou seja, mais de 10,86 milhões de euros). A intervenção nos imóveis públicos equivale a 13,62% da verba total executada. Assim, os projetos e as ações surgem por iniciativa de entidades privadas (quase sempre a título individual mas, em que, os municípios tiveram um papel muito importante, quer na explicação dos tramites que as candidaturas e execução dos projetos deveriam conter e, ainda, com estabelecimento de acordos com os proprietários de forma a auxiliar (a título de empréstimo) na comparticipação de investimento obrigatoriamente legal de cada proprietário) e das autarquias locais, sendo que estas últimas foram os maiores investidores do Programa das Aldeias do Xisto.

Segundo CARVALHO (2006-a), verificou-se uma desigual representatividade das áreas de intervenção no espectro dos lugares, segundo o total de investimento. A título de exemplo podemos assinalar a importância da recuperação de imóveis particulares nas intervenções realizadas, em curso ou a efetuar, em Ferraria de São João (67,55%), Casal Novo (65,91%), Água Formosa (63,92%), Martim Branco (57,14%) e Candal (56,77%); o significado da intervenção nos imóveis públicos na Foz do Cobrão (62,58%), Barroca (49,47), Comareira (28,37%), Aigra Nova (27,30%) e Janeiro de Cima (26,21%); a grande expressão do investimento nos espaços públicos em Gondramaz (60,08%), Sarzedas (41%), Martim Branco (39,26%) e Foz do Cobrão (37,42%), assim como o peso relativamente elevado do investimento em infraestruturas e espaços públicos, em Aigra Velha (65,12%), Casal de São Simão (58,18%), Talasnal (53,86%) e Benfeita (53,75%). Embora com valores relativamente mais reduzidos, na escala do investimento executado pelo Programa das Aldeias do Xisto, é de salientar o esforço de investimento dos municípios em infraestruturas, com destaque para Figueira (51,66%), Candal (39,13%), Casal Novo (34,09%), Pena (34,94%) e Casal de São Simão (31,63%).

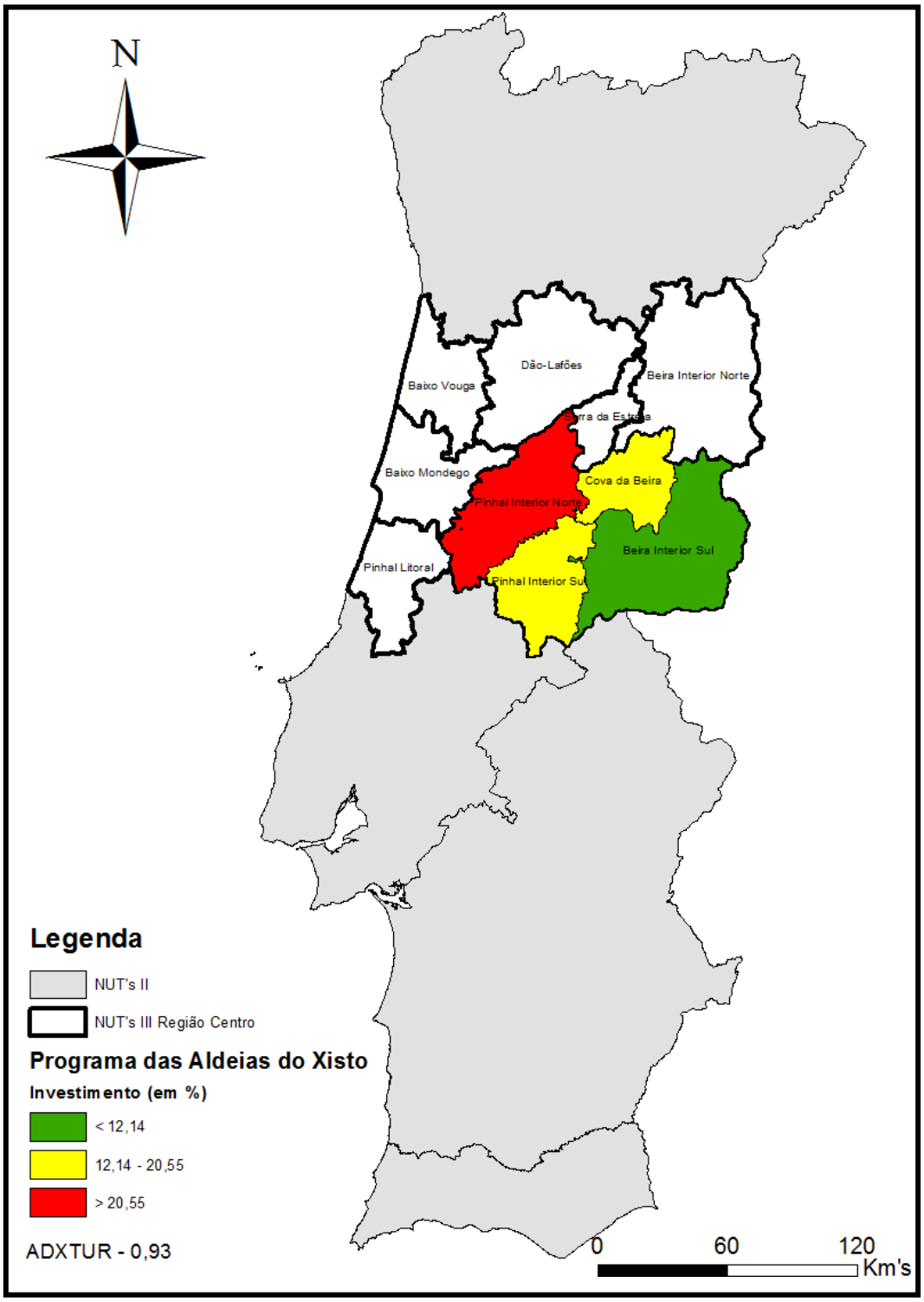
No que concerne aos lugares que fazem parte do Programa das Aldeias do Xisto podemos referir as desigualdades de distribuição do investimento total, identificando situações que não excedem os 180 mil euros (Aigra Velha, Casal Novo, Chiqueiro e Água Formosa) e, por oposição, lugares que apresentam investimento superior a 900 mil euros (como Barroca, Janeiro de Cima, Fajão e Pedrógão Pequeno). A leitura, na perspetiva da dimensão municipal (Figura 14), permite destacar os concelhos com maior investimento no PAX, como Fundão (2.746.479,69 milhões de euros), Góis (1.381.469,48 milhões de euros), Pampilhosa da Serra (1.361.201,45 milhões de euros), Lousã (1.341.171,86 milhões de euros), Castelo Branco (1.101.618,68 milhões de euros), Sertã (975.175,88 mil euros) e Arganil (870.621,09 mil euros). Por outro lado, os municípios que correspondem aos valores de investimento mais modestos são: Vila de Rei (165.254,30 mil euros), Miranda do Corvo (440.410,51 mil euros), Figueiró dos Vinhos (355.696,27 mil euros) e Proença-a-Nova (471.223,46 mil euros).

Analisando os investimentos executados por sub-região (Figura 15) destaca-se, indubitavelmente, a NUT III Pinhal Interior Norte como aquela que abarca a maior percentagem de investimento (com 47,7% do total), seguindo-se as sub-regiões Cova da Beira e Pinhal Interior Sul, com 20,6% e 18,6%, surgindo com menor percentagem de investimento a Beira Interior Sul com 12,1% do investimento total. Os dados apresentados pela CCDRC incluem, ainda, na análise os investimentos executados pela ADXTUR (mas sem referência ao local de execução dos mesmos), com 0,9% do total de investimentos no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto.



Elaborado a partir de: CCDRC (2010) e Revistas Aldeias do Xisto.

Figura 14 – Investimento (em %) executado pelo Programa das Aldeias do Xisto (2000-2006), por município.



Elaborado a partir de: CCDRC (2010) e Revistas Aldeias do Xisto.

Figura 15 – Investimento (em %) executado pelo Programa das Aldeias do Xisto (2000-2006), por NUT III (Região Centro).

Numa outra escala de análise, seguindo o pensamento de CARVALHO (2006-a), a questão territorial suscita, de igual modo, interesse do ponto de vista da expressão geográfica dos concelhos de enquadramento dos lugares selecionados no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto, destacando-se, de forma evidente, a Serra da Lousã e a

sua bordadura, com mais de 50% das aldeias apoiadas pelo PAX, em especial os concelhos de Lousã (Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal) e Góis (Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena). Ao mesmo tempo, assume alguma importância o eixo de lugares na proximidade do Rio Zêzere (Barroca, Janeiro de Cima, Janeiro de Baixo, Álvaro e Pedrógão Pequeno).

Passando, agora, a analisar os valores anteriormente apresentados, e considerando também a variável população residente em cada uma das aldeias, são obtidos resultados importantes que permitem uma visão mais aprofundada da incidência do Programa. Com efeito, verifica-se que as aldeias que apresentam maiores índices de investimento por habitante (Tabela 6), para o período compreendido entre 2000-2006, são Talasnal, Candal e Casal de São Simão (as duas primeiras com um investimento superior a 190 mil euros por habitante, e a terceira com um investimento a rondar os 71 mil euros de investimento por habitante). De facto, o contexto no qual estas aldeias se inserem (com um forte impacto dos fenómenos de despovoamento e de abandono) explicam que o investimento por habitante seja tão avultado mas, se o aspeto demográfico fosse o único fator a ter em consideração na implementação do Programa das Aldeias do Xisto, muito provavelmente, grande parte do projeto não seria o que hoje realmente é (porque 10 das 24 aldeias apresentavam, em 2001, população residente inferior a 5 habitantes). Porém, é demais sabido que a riqueza e valor inestimável destes pequenos lugares ultrapassa, indubitavelmente, a esfera demográfica, estando eles muito marcados por valores patrimoniais, culturas, paisagísticos e identitários muito relevantes e ímpares na Rede das Aldeias do Xisto.

Por outro lado, são as aldeias com maiores quantitativos populacionais as que realizaram menos investimentos por habitante, sendo exemplos disso as aldeias de Janeiro de Cima, Pedrógão Pequeno e Janeiro de Baixo, com investimentos inferiores a quatro mil euros por habitante. Em termos médios, o Programa das Aldeias do Xisto apresentou um investimento executado de cerca de 7.082 euros por habitante.

A concretização de vários projetos permitiu às populações acederem a equipamentos coletivos de que não dispunham, terem melhores acessibilidades e usufruírem de melhores condições para a prática de atividades lúdico-desportivas, entre outras, consubstanciando-se num aumento muito significativo da sua qualidade de vida. Muitos dos projetos permitiram colmatar problemas ao nível do saneamento básico e tratamento de águas residuais e das condições físicas de edifícios de habitação e de elevado valor patrimonial, além de terem permitido a melhoria/substituição de redes de

água, gás, iluminação, sinalização, acessibilidades e telecomunicações (BARROS e GAMA, 2010).

Porém, "não se registaram, todavia, alterações apreciáveis na ampliação e diversificação da base económica dos territórios de intervenção. Para isso, deveria ter havido participação bastante mais expressiva e sistemática da iniciativa privada. Com efeito, um dos principais constrangimentos à eficácia das AIBT residiu na insuficiente complementaridade entre investimentos públicos e privados. Para incrementar os efeitos induzidos pela valorização territorial, ambiental e patrimonial acima referidos, teria sido necessário o envolvimento mais directo e intenso de privados na dinamização desses territórios" (MAOTDR, 2008; citado por ADELINO, 2010:31).

Tabela 6 – Investimento por habitante nas Aldeias do Xisto.

Aldeia do Xisto	População Residente (2001)	Investimento Total (Euros)	Investimento por Habitantes (Euros)
Água Formosa	23	165.254,30	7.185,0
Aigra Nova	8	513.255,33	64.156,9
Aigra Velha	5	171.063,81	34.212,8
Álvaro	87	879.970,96	10.114,6
Barroca	322	1.505.960,06	4.676,9
Benfeita	185	870.621,09	4.706,1
Candal	2	384.495,33	192.247,7
Casal de S. Simão	5	355.696,27	71.139,3
Casal Novo	3	167.687,76	55.895,9
Cerdeira	5	264.543,61	52.908,7
Chiqueiro	3	129.896,28	43.298,8
Comareira	6	224.738,52	37.456,4
Fajão	82	961.201,45	11.722,0
Ferraria de S. João	63	627.157,09	9.954,9
Figueira	48	471.223,46	9.817,2
Foz do Cobrão	81	518.834,40	6.405,4
Gondramaz	9	449.440,51	49.937,8
Janeiro de Baixo	102	400.000,00	3.921,6
Janeiro de Cima	349	1.240.519,63	3.554,5
Martim Branco	38	283.325,60	7.455,9
Pedrógão Pequeno	262	973.175,88	3.714,4
Pena	25	472.411,82	18.896,5
Sarzedas	155	818.293,08	5.279,3
Talasnal	2	394.548,88	197.274,4
Total	**1870**	**13.243.315,12**	**Média 7081,9**

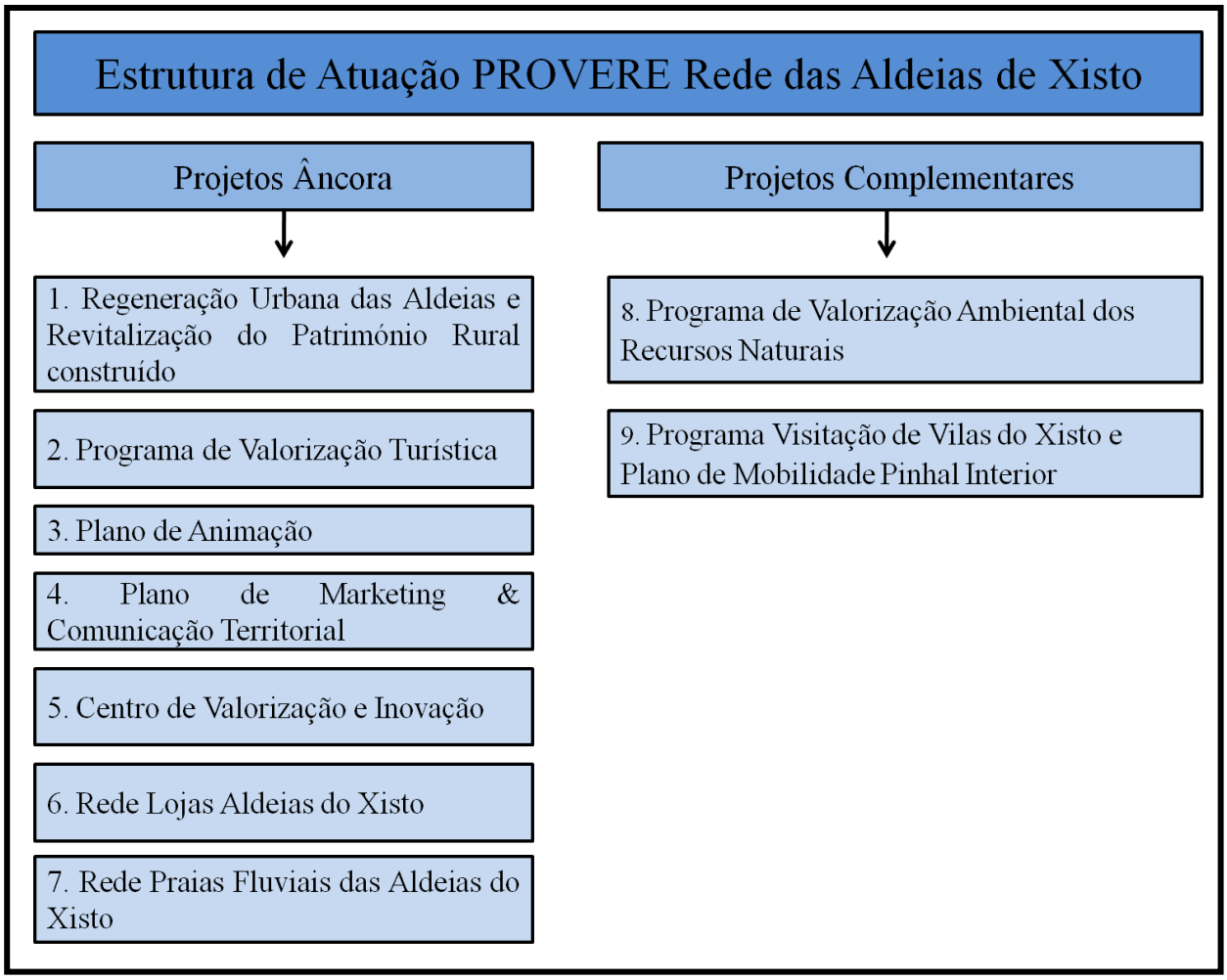
Fonte: INE, Censos 2001; CCDRC (2010) e Revistas Aldeias do Xisto.

4.3.2. Fase PROVERE (2007-2013)

A 21 de outubro ano de 2008 a ADXTUR apresentou uma candidatura ao PROVERE[12] (designada "Rede das Aldeias de Xisto) através de uma parceria com mais de 160 entidades territoriais, de 24 municípios. Essa mesma candidatura foi apreciada, classificada e proposta, a 20 de maio de 2009, pela Comissão de Avaliação das Estratégias de Eficiência Coletiva, reconhecendo-a como Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE. A 26 de maio de 2009 a Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro aprovou o Relatório de Avaliação da candidatura PROVERE "Rede das Aldeias de Xisto", deliberação que possibilitou a implementação do Programa de Ação através de cofinanciamento por fundos comunitários dos investimentos previstos. Esta proposta para o período de 2007-2013, representa um investimento de 145.837.004 milhões de euros (correspondendo 70,76% a agentes privados e os restantes 29,24% a investimento de natureza pública).

Globalmente a candidatura é composta por sete projetos âncora e dois complementares (Figura 16) muito relacionados entre si e com enormes sinergias coletivas, cooperação, complementaridade público/privado, introduzindo fatores potenciadores da criação e inovação e uma reconhecida e testada coerência dos recursos específicos endógenos selecionados que corporizam o foco temático da Estratégia de Eficiência Colectiva (EEC) aqui em análise, a marca território «Rede Aldeias do Xisto».

[12] Entre as diferentes tipologias previstas nas Estratégias de Eficiência Coletiva salientam-se os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), por serem sobretudo direcionados para territórios de baixa densidade, com caraterísticas de rural profundo e com menores oportunidades de desenvolvimento. O seu principal objetivo é promover o desenvolvimento territorial local com base na valorização de recursos endógenos capazes de impulsionar o desenvolvimento da multifuncionalidade e que usufruam, preferencialmente, de caraterísticas singulares. Para além disso, pretende estimular iniciativas dos agentes económicos orientadas para a melhoria da competitividade territorial. Como exemplos podemos destacar os projetos aprovados na Região Centro, sendo eles: Mercados do Tejo, Rede das Aldeias do Xisto, Aldeias Históricas – Valorização do Património Judaico, Beira Baixa – Terras de Excelência, Valorização das Estâncias Termais da Região Centro, *Buy Nature* – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas, Turismo e Património do Vale do Côa, e Villa Sicó – Programa de Valorização Económica dos Espaços da Romanização.



Elaborado a partir de: ADXTUR (2009).

Figura 16 – Estrutura de Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva Rede das Aldeias do Xisto.

Os sete projetos âncora são: a regeneração urbana das aldeias e revitalização do património rural construído; a valorização turística (infraestruturas e serviços); a animação turística (serviços e infraestruturas nas aldeias e noutros contextos geográficos promocionais; o *marketing* e a comunicação territorial (para afirmar a marca Aldeias do Xisto, enquanto destino turístico de qualidade, no mercado turístico nacional e internacional); criação de um centro de valorização e de inovação (recursos humanos, empresas e novos produtos); a consolidação da Rede de Lojas Aldeias do Xisto; a gestão e promoção integrada da Rede de Praias Fluviais Aldeias do Xisto; a valorização ambiental dos recursos naturais. Dos sete projetos âncora três são projetos de cooperação entre todos os signatários do consórcio: Plano de Animação; Plano de Comunicação; Centro de Valorização e Inovação. Outros quatro são fundamentalmente ações coletivas: Regeneração Urbana; Rede Praias Fluviais; Rede Lojas Aldeias do

Xisto e Plano de Animação. O programa âncora de Valorização Turística tem uma maior segmentação, todavia continuam a ter uma força crítica fundamental as linhas de ação coletivas como as grandes rotas (pedestre e BTT) e a grande rota do Zêzere. O resto das ações são na maioria, considerando o montante global do investimento, de projetos conjuntos, ou seja, de parcerias entre entidades públicas (municípios, juntas de freguesia) e empresas (ADXTUR; 2009). A Proposta incluí, ainda, dois projetos complementares: a requalificação do tecido urbano das vilas sede de concelhos das Aldeias do Xisto, e o reforço do sistema de mobilidade (meios de transportes) do Pinhal Interior.

Analisando, com maior pormenor, cada um dos projetos referidos é possível registar alguns apontamentos relativamente às caraterísticas e principais objetivos de cada um deles, subdividindo a análise às duas tipologias de classificação dos projetos, a partir da análise ao Programa de Acção (Figura 17).

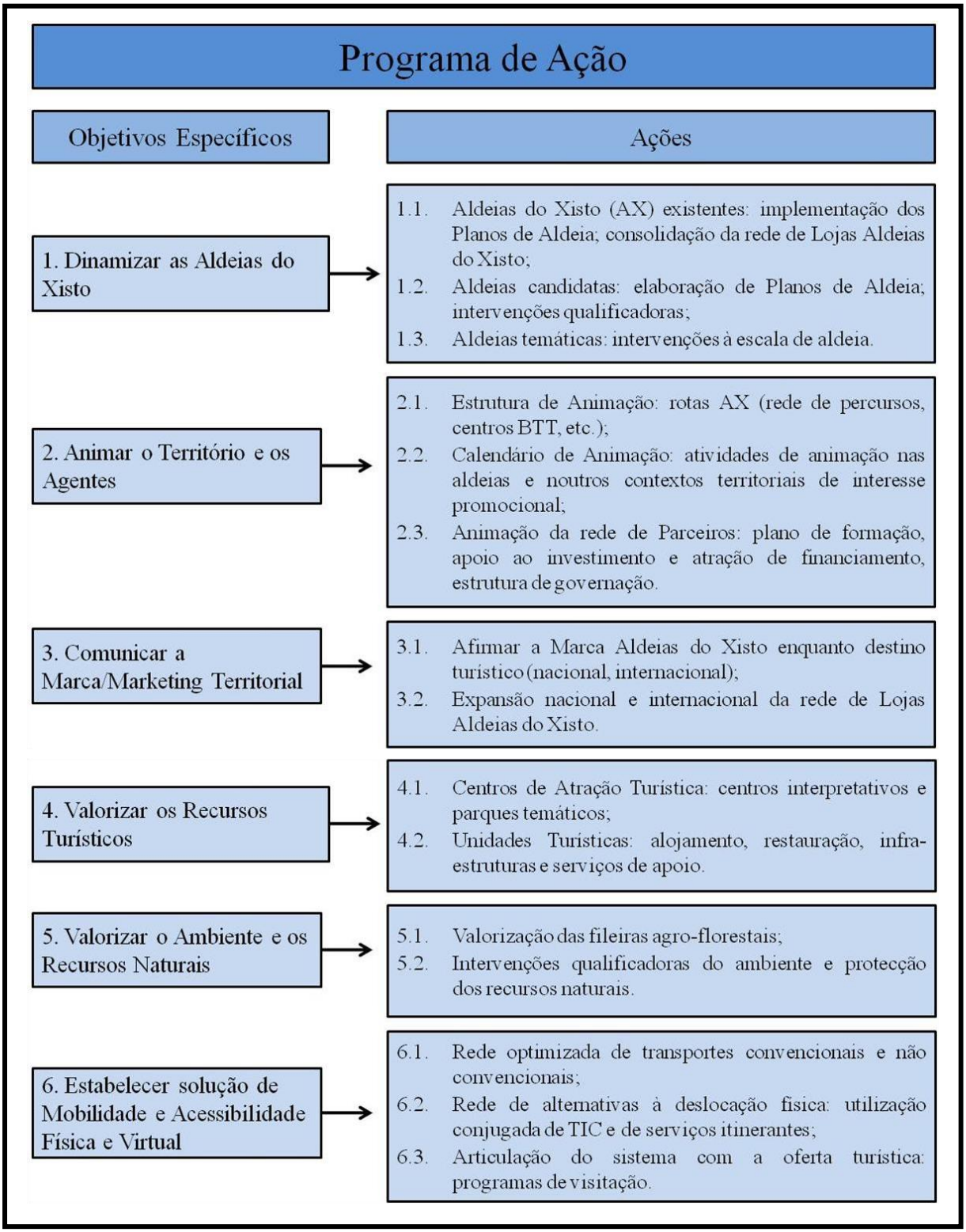
Com esta candidatura ao PROVERE, a ADXTUR pretende vencer vários desafios, sintetizados em quatro ideias base (Figura 18):

– Crescimento e sustentabilidade da marca turística emergente «Aldeias do Xisto» no mercado nacional e internacional e todas as submarcas associadas (exemplos: lojas, praias, percursos verdes);

– Utilizar a notoriedade da marca para à volta dos recursos endógenos atrair, orientar e valorizar novos investimentos e investidores;

– Apostar fortemente na inovação, valorização humana e cooperação como forma de criar novos serviços, novas atrações, novas oportunidades de investimento, concentrar capital de conhecimento no território e equacionar formatos e soluções específicas para o Pinhal Interior;

– Reforçar e melhorar o sistema de governança da parceria local e aprofundar e qualificar o modelo de cooperação técnica previsto.



Elaborado a partir de: ADXTUR (2009).

Figura 17 – Programa de Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva Rede das Aldeias do Xisto.



Elaborado a partir de: ADXTUR (2009).

Figura 18 – Objetivos estratégicos e Recursos identificados na Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva Rede das Aldeias do Xisto.

Após uma análise mais concetual à estrutura, objetivos e planos de ação/atuação da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE Rede Aldeias do Xisto importa, nesta fase, analisar a dotação financeira do Programa[13], a sua distribuição geográfica e analisar o contexto de investimento público e privado em toda a Rede Aldeias do Xisto.

Numa primeira análise, de âmbito mais abrangente, destaca-se a dotação financeira que esta candidatura conseguiu alocar para o Território das Aldeias do Xisto, com um total de 406 projetos que se traduz num investimento total de 145.837.004 milhões de euros (Tabela 7). Incidindo a análise sobre a natureza e tipologia dos investimentos previstos, destaque para a forte componente do investimento privado que

[13] Todos os dados analisados e apresentados neste ponto de investigação reportam a dados referentes a janeiro de 2013.

equivale a 70,76% do montante total de investimento (103.197.764 milhões de euros) e com 55,42% do número total de projetos (225 projetos no total de iniciativa privada). Por outro lado, no que concerne ao investimento de índole pública, para o período de vigência do programa, este corresponde a 29,24% do investimento total (42.639239,87 milhões de euros) e com 44,58% do número total de projetos (181 projetos no total de iniciativa pública).

Dissecando a média de investimento por projeto, é possível constatar que, em termos médios, na totalidade de projetos e montantes investidos no PROVERE Rede de Aldeias do Xisto, cada projeto tem um investimento médio de 359.204,44 mil euros. Porém, concedendo um maior refinamento à análise, a média de investimento por projeto privado é de 458.656,73 mil euros. Por outro lado, a média de investimento por projeto de iniciativa pública é de 235.575,91 mil euros.

Incidindo o âmbito da análise sobre a dotação financeira aplicada por natureza dos projetos (âncora ou complementares) podemos depreender que são os projetos âncora que absorvem a maior parte do número total de projetos e de investimento do Programa de Ação, com 55,91% dos projetos (227 de 406 projetos) e com 61,34% do total de investimento (89.451.901 milhões de euros). Por sua vez, aos projetos complementares cabe 44,09% do número total de projetos (179 projetos), aos quais corresponde 38,66% do investimento total do PROVERE Rede de Aldeias do Xisto.

No que diz respeito à distribuição dos investimentos por natureza do projeto e por tipo de iniciativa (público ou privado) as conclusões são igualmente interessantes. No que concerne aos projetos âncora, o maior peso da iniciativa é de índole privada, com 59,47% do número total de projetos âncora (135 de 227 projetos), sendo que, no volume total de investimento estes projetos abarcam a grande maioria do total, com 75,45% (67.488.238 milhões de euros) dos investimentos nos projetos âncora. Por outro lado, os projetos âncora de iniciativa pública, correspondem a 40,53% do número total de projetos âncora (92 projetos), aos quais corresponde um investimento total de 21.963.662,69 milhões de euros, ou seja, 24,55% do total investido nos projetos âncora.

Em relação aos projetos complementares (com menor número de projetos e menor dotação financeira do que os projetos âncora), o maior peso da iniciativa é de índole privada (à semelhança do verificado no caso dos projetos âncora), com 50,28% do número total (90 de 179) de projetos complementares projetos, sendo que, no volume total de investimento estes projetos abarcam a grande maioria do total, com 63,33% (35. 709.526 milhões de euros) dos investimentos nos projetos complementares. Por outro

lado, os projetos complementares de iniciativa pública, correspondem a 49,72% do número total de projetos complementares (89 projetos), aos quais corresponde um investimento total de 20.675.577,18 milhões de euros, ou seja, 26,67% do total investido nos projetos complementares.

Tabela 7 – Dotação financeira da Estratégia de Eficiência Coletiva Rede Aldeias do Xisto (PROVERE).

		PROVERE REDE DE ALDEIAS DO XISTO					
		Total		Públicos		Privados	
		Proj. (n.º)	Montante (€)	Proj. (n.º)	Montante (€)	Proj. (n.º)	Montante (€)
	TOTAL	**406**	**145.837.004**	**181**	**42.639.239,87**	**225**	**103.197.764**
Programa de Ação	**Mais Centro**	**134**	**77.982.266**	**45**	**19.088.257,90**	**89**	**58.894.008**
	Eixo 1	**88**	61.057.346	**5**	5.323.338,00	**83**	55.734.008
	Eixo 3	**45**	16.324.920	**39**	13.164.919,90	**6**	3.160.000
	Eixo 5	**1**	600.000	**1**	600.000,00	**0**	0
	PRODER	**266**	**39.554.738**	**136**	**23.550.981,97**	**130**	**16.003.756**
	POFC	**3**	**24.000.000**	**0**	**0,00**	**3**	**24.000.000**
	POPH	**1**	**2.800.000**	**0**	**0,00**	**1**	**2.800.000**
	POVT	**2**	**1.500.000**	**0**	**0,00**	**2**	**1.500.000**
	TOTAL	**227**	**89.451.901**	**92**	**21.963.662,69**	**135**	**67.488.238**
Âncora	**Mais Centro**	**62**	**45.554.398**	**24**	**11.223.118,40**	**38**	**34.331.280**
	Eixo 1	**40**	37.694.618	**5**	5.323.338,00	**35**	32.371.280
	Eixo 3	**21**	7.259.780	**18**	5.299.780,40	**3**	1.960.000
	Eixo 5	**1**	600.000	**1**	600.000,00	**0**	0
	PRODER	**161**	**17.097.502**	**68**	**10.740.544,29**	**93**	**6.356.958**
	POFC	**3**	**24.000.000**	**0**	**0,00**	**3**	**24.000.000**
	POPH	**1**	**2.800.000**	**0**	**0,00**	**1**	**2.800.000**
	POVT	**0**	**0**	**0**	**0,00**	**0**	**0**
	TOTAL	**179**	**56.385.103**	**89**	**20.675.577,18**	**90**	**35.709.526**
Complementares	**Mais Centro**	**72**	**32.427.868**	**21**	**7.865.139,50**	**51**	**24.562.728**
	Eixo 1	**48**	23.362.728	**0**	0,00	**48**	23.362.728
	Eixo 3	**24**	9.065.140	**21**	7.865.139,50	**3**	1.200.000
	Eixo 5	**0**	0	**0**	0,00	**0**	0
	PRODER	**105**	**22.457.236**	**68**	**12.810.437,68**	**37**	**9.646.798**
	POFC	**0**	**0**	**0**	**0,00**	**0**	**0**
	POPH	**0**	**0**	**0**	**0,00**	**0**	**0**
	POVT	**2**	**1.500.000**	**0**	**0,00**	**2**	**1.500.000**

Elaborado a partir de: ADXTUR (2013).

Passando agora a analisar o total de investimento do Programa de Ação por linha de financiamento podemos concluir que, numa primeira leitura, o financiamento previsto para a comparticipação pública (FEDER[14]; PRODER[15]; POPH[16]) dos investimentos integrados em Programa de Ação é, grosso modo, para ser cabimentada no FEDER (70,96%), e ainda, se bem que, com menor impacto, no âmbito do PRODER (27,12%). Residual é, por conseguinte, o investimento a cabimentar ao POPH (1,92%) (Tabela 8). Relativamente ao peso de cada uma das linhas de financiamento no total dos projetos, podemos constatar que o PRODER abrange o maior número de projetos (com 65,52% do total), seguindo-se o FEDER com 34,24% do total de projetos e, por fim, o POPH com 0,25%.

O investimento privado segue o perfil acima referido, uma vez que 81,78% do volume de investimento está previsto no âmbito do Programa FEDER (distribuindo-se o volume restante de investimento pelo PRODER, com 15,51% e, em último lugar, pelo POPH com 2,71% em investimento privado) (Figura 19). Relativamente ao peso de cada uma das linhas de financiamento no total dos projetos privados, podemos constatar que o PRODER abrange o maior número de projetos (com 57,78% do total), seguindo-se o FEDER com 41,78% do total de projetos e, por fim, o POPH com 0,44%.

No que concerne ao investimento público a sua maioria é integrado no Programa PRODER, com 55,23% do total do investimento público, seguindo-se-lhe o cabimentado pelo FEDER, com 44,77% do total. Relativamente ao peso de cada uma das linhas de financiamento no total de projetos públicos podemos aferir que o

[14] O FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) foi instituído em 1975 com o grande objetivo de financiar a ajuda estrutural através de programas de desenvolvimento regional orientados para as regiões menos desenvolvidas, atuando em função de uma estratégia global e integrada com os restantes fundos estruturais. O FEDER contribui para: Promover o desenvolvimento económico e social; Fomentar a inovação e a sociedade da informação; Valorizar o potencial endógeno e o desenvolvimento sustentável das regiões.

[15] O PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural) é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, para o período 2007-2013, que visa a concretização dos seguintes objetivos: aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal; promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais e revitalizar económica e socialmente as zonas rurais. A estes objetivos estratégicos acrescem ainda objetivos de caráter transversal, como sejam, o reforço da coesão territorial e social, e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

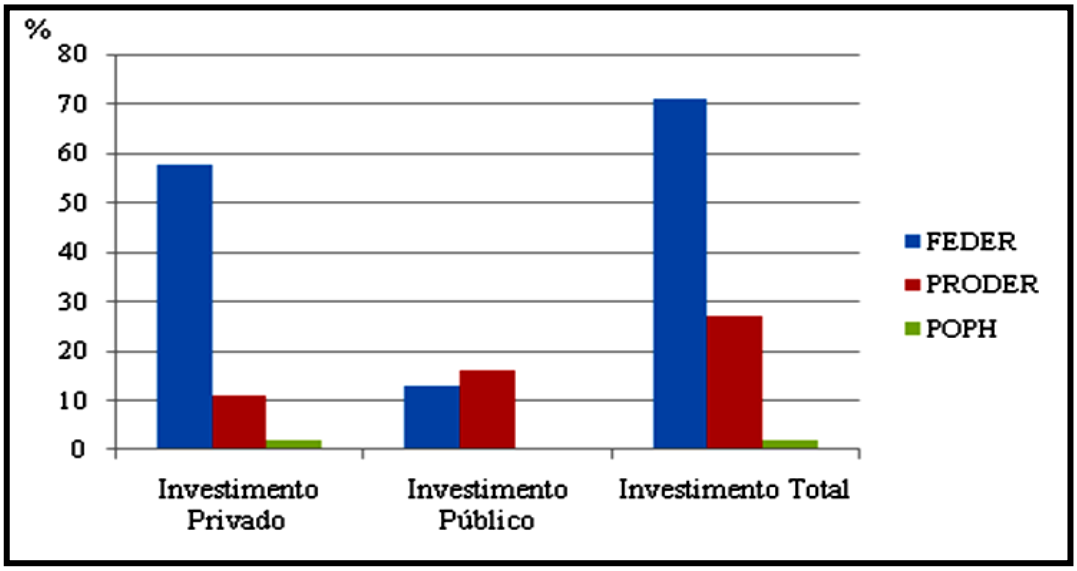
[16] O Programa Operacional para o Potencial Humano (cofinanciado pelo Fundo Social Europeu (FSE), está organizado em dez eixos prioritários: I – Qualificação inicial; II – Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida; III – Gestão e aperfeiçoamento profissional; IV – Formação avançada; V – Apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida ativa; VI – Cidadania, inclusão e desenvolvimento social; VII – Igualdade do género; VIII – Objetivo de Convergência Algarve; IX – Objetivo Convergência Lisboa; X – Assistência técnica. O financiamento comunitário global do Programa ascende a 6 mil milhões de euros.

PRODER abrange o maior número de projetos (com 75,14% do total), destacando-se, por fim, o FEDER com 24,86% do total de projetos.

Tabela 8 – Dotação financeira do Programa de Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva Rede Aldeias do Xisto (PROVERE).

		PROVERE REDE DE ALDEIAS DO XISTO					
		Total		Públicos		Privados	
		Proj. (%)	Investimento (%)	Proj. (%)	Investimento (%)	Proj. (%)	Investimento (%)
Programa de Ação	**Mais Centro**	33,00	53,47	24,86	44,77	39,56	57,07
	PRODER	65,52	27,12	75,14	55,23	57,78	15,51
	POFC	0,74	16,46	0,00	0,00	1,33	23,26
	POPH	0,25	1,92	0,00	0,00	0,44	2,71
	POVT	0,49	1,03	0,00	0,00	0,89	1,45
TOTAL		**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Elaborado a partir de: ADXTUR (2013).



Elaborado a partir de: ADXTUR (2013).

Figura 19 – Distribuição do financiamento da Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva Rede das Aldeias do Xisto, por linha de financiamento.

A importância dos projetos de natureza "ação coletiva", com abrangência por um vasto número de agentes/parceiros do território das Aldeias do Xisto, como são exemplo as grandes rotas (pedestre e BTT) e a grande rota do Zêzere, está bem representada no Programa de Ação, uma vez que os mesmos absorvem cerca de 39,28% do investimento global, sendo a sua maioria, inclusive, de natureza privada. Mais de

75% das ações está concertada coletivamente ou entre parceiros o que por si só é um indicador fortíssimo de uma verdadeira e sólida estratégia de eficiência coletiva.

As outras duas tipologias centrais dos projetos integrados no Programa de Ação, quanto à sua natureza, distribuem-se pelos projetos "conjuntos" (26,19%), ou seja, de parcerias entre entidades públicas (municípios e/ou juntas de freguesia) e empresas, bem como pelos projetos "individuais" (ou seja, cujos promotores ou são entidades de natureza privada ou de natureza pública, 25,82%).

Fazendo uma leitura à distribuição do investimento do Programa de Ação por natureza de projeto (âncora ou complementares) e por eixos de atuação (Tabela 9), é possível constatar que a natureza do investimento centra-se ao nível dos projetos âncora (90%), em particular no eixo 2 – Valorização Turística, que absorve o volume maior de investimento (70,24%). Sobressai ainda que, somente, 10% do volume de investimento se encontra cabimentado nos projetos complementares, assumindo o eixo 8 – Valorização Ambiental dos Recursos Naturais o maior índice.

Quer o grau do investimento privado quer do investimento público está centrado no desenvolvimento dos projetos enquadrados ao nível dos projetos âncora, sendo que o investimento privado é ligeiramente superior (93%) ao do investimento público (83%), pelo que, em sentido contrário, o investimento público acresce na ordem dos 17% ao nível dos projetos complementares, enquanto que o privado apenas canaliza 7% do valor global do investimento.

Os investidores privados, ao nível dos projetos âncora canalizam 74,86% dos seus recursos para o eixo 2 (Programa de Valorização Turística), e ao nível dos projetos complementares 95,47% para o eixo 8 (Programa de Valorização Ambiental dos Recursos Naturais). De igual modo as entidades públicas centram-se, em termos de investimento, nos projetos enquadrados pelos eixos 2 e 8, sendo que o eixo 1 (Programa de Regeneração Urbana) assume um impacto significativo nas intenções de investimento (25%).

Tabela 9 – Investimento do Programa de Ação por natureza e por projeto (âncora ou complementar) e por eixos de atuação (em %).

	Plano de Ação - EEC - PROVERE Aldeias do Xisto			
	Projetos	**Inv. Privado (%)**	**Inv. Público (%)**	**Inv. Total (%)**
Projectos Âncora		**93**	**83**	**90**
Eixo 1	Programa de Regeneração Urbana	7,54	25,00	11,86
Eixo 2	Programa de Valorização Turística	74,86	56,16	70,24
Eixo 3	Plano de Animação	4,43	0,65	3,49
Eixo 4	Plano de Comunicação e Marketing	2,48	0,00	1,87
Eixo 5	Centro de Valorização e Inovação	8,65	0,48	6,63
Eixo 6	Rede de Lojas Aldeias do Xisto	1,31	1,38	1,33
Eixo 7	Rede de Praias Fluviais	0,72	16,33	4,58
Projetos Complementares		**7**	**17**	**10**
Eixo 8	Programa de Valorização Ambiental dos Recursos Naturais	95,47	94,72	95,12
Eixo 9	Programa de Visitação das Vilas e Plano de Mobilidade	4,53	5,28	4,88
	Total	**73**	**27**	**100**

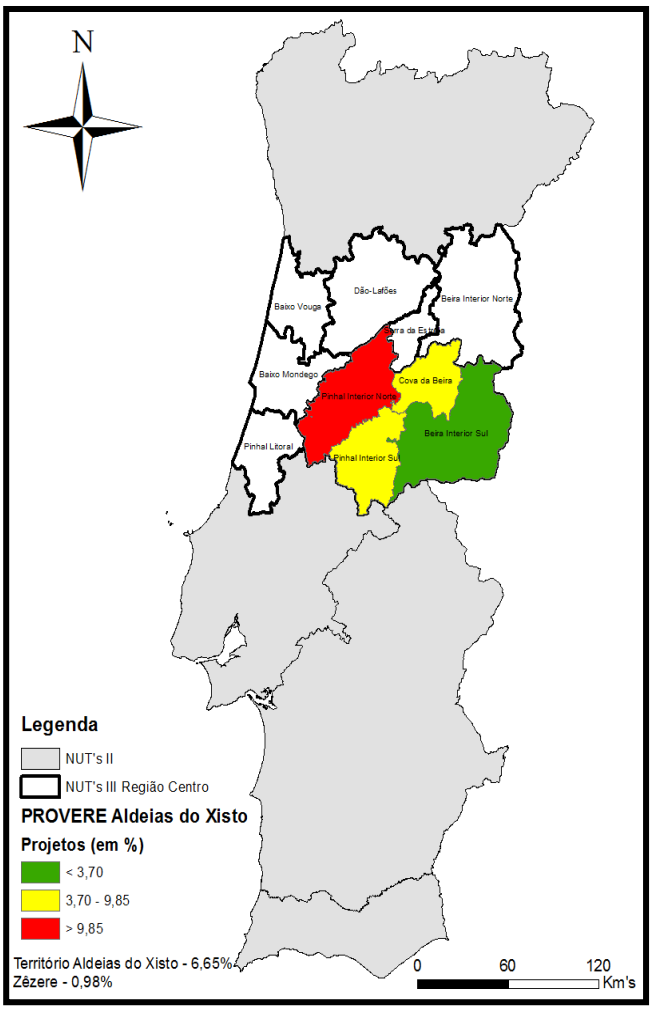
Elaborado a partir de: ADXTUR (2013).

Após esta primeira etapa, de análise mais genérica e ampla sobre os projetos e investimentos alocados no âmbito do PROVERE Rede de Aldeias do Xisto, seguimos a análise a esta Estratégia de Eficiência Coletiva com uma abordagem de forte componente geográfica, espacializando e particularizando a referida informação numérica.

Assim, através de uma análise de âmbito sub-regional, podemos começar por evidenciar que a NUT III Pinhal Interior Norte é aquela que abarca a maior percentagem de projetos (com 69,70% do total), seguindo-se as sub-regiões Pinhal Interior Sul e Cova da Beira, com 9,9% e 9,1%, respetivamente, surgindo com menor percentagem de projetos a Beira Interior Sul (6,69%). Os dados apresentados pela ADXTUR incluem, ainda, na análise os projetos aprovados nos territórios das Aldeias do Xisto, com 6,65% do total, bem como o Zêzere com 0,98% do total de projetos no âmbito do PROVERE Rede de Aldeias do Xisto (Figura 20).

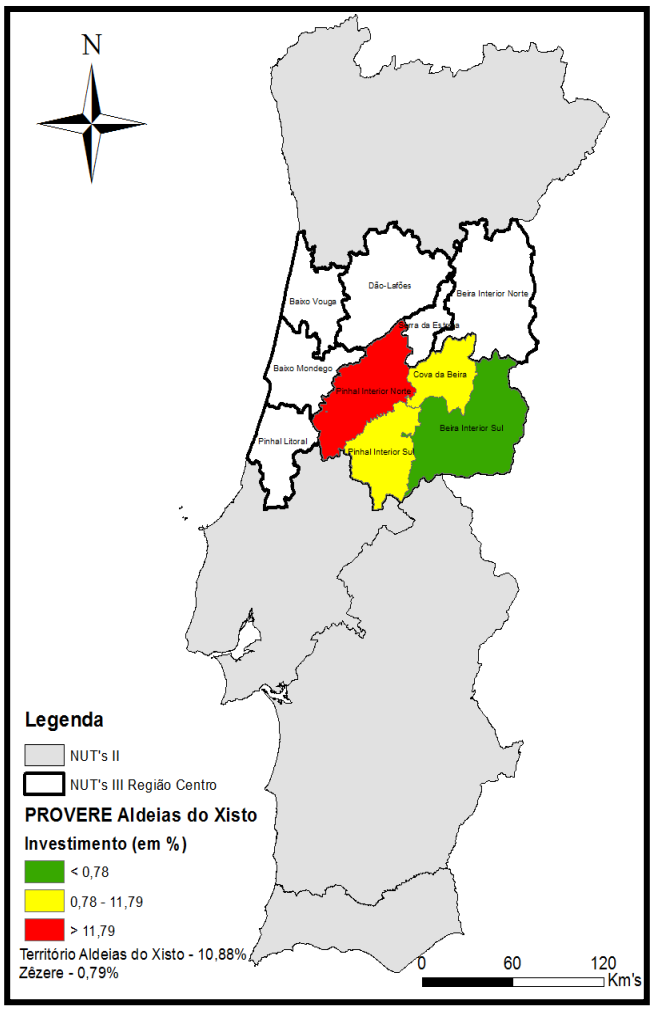
De igual modo, no caso dos investimentos previstos destaca-se, indubitavelmente, a NUT III Pinhal Interior Norte como aquela que será responsável

pela maior percentagem de investimento (com 68,61% do total), seguindo-se as sub-regiões Cova da Beira e Pinhal Interior Sul, com 7,1% e 11,8%. A Beira Interior Sul, apresenta a menor percentagem de investimento (0,77%). Os dados apresentados pela ADXTUR incluem, ainda, na análise os investimentos aprovados no Território das Aldeias do Xisto, com 10,88% do total, bem como o Zêzere com 0,79% do total de investimentos no âmbito do PROVERE Rede de Aldeias do Xisto (Figura 21).



Elaborado a partir de: ADXTUR (2013).

Figura 20 – Projetos PROVERE Aldeias do Xisto, por NUT II (Região Centro), em %.

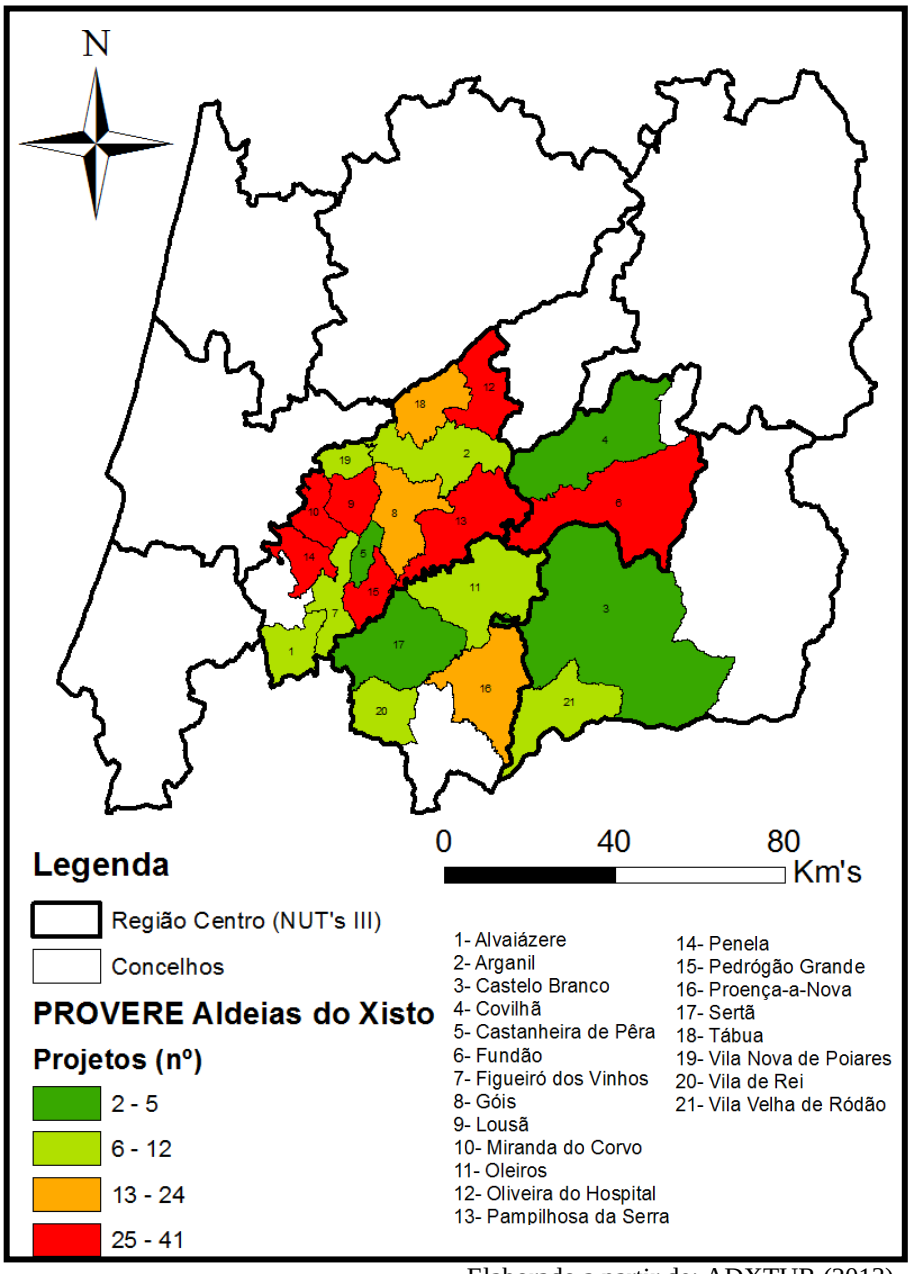


Elaborado a partir de: ADXTUR (2013).

Figura 21 – Investimentos PROVERE Aldeias do Xisto, por NUT II (Região Centro), em %.

No âmbito municipal, destacam-se, de forma evidente, no que concerne ao número de projetos por município (Figura 22), os concelhos de Miranda do Corvo (41 projetos), Penela (38 projetos), Fundão (33 projetos), Lousã (33 projetos), Pampilhosa

da Serra (33 projetos), Oliveira do Hospital (29 projetos) e Pedrógão Grande (29 projetos). Numa segunda hierarquia, com um número de projetos a variar entre 13 e 24, surgem os municípios de Góis (24 projetos), Tábua (27 projetos) e Proença-a-Nova (16 projetos). Os restantes municípios apresentam projetos que variam entre 2 e 12, sendo que os concelhos com menor número de projetos no âmbito do PROVERE Rede de Aldeias do Xisto são Castanheira de Pera (2 projetos) e Covilhã (4 projetos). Os dados apresentados pela ADXTUR incluem, ainda, na análise os projetos aprovados no Territórios das Aldeias do Xisto, com 27, bem como o Zêzere com 4 dos 406 projetos que compõe o total de projetos no âmbito do PROVERE Rede de Aldeias do Xisto.

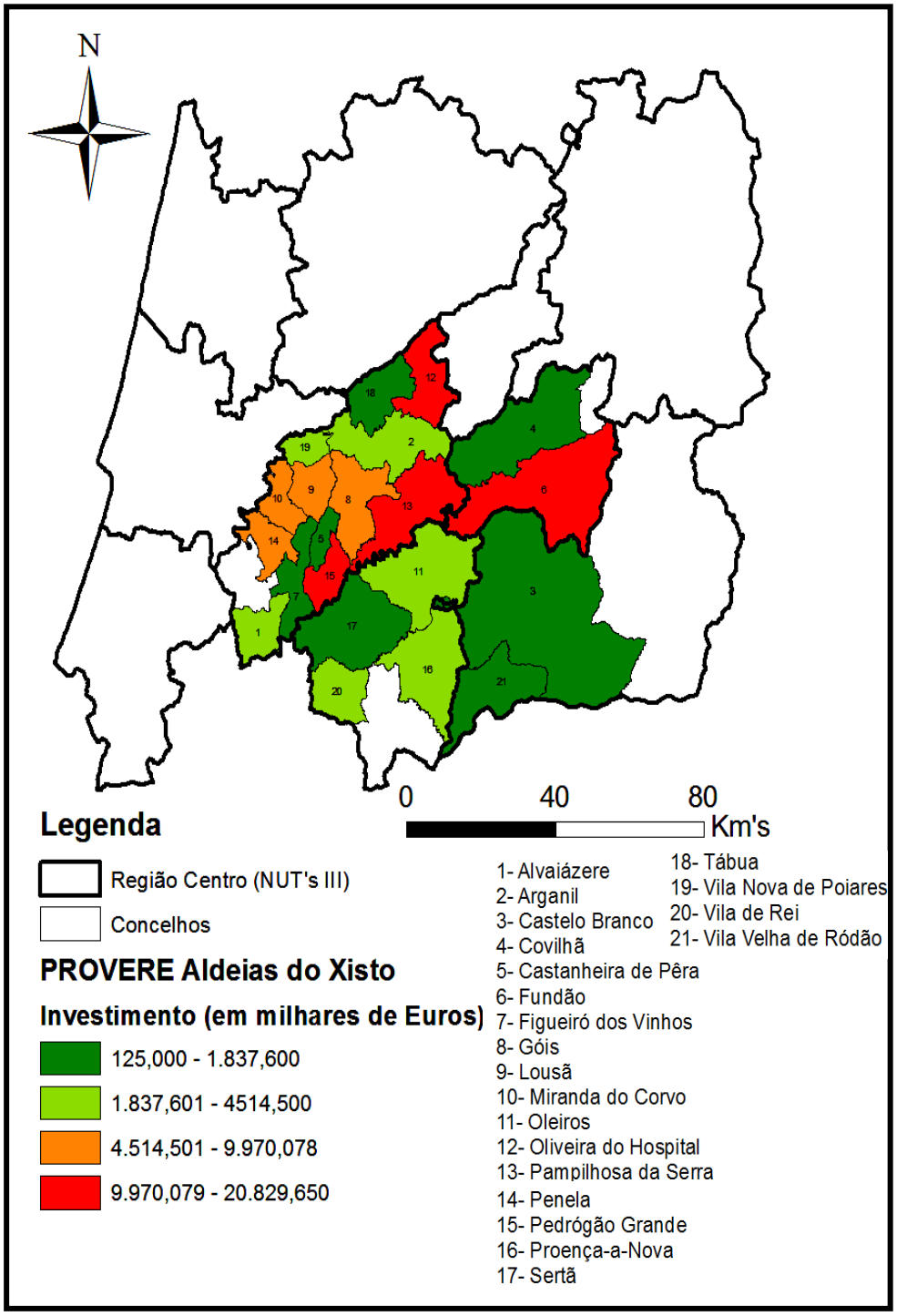


Elaborado a partir de: ADXTUR (2013).

Figura 22 – Projetos PROVERE Aldeias do Xisto, por município.

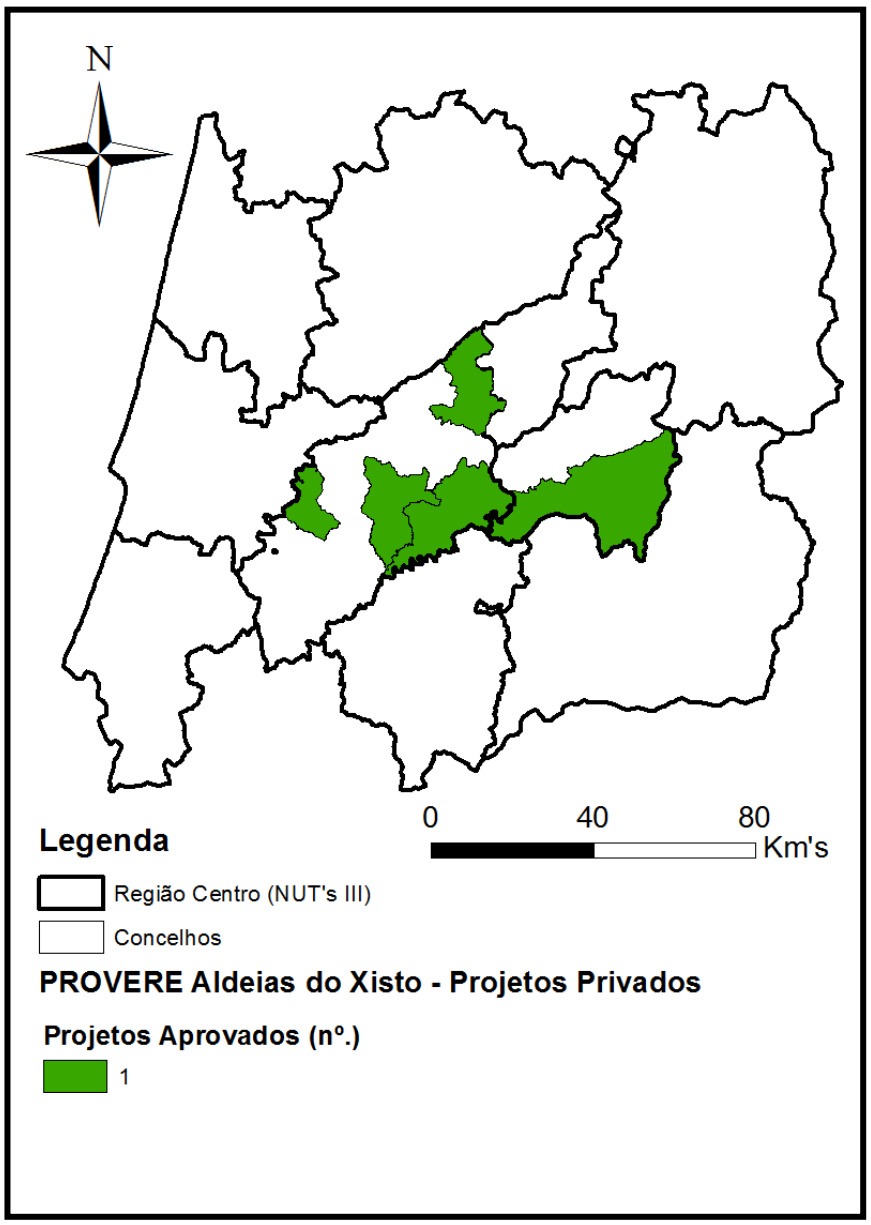
De acordo com a mesma escala, relativamente ao investimento previsto por município (Figura 23), destacam-se com os mais significativos investimentos os concelhos de Pedrógão Grande (20.829.650 milhões de euros), Pampilhosa da Serra (18.879.400 milhões de euros), Oliveira do Hospital (17.749.000 milhões de euros) e Fundão (16.182.987 milhões de euros). Num segundo nível de índices de investimento, com valores de investimento que variam entre 4.514.501 e 9.970.078 milhões de euros, surgem os municípios do "núcleo duro" da Serra da Lousã: Miranda do Corvo (9.970.078 milhões de euros), Góis (8.134.668 milhões de euros), Penela (6.297.524 milhões de euros) e Lousã (5.812.547 milhões de euros). Os restantes municípios apresentam índices de investimento que variam entre 150 mil euros e 4.514.500 milhões de euros, sendo que os concelhos com menor investimento no âmbito do PROVERE Rede de Aldeias do Xisto são Castanheira de Pera (125 mil euros) e Castelo Branco (510 mil euros). Os dados apresentados pela ADXTUR incluem, ainda, na análise os investimentos previstos para o Territórios das Aldeias do Xisto, com 15.864.667 milhões de euros, bem como o Zêzere com 1.154.582 dos 145.837.003 milhões de euros da dotação financeira total do PROVERE Rede de Aldeias do Xisto.

Importa agora, nesta fase mais avançada de leitura dos dados referentes ao PROVERE Rede de Aldeias do Xisto, enfatizar o estado de execução dos projetos e investimentos que analisámos até agora. Relativamente ao número de projetos privados aprovados (em janeiro de 2013), destacam-se quatro municípios (Figura 24): Fundão, Góis, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital e Pampilhosa da Serra, todos eles com um projeto já aprovado. Dos projetos privados já aprovados, todos eles projetos âncora, destaque para o valor total dos projetos aprovados, que se cifra nos 15.195.129,76 milhões de euros. Fazendo corresponder este valor ao total correspondente a cada um dos concelhos com projetos aprovados podemos ordená-los da seguinte forma: Oliveira do Hospital (4.915.686 milhões de euros), Pampilhosa da Serra (4.539.704 milhões de euros), Miranda do Corvo (2.814.995,42 milhões de euros), Fundão (2.437.764,28 milhões de euros) e, por fim, Góis com um projeto já aprovado com um investimento total de 487.163 mil euros.



Elaborado a partir de: ADXTUR (2013).

Figura 23 – Investimentos PROVERE Aldeias do Xisto, por município (em milhares de Euros).



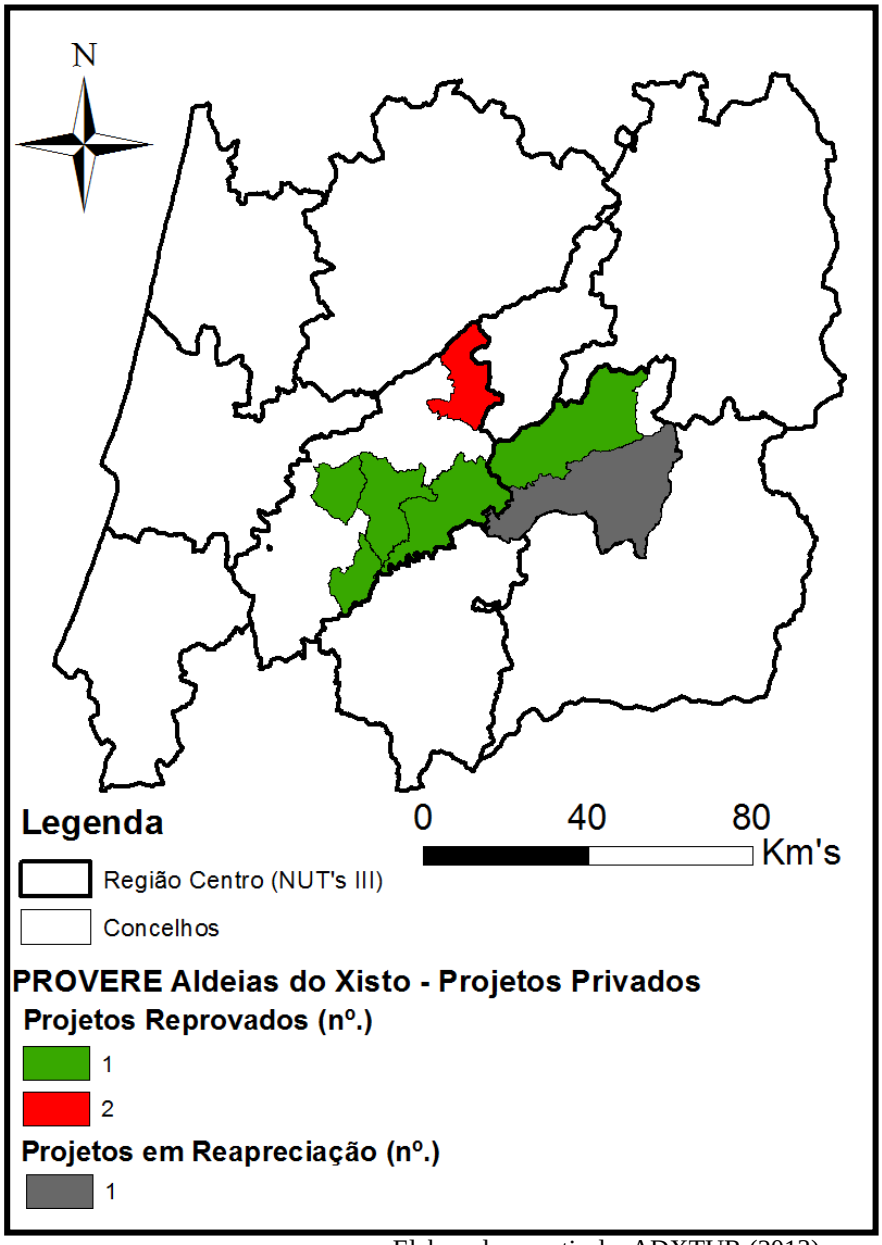
Elaborado a partir de: ADXTUR (2013).

Figura 24 – Projetos Privados PROVERE Aldeias do Xisto, por município, aprovados até janeiro de 2013.

No que concerne aos projetos privados reprovados (em janeiro de 2013), destacam-se seis municípios (Figura 25): Oliveira do Hospital (com dois projetos reprovados), Covilhã, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande, todos eles com um projeto reprovado. Dos projetos até à data reprovados, podemos ainda dividi-los em dois grupos mediante a natureza do projeto (âncora ou complementar). Assim sendo, dos sete projetos reprovados três correspondem a projetos âncora (Góis, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande) e os restantes quatro correspondem a projetos complementares (Covilhã, Lousã e Oliveira do Hospital, este último município com dois projetos complementares reprovados). Importa salientar, ainda, o valor total dos projetos reprovados, cuja sua totalidade ascende a 4.997.577,68 milhões de euros.

Fazendo corresponder este valor à participação de cada projeto reprovado por concelhos podemos estabelecer uma hierarquia que se traduz da seguinte forma: Oliveira do Hospital (1.643.652 milhões de euros), Lousã (1.091.282 milhões de euros), Góis (732.417,89 mil euros), Pampilhosa da Serra (594.100 mil euros), Pedrógão Grande (580.200,79 mil euros) e Covilhã com um projeto reprovado com um investimento total de 355.925 mil euros.

Para terminar a análise referente aos projetos privados, importa ainda referir que, à data da obtenção dos dados, havia um projeto que se encontrava em fase de reapreciação, um projeto âncora, com um investimento total de 4.962.764,28 milhões de euros, com incidência geográfica no município do Fundão.



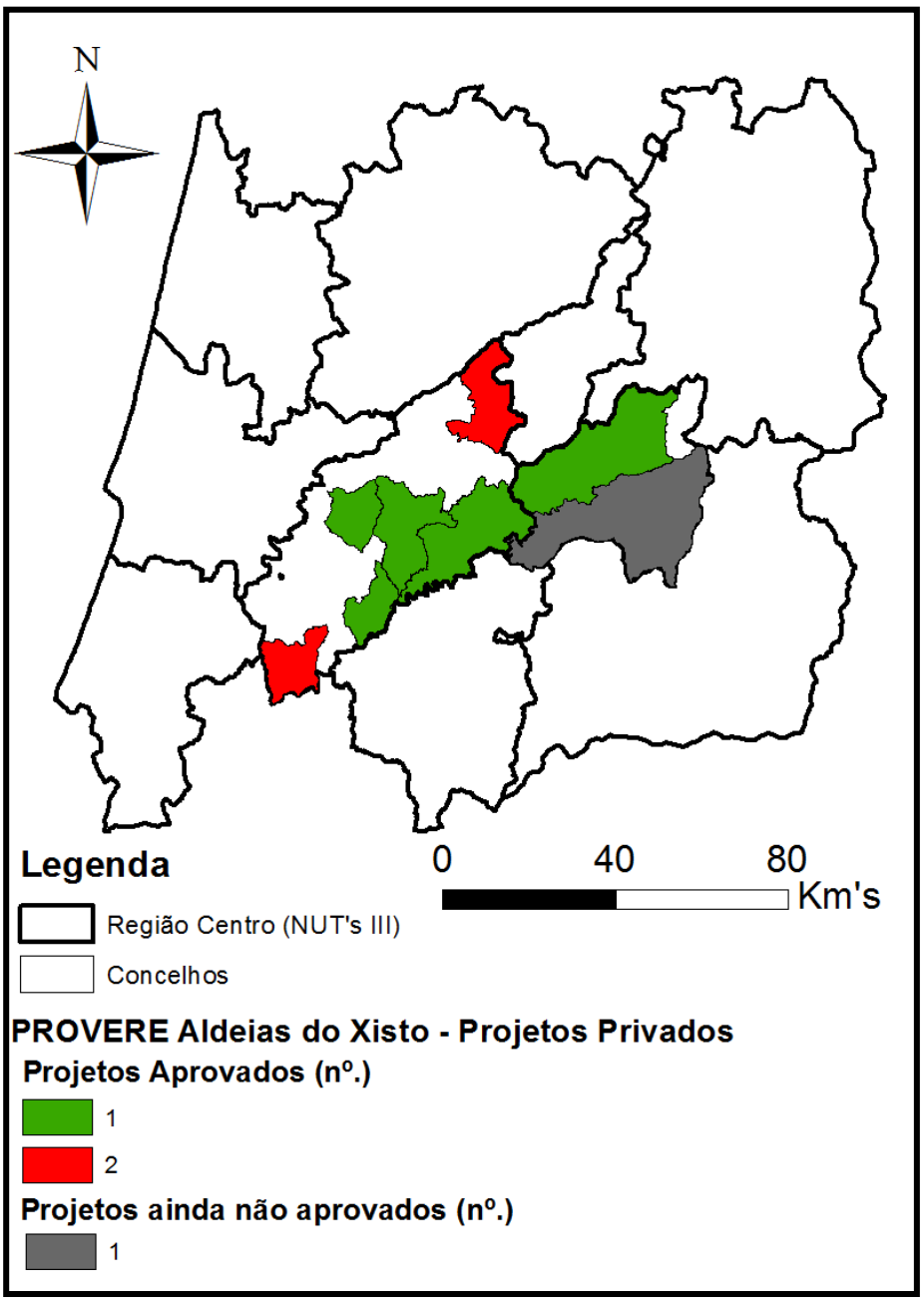
Elaborado a partir de: ADXTUR (2013).

Figura 25 – Projetos Privados PROVERE Aldeias do Xisto, por município, reprovados e em reapreciação até janeiro de 2013.

Relativamente aos projetos públicos aprovados de iniciativa municipal (em janeiro de 2013), destacam-se seis concelhos (Figura 26): Alvaiázere (com um investimento total aprovado de 259.826 mil euros) e Oliveira do Hospital (com investimento total de 289.035 mil euros) (ambos com dois projetos aprovados), Arganil (276.405,35 mil euros), Góis (181.957,20 mil euros), e Pedrógão Grande (224.207 mil euros de investimento aprovado), todos estes com um projeto aprovado. Há a acrescer ao número de projetos referidos anteriormente um outro que não tem referência do município onde se desenvolve e ainda mais dois, que à data não se encontram aprovados, um na Covilhã (com um investimento total de 200.000 mil euros) e outro em município não designado. Importa salientar, ainda, o valor total dos projetos públicos de iniciativa municipal aprovados, cuja sua totalidade ascende a 1.982.523,15 milhões de euros e ainda 700.000 mil euros referentes a dois projetos que ainda não se encontram aprovados.

Por outro lado, fazem ainda parte da lista de projeto públicos aprovados outros projetos sob a égide da ADXTUR, cinco aprovados no total, aos quais corresponde uma dotação financeira de 3.929.785 milhões de euros: Plano de Comunicação e Marketing das Aldeias do Xisto (1.086.380 milhões de euros), Grande Rota do Zêzere (627.237 mil euros), Valorização Turística das Margens do Rio Unhais (223.866 mil euros), Estruturas de Animação Permanente das Aldeias do Xisto (768.499 mil euros) e Calendário de Animação das Aldeias do Xisto (1.222.802 milhões de euros).

Para terminar a análise referente aos projetos públicos aprovados, importa ainda referir que, à data da obtenção dos dados, o total da dotação financeira dos projetos já aprovados ascendia aos 6.612.308 milhões de euros (considerando a totalidade de projetos de iniciativa municipal e os de iniciativa da ADXTUR).



Elaborado a partir de: ADXTUR (2013).

Figura 26 – Projetos Públicos PROVERE Aldeias do Xisto, por município, aprovados e ainda não aprovados até janeiro de 2013.

5. O concelho de Góis: geografia, património e turismo

5.1. Localização e contextualização

Em termos administrativos e estatísticos, o concelho de Góis situa-se na Região Centro, e mais concretamente na sub-região (NUT III) do Pinhal Interior Norte[17] (Figura 27).

O município de Góis possui uma vasta área territorial ocupando cerca de 263,3 km^2 (com um perímetro de 111 km, e um comprimento máximo norte–sul de 28 km e este–oeste de 20 km), e caracteriza-se por um forte isolamento geográfico, distribuindo-se o seu território por cinco freguesias[18]: Álvares, Cadafaz, Colmeal, Góis e Vila Nova do Ceira.

Situado na parte oriental do distrito de Coimbra, o concelho de Góis é atravessado pelo Vale do Rio Ceira e é delimitado, e separado, da Beira Interior pelas Serras da Lousã e Açor. Como confrontações, tem a norte o concelho de Arganil e Poiares, a nascente os de Arganil e Pampilhosa da Serra, a sul o de Pampilhosa da Serra e a poente os de Lousã, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande.

Marcado por uma geografia própria muito acidentada e por uma dimensão essencialmente micro-regional e local o modo de organização do seu território assume uma forte componente rural e de montanha.

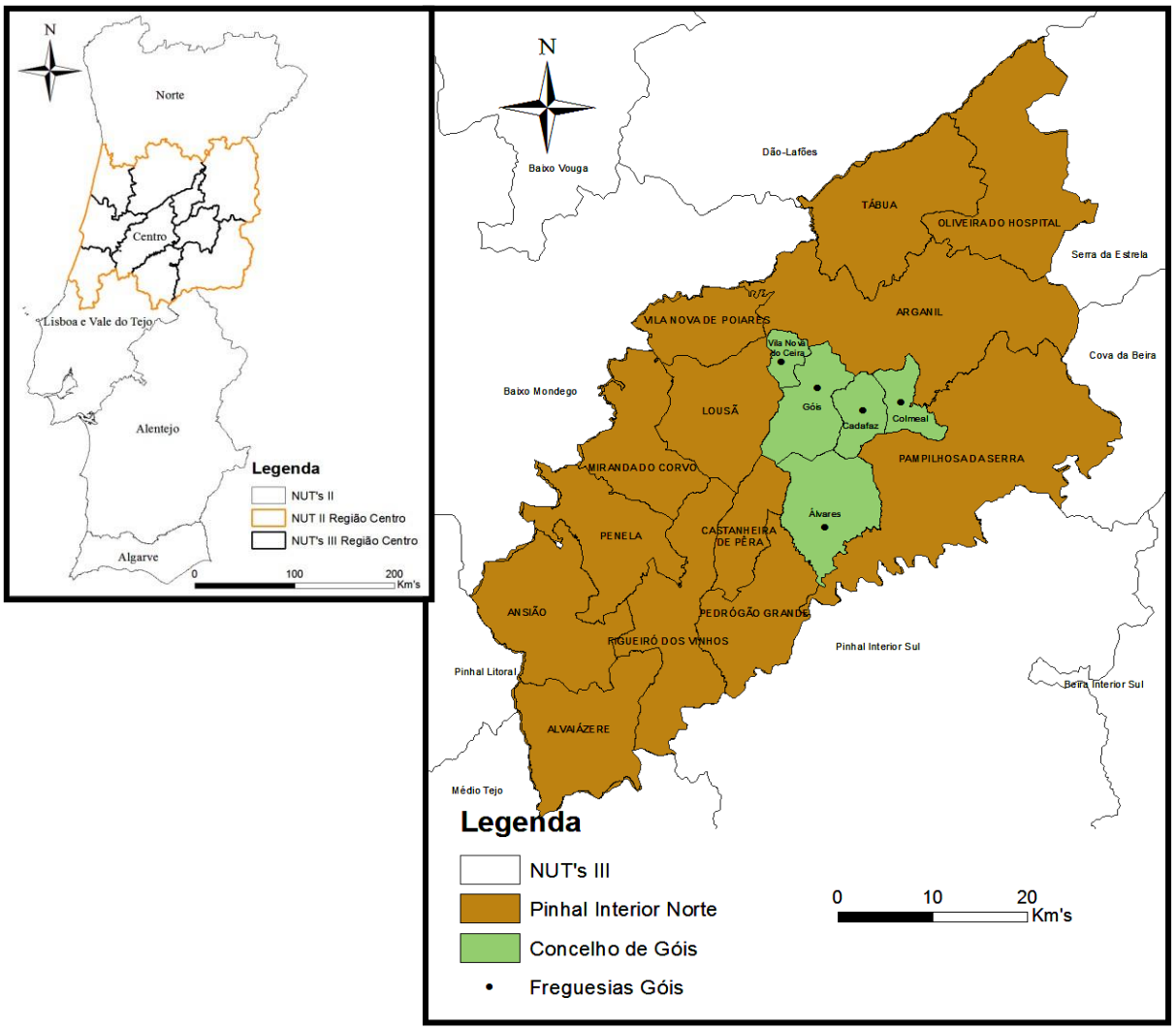
[17] De acordo com o diagnóstico do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Pinhal Interior, apesar da sua localização estratégica, apresenta diversas fragilidades estruturais, sendo as mais problemáticas o défice de capital humano e a inexistência de um sistema de mobilidade adequado ao desenvolvimento integrado da Região.

De facto, "trata-se de um dos espaços mais problemáticos do País em termos de perspetivas de desenvolvimento. Sem dimensão populacional, com uma base económica débil assente nos recursos florestais e sem estrutura urbana, as perspetivas são de continuação da perda de população e para a redução do seu contributo para a economia nacional. Os cenários analisados apontam para que em 2020 o Pinhal Interior possa representar bastante menos do que 1% do VAB nacional. As acessibilidades são decisivas no desencravamento e na articulação deste espaço, revelando-se como fundamentais os eixos rodoviários de atravessamento, sobretudo os que possam contribuir para a sua estruturação urbana" (PNPOT; 2007:100).

[18] A este respeito importa referir que, com a Reforma Administrativa Local, para o concelho de Góis a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território propôs a agregação entre as freguesias de Cadafaz e Colmeal, passando esta nova freguesia a denominar-se por União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal. Este novo mapa, com apenas quatro freguesias, ainda não havia sido aprovado em março de 2013.

Cerca de 60 % da área total do concelho encontra-se incluída na Bacia Hidrográfica do Rio Ceira (afluente de 1ª ordem do Rio Mondego) e a restante parte pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Zêzere (afluente de 1ª ordem do Rio Tejo).

O concelho de Góis está incluído numa das áreas de máximo risco no que se refere aos incêndios florestais (MOITA, 2009). Este facto, resulta da simultaneidade e da intensidade com que nele ocorrem certos fatores favoráveis, especialmente os respeitantes ao clima, pedologia e coberto florestal existente. A área florestal afeta à exploração de eucaliptal tende a aumentar dada a rentabilidade que oferece aos proprietários da terra.



Elaborado a partir de: Atlas do Ambiente Digital.

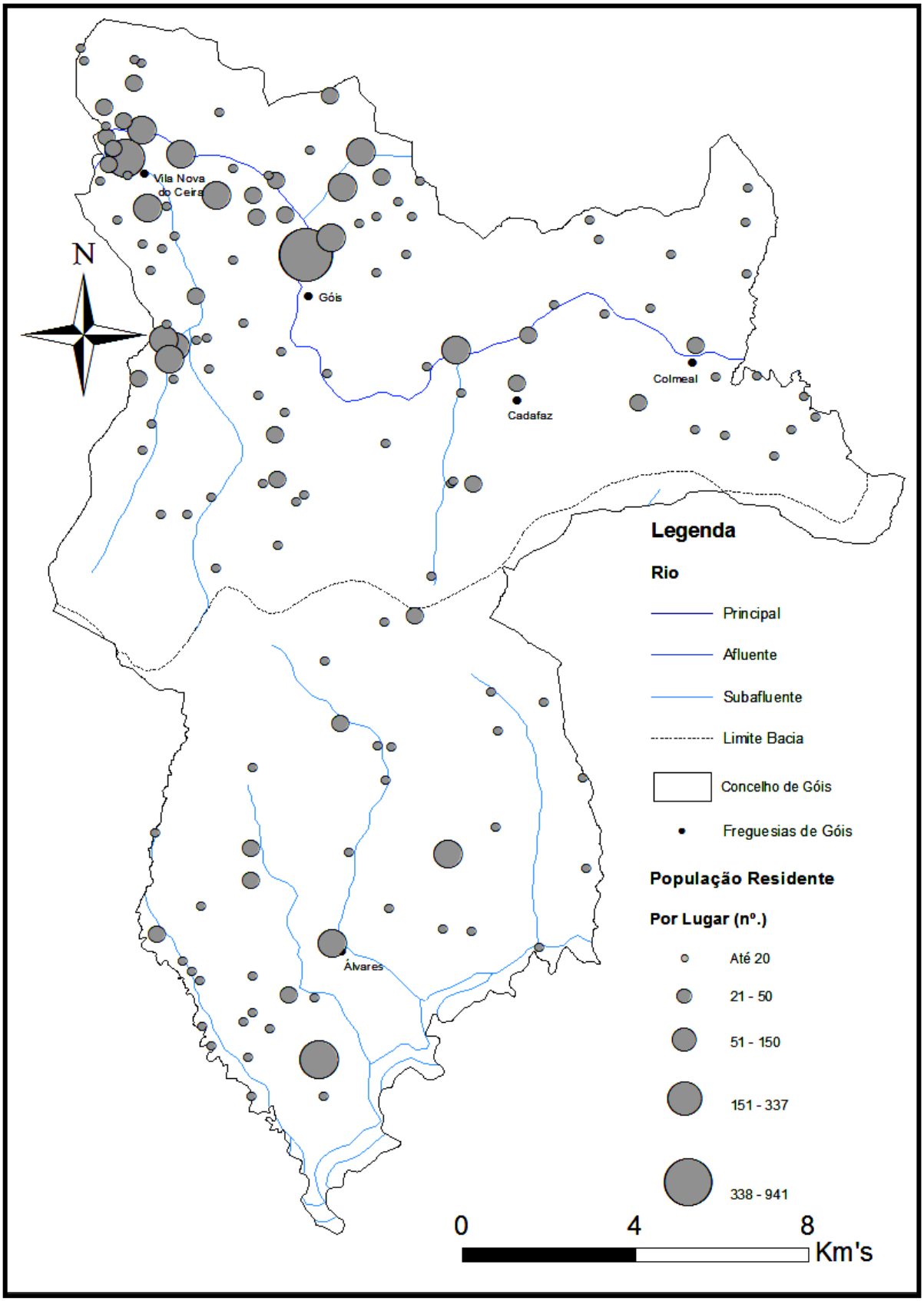
Figura 27 – Enquadramento geográfico do concelho de Góis (com suas freguesias), no âmbito das NUT's II e III.

A sua vida social e económica cruza-se com a forma de implantação e desenvolvimento dos aglomerados tradicionais existentes apresentando o território formas de povoamento disperso, como atestam as cerca de 190 povoações[19] existentes distribuídas pelas suas cinco freguesias (Figura 28).

Relativamente à distribuição da população por lugar no concelho de Góis (Anexo II) podemos atestar que, e apesar de na Figura 28 não estarem representadas todas as povoações que constituem Góis, logo numa primeira análise, se evidencia o carácter de povoamento disperso que caracteriza este município, salientando, também, dois núcleos (mais importantes) de concentração de população por lugar: em torno de Vila Nova do Ceira e de Góis. Esse facto é facilmente comprovado pela análise à distribuição da população por lugares com maior número de residentes. Assim, no grupo de lugares com população que varia entre 54 e 147 habitantes, contabilizamos um total de onze lugares: três na freguesia de Vila Nova do Ceira (Várzea Pequena, Inviando e Monteira); cinco na freguesia de Góis (São Martinho, Ponte do Sótão, Bordeiro, Vale de Moreiro e Samoura); uma na freguesia de Cadafaz (Cabreira, o lugar mais importante, a nível populacional, na freguesia Cadafaz); e duas na freguesia de Álvares (Álvares e Chã). Num segundo grupo, com população a variar entre 148 e 337 habitantes, destaque para Várzea Grande (o lugar mais importante, a nível populacional, na freguesia de Vila Nova do Ceira) e Cortes (o lugar mais importante, a nível populacional, na freguesia de Álvares). Por fim, com população entre 338 e 941 habitantes, destaque para um único lugar, Góis (o lugar mais importante, a nível populacional, na freguesia de Góis).

Importa salientar que na totalidade das cinco freguesias que compõe o concelho de Góis, apenas três delas correspondem aos lugares mais importantes das suas freguesias: Góis, Vila Nova do Ceira (lugar de Várzea Grande, onde é a sede de freguesia de Vila Nova do Ceira) e Colmeal. Por outro lado, nas freguesia de Cadafaz o lugar com maior quantitativo populacional é Cabreira enquanto que, na freguesia de Álvares, o lugar com maior importância no que concerne ao número de habitantes é Cortes.

[19] Apesar de o concelho de Góis contabilizar cerca de 190 povoações, nos dados referentes aos Censos 2011 apenas são consideradas, para fins estatísticos, 143 povoações. A representação da totalidade das cerca de 190 povoações viria a vincar ainda mais o caráter de povoamento disperso existente no concelho de Góis.



Elaborado a partir de: Atlas do Ambiente Digital e INE (2011).

Figura 28 – População residente do concelho de Góis (com suas freguesias) por lugar, em 2011.

A área urbana (área social em núcleo urbano) apresenta uma expansão lenta, encontrando-se circunscrita às sedes de freguesia, com exceção de Ponte de Sótão (na freguesia de Góis); Cortes (na freguesia de Álvares, em que as condições de edificabilidade são significativamente melhores que as da sede de freguesia); Cabreira, na freguesia de Cadafaz; e Várzea Pequena (na freguesia de Vila Nova do Ceira).

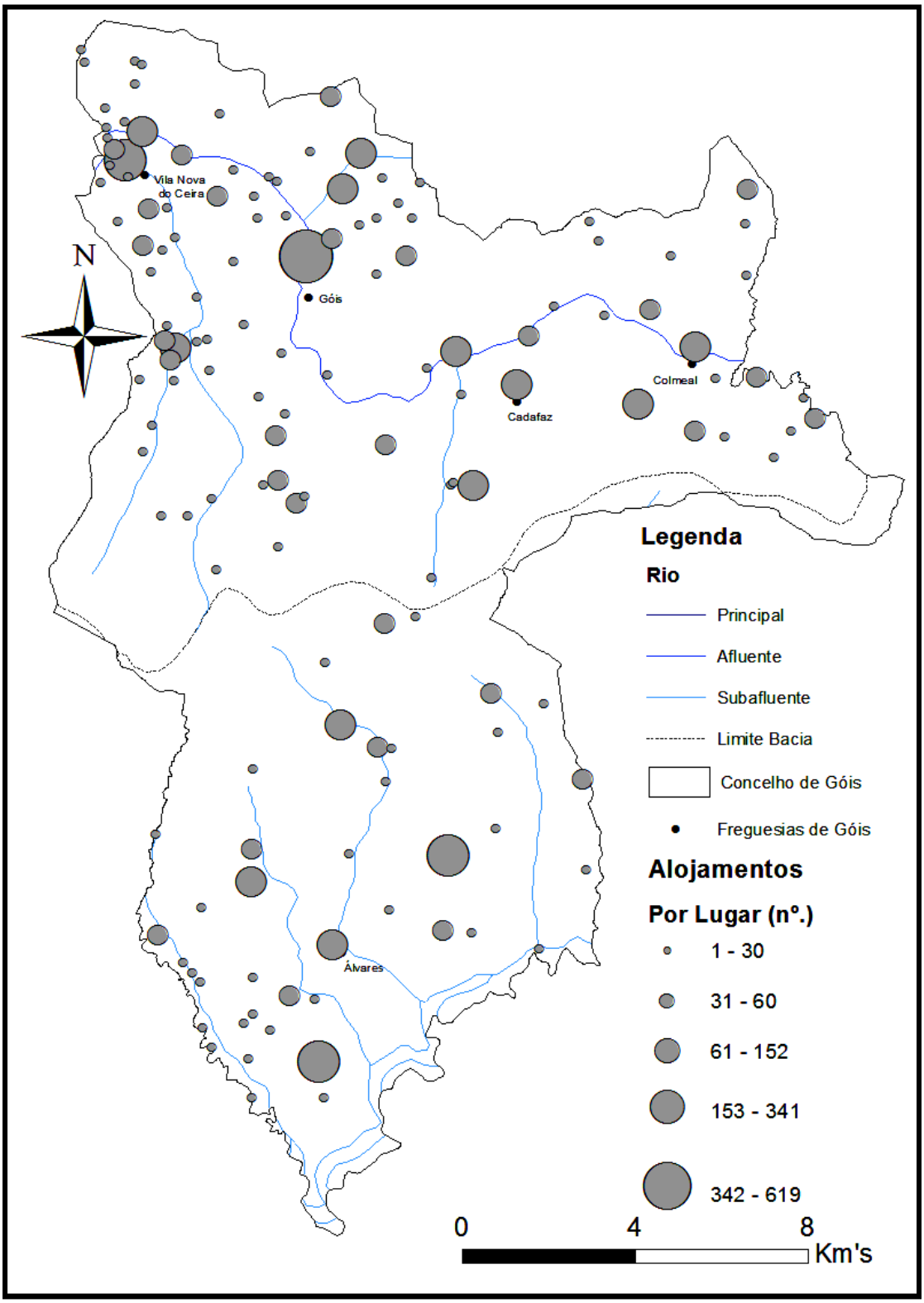
Esse facto é facilmente demonstrado pela análise à distribuição da população por lugares com maior número de alojamentos[20] (Figura 29) e de edifícios clássicos[21] (Figura 30). Assim, relativamente aos alojamentos (Anexo II) podemos constatar que há um total de onze lugares com um total de alojamentos que varia entre 62 e 152, um na freguesia de Vila Nova do Ceira (Várzea Pequena); três na freguesia de Góis (Bordeiro, Ponte do Sótão e São Martinho); dois na freguesia de Cadafaz (Cabreira e Cadafaz); dois na freguesia de Colmeal (Colmeal e Carvalhal do Sapo); e, por fim, três na freguesia de Álvares (Álvares, Roda Cimeira e Amioso do Senhor). Num segundo grupo, com um total de alojamentos a variar entre 153 e 341, destaque para duas freguesias: Vila Nova do Ceira, com um lugar (Várzea Grande); e Álvares, com dois lugares (Cortes e Chã). Por fim, com um quantitativo de alojamentos a variar entre 342 e 619, destaque para um único lugar, Góis, a freguesia sede de concelho.

Por outro lado, no que concerne aos edifícios clássicos (Anexo II) podemos facilmente constatar que há um total de vinte e sete lugares com um total de edifícios clássicos que varia entre 34 e 79 (onze na freguesia de Góis, oito na freguesia de Álvares, três na freguesia de Vila Nova do Ceira e Colmeal e, por fim, dois na freguesia de Cadafaz). Num segundo nível na hierarquia dos lugares, com um total de edifícios clássicos a variar entre 80 e 195, destaque para um total de onze lugares: quatro deles na freguesia de Álvares (Chã, Álvares, Roda Cimeira e Amioso do Senhor); dois em Góis (Bordeiro e São Martinho), Cadafaz (Cabreira e Cadafaz) e Colmeal (Colmeal e Carvalhal do Sapo) e, ainda, um em Vila Nova do Ceira (Várzea Pequena). Por fim, com um quantitativo edifícios clássicos a variar entre 196 e 443, destaque para os

[20] Segundo o site do Instituto Nacional de Estatística, local corresponde a local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

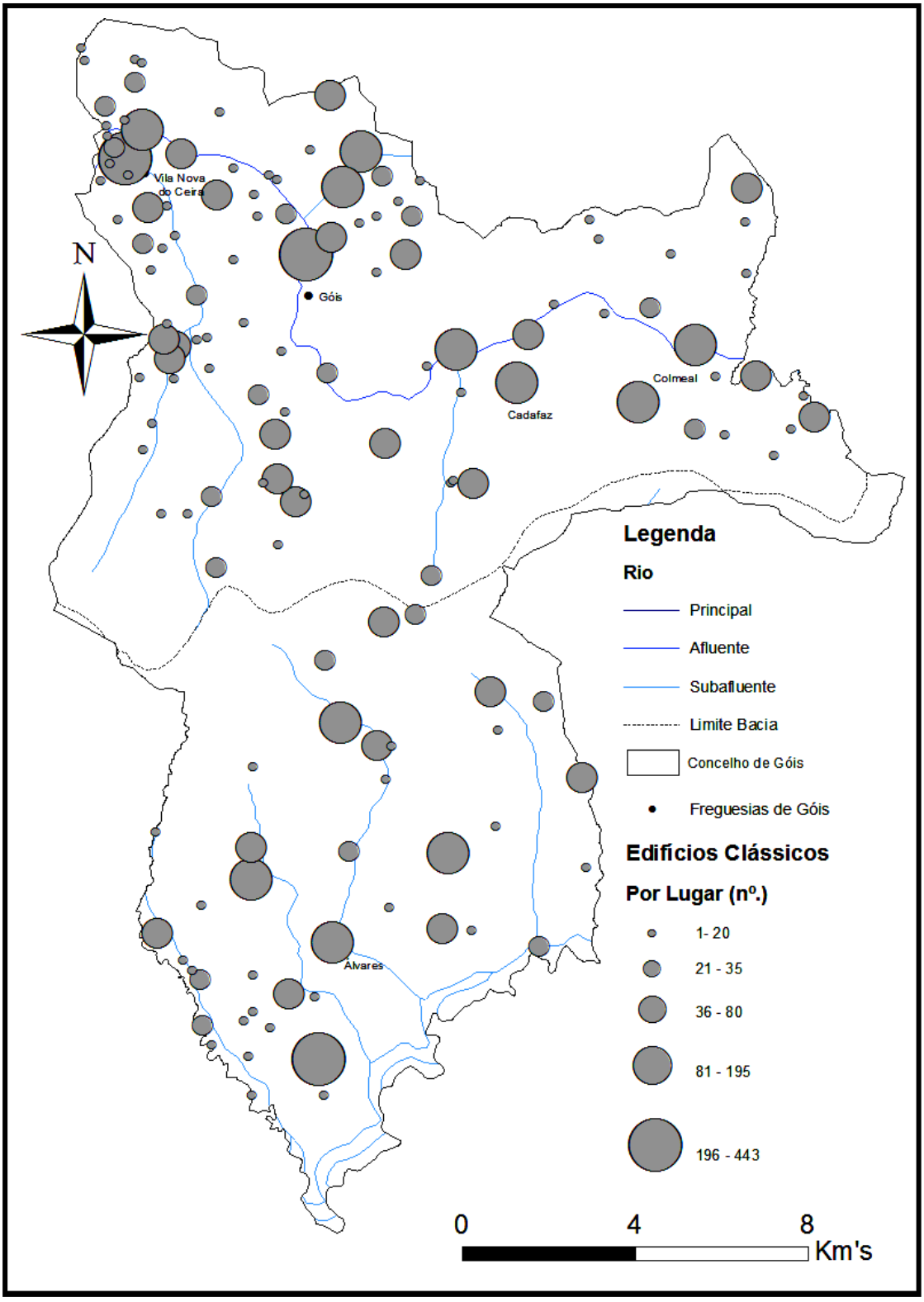
[21] O site do Instituto Nacional de Estatística define edifício clássico como um edifício cuja estrutura e materiais empregues tem um caráter não precário e duração esperada de, pelo menos, 10 anos.

lugares de Várzea Grande (freguesia de Vila Nova do Ceira), Góis (freguesia de Góis) e Cortes (freguesia de Álvares).



Elaborado a partir de: Atlas do Ambiente Digital e INE (2011).

Figura 29 – Alojamentos do concelho de Góis (com suas freguesias) por lugar, em 2011.



Elaborado a partir de: Atlas do Ambiente Digital e INE (2011).

Figura 30 – Edifícios clássicos do concelho de Góis (com suas freguesias) por lugar, em 2011.

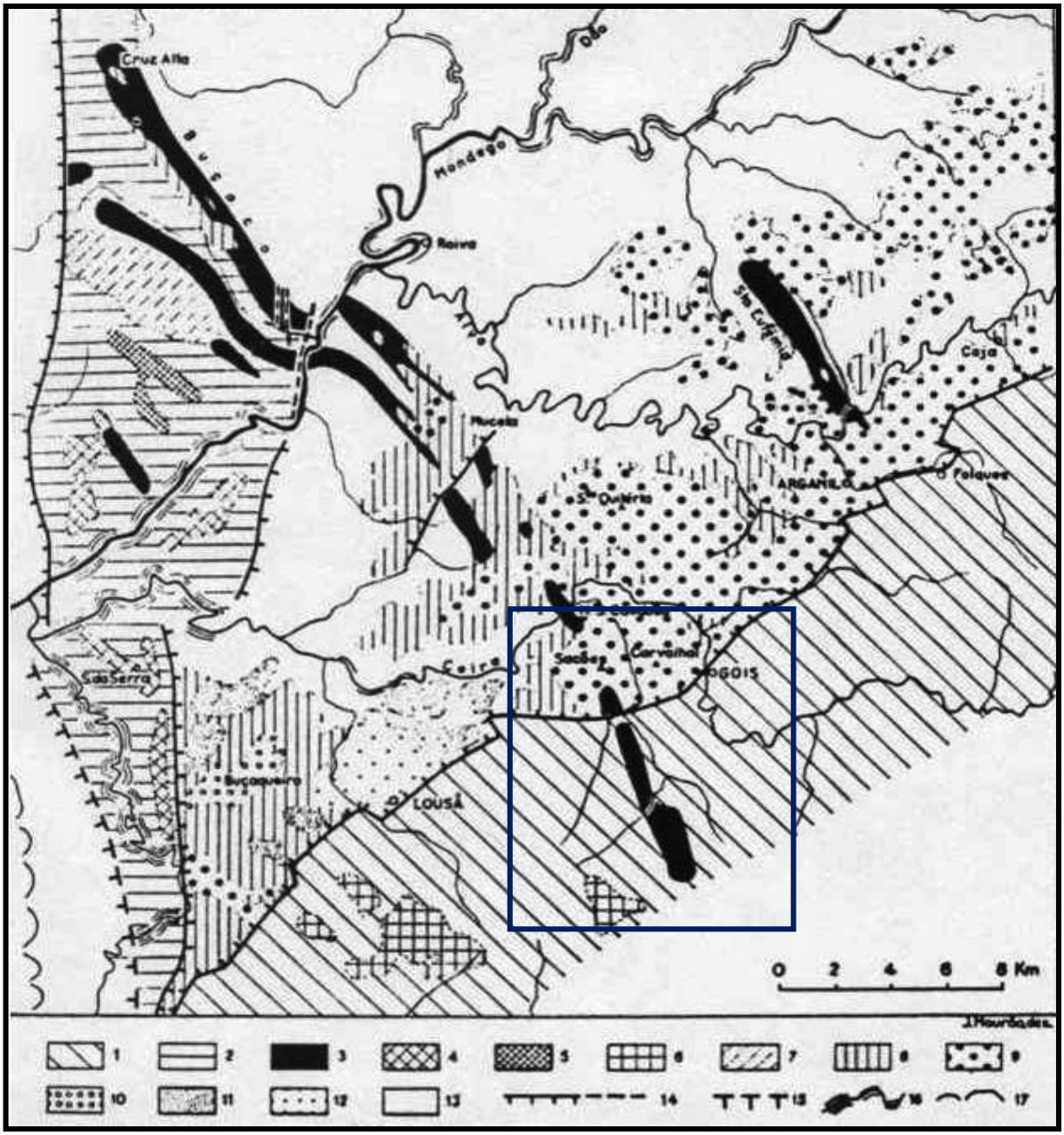
A dinâmica de transformação dos aglomerados, para as funções residencial e comercial tende a ser mais significativa nas suas formas de expansão urbana do que nas vertentes de reabilitação/reutilização do património existente (edificado ou solo urbano).

Merecem destaque as características ambientais e de património edificado do concelho de Góis, e a sua relação de acessibilidade com Coimbra. O património edificado do concelho apresenta consideráveis adulterações, quer nos núcleos principais, quer em situações isoladas, associadas à introdução de novos materiais e influências de linguagens arquitetónicas mal assimiladas e fora de contexto. Encontram-se, ao longo do espaço concelhio, edifícios de traça e construção tradicionais, de pequena dimensão e que não estão afetos a qualquer uso (caso da Talisca, conjunto da Cabreira).

As características da paisagem, ditadas pelo acidentado do terreno, pela concentração do povoamento e a possibilidade de aproveitamento recreativo dos recursos hídricos, conjugada com a existência de pequenas edificações disponíveis, constituem atrativos (a juntar aos do património edificado) a aproveitar sob a forma de produto turístico.

Do ponto de vista de lazer e recreio podemos salientar dois aspetos principais que se ligam ao aproveitamento das áreas de caça que cobrem praticamente todo o concelho de Góis, que representa 10% da área do Pinhal Interior Norte, 1% da área da Região Centro e 0,3% da área total de Portugal.

Marcado por uma geografia própria bastante acidentada, o território está inserido na área serrana entre os rios Mondego e Zêzere (Figura 31) fazendo parte do complexo orográfico da Serra da Lousã (Maciço Antigo) (Figura 32), território no qual detém 17% da sua área total inserida em Rede Natura 2000, estando ainda presente no concelho de Góis materiais do Paleogénico (E_{Cj} – Formação de Côja), na área de Vila Nova do Ceira (correspondente às Bacias de Lousã–Góis–Arganil) (Figuras 33 e 34) correspondentes a cascalheiras, arcoses e arenitos; Neogénico (Grupo de Sacões, que corresponde a sedimentos heterométricos, conglomeráticos e pelíticos, depositados no sopé das Serras da Lousã e do Açor (Figura 35), nas proximidades de Sacões e em outras áreas da Freguesia de Vila Nova do Ceira; do Neoproterozóico (Grupo das Beiras: N_{Ca} – Formação de Caneiro e N_{BS} – Formação de Boque – Serpins, ambas correspondentes a xistos e grauvaques, e que ocupam a maior parte do território do concelho de Góis); e, por fim, do Ordovícico quartzitos (O_{QA} – Formação do Quartzito Armorciano (Arenigiano) (Figuras 36 e 37); O_{BF} – Formação de Brejo Fundeiro (Oretaniano-Dobrotiviano-Caradociano Inferior) e O_{LO} – Formação de Louredo, com grande representação na Senhora da Candosa (Vila Nova do Ceira) e nos Penedos de Góis).



Fonte: Orlando RIBEIRO; 1982:211.

Figura 31 – Esquema morfológico da região a leste de Coimbra (com a delimitação da área em estudo).

Legenda: 1 - Cordilheira Central; 2 - relevo marginal; 3 - cristas quartzíticas; 4 - restos de aplanações no relevo marginal; 5 - *idem* mais elevadas; 6 - *idem* na serra da Lousã; 7 - nível de 250-300 m no interior do relevo marginal; 8 - cobertura de arenitos feldspáticos (Buçaco e supra-Buçaco); 9 - cobertura de depósitos grosseiros; 10 - nível alto da bacia da Lousã; 11 - nível médio da bacia da Lousã; 12 - nível inferior da bacia da Lousã; 13 - superfície exumada da cobertura detrítica (no maciço antigo) e orla secundária (extremo oeste do mapa); 14 - escarpas de falha e alinhamentos tectónicos; 15 - flexura; 16 - rios encaixados de mais de 200 m (dois traços) e de mais de 100 m (um traço); 17 - costeira, liásica.



Figura 32 – Serra da Lousã vista de Aigra Nova para o Trevim (1205 metros de altitude).



Figura 33 – Vila de Góis no contexto da Bacia de Lousã-Góis-Arganil, com a Serra do Rabadão, vista a partir do miradouro da estrada 342.



Figura 34 – Vila Nova do Ceira no contexto da Bacia de Lousã-Góis-Arganil, vista a partir do Cerro da Nossa Senhora da Candosa.



Figura 35 – Depósitos heterométricos correspondentes ao Grupo de Sacões, nas proximidades de Conhais.



Figura 36 – Transição entre a Serra do Açor e a Serra da Lousã, marcada pelos Penedos de Góis, vista a partir do miradouro da estrada 342.



Figura 37 – Vista geral sobre os Penedos de Góis.

Com altitudes que oscilam entre os 150 metros e os 1205 metros, na maior parte do território os declives são bastante acentuados (entre os 20 e 25%), correspondendo a solos com aptidão unicamente florestal. Os declives menos acentuados verificam-se no

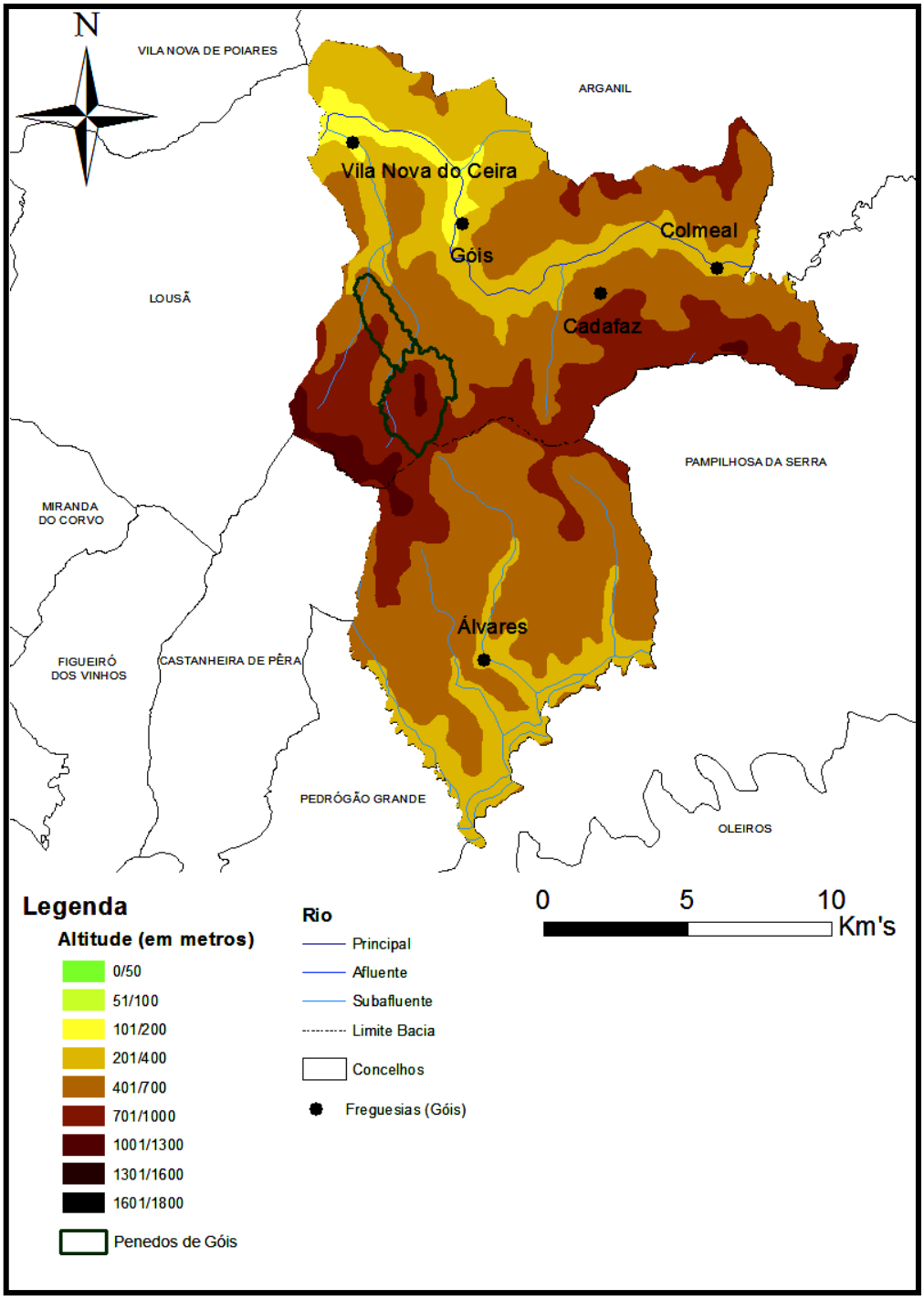
setor meridional (freguesia de Álvares) do concelho, e ao longo do vale do Ceira, de Vila Nova do Ceira até Góis, onde se atingem valores inferiores a 5%.

No contexto municipal, em termos geológicos, geomorfológicos e paisagísticos destaca-se o afloramento quartzítico do Ordovícico, vulgarmente conhecidos por Penedos de Góis (Figura 38).

Situados a oeste do concelho de Góis, os Penedos de Góis, que atingem uma altitude máxima de 1043 metros, fazem parte da Cordilheira Central, marcando a transição entre a Serra da Lousã e as Serras do Açor. Como referem ALVES e CORDEIRO (2012:31), "a sua imponência marca, de forma bastante vincada, a paisagem do concelho de Góis bem como da região envolvente, quer pela rigidez da forma concedida pelo quartzito quer pelo contraste fornecido pela "suavidade" do relevo xistoso envolvente, em que estão inseridos".

"No interior das Serras de Xisto afloram quartzitos, em manchas alongadas e estreitas, orientadas NW-SE (numa direção ortogonal à orientação geral das formas de relevo das Serras de Xisto, de NE-SW), de idade ordovícica (cerca de 480 milhões de anos) nomeadamente nos Penedos de Góis, num afloramento que se estende desde os Penedos de Fajão à Serra do Muradal e, ainda, em noutras pequenas manchas" (LOURENÇO; 1999:35).

Seguindo a proposta de LOURENÇO (1999:145), "os Penedos de Góis são delimitados, a Norte, pelo vale da ribeira da Ponte do Sótão, a qual explora a falha que soergue a crista. Sensivelmente a meio do afloramento, são, ainda, franqueados pela ribeira da Pena, a qual, para o efeito, aproveita o acidente que levanta a Serra do Penedo, a Sul".



Elaborado a partir de: Atlas do Ambiente Digital; ALVES e CORDEIRO (2012).

Figura 38 – Enquadramento geográfico dos Penedos de Góis, no contexto municipal.

Após um estudo exaustivo à área dos Penedos de Góis (realizado por ALVES e CORDEIRO durante o ano de 2012), foi possível elaborar e apresentar um estudo técnico pormenorizado ao Município de Góis onde se patenteia, de forma clara e inequívoca, a importância e a necessidade de serem tomadas medidas que visem à preservação dos Penedos de Góis (Figura 39), pela sua singularidade em vários aspetos, propondo o

referido relatório a sua classificação como Monumento Natural (ao abrigo do Decreto–Lei nº. 142, de 24 de julho de 2008).



Fonte: ALVES e CORDEIRO (2012:55).

Figura 39 – Vista sobre um dos vários afloramentos dos Penedos de Góis (2012).

Um dos elementos que expressa essa singularidade e importância de valorização e de conservação do património natural que encerra os Penedos de Góis são as icnofáceis, que podem definir-se como um conjunto de pistas e marcas associadas num dado sedimento e suscetível de fornecer informação de cariz paleoambiental, as quais são classificadas de acordo com o icnofóssil mais frequente e característico. Dos vários tipos de icnofácies existentes foram identificadas dois tipos nos Penedos de Góis: *Scolithus*[22] e *Cruziana*[23] (Figuras 40, 41 e 42), sendo a última aquela que apresenta maior representação na referida área.

[22] Produzida por organismos suspensívoros em fundos móveis, arenosos, de média a alta energia próprios de praia e da zona médio litoral ou de pequena profundidade, sujeitos a constante remobilização do sedimento. Têm uma forma retilínea e posição vertical.

[23] Caraterístico de andar sublitoral até uma profundidade de 200m, onde a energia hidrodinâmica é baixa, conservando-se as marcas de superfície de traçado predominantemente horizontal.



Fonte: ALVES e CORDEIRO (2012:70).

Figura 40 – Bloco *in situ* com *Cruziana*, com parte coberta por vegetação e solo (2012).



Fonte: ALVES e CORDEIRO (2012:71).

Figura 41 – Bloco *in situ* com *Cruziana* (o mesmo representado na Figura 40) mas sem a cobertura de vegetação e solo limpo (2012).



Fonte: ALVES e CORDEIRO (2012:75).

Figura 42 – *Cruziana* recolhido nos Penedos de Góis (2012).

5.2. Demografia

Neste segundo ponto, destinado a uma análise demográfica do concelho de Góis importa, de certa forma, fazer uma leitura mais ou menos profunda para ser possível compreender as principais caraterísticas, neste domínio, e para poder fazer o histórico da evolução demográfica de Góis e as suas repercussões no espaço.

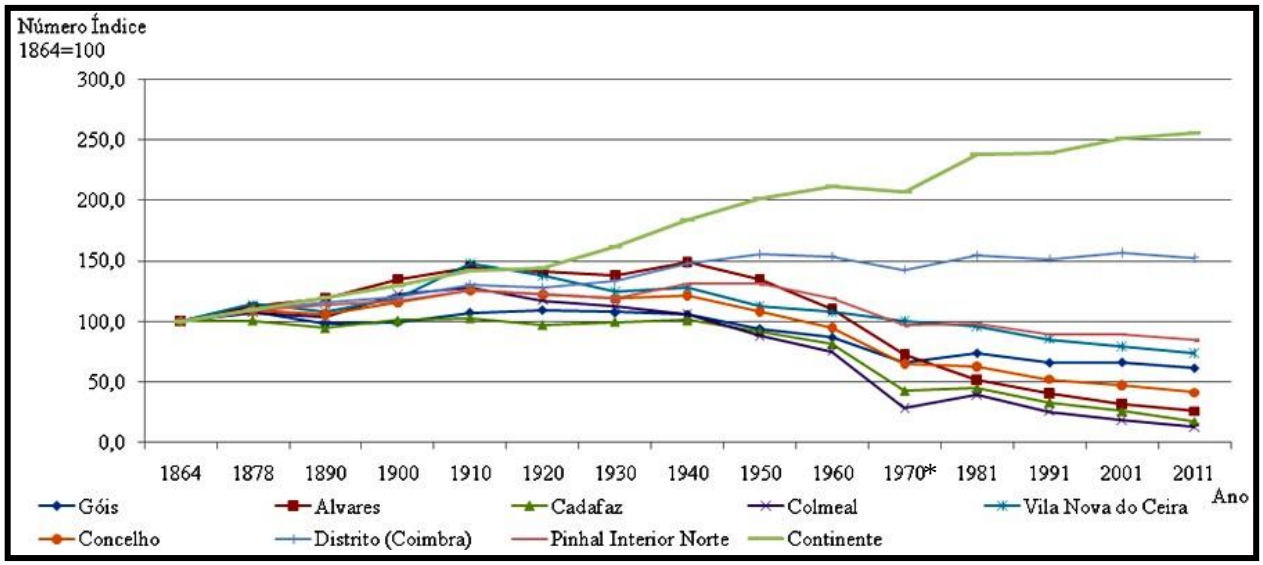
5.2.1. Evolução e distribuição Demográfica

"O povoamento inicial consolidou-se a partir do estabelecimento dos aglomerados populacionais ao longo das antigas vias de comunicação fluvial e terrestre, ou em locais estratégicos do ponto de vista defensivo, coincidindo as primeiras com as áreas de maior valia agrícola, do ponto de vista físico" (Carta Educativa do concelho de Góis; 2006:7).

As aglomerações populacionais vieram a ser reforçadas, nalguns casos, pela presença de unidades industriais de dimensão significativa, cuja implantação e

desenvolvimento teve, contudo, lugar em períodos distintos – casos de Álvares e Ponte do Sótão – em ambos os casos vinculadas à presença de cursos de água, as unidades industriais em questão encontram-se atualmente desativadas.

A partir da década de 1940 o concelho de Góis vê a sua população residente substancialmente reduzida (Figura 43), no decurso de um processo de êxodo rural e migração. A partir desta Figura, podemos constatar que até aos anos 40 o concelho de Góis (incluindo as suas freguesias) manteve uma tendência evolutiva semelhante à verificada tanto no Distrito de Coimbra, do qual faz parte, como do território de Portugal Continental. A partir de 1940 verifica-se uma rutura com a tendência anterior, sendo que, enquanto o Distrito e o Continente registam uma continuidade da tendência de crescimento (apesar de o primeiro não ser tão intenso quanto o segundo), o concelho de Góis (e as respetivas freguesias) sofre uma inversão dessa mesma situação que se mantém até aos dias de hoje. De referir que, entre 1991 e 2001 o concelho de Góis teve um decréscimo de 511 habitantes o que, para o contexto municipal, é significativo. Por sua vez, no último período intercensitário, verificou-se, mais uma vez, uma redução do efetivo populacional em 601 habitantes, ou seja, decréscimo de 14% entre 2001 e 2011 (de 4861 para 4260 habitantes). Um outro indicador que, efetivamente, vinca essa mesma dinâmica de perda populacional é a densidade populacional, que passou de 37 habitantes/km^2 em 1864 para 18 habitantes/km^2 em 2001, fixando-se nos 15 habitantes por quilómetro quadrado em 2011.



Elaborado a partir de INE (1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011).

Figura 43 – Evolução demográfica, entre 1864 e 2011, no concelho de Góis (incluindo as freguesias), Distrito de Coimbra e Continente.

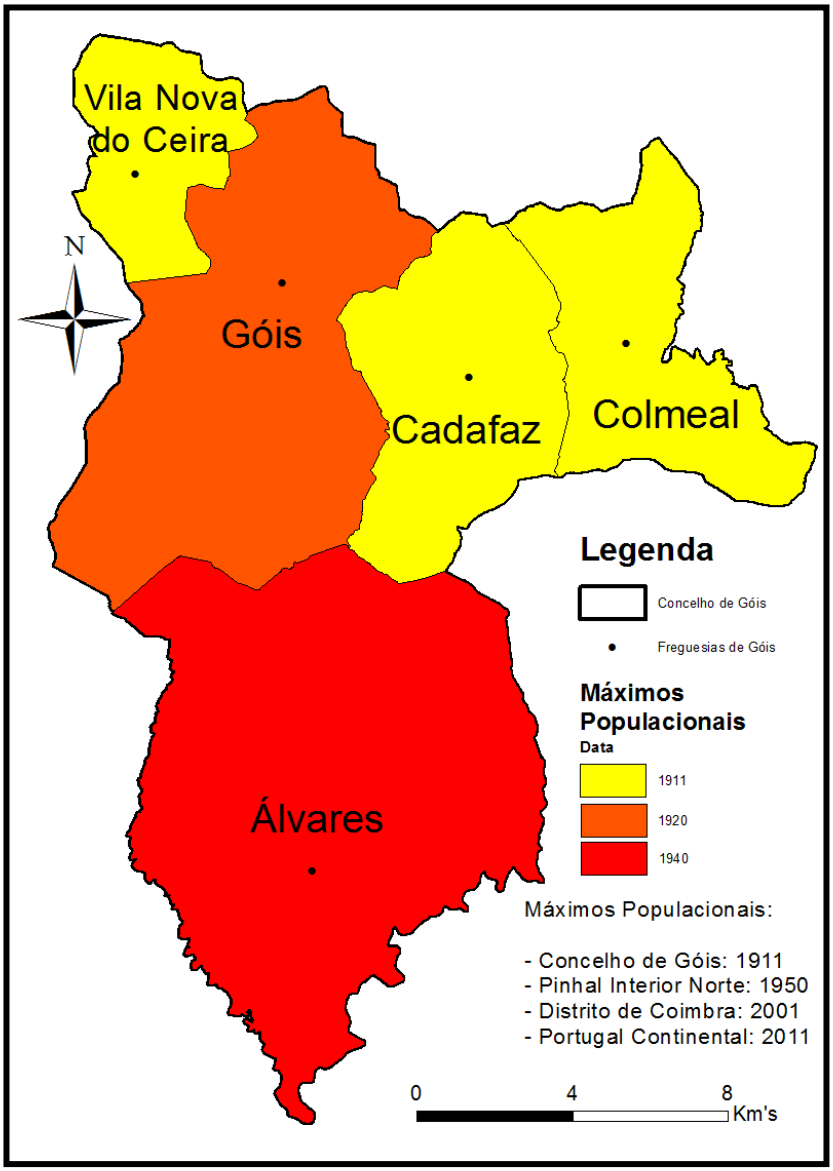
Como já verificámos, o concelho de Góis, tem vindo a apresentar um decréscimo populacional significativo, como é possível comprovar na Tabela 10, em que, entre 1860 e 1960 se verifica uma variação negativa da população em todas as freguesias do concelho de Góis, com exceção de Vila Nova do Ceira e Álvares que registam uma variação positiva de 8,3% e 10,2%, respetivamente. As restantes freguesias registam decréscimos populacionais entre 24,7%, no Colmeal, e 13,3% em Góis, já o concelho, no total, apresenta uma variação negativa de 5,4% entre 1864 e 1960. Dinâmicas estas que contrastam bastante com as variações registadas no Distrito de Coimbra (com um acréscimo de 53,7%) e ainda mais com os valores registados no Continente (111,2%). Relativamente à variação da população entre 1960 e 2011 a tendência de decréscimo populacional, que já se verificava até meados dos anos 60 do século XX, agravou-se ainda mais neste período, em que nenhuma das freguesias "escapou" a esta dinâmica negativa, com variações negativas entre 30% em Góis e 83% no Colmeal. No contexto geral, o concelho de Góis teve uma variação da população, entre 1960 e 2011, de –56%, o que de facto demonstra bem a dinâmica recessiva que se tem verificado, em termos demográficos, nos espaços rurais portugueses, em geral, e no concelho de Góis, em particular. Por fim, fazendo a "constatação dos factos" para todo o período em análise, entre 1864 e 2011, podemos observar que, neste período de tempo, todas as freguesias tiveram uma variação negativa, em termos populacionais, que varia entre –26% em Vila Nova do Ceira e –87% no Colmeal. O concelho de Góis registou uma variação negativa de 59%, tal como a sub-região Pinhal Interior Norte com uma variação de –16%, ao contrário da dinâmica registada no total do Distrito de Coimbra (com uma variação positiva de 52%) e no total de Portugal Continental, com uma variação positiva de 156%, entre 1864 e 2001.

Por outro lado, analisando os máximos demográficos de cada unidade geográfica (Figura 44), podemos constatar que as freguesias de Cadafaz, Colmeal e Vila Nova do Ceira atingiram os valores mais elevados de população no ano de 1911, enquanto que a freguesia de Góis teve o seu "apogeu demográfico" em 1920, sendo que, a freguesia de Álvares foi a que atingiu o seu valor máximo de população mais tarde, em 1940. Numa escala de análise mais abrangente verifica-se, ainda, que o concelho de Góis registou o seu máximo demográfico em 1911 (com 12.974 habitantes), sendo que o Pinhal Interior Norte registou tal índice em 1950, o Distrito de Coimbra em 2001 e Portugal Continental no último recenseamento demográfico, em 2011.

Tabela 10 – Variação da população, nas freguesias do concelho de Góis, para os períodos de 1864-1960, 1960-2011 e 1864-2011.

	Variação 1864-1960 (%)	1864-2011 (%)	1960-2011 (%)	2001-2011 (%)
Álvares	10,2	-74	-77	-19
Cadafaz	-18,4	-83	-79	-33
Colmeal	-24,7	-87	-83	-31
Góis	-13,3	-39	-30	-7
Vila Nova do Ceira	8,3	-26	-32	-7
Concelho (Góis)	-5,4	-59	-56	-12
Distrito (Coimbra)	53,7	52	-1	-3
Pinha Interior Norte	19,1	-16	-29	-5
Portugal (Continente)	111,2	156	21	2

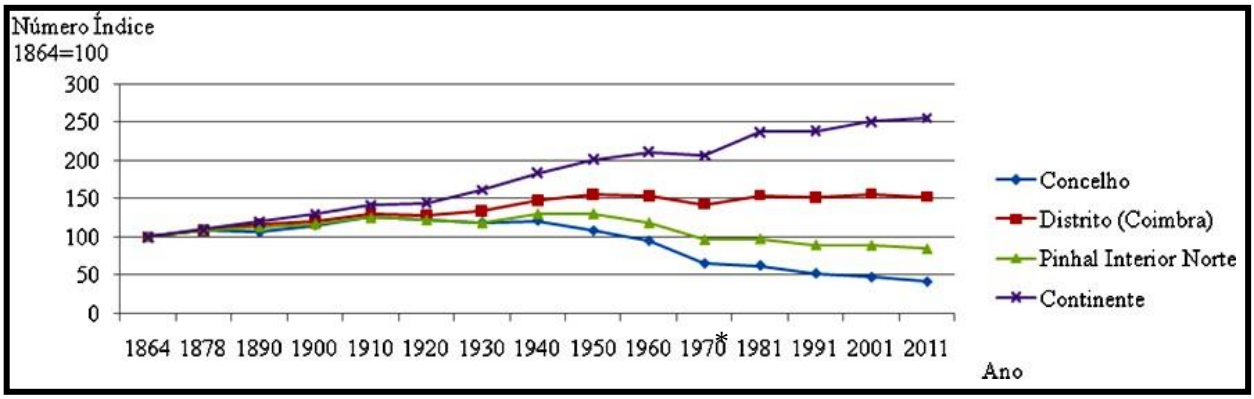
Elaborado a partir de INE (1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011).



Elaborado a partir de Atlas do Ambiente Digital e INE (1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011).

Figura 44 – Máximos populacionais, por freguesia, no concelho de Góis.

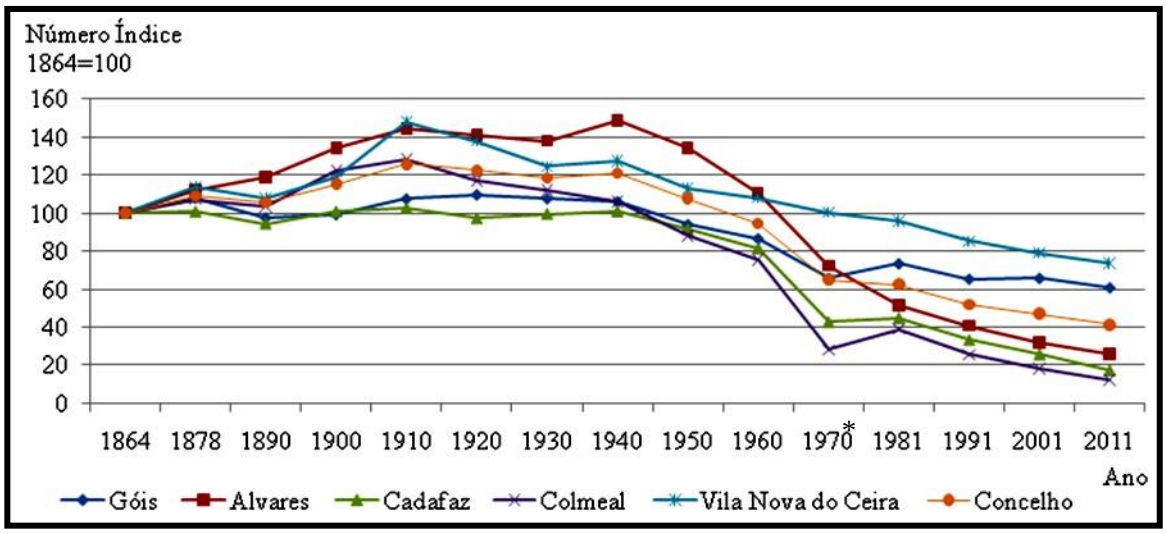
Numa análise mais pormenorizada, e comparando os dados do concelho com os dados registados a nível do Distrito e do Continente, podemos constatar que, a partir de 1920 o equilíbrio que se verificava até esta data, entre as três escalas de análise, sofreu uma inversão, registando o concelho de Góis uma queda bastante significativa até 2011 (a um nível semelhante à redução verificada no Pinhal Interior Norte), sobretudo a partir de 1940, ao contrário do que se sucedeu nas outras duas escalas de análise, com destaque para o crescimento bastante significativo do efetivo populacional registado no Continente (Figura 45).



Elaborado a partir de INE (1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011).

Figura 45 – Evolução demográfica, entre 1864 e 2011, no concelho de Góis, Distrito de Coimbra e Continente.

No que diz respeito à análise por freguesias (de acordo com o índice indicado) (Figura 46), podemos afirmar que, enquanto Álvares (a freguesia até meados do século XX registava o melhor valor) sofreu uma queda bastante significativa, passando Vila Nova do Ceira a registar, a partir daí, o melhor "registo" do concelho. Ainda em trono desta análise, a freguesia do Colmeal corresponde aquela que registou sempre os valores mais baixos, no que diz respeito aos efetivos populacionais. Mas, de facto, no cômputo geral, a grande conclusão que se pode tirar a partir de toda esta análise, de todas as freguesias do concelho de Góis, é a evolução populacional negativa que se verificou sobretudo a partir de 1940, e que até à atualidade ainda não foi possível inverter, como se pode constatar na Figura 46.

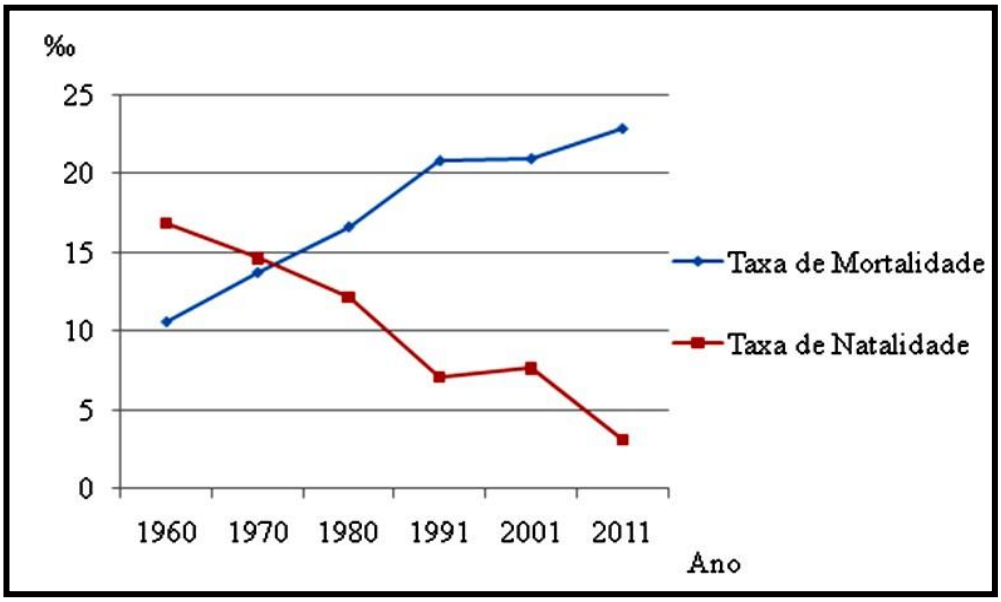


Elaborado a partir de INE (1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011).

Figura 46 – Evolução demográfica, entre 1864 e 2001, nas cinco freguesias do concelho de Góis.

5.2.2. Natalidade e mortalidade

A partir da análise das taxas de natalidade e de mortalidade para o concelho de Góis, referente ao período entre 1960 e 2011 (Figura 47), é possível constatar que a partir da década de 70 (do século XX) se inverte a tendência, que se verificava até então, passando a taxa de mortalidade a registar valores superiores à taxa de natalidade, ou seja, passou a um crescimento natural negativo. Tais dados, vêm confirmar a dinâmica demográfica recessiva que já havíamos identificado anteriormente, coincidindo esse mesmo "cruzamento" a uma quebra acentuada no número de habitantes em Góis, que se verificou na entre 1960 e 1970.



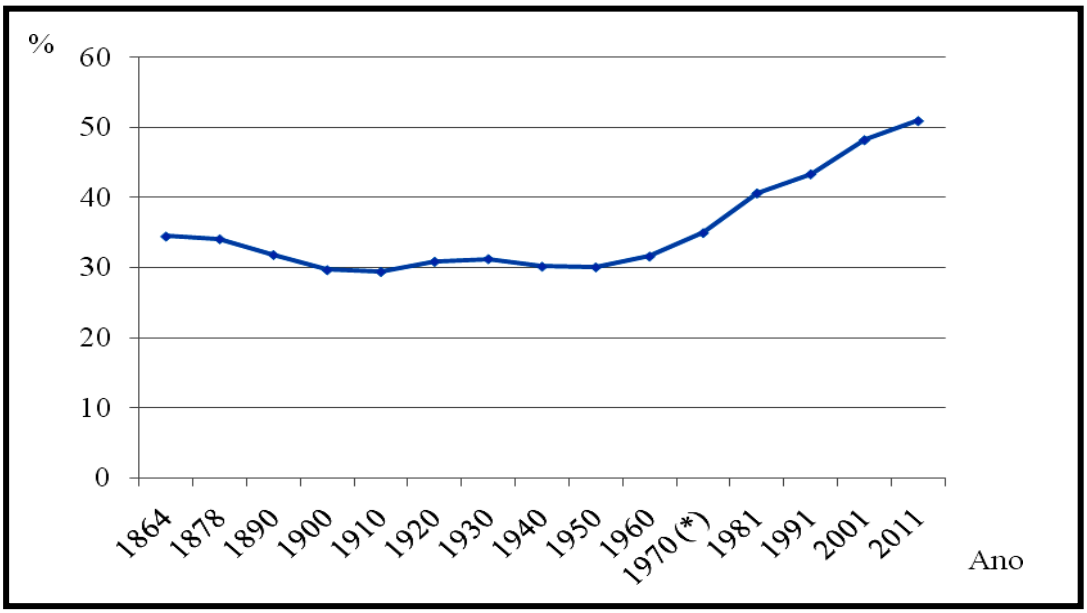
Elaborado a partir de INE (1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011).

Figura 47 – Evolução das taxas de mortalidade e natalidade, entre 1960 e 2011, no concelho de Góis.

5.2.3. Migrações

O concelho de Góis, no que diz respeito aos processos migratórios, tem registado maiores índices de saída do que entrada, ou seja, um saldo migratório negativo. Sobretudo, a partir de 1950/60, os processos de saída do concelho intensificaram-se, por vários motivos e que, em conjunto com o crescimento natural negativo que se verificou, também, neste período, levaram a um crescimento efetivo negativo, em que, de década para década as quedas populacionais têm prevalecido, de forma mais ou menos acentuada, no concelho.

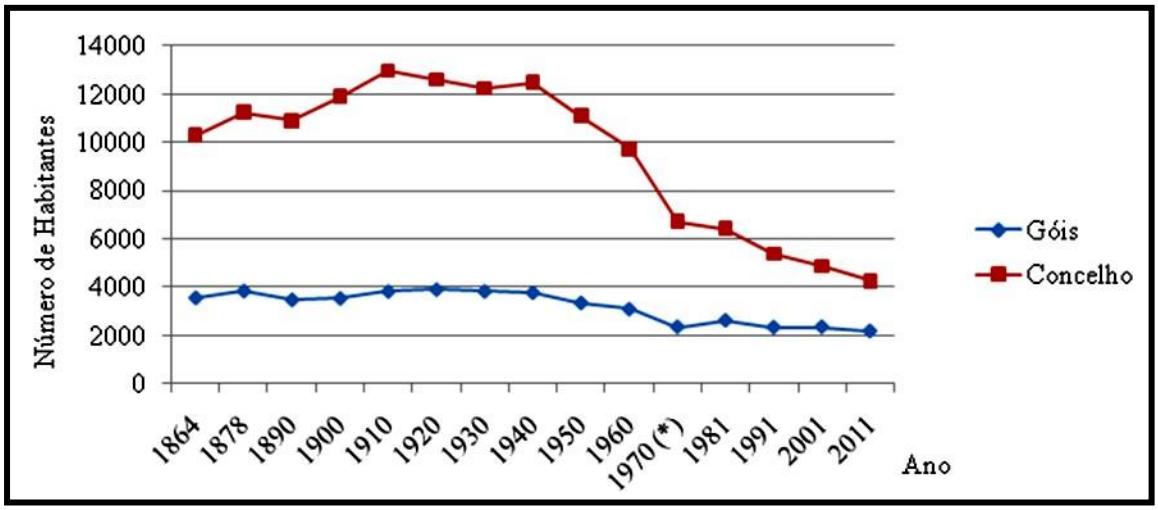
A par dos movimentos migratórios há um outro fenómeno que se tem revelado importante ao longo das últimas décadas, a mobilidade intra-concelhia, principalmente com a saída de população das várias aldeias do concelho para a sede do mesmo. Como podemos constatar através da Figura 48, a freguesia de Góis (correspondente à sede de concelho) tem vindo a registar um aumento da sua importância, em termos populacionais, no total do concelho. Sobretudo na transição de 1950 para 1960 essa tendência vincou-se, sendo que, a partir de então e até à atualidade o peso da freguesia sede de concelho tem registado um aumento gradual no total de habitantes de todo o concelho de Góis, passando de cerca de 31% em 1960 para mais de metade do total de população do concelho a concentrar-se na freguesia sede de concelho, com cerca de 51% em 2011.



Elaborado a partir de INE (1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011).

Figura 48 – Peso da freguesia sede de concelho no total de população do concelho de Góis, de 1864 a 2011.

Essa tendência é também visível através da análise comparativa da evolução da população absoluta entre o total do concelho e da freguesia sede de concelho (Figura 49). A partir dessa análise constatamos, então, que entre 1950 e 1960, enquanto que o concelho sofre uma queda muito significativa de população, e que se estende até 2011, a freguesia sede de concelho, apesar de sofrer uma queda populacional no mesmo período de tempo, é muito mais ligeira e, até 2011, mantém-se praticamente estável, ao invés do total do concelho, confirmando-se assim a tendência, referida anteriormente, de saída de população das várias freguesias do concelho de Góis para a freguesia sede de concelho.



Elaborado a partir de INE (1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011).

Figura 49 – Evolução comparativa da população entre a freguesia sede de concelho e o total de população do concelho de Góis, de 1864 a 2011.

5.2.4. Estrutura etária

A análise da estrutura etária do concelho de Góis revela que, ao longo das várias décadas além da dinâmica de despovoamento assiste-se também a uma dinâmica de envelhecimento a dois níveis, um que resulta de um bom sinal, correspondente ao aumento da esperança média de vida das populações (envelhecimento absoluto) e por outro, o envelhecimento que indica uma incapacidade de rejuvenescimento da população, correspondente ao envelhecimento relativo, em que o número de população com mais de 65 anos representa uma grande fatia do total da população do concelho de Góis.

Através da análise das pirâmides etárias (Figura 50) referentes ao concelho de Góis é mais do que evidente a perceção de duas dinâmicas bem marcantes nas áreas

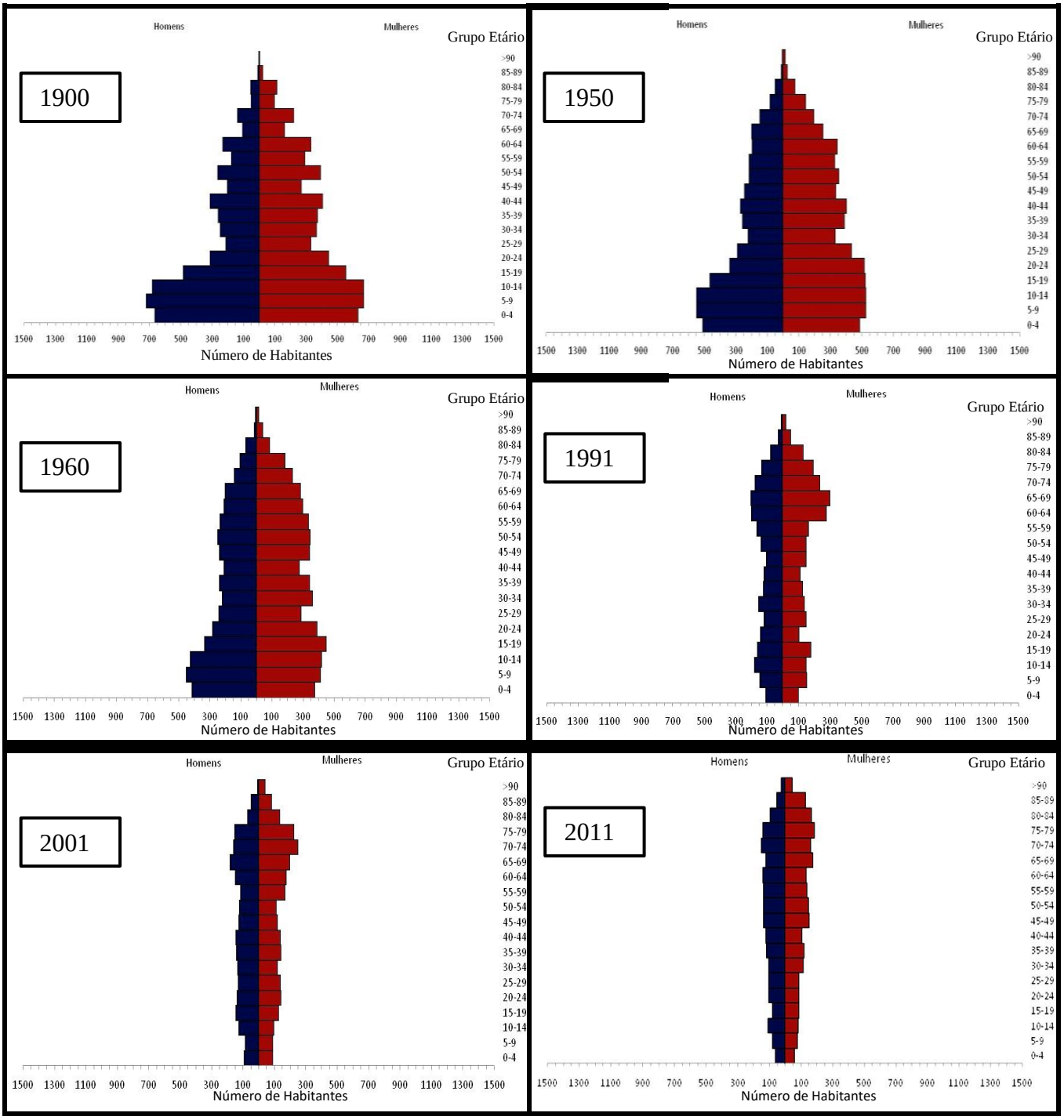
rurais em Portugal, no geral, e dos espaços de baixas densidades, em particular (nos quais se encontra o concelho de Góis): em primeiro lugar o progressivo despovoamento e, em segundo lugar, o envelhecimento da população. Em 1900, o concelho de Góis, apresentava uma estrutura etária típica da época em causa, com uma população bastante jovem, em número considerável (principalmente quando comparada com a atual), uma pirâmide com uma base larga e com um topo estreito, algo comparável às pirâmides etárias atuais dos países designados como países emergentes.

Avançando cinquenta anos na análise da estrutura etária do concelho de Góis, em 1950 já apresenta uma forma algo diferente. Apesar de a base da pirâmide ainda ser significativamente mais larga do que o topo, essa dinâmica já não é tão expressiva quanto em 1900, "caminhando" no sentido de apresentar uma forma mais próxima da registada atualmente.

A partir da análise da pirâmide etária referente ao ano de 1991, com uma diferença de cerca de quarenta anos em relação à analisada anteriormente, podemos constatar que as dinâmicas de despovoamento e de envelhecimento da população se intensificaram bastante ao longo deste período de tempo, resultando numa pirâmide praticamente diferente das anteriores, com uma base bastante estreita e um topo significativamente mais largo que a base. É evidente, a partir da análise desta pirâmide etária, que o envelhecimento (que já mostrava essa tendência entre 1900 e 1950) se tornou mais evidente e vincado, sendo claro que o processo de rejuvenescimento da população, a manter-se esta tendência está em causa.

Para vincar, ainda mais, as tendências já identificadas no concelho de Góis, a evolução entre 2001 e 2011, correspondendo a um período de "apenas" dez anos, demonstra que as evidências já expostas tem vindo a acentuar-se, sucessivamente, de recenseamento em recenseamento sendo que, para o último ano censitário, 2011, a estrutura etária do concelho em análise apresenta uma população fortemente envelhecida e com cada vez menos população jovem e em idade ativa. Se, por curiosidade, fizermos uma observação comparativa entre as pirâmides etárias de 1900 e de 2011, podemos constatar que, em 1900, o número de população entre os 0 e os 14 anos de idade corresponderia, sensivelmente, ao total de população existente em 2011 no concelho de Góis. Por fim, referir ainda que em todas a representações feitas das diversas estruturas demográficas em análise é evidente uma "falha" populacional em algumas camadas da população ativa do concelho o que reflete a característica "repulsiva" deste território (que se traduz em fenómenos migratórios), sobretudo nas

idades mais ativas, que foi afetando Góis ao longo das várias décadas do século XX, e que se têm prolongado durante o século XXI.



Elaborado a partir de INE (1960, 1991, 2001, 2011).

Figura 50 – Pirâmides Etárias para o concelho de Góis, em 1900, 1950, 1960, 1991, 2001 e 2011.

De facto, a análise da estrutura etária da população revela um coeficiente de dependência excessivo (aproximadamente 49% da população encontra-se em idade não ativa), essencialmente baseado na elevada percentagem da população com idade superior a 65 anos (cerca de 34%), uma das mais altas do Pinhal Interior Norte. Este cenário indica um problema acentuado de rejuvenescimento populacional, evidente na distribuição dos quantitativos populacionais nos diferentes grupos etários. Para além disso, a variação da população por grupo etário no território em análise, reflete um decréscimo em todos os escalões etários, com especial destaque para a população com menos de 14 anos de idade, que diminuiu mais de 30% de 1991 para 2011.

5.3. Geoeconomia

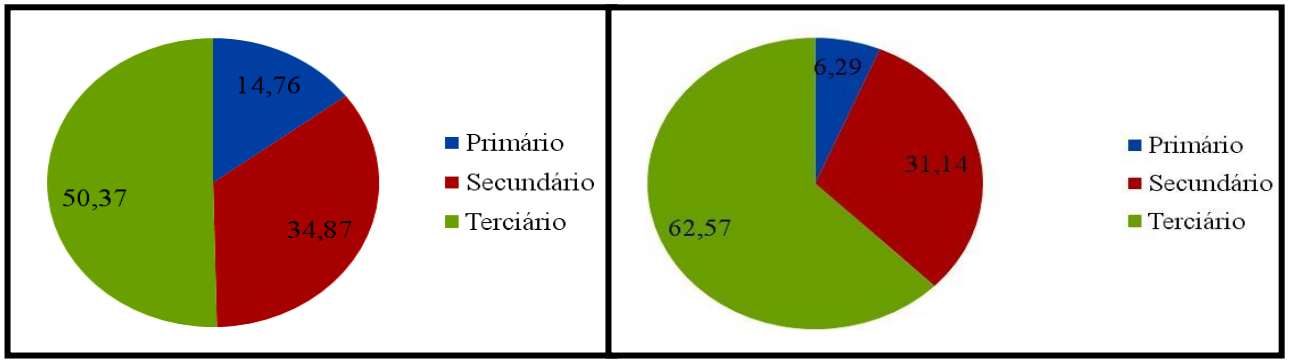
Neste terceiro ponto, apresentamos uma análise da estrutura económica do concelho de Góis, para ser possível compreender as principais caraterísticas, neste domínio, e para poder fazer o balanço dos principais aspetos a nível económico e perceber a sua evolução recente.

5.3.1. População empregada por setor de atividade

A partir da análise da população empregada por setor de atividade é possível responder, de certa forma, à questão que serve de título para este terceiro ponto: Góis um concelho rural e agrícola? Que Góis é um concelho rural não há qualquer tipo de dúvidas, diria até que o concelho faz parte do "grupo" do rural profundo, debatido no primeiro capítulo deste trabalho. Quanto ao agrícola, de facto, a base da estrutura económica do concelho tem registado, sucessivamente ao longo dos anos, uma redução de importância do peso da população ativa nos setores tradicionais, ligados ao setor primário, mais em concreto à agricultura. Comparando as Figura 51, que representam a distribuição da população ativa do concelho por setor de atividade para os anos de 2001 e 2011 (Anexo III), respetivamente, podemos constatar que em "apenas" dez anos o peso que o setor primário detinha no total de população ativa que já era reduzido, com

cerca de 14,76% em 2001, viu-se substancialmente enfraquecido até 2011 com uma queda para cerca de 8,47% da população ativa do concelho o que, para o período em causa, se traduz numa diminuição muito relevante.

Por outro lado, o setor secundário registou uma descida no peso total de população ativa de 2001 para 2011, com uma redução de 3,73%. Por sua vez, o setor terciário registou uma subida significativa no peso do total de população ativa de 2001 para 2011, ao registar um acréscimo na ordem dos 12,2%, passando a assumir um peso de 62,57% do total da população empregada. Para além da redução do setor primário estes dados reforçam a ideia já apresentada anteriormente de que o concelho de Góis está longe de ser um concelho agrícola e que, bem pelo contrário, tem vindo a registar um acentuado fenómeno de terciarização da base económica local.



Elaborado a partir de INE (2001, 2011).

Figura 51 – População ativa por setor de atividade (em %) para o concelho de Góis, em 2001 e 2011 (respetivamente), segundo CAE-REV.3.

5.3.2. Agricultura e floresta

As caraterísticas morfo-climáticas do concelho de Góis não permitiram o desenvolvimento de uma agricultura e pastorícia intensiva (Figura 52). Assim, a silvicultura assume um papel predominante no âmbito da atividade económica primária, pese embora, como vimos anteriormente, os setores tradicionais perderem cada vez mais a importância que detinham há algumas décadas, que na agricultura se tem repercutido na diminuição o número de explorações, da área cultivada e de população empregada. Nos dias de hoje, os ativos agrícolas a tempo inteiro são muito reduzidos. A

agricultura que existe não é especializada e raramente mecanizada, revelando um atraso significativo (Figura 53). Esta realidade é consequência também da pequena dimensão das explorações, ausência de investimento, inexistência de novas técnicas, baixa produtividade e incipientes circuitos de comercialização. No entanto, devido à degradação dos sistemas agroflorestais, a ocupação do solo no concelho de Góis (bem como de grande parte do território português), tornou-se complexa e difícil. As causas desta complexidade podem ser imputadas aos incêndios, abandono das terras aráveis e consequente avanço em mosaicos dos incultos, diminuição da silvopastorícia, entre outras.

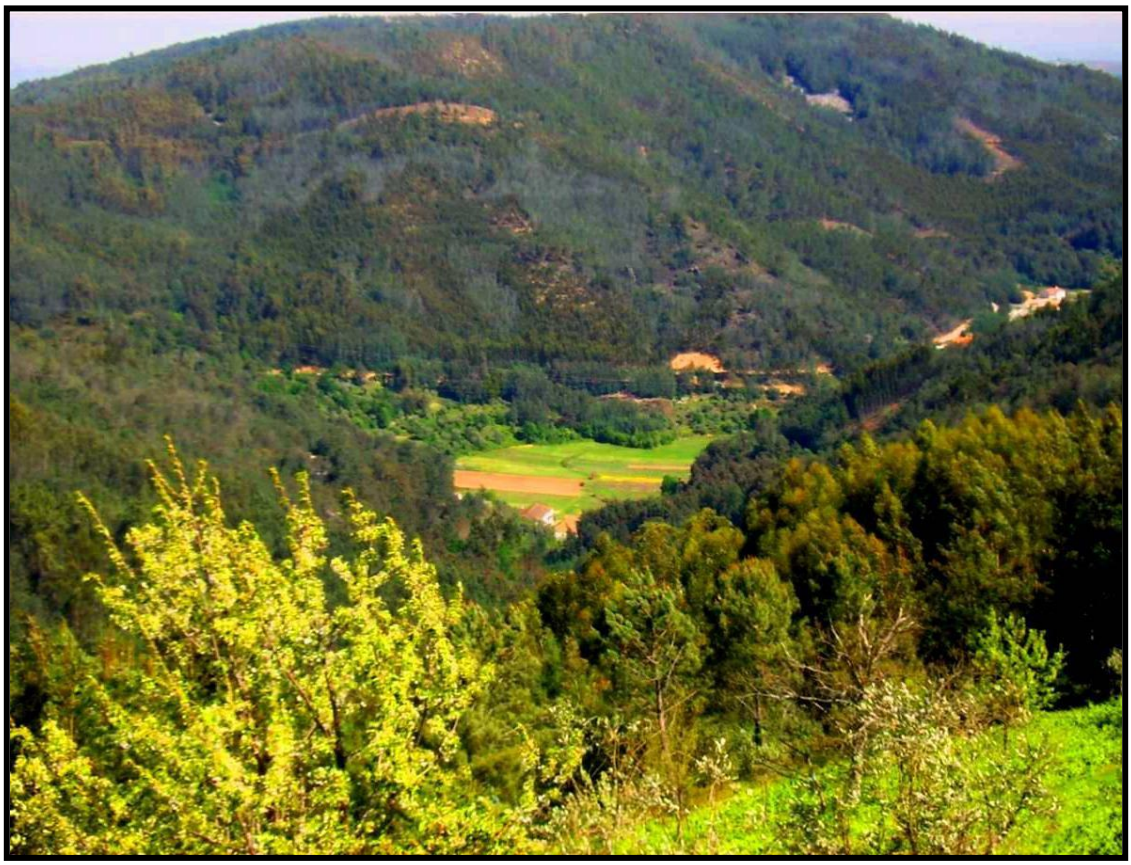


Figura 52 – Importância da floresta na ocupação do território do concelho de Góis (2012).



Figura 53 – Agricultura em terrenos de pequenas dimensões, pouco especializada e raramente mecanizada (2012).

Assim, encontramos hoje uma ocupação do solo caraterizada pela ocorrência duma mistura de espécies na mesma mancha (por exemplo olival com mato, pinheiros e uns restos de vinha) e por manchas florestais que apresentam frequentemente um grau de cobertura bastante inferior a 100%.

Atualmente, cerca de 77,36% do solo do concelho de Góis é ocupado por floresta, a quantidade de solo absorvida por incultos corresponde a 17,85%, o espaço ocupado pela agricultura é de 3,08% e a ocupação humana corresponde a cerca de 1,34%, correspondendo a percentagem restante (0,36%) a superfícies aquáticas, do total do território do concelho em análise (Tabela 11) (MOITA; 2009:22). Tais dados mostram que o concelho de Góis apresenta fortes caraterísticas florestais.

Tabela 11 – Usos e ocupação do solo (ha) no concelho de Góis e nas suas freguesias.

	Uso e ocupação do solo (ha)				
Freguesia	**Áreas Sociais**	**Agricultura**	**Floresta**	**Incultos**	**Superfícies Aquáticas**
Álvares	109	141	8.998	773	37
Cadafaz	18	42	2.470	1.174	12
Colmeal	23	21	2.397	854	6
Góis	131	351	4.949	1.826	31
Vila Nova do Ceira	71.139	251	1.592	4.753	8,40
Total	**352**	**806**	**20.254**	**4.674**	**94,4**

Elaborado a partir de: MOITA (2009:22).

À semelhança do que vai sucedendo no Centro de Portugal, os pinhais vão sendo substituídos pelos eucaliptais, sendo o concelho de Góis um exemplo a esse nível. A espécie dominante é o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), seguido pela acácia mimosa (*Acacia dealbata*) e pelo pinheiro bravo (*Pinus pinaster*). A destacar a presença significativa de mais duas espécies: pinheiro-larício (*Pinus nigra*) e o castanheiro (*Castanea sativa*) (Tabela 12 e Figura 54). A acácia atinge uma proporção elevada tendo em conta que se trata de uma espécie exótica, sem grande interesse comercial e de fácil propagação, competindo com espécies autóctones, ameaçando os seus habitats.

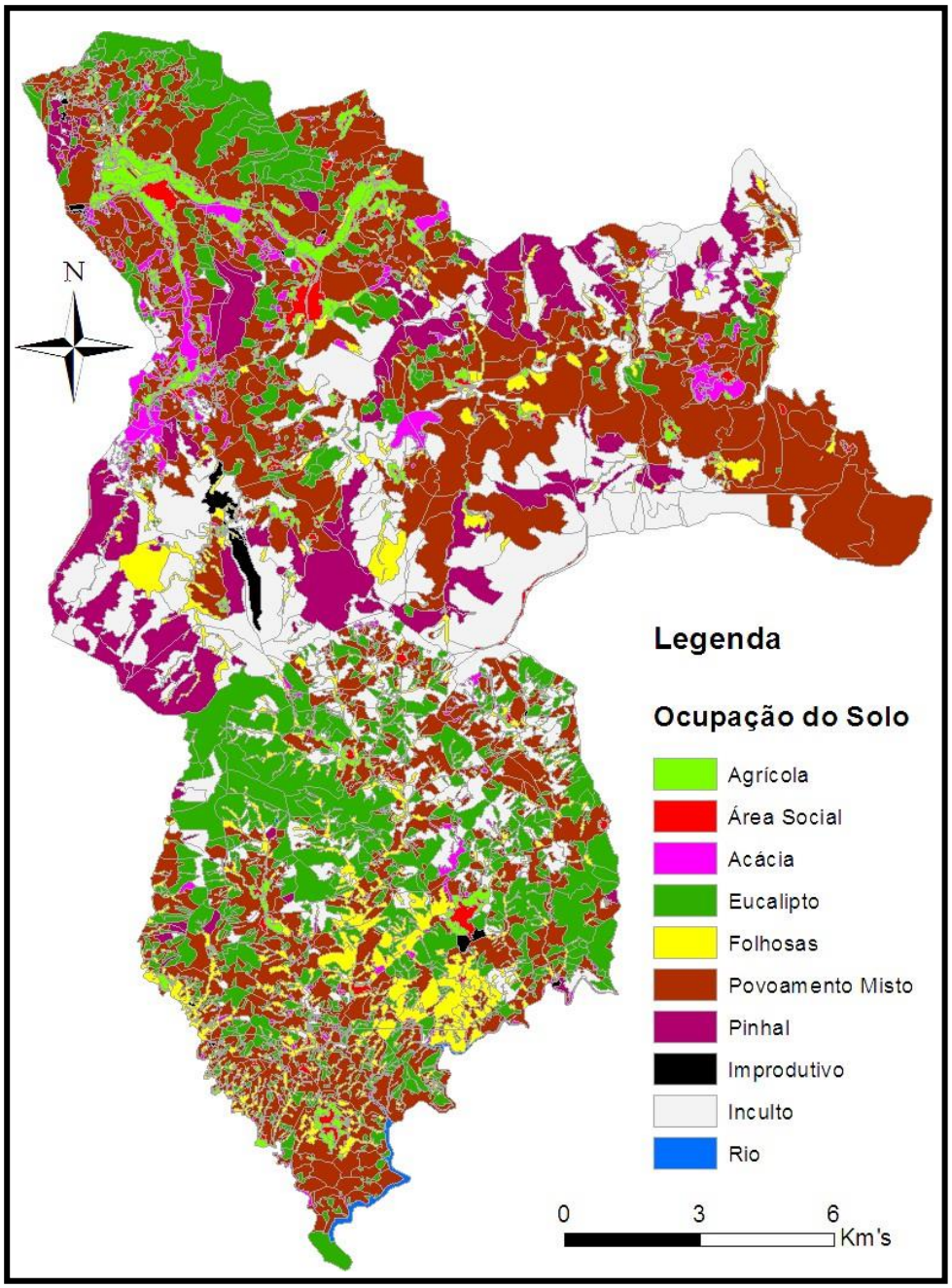
Tabela 12 – Distribuição das espécies florestais (ha) no concelho de Góis e nas suas freguesias.

	Distribuição das espécies florestais (ha)				
Freguesia	**Pinheiro Bravo**	**Eucalipto**	**Folhosas**	**Misto**	**Área Florestal Total**
Álvares	250	983	46	7.854	9.133
Cadafaz	688	61,5	163	1.515	2.427
Colmeal	278	75	118	1.867	2.338
Góis	1.178	502	412	2.464	4.556
Vila Nova do Ceira	90	626	18	1.066	1.800
Total	**2.484**	**2.247,5**	**757**	**14.766**	**20.254**

Elaborado a partir de: MOITA (2009:23).

Em Góis grande parte dos proprietários não reside habitualmente no concelho e não têm como atividade principal a agricultura ou a floresta, sendo a causa dessa realidade devida a fatores limitantes como: muito elevado risco de incêndio, pequena dimensão e dispersão/fragmentação da propriedade, ausência de gestão florestal, falta de conhecimento de mercados de prestação de serviços ou de venda dos produtos pelos proprietários florestais, desmotivação do proprietário para o investimento florestal,

desarticulação entre as diversas infraestruturas, estrutura dos povoamentos existentes não possibilitando a mecanização ou tornando os custos de exploração muito elevados, não permitindo assim uma rentabilidade que garanta a continuidade da atividade florestal. A atividade florestal é vista como um suplemento eventual de rendimento dos proprietários. Apesar da sua índole rural, verifica-se um acréscimo do número de pessoas que depende cada vez menos exclusivamente da agricultura.



Adaptado de: Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Góis e Atlas do Ambiente Digital.

Figura 54 – Ocupação do solo do concelho de Góis (2012).

5.3.3. Indústria

As desvantagens decorrentes da fraca acessibilidade (intra e inter-concelhia), determinada pelas caraterísticas do território, acentuaram-se, num contexto em que o número de postos de trabalho na agricultura se reduz e em que o desenvolvimento dos setores secundário e terciário é fator determinante na fixação da população.

A rede de mobilidade é um elemento fundamental para qualquer território, determinando o seu grau de influência e de desenvolvimento. A implantação de unidades industriais no concelho de Góis está hoje prejudicada pela oferta crescente de localizações alternativas relacionadas com a implementação dos Planos Rodoviários Nacionais. De facto, Góis encontra-se relativamente afastado dos principais eixos rodoviários regionais e nacionais, designadamente da Autoestrada nº.1 (A1) e do Itinerário Principal 3 (IP3) (Figura 55). Atualmente, o acesso ao concelho é feito pela Estrada Nacional nº.2 (EN2) e pela Estrada Nacional nº. 342 (N342), que possibilitam também ligação aos concelhos limítrofes de Lousã, Arganil e Pampilhosa da Serra.

O concelho de Góis tem como principais eixos de atravessamento e de ligação ao exterior:

– EN2: Góis – Pedrógão Grande – Castelo Branco, que estabelece a ligação concelhia no sentido norte – sul, sendo o seu traçado marcadamente influenciado pelo terreno acidentado.

– EN342: Lousã – Góis – Arganil, que estabelece a ligação concelhia no sentido sudoeste-noroeste e assume um papel relevante na mobilidade inter-municipal, uma vez que constitui a ligação com os concelhos vizinhos de Lousã e Arganil.

A ligação à A1, faz-se através de Coimbra, capital de Distrito e centro urbano mais próximo, a uma distância de cerca de 44 quilómetros.

A estrutura da rede viária principal tem ainda como eixos de suporte:

– EN112: Góis – Pampilhosa de Serra – Castelo Branco.

– EN344: Góis – Pampilhosa da Serra.

Na rede viária municipal, as principais ligações internas do concelho de Góis são feitas através dos seguintes eixos:

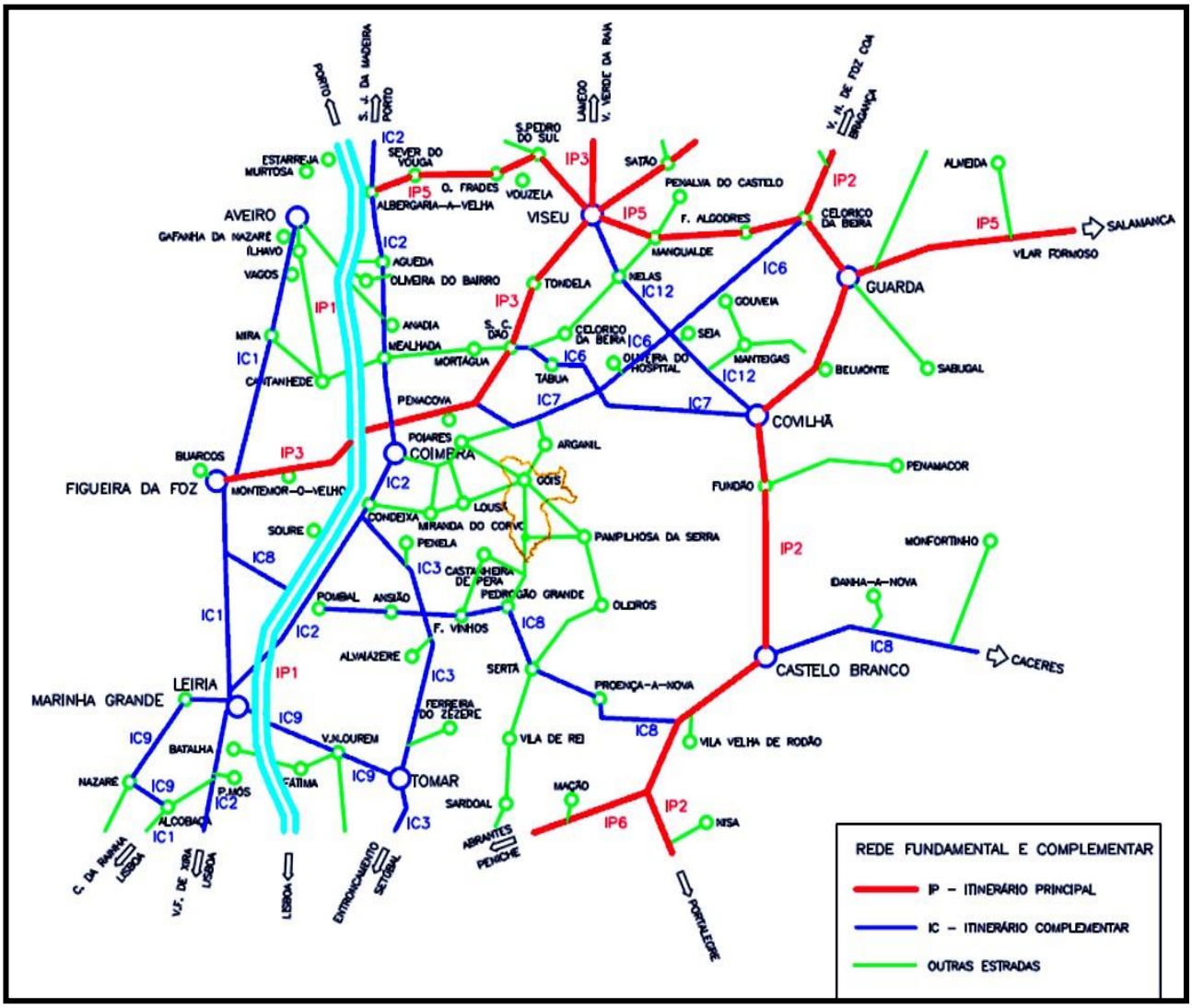
– EN2: (Poiares) – Vila Nova do Ceira – Alvares – (Pedrógão Grande).

– EN342: (Lousã) – Ponte de Sotão – Góis – Bordeiro – (Arganil).

– EN543: Góis – Cabreira – Cadafaz – Colmeal.

A orografia acidentada do concelho de Góis, e dos concelhos limítrofes, imprime à rede rodoviária traçados sinuosos e de inclinações acentuadas, típicos das áreas montanha. No contexto intra-municipal importa também salientar as distâncias das várias sedes de freguesia à sede do concelho, evidenciando as distâncias e a dificuldade de percorrer alguns dos troços: Álvares a 28 km; Cadafaz a 15 km; Colmeal a 20 km e, por fim, Vila Nova do Ceira a cerca 6 Km de distância de Góis.

As debilidades estruturais existentes nestas estradas fragilizam claramente o concelho, do ponto de vista da competitividade territorial. Seria muito importante e vantajoso colmatar, a médio prazo, estas debilidades favorecendo a consolidação de um território mais coeso, preparado para assumir novos desígnios na captação de investimento e de funções produtivas de alto valor acrescentado.



Adaptado de: http://www.cm-gois.pt/files/621.pdf

Figura 55 – Rede rodoviária da Região Centro, com particularização do concelho de Góis.

Os fatores determinantes na localização passam, assim, a ser a naturalidade dos empresários, e/ou o preço mais baixo dos terrenos industriais. O perfil do promotor industrial está, em grande parte, vinculado aos fatores acima referidos, bem como a procura de solo para indústria (Carta Educativa do concelho de Góis, 2006:8).

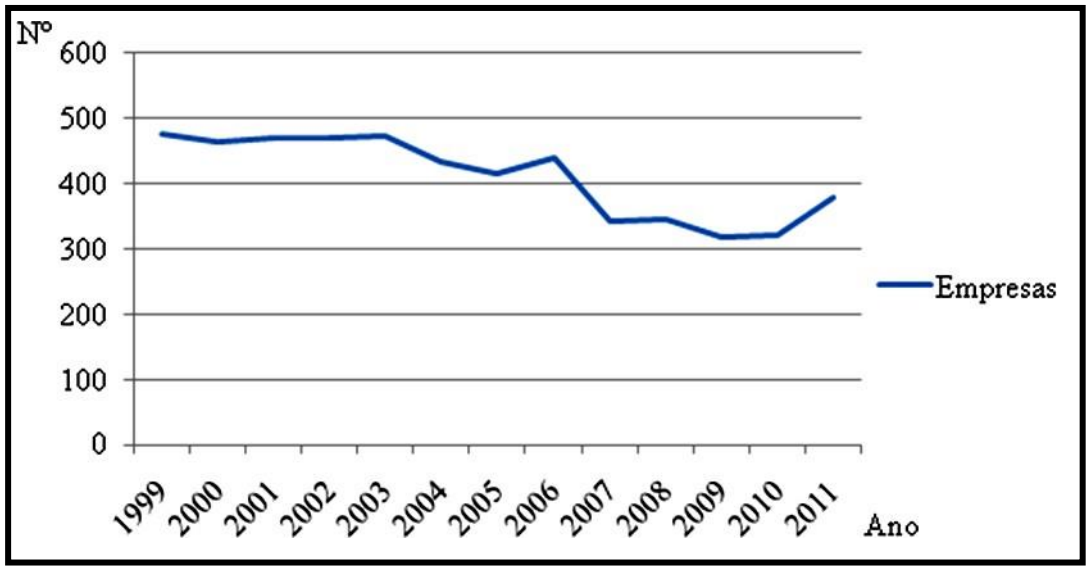
Atualmente, o tecido económico do concelho apresenta fragilidades, consequência da própria interioridade que carateriza o concelho, mas também pelos escassos investimentos que se têm verificado e, consequentemente, a fixação de indústrias não tem grande expressão.

Com um modelo industrial maioritariamente tradicional, pouco evoluído tecnologicamente e com fraco nível de competitividade, Góis possui três polos industriais localizados nas freguesias de Álvares, Góis e Vila Nova do Ceira e está projetado um segundo polo para a Zona Industrial de Góis.

De acordo com os últimos Censos, o concelho de Góis apresenta uma taxa de atividade de 36,4% e uma taxa de desemprego de 9,6%. Os ativos distribuem-se pelas 378 empresas com sede no concelho, sendo que o maior empregador é a Câmara Municipal de Góis, seguido pela empresa de cerâmica "Lusalva" (Figuras 56 e 57, Tabela 13).

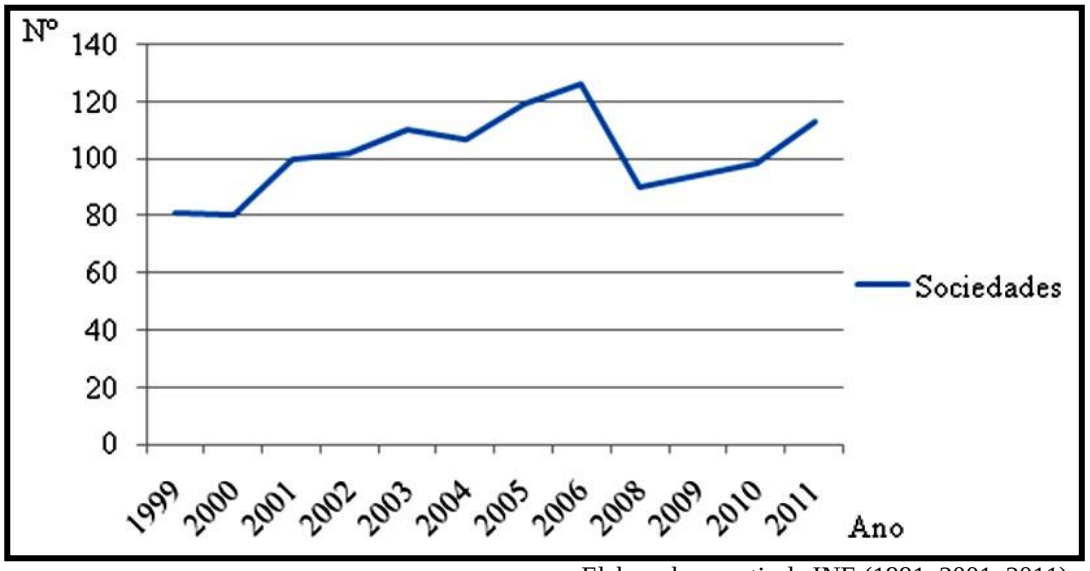
Os setores da indústria cerâmica, madeira e alumínios absorvem a maior fatia de mão de obra. Dispersos pelo concelho têm igualmente alguma dimensão, os sectores dos mármores e da pecuária. As indústrias transformadoras representam cerca de 10% do tecido empresarial do concelho.

Com um tecido empresarial constituído fundamentalmente por microempresas (empresas em nome individual de pequena dimensão), o concelho de Góis encontra-se numa situação embrionária no que se refere à inovação e cooperação empresarial. Enquanto território demograficamente em perda, assiste-se a um baixo dinamismo do setor empresarial. Para além disso, a maioria das iniciativas empresariais apresenta-se como apostas individuais, de pequena escala e sem uma estratégia de afirmação setorial, quer a nível municipal, quer a nível supramunicipal.



Elaborado a partir de INE (1991, 2001, 2011).

Figura 56 – Empresas sediadas no concelho de Góis (nº.), entre 1999 e 2011.



Elaborado a partir de INE (1991, 2001, 2011).

Figura 57 – Sociedades sediadas no concelho de Góis (nº.), entre 1999 e 2011.

Tabela 13 – Empresas e sociedades sediadas no concelho de Góis, em 2011, segundo CAE-REV.3.

Empresas																		**Total**
Ano	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**I**	**J**	**L**	**M**	**N**	**P**	**Q**	**R**	**S**	
2011	37	1	33	2	0	79	89	11	36	1	5	22	22	9	8	7	16	378
Sociedades																		**Total**
Ano	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**I**	**J**	**L**	**M**	**N**	**P**	**Q**	**R**	**S**	
2011	12	1	21	2	0	14	32	9	7	0	4	5	2	0	1	1	2	113

Elaborado a partir de INE (2011).

Legenda: A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras; D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F – Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; K - Atividades financeiras e de seguros; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P – Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços.

5.3.4. Comércio e serviços

Como já tivemos oportunidade de constatar, ao longo dos anos, no concelho de Góis, tem se verificado uma redução progressiva de importância do setor primário e uma importância crescente do peso do setor terciário no total de população ativa. De facto, o concelho de Góis, tem vindo a registar um acentuado fenómeno de terciarização da base económica local.

Analisando o período intercensitário, 2001–2011, podemos constatar que, no geral, houve uma redução do número de trabalhadores no setor terciário na ordem dos 2 pontos percentuais (de 894 trabalhadores em 2001 para 876 para 2011). Esse decréscimo verifica-se, apenas, na vertente social com uma redução de população empregada de 8,42% (ou seja, de 515 trabalhadores em 2001 para 475 em 2011). Ao invés, na vertente económica do setor terciário verificou-se um aumento da população empregada cifrada em 5,49% (o correspondente a uma a aumento de 379 trabalhadores em 2001, para 401 em 2011). Mesmo apesar desta dinâmica, no contexto geral do concelho de Góis, o "ramo" social do setor terciário continua a ter a maior representação no seio deste setor de atividade económica, ou seja, com 54,22% do total da população empregada no setor terciário exerce a sua atividade no ramo social enquanto que, os restantes 45,78% correspondem à população empregada no ramo económico do setor terciário (comércio e serviços).

De facto, a designada economia social (a vertente social do setor terciário), tem uma importância significativa no contexto das oportunidades de emprego no concelho de Góis fruto, de entre outros motivos, das necessidades acrescidas decorrentes do aumento do número crescente de população idosa no território. Torna-se evidente que as Instituições Particulares de Solidariedade Social, e outras de Direito Privado sem fins lucrativos, empregam nos seus quadros um conjunto significativo de ativos, particularmente mão de obra feminina.

Examinando as variações verificadas entre 2001 e 2011, no setor terciário, ao nível das freguesias podemos depreender que, com exceção de Góis e Vila Nova do Ceira, todas as freguesias tiveram uma redução do número de trabalhadores no setor terciário, com maior destaque para Cadafaz (com reduções de 72%, no ramo social, e 50% no ramo económico) e Colmeal (com menos 33% no setor social e menos 43% no setor económico). Relativamente à freguesia sede de concelho, Góis, não apresentou qualquer variação no setor social e registou um aumento de população empregue no

ramo económico do setor terciário na ordem dos 15%. Já Vila Nova do Ceira registou um decréscimo de 13% no total de população empregue no setor social e uma variação positiva de 1% no setor económico, entre 2001 e 2011 (Tabela 14).

Tabela 14 – Evolução e variação da população ativa por "ramo" do setor terciário no concelho de Góis, em 2001 e 2011.

	2001		**2011**		**Variação 2001 – 2011 (%)**	
	Setor Terciário		**Setor Terciário**		**Setor Terciário**	
Distribuição Geográfica	**Social**	**Económico**	**Social**	**Económico**	**Social**	**Económico**
Álvares	76	54	75	51	-1	-6
Cadafaz	32	10	9	5	-72	-50
Colmeal	21	7	14	4	-33	-43
Góis	309	213	310	245	0	15
Vila Nova de Ceira	77	95	67	96	-13	1
Total Concelho	**515**	**379**	**475**	**401**	**-8**	**6**

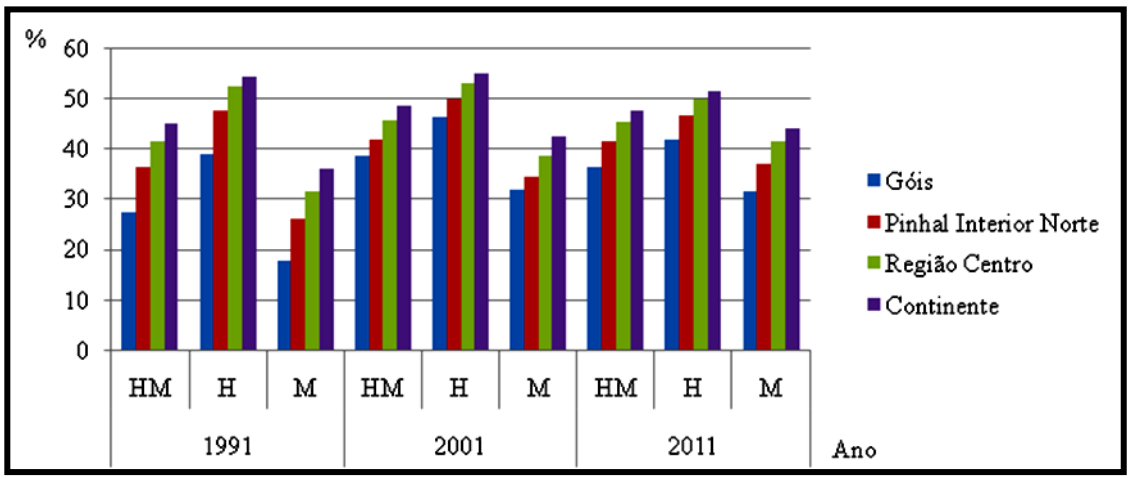
Elaborado a partir de INE (2001, 2011).

5.4. Aspetos sociais

Neste quarto ponto, destinado a uma análise dos aspetos sociais do concelho de Góis importa identificar as principais caraterísticas neste domínio e fazer o balanço dos principais aspetos a nível social e perceber a sua evolução recente.

5.4.1. Emprego e desemprego

A taxa de atividade, na última década intercensitária, sofreu uma evolução significativa no concelho de Góis, registando uma variação de cerca de -3%. No entanto, comparando os valores da taxa de atividade em 2011 com os do Pinhal Interior Norte, da Região Centro e de Portugal Continental, observa-se que o concelho apresenta ainda o valor mais baixo. De salientar ainda que existe uma diferença de cerca de 10% entre a taxa de atividade verificada em indivíduos do sexo masculino e de sexo feminino, com as mulheres a terem a taxa de atividade mais reduzida (Figura 58).

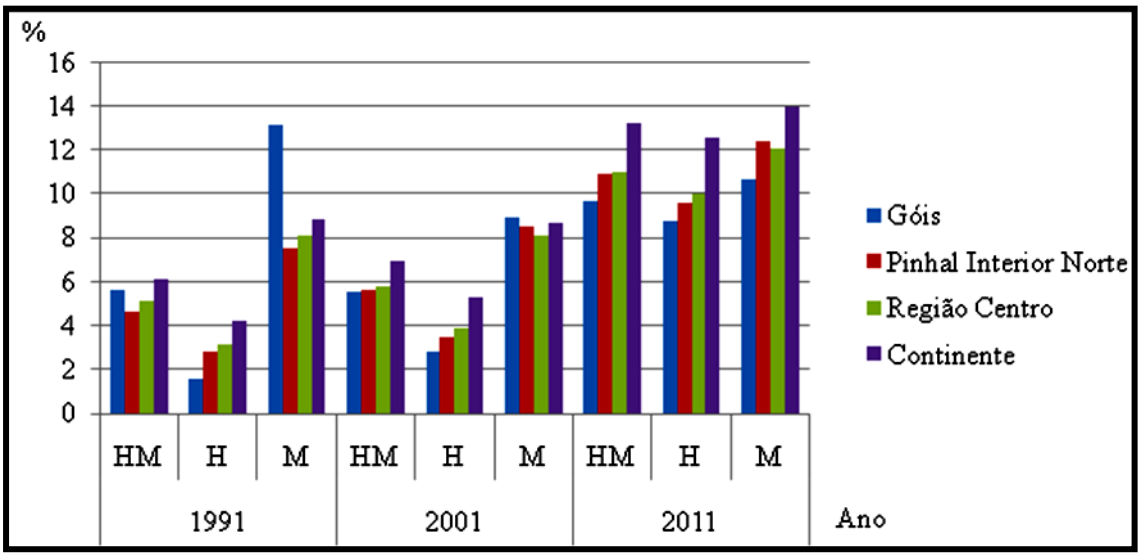


Elaborado a partir de INE (1991, 2001, 2011).

Figura 58 – Evolução da taxa de atividade (em %) no concelho de Góis, na sub-região Pinhal Interior Norte, na Região Centro e em Portugal Continental, entre 1991 e 2011.

Em relação à taxa de desemprego, em 2011, rondava os 9,7% no concelho de Góis, valor relativamente abaixo dos registados na NUT III Pinhal Interior Norte (10,9%) e na Região Centro (11%), e significativamente abaixo do verificado em Portugal Continental (13,2%). Este fenómeno afetava fundamentalmente os ativos do sexo feminino em todas as escalas de análise (Figura 59). Analisando a evolução da taxa de desemprego no concelho de Góis no período intercensitário verifica-se um aumento muito significativo da taxa de desemprego (para quase o dobro do registado em 2001), inserindo na mesma tendência de aumento brutal da taxa de desemprego nos últimos dez anos em Portugal, relevando os problemas económicos, financeiros e sociais dos territórios e dos seus habitantes.

O desemprego centra-se com maior incidência no escalão etário dos 35-54 anos, seguido do escalão etário dos 20-34 anos. Importa ainda salientar o crescimento significativo de pessoas que se encontram à procura do primeiro emprego, o que confere especial importância ao aumento do desemprego jovem no concelho de Góis. Relativamente às habilitações literárias, o maior número de desempregados têm como escolaridade o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, destacando-se, ainda, o aumento de desempregos com formação ao nível do ensino superior.



Elaborado a partir de INE (1991, 2001, 2011).

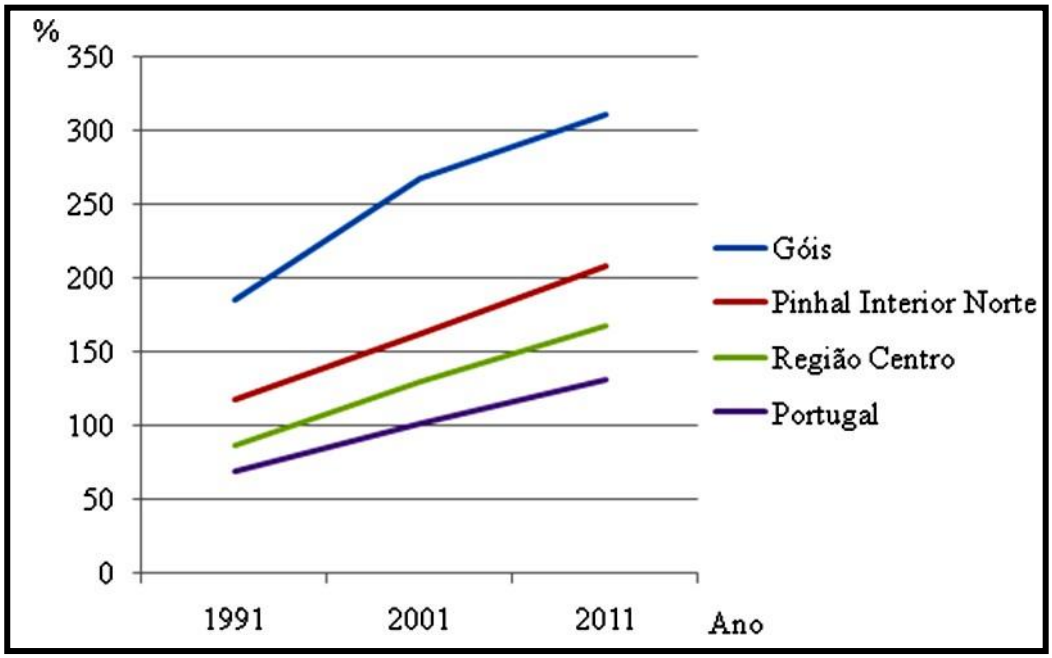
Figura 59 – Evolução da taxa de desemprego (em %) no concelho de Góis, na sub-região Pinhal Interior Norte, na Região Centro e em Portugal Continental, entre 1991 e 2011.

5.4.2. Envelhecimento

Como já vimos neste trabalho, a análise da estrutura etária da população, revela um coeficiente de dependência excessivo (aproximadamente 49% da população encontra-se em idade não ativa), essencialmente baseado na elevada percentagem da população com idade superior a 65 anos (cerca de 34%), uma das mais elevadas do Pinhal Interior Norte. Este cenário indica um problema acentuado de rejuvenescimento populacional, evidente na distribuição dos quantitativos populacionais nos diferentes grupos etários.

O índice de envelhecimento aumentou nas principais unidades territoriais (em que a análise interessa para o concelho em causa) (Figura 60), com a particularidade de ser muito elevado em Góis, onde, no ano 2011, alcançou o valor de 310,3%, ou seja, por cada jovem, existem em média, três idosos (Tabela 15).

O concelho de Góis enquadra-se nos territórios designados por "territórios envelhecidos e despovoados".



Elaborado a partir de INE (1991, 2001, 2011).

Figura 60 – Evolução do índice de envelhecimento para o concelho de Góis, sub-região Pinhal Interior Norte, Região Centro e Portugal Continental, entre 1991 e 2011.

Tabela 15 – Índice de envelhecimento para o concelho de Góis, sub-região Pinhal Interior Norte, Região Centro e em Portugal Continental, entre 1991 e 2011.

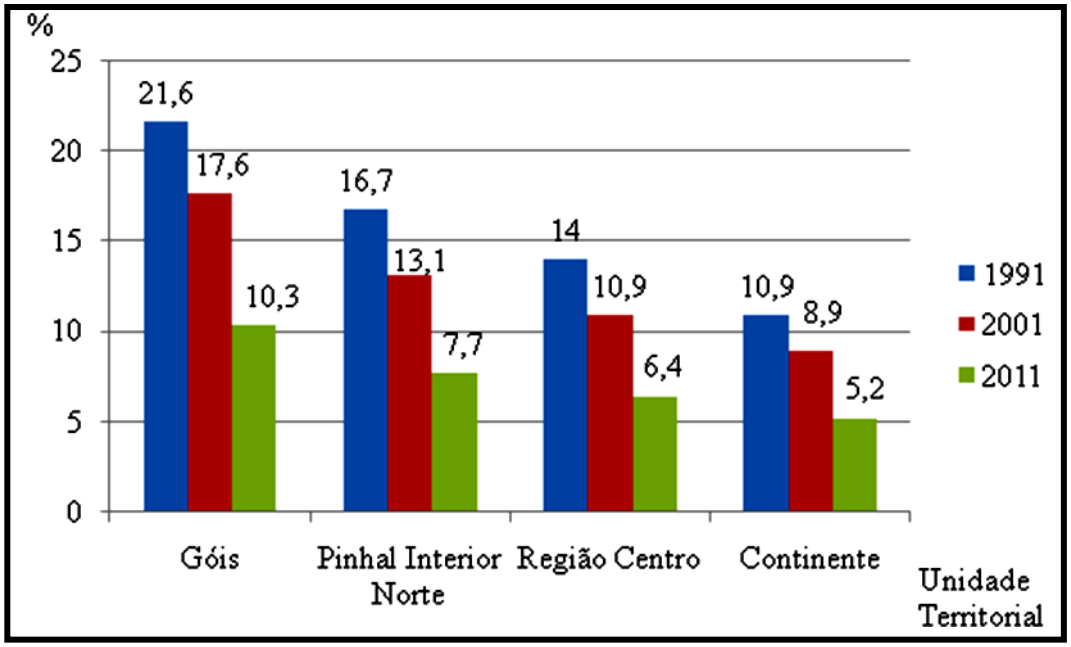
Distribuição Geográfica	1991 (%)	2001 (%)	2011 (%)
Góis	185,71	268,1	310,3
Pinhal Interior Norte	118,46	163	208,4
Região Centro	87	129,5	167,8
Portugal	69,48	102,25	131,3

Elaborado a partir de INE (1991, 2001, 2011).

5.4.3. Qualificação dos recursos humanos

Como é sabido, o grau de instrução da população é um fator determinante para o desenvolvimento económico e social. Neste contexto, entre 2001 e 2011, registou-se, no concelho de Góis, uma diminuição de cerca de 7,3 pontos percentuais na taxa de analfabetismo, passando de 17,6% para 10,3%, conforme se pode constatar na Figura

61. Já para o período de 1991 para 2011, ou seja, em vinte anos, o concelho de Góis reduziu a sua taxa de analfabetismo em 11,3%, o que se revela significativo, acompanhando o padrão de redução verificado em todas as unidades territoriais representadas na Figura 61, pese embora ainda esteja bastante acima da média nacional neste indicador.

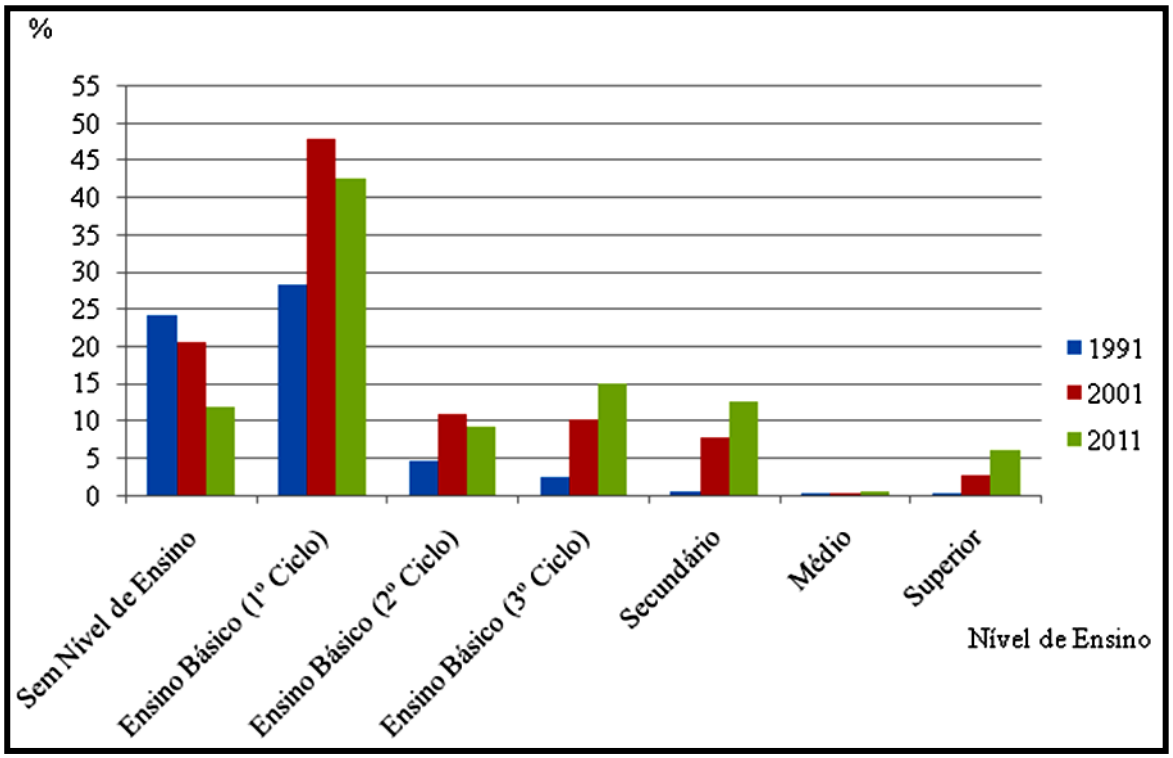


Elaborado a partir de INE (1991, 2001, 2011).

Figura 61 – Evolução da taxa de analfabetismo (em %) no concelho de Góis, na sub-região Pinhal Interior Norte, na Região Centro e em Portugal Continental, entre 1991 e 2011.

A análise da distribuição da população por nível de ensino em 2011 (Figura 62) mostra a predominância do nível de instrução primário, com cerca de 42,5%, seguido pelo grupo da população com instrução básica de 2º ciclo, com 14,9%, e em terceiro lugar a população com ensino secundário, com aproximadamente 12,6%. O total de população com o ensino superior representava apenas 6,1%, valor distante da média nacional mas bastante acima do registado em 2001 no concelho de Góis (2,6%).

No entanto, comparando os cenários de 1991 e 2001, assistiu-se a uma diminuição muito significativa do peso relativo da população sem nível de ensino, uma ligeira diminuição de população com o 1º e 2º ciclos do ensino básico, e a um aumento significativo da população com o ensino superior.



Elaborado a partir de INE (1991, 2001, 2011).

Figura 62 – Distribuição da população residente por nível de ensino no concelho de Góis (em %) entre 1991 e 2011.

5.5. Património e turismo

O exercício de identificar e avaliar os recursos e as potencialidades de um determinado território consubstancia-se sempre numa tarefa de difícil execução, quer por um certo caráter subjetivo que lhe possa estar na base quer, ainda, pela multiplicidade de fatores que é necessário considerar, evidenciando-se, ainda mais, esse cunho de tarefa árdua pela variedade e pela dimensão territorial considerável que apresenta o concelho de Góis.

Podemos, assim, começar esta análise por uma sinopse histórica que nos permite enquadrar conceptualmente algum do património histórico-cultural de natureza material. Como refere VENTURA (2010:62) "a História em Góis reporta-se à Idade do Bronze, período a que remontam os exemplares de arte rupestre da Pedra Riscada (Cadafaz) e da Pedra Letreira (Álvares). As figuras salientam-se pelas representações de alabardas, arcos e flechas, signos doliformes e escutiformes e figuras antropomórficas, gravadas com o traço fino das lascas de sílex ou quartzo. Existem, ainda, no concelho minas de

ouro, prata, volfrâmio, hulha, chumbo, ferro e estanho, facto que terá sido a razão fundamental para a ocupação romana".

A autora citada anteriormente prossegue a sua contextualização histórica salientando que, em 1113, "a vila de Góis é doada por D. Teresa e D. Afonso Henriques a Anião Estrada e sua esposa Ermezenda e, apesar do primeiro fundador da Casa e Morgado de Góis ter sido Vasco Peres de Farinha, só em 1352, Góis veria ser-lhe atribuído o seu primeiro foral doado por Gonçalo Vasques de Goes, a quem havia sido concedida a sua jurisdição, por D. Afonso IV".

Nesta cronologia histórica, há mais uma data que se viria a tornar marcante e fundamental para o concelho de Góis e para a sua História: "1448 ano em que Afonso V doa essas terras a Gomes Martins de Lemos, trisavô de D. Luis da Silveira, que viria a ser 1º Conde de Sortelha, Alcaide-Mor de Alenquer e Sortelha, guarda-mor de D. Manuel e de D. João III, no reinado de quem se viria a retirar para Góis, e onde mais tarde viria a falecer" (VENTURA; 2010:62).

De facto, a influência do Fidalgo junto da Corte não foi, certamente, alheia à edificação da ponte quinhentista sobre o Ceira, da capela-mor da Igreja Matriz, dedicada a Santa Maria Maior, e do Túmulo do Conde de Sortelha, de estilo renascentista, da capela do Castelo e da fonte do Pombal.

Ainda na senda da análise ao património cultural com o elencar das "pontes históricas" que perfazem a sua ligação às raízes históricas do território de Góis, não podemos deixar de destacar que, "apesar do rasto de destruição e morte deixado pelas tropas francesas na sua passagem por Góis em 1810, a Vila mantém hoje um centro histórico pleno de memórias: a Igreja da Misericórdia, o Hospital e Capela do Espírito Santo, o Edifício dos Paços do concelho, a Casa do Despacho, a Cisterna e Fontanário do Pombal, a Casa dos Paços Velhos ou a Casa do Terreirinho, exemplar de arquitectura seiscentista em que se destaca o portal manuelino" (VENTURA; 2010:62/63), para além de diversos sítios de importância arqueológica (Quadros 4 e 5).

Numa História mais recente, ainda na memória de muitos Goienses por estes a terem experienciado e vivido, estão o que podemos considerar os "gloriosos anos 30 e 40" do século passado, para o concelho de Góis, uma época que se espelha num dos acontecimentos mais importantes da sua História contemporânea, e que lhe deu projeção fora das suas fronteiras: a exploração de volfrâmio. A exploração deste minério, "durante a 2ª. Guerra Mundial, surge com um fator novo e indutor de alterações substanciais na vida económica e social local, que trouxe prosperidade e riqueza até

cerca de 1944 a um concelho que sofria das limitações próprias de um meio rural e montanhoso, isolado, sem comunicações, alto desemprego e reduzido nível de instrução e cultura" (VENTURA; 2010:63).

Quadro 4 – Património classificado pelo IGESPAR no concelho de Góis, em março de 2013.

Designação	Freguesia	Situação Atual	Categoria de Protecção	Categoria/Tipologia	Ano de Classificação
Ponte sobre o rio Ceira e capela hexagonal situada a sul da mesma ponte, incluindo o seu recheio de talha dourada	Góis	Classificado	Classificado como Imóvel de Interesse Público	Arquitectura Civil / Ponte	1974 e 1978
Igreja de Góis	Góis	Classificado	Classificado como Monumento Nacional	Arquitectura Religiosa / Igreja	1910
Pedra letreira	Álvares	Classificado	Classificado como Imóvel de Interesse Público	Arquitectura Civil / Marco	1997
Edifício dos Paços do Concelho, antigos	Góis	Classificado	Classificado como Imóvel de Interesse Público	Arquitectura Civil / Edifício	1924
Solar beirão da Quinta da Capela	Góis	Classificado	Classificado como Imóvel de Interesse Público	Arquitectura Civil / Solar	1997
Sede da Comissão de Melhoramentos das Aigras, Comareira e Cerejeira	Góis	Classificado	Classificado como Imóvel de Interesse Municipal	–	2003

Elaborado a partir de dados do IGESPAR.

Quadro 5 – Sítios arqueológicos no concelho de Góis, em março de 2013.

Designação	Freguesia	Tipo	Conservação	Depositários	Período
Antigo Hospital de Góis	Góis	Edifício	Regular	Câmara Municipal de Góis	Moderno e Contemporâneo
Avenida da Casa do Povo	Vila Nova do Ceira	Galeria Coberta	–	–	Indeterminado
Cabeço de Aigra	Góis	Mamoa	–	–	Idade do Bronze
Estrada das Malhadas 2 (Estrada do Sal)	Cadafaz	Via	Em perigo	–	Romano (?) e Idade Média (?)
Estrada do Pepio	Álvares	Via	Em perigo	–	Romano (?) e Idade Média (?)
Lomba Chã	Góis	Mamoa	–	–	Idade do Bronze
Mestras I	Cadafaz	Arte Rupestre	Em perigo	–	Calcolítico
Mestras II	Cadafaz	Arte Rupestre	Em perigo	–	Calcolítico
Mina do Lar de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	Mina	–	–	Alta Idade Média (?)
Monte das Mestras III	Cadafaz	Arte Rupestre	Em perigo	–	Calcolítico
Pedra Letreira	Álvares	Arte Rupestre	–	–	Idade do Bronze
Ponte sobre o Rio Ceira	Góis	Ponte	–	–	Medieval Cristão e Moderno
Pé Salgado	Góis	Indeterminado	–	Câmara Municipal de Góis	Indeterminado
Quinta da Torrinha	Góis	Povoado	–	–	Alta Idade Média
Via Aigra Velha/Pena	Góis	Via	Mau	–	Medieval Cristão e Moderno
Via Aldeia de Pena/ Ribeira Cimeira	Góis	Via	–	–	Medieval Cristão e Moderno

Elaborado a partir de dados da Direção Geral do Património Cultural.

Não é fácil encontrar um conceito concreto, abrangente e suficientemente rigoroso de oferta turística. De facto, como refere VENTURA (2010:73), "a dificuldade de definição de oferta turística resulta das próprias caraterísticas do produto turístico, que constitui um produto intangível, abstrato e compósito, que inclui necessariamente um conjunto integrado de bens e serviços, e cuja qualidade é avaliada globalmente como um todo".

Assim, e utilizando a definição de CUNHA (1997:149), podemos entender a oferta turística como o "conjunto de todas as facilidades, bens e serviços adquiridos ou utilizados pelos visitantes, bem como todos aqueles que foram criados com o fim de satisfazer as suas necessidades e postos à sua disposição e ainda os elementos naturais ou culturais que concorrem para a sua deslocação".

A oferta turística de um destino é constituída por um vasto conjunto de elementos destacando-se, segundo VENTURA (2010:73), os seguintes componentes:

– Recursos turísticos primários;

– Recursos turísticos secundários;

– Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo;

– Hospitalidade e acolhimento.

Por recurso turístico entende-se "todo o elemento natural, actividade humana ou seu produto, capaz de motivar a deslocação das pessoas, de ocupar os seus tempos livres ou de satisfazer as necessidades decorrentes da sua permanência" (VENTURA; 2010:73).

Por outro lado, o conjunto de recursos turísticos primários (património histórico, cultural, natural, clima, paisagem, entre outros) que compõem a oferta turística primária deve servir como mote para a definição de uma política turística e para a conceção da oferta turística derivada (conjunto de recursos turísticos secundários: hotéis, restaurantes, instalações de animação), tendo em conta as infraestruturas e serviços existentes ou a criar (saneamento básico, transportes, saúde, comunicações, entre outros), incluindo-se, ainda, na oferta turística outros elementos intangíveis que vulgarmente se designam por hospitalidade[24] e acolhimento[25] (VENTURA; 2010).

No caso dos destinos turísticos rurais (nos quais podemos inserir o concelho de Góis), em que a competitividade económica, política e tecnológica é na maior parte dos

[24] "A hospitalidade traduz as atitudes de boa convivência e de tolerância perante os visitantes – a cortesia e o desejo de bem servir" (VENTURA; 2010:74).

[25] "O acolhimento representa, além disso [hospitalidade], o conjunto de comportamentos, políticas e medidas que visam satisfazer as necessidades, gostos e aspirações dos turistas, valorizando o conjunto da oferta" (VENTURA; 2010:74).

casos deficitária, tornam-se fundamentais as vantagens competitivas associadas à eficácia, eficiência e inovação das estratégias e da gestão.

No que concerne ao concelho de Góis, podemos definir e apresentar uma lista (definida sem exaustão elencando, apenas, os principais recursos com potencial interesse para a atividade turística), que consagre e realce os principais recursos primários, sistematizando-os em quatro grupos: património natural, património cultural; equipamentos e eventos.

Relativamente ao património natural do concelho de Góis destaca-se, indubitavelmente, toda a paisagem marcada por uma forte componente de montanha que caracteriza este território serrano, com um destaque claro para a inserção na Serra da Lousã e na Serra do Açor, mas cujo ponto de maior interesse (paisagístico, geológico, geomorfológico, ambiental) são os Penedos de Góis, que marcam a transição entre as duas serras acima referidas. Nesta área de montes e vales não podemos deixar de salientar, também, o Vale do Ceira cuja adaptação do rio com o mesmo nome ao relevo xistoso, a montante da vila de Góis, fá-lo parecer uma "enorme serpente" a percorrer os vales bastante encaixados nas freguesias de Cadafaz e Colmeal. Não podemos falar de vales sem mencionar o Vale da Ribeira do Mouro (afluente do Rio Sótão), linha de água de extensão, expressão e adaptação ao relevo mais modesta do que a referida anteriormente. Carateriza-se por ser um dos mais ricos recantos de toda a Serra da Lousã em termos de biodiversidade (e, muito provavelmente, um dos menos conhecidos da Região Centro), correspondendo a um verdadeiro tesouro natural para o concelho de Góis (estando inserido na Rede Natura 2000, Sítio Serra da Lousã).

Esta linha de água constitui-se como um verdadeiro refúgio para os elementos de fauna, sobretudo dos autóctones, como a Lontra (*Lutra lutra*) ou da endémica *Truta fario*, a verdadeira truta de rio (*Salmo fario*), bastante ameaçada por, entre outros motivos, ter sido alvo de pesca muito intensa.

Porém, é no coberto vegetal que este vale conserva toda a sua sumptuosidade. Para compreender a afirmação anterior torna-se fundamental lembrar um pouco da história geológica do planeta, que se repercutiu na evolução do coberto vegetal. De facto, o atual coberto vegetal da Serra da Lousã pouco tem a ver com o que se supõe ter sido o seu revestimento florístico natural original. Há 20 milhões de anos a nossa floresta, devido às condições climáticas de características subtropicais bem diferentes do nosso atual clima, era essencialmente constituída por uma vegetação perenifólia, chamada Laurissilva. Contudo, a era das glaciações levou a alterações geológicas que,

por sua vez, conduziu a alterações climáticas, facto que originou que a maioria destas espécies procurassem refúgio em formações arbóreas de caducifólias. Da Laurissilva faziam parte espécies como: o Azereiro (*Prunus lusitanica*), sendo que se estima que haja 30.000 exemplares desta espécie em todo o Mundo, ocorrendo neste recanto da Serra algumas largas centenas de exemplares de Azereiro; o Azevinho (*Ilex aquifolium*); o Feto-real (*Osmunda regalis*); o Folhado (*Viburnum tinus*); a Hera (*Hedera helix*); o Loendro ou Adelfeira (*Rhododendron ponticum*); o Loureiro (*Laurus nobilis*) e o Medronheiro (*Arbutus unedo*), estando todas esta espécies uma distribuição e representação muito importante no vale da Ribeira do Mouro, consagrando-se estes elementos sempre-verdes como a "última" cobertura florestal natural da Serra da Lousã. Por fim, importa salientar ainda que as várias linhas de água que atravessam o concelho de Góis criam condições para a instalação de várias praias fluviais, como são exemplo disso as seguintes: Praia Fluvial da Peneda, Praia Fluvial do Pêgo Escuro, Praia Fluvial do Cerejal, Praia Fluvial das Canaveias, Praia Fluvial da Cabreira, Praia Fluvial de Álvares, Praia Fluvial da Ribeira do Sinhel, Praia Fluvial de Amiosinho, Praia Fluvial do Colmeal (Quadro 6).

Quadro 6 – Principais elementos do património natural do concelho de Góis.

Categoria	Descrição	Freguesia
Rio/Ribeiras	Rio Ceira	Todas excepto Álvares
	Rio Sótão	Góis, Vila Nova do Ceira
	Ribeira da Pena	Góis
	Ribeira do Sinhel	Álvares
	Ribeira do Mouro	Góis
Serras	Lousã	Todas
	Açor	Góis
Praias Fluviais	Praia Fluvial da Peneda	Góis
	Praia Fluvial do Pêgo Escuro	Góis
	Praia Fluvial do Cerejal	Góis
	Praia Fluvial das Canaveias	Vila Nova do Ceira
	Praia Fluvial da Cabreira	Cadafaz
	Praia Fluvial de Álvares	Álvares
	Praia Fluvial da Ribeira do Sinhel	Álvares
	Praia Fluvial de Amiosinho	Álvares
	Praia Fluvial do Colmeal	Colmeal
Espaços Naturais de Recreio e Lazer	Parque da Oitava	Góis

Adaptado de: VENTURA (2010).

No que concerne ao património cultural do concelho de Góis destacam-se, de sobremaneira, o património cultural, humano e construído ligado aos usos e costumes do meio rural, pontuado por alguns monumentos e construções inerentes à História da Região e que, também, marcam a oferta cultural do concelho, património cultural esse já evidenciado no início deste ponto, dos quais resultam alguns circuitos turísticos: percursos pedestres (com destaque para a Rota das Aldeias do Xisto – PR1 GOI), rota do azeite ou o roteiro dos monumentos do Centro Histórico de Góis.

Importa ainda salientar a riqueza da gastronomia local e das atividades relacionadas com o artesanato, embora com uma dimensão mais reduzida e com potencial ainda limitado. Como pratos típicos da gastronomia local podemos, sem dúvida, salientar a chanfana (carne de cabra velha), o cabrito assado em forno de lenha, a tibornada de bacalhau, o bucho recheado, os vários enchidos, a sopa de castanha, a broa de milho (simples e recheada com carne, sardinha, ou bacalhau) e, ainda, os queijos de cabra e de ovelha. Ainda na senda da análise aos elementos gastronómicos destacamos as filhós, o Bolo Doce de Góis, o Bolo da Várzea, a Tigelada, o Arroz Doce e, o mais recente deleitoso produto gastronómico, ao nível da doçaria: as Gamelinhas. Por fim, não podemos deixar de salientar mais dois produtos que tanto e tão bem caraterizam esta região: a aguardente (com diversas variações, de mel, de medronho, de castanha, entre outros) e a jeropiga.

Relativamente ao artesanato da região destacam-se, claramente, as aplicações na área dos têxteis, desde a fiação de lã à tecelagem, passando pelos bordados, rendas e pela manufatura de artigos têxteis para o lar. Salientam-se, ainda, diversos trabalhos em madeira, latoaria, serralharia e outros, como a construção de casas de xisto em miniatura e os trabalhos em cortiça (Quadro 7).

No contexto do artesanato é inevitável fazer a ligação com uma das principais tradições desta área serrana: o Entrudo, há muito tempo "esquecido" e que, na memória viva dos moços e moças que viveram os tempos de sua celebração ajudaram a Lousitânea a reavivar e a fazer renascer esta tradição.

Na realização das celebrações do Entrudo torna-se fundamental recorrer ao artesanato e à capacidade criativa desta atividade: o aproveitamento dos sobrantes de cortiça para a construção das máscaras, fundamentais para a folia. De facto, o ditado "a necessidade aguça o engenho" era, nas aldeias serranas, levado à letra pelos seus habitantes em todas as suas vivências e necessidades do dia-a-dia, inclusive nos momentos de lazer. A escassez de posses económicas e materiais "obrigava" as pessoas

a recorrer à sua criatividade e imaginação para a criação/construção das suas próprias máscaras, utilizando vários materiais que tinham em casa, nomeadamente a cortiça quer através de alguns sobrantes, quer recorrendo a alguns velhos cortiços das abelhas que já serviam para acolher as abelhas para, assim, "correr o entrudo", pelas aldeias vizinhas, ao ritmo imposto pelas vozes em tom elevado soltando o passo a par de várias quadras jocosas. É, assim, com o reavivar desta tradição que se enaltece, aqui, o artesanato local, nomeadamente com a construção de máscaras de cortiça.

Quadro 7 – Principais elementos do património cultural do concelho de Góis.

Categoria	Sub-categoria	Descrição	Freguesia
Monumental	**Estações Arqueológicas**	Antigo Hospital de Góis	Góis
		Petróglifo Pedra Letreira	Álvares
		Petróglifo Pedra Riscada	Cadafaz
	Igrejas/Capelas/Ermidas	Igreja Matriz de Góis	Góis
		Igreja Matriz de Álvares	Álvares
		Igreja Matriz de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira
		Igreja Paroquial do Cadafaz	Cadafaz
		Igreja Paroquial do Colmeal	Colmeal
		Igreja da Misericórdia de Góis	Góis
		Igreja de Ponte do Sótão	Góis
		Capela do Mártir São Sebastião	Góis
		Capela do Castelo	Góis
		Capela de Santo António do Cadafaz	Cadafaz
		Capela de Santo António de Góis	Góis
		Capela de Álvem/Capela de Nossa Senhora do Amparo	Góis
		Capela de Nossa Senhora da Amargura	Colmeal
		Ermida de Nossa Senhora da Candosa	Vila Nova do Ceira
		Ermida de Nossa Senhora da Guia	Góis
		Ermida de Nossa Senhora do Rosário do Céu	Góis
	Palácios/Solares	Solar beirão Quinta da Capela	Góis
	Pelouros/Cruzeiros	Pelourinho do Soito	Álvares
	Casas típicas históricas	Edifício dos Paços do Concelho de Góis	Góis
		Antiga Casa da Roda	Góis
		Conjunto antigo casario Cabreira	Cadafaz
	Fontes/Chafarizes	Fontenário do Pombal	Góis
		Cisterna do Pombal	Góis

Artístico	**Museus**	Colecção Museológica de Góis	Góis
		(Futura) Casa-Museu Alice Sande	Góis
		Espaço Museológico de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira
		Núcleo Museológico da Cabreira	Cadafaz
		Núcleo Museológico do Soito	Colmeal
		Museu Casimiro Martins - Núcleo Museológico do Esporão	Góis
		Museu Paroquial de Arte Sacra "Padre Ramiro Moreira"	Álvares
		Espaço Museológico "Casa do Ferreiro"	Álvares
		Ecomuseu Tradições do Xisto	Góis
	Grupos Corais	Grupo de Música e Cantares Tradicionais da Várzea	Vila Nova do Ceira
		Grupo de Violas e Cantares de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira
	Grupos de Dança	Grupo de Dança AERG	Góis
		Grupo de Danças de Salão	Góis
		Grupo de Danças Kaos	Vila Nova do Ceira
	Bandas	Banda Filarmónica Varzeense FILVAR	Vila Nova do Ceira
		Filarmónica das Associação Educativa e Recreativa de Góis	Góis
		Grupo de Concertinistas de Góis	Góis
		Orquestra ligeira "Force Band" da AERG	Góis
	Grupos de Teatro	Grupo de Teatro Esporão	Góis
		Grupo de Teatro Geração Varzeense	Vila Nova do Ceira

Complementar	**Parques/Jardins Públicos**	Jardim do Castelo	Góis
		Largo do Pombal	Góis
	Aldeias Preservadas	Aldeias do Xisto (Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena)	Góis
		Aldeia do Loural	Colmeal
		Aldeia Preservada do Soito	Colmeal
	Miradouros	Miradouro do Castelo	Góis
		Miradouro dos Penedos de Góis	Góis
		Miradouro sobre Góis (EN342)	Góis
		Miradouro da Nossa Senhora da Candosa	Vila Nova do Ceira
	Moinhos/Lagares	Antigo Lagar da Cabreira	Cadafaz
	Pontes (Obras de arte)	Antiga Ponte Real sobre e o rio Ceira	Góis
		Ponte Romana sobre a Ribeira do Sinhel	Álvares
		Ponte Romana da Cabreira	Cadafaz
Industrial	**Minas**	Minas de Volfrâmio	Góis
		Minas de Ouro da CUF	Góis
	Fábricas	Antiga Fábrica de Papel da Ponte do Sótão	Góis
Etnográfico	**Artesanato**	Miniaturas de alfaias agrícolas, casas de xisto, de cortiços e de máscaras em cortiça do Entrudo	Todas
		Croché	Todas
		Mantas de retalhos	Todas
		Colheres de pau	Todas
	Ranchos Folclóricos	Rancho Folclórico "As Sachadeiras da Várzea"	Vila Nova do Ceira
		Rancho Danças e Cantares do Cadafaz	Cadafaz
		Rancho Folclórico Serra do Ceira	Colmeal
		Rancho Mensageiros da Alegria	Vila Nova do Ceira

Adaptado de: VENTURA (2010).

Relativamente aos equipamentos disponíveis no concelho de Góis podemos afirmar que a oferta de equipamentos coletivos se revela limitada, porém acaba por ser o reflexo do sucessivo decréscimo da população bem como do aumento acentuado do índice de envelhecimento. A oferta referida abarca, numa primeira escala de destaque, o pavilhão gimnodesportivo de Góis, o campo de ténis, o campo de futebol Eng.º Augusto Nogueira Ferreira e o circuito de manutenção da Quinta do Baião. Numa segunda escala, ao nível dos equipamentos disponíveis, podemos destacar os vários campos desportivos dispersos por várias aldeias do concelho e, ainda, no contexto deste tipo de recursos turísticos as zonas de concessão de caça e pesca desportiva com importância significativa na oferta disponível.

Por fim, não podemos terminar esta análise aos equipamentos sem deixar uma nota de destaque à Casa da Cultura do concelho de Góis, inaugurada no passado dia 13 de julho de 2013 visto como um local de excelência para a difusão, acolhimento e contacto com as artes e a cultural, num espaço que será um ponto focal não só no contexto municipal mas, também, com potencial de atração e de se afirmar no contexto regional, como um espaço de excelência para a cultura e as artes.

No que concerne aos recursos turísticos secundários, e começando pelo alojamento existente no concelho de Góis de acordo com a última publicação oficial (do Instituto Nacional de Estatística), editada finais de 2012, com o título "Anuário Estatístico da Região Centro 2011", referente aos estabelecimentos classificados pelo Turismo de Portugal, I.P. (Continente) e Direções Regionais de Turismo nas Regiões Autónomas, o concelho de Góis não apresentava, em 31 de julho de 2011, qualquer estabelecimento hoteleiro e, consequentemente, nenhuma cama disponível para efeitos turísticos (Tabela 16).

Por sua vez, a informação disponível na página oficial da Câmara Municipal de Góis (em finais de março de 2013) revela oito unidades de alojamento[26]: Parque Municipal de Campismo (em Góis, com três quartos e capacidade para 400 pessoas); Casa de Santo António (em Góis, com dezoito quartos e capacidade para 40 pessoas); Casa de São Francisco (em Álvares, com seis quartos e lotação para treze pessoas); Casa da Cereijinha (na Pena, com dois quartos e capacidade de albergue para seis pessoas); Casa do Neveiro (na Pena, com um quarto e lotação para duas pessoas); Casa da Comareira (na Comareira, com três quartos e capacidade de alojamento para oito

[26] Sendo compostas por uma Unidade de Alojamento Local, seis Casas de Turismo em Espaço Rural (Casas de Campo) e um Parque de Campismo.

pessoas); Quinta da Simantorta (na Simantorta, com seis quartos e lotação para doze pessoas); e Casa Banda de Além (na Aigra Velha, com dois quartos e com capacidade para quatro pessoas). Na totalidade, estas unidades de alojamento apresentam uma capacidade total de 41 quartos, com 71 camas, capazes de albergar 484 pessoas. Das oito unidades de alojamento anteriormente referidas, três (Casa da Cereijinha, Casa do Neveiro e Casa de São Francisco) apresentavam-se registadas no site do Turismo de Portugal (em março de 2013).

Por outro lado, existem ainda outras unidades de alojamento (sobretudo unidades de Turismo em Espaço Rural) no concelho de Góis (que, em conjunto com as já mencionadas anteriormente, perfazem um número total de 17 unidades de alojamento) e que, apesar de não se constituírem, verdadeiramente como unidades de alojamento (sob ponto de vista legal, por não se encontrarem em conformidade com o vários parâmetros exigíveis para o seu funcionamento como tal) são expressivas na capacidade total da oferta de alojamento do concelho de Góis. Assim sendo, na globalidade das 17 unidades de alojamento existentes no território em análise[27], Góis apresenta uma disponibilidade de 160 camas, com um total de 79 quartos aos quais corresponde uma capacidade de ocupação para albergar 603 pessoas (Tabela 17).

Por fim, importa ainda referir que se encontra em fase de execução um outro projeto associado aos conceitos de turismo de aldeia e de ecoturismo que irá aumentar a capacidade de alojamento no concelho de Góis, mais concretamente na aldeia do Loural (Freguesia do Colmeal), onde se está a implementar o projecto *Loural Village*.

[27] Valor que deve ser tomado em análise por defeito, devido à já referida existência de unidades "não legalmente constituídas" e que, certamente, não estarem aqui todas contabilizadas.

Tabela 16 – Estabelecimentos hoteleiros e capacidade de alojamento no Pinhal Interior Norte em 31.07.2011, por município.

* Categoria "Outros" – onde estão incluídos os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os móteis, as pousadas e as estalagens.

Distribuição Geográfica	Estabelecimentos				Capacidade de Alojamento			
	Total	Hóteis	Pensões	Outros*	Total	Hóteis	Pensões	Outros*
Portugal	2019	873	656	490	289107	160981	30581	97545
Continente	1752	770	591	391	251137	138294	27603	85240
Região Centro	414	218	155	41	40733	28404	7106	5223
Pinhal Interior Norte	**10**	**5**	**3**	**2**	**646**	**459**	**76**	**111**
Alvaiázere	0	0	0	0	0	0	0	0
Ansião	1	0	1	0	18	0	18	0
Arganil	1	1	0	0	68	68	0	0
Castanheira de Pêra	1	1	0	0	43	43	0	0
Figueiró dos Vinhos	0	0	0	0	0	0	0	0
Góis	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Lousã	2	1	1	0	126	92	34	0
Miranda do Corvo	1	0	0	1	53	0	0	53
Oliveira do Hospital	2	1	0	1	145	87	0	58
Pampilhosa da Serra	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedrógão Grande	1	0	1	0	24	0	24	0
Penela	0	0	0	0	0	0	0	0
Tábua	1	1	0	0	169	169	0	0
Vila Nova de Poiares	0	0	0	0	0	0	0	0

Elaborado a partir de INE (2011).

Tabela 17 – Unidades de alojamento no concelho de Góis em 27.03.2013.

Nome	Categoria	Local	Freguesia	Nº. Camas	Nº. Quartos	Capacidade
Casa de Santo António	Alojamento Local	Góis	Góis	36	18	40
Casa de São Francisco	Casa de Campo	Álvares	Álvares	7	6	13
Casa da Cereijinha	Casa de Campo	Pena	Góis	5	2	5
Casa do Neveiro	Casa de Campo	Pena	Góis	2	1	2
Casa da Comareira	Casa de Campo	Comareira	Góis	5	3	8
Quinta da Simantorta	Turismo Rural	Álvares	Álvares	8	6	12
Sem Designação	Casa de Campo	Aigra Nova	Góis	3	2	6
Quintinha do Carvalhal	Alojamento Local	Góis	Góis	8	6	14
Sem Designação	Casa de Campo	Esporão	Góis	2	1	3
Sem Designação	Alojamento Local	Liboreiro	Góis	3	2	6
Luar das Cortes	Alojamento Local	Cortes	Álvares	8	7	14
Casa das Videiras	Alojamento Local	Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	7	6	10
Casa Banda de Além	Casa de Campo	Aigra Velha	Góis	2	2	4
Casa Pequena	Alojamento Local	Várzea Pequena	Vila Nova do Ceira	2	2	4
Sem Designação	Alojamento Local	Góis	Góis	6	6	12
Casa da Munha	Casa de Campo	Roda Fundeira	Álvares	2	2	4
Sem Designação	Alojamento Local	Várzea Pequena	Vila Nova do Ceira	4	4	10
Subtotal				**110**	**76**	**167**
Parque Municipal de Campismo	Parque de Campismo	Góis	Góis	6	3	400
Centro de Férias da Mata (União para a Acção Cultural e Juvenil Educativa	Campo de Férias	Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	52	8	52
Total				**168**	**87**	**619**

Elaborado a partir de VENTURA (2010); Câmara Municipal de Góis (2013); e trabalho de campo.

Ainda no que concerne aos recursos turísticos secundários podemos mencionar que, no concelho de Góis, estão instaladas vinte unidades de restauração (com uma capacidade total na ordem das 645 pessoas) e trinta e sete bares, cafés e pastelarias. Por fim, salienta-se, ainda, uma empresa de animação turística a TransSerrano, que desenvolve atividades e ações de caráter cultural, etnográfico, ambiental e desportivo, tais como: canoagem (descidas de canoa do rio Mondego e Alva), escalada e percursos pedestres guiados na Beira Serra (Serra da Lousã e Serra do Açor), colónias de férias e programas culturais. A TransSerrano, especialista na organização de passeios com forte cariz cultural e etnográfico, proporciona o contacto com as tradições, com o património e com a gastronomia da região, organiza igualmente passeios dirigidos ao turismo sénior. Entre os vários programas oferecidos destaca-se, no concelho de Góis, a "Rota do Azeite", e, nos concelhos vizinhos, a "Rota da Farinha e da Broa" e a "Rota da Cabra, da Chanfana e do Queijo" (VENTURA; 2010:87).

6. As Aldeias do Xisto do concelho de Góis: do passado ao presente

"Existe um mundo onde tudo se aproveita: as padieiras das portas e das janelas são de castanho, as lajes de xisto estão nos beirais, por cima das telhas e nas soleiras. Há telhas de canudo e as ferragens das portas são antigas! Dos soutos vêm as castanhas e a sopa de castanha é famosa até hoje. A cabra come-se quando velha e, macerada pelo vinho tinto, torna-se macia e dá sabor à chanfana. Das pequenas hortas vêm grelos frescos que, misturados com a broa e o azeite, chegam a migas deliciosas. Das urzes e com muitas abelhas ainda hoje se faz um excelente mel. O pão faz-se em casa e o seu cheiro perfuma as estreitas ruas. Os cabritos andam serra acima, serra abaixo, e isso faz deles pratos deliciosos quando o tempo próprio chega!

E depois neste mundo, com umas quantas casinhas encavalitadas nas encostas, parecem apenas existir "quartos com vista"! Mas não! Não é verdade! Existem pessoas, em regra com grandes rostos de avó, que partilham toda a sabedoria de um mundo em que tudo é escasso! Esse mundo tem nomes: Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena (concelho de Góis) […]" (TURISMO CENTRO DE PORTUGAL; 2007:47/48).

6.1. Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena – heranças e sinais de mudança

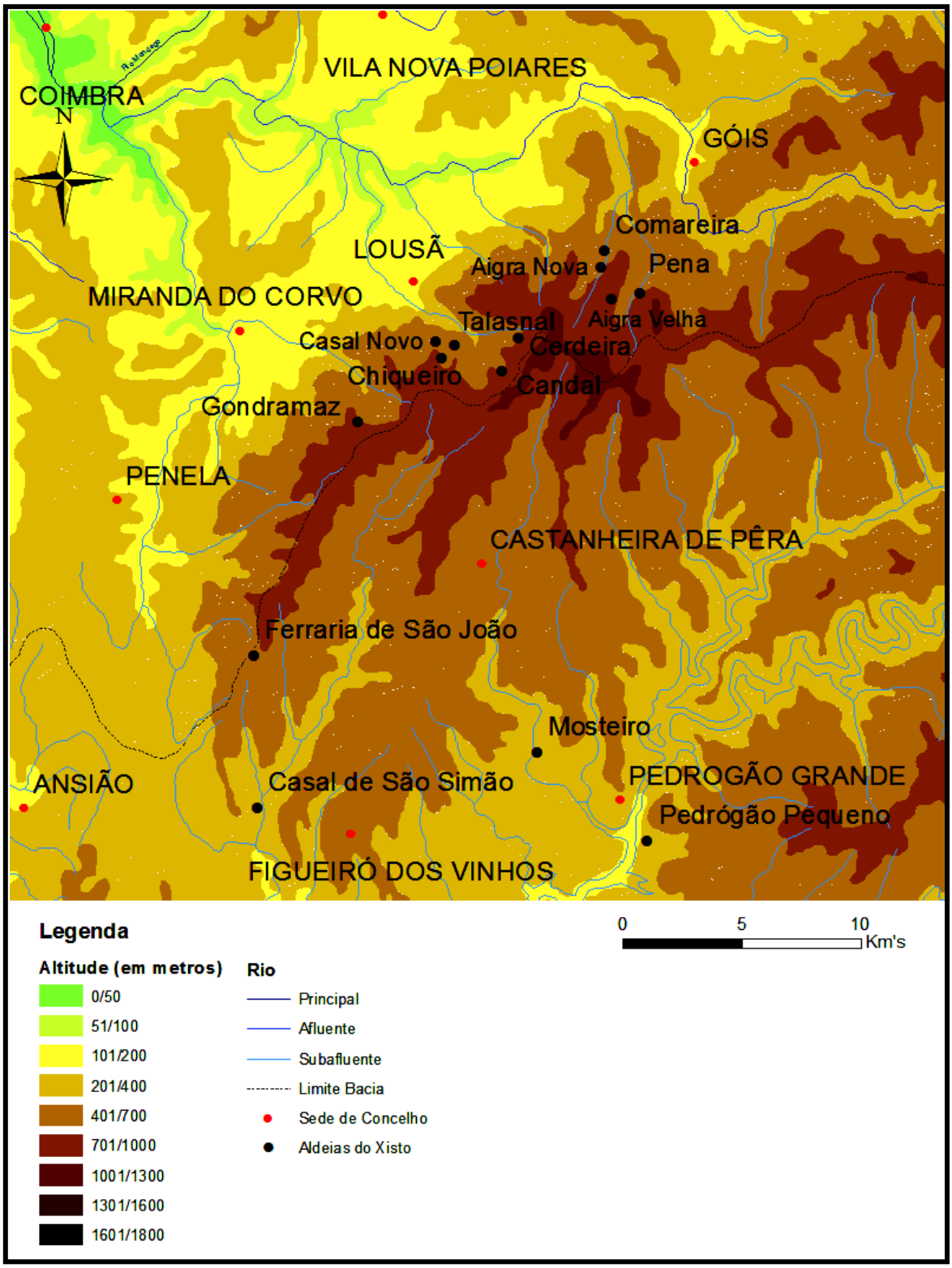
"O xisto brotava por toda a parte, como grama em jardim abandonado. A rocha negra, com reflexos de chumbo, amarela nas bordas, empinava-se no chão, em camadas compactas, semelhando livros nunca desfolhados. Lascas de lousa cobriam a terra, faziam as paredes das casas, enchumaçavam o corpo dos muros. E até os homens pareciam esculpidos na fraga, tal a rudeza das feições, o escuro dos fatos e da pele curtida do sol…" (BRAGA, 1955:92, citado por LOURENÇO, 1996:27).

As Aldeias do Xisto de Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena, integradas num contexto de proximidade e de funcionalidade, fazem parte do concelho de Góis, situadas no setor norte da Serra da Lousã (que alberga a maior concentração de Aldeias do Xisto, com um total de 13) (Figura 63). Localizada no extremo sudoeste da Cordilheira Central Portuguesa, abrangendo os concelhos de Lousã, Castanheira de Pera, Miranda do Corvo, Figueiró dos Vinhos, Penela, Pedrógão Grande e Góis, a Serra da Lousã (denominação, talvez, derivada do nome de rocha – lousa), pertence ao

complexo xisto-grauváquico e é atravessada por uma crista de quartzitos que, pela sua maior resistência à erosão, é responsável pelos penedos existentes, com falésias abruptas, como são exemplo disso os Penedos de Góis. A altitude máxima da Serra da Lousã é de 1205 metros no Trevim, local onde "confluem" os concelhos de Lousã, Góis e Castanheira de Pera. "A linha de cumeada principal tem direção E-W e é responsável pela constituição de duas bacias hidrográficas pertencentes ao Rio Zêzere e ao Rio Mondego" (PAUL, 2006:104).

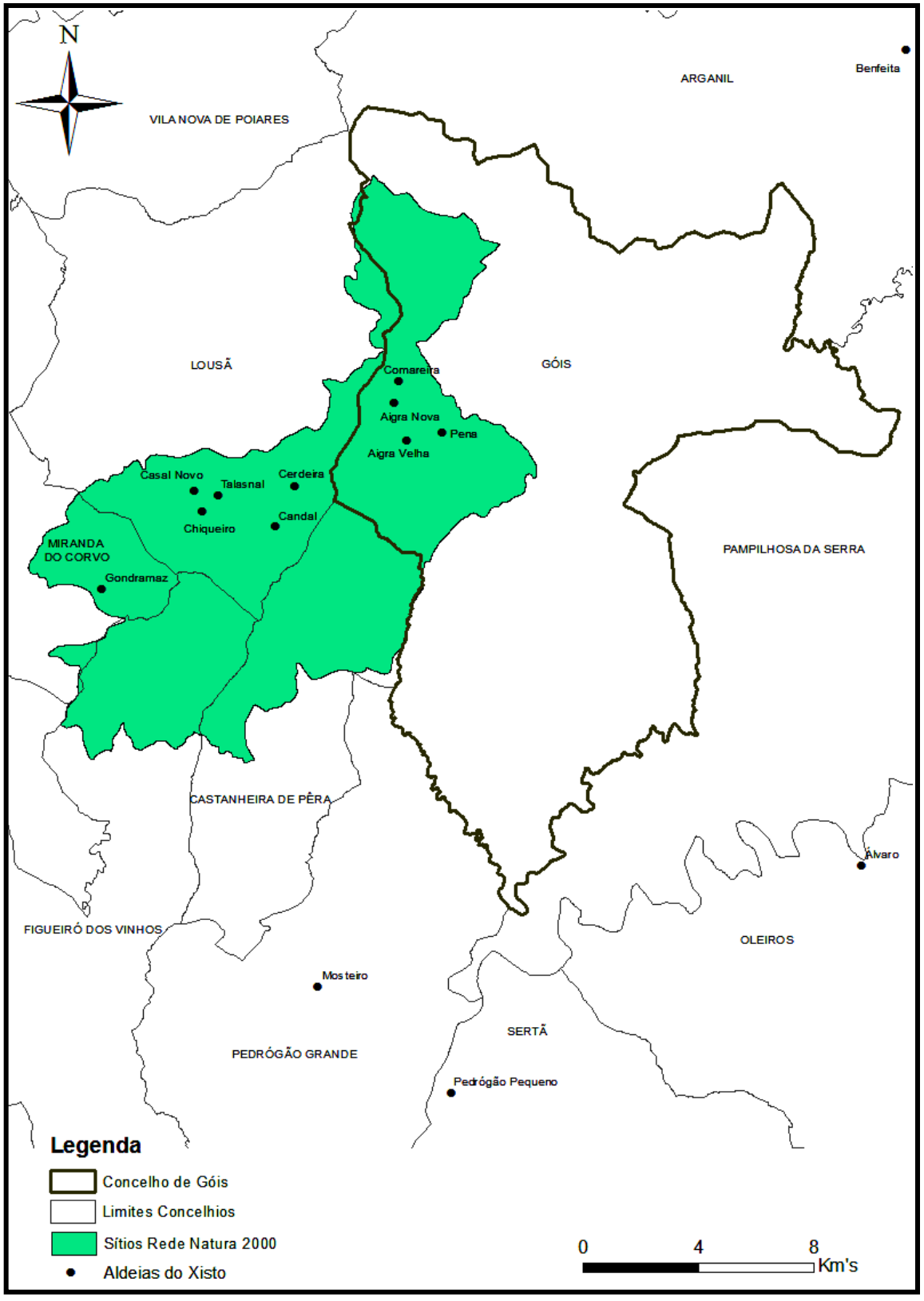
Os diferentes materiais geológicos juntamente com diversos processos geotectónicos, são responsáveis pelo tipo de rocha que constitui o complexo litológico da região, de formação sedimentar e metamórfica, que por sua vez constitui o material básico dos vários tipos de solo existentes na região. Impressionantes são também as magníficas formas de pormenor constituídas por vales em garganta, sempre que os afloramentos de quartzito são atravessados por rios, cuja grandiosidade é proporcional à importância dos cursos de água. Ainda sob ponto de vista litológico, destaque ainda para um ou outro filão de rocha básica que atravessam estas aldeias e, em especial, na Aigra Nova e, quase sempre, muito alterados e, por isso, passam facilmente despercebidos, confundindo-se com os xistos que os rodeiam. Na aldeia anteriormente referida é bem visível, em alguns pontos, a disjunção esferoidal, característica de alguns pontos dos filões de rocha básica que, quando está presente, ajuda a identificar.

A Serra da Lousã está incluída na região biogeográfica Mediterrânica e, parte da Serra, está classificada como Sítio da Lista Nacional, de acordo com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, classificada no Grupo 7 (Figura 64).



Elaborado a partir do Atlas do Ambiente Digital.

Figura 63 – Rede das Aldeias do Xisto na Serra da Lousã: enquadramento geográfico, hispsometria e hidrografia.

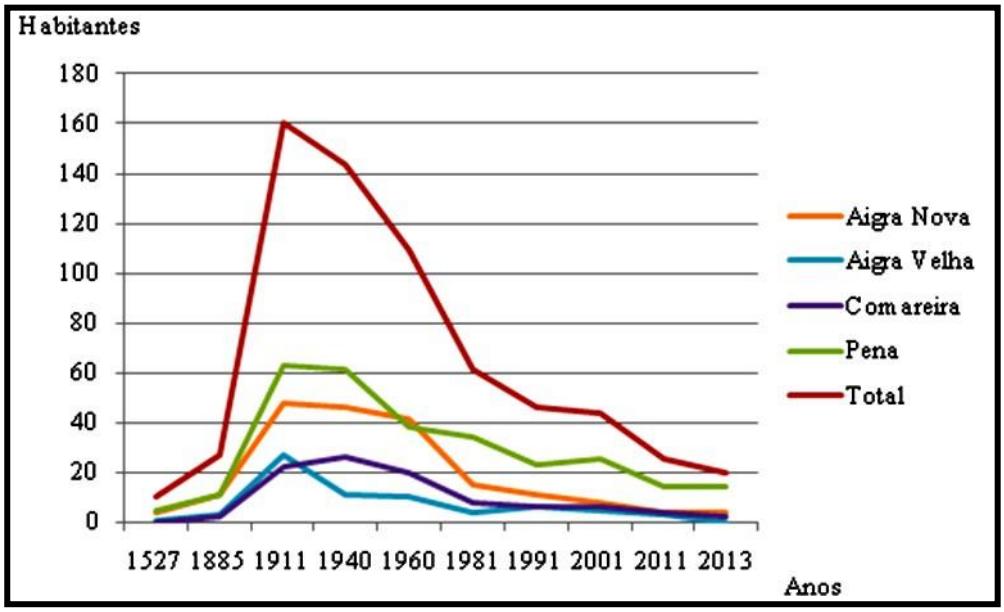


Elaborado a partir do Atlas do Ambiente Digital.

Figura 64 – Sítio Rede Natura 2000 da Serra da Lousã e Aldeias do Xisto.

Analisando a evolução da população residente nestas quatro aldeias, desde 1527 até 2013, são notórios três momentos diferentes. O primeiro período compreendido entre 1527 e 1911 é pautado por um crescimento exponencial do efetivo populacional destes lugares. De facto, é em 1911 que estes lugares atingem os seus máximos populacionais (com exceção da Comareira que apenas atinge o seu máximo em 1940). Mesmo a evolução global das quatro aldeias demonstra que, efetivamente, é 1911 que o conjunto atinge o seu auge demográfico, com uma população total de 160 habitantes. No segundo momento, com um espaçamento temporal compreendido entre 1911 e 1960 há uma estabilização dos efetivos populacionais, embora já com uma tendência de diminuição (com exceção da Pena que a partir de 1940 já começa a perder população de forma acentuada). A terceira fase baliza-se entre 1960 e a atualidade, sendo que, durante estes 53 anos a regressão demográfica é avassaladora e desvastante. De facto, durante este período de tempo o início acréscimo populacional verificou-se de 1981 para 1991 na Aigra Velha, mas não permitiu uma estabilização dos quantitativos demográficos.

O extremo decréscimo populacional que atesta o forte despovoamento que estas aldeias sofrem é ainda mais vincado quando comparamos o número total de habitantes em 1911 e em 2013, passando de 160 para 20 residentes, respetivamente. De facto, analisando a variação da população (Figura 65), por aldeia, entre 1960 e 2013, revela dados extremamente negativos. No período de tempo indicado a Aigra Velha perdeu 100% da sua população, visto que atualmente não tem nenhum residente de forma permanente; a Aigra Nova teve um decréscimo populacional de 90,2%; o efetivo populacional da Comareira regrediu 90% e; por fim, a Pena perdeu 63,2% da sua estrutura demográfica. Por fim, no global, entre 1960 e 2013 as quatro Aldeias do Xisto de Góis tiveram um decréscimo populacional de 81,7%, atestando, de forma inequívoca, o impacto da expressão despovoamento nestes territórios.



Elaborado a partir de: COLLAÇO (1931); INE (1960, 1981, 1991, 2001, 2011); trabalho de campo.

Figura 65 – Evolução da população residente nas quatro Aldeias do Xisto do concelho de Góis, entre 1527 e 2013.

Tabela 18 – População residente nas quatro Aldeias do Xisto do concelho de Góis, entre 1527 e 2013, com os máximos demográficos a destacado.

Aldeia	**Anos**									
	1527	**1885**	**1911**	**1940**	**1960**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**	**2013**
Aigra Nova	4	11	48	46	41	15	11	8	4	4
Aigra Velha	1	3	27	11	10	4	6	5	3	0
Comareira	-	2	22	26	20	8	6	6	4	2
Pena	5	11	63	61	38	34	23	25	14	14
Total	**10**	**27**	**160**	**144**	**109**	**61**	**46**	**44**	**25**	**20**

Elaborado a partir de: COLLAÇO (1931); INE (1960, 1981, 1991, 2001, 2011); trabalho de campo.

6.1.1. Arquitetura rural vernacular

Considerando a arquitetura como o resultado de um conjunto de técnicas de projetar e de edificar o ambiente habitado pelo Ser Humano, a arquitetura popular remete-nos para essa realidade mas sem o cunho científico a ela associada. Assim sendo, a arquitetura popular, é o reflexo dos saberes populares e com uma base cultural muito importante, concebida pela passagem e aperfeiçoamento desses saberes ao longo dos tempos. O resultado da arquitetura popular espelha-se na mestria das técnicas de

construção utilizadas, no rigor do saber transmitido pela experiência e numa forte relação de adaptação/"tentativa de controlo" dos elementos naturais dos territórios.

Em todo o território nacional, as diferentes formas e caraterísticas da arquitetura tradicional espelham a riqueza da mesma, mas também demonstram o "desleixo" e abandono a que muito deste património está votado.

De facto, "desde o granito e o xisto, até ao adobe e à taipa, passando pelas diferentes soluções arquitetónicas em espaço rural e urbano, é todo um manancial do ponto de vista cultural e patrimonial, o qual é ainda insuficientemente reconhecido e valorizado, sendo quase sempre alvo dos mais diversos atentados, ou simplesmente preterido em detrimento de projetos de gosto mais que duvidoso e sem qualquer enquadramento no espaço e na memória dos locais" (*In* http://raizes.blogs.sapo.pt/7085.html).

Nas áreas rurais ou nos aglomerados populacionais mais urbanos, nas regiões do litoral ou no interior mais profundo e isolado no país, o Homem soube edificar, com engenho e arte, fruto do saber popular, as suas próprias habitações, construções para albergar o gado e/ou guardar os mantimentos, para conduzir a água desde a nascente até onde era necessária, etc.

"Contudo, o espaço para a arquitetura tradicional deveria ser sempre acautelado, garantido que saberes antigos, como sejam as técnicas de construção, possam ser preservados para o futuro, contribuindo assim para a salvaguarda de um importante objeto do nosso património cultural e para a harmonia dos nossos espaços rurais e urbanos" (*In.* http://raizes.blogs.sapo.pt/7085.html).

O termo património vernáculo corresponde a manifestações do engenho humano outrora consideradas menores (ou nem sequer consideradas), entre o léxico geral de todos quantos se interessam pela conservação, adquirindo uma importância crescente à medida que a globalização avança, a necessidade de contrapor aos processos de homogeneização cultural a afirmação das identidades e culturas locais progride e se alarga a consciência da importância das técnicas e dos materiais tradicionais de construção na perspetiva do desenvolvimento sustentável.

Importa explicar que o reconhecimento efetivo da importância da arquitetura tradicional iniciou-se em 1964 com a Carta de Veneza, ao aplicar o conceito de monumento histórico quer às grandes criações, quer às realizações "mais modestas" enquanto testemunho vivo das suas tradições seculares, estas seriam mais tarde agregadas no conceito, mais vasto, de bens culturais no qual se englobam quer os bens

móveis quer os imóveis. Porém, só na década seguinte é que o valor da arquitetura vernácula se institucionaliza, com a inclusão das aldeias tradicionais, no seu ambiente natural ou construído, no âmbito e conceito abrangentes de património.

Em 1977, no Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território, é reconhecida a singularidade do património rural, não só relativa aos valores estéticos mas também ao seu caráter de testemunho de uma sabedoria secular, englobando "todas as construções isoladas ou agrupadas que estejam ligadas às actividades agrícolas, pastoris e florestais, bem como à pesca; apresentem interesse, quer pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou social, quer pelo seu caráter típico e pitoresco; e se integrem na paisagem de modo coerente" (RIBEIRO, 2010:15).

Alargado o âmbito do conceito de cultura ao conjunto, único e insubstituível, "dos traços distintivos e espirituais, materiais, inteletuais e afetivos que caraterizam uma sociedade e um grupo social e destaca a importância do património imaterial (ou seja, aquele que se inscreve no domínio da intangibilidade), o património vernáculo vê finalmente consagrada, na Carta sobre o Património Construído Vernáculo de 1999, a sua singularidade enquanto expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, expressão da diversidade cultural do mundo, representando o meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu habitat em resultado de um processo evolutivo que inclui, necessariamente, alterações e uma adaptação constante aos constrangimentos sociais e ambientais" (RIBEIRO, 2010:15).

A aldeia rural, mais antiga forma de aglomeração e forma social cuja unidade espacial, resulta de uma simbiose profunda entre a paisagem e a obra humana e em torno da qual se constitui a história da sociedade rural, constitui assim um quase prolongamento da paisagem, emanação física mas também simbólica do território a que se vincula e no qual profundamente se enraíza.

Tal caráter está bem patente na forma simples como as populações descrevem o modo como construíam o seu espaço de habitar (espaço esse intimamente ligado aos meios de produção, ou seja, concebido em função da economia agrária), sintetizando, de forma extraordinariamente despojada de artifícios decorativos como a sua própria arquitetura, todos os elementos essenciais configuram a arquitetura vernácula da região da Serra da Lousã, refletindo nessa simplicidade e despojamento a aspereza de um território, ele próprio pobre e agreste, onde os recursos são escassos e difíceis de

trabalhar, mas onde se sente o apuro que permitiu ao longo de gerações atingir resultados satisfatórios na resposta aos constrangimentos climáticos.

É curioso notar como se apresentam as habitações na serra, e como o sentido daquele provérbio que diz «o Verão é capa de órfãos» fica bem expresso na escolha do local para a construção das casas.

A habitação serrana, feita de pedra regional (e com inclusão de particularidades locais como o quartzito, com a singularidade de, em alguns casos, as soleiras das portas serem constituídas por blocos que quartzito repletos de *Cruziana*, o que demonstra bem a importância dos recursos locais para a construção e arquitetura vernácula), que é xistosa, mostra-se, quer no interior, quer no exterior, negra como ela e de aspeto pesado e sombrio.

O telhado, geralmente de duas águas, apresenta-se protegido por grandes lousas, que ao longe dão o aspeto de um estendal negro sob fundo avermelhado.

"As janelas, pouco numerosas e de pequenas dimensões, atestam a abundância de luminosidade e de frio" (CARVALHO, 2009:383, citando Espírito SANTO, 1954:32).

Mário Braga, por exemplo, na sua obra "Serranos" (1979), chama a esta serra e às suas povoações "castelos de xisto", erguidos e meio afundados num "mar de serras sobre serras". A expressão utilizada pelo escritor está relacionada com o facto de as casas se apresentarem como um amontoado, edificadas umas junto às outras, quase sem deixarem entre elas um palmo de terra, ladeando estreitos e tortuosos caminhos (Figura 66). Pequenos logradouros de apoio às atividades agrícolas fazem a separação dos terrenos de cultivo que antecedem a área de floresta e mato do casal; depois alarga-se a vista para o domínio dos antigos baldios serranos (CARVALHO, 2009:383).



Figura 66 – Arruamento da Aigra Nova, com as habitações encostadas umas às outras, e com ruas bastante estreitas (servindo o carro de bois como bitola).

A simplicidade e a aparente fragilidade das construções explicam-se pela extrema pobreza dos seus habitantes. A utilização dos recursos materiais locais define os traços essenciais da casa serrana. A generosidade da montanha vai pouco além do xisto e do quartzito, embora este último em muito menor quantidade, extraídos em pequenas pedreiras abertas nas suas entranhas. O castanheiro, sobretudo o "portelão" (variedade que melhor resiste às condições climatéricas da montanha) oferecia madeira de excelente qualidade, aproveitada para traves e outras componentes estruturais das coberturas e sobrados, padieiras, portas e janelas. Era cortado no bosque e aplicado com o mínimo de trabalho de transformação. Determinados elementos, como os barrotes, eram aparados em duas faces, de forma manual ou mecânica (através dos antigos mecanismos de serrar, impulsionados por energia hidráulica), para receber tábuas (sobrados), ripas ou "falheiras" (telhado) (CARVALHO, 2009:385).

A telha de canudo (também designada por telha serrana) domina a cobertura dos edifícios, numa fase em que praticamente desapareceram os telhados de lousa ou de colmo. Com as casas novas do primeiro terço de Novecentos, introduziu-se a telha Marselha, mais eficaz no resguardo das coberturas, e com ela tornou-se desnecessário utilizar lousas para proteger os telhados dos ventos que na montanha sopram vigorosos (Figura 67).

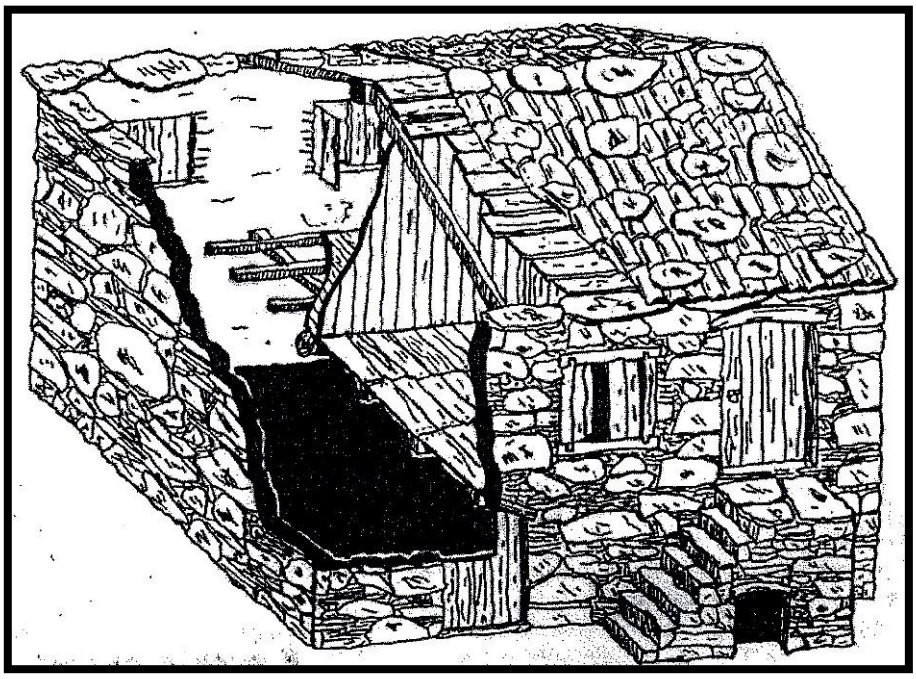


Figura 67 – Telhados cobertos por "telha serrana", na aldeia da Comareira.

As casas serranas (Figura 68) apresentam, normalmente, dois pisos, estrutura que acolhe as suas funções primárias: rés-do-chão, com uma ou duas lojas para o gado e arrumo de utensílios agrícolas; e, primeiro andar, composto por uma sala ampla com lareira baixa, onde vivia toda a família (Figura 69). Mais tarde, em alguns lugares, surgem divisões para a cozinha e o quarto de dormir, individualizadas através de tábuas de pinho dispostas de forma vertical. A presença de grandes blocos de xisto, nos quais os edifícios são ancorados e adoçados, reduz, de forma significativa, a área do piso inferior. O xisto é aparelhado em panos de parede e travado nas aberturas e na transição entre os alçados com pedras mais lineares e de maior dimensão (CARVALHO, 2009:386). O interior das habitações (tal como o exterior) conservava a pedra à vista, envolvida numa matriz argilosa. Nos currais, palheiros e arrecadações, por norma, a pedra surge solta, sobreposta, sem qualquer elemento de ligação. Nos primeiros lustros do século XX, com a aplicação dos capitais amealhados através da (e)migração, aparecem os rebocos interiores e exteriores, que inicialmente eram feitos à base de areia e cal. Posteriormente, com a utilização regular de cimento, a matriz ganha nova expressão. Nas divisórias interiores surgem os tabiques, estruturados com tábuas e fasquias de pinho que recebem a argamassa de cal e areia, e numa fase posterior (meados do século) é utilizado o tijolo.

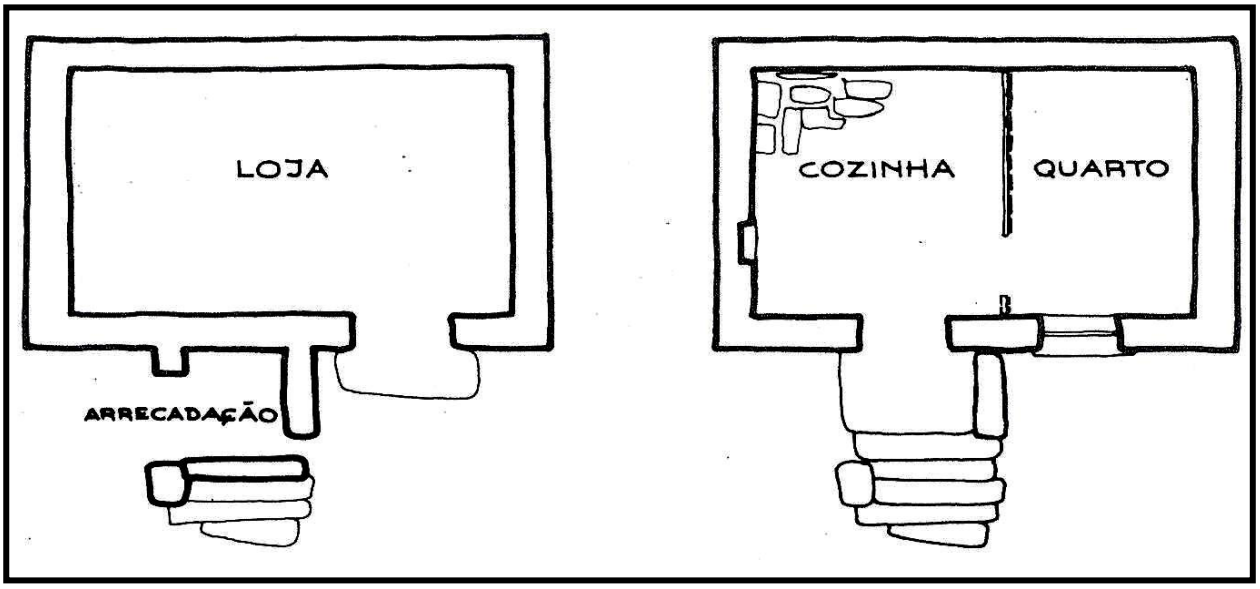
Os sobrados das habitações eram em madeira de pinho (raras vezes de castanho), serrada manualmente, e as coberturas assentavam sobre ripado de madeira, sem forro interior, por onde escoava o fumo das lareiras e dos fornos. As chaminés praticamente não existiam, salvo uma ou outra pequena estrutura triangular de telha utilizada para auxiliar a evacuação do fumo.

O beirado das casas era atapetado com lousas, uma bordadura linear e discreta, mas muito eficaz, para evitar a infiltração das águas pluviais nas paredes (causa primária da sua ruína).



Fonte: CARVALHO, 2009:387, com base em Câmara Municipal da Lousã (1986).

Figura 68 – Casa serrana da Serra da Lousã, desenho esquemático.



Fonte: MOUTINHO (1979:60).

Figura 69 – Planta/esquema elucidativo da organização da Casa Serrana.

A moldura das janelas combina o castanho na verga, blocos de xisto nas ombreiras (e por vezes também na verga) e uma laje xistosa na soleira. Nos anos 20, do século passado, eram raras as janelas com vidros, note-se que, por exemplo, na aldeia da Aigra Nova foi possível identificar, já no corrente ano civil, o primeiro vidro de uma janela numa das habitações, cuja sua datação é estimada em cerca de 80 anos. Usavam-se de forma quase exclusiva as portas de madeira, e os panos de janela eram de pequenas dimensões, resguardando o interior dos ventos sibilantes do inverno. Como o essencial da atividade dos serranos tinha como palco privilegiado o exterior e o período diurno, a casa também não carecia de muita luz (apesar da tonalidade escura do xisto, acentuada pela acumulação de resíduos derivados da combustão da madeira utilizada na alimentação das lareiras e fornalhas). A iluminação era feita com lamparinas de azeite e candeeiros de petróleo, sendo que, a energia elétrica da rede pública já chegou relativamente tarde.

Os materiais utilizados nas construções típicas destes lugares refletem, de forma inequívoca, a litologia da região: o xisto, em maior abundância e, com menor importância sob ponto de vista quantitativo, o quartzito, sendo que, estas condições naturais fornecidas pela envolvente litológica e geomorfológica, associadas à proximidade geográfica dos materiais disponíveis, foram condição necessária para o padrão da casa típica destes lugares.

6.1.2. Alterações dos modos de vida do quotidiano

> *"Não podem fazer ideia da vida que eles levam, ali. Uma vida rural simples e dura. Levantam-se cedo porque têm muito que fazer e deitam-se cedo porque têm muito pouco que pensar"* (Oscar Wilde, sem data).

Relativamente aos modos de vida das populações destas aldeias, em tempos, passavam todo o dia a trabalhar a terra, de sol a sol. De facto, “a população, acostumada ao viver simples, pedia apenas às terras que produzissem e apelava aos temporais que não destruíssem a sua obra de cultura, difícil, exaustiva e sempre contingente. Os

"castelos de xisto", rodeados de minúsculos tabuleiros de aproveitamento agrícola, são a expressão visível da tenacidade e da astúcia do homem numa luta impiedosa pela sobrevivência, prolongada ao longo de várias gerações que imprimiram aos territórios serranos as mais variadas marcas e influências, transformando-os em ambientes vivos e intensamente vividos, até à exaustão das suas forças, quando a derrocada do frágil equilíbrio agro-silvo-pastoril arrastou o (inevitável) despovoamento da montanha e o abandono de várias aldeias" (CARVALHO, 2009: 391).

A importância do trabalho e a sua dureza no quotidiano das populações marca, também, o seu reflexo na toponímia que designava algumas das aldeias num passado não muito distante. A Aigra Nova foi, em outros tempos, denominada Agra Dura. O árduo trabalho que as pessoas desenvolviam por nos cultivos e nas áreas de pastagem, associado a vida dura, quase despojada de lazeres, terá estado na origem de um dos topónimos atribuídos a esta aldeia. Era, sem dúvida, extremamente difícil viver nesta(s) aldeia(s). As condições de vida, suficientes apenas para sobreviver, não eram as melhores e, como recordam os habitantes, a fartura e variedade de alimentos nem sempre existiu.

Seguindo a imagem da aldeia, e do seu conceito e principais caraterísticas, retratada por Orlando Ribeiro (1991), realce para a entreajuda existente entre "as gentes" da aldeia (uma das grandes mais-valias destes locais era, de facto, o espírito de comunidade e de, quase, vida comum, de interajuda e de proximidade e que, atualmente, é praticamente uma sombra do passado, tendo mesmo morrido em muitas aldeias com a partida dos mais antigos), para a utilização comunitária do forno bem como do "boi do povo", e de outros elementos como teremos oportunidade de constatar mais à frente. Voltando um pouco atrás, e abordando a temática da entreajuda das pessoas das várias aldeias, importa fazer referência concreta relacionada com a área aqui em estudo. Quando, por exemplo, as gentes da Aigra Velha necessitavam de auxílio em alguma lavoura ou prática semelhante estendiam um lençol branco numa corda na parte de trás da aldeia votada para os Povorais (que dista, em linha reta, de cerca de 4/5 km, da Aigra Velha, com um vale a separá-las) para que os habitantes desta última pudessem saber que era necessária ajuda nas tarefas agrícolas e, portanto, aprontavam-se em vir prestar o auxílio necessário, sendo que, esta forma de comunicação era recíproca.

Também as práticas festivas locais, ou os tradicionais "bailaricos" (como lhes chamam nestas aldeias), e religiosas demonstravam que as aldeias, da área em estudo, formavam uma rede bastante coesa, sendo que os seus habitantes raras vezes se

deslocavam a outras festividades que não as das aldeias vizinhas, exceção feita na deslocação à festa do Santo António da Neve, localizado a sudeste do Trevim. Dentro desta rede de influência, no que diz respeito às festividades, a aldeia dos Povorais era o principal ponto de encontro e a mais frequentada. Embora sendo bastante mais distante do que o "núcleo central" das aldeias, integradas nas Aldeias do Xisto, era a aldeia para onde as crianças se deslocavam para ir à escola, podendo ser esta uma das explicações para que se pudesse considerar esta aldeia como um "pólo atrativo" por via de um serviço, neste caso relacionado com a educação. Inseridos ainda nas festividades ou nos momentos de convívio particularmente intensos e, de certa forma, importantes para estes povos da serra, destaque para o Entrudo e para as desfolhadas do milho, nas eiras, acompanhadas sempre de muitas cantigas soltas e desgarradas.

Também no caso das festividades estava bem presente o conceito de comunidade e de entreajuda. Por exemplo, para que na aldeia da Aigra Nova pudesse haver um dos designados "bailaricos" era necessário que alguns dos seus habitantes se deslocassem à aldeia do Franco de Cima (já no concelho da Lousã), para prestar um ou mais dias de serviço ao concertista lá residente para que este se deslocasse, posteriormente, à Aigra Nova (na qual nenhum dos seus habitantes era dotado da arte de "tocador de concertina", como por aqui lhes chamam) para que, então, pudesse haver música no tão vivido e intenso baile.

De facto, como temos tido oportunidade de constatar, a aldeia não define apenas a ocupação física e análise quantitativa num plano material. A aldeia define também uma visão imaterial, onde a sua perspetiva social e a vivência em comunidade definem várias outras formas de olhar a aldeia. Uma certa coerência no que diz respeito ao sistema de construção das habitações; as várias formas de exploração do solo e dos recursos; as relações de solidariedade intensas, próprias de um ambiente familiar onde se apresentam formas bastante interessantes de sociedades bastante organizadas refletem essa mesma visão imaterial e que concernem à aldeia uma vivência diferente e muito caraterística.

Existem no seio destas aldeias, espaços considerados privados, outros coletivos, atuando ambos enquanto palcos sociais. Na falta de igrejas, capelas, tabernas, entre outros, surgem alguns espaços de substituição, a exemplo de largos como a Quintã, na Aigra Nova, espaço de reunião e decisão, estritamente masculino, estrategicamente localizado no topo da povoação. Ali os homens da aldeia trocavam impressões sobre os rendimentos e dificuldades do quotidiano, enveredando, também, esforços para a

aquisição de consensos sobre atividades coletivas, nomeadamente no que respeitasse ao rebanho comunitário, ao sistema rotativo das regas, entre outros.

O Largo dos Castanheiros, situada à entrada da Aigra Nova, funcionava como espaço de animação local da população. Atualmente não revela importância ao nível estrito da povoação, mas funciona como cenário de encontros de confraternização entre a generalidade das localidades focadas. A escolha desse sítio deve-se principalmente a uma localização centralizada da aldeia face às restantes. Na Aigra Velha podemos visualizar um pátio comunitário partilhado igualmente por quatro casas. Outra situação notória de partilha seriam os moinhos de rodízio e fornos, propriedades comuns a várias casas.

Aqui a relação do espaço e a significação da comunidade simbolizam a unidade de vizinhança que organiza, comanda, rege a vida individual e é de acordo com esta concetualização de espaço que se estabelecem as redes sociais (SANTOS, 2001).

Abordando de forma breve outras estruturas que, embora algumas não sejam propriamente parte integrante da habitação, são "figuras" importantes quer no contexto das técnicas de construção (e do próprio património construído) quer para a compreensão do património imaterial destes territórios e, de certa forma, dos modos de vida das populações.

Assim sendo, destaque para algumas estruturas, tais como: o caniço, estrado situado por cima da fogueira, que serve para secar as castanhas (Figura 70); forno comunitário, importante na gestão de recursos adequando-os às necessidades das populações (note-se que estas populações se alimentavam, essencialmente, com castanhas, utilizadas como o substituto da batata, sendo que esta entra na alimentação base destas populações mais tarde; hortaliça; e, um dos principais alimentos, o pão de milho) (Figura 71); o alambique, utilizado para fabricar vários tipos de aguardente (sendo a mais fabricada nestas aldeias a aguardente de mel); o capril (Figura 72); as queijeiras (Figura 73), utilizadas para curar os queijos de cabra; as eiras (Figura 74); várias alminhas (Figura 75); moinhos (Figura 76); as salgadeiras, utilizadas para conservar a carne (essencialmente de suíno), entre outras.



Figura 70 – Estrado de um caniço, estrutura para secar a castanha, na aldeia da Aigra Nova.



Figura 71 – Forno Comunitário da Aigra Nova



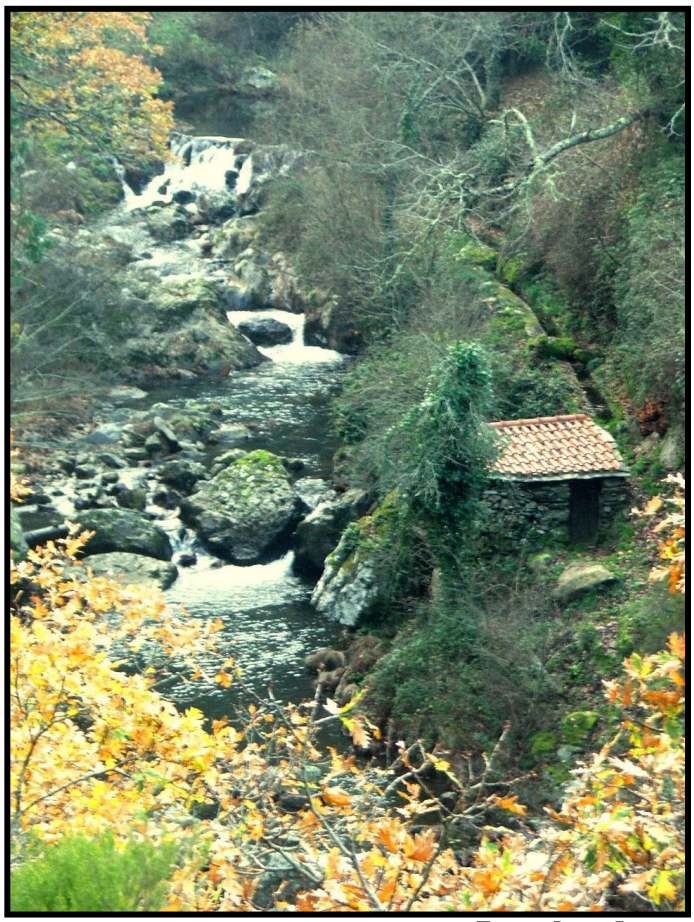
Figura 72 – Capril tradicional da Aigra Nova.



Figura 73 – Queijeira tradicional da Aigra Nova.



Figura 74 – Largo da Eira da Carvalha, na Aigra Velha.



Fonte: Jorge Lucas.

Figura 75 – Moinho de rodízio, na Pena.



Fonte: Jorge Lucas.

Figura 76 – Alminha da Pena.

Atualmente, no que concerne ao quotidiano destas populações, os modos de vida dos habitantes, nos padrões de vivência, são praticamente os mesmos, embora com algumas diferenças: a intensidade do trabalho da terra, hoje muito menor, sendo "apenas" cultivado o fundamental para autoconsumo; a criação de gado, e respetiva venda, é constituída por uma ínfima parte do número total de cabeças de gado que estas aldeias já tiveram (em tempos chegaram às quinhentas cabeças, hoje, raramente passam das cinquenta), sendo a pastorícia encarada, atualmente, como um "entretém", como frequentemente designam, ou seja, como uma forma de ocupação do tempo, embora seja certo que o "bichinho" do trabalho faz parte da maneira de ser das pessoas destas aldeias; participação em outro tipo de atividades, como o contacto com turistas e a colaboração com associações de desenvolvimento local através de demonstrações do saber de algumas técnicas tradicionais em várias atividades, como a apicultura, por exemplo, fruto da inserção destas aldeias na Rede das Aldeias do Xisto; melhoria substancial dos níveis de qualidade de vida e consequente reflexo no seu quotidiano; períodos, mais ou menos longos, de convívio entre habitantes e, entre estes e turistas (sempre curiosos por conversar com os "antigos" ou os "guardadores da serra", como por vezes os designam). Ou seja, a grande alteração nos padrões de vivência do quotidiano destas populações é, essencialmente, a intensidade (ou a sua diminuição) da forma como vivem os trabalhos rurais, com maior "tranquilidade" e menos azáfama (mas não os descurando), não esquecendo que contribui também para esse fator a média, relativamente elevada, das idades dos habitantes destes lugares.

6.2. A incidência das intervenções nas Aldeias do Xisto

A avaliação da intervenção do Programa das Aldeias do Xisto nas quatro aldeias do concelho de Góis, e após o distanciamento temporal necessário para poder discernir os aspetos em análise (já passaram mais de dez anos desde o início das intervenções), permite referir que, num primeiro exercício retrospetivo, o balanço é bastante positivo e que, sem sombra de dúvidas, se não fossem as intervenções realizadas estaríamos perante um cenário de abandono (refletido no despovoamento) quase completo destes quarto lugares serranos que teria, inevitavelmente, um forte impacto na manutenção e preservação de todo o(s) património(s) emanado e conservado por estes lugarejos que tão bem representam os povos serranos da Serra da Lousã.

No que concerne ao impacto que as intervenções realizadas tiveram nas populações que habitam estas aldeias, há a salientar um aumento muito significativo da qualidade de vida das pessoas, uma vez que, este Programa, tornou possível o abastecimento de água canalizada nas habitações (facto que, até então, não abrangia todos os habitantes), melhorou a rede de energia elétrica e de telecomunicações. Possibilitou, ainda, a construção de alguns equipamentos de apoio, como seja exemplo, bancos de jardim, passeios requalificados, construção e identificação dos percursos pedestres, melhorias na rede de resíduos sólidos, entre outros.

Numa outra perspetiva, no que diz respeito ao impacto visual das obras efetuadas, há a salientar alguma sobriedade nas requalificações, mantendo os materiais originais da região. Porém, em algumas intervenções, as madeiras exóticas utilizadas para a construção de portas e janelas (que dão um "toque" em tons de laranja) afasta-se, um pouco, das caraterísticas históricas destes locais, que utilizavam, por norma, madeira de carvalho ou castanho para o mesmo efeito. Em algumas outras intervenções, não se privilegiou a recuperação das fachadas com xisto, na sua totalidade, tendo sido utilizado cimento, posteriormente pintado, criando um corte com a estrutura tradicional e com as demais habitações das aldeias.

Já tivemos oportunidade de, anteriormente, fazer uma leitura global às intervenções executadas aquando da implementação do Programa das Aldeias do Xisto (2000-2006) nos vinte e quatro lugares que compunham a Rede das Aldeias do Xisto, sendo, agora, pertinente, analisar com maior pormenor a incidência do mesmo Programa nas quatro Aldeias do Xisto do concelho de Góis (Anexo I).

Analisando o total dos investimentos executados por aldeia (Tabela 19) podemos constatar que, do total dos 1.381.469,48 milhões de euros executados no concelho de Góis (o correspondente a 10,34% do investimento total executado nas vinte e quatro Aldeias do Xisto), a aldeia de Aigra Nova foi a que teve a maior percentagem do montante global investido, com 37,15% (correspondentes a mais de 513 mil euros), seguindo-se a aldeia da Pena com 34,2% do montante global executado (com mais de 472 mil euros), somando estas duas Aldeias do Xisto 71,35% do total de investimento executado pelo Programa das Aldeias do Xisto em Góis, correspondentes a 985.667,15 mil euros. Por sua vez, os restantes 28,65% de investimento foram destinados à Comareira, com 16,27% (ou seja, com quase 225 mil euros) e 12,38% do investimento global executado na Aigra Velha, num valor de investimento que ultrapassa os 171 mil euros.

Relativamente à distribuição do investimento executado, segundo as tipologias/categorias de intervenção (Tabela 20), no global do concelho de Góis destacam-se as intervenções realizadas em imóveis particulares com mais de 441 mil euros (31,93% do total). Por sua vez, as infraestruturas (20,70%, correspondentes a 286 mil euros) e os espaços públicos (19,26%, equivalente a mais de 266 mil euros), considerados de modo isolado, ou de forma conjugada (16,88%, totalizando mais de 233 mil euros), foram responsáveis por mais de 88,77% do investimento (ou seja, 1.226.338,24 milhões de euros). Por fim, com o menor valor do total de investimento executado, surgem as intervenções realizadas em imóveis públicos, com 11,23% do investimento total (correspondentes a mais de 155 mil euros).

Tabela 19 – Expressão do investimento executado pelo Programa das Aldeias do Xisto, por aldeia, no concelho de Góis.

Aldeia do Xisto	População Residente (2001)	Investimento Total (Euros)	Peso (%)	Investimento por Habitantes (Euros)
Aigra Nova	8	513.255,33	37,15	64.156,9
Aigra Velha	5	171.063,81	12,38	34.212,8
Comareira	6	224.738,52	16,27	37.456,4
Pena	25	472.411,82	34,20	18.896,5
Total	**44**	**1.381.469,48**	**100**	**31.397,03**

Elaborado a partir de: INE (2001); CCDRC, 2010 e Revistas Aldeias do Xisto.

Tabela 20 – Distribuição do investimento executado, por categorias de intervenção, pelo Programa das Aldeias do Xisto, por aldeia, no concelho de Góis.

Tipologia de Intervenção	**Valor (em Euros)**	**Peso (%)**
Imóveis Particulares	441.159,17	31,93
Imóveis Públicos	155.131,24	11,23
Infra-estruturas	285.981,86	20,70
Espaços Públicos	266.028,07	19,26
Infra-estruturas + Espaços públicos	233.169,14	16,88
Total	**1.381.469,48**	**100**

Elaborado a partir de: CCDRC, 2010 e Revistas Aldeias do Xisto.

Analisando o investimento realizado em cada uma das aldeias por habitante permite-nos retirar algumas conclusões interessantes. Numa análise quantitativa e poderemos considerar que os investimentos poderiam ter sido excessivos e com pouco cabimento tendo em conta a relação investimento/número de beneficiários.

De facto, em termos médios, foi executado no concelho de Góis um investimento de mais de 31 mil euros por habitante (correspondente a 1.381.469,48 milhões de euros pelos 44 habitantes nas quatro Aldeias do Xisto, em 2001). À escala de análise por aldeia podemos apurar que a Aigra Nova é a que apresenta o valor mais elevado de investimento por habitante, com mais de 64 mil euros executados por habitante, seguindo-se as aldeias de Comareira e Aigra Velha, com intervenções superiores a 37 mil euros e 34 mil euros por habitante, respetivamente. Por fim, a aldeia da Pena é a que apresenta o valor de investimento executado por habitante mais baixo do concelho de Góis, com quase 19 mil euros por habitante (fruto de ser aquela que apresenta maior índice populacional). Em todo o caso, como termos oportunidade de verificar mais à frente, não nos podemos cingir a uma análise meramente quantitativa e fundamentada na análise dos valores investidos aquando da implementação do Programa, sendo sim, fundamental, perceber qual o retorno e aproveitamento feito dos investimentos realizados há cerca de uma década atrás, através de uma análise integrar os vários elementos que nos permitam chegar a uma avaliação crítica, atenta, completa e abrangente dos múltiplos aspetos que compõe estas quatro aldeias, de forma a perceber com a clarividência necessária qual o impacto e o retorno para todos dos quase 1,4 milhões de euros investidos nas Aldeias do Xisto do concelho de Góis.

A concretização das várias intervenções e dos vários projetos decorrentes da implementação do Programa das Aldeias do Xisto permitiu às populações um aumento muito substancial da sua qualidade de vida, pelo acesso a bens tão básicos como a água

canalizada, o sistema coletivo de rede de esgotos, a recuperação de fachadas e coberturas das suas habitações até então bastante degradadas. Permitiu, ainda, beneficiarem e acederem a equipamentos coletivos de que não dispunham, terem melhores acessibilidades, usufruírem de melhores condições para a prática de atividades lúdico-desportivas, entre outras.

Na atual fase, com a implementação do PROVERE Rede de Aldeias do Xisto Numa, as aldeias do concelho Góis inseridas na Rede terão um total de 24 projetos apoiados, num montante global de investimento que ascende aos 8.134.668 milhões de euros, alocando o concelho de Góis 5,9% do total de projetos aprovados e 5,6% do financiamento global aprovado, para o período compreendido entre 2007 e 2013.

6.2.1. Aigra Nova

"Na pequena bacia hidrográfica criada pela Ribeira do Mouro, os habitantes fundadores do povoado aproveitaram uma pequena saliência, de contornos muito suaves, da sua encosta mais soalheira. A escolha deste local está diretamente ligada com a existência de uma nascente na sua parte superior, com o declive ameno na sua envolvente que permite as práticas agrícolas e com proximidade dos pastos nas maiores altitudes da serra onde apascentam os gados" (Figura 77) (A. CARVALHO; 2013:46).



Figura 77 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto de Aigra Nova.

A aldeia, situada a 615 metros de altitude, é constituída por uma malha urbana simples, correspondendo a um acesso que no início da aldeia se divide em três pequenas ruas que a atravessam e se encontram na saída pelo acesso do lado oposto. O material de construção predominante é o xisto, estando algumas construções rebocadas, notando-se, ainda, um ou outro bloco de quartzito nas paredes das habitações. As padierias das portas são, em geral, de madeira de carvalho ou castanho. As construções possuem um ou dois pisos, sendo que, na esmagadora maioria dos casos, o primeiro piso se destina a habitação e, o piso inferior, a espaços de arrumos ou lojas (em outros tempos os pisos térreos dos imóveis eram destinados ao acolhimento dos gados).

Quanto à etimologia da toponímia desta aldeia, Aigra é um topónimo algo comum em Portugal. Originário do termo clássico em latim *ager* que evoluiu para *agra* (como surge na cartografia oficial de 1886 – Agra Nova) que tem como significado "campo" ou "quinta".

ARMANDO CARVALHO (2013), citando VITERBO (1798), aponta, também, a possibilidade de *acra* ou *acrus* que significa uma porção de terreno que os servos ou escravos deviam cultivar. No "Cadastro da População do Reino (1527)" consta no termo da *Villa de Goys* a existência da então denominada *hegra fumdeyra*, onde viviam quatro moradores. O nome de Aigra Nova terá surgido após uma designação como *aigra fundeira* respeitante a quinta ou a um novo campo de cultivo que foi instalado em altitude inferior, quando comparado com a existência de outra *aigra* (Aigra Velha). Localmente o nome é tido como originário de *acrum* que tem o sentido de áspero, amargo, duro, difícil em referência às condições de trabalho e vida no local.

A população residente permanente é, em 2013, de 4 pessoas (2 indivíduos de cada um dos sexos), a estrutura etária está fortemente envelhecida (o habitante mais novo tem 48 anos de idade) e o despovoamento é outra das marcas neste lugar.

No que concerne ao edificado, esta aldeia, tem um universo de 50 imóveis, num património construído com caraterísticas tipicamente rurais, baseados em materiais e métodos de construção tradicionais. Em termos de pisos que compõem os edifícios, com exceção dos espaços destinados a garagem, anexos, arrecadações, telheiros, fornos e eira, bem como dos edifícios em ruínas, todo o edificado apresenta dois pisos, sendo que, na maior parte dos casos, o piso superior destina-se a função de habitação e, o piso inferior, a espaço de arrecadação ou lojas (sendo que, como já foi mencionado, noutros tempos os pisos térreos das habitações eram, também, utilizados como currais).

Na Aigra Nova predomina a utilização/função (Anexo IV) destinada a habitação com 42% dos usos (com um total de 21 imóveis); as estruturas dedicadas ao acolhimento de gado e da sua alimentação (currais e palheiros) com 9 edifícios (18% do total); 6 infraestruturas (correspondente a 12% do total construído), como sejam a casa de banho pública, os depósitos de abastecimento de água, o tanque utilizado para rega, o "palco" situado no largo à entrada da aldeia (no Largo da Fonte) e, ainda, o depósito de águas residuais. Por sua vez, os Núcleos integrantes do Núcleo Sede do Ecomuseu "Tradições do Xisto" ocupam cinco estruturas nesta aldeia, o correspondente a 10% do edificado da Aigra Nova – o mesmo sucede com as construções destinadas anexos, telheiros e garagens. Por fim, os três fornos e uma eira representam 8% do edificado existente, sendo que, o alojamento coletivo é o que representa menor peso na utilização/função dos imóveis, com apenas uma estrutura destinada para esse fim, representando cerca de 2% da utilização do património construído.

Neste aglomerado rural caraterizado, socialmente, por uma população envelhecida, a classificação das habitações quanto ao tipo de ocupação (Anexo V) revela que predominam os edifícios devolutos (52,38%, correspondentes a um total de 11 edifícios), como sinal do forte despovoamento que marca a Aigra Nova; destacando-se, também, as ocupações periódicas (33,33%, com 7 habitações), fruto do número significativo de pessoas que, habitualmente, costumam passar os fins de semana, períodos de férias e épocas festivas na aldeia onde têm as suas raízes genealógicas (e, na sua grande maioria, com residência fixa na área da Grande Lisboa); e, por fim, os espaços de habitação permanente, que representam, apenas, 14,29% do total do edificado destinado a habitação, com um total de três casas, pertencendo duas delas à mesma família.

O estado de conservação (Anexo VI) do edificado é, na generalidade bom havendo, também, um número ainda considerável de edifícios em ruína. Com efeito, 76,6% do edificado está em bom estado de conservação, 19,15% encontra-se em ruínas (Figura 78) e, por fim, 4,26% do edificado da Aigra Nova encontra-se em mau estado de conservação.



Figura 78 – Vista sobre algumas das habitações em ruínas na Aigra Nova.

Dentro do grupo dos edifícios em mau estado são, na grande maioria, currais e arrecadações (ou utilizados como tal) em que os proprietários não vêm necessidade de os recuperar, dado o seu uso. Os imóveis em bom e razoável estado de conservação são os habitados, em que o proprietário faz a sua manutenção. Analisando os dados quanto ao estado de conservação dos imóveis antes da intervenção do Programa das Aldeias do Xisto (mediante a informação que consta nos Planos de Aldeias das Aldeias do Xisto do concelho de Góis) podemos verificar que as alterações foram muito significativas. Antes da intervenção do referido Programa apenas 8,6% dos edifícios (4 estruturas) se encontravam em bom estado de conservação. Por outro lado, 6 edifícios (15,2%) tinham o seu estado de conservação classificado como razoável; 45,6%, correspondente a 19, em mau estado de conservação e, por fim, 30,4% dos imóveis (14 no total) estavam em ruína.

Após as intervenções realizadas com o Programa das Aldeias do Xisto, podemos constatar que o número de edificações que foram intervencionadas pelo Programa e o total de edificações que não foram intervencionadas é muito semelhante. Assim, 58% do edificado da Aigra Nova (29 imóveis) foram alvo de intervenção. Ao invés, 42% dos imóveis (o correspondente a 21 edificações) não foram alvo de qualquer tipo de intervenção (Anexo VII).

Numa outra vertente, tentámos perceber a origem dos proprietários dos imóveis que compõem o edificado da aldeia em análise (Anexo VIII). Assim, constatamos que a grande maioria, 91,1% dos imóveis da Aigra Nova são propriedade de autóctones, ou seja, de pessoas que têm as suas raízes na aldeia. Por outro lado, os alóctones (pessoas

sem qualquer vínculo familiar ou genealógico a este lugar) representam cerca de 6,7% do total dos proprietários (3 pessoas) sendo que, quanto à sua origem, são oriundos do concelho da Lousã, de Inglaterra e da Holanda. O Município de Góis é proprietário de um imóvel nesta aldeia (que representa 2,2% do edificado da Aigra Nova), correspondendo ao imóvel onde está sediado o Núcleo Sede do Ecomuseu "Tradições do Xisto".

Por fim, analisando se a propriedade dos imóveis sofreu alterações desde de 2002 (data do início das intervenções nas Aldeias do Xisto do concelho de Góis) (Anexo IX), constatamos que a grande maioria do edificado, cerca de 88,9%, não registou mudança de proprietário sendo que, por outro lado, 11,1% dos imóveis (5 no total) tiveram uma mudança de propriedade. Dos cinco imóveis com mudança de propriedade, três continuaram na posse de autóctones, um passou a ser propriedade de um cidadão de nacionalidade inglesa e, por fim, um outro passou a ser propriedade do Município de Góis. Importa, ainda referir que, nesta aldeia existem duas edificações à venda (parcilamente recuperadas), estado o seu preço de compra fixado em 25.000 euros e 75.000 euros, respetivamente.

Antes da intervenção do Programa das Aldeias do Xisto, os arruamentos da aldeia da Aigra Nova encontravam-se, na sua maioria, revestidos a betuminoso, sendo os acessos diretos às áreas agrícolas em terra batida. A maior parte dos arruamentos estavam em bom estado de conservação e os acessos às áreas agrícolas, em mau estado de conservação. Com a intervenção realizada no decurso do Programa, os arruamentos passaram a ser revestidos por calçada de granito, contrariando a opção que seria mais adequada e que foi aplicada em algumas Aldeias do Xisto de outros Municípios: xisto ao cutelo (proposta que também constava nos Planos de Aldeia elaborados para as Aldeias do Xisto do concelho de Góis).

A nível das infraestruturas, a equipa que trabalhou no terreno considerou que estas marcavam os espaços da aldeia pela negativa. Assim, consideravam que a Aigra Nova, aldeia de serra, localizada a meia encosta sofria, tal como as outras, por serem invadidas por postes e fios que, em tempos, eram admirados pelas mais-valias que traziam aos sítios (por significarem o tão desejado acesso à energia elétrica). Porém, consideraram tais infraestruturas primárias (e quando avaliadas pelo seu aspeto estético) desajustadas. Daí a preocupação de dotarem a aldeia (e outras), para além de mais infraestruturas de apoio às necessidades das populações (de mais conforto e exigência), acompanhando-as de algum cuidado na sua inserção, para que resulte uma imagem

urbana harmoniosa tendo, assim, optando por instalação de postes de iluminação pública mais discretos e enquadrados na envolvente da aldeia sendo que, todos os fios de ligação entre postes de energia elétrica e de telefone foram instalados no subsolo.

Nos Planos de Aldeia constavam, também, propostas de intervenção para cada um dos lugares. Assim, para a Aigra Nova, o Plano de Aldeia propunha a recuperação de um edifício em avançado estado de degradação, pertencente à Associação de Melhoramentos das Aigras, Comareira e Cerejeira, para instalação da sua sede e ao mesmo tempo que funcionasse como loja de venda de produtos regionais. Para além de uma cozinha e de uma sala de convívio com bar de apoio, deveria ser criada uma sala polivalente que permitisse a montagem de exposições temporárias sobre temas do mundo rural.

Propunha-se, em simultâneo, a recuperação de um forno a lenha adjacente à Casa de Convívio, capaz de permitir a confeção de pratos regionais, como por exemplo cabrito assado, chanfana e broa de milho.

Procurando dar resposta a um anseio antigo não só da população desta aldeia como das três restantes, foi proposta a construção de uma pequena ermida de evocação à Nossa Senhora da Boa Viagem, no sítio denominado Cabeço da Eira em terreno cedido por Adelaide Jesus Nunes (obra esta que nunca chegou a ser executada, ao contrário das mencionadas anteriormente).

De forma a enquadrar melhor, no seio da arquitetura tradicional desta região, uma construção já existente de instalações sanitárias públicas (para ambos os sexos), foi proposto o revestimento das suas paredes exteriores de alvenaria de tijolo, com alvenaria de xisto não tendo, porém, passado da fase de proposta.

Já no que concerne às infraestruturas, nomeadamente no que diz respeito à rede de distribuição elétrica, iluminação pública e telefónica, rede de saneamento, rede de abastecimento público de água, rede de drenagem de águas pluviais, bocas de incêndio, as intervenções propostas foram todas realizadas, sendo a sua implementação visível em toda a aldeia.

A proposta efetuada pelo Gabinete Técnico Local, que teve a seu cargo a preparação e implantação do Programa das Aldeias do Xisto, previa intervencionar um

total de 45 imóveis, classificados por três tipologias de intervenção: 3 de grau 1[28], 29 de grau 2[29], e 13 de grau 3[30] (Figura 79 e Figura 80).



Figura 79 – Vista sobre alguns dos edifícios intervencionados e arruamentos, na Aigra Nova.



Figura 80 – Vista sobre alguns dos edifícios intervencionados e arruamentos, na Aigra Nova.

A equipa técnica do Município de Góis apresentou, com maior profundidade e pormenor, a intervenção em quatro espaços de domínio público e que seriam de elevada

[28] Grau de Recuperação 1– Imóveis que pelo seu avançado estado de degradação, requerem uma intervenção mais profunda, que implica picar rebocos, rebocar e pintar, reconstrução de alvenarias de pedra aparente, construção de caixilharias e substituição integral de coberturas.

[29] Grau de Recuperação 2 – Imóveis cuja intervenção consiste em rebocar e/ou caiar paredes, recuperação de alvenarias de pedra aparente, recuperação de caixilharias e de coberturas, com aproveitamento do material existente.

[30] Grau de Recuperação 3 –Imóveis que necessitam de pouca intervenção, como pintar paredes e caixilharias, e recuperações de beirados de xisto, da cobertura.

importância na requalificação da aldeia, na valorização dos seus espaços públicos e na capacidade de proporcionar aos habitantes da Aigra Nova, e aos possíveis frequentadores da aldeia (turista, visitantes, entre outros), uma melhor qualidade de vida e de acesso a espaços de lazer e de reunião coletiva.

Relativamente à Casa de Convívio[31] (Figura 81), a proposta visava a recuperação integral das paredes exteriores. No edifício de habitação foram demolidas todas as paredes interiores, quer as de alvenaria de pedra quer as de tabique. Propunha-se a instalação neste imóvel de uma Casa de Convívio, com bar, vocacionada para a ocupação de tempos livres dos residentes locais (Figura 82). Em paralelo com esta atividade foi proposta a elaboração de pequenas mostras de artesanato e produtos locais de forma a permitir o convívio com os visitantes deste.

O piso térreo é composto por uma cozinha, que serve de apoio para a confeção de refeições, de uma sala com lareira (recuperador de calor) e de umas instalações sanitárias para ambos os sexos.

O acesso ao piso superior efetua-se através de uma escada interior revestida a madeira de câmbala. Este piso foi revestido com soalho de madeira de câmbala. Sobre o espaço da cozinha foi criado um terraço com acesso pelo salão superior (destinado à implementação do bar/sala de convívio). Com uma área bruta de intervenção de 119,82 m^2, a recuperação deste edifício teve um custo estimado de 91.251 euros.



Fonte: José Luís Nunes. Fonte: Jorge Lucas.

Figura 81 – Antes e depois da recuperação de alguns imóveis da Aigra Nova, com especial destaque para a Casa de Convívio.

[31] Casa de Convívio corresponde a um imóvel classificado como Imóvel de Interesse Municipal que, com o Programa das Aldeias do Xisto, passou de ruína a elemento central da Aigra Nova. É sede da "Comissão de Melhoramentos das Aigras, Comareira e Cerejeira" e alberga a Lojas das Aldeias do Xisto que se liga ao núcleo sede do Ecomuseu. Tem espaços para convívio mas também para pequenos eventos ou exposições temporárias.



Figura 82 – Pormenor da Casa Convívio, edifício onde se está instalada a Loja das Aldeias do Xisto, e do Núcleo de Interpretação Ambiental, na Aigra Nova.

A segunda proposta visava uma intervenção a realizar no Cabeço da Eira (que, até ao momento, não foi concretizada). A proposta de intervenção para este largo deveria incluir a instalação de um equipamento, uma ermida, que tivesse a capacidade de funcionar como um ponto focal. Com uma área de intervenção bruta de 240 m^2, a concretização desta proposta teria um custo previsto de 2.500 euros.

A terceira proposta elaborada consagrava uma intervenção a realizar no Largo da Fonte (Figura 83), espaço identificado como estratégico por simbolizar o principal ponto de chegada e de entrada na Aigra Nova. Dada a sua localização estratégica, estaria proposto adaptá-lo à função de estacionamento com espaço amplo de manobra. A garagem existente passaria a ter uma implantação mais recuada, e o edifício seria alvo de um tratamento exterior em pedra de xisto aparente, porta em madeira, tratada e encerada à cor natural, e cobertura em telha canudo, tal como é caraterístico da região. Para tirar partido da sua localização, à direita de quem entra, projetou-se um pequeno largo com um banco e uma papeleira, mantendo-se as espécies arbustivas existentes, bem como a construção de um espaço destinado para atuações, de ranchos folclóricos, por exemplo, em festividades (palco) (Figura 84). A área bruta de intervenção da proposta realizada era de 630 m^2, e a concretização desta proposta teria um custo estimado de 7.800 euros.



Figura 83 – Vista sobre o Largo da Fonte (Aigra Nova), um dos espaços intervencionados pelo Programa das Aldeias do Xisto.



Figura 84 – Pormenor do palco, uma das intervenções no Largo da Fonte, na Aigra Nova.

A última proposta apresentada propunha a realização de uma intervenção no Largo da Quintã (Figura 85) salientando o seu papel de centralidade no tecido urbano da Aigra Nova, e garantindo-lhe uma identidade própria. Para assumir a função de espaço de estadia, falta-lhe algo que atraia, receba e acomode convenientemente e confortavelmente os residentes e potenciais utentes. Pretendia-se conceder a este largo uma variedade de espaços de estar, de passagem e de permanência, mediante a instalação de um banco, com a integração de um novo chafariz em substituição de dois

existentes, de um bebedouro, concedendo um enquadramento geral com todos os elementos introduzidos, bancos, floreiras e papeleiras. A área bruta de intervenção da proposta rondava quase 400 m^2, e a concretização desta proposta teria um custo previsto de 5.500 euros.



Figura 85 – Pormenor do palco, uma das intervenções no Largo da Quintã, na Aigra Nova.

Em síntese, para a Aldeia do Xisto de Aigra Nova, o Gabinete Técnico Local definiu as seguintes intervenções: imóveis particulares (arranjo de fachadas; arranjo de coberturas, instalação de cercas); imóveis públicos (instalação de casa de convívio/venda de produtos locais/bar; melhoria de wc público; construção de ermida); espaços públicos (requalificação do Largo da Quintã; requalificação do Cabeço da Eira, requalificação do Largo da Fonte; remoção de betuminoso/assentamento de calçadas; colocação de placas toponímicas (ruas e largos); colocação de placas toponímicas (nome da aldeia); infraestruturas (melhoria da iluminação pública e reformulação da rede de distribuição elétrica; reformulação da rede telefónica, melhoria da rede de abastecimento de água; instalação de drenagem e tratamentos de águas residuais; instalação da rede de drenagem de águas pluviais; instalação de três bocas de incêndio com *kit* de mangueira extensível).

O Programa de Aldeia definido para a Aigra Nova apresentava custos totais previstos cifrados em 527.841,87 euros. Do total previsto, 139.705.28 euros estavam destinados para as invenções a realizar nos 37 imóveis particulares que se previa

intervencionar, correspondendo 95.561,98 euros para a reparação de fachadas e 44.143,30 euros para a recuperação de coberturas. No referido plano previa-se, ainda, um custo total de 94.640 euros para intervenções a realizar em espaços públicos.

Aldeia do Xisto desde 2002, a Aigra Nova integra o grupo das Aldeias do Xisto da "1ª. geração", aquelas que constituem a Rede desde o início da sua criação, aquando da implementação do Programa das Aldeias do Xisto. Desde a implementação do referido Programa a aldeia sofreu uma alteração significativa, fruto das intervenções realizadas e da requalificação preconizada.

A análise do investimento executado pelo Programa das Aldeias do Xisto (de acordo com os documentos oficiais que já foram mencionados e analisados em pontos anteriores) permite aferir que as intervenções preconizadas na Aigra Nova revelam um investimento médio de 64.156,9 mil euros por habitante, sendo que, esta aldeia teve uma intervenção profunda com a implementação do Programa das Aldeias do Xisto, num investimento global que rondou os 513.255,33 mil euros, correspondentes a 37,15% do total investido no concelho de Góis e 3,84% do investimento total executado nas vinte e quatro Aldeias do Xisto.

Relativamente à distribuição do investimento executado, segundo as tipologias/categorias de intervenção, na Aigra Nova destacam-se as intervenções realizadas em imóveis particulares com mais de 144 mil euros (28,23% do total) (Figura 86). Por sua vez, as infraestruturas (25,40%, correspondentes a mais de 130 mil euros) e os espaços públicos (27,30%, equivalente a 140 mil euros), considerados de modo isolado, ou de forma conjugada (1,26%, totalizando mais de 6 mil euros), foram responsáveis por mais de 53,97% do investimento (ou seja, 277.002,13 mil euros). Por fim, com o menor valor do total de investimento executado na Aigra Nova, surgem as intervenções realizadas em imóveis públicos, com 17,80% do investimento total, ou seja, o correspondente a 91.364,57 mil euros).

Particularizando as intervenções efetuadas (e que já foram mencionadas por figurarem no Plano de Aldeia elaborado), na aldeia de Aigra Nova, foi criada a "Casa Convívio" a partir da reconversão de um edifício antigo e de um pequeno palheiro. Foram remodeladas as redes telefónicas e elétrica, sendo os cabos instalados no subsolo para diminuir o "impacto" visual; foi construída uma rede de esgotos e uma fossa séptica para resolver as questões relacionadas com os efluentes gerados na aldeia. A "Casa Convívio" funciona como "ponto de encontro" dos habitantes, estando

vocacionada para a ocupação dos tempos livres dos mesmos, sendo que, paralelamente, promove mostras de artesanato e produtos locais.

Nesta aldeia, podemos encontrar e visitar uma Loja das Aldeias do Xisto onde a venda de produtos artesanais dos lugares constituintes da Rede das Aldeias do Xisto é uma das suas funções. Podemos ainda conhecer o Núcleo Sede do Ecomuseu "Tradições do Xisto" bem como todos os Núcleos que o integram.



Figura 86 – Vista sobre algumas dos imóveis intervencionados, na Aigra Nova.

6.2.2. Aigra Velha

A Aigra Velha está implantada numa cumeada da serra, a 770 metros de altitude (a Aldeia do Xisto que se encontra a maior altitude), sendo circundada por alguns terrenos agrícolas e uma vasta área de pastoreio. Esta aldeia avista a Serra da Estrela e vê, a este, elevarem-se os imponentes Penedos de Góis (Figura 87).



Figura 87 – Vista parcial sobre a Aldeia do Xisto da Aigra Velha, com os Penedos de Góis à esquerda e a Serra da Lousã à direita.

O conjunto, sendo pequeno, tem uma malha urbana complexa, em virtude das relações familiares e comunitárias que se estabeleceram entre os proprietários das diferentes construções (Figura 88 e Figura 89). O edificado possui, apenas, o nível térreo e organizou-se num arranjo defensivo contra as condições muito específicas do micro clima local, os intrusos e os animais selvagens (lobos), permitindo comunicação e circulação entre os diferentes espaços, mas mantendo a privacidade de cada família. O material de construção predominante é o xisto, acompanhado por alguns, escassos, elementos de quartzito. As padierias das portas são, em geral, de madeira de carvalho ou castanho. (A. CARVALHO; 2013).



Fonte:https://www.facebook.com/photo.php?fbid=627995610563561&set=a.287979854565140.84659.287977957898663&type=1&relevant_count=1

Figura 88 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto da Aigra Velha, no final do século XX.



Figura 89 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto da Aigra Velha após a intervenção do Programa das Aldeias do Xisto, com o Trevim no horizonte (1205 metros de altitude).

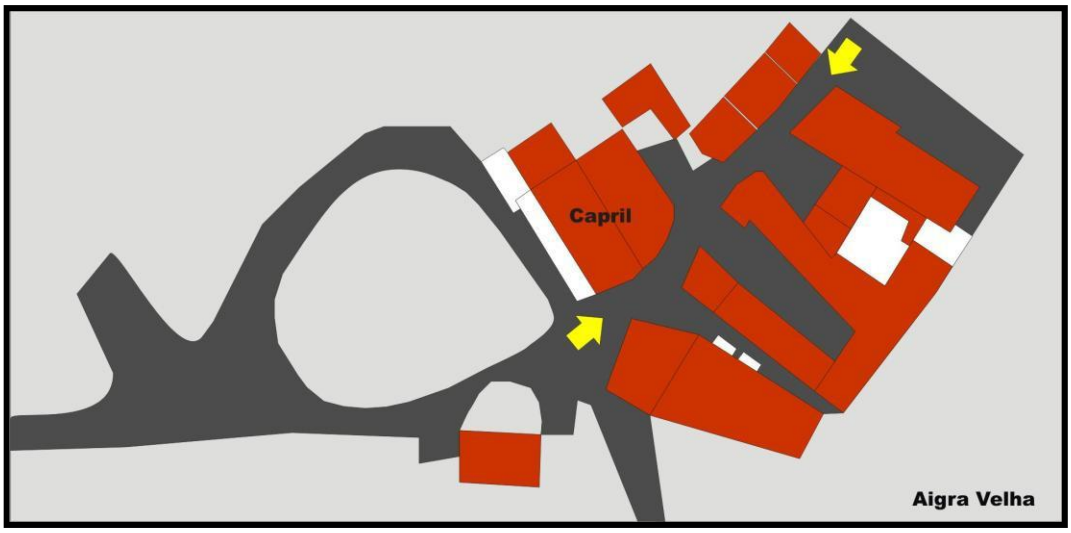
Ainda no que concerne à estrutura urbana da aldeia, a Aigra Velha apresenta um modelo de povoamento fechado ao exterior. Na maioria das aldeias verifica-se que as fachadas principais das habitações se encontram defronte entre si, sistema que carateriza e obriga à sociabilidade entre vizinhos, tornando menos recetivo o sentimento de retenção face ao mundo exterior.

Esta aldeia suscita maior interesse ao nível da organização e disposição do aglomerado, sobretudo em termos etnográficos, quer pelo critério estabelecido na sua edificação, quer por deter certos particularismos culturais, ausentes nas restantes aldeias e, ainda, por manter uma imagem etnográfica global menos adulterada do que qualquer outra aldeia mencionada (SANTOS, 2002).

Pode-se dizer que a Aigra Velha foi construída de uma forma fechada ao exterior, estando assim a população atenta à defesa face aos animais perigosos, como os lobos temidos pela comunidade de pastores, animal esse que, em caso de escassez de presas, atacava nomeadamente os cães, guardadores de rebanhos. Esta disposição teria servido ainda de proteção face a intrusos, ladrões e em jeito de carga simbólica, como sinal de pouca recetividade a estranhos. A ideia de uma aldeia autossuficiente e independente de intervenção alheia transparecia para o exterior através deste tipo de arquitetura.

Para além dos equipamentos anteriormente referidos, esta aldeia é única não só devido à sua implantação concêntrica, com um estreito arruamento rochoso, a meio, que separa a área das habitações a sul da área dos currais a norte, como pelo facto de todas as habitações existentes terem uma porta interior que permite a comunicação entre vizinhos.

Esta forma de implantação, com as aberturas praticamente voltadas para a rua, para além de protegerem o casario das fortíssimas nortadas, permitiria a segurança da aldeia contra intrusos como animais ou mesmo salteadores, uma vez que permitia o encerramento do arruamento nos seus topos (Figura 90). Outro pormenor interessante é o facto de algumas casas apresentarem paredes meãs falsas, que permitem em ocasiões necessárias o esconder dos produtos agrícolas.



Fonte: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 90 – Esquema simplificado da malha urbana da Aigra Velha, com estrutura defensiva.

Em relação à etimologia da toponímia desta aldeia, como já referimos no caso anterior Aigra é um topónimo frequente em Portugal, com origem no latim *ager* que evoluiu para *agra* (como surge na cartografia oficial de 1886 – Agra Velha) que significa "campo" ou "quinta".

No "Cadastro da População do Reino (1527)" consta no termo da *Villa de Goys* a existência da então denominada *hegra cemejra*, onde vivia um morador. O nome de Aigra Velha terá surgido após uma designação como *aigra cimeira* respeitante a quinta ou a um novo campo de cultivo que foi instalado em altitude superior, quando comparado com a existência de outra *aigra* (Aigra Nova).

Sem população residente permanente, desde fevereiro de 2013, a aldeia acolhe de forma periódica e relativamente constante (com uma frequência de 3 ou 4 dias por semana) um habitante, do sexo feminino.

No que concerne ao edificado, esta aldeia, tem um universo de 33 imóveis, num património construído com caraterísticas tipicamente rurais, baseados em materiais e

métodos de construção tradicionais. Em termos de pisos que compõem os edifícios, com exceção dos espaços destinados a garagem, anexos, arrecadações, telheiros, fornos e eira, bem como dos edifícios em ruínas, todo o edificado apresenta, na sua grande maioria, um piso destinado à função de habitação.

Na Aigra Velha predomina a utilização/função (Anexo X) destinada a habitação e a estruturas dedicadas ao acolhimento de gado e da sua alimentação (currais e palheiros), cada uma das tipologias com 12 imóveis, somando um total de 72,7% dos usos dos imóveis da aldeia. Os espaços ocupados por telheiros/alpendres representam cerca de 9% do total construído (com 3 imóveis). Por outro lado, os dois alojamentos coletivos e a tipologia forno/eira correspondem, cada uma delas, a cerca de 6% dos usos dados aos imóveis (com dois edificados cada). Por fim, o Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro (integrante do Ecomuseu "Tradições do Xisto") (Figura 91) ocupa uma estrutura na aldeia, correspondendo a 3% da utilização/função dos imóveis, tal como se sucede com as infraestruturas, neste caso pela existência de um depósito de água representando, também, 3% do património construído da Aigra Velha.



Figura 91 – Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro, ainda em obras, em novembro de 2007, na Aigra Velha.

Neste aglomerado rural caraterizado, com uma estrutura de povoamento muito débil e praticamente não existente (fruto da inexistência de habitantes permanentes), a classificação das habitações quanto ao tipo de ocupação (Anexo XI) revela que predominam os edifícios devolutos (57,14%, correspondentes a um total de 8 edifícios), patenteando o forte despovoamento que marca a Aigra Velha; destacando-se, também, as ocupações periódicas (42,86%, com 6 habitações), resultado do número significativo de pessoas que, habitualmente, costumam passar os fins-de-semana e períodos de férias (alguns com as suas raízes genealógicas fixadas na aldeias mas, a grande maioria, sem vínculo à aldeia).

O estado de conservação do edificado (Anexo XII) é na generalidade bom havendo, também, um número bastante considerável de edifícios em ruína (Figura 91 e Figura 92). Assim sendo, 54,55% do edificado está em bom estado de conservação, 33,33% encontra-se em ruínas e, por fim, 12,12% do edificado da Aigra Velha encontra-se em razoável estado de conservação.



Figura 92 – Vista sobre uma das habitações em ruínas na Aigra Velha.



Figura 93 – Vista sobre algumas das habitações em ruínas na Aigra Velha.

Dentro do grupo dos edifícios em mau estado são, na grande maioria, currais e antigas construções outrora destinadas a habitação. Os imóveis em bom estado de conservação correspondem aos que, até há pouco tempo eram habitados, aos alojamentos coletivos e às habitações periódicas, em que os proprietários foram recuperando e mantendo a integridade dos imóveis. Analisando os dados quanto ao estado de conservação dos imóveis na Aigra Velha antes da intervenção do Programa das Aldeias do Xisto (mediante a informação que consta nos Planos de Aldeia) podemos verificar que as alterações foram muito significativas. Antes da intervenção do Programa não havia nenhum imóvel em bom estado de conservação. Apenas 3% dos edifícios (duas habitações) se encontravam em razoável estado de conservação (correspondentes às que eram habitadas à data de 2002). Por outro lado, 21% dos edifícios estavam em ruína e, por fim, 26% do edificado tinha o seu estado de conservação classificado como mau.

A leitura das intervenções realizadas com o Programa das Aldeias do Xisto permite constatar que o número de edificações intervencionadas pelo Programa é muito menor do que em comparação com as que não foram intervencionadas (Anexo XIII). Assim, apenas 9 edificações (27,27% do edificado da Aigra Velha) foram alvo de intervenção pelo Programa. Por outro lado (Figura 94), 72,73% dos imóveis (o correspondente a 24 construções) não foram alvo de qualquer tipo de intervenção.



Figura 94 – Vista sobre algumas das edificações intervencionadas na Aigra Velha.

Numa outra vertente, tentámos perceber a origem dos proprietários dos imóveis da aldeia em análise (Anexo XIV). Assim, constatamos que a grande maioria, 84,38% dos imóveis da Aigra Velha são propriedade de autóctones, ou seja, de pessoas que têm as suas raízes na aldeia. Por outro lado, os alóctones (pessoas sem qualquer vínculo familiar ou genealógico a este lugar) representam a restante percentagem, com uma representatividade de cerca de 15,6% do total dos proprietários (1 pessoa), oriunda do concelho da Lousã.

Por fim, analisando se a propriedade dos imóveis sofreu alterações desde de 2002 (data do iníco das intervenções nas Aldeias do Xisto do concelho de Góis), constatamos que o edificado da Aigra Velha não teve qualquer mudança de propriedade (Anexo XV).

Antes da intervenção do Programa das Aldeias do Xisto, os arruamentos da aldeia da Aigra Velha encontravam-se, na sua maioria, em mau estado, quer no interior do povoado quer nos acessos à aldeia. As estradas de acesso à Aigra Velha encontravam-se em terra batida e, junto ao aglomerado, o pavimento era em rocha, irregular. Com a intervenção realizada no decurso do Programa os arruamentos passaram a ser revestidos por calçada de granito, contrariando a opção que seria mais adequada e que foi aplicada em algumas Aldeias do Xisto de outros Municípios: xisto ao cutelo. Os acessos à aldeia foram melhorados, nomeadamente a ligação até à Pena com pavimentação da estrada, em alcatrão (até então era em terra batida).

A nível das infraestruturas, a equipa que trabalhou no terreno considerou que estas marcavam os espaços da aldeia de forma negativa. Assim consideravam que a

Aigra Velha, aldeia de cumeada, era marcada pela falta de sensibilidade que pautou a colocação de algumas infraestruturas, criando uma imagem pouco harmoniosa (de modo análogo do que já foi enunciado no caso da Aigra Nova). Por outro lado, identificaram, ainda, que a aldeia sofria de uma grave carência de algumas infraestruturas, daí a preocupação de dotarem a aldeia, para além de mais infraestruturas de apoio às necessidades das populações (de mais conforto e exigência), acompanhando-as de algum cuidado na sua implementação.

Nos Planos de Aldeia constavam, também, propostas de intervenção para cada um dos lugares. Assim, para a Aigra Velha, pretendia-se recuperar, salvaguardar e "perpetuar" a vida de uma comunidade agrícola, pretendendo-se recuperar os equipamentos existentes, nomeadamente o forno a lenha e o alambique comunitário, o tanque de reserva estratégica de água, as arrecadações de alfaias agrícolas e os currais existentes, entre outros, de forma a transformá-la num espaço museológico vivo – o designado "Ecomuseu Agrícola". A visita à idealizada "aldeia agrícola" teria um objetivo em termos pedagógicos (contacto dos visitantes com a realidade da atividade agrícola e pastoril), mas, também, uma outra preocupação orientada para a componente comercial, com a disponibilização de produtos locais.

Desta ideia, apenas vingou a recuperação do forno e alambique que, atualmente, constituem o Núcleo do Forno e Alambique da família Claro, integrado no Ecomuseu "Tradições do Xisto", sediado na Aigra Nova.

Uma outra proposta consagrava a recuperação do Largo da Relva, antiga eira, situada à entrada da aldeia, representava uma estrutura circular, orgânica, com pavimento em terra batida. A proposta de intervenção deste largo, considerado como átrio de receção da aldeia, assentou na introdução de uma bancada em toros de madeira, dando corpo a um pequeno auditório ao ar livre, servindo de palco para festividades tradicionais que ali se poderiam vir a realizar (lembrando a descamisada do milho, por exemplo). Com uma área bruta de intervenção de 30 m^2, a recuperação deste largo tinha um custo estimado de 2.300 euros.

Já no que concerne às infraestruturas, nomeadamente no que diz respeito à rede de distribuição elétrica, iluminação pública e telefónica, rede de abastecimento público de água, instalação de rede de drenagem e tratamento de águas residuais, instalação de rede de águas residuais de águas pluviais, bocas de incêndio, e restante mobiliário urbano (que à semelhança do que sucedeu nas restantes Aldeias incluiu fontenários,

floreiras e papeleira, resguardos para contentores do lixo, e bancos) as intervenções propostas foram todas realizadas, sendo a sua implementação visível em toda a aldeia.

A proposta efetuada pelo Gabinete Técnico Local, que teve a seu cargo a preparação e implantação do Programa das Aldeias do Xisto, previa intervencionar um total de 19 imóveis: todos de grau 1 e 2.

Em resumo, para a Aldeia do Xisto de Aigra Velha, o Gabinete Técnico Local definiu as seguintes intervenções: imóveis particulares (arranjo de fachadas; arranjo de coberturas); imóveis públicos (instalação do "Ecomuseu Rural"); espaços públicos (requalificação do Largo da Relva; regularização do pavimento rochoso de arruamentos; colocação de placas toponímicas (ruas e largos); colocação de placas toponímicas (nome da aldeia); infraestruturas (melhoria da iluminação pública e reformulação da rede de distribuição elétrica; reformulação da rede telefónica, melhoria da rede de abastecimento de água; instalação de drenagem e tratamentos de águas residuais; instalação da rede de drenagem de águas pluviais; instalação de três bocas de incêndio com *kit* de mangueira extensível).

O Programa de Aldeia definido para a Aigra Velha apresentava custos totais previstos cifrados em 251.554,86 euros. Do total previsto, 125.374.87 euros estavam destinados para as invenções a realizar nos 19 imóveis particulares que se previa intervencionar, correspondendo 84.810,54 euros para a reparação de fachadas e 68.419,94 euros para a recuperação de coberturas. No referido plano previa-se, ainda, um custo total de 16.180 euros para intervenções a realizar em espaços públicos.

As intervenções preconizadas na Aigra Velha revelam um investimento médio de 34.212,8 mil euros por habitante, sendo que, esta aldeia teve uma intervenção profunda com a implementação do Programa das Aldeias do Xisto, num investimento global que rondou os 171.063,81 mil euros, correspondentes a 12,38% do total investido no concelho de Góis e 1,28% do investimento total executado nas vinte e quatro Aldeias do Xisto.

Relativamente à distribuição do investimento executado, segundo as tipologias/categorias de intervenção, na Aigra Velha destacam-se as intervenções realizadas nos espaços públicos e infraestruturas (65,12%, equivalente a 111.390,73 mil euros) (Figura 95), e em imóveis particulares com mais de 59.670 mil euros (34,88% do total).



Figura 95 – Vista sobre um dos espaços públicos intervencionados na Aigra Velha, Largo da Eira da Carvalha.

Nesta aldeia, podemos encontrar e visitar o Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro, Núcleo do Ecomuseu "Tradições do Xisto" e, ainda, duas unidades de turismo em espaço rural, um castanheiro (*Castanea sativa*) que, pela sua idade secular merece aqui destaque (Figura 96).



Figura 96 – Castanheiro (*Castanea sativa*) secular, no souto da Aigra Velha.

Embora as intervenções realizadas nas edificações situadas no plano altimétrico inferior da aldeia não tenham sido efetuadas com recursos às alocações previstas e disponíveis através do Programa das Aldeias do Xisto torna-se fundamental relevar e salientar todo um investimento privado que tem sido levado a cabo neste setor da aldeia (fora da malha urbana primitiva da Aigra Velha). Além de toda a parte referente à recuperação dos imóveis afetos a esta área foi feita a reconversão de dois deles para a criação de uma unidade de turismo em espaço rural (dividida em duas casas distintas), de um telheiro com um forno a lenha, um edifício destinado à habitação e um outro telheiro que serve de espaço para estacionar viaturas (Figura 97 e Figura 98). Sob ponto de vista da recuperação do património construído trata-se de um exemplo que merece destaque, não só pela qualidade das intervenções mas, também, por se tratar de um investimento privado o que, para lugares como estes, é sempre uma mais-valia enorme que poderá, no futuro, servir de exemplo e estímulo para outros agentes privados que, assim, invistam nas Aldeias do Xisto, dando continuidade ao Projeto já iniciado há mais de uma década.



Fonte: http://www.rgbstock.com/bigphoto/2dk8hQj/aigra+velha.

.

Figura 97 – Edificado da Banda D' Além, na Aigra Velha, antes da recuperação (finais do século XX).



Figura 98 – Edificado da Banda D' Além, na Aigra Velha, em 2013.

6.2.3. Comareira

Na vertente norte da Serra da Lousã, numa encosta profundamente sulcada por pequenas linhas de água, Comareira foi implantada numa posição soalheira, onde os declives menos acentuados e a água de rega para aqui desviada, permitem umas leiras de agricultura.

É um pequeno conjunto de construções, para habitantes e gado doméstico (Figura 99). Xisto e quartzito são os materiais de construção predominantes, embora algumas fachadas dos edifícios estejam revestidas com um caraterístico reboco crespo de cor tradicional. A aldeia, situada a 515 metros de altitude, é constituída por uma malha urbana simples, correspondendo a um acesso que no início da aldeia se divide em duas pequenas ruas que a atravessam e se encontram no interior da aldeia. As padieiras das portas são, em geral, de madeira de carvalho ou castanho. As construções possuem, na grande maioria dos casos, dois pisos.

Na Comareira, o universo de 19 imóveis, organizados segundo uma malha orgânica, própria de aglomerados rurais que crescem e se organizam de uma forma espontânea. Um casario adoçado ao terreno baseado em métodos de construção tradicionais do tipo da arquitetura popular, dispostos devido à morfologia do terreno

onde estão implantados, em degraus ou patamares diferenciados, vencidos por rampas e degraus que os interligam.



Figura 99 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto da Comareira.

No plano etimológico, Comareira, "muito provavelmente terá raiz em *cômoro*, *combro* ou *combâro* – com o significado de pequeno socalco de terra, idênticos aos que envolvem a aldeia – de onde terá derivado para *combareira*, termo que ainda ecoa na memória dos habitantes, o qual terá, finalmente, evoluído para Comareira" (A. CARVALHO; 2013:148).

No "Cadastro da População do Reino (1527)" não consta, no termo da *Villa de Goys*, qualquer referência à aldeia da Comareira pelo que, poderemos pensar que, eventualmente, em 1527 ela poderia ainda não existir.

Com uma população residente permanente de 2 pessoas (2 indivíduos do sexo feminino), em 2013, a com uma estrutura etária fortemente envelhecida (o habitante mais novo tem mais de 60 anos de idade), esta é uma das aldeias fortemente marcada pelo despovoamento.

No que concerne ao edificado, esta aldeia, tem um universo de 19 imóveis, num património construído com caraterísticas tipicamente rurais, baseados em materiais e métodos de construção tradicionais. Em termos de pisos que compõem os edifícios, com excepção dos espaços destinados a telheiro e forno, bem como dos edifícios em ruínas, todo o edificado apresenta dois pisos, sendo que, na maior parte dos casos, o primeiro

piso se destina a função de habitação e, o segundo piso, a espaço de arrecadação, lojas ou para albergar animais domésticos.

Na Comareira predomina a utilização/função (Anexo XVI) destinada a habitação com 47,37% dos usos (com um total de 9 imóveis); e às estruturas dedicadas ao acolhimento de gado e da sua alimentação (currais e palheiros) com 7 edifícios (36,84% do total). Por outro lado, a utilização/função do edificado apresenta, ainda, mais três tipologias: telheiro, alojamento coletivo e forno, correspondendo cada uma das tipologias a uma edificação (o equivalente a um peso de 5,26% de cada uma destas tipologias no total do edificado da Comareira).

Neste aglomerado rural caraterizado, a classificação das habitações quanto à tipologia de ocupação (XVII) revelam, que predominam as ocupações periódicas (com 55,56%, correspondentes a 5 edifícios do total do edificado destinado a habitação), com uma importância muito clara do uso sazonal por parte de antigos habitantes deste povoado, de idade avançada e com necessidades de acompanhamento em lares ou em casa de familiares e que, frequentemente, costumam passar os fins de semana ou períodos de férias na sua terra natal. Por outro lado, os edifícios devolutos correspondem a um total 3 habitações (33,33% do edificado) e, por fim, são apenas 2 os edifícios com ocupação permanente (correspondente a 22,22% das habitações da aldeia e, na sua grande maioria, com residência fixa na área da Grande Lisboa); e, por fim, os espaços de habitação permanente, que representam, apenas, 14,29% do total do edificado destinado a habitação, com um total de três casas, pertencendo duas delas à mesma família.

O estado de conservação do edificado (Anexo XVIII) é, na generalidade bom havendo um número pouco significativo de edifícios em ruína. Assim, 78,95% do edificado está em bom estado de conservação (Figura 100), 15,79% encontra-se em conservado de modo razoável e, por fim, 5,26% do edificado da Comareira encontra-se em ruína.



Figura 100 – Vista sobre duas das edificações em bom estado de conservação na Comareira.

Dentro do grupo dos edifícios em razoável estado de conservação são, na grande maioria, currais e palheiros, ou utilizados como tal, em que os proprietários não vêm necessidade de os recuperar, dado o seu uso. Os imóveis em bom estado e razoável são os habitados, em que o proprietário faz a sua manutenção com a intervenção levada a cabo pelo Programa das Aldeias do Xisto. Analisando os dados quanto ao estado de conservação dos imóveis antes da intervenção do Programa das Aldeias do Xisto (mediante a informação que consta nos Planos de Aldeia podemos verificar que as alterações foram muito significativas. Antes da intervenção do referido Programa não havia nenhum edifício em bom estado de conservação. Por outro lado, 38,8% dos edifícios (7) tinham o seu estado de conservação classificado como razoável e outros tantos em mau estado de conservação. Por fim, 22,2% dos imóveis (4 no total) estavam em ruína.

Passando a analisar o peso das intervenções realizadas com o Programa das Aldeias do Xisto, podemos constatar que o número de edificações que foram intervencionadas pelo Programa predomina no total de imóveis da Comareira (Anexo XIX). Assim, 63,16% do edificado da Comareira (12 imóveis) foram alvo de intervenção pelo referido Programa. Ao invés, 36,84% dos imóveis (o correspondente a 7 edificações) não foram alvo de qualquer tipo de intervenção (Figura 101).



Figura 101 – Vista sobre edificações intervencionadas pelo Programa das Aldeias do Xisto, na Comareira.

Numa outra vertente, tentámos perceber a origem dos proprietários dos imóveis da aldeia em análise (Anexo XX). Assim, constatamos que a esmagadora maioria, 94,74% dos imóveis da Comareira são propriedade de autóctones, ou seja, de pessoas que têm as suas raízes na aldeia. Por outro lado, não se registam propriedades que pertençam a alóctones. Por fim, o Município de Góis é proprietário de um imóvel nesta aldeia (que representa 5,26% do edificado da Comareira), correspondendo ao imóvel convertido em unidade de turismo em espaço rural.

Por fim, analisando se a propriedade dos imóveis sofreu alterações desde de 2002 (data do iníco das intervenções nas Aldeias do Xisto do concelho de Góis), constatamos que o edificado da Comareira não teve qualquer mudança de propriedade (Anexo XXI).

Antes da intervenção do Programa das Aldeias do Xisto, os arruamentos da aldeia encontravam-se, na sua maioria, asfaltados, sendo a acesso à área agrícola em terra batida. A maior parte dos arruamentos estavam em bom estado de conservação e os acessos às áreas agrícolas, em mau estado de conservação. Com a intervenção realizada no decurso do Programa referido, os arruamentos passaram a ser revestidos por calçada de granito, contrariando a opção que seria mais adequada e que foi aplicada em algumas Aldeias do Xisto de outros municípios: xisto ao cutelo (proposta que também constava no Plano de Aldeia).

Apesar da dimensão reduzida da Comareira esta comtemplava uma série de infraestruturas que, segundo a análise feita em 2002 pelo Gabinete Técnico Local, marcavam os espaços da aldeia de forma negativa. Assim consideravam que na

Comareira os postes de TLP podiam ser comparados a um estendal de fios, e os contadores de água foram considerados elementos dissonantes no contexto da arquitetura popular da aldeia. Foram identificadas, ainda, carência de alguns elementos no que respeita à iluminação pública. No geral, todos estes elementos transpareciam pouco cuidado na sua inserção, prejudicando a imagem urbana do aglomerado.

Relativamente às propostas que constavam no Plano de Aldeia para a Comareira, o referido documento propunha, integrado numa estratégia global de desenvolvimento turístico, a recuperação de um imóvel, em elevado estado de degradação e a necessitar urgentemente de obras, propriedade da Câmara Municipal de Góis, de forma a ser criada uma casa-abrigo, capaz de permitir o alojamento, em boas condições, dos visitantes desta área de montanha (Figura 102).

Para além de dois quartos com casa de banho privativa, no piso inferior do edifício, dotou-se o piso superior com uma cozinha (recuperando a já existente), e no espaço reservado a arrecadação, instalou-se uma casa de banho completa, bem como a construção de uma casa para a caldeira a gasóleo. A sala comum é, simultaneamente, área de refeições e convívio. Adjacente a este espaço, construiu-se um quarto com três beliches. A gestão desta unidade de alojamento previa-se que fosse efetuada através do Posto de Turismo de Góis e, para a sua manutenção diária, contava-se com um residente local. Porém, é à Lousitânea que cabe ambas as funções, por protocolo estabelecido com o Município de Góis. Com uma área bruta de intervenção de 142,57 m^2, a recuperação deste edifício teve um custo estimado de 89.526 euros.



Figura 102 – Vista geral sobre a Casa de Campo da Comareira, unidade de turismo em espaço rural (em plano de fundo) e sinalética indicativa da mesma (em pormenor).

Uma outra proposta previa que, em terreno cedido por Alfredo Simões, seria construído um pequeno lavadouro público de madeira, com cobertura de telha serrana, de forma a abrigar dois tanques de lavagem de roupa, com um custo previsto de 2.500 euros (proposta esta que, até ao momento, não foi posta em prática).

Uma terceira proposta visava uma intervenção no Largo da Eira, situado à entrada da aldeia, virado a nordeste, numa enseada preexistente que permitia proceder à sua instalação, para dar resposta à inexistência de espaços públicos (visto que os espaços públicos existentes eram apenas os acessos aos imóveis).

Com esta proposta de intervenção previa-se, no fundo, colmatar uma necessidade de espaço de estadia e permanência a pensar nos residentes e nos visitantes, como um espaço de estar e de convívio, enquadrando um espaço que permite uma vista abrangente sobre a paisagem serrana.

Com pavimento em cubo de granito, foram instalados bancos, uma papeleira e um bebedouro, complementados com a plantação de três cerejeiras, a pedido dos residentes. De forma a dotar este local de paragem, foi construído um parque de estacionamento, na margem oposta, com capacidade para 3 viaturas (Figura 103). Com uma área bruta de intervenção de 130 m^2, a recuperação deste Largo teve um custo estimado de 8.748 euros.



Figura 103 – Vista geral uma das intervenções realizadas na Comareira, o Largo da Eira (Comareira).

A proposta efetuada pelo Gabinete Técnico Local, que teve a seu cargo a preparação e implantação do Programa das Aldeias do Xisto, previa intervencionar um total de 18 imóveis, sendo 13 edifícios alvo de recuperações de grau 2.

Para a Aldeia do Xisto da Comareira, o Gabinete Técnico Local definiu as seguintes intervenções: imóveis particulares (arranjo de fachadas; arranjo de coberturas, instalação de cercas); imóveis públicos (instalação de casa abrigo de montanha, construção de lavadouro); espaços públicos (requalificação do Largo da Eira; remoção de betuminoso/assentamento de calçadas; colocação de placas toponímicas (ruas e largos, nome da aldeia); infraestruturas (melhoria da iluminação pública e reformulação da rede de distribuição elétrica; reformulação da rede telefónica, melhoria da rede de abastecimento de água; instalação da rede de drenagem de águas pluviais; instalação de três bocas de incêndio com *kit* de mangueira extensível).

O Programa de Aldeia definido para a Comareira apresentava custos totais previstos cifrados em 338.762,37 euros. Do total previsto, 112.528.37 euros estavam destinados para as invenções a realizar nos 18 imóveis particulares que se previa intervencionar, correspondendo 73.055,33 euros para a reparação de fachadas e 39.473,04 euros para a recuperação de coberturas. No referido plano previa-se, ainda, um custo total de 56.408 euros para intervenções a realizar em espaços públicos.

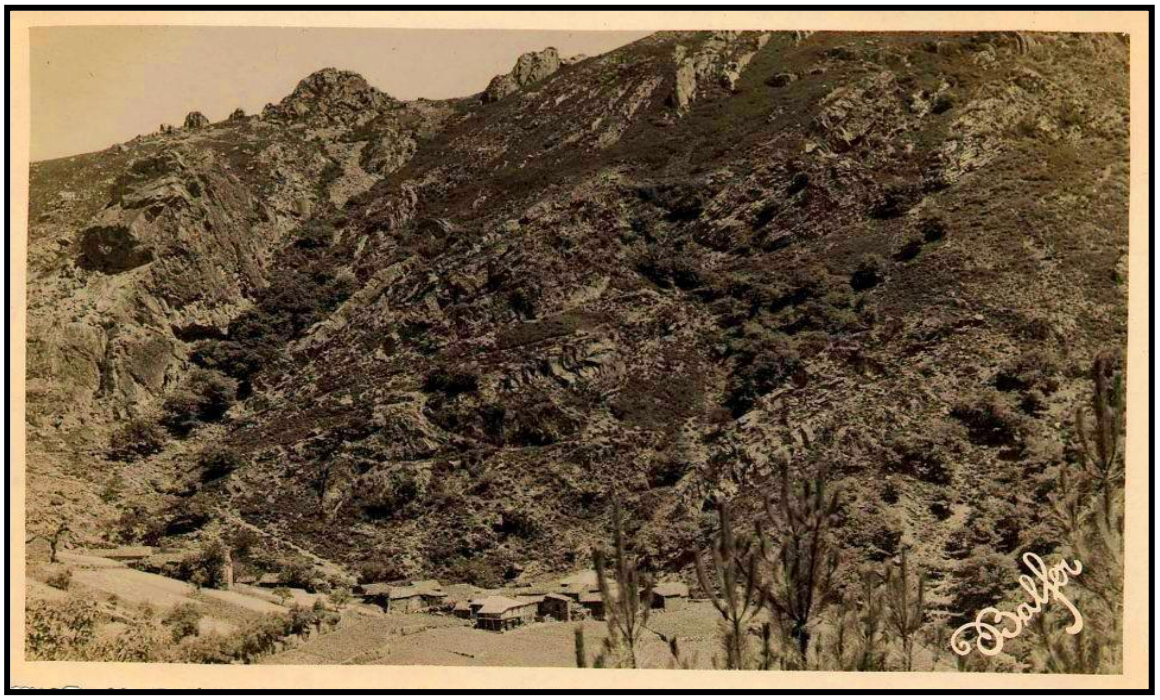
As intervenções preconizadas na Comareira revelam um investimento médio de 37.456,4 mil euros por habitante, sendo que, esta aldeia teve uma intervenção profunda com a implementação do Programa das Aldeias do Xisto, num investimento global que rondou os 224.738,52 mil euros, correspondentes a 16,27% do total investido no concelho de Góis e 1,68% do investimento total executado nas vinte e quatro Aldeias do Xisto.

Relativamente à distribuição do investimento executado, segundo as tipologias/categorias de intervenção, na Comareira destacam-se as intervenções realizadas em infraestruturas e espaços públicos com um investimento executado superior a 115 mil euros (51,3% do total investido nesta aldeia). Por sua vez, os imóveis públicos correspondem ao segundo maior volume de investimento, com uma alocação de 63.766,67 mil euros, correspondentes a 28,37% do investimento executado na Comareira. Por fim, as intervenções realizadas em imóveis particulares correspondem à restante fatia de investimento, perfazendo uma soma total superior a 45.675 mil euros, ou seja, 20,32% do montante global executado nesta Aldeia do Xisto.

6.2.4. Pena

Na margem esquerda da Ribeira da Pena, assente sobre um esporão quartzítico bem no meio dos impetuosos Penedos de Góis, Pena, a 590 metros de altitude, parece esmagada pela imponência do escarpado que se eleva na outra margem (Figuras 104 e 105). "As condições topográficas levaram a que a aldeia se desenvolvesse ao longo desse promontório, transparecendo que o casario se encontra em consenso com as leis do equilíbrio e em desafio à força da gravidade. Uma única rua e várias pequenas quelhas, tecem a malha urbana da Pena. Os materiais de construção predominantes são o xisto e o quartzito. Algumas fachadas estão rebocadas e pintadas com cores tradicionais" (A. CARVALHO; 2013:244).

Tal como nas outras aldeias as padieiras das portas são, em geral, de madeira de carvalho ou castanho. As construções possuem, na sua grande maioria, dois pisos. Sendo que, na esmagadora maioria dos casos, o primeiro piso se destina a habitação e, o piso inferior, a espaços de arrumos ou lojas.



Fonte: https://www.facebook.com/#!/photo.php?fbid=475419242487866&set=pb.287977957898663.-2207520000.1368885785.&type=3&theater.

Figura 104 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto da Pena, na primeira metade do século XX.



Figura 105 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto da Pena, em 2013.

Em relação à etimologia da toponímia desta aldeia, Pena é topónimo que tem origem do latim em *penna*, variante de *pinna*, que significa penha, isto é, penhasco ou rochedo, situação característica da envolvente à aldeia, que se situa junto à crista quartzítica dos Penedos de Góis (Figura 106). Entre os vários e vigorosos afloramentos rochosos destaca-se o denominado "Penedo da Abelha", sobranceiro à aldeia, na margem direita da Ribeira da Pena.

ARMANDO CARVALHO (2013), citando VITERBO (1798), aponta que, também, poderia significar local de construção de pequeno castelo ou pequena estrutura defensiva. Na ausência de vestígios não deverá ser o caso. Este povoado já existiria no Século XVI, uma vez que, no "Cadastro da População do Reino (1527)" consta no termo da *Villa de Goys* a existência da então denominada *penna*, onde viviam cinco moradores.

Apresenta uma população residente permanente de 14 pessoas (5 indivíduos do sexo masculino e 9 do sexo feminino), em 2013, e uma estrutura etária menos envelhecida do que nas restantes três Aldeias do Xisto do concelho de Góis, onde se regista inclusive a existência de crianças (facto único nas quatro Aldeias).



Figura 106 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto da Pena, com a Ribeira da Pena na margem direita.

No que concerne ao edificado, esta aldeia, tem um universo de 76 imóveis, num património construído com caraterísticas tipicamente rurais, baseados em materiais e métodos de construção tradicionais. Em termos de pisos que compõem os edifícios, com exceção dos espaços destinados a garagem, anexos, arrecadações, telheiros, fornos e alminhas, bem como dos edifícios em ruínas, a esmagadora maioria do edificado apresenta dois pisos, sendo que, na maior parte dos casos, o piso superior se destina a função de habitação e, o piso inferior, a espaço de arrecadação ou lojas.

Na Pena predomina a utilização/função (Anexo XXII) destinada a habitação com 60,53% dos usos (com um total de 46 imóveis); as estruturas como telheiros, anexos e garagens correspondem a 25% do edificado da aldeia, com um total de 19 com esta função. Por sua vez, as estruturas dedicadas ao acolhimento de gado e da sua alimentação (currais e palheiros) e o edificado com o uso de forno, alminhas e moinhos representam, cada um dos grupos de tipologias, 4 edifícios (5,26% do total). Por outro lado, existem dois edifícios utilizados com alojamento coletivo, representando 2,63% do edificado total da Pena e, por fim, existe, ainda, uma coleção museológica, ocupando esta tipologia um único edifício (1,32% do património construído da aldeia).

Neste aglomerado rural, a classificação das habitações quanto ao tipo de ocupação (Anexo XXIII) revela uma predominância dos edifícios devolutos (43,75%, correspondentes a um total de 21 edifícios). Por outro lado, o edificado com um estatuto de uso periódico representa um número significativo do total da Pena, com 33,33% do total, ou seja, com 16 habitações, demonstrando o carácter e o peso da sazonalidade na ocupação do edificado, fruto do número significativo de pessoas que, habitualmente, costumam passar os fins de semana, períodos de férias e épocas festivas na aldeia. Por fim, os espaços de habitação permanente, representam a menor percentagem do total, com 22,93% do total do edificado destinado a habitação, com um total de 11 casas.

O estado de conservação do edificado (Anexo XXIV) é, na grande maioria, bom havendo um número reduzido de edifícios em mau estado de conservação ou em ruína. Com efeito, 81,58% do edificado está em bom estado de conservação (Figura 107), 7,89% encontra-se num estado razoável de conservação. Por outro lado, 5,26% dos imóveis da Pena encontram-se em mau estado de conservação, sendo que, a mesma percentagem referida anteriormente é verificada nos edifícios em ruínas.

Analisando os dados quanto ao estado de conservação dos imóveis antes da intervenção do Programa das Aldeias do Xisto (mediante a informação que consta no Plano de Aldeia) podemos verificar que as alterações foram muito significativas. Antes da intervenção do Programa apenas 15,9% dos edifícios se encontravam em bom estado de conservação. Por outro lado, 18 edifícios (28,9%) apresentavam-se em mau estado de conservação. A maioria do edificado tinha o seu estado de conservação classificado como razoável (47,8%). Por fim, 7,2% dos edifícios encontravam-se em ruínas.



Figura 107 – Vista sobre parte do edificado da Pena, em excelente estado de conservação.

Passando a analisar o peso das intervenções realizadas com o Programa das Aldeias do Xisto, podemos constatar que o número de edificações que foram intervencionadas pelo Programa e o total de edificações que não foram intervencionadas não é muito díspar entre si, sendo que, em todo caso, no cômputo geral, o número de edifícios não intervencionado supera o número total de edifícios intervencionados (Anexo XXV). Assim, 59,21% do edificado da Pena (45 imóveis) não foram alvo de qualquer intervenção. Ao invés, 40,79% dos imóveis (o correspondente a 31 edificações) foram intervencionados por ação do Programa das Aldeias do Xisto (Figura 108).

Por outro lado, é importante perceber a origem dos proprietários dos imóveis que compõem o edificado da Aldeia do Xisto da Pena (Anexo XXVI). Assim, verificamos que a grande maioria, 78,75% dos imóveis da aldeia, são propriedade de autóctones, ou seja, de pessoas que têm as suas raízes na aldeia. Por outro lado, os alóctones (pessoas sem qualquer vínculo familiar ou genealógico a este lugar) representam uma percentagem bastante interessante: 21,5% do total dos proprietários (16 imóveis) sendo que, quanto à sua origem, são oriundos dos concelhos de Coimbra (6 imóveis), Torres Vedras (5 imóveis) e da área da Grande Lisboa (5 imóveis).



Figura 108 – Edificações intervencionadas pelo Programa das Aldeias do Xisto (à esquerda) e não intervencionadas (à direita), na Pena.

Por fim, analisando se a propriedade dos imóveis sofreu alterações desde 2002 (data em que as intervenções tiveram impacto nas Aldeias do Xisto do concelho de Góis), constatamos que a esmagadora maioria do edificado, cerca de 97,4%, não registou mudança de proprietário. Por outro lado, 6,6% dos imóveis (2 no total) tiveram uma mudança de propriedade, embora passassem a ser propriedade de autóctones (Anexo XXVII).

Antes da intervenção do Programa das Aldeias do Xisto, os arruamentos da aldeia da Pena encontravam-se, na sua maioria, revestidos a betuminoso, nalguns casos, e por parte da iniciativa dos habitantes da aldeia, alguns dos arruamentos são em betonilha afagada, sendo os acessos às áreas dos terrenos agrícolas em terra batida.

Quanto ao seu estado de conservação, a maior parte dos arruamentos encontravam-se em razoável estado de conservação (à exceção dos em betonilha afagada que, na sua grande maioria, se encontravam em avançado estado de degradação). Porém, os acessos às áreas agrícolas estavam, na generalidade, em mau estado de conservação.

Com a intervenção realizada no decurso do Programa, os arruamentos passaram a ser revestidos por calçada de granito, contrariando a opção que seria mais adequada e que foi aplicada em algumas Aldeias do Xisto de outros municípios: xisto ao cutelo (proposta que também constava no Plano de Aldeia).

A nível das infraestruturas, a equipa que trabalhou no terreno considerou que estas marcavam os espaços da aldeia pela negativa. Assim consideravam que, à semelhança do verificado nas restantes 3 aldeias, também na Pena o tipo de infraestruturas é bastante variado, pouco cuidado e, como sendo exemplo isso, a questão da iluminação pública e de todos os fios que, cruzavam a aldeia, entre postes de eletricidade.

No que concerne às propostas de intervenção para a Pena, o Plano de Aldeia propunha a recuperação da linha de água que corre na parte inferior da aldeia (ribeira da Pena), propondo a reconstrução de uma represa que servisse não só para voltar a colocar em funcionamento um moinho de rodízio existente, como, também, para criar um espelho de água, de forma a criar uma pequena praia fluvial, proposta essa que, até à data, não foi concretizada. À semelhança do proposto para a Comareira, também se previa, para a Pena a construção de um pequeno lavadouro público (até ao momento não construído), bem como a recuperação de uma alminha em avançado estado de degradação. Numa outra proposta, com o propósito de encontrar uma solução para a

necessidade de demolição de três garagens/anexos construídos de forma não autorizada, junto ao arruamento principal da aldeia, propôs-se a construção de um alpendre de madeira que permitisse o abrigo das alfaias agrícolas, sendo que, até ao momento, as três edificações referidas ainda se encontram bem visíveis na Pena, e o referido alpendre (que as deveria substituir) não foi construído.

A proposta efetuada pelo Gabinete Técnico Local, que teve a seu cargo a preparação e implantação do Programa das Aldeias do Xisto, previa intervencionar um total de 64 imóveis, classificados por três tipologias de intervenção: 15 de grau 1, 46 de grau 2, e 3 de grau 3.

A par da reabilitação do tecido edificado foram feitas algumas propostas (para além das já mencionadas anteriormente) com o intuito de proceder à requalificação dos espaços públicos.

Assim, para além da remoção dos betuminosos existentes nos arruamentos das da Pena e o assentamento de calçadas de cubos de granito ou nalguns casos de xisto colocado a cutelo (xisto este que não foi aplicado na recuperação dos arruamento de nenhuma das aldeias), regularizaram-se algumas ruas que tinham como pavimento primitivo afloramentos rochosos.

Em paralelo com a requalificação das ruas, foram identificados os principais largos de reunião e receção, procurando, assim, traçar propostas de intervenção, recuperação e valorização. Nesse contexto, para cada um destes largos, foram concebidos projetos específicos de arranjo urbano, que contemplavam, para além da melhoria da pavimentação, a instalação de mobiliário urbano, constituído por chafarizes, bancos, papeleiras, resguardo de contentores do lixo, entre outros, bem como a substituição das luminárias para a iluminação pública.

A equipa técnica do Município de Góis apresentou, com maior profundidade e pormenor, a intervenção em três espaços de domínio público e que seriam de elevada importância na requalificação da aldeia e na valorização dos seus espaços públicos.

Na primeira proposta, designada no Plano de Aldeia como Largo A, propunha a requalificação do largo situado no centro da aldeia, ponto de confluência de todas as ruas (Figura 109). A proposta de intervenção visava a pavimentação com calçada de granito irregular, melhoria da iluminação com a instalação de luminárias em consola e instalação de um banco, uma papeleira e um fontanário, bem como a colocação de uma boca de incêndio com mangueira extensível. Com uma área bruta de intervenção de 160 m^2, a recuperação deste largo teria um custo estimado de 4.500 euros.

A segunda proposta visava uma intervenção a realizar no designado Largo B, espaço situado na entrada norte da aldeia (classificado pelo Plano de Aldeia como mal definido e desqualificado) situado no cruzamento da estrada que faz a ligação à Aigra Velha (que, até ao momento, não foi concretizada). A proposta de intervenção para este largo deveria incluir separação da área pedonal da área viária através da criação de um passeio com calçada de granito irregular. A proposta visava, ainda, a plantação de um castanheiro e instalação de bancos, papeleiras e um bebedouro, bem como a definição de uma área de estacionamento automóvel e melhoria da iluminação pública coma instalação de luminárias. Com uma área de intervenção bruta de 900 m^2, a concretização desta proposta teria um custo previsto de 2.900 euros.



Figura 109 – Largo central da Aldeia da Pena, intervencionado pelo Programa das Aldeias do Xisto.

A terceira proposta consagrava uma intervenção a realizar no Largo dos Castanheiros, situado na entrada da aldeia da Pena (na estrada de acesso por pavimento asfaltado). A proposta de intervenção deste largo, átrio de receção da aldeia, assentava na criação de três parques de estacionamento, na melhoria da iluminação pública e na colocação de alguns bancos, sendo que o pavimento seria em granito de forma irregular. A área bruta de intervenção da proposta realizada era de 1100 m^2, e a concretização desta proposta teria um custo estimado de 12.300 euros. Até à presente data esta proposta não foi posta em prática (Figura 110).

Em síntese para a Aldeia do Xisto da Pena, o Gabinete Técnico Local definiu as seguintes intervenções: imóveis particulares (arranjo de fachadas; arranjo de coberturas; currais e arrecadações; instalação de cercas); imóveis públicos (construção de lavadouro público; recuperação de alminhas; recuperação de moinho comunitário/construção de represa de água; construção de alpendre comunitário para alfaias agrícolas); espaços públicos (requalificação do Largo A; requalificação do Largo B; requalificação do Largo dos Castanheiros; remoção de betuminoso/assentamento de calçadas; regularização do pavimento rochoso de arruamentos; colocação de placas toponímicas (ruas e largos); colocação de placas toponímicas (nome da aldeia); infraestruturas (melhoria da iluminação pública e reformulação da rede de distribuição elétrica; reformulação da rede telefónica, melhoria da rede de abastecimento de água; instalação de drenagem e tratamentos de águas residuais; instalação da rede de drenagem de águas pluviais; instalação de 3 bocas de incêndio com *kit* de mangueira extensível).



Figura 110 – Largo dos Castanheiros (à entrada da Aldeia da Pena), com intervenção não efectuada.

O Programa de Aldeia definido para a Pena apresentava custos totais previstos cifrados em 472.030,78 euros. Deste total, 188.276.19 euros estavam destinados para as invenções a realizar nos 64 imóveis particulares que se previa intervencionar, correspondendo 122.955,24 euros para a reparação de fachadas e 65.280,95 euros para a

recuperação de coberturas. No referido plano previa-se, ainda, um custo total de 104.904,59 euros para intervenções a realizar em espaços públicos.

As intervenções preceituadas na Pena revelam um investimento médio de 18.896,5 euros por habitante (a média mais baixa do conjunto das quatro aldeias analisadas, fruto de esta registar o maior efetivo populacional à data das intervenções, com 25 habitantes), sendo que, esta aldeia teve uma intervenção profunda com a implementação do Programa das Aldeias do Xisto, num investimento global que rondou os 472.411,82 euros, correspondentes a cerca de 34,2% do total investido no concelho de Góis e 3,54% do investimento total executado nas vinte e quatro Aldeias do Xisto.

Relativamente à distribuição do investimento executado, segundo as tipologias/categorias de intervenção, na Pena destacam-se as intervenções realizadas em imóveis particulares com mais de 133 mil euros (40,41% do total). Por sua vez, as infraestruturas alocando 32,94% do investimento total executado na aldeia (equivalente a 155.600 euros), e os espaços públicos com 26,65% do total executado (mais de 88 mil euros) completam o montante global executado na Aldeia do Xisto da Pena.

As intervenções levadas a cabo na Pena permitiram, ainda, a recuperação de dois edifícios reconvertendo-os em unidades de Turismo em Espaço Rural ("Casa da Cereijinha" (Figura 111) e "Casa do Neveiro" (Figura 112) dotando, assim, esta aldeia com a capacidade de alojamento de turistas que visitem estes lugares serranos.



Figura 111 – "Casa da Cereijinha", unidade de Turismo Rural, na Pena.



Figura 112 – "Casa do Neveiro", unidade de Turismo de Natureza, na Pena, com o "Penedo da Abelha" como plano de fundo.

7. Lousitânea e a sua importância enquanto ator dinamizador das Aldeias do Xisto de Góis

7.1. Objetivos, estrutura orgânica e valências

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm sido a estrutura preferencial de organização da sociedade civil para assumir um papel ativo no processo de desenvolvimento dos territórios. Estas Associações são, na maior parte das vezes, constituídas de parcerias, com atores públicos e privados, que reúnem vários agentes económicos, sociais e institucionais podendo ser, em outros casos, constituídas e criadas em torno de uma ideia ou para um fim muito específico. Para além disso, têm tido um papel de crescente intervenção no âmbito de diferentes programas de apoio ao desenvolvimento, cumprindo projetos específicos nas suas áreas de influência. As iniciativas instituídas por estas organizações apresentam uma dimensão multidimensional e multidisciplinar muito importantes tendo como objetivo, a nível local, dar resposta a um âmbito de atuação específico contribuindo, de forma paralela, para a amenização de algumas necessidades de âmbito económico e social, a vários níveis, podendo funcionar como uma fonte de emprego e um instrumento para o desenvolvimento da solidariedade a nível local.

No que diz respeito às ADL, estas "agem em função de interesses de âmbito local (uma vezes concelhio mas outras vezes abrangendo vários concelhos vizinhos), possuindo um campo de intervenção muito alargado, desde o apoio às atividades económicas até à vida cultural e recreativa, etc. A autonomia da sua intervenção é elevada, dependendo, naturalmente, dos interesses dos respetivos associados" (ALBERGARIA; 2002:206). As ADL envolvem e promovem, ainda, outras intervenções de carácter social, na qualificação dos agentes dos territórios, na cooperação interterritorial (de escala nacional e internacional) e até em processos de cooperação descentralizada para o desenvolvimento. Estas têm tido a capacidade de se envolver na gestão local de fundos comunitários, com eficácia e eficiência, e na dinamização de processos de animação territorial através da participação cívica dos agentes constituintes do tecido local, sob a forma de parcerias.

De facto, além de dinamizarem os seus territórios de intervenção, de promoverem a qualificação da oferta, do apoio técnico prestado aos promotores de

projetos privados, de estimularem e de, por vezes, se assumirem como pontes para a potenciar a constituição de parcerias e de redes de cooperação para a promoção, divulgação, comercialização e troca de experiências (entre muitas outras iniciativas), as Associações de Desenvolvimento Local têm assumido, também, um papel fundamental e indutor da inovação territorial em favor do desenvolvimento local.

As Associações de Desenvolvimento Local têm identificado o turismo rural, de forma particular, como o principal indutor de desenvolvimento nos espaços rurais criando, a partir do turismo, um efeito consequente que possa alavancar a criação e integração de outras atividades no território que, no conjunto, possam criar uma rede local e regional de atores capazes de induzir o desenvolvimento pretendido nas áreas rurais. De facto, a dinamização da atividade turística tem tido um impacto direto nas economias locais, sendo muitas vezes o mote para a criação de outras iniciativas de caráter ambiental e paisagístico que se refletem, também, na (re)construção ou consolidação da identidade dos territórios e na respetiva coesão social e desenvolvimento económico (TEIXEIRA, 2013).

É assim, neste contexto, que se integra a Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, associação privada sem fins lucrativos, com sede[32] na Aldeia do Xisto da Aigra Nova (freguesia e concelho de Góis), que tem como finalidade promover atividades de conservação da natureza, valorizar o património cultural rural (etnográfico, histórico, gastronómico, artesanal, identitário, entre outros) e promover atividades de animação turística, desportiva, educativa, económica e social no espaço geográfico da região da Serra da Lousã e nos territórios seus constituintes, incidindo a sua atuação, de forma mais intensa e consequente nos concelhos de Góis, Castanheira de Pera e Lousã, intervindo ainda, embora de forma menos profícua do que nos territórios enunciados anteriormente, nos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Penela.

A Lousitânea foi fundada a 3 de dezembro de 2003[33], em Castanheira de Pera, tendo na sua génese um ideal organizacional que propunha uma visão e um âmbito de atuação transversal sobre a totalidade do território da Serra da Lousã. Após a sua fundação foram enveredados esforços com o intuito de estabelecer contactos com

[32] A sede da Lousitânea na Aigra Nova resulta de um protocolo tripartido celebrado entre a Associação de Melhoramentos das Aigras, Comareira e Cerejeira, o Município de Góis e a Lousitânea, a 14 de janeiro de 2009, sendo renovado automaticamente por períodos de 3 anos. Atualmente o protocolo só poderá ser revisto em janeiro de 2015.

[33] A fundação da Lousitânea deve-se a uma iniciativa levada a cabo por um grupo constituído por três pessoas: Fátima Curado, Fernando Romão e José Augusto Pais.

cidadãos dos municípios de Castanheira de Pera, Lousã e Góis, bem como com os respetivos executivos das Câmaras Municipais, com o claro desígnio de envolver os múltiplos atores do território, quer na captação de apoios institucionais quer no envolvimento de todos nos projetos e na atuação da associação. Porém, por escassez de apoio financeiro e material por parte dos municípios de Castanheira de Pera e da Lousã, a Lousitânea, mudou a sua sede e centrou o seu âmbito de atuação e as suas atividades no concelho de Góis, numa primeira fase com sede instalada na vila de Góis e, mais tarde, em 2009, com sediação na Aldeia do Xisto da Aigra Nova, local onde se encontra até aos dias de hoje.

Com o decorrer do tempo e com a prossecução dos seus projetos, esta Associação tem vindo a mostrar um forte impacto no desenvolvimento do território, que vai muito para além das Aldeias do Xisto, tendo instituído uma dinâmica de parcerias (a vários níveis, como a nível económico, social, institucional, entre outros) com agentes locais e com instituições (públicas e privadas) internas e externas à Região de atuação, detendo, neste momento, uma imagem e estrutura de atuação consolidada que lhe tem legitimado o reconhecimento de várias entidades e instituições, quer no domínio do desenvolvimento local, mas também nas áreas da etnografia; da recuperação, conservação e valorização do património rural serrano; da conservação e proteção da natureza; na captação e atração de agentes empresariais e consumidores; entre outros. Destaque, ainda, para os vários projetos em que a Lousitânea está inserida, todos eles relacionados com as temáticas da conservação da natureza e da valorização do património, como são exemplo a gestão da Rede das Praias Fluviais do Pinhal Interior; a implementação e animação de ações no âmbito do programa das Aldeias do Xisto; a implementação da Rede de Percursos Pedestres do concelho de Góis; o levantamento dos vestígios de ocupação humana no Vale do Ceira; e a prossecução dos estudos científicos na área abrangida pela crista quartzítica dos Penedos de Góis, com vista à sua classificação como Monumento Natural; entre outros. Realce também para a candidatura realizada e aprovada, em parceria com a Pinus Verde, de Valorização dos Produtos Agroalimentares do Território das Aldeias do Xisto.

No que concerne à sua estrutura constitutiva, a nível dos Órgãos Sociais, a Lousitânea agrega três órgãos (Figura 113): Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal.

Os Órgãos Sociais, no atual mandato, são constituídos por um total de dez membros, tendo ocorrido a tomada de posse dos Órgãos Sociais vigentes a 8 de janeiro

de 2011, com um mandato de 3 anos, que termina em dezembro de 2013. Destaque para a integração e participação, nos Órgãos Sociais, dos habitantes das Aldeias do Xisto do concelho de Góis (à semelhança do que sucede na grande maioria das iniciativas levadas a cabo pela Associação, como teremos oportunidade de salientar mais à frente nesta investigação), principal espaço de atuação da Lousitânea e onde tem a sua sede.

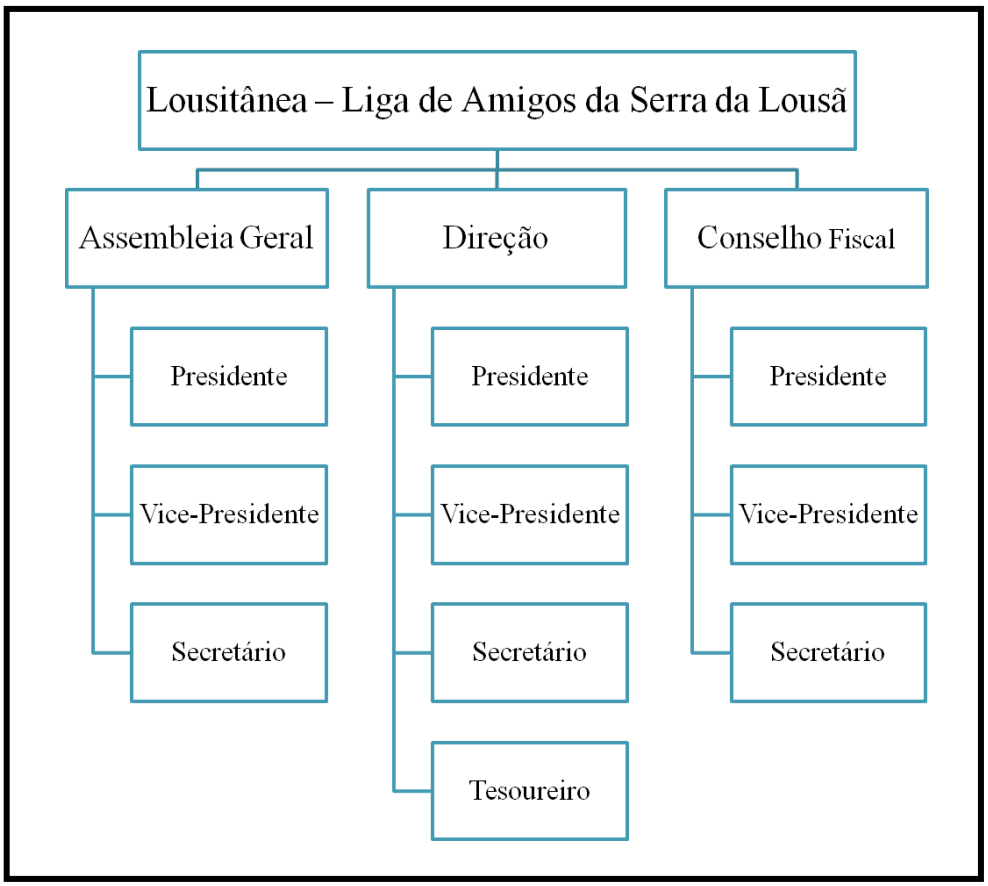


Figura 113 – Órgãos Sociais da Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

A Lousitânea, a 1 de janeiro de 2013, apresentava um quadro total de quatro funcionários, sendo que, paralelamente, tem estabelecidos vários acordos e protocolos com escolas profissionais, universidades e politécnicos para a realização de estágios curriculares, bem como com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para a realização de contractos de inserção no mercado de trabalho, bem como de estágios profissionais.

Atualmente, a Lousitânea, dispõe das seguintes valências e infraestruturas de apoio ao seu funcionamento e às suas atividades:

– Gestão da Casa de Campo da Comareira (TER), na Aldeia do Xisto da Comareira (concelho de Góis). Trata-se de um imóvel com 3 quartos, 3 casas de banho e uma cozinha, propriedade da Câmara Municipal de Góis com a qual a Associação estabeleceu um protocolo[34] que visa a cedência deste espaço com o intuito de gerar receitas para o funcionamento da Lousitânea.

– Gestão da Loja do Xisto da Aigra Nova, situada na Casa de Convívio da Aigra Nova (concelho de Góis). Para a gestão, exploração e utilização deste espaço existe um contrato[35] de *franchising* assinado com a ADXTUR, "Saber das Mãos", Município de Góis e com a Associação das Aigras, Comareira e Cerejeira (as duas primeiras entidades ao nível do contrato de *franchising* da marca "Aldeias do Xisto" e as duas últimas para a cedência do imóvel). Nesta Loja do Xisto são comercializados produtos com a marca "Aldeias do Xisto" e outros produtos agroalimentares quer das aldeias próximas à Aigra Nova (sobretudo de produtos como o mel, a aguardente e os licores) quer de toda a região da área de influência da Rede das Aldeias do Xisto.

– Gestão do Ecomuseu Tradições do Xisto, com o Núcleo Sede na Aigra Nova e com vários Núcleos nas restantes Aldeias do Xisto do concelho de Góis (assunto que será aprofundado mais à frente).

– Implementação e gestão da Rede de Percursos Pedestres do concelho de Góis.

O Projeto de criação de uma Rede de Percursos Pedestres no concelho de Góis surge por iniciativa da TransSerrano – Aventura, Lazer e Turismo (sendo esta mesma empresa a entidade promotora do projeto), em colaboração com a Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, com a Câmara Municipal de Góis bem como com todas as cinco juntas de freguesia que compõem o concelho de Góis. À TransSerrano cabe, ainda, a execução do projeto sendo ainda a entidade responsável pelo processo de homologação dos percursos pedestres, enveredando esforços junto da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (a entidade, em Portugal, com incumbência de gerir e proceder à respetiva homologação dos percursos pedestres).

Neste contexto, a Lousitânea, efetuou uma candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER, Acção 3.1.3/2010 – Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer) através do Grupo de Acção Local (GAL) ADIBER – Associação de

[34] O protocolo foi celebrado a 2 de março de 2005, sendo renovado automaticamente por períodos de 5 anos, vigorando a atual concessão até março de 2015. Esta Unidade de Turismo em Espaço Rural encontra-se em funcionamento desde 2006.

[35] O protocolo foi celebrado a 14 de janeiro de 2009 e é renovado automaticamente por períodos de 3 anos. Atualmente o protocolo só poderá ser revisto em janeiro de 2015. Esta infraestrutura encontra-se em funcionamento desde 2008.

Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, com a apresentação de um projeto que visa a criação e implementação de uma Rede de Percursos Pedestres para o concelho de Góis, com um número total de dez percursos[36] de Pequena Rota (PR) e um outro de Grande Rota (GR), cuja distância total terá cerca de 250 quilómetros (Figura 114).

A implementação da supramencionada rede será efetuada em três fases distintas e prolongadas no tempo. Numa primeira fase, entretanto já concluída[37], serão implementadas e apresentadas cinco pequenas rotas, sendo elas: Trilho dos Pisões (PR2 GOI), na freguesia de Álvares; Trilho do Vale do Ceira I (PR3 GOI), na freguesia do Cadafaz; Trilho da Serra do Açor (PR4 GOI), na freguesia do Colmeal; Trilho das Minas (PR5 GOI), na freguesia de Góis e, por fim, o Trilho do Vale Encantado (PR6 GOI), na freguesia do Cadafaz. Numa segunda fase, já em prossecução, serão implementadas as restantes cinco pequenas rotas e, por fim, na terceira fase do projeto será implementada a grande rota do concelho de Góis (que, em parte, será coincidente com a Grande Rota das Aldeias do Xisto). Destaque, ainda, para alguns outros percursos pedestres, não marcados mas que podem ser realizados mediante contacto com a Lousitânea. O município de Góis apoiará parte do financiamento ao projeto cabendo às juntas de freguesia assegurar a manutenção dos trilhos marcados.

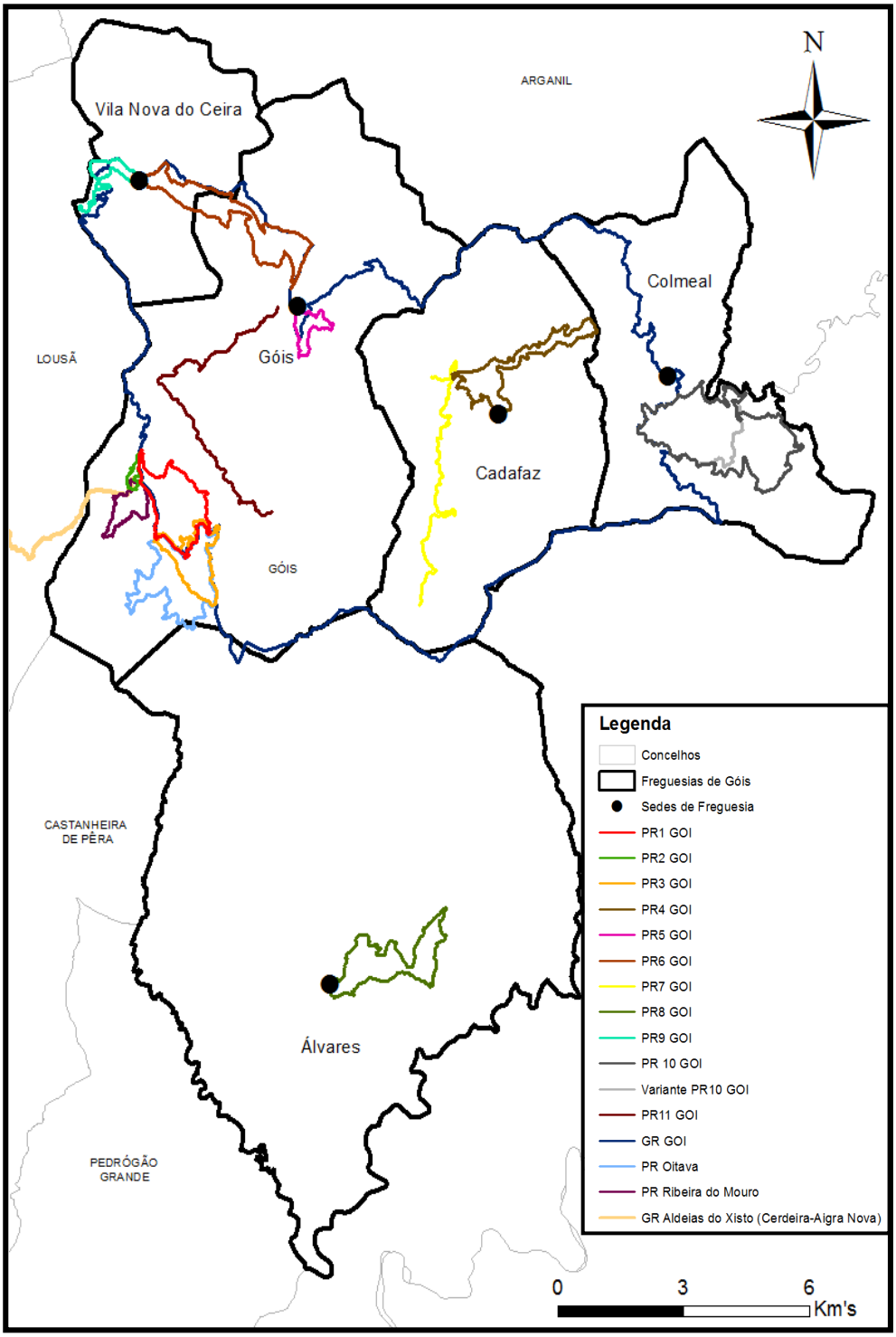
O referido projeto pretende valorizar a promoção turística do concelho de Góis, a partir da divulgação e estabelecimento de condições para a prática de pedestrianismo que, para além da componente desportiva e lúdica, pode ser um meio e um importante veículo para fazer face às necessidades de educação ambiental mas, também, como forma de valorizar e dar a conhecer o vasto património natural e cultural deste território, promovendo o contacto com a população, com os costumes, com a gastronomia e com os saberes locais.

A Lousitânea dispõe, ainda, de um escritório contíguo ao Núcleo Sede do Ecomuseu e à Loja das Aldeias do Xisto, num espaço de propriedade da Câmara Municipal de Góis. No 1º piso deste espaço encontra-se a Casa de Convívio da Aldeia, espaço multiusos que foi, no final de 2012, alargado com a cobertura do terraço, um espaço todo envidraçado com estrutura em madeira (financiado no âmbito da candidatura ao PRODER) que poderá albergar diversos tipos de eventos na aldeia.

[36] Para além da Rota das Aldeias do Xisto (PR1 GOI) e da Grande Rota das Aldeias do Xisto.

[37] Mas, sendo que, nenhum dos Percursos Pedestres se encontra homologado pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.

A Lousitânea dispõe, ainda, na rua dos Carvalhos (Aigra Nova) de um espaço de arrumos cedido, gratuitamente, pelos herdeiros da D.ª Idalina (habitante da Aldeia do Xisto da Comareira) para armazém da associação.



Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis e Lousitânea.

Figura 114 – Rede de percursos pedestres do concelho de Góis.

7.2. Atividades promovidas – programa de animação e eventos

A atividade turística tem suscitado um crescente interesse como atividade económica alternativa para muitas áreas rurais, suscetível de contribuir para a reconversão de uma situação caracterizada pela depressão económica e demográfica, criando-se a expetativa de que sejam produtos de turismo rural a potenciarem a revitalização socioeconómica destas áreas deprimidas e de baixas densidades.

A animação turística é uma noção muito vasta e abrangente, mas também se considera como um sector de vital importância para o desenvolvimento económico, cultural e social dos espaços rurais.

De facto, "a animação é um elemento fundamental de qualquer destino turístico, a par de outros elementos, tais como alojamento, a restauração, os transportes e serviços diversos, podendo concorrer decisivamente para a diferenciação de um destino e, assim, garantir-lhe uma vantagem competitiva face a destinos alternativos" (VIEIRA, 2005:6/7, citado por TEIXEIRA, 2013:79).

Como refere TEIXEIRA (2013:79), "os visitantes e os residentes estão cada vez mais vocacionados para a participação, a descoberta e o conhecimento, a par com as relaxantes férias ao sol, onde domina o descanso passivo. No geral, os visitantes dos territórios rurais procuram oportunidades de contacto com a natureza, as tradições, a gastronomia, o artesanato, as populações locais. Assim, a animação surge pelo despertar destes novos turistas, visitantes, mais exigentes e ativos, que solicitam, dentro do espaço de lazer a prática ou a realização de atividades que podem variar dos desportos radicais a programas culturais".

A importância crescente atribuída à existência destas atividades em áreas rurais levou ao surgimento de pequenas iniciativas privadas com o objetivo da sua prestação e dinamização. Este conjunto de atividades de animação pode e deve ser construído e enriquecido por um conjunto de parcerias com outras entidades locais ligadas ao turismo. No entanto, deve-se sempre garantir a colaboração da população, numa gestão e participação conjunta e partilhada, a valorização das identidades e dos recursos existentes, sem permitir a sua destruição, ou seja, sem colocar em causa a qualidade de vida dos espaços rurais e o equilíbrio ambiental, a satisfação das necessidades e expectativas dos urbanos citadinos, respeitando e zelando sempre pelos superiores interesses da população residente, possibilitando um ambiente profícuo de convívio, de

trocas de experiências e de saberes (entre os visitantes, os residentes, os atores locais, e demais agentes).

No caso dos espaços rurais, em que os produtos disponibilizados se encontram, por vezes, limitados à oferta de alojamento (geralmente com um reduzido número de camas) e pouco mais, o défice de animação poderá representar um forte constrangimento ao desenvolvimento turístico desses territórios. Sobretudo num período em que os visitantes deixaram de procurar apenas um local de descanso e de evasão do quotidiano, deslocando-se também motivados pela prática de outras atividades que justifiquem a sua permanência na área.

As atividades de animação (que a par de outros domínios como, por exemplo, o alojamento, a restauração, os transportes) são um fator fundamental de qualquer território, podendo concorrer decisivamente para a sua diferenciação geográfica garantindo, assim, competitividade face a outros) são elementos fundamentais no desenvolvimento, dinamização e valorização dos espaços rurais, face à sua capacidade de ocupar os visitantes e melhor os integrar no ambiente natural dos territórios e cultural das comunidades locais recetoras. Proporcionar aos visitantes das áreas rurais uma oferta completa e diversificada, que inclua para além do alojamento atividades de animação e diversão é fundamental, permitindo "ocupá-los e descontraí-los, fazendo com que tenham recordações e imagens dos destinos que se forem gratificantes, podem ajudar a prolongar as estadas, promover mais consumo e, principalmente, constituir uma forma de fidelizar clientes para novos períodos de férias" (FERREIRA, 2004:88, citado por TEIXEIRA, 2013:80).

Os espaços rurais oferecem amplas possibilidades de desenvolvimento de atividades de animação as quais devem adaptar-se às especificidades dos territórios bem como à tipologia do público-alvo (juvenil, adulto, sénior). Importa ter presente que em destinos rurais o turista procura, sobretudo, atividades de animação com elevado grau de autenticidade, enquadráveis nas particularidades da vida local.

Como afirma TEIXEIRA (2013:81), "os próprios dinamizadores do espaço rural, sobretudo os empresários e os responsáveis das instituições locais, são incentivados e sensibilizados para fomentarem as atividades de animação, pois estas são consideradas como elementos integrantes do espaço rural que visam a divulgação das características e tradições regionais, designadamente o seu património, os itinerários temáticos, o folclore, entre outras".

A animação em territórios rurais, enquanto elemento constitutivo fundamental de um produto turístico deve contribuir, entre outros fatores, para resultados positivos, tais como: inovação do produto turístico, proporcionar novas oportunidades de criação de emprego e de rendimento suplementares para a comunidade local, contribuir para o aumento de duração de estada e dos gastos dos turistas, ser uma atividade estratégica para a preservação e valorização do ambiente e do património do espaço rural, estimular a manutenção de atividades económicas tradicionais, e incentivar o reforço dos traços que constituem a identidade local.

Analisando os planos de atividades da Lousitânea, para o período compreendido entre os anos de 2006 e 2013[38], podemos referir que, segundo os dados disponíveis, a Associação realizou entre 6 atividades, em 2009, e 37 no ano de 2012 (Figura 115). Podemos subdividir a análise aos dados em dois grupos inter-anuais: 2006-2007 e 2011-2013, como "período normal" de registo de dados (em que os dados obtidos correspondem, de forma muito aproximada, à realidade das atividades desenvolvidas pela Lousitânea), e 2008-2010, como "período anormal" de registo de dados (em que os dados obtidos não correspondem, de forma alguma, à realidade das atividades desenvolvidas pela Lousitânea).

Com um total de 166 atividades desenvolvidas no período de oito anos (2006-2013) a Lousitânea foi proponente ou parceira (Município de Góis, ADXTUR, entre outras entidades) numa média de 20,75 atividades por ano, correspondentes a 1,73 atividades por mês. O aumento significativo do número de atividades realizadas a partir de 2009 está, indubitavelmente, relacionado com a alteração da sede da Lousitânea que, em 2009 se instalou na Aldeia do Xisto de Aigra Nova. Esta mudança concedeu à Associação uma presença efetiva no Território as Aldeias do Xisto, um maior contacto

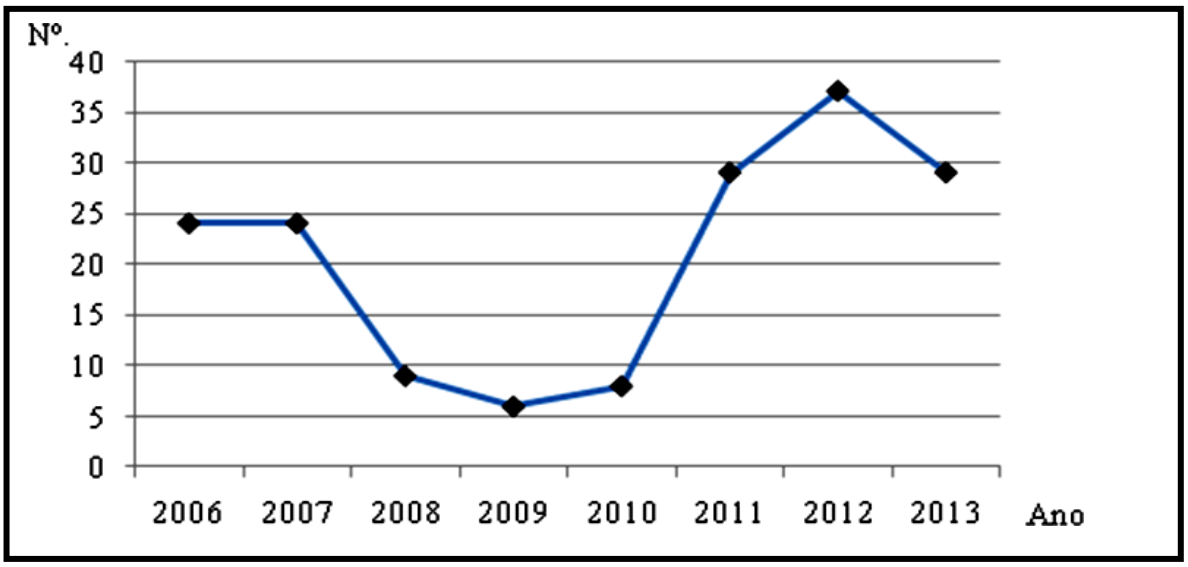
[38] A inexistência de uma base de dados atualizada, completa e fiável, que agregue todas as informações sobre a totalidade das atividades realizadas pela Lousitânea (de iniciativa própria ou em parceria com outras entidades), não permite fazer uma análise exaustiva e completa à realidade da atuação da Associação. Os dados com maior exatidão e cuidado na sua organização correspondem aos anos de 2006, 2007, 2011 e 2012.

Os documentos existentes e analisados possuem alguma informação muito incompleta ou até mesmo inexistente o que, de facto, se torna insuficiente para demonstrar o trabalho realizado mensalmente e anualmente pela Lousitânea. Neste caso salientam-se os anos de 2008, 2009, 2010 e 2013 (sendo que este último ano ainda está em curso).

Por outro lado, o registo incompleto, nomeadamente na identificação do local onde as atividades foram realizadas (nas Aldeias do Xisto ou em outras aldeias) torna a análise incompleta e pouco expressiva.

Nesta análise não foi possível incluir, também, outras atividades realizadas pela Lousitânea como sejam o *atelier* da broa e do queijo, almoços, jantares, percursos pedestres organizados em função de requisições de grupos organizados, entre outras, pela inexistência de tal informação.

com a envolvente da Serra da Lousã e com as suas potencialidades de oferta de atividades, a criação e gestão de vários espaços museológicos de cariz cultural, etnográfico, patrimonial, natural, entre outras.



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

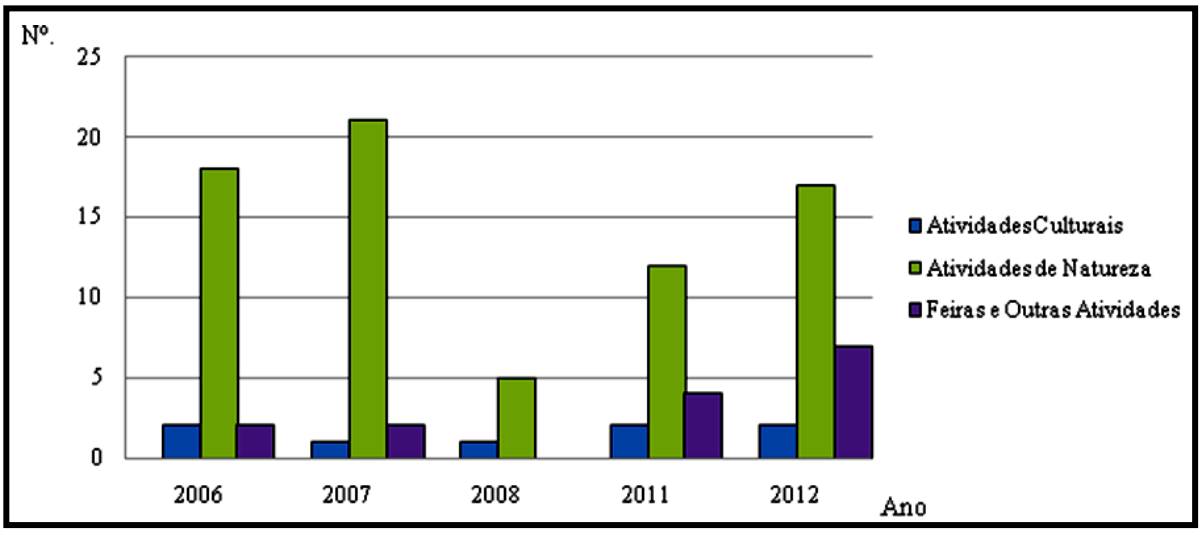
Figura 115 – Evolução do número de atividades realizadas pela Lousitânea entre 2006 e 2013.

A leitura da evolução do número total de atividades desenvolvidas pela Lousitânea entre 2006 e 2013 por tipologia de atividade (Figura 116) (culturais, de natureza, feiras e outras atividades) permite constatar que, em todos os anos em análise, o maior destaque, no que concerne ao número de atividades, vai para as ações de natureza (como sejam percursos pedestres, ações no Núcleo de Maternidade de Árvores, plantações de espécies autóctones, a ação "Caça Mimosas", ou a Brama dos Veados), com 106 atividades (correspondentes a 63,86% do total de atividade desenvolvidas no período em análise). A grande maioria corresponde a caminhadas ou efetuadas em percursos pedestres ou em outros trilhos. Estas atividades apresentam os seus valores mais elevados nos anos de 2007, 2006, 2013, 2012 e 2011, por ordem decrescente.

Por sua vez, as atividades culturais (como sejam o Entrudo, as Janeiras, Encontros de Poesia ou o Dia Nacional dos Moinhos) e feiras e outras atividades (como Feiras Sustentáveis, Mercados Tradicionais, *workshops* vários, como o de manuseamento de asininos) ganham maior preponderância no quadro geral da atuação da Lousitânea a partir de 2011, tendo continuidade nos anos seguintes (2012 e 2013). Este acréscimo substancial a partir de 2011 está intimamente relacionado por um lado,

com a fixação da sede da associação na Aigra Nova mas, sobretudo, pela criação/implementação de espaços de visitação nas Aldeias do Xisto do concelho de Góis, como os integrantes do Núcleo Sede do Ecomuseu "Tradições do Xisto".

Estas duas categorias de atividades correspondem a um total de 60 ações desenvolvidas (30 atividades culturais e 30 feiras e outras atividades) ao longo dos oito anos em análise, equivalendo, cada uma delas, a 18,07% das 166 atividades realizadas entre 2006 e 2013.

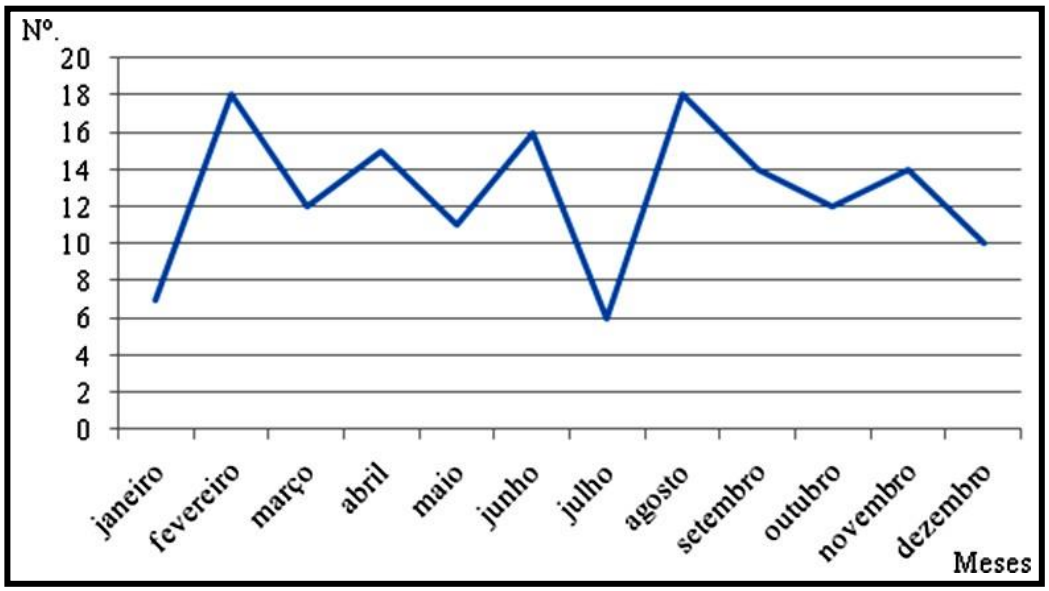


Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 116 – Evolução do número de atividades realizadas pela Lousitânea, por tipologia, entre 2006 e 2013.

Em relação à distribuição pelos meses do ano, entre 2006 e 2013, podemos constatar que existem cinco "picos" no que diz respeito ao número de atividades, destacando-se os meses de agosto, com 18 atividades; fevereiro, com 18 atividades; junho, com 18 ações; abril, com 15 ações e, por fim, novembro com 18 atividades. Ao invés, os meses de janeiro, julho e dezembro correspondem ao meses com menor número de atividades entre 2006 e 2013, com um número a variar entre as seis em julho e as dez atividades em dezembro (Figura 117). Estes valores explicam-se, em parte, pela dificuldade em realizar iniciativas nos meses de inverno (janeiro e dezembro) devido às condições meteorológicas que nem sempre são as melhores para algumas atividades, como percursos pedestres e, na generalidade, das ações desenvolvidas ao ar livre. Por outro lado, os meses de verão e, no caso concreto aqui em análise, em julho muito por influência da falta de colaboradores disponíveis para as atividades aqui referidas em razão da sua ocupação fruto do elevado número de pessoas que visitam as Aldeias do

Xisto do concelho de Góis por essa altura e que requisitam atividades à Lousitânea (e que não entram nesta contabilidade), levando a uma diminuição da oferta de atividades de acesso gratuito, como o são a grande maioria das que temos abordado.



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

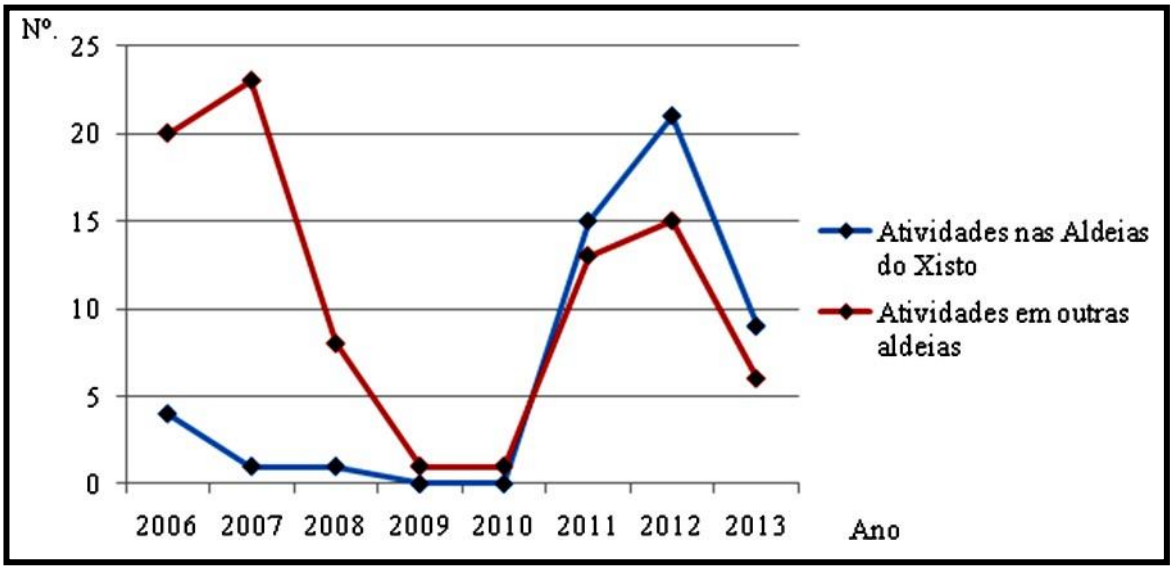
.

Figura 117 – Distribuição mensal das atividades da Lousitânea (2006-2013).

Por fim, no que diz respeito aos locais de realização das atividades desenvolvidas pela Lousitânea (Figura 118) podemos, antes de mais, fazer uma constatação muito curiosa: entre 2006 e 2008 as ações desenvolvidas pela Associação abarcavam, de forma quase exclusiva, lugares dos concelhos de Lousã, Castanheira de Pera e Góis (com algumas incursões em outros municípios da Serra da Lousã como Penela, Pedrógão Grande e Miranda do Corvo). A partir de 2009, e até à atualidade, as atividades da Lousitânea têm incidido de forma praticamente exclusiva em lugares do concelho de Góis, coincidindo este período com a mudança da sede da Associação para a Aigra Nova, em Góis.

Numa outra vertente de análise procuramos, também, perceber a quantidade de atividades desenvolvidas pela Lousitânea nas Aldeias dos Xisto e fora do território abrangido por estas (tendo em consideração os dados disponíveis para o efeito). Assim, podemos constatar que, até 2010, as atividades desenvolvidas em outros lugares que não fossem Aldeias do Xisto suplantavam, de forma inequívoca, as ações realizadas nas Aldeias do Xisto. Até 2010 as atividades realizadas em outras aldeias (que não as da

Rede das Aldeias do Xisto) representaram entre 83,3% e 100%, das 138 atividades com local designado, realizadas pela Lousitânea. Ao invés, a partir de 2011, as ações realizadas em lugares correspondentes a Aldeias do Xisto passaram a dominar o total de atividades levadas a cabo pela Lousitânea, variando entre 53,57% e 60% do total de iniciativas desenvolvidas pela Associação.

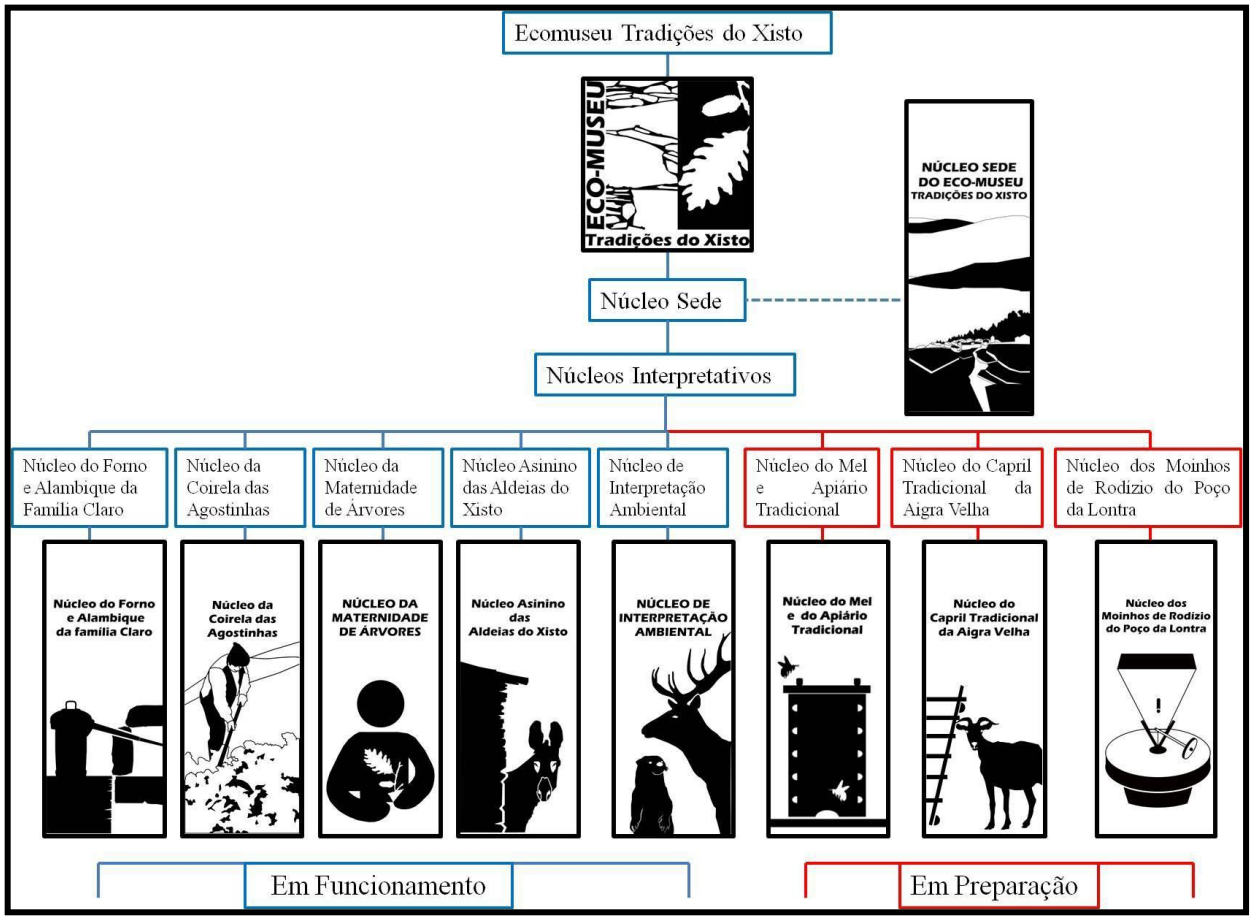


Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 118 – Local de realização das atividades da Lousitânea, entre 2006 e 2013.

7.3. Ecomuseu Tradições do Xisto

À Lousitânea cabe, também, a criação, gestão e dinamização do Ecomuseu Tradições do Xisto (Figura 119), nas Aldeias do Xisto do concelho de Góis, organizado em vários núcleos: cinco relacionados com o património cultural e etnográfico e dois vocacionados para o património natural e com a conservação da natureza.



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

.

Figura 119 – Estrutura do Ecomuseu Tradições do Xisto.

Relativamente aos núcleos que integram conteúdos ao nível do património cultural e etnográfico do Ecomuseu Tradições do Xisto importa referir:

– Núcleo Sede do Ecomuseu Tradições do Xisto (Aigra Nova) (Figura 120 e Figura 121) – resulta de numa candidatura ao PRODER medida 3.2.1 e está instalado num imóvel de propriedade da Câmara Municipal de Góis (protocolado em 25 de Janeiro de 2011 com a Lousitânea e valido por períodos de 10 anos, até janeiro de 2021), sendo a "porta de entrada" do espaço museológico vivo das Aldeias do Xisto de Góis. Está dividido em 4 áreas temáticas de abordagem: Introdução aos Serranos (os povos destas aldeias); Programa e Rede das Aldeias do Xisto; Aldeias do Xisto do concelho de Góis; e seis temáticas/ciclos: Mel, Milho, Castanha, Hortas Tradicionais, Festas e Tradições e Caprinicultura. Incluí ainda um espaço de exposições temporárias, com expositores gráficos, com imagem e vídeo das tradições vivas desta região.



Fonte: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 120 – Núcleo Sede do Ecomuseu Tradições do Xisto antes da conclusão das obras.



Figura 121 – Núcleo Sede do Ecomuseu Tradições do Xisto após a conclusão das obras.

– Núcleo Asinino (Aigra Nova) – Núcleo atualmente com três burros mirandeses que tem como objetivo a recriação dos espaços de currais tradicionais e de potenciar passeios pedestres com burros (Figura 122 e Figura 123). Durante o ano de 2013 está

prevista a chegada de mais dois animais a esta pequena reserva, de uma espécie protegida e em vias de extinção. Trata-se de uma parceria com a AEPGA - Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino de Miranda do Douro. Os imóveis foram cedidos gratuitamente por dois habitantes locais.



Fonte: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

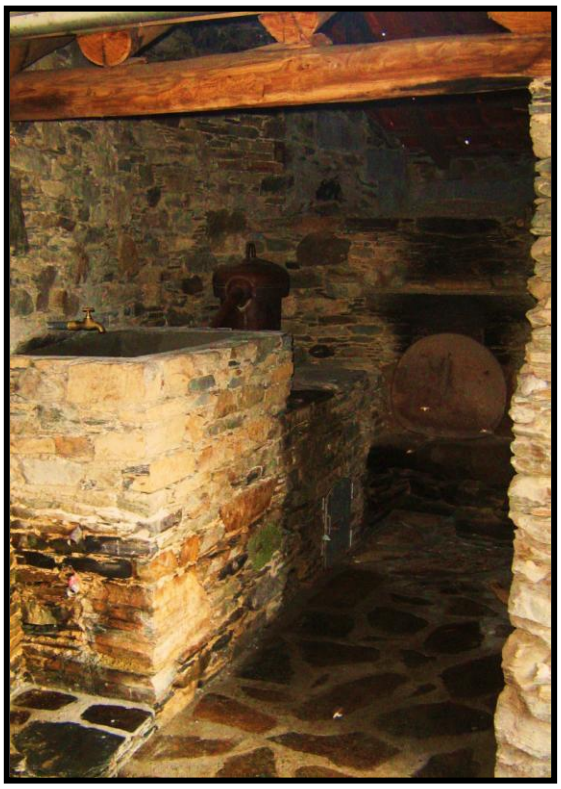
Figura 122 – Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto antes da conclusão das obras.



Figura 123 – Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto após a conclusão das obras.

– Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro (Aigra Velha) – espaço recuperado no âmbito do projeto Eco-Arq, uma parceria da ADXTUR com a Câmara Municipal de Góis (Figura 124 e Figura 125). O imóvel é pertença da família Claro e foi elaborado um protocolo de colaboração entre a família, a Lousitânea e a Câmara Municipal de Góis, a 4 de novembro de 2012, protocolo válido por 10 anos, estando em vigor até novembro de 2022. Este Núcleo é dedicado ao fabrico de broa de milho e centeio e à confeção de aguardente.





Fonte: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 124 – Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro antes da conclusão das obras.

Figura 125 – Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro após a conclusão das obras.

– Núcleo das Hortas Tradicionais – a Courela das Agostinhas (Aigra Nova) – espaço cedido pelos habitantes locais e que funciona como núcleo e como horta pedagógica (Figura 126). Neste espaço, para além da componente pedagógica, destaque ainda para a produção de alimentos hortícolas, entre outros, que servem de base para a confeção das refeições aos visitantes que contactam, previamente, a Associação para o efeito.



Figura 126 – Núcleo das Hortas Tradicionais – a Courela das Agostinhas, na Aigra Nova.

O Ecomuseu envolve ainda outros núcleos interpretativos que ainda não estão intervencionados: a casa serrana e o capril tradicional; o palheiro e eira tradicional; a fonte dos namorados; o forno e alambique na Aigra Nova; o capril e palheiro tradicional na Aigra Velha; o núcleo do vinho na Comareira; e os núcleos do forno e alambique, do núcleo museológico da aldeia, do centro etno-arqueológico, dos moinhos de água e o núcleo interpretativo dos Penedos de Góis na aldeia da Pena. Estes núcleos serão sinalizados e intervencionados com a colaboração dos técnicos da Lousitânea, da autarquia e da junta de freguesia e com o envolvimento da população local. Como objetivo geral, a Associação pretende implementar as visitas autónomas ou guiadas ao Ecomuseu com 1500 visitantes por ano e a dinamização de programas temáticos com um total de 500 participantes por ano.

Relativamente aos núcleos que integram conteúdos ao nível do património natural e da conservação da natureza, inseridos no Ecomuseu Tradições do Xisto há a enunciar:

– Núcleo da Maternidade das Árvores (Aigra Nova) – Núcleo de educação ambiental e viveiro de espécies arbóreas e arbustivas autóctones (Figura 127 e Figura 128). A Maternidade das Árvores está instalada num terreno na Aigra Nova, cedido gratuitamente por um habitante local. Dispõe de milhares de árvores e arbustos cujo destino são essencialmente as plantações na área da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã ou noutros espaços, quando solicitados por parceiros locais (Figura 129). A Lousitânea, desde a entrada em funcionamento da Maternidade de Árvores já

disponibilizou cerca de 12.000 árvores e arbustos, para posterior plantação, quer a título individual quer através de atividades e iniciativas de plantação desenvolvidas pela Associação. Uma área importante da gestão da Maternidade corresponde aos apadrinhamentos de árvores por pessoas, a título individual ou coletivo, que apoiam com 15€ (por apadrinhamento) a manutenção e crescimento da sua árvore.

A Maternidade das Árvores, é um dos projetos mais inovadores da Lousitânea. Este espaço tem dois objetivos. O primeiro, está relacionado com a produção e reprodução de árvores e arbustos autóctones para, posteriormente, serem replantados na Serra da Lousã, espécies essas que são raras ou que estão em vias de extinção. O segundo objetivo, está diretamente ligado à educação ambiental, ou seja, a Maternidade das Árvores pretende assumir-se como um exemplo, através de um programa de educação ambiental para todas as idades, através de *ateliers* relacionados com a plantação, reprodução e conhecimento das árvores autóctones, observação e interpretação de fauna e flora, entre outros *ateliers* e oficinas. A Maternidade está organizada de acordo com os seguintes espaços: inseminação; incubadora; sala de partos; berçário; creche; farmácia; ervanária e exame final.

Este núcleo foi inaugurado a 2 de abril de 2008 tendo, posteriormente, sido alvo de uma requalificação aprofundada, acabando por ser reinaugurado a 5 de junho de 2012.



Fonte: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 127 – Núcleo da Maternidade de Árvores antes da requalificação do espaço.



Figura 128 – Núcleo da Maternidade de Árvores após a requalificação do espaço.



Figura 129 – Vista sobre um dos socalcos do Núcleo da Maternidade de Árvores.

– Núcleo de Interpretação Ambiental (Aigra Nova) – Núcleo de Interpretação Ambiental da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã, instalado num imóvel contíguo à Loja das Aldeias do Xisto e ao Núcleo Sede do Ecomuseu (Figura 130 e Figura 131). No 1º piso, possui a área destinada ao referido Núcleo, com painéis informativos

divididos por vários temas representativos dos principais elementos da Serra da Lousã, a nível ambiental: fauna; flora; geologia; paleontologia; clima; Rede Natura 2000; espécies invasoras. Este Núcleo foi inaugurado a 17 de junho de 2011. A Lousitânea perspetiva uma média de visitas de 500 pessoas por ano, o que irá resultar numa receita de cerca de 500€. No rés-do-chão do edifício encontra-se o armazém e lavandaria. Este imóvel foi cedido por um particular.



Figura 130 – Núcleo de Interpretação Ambiental antes da requalificação do espaço.



Figura 131 – Núcleo de Interpretação Ambiental após a requalificação do espaço.

7.4. Análise exploratória ao número de visitantes às Aldeias do Xisto do concelho de Góis e às infraestruturas geridas pela Lousitânea

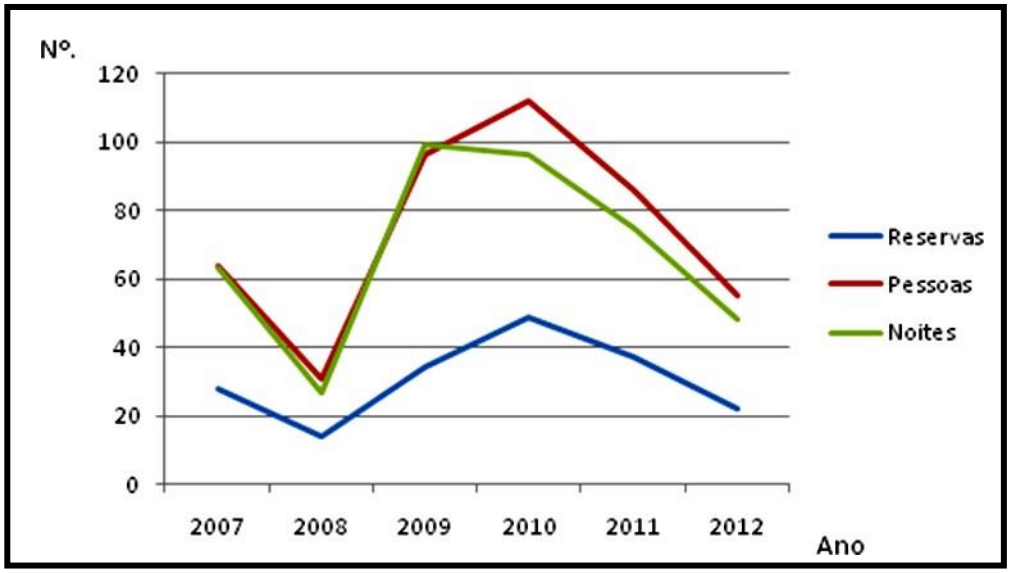
Após a apresentação da forma de organização, dos espaços de gestão e das valências da Lousitânea importa, nesta fase, procurar quantificar o número de visitantes às Aldeias do Xisto do concelho de Góis.

Em primeiro lugar, é evidente que, na grande maioria dos casos, não estamos perante turistas, na verdadeira aceção do conceito, porque a maior parte das pessoas que visita estas aldeias fá-lo "de passagem", não permanecendo 24 horas fora da sua residência habitual e não utilizando meios de alojamento turístico, com exceção das que pernoitam na Casa da Comareira ou em algumas das outras unidades de alojamento existentes nestes micro territórios.

Começamos, então, pela análise ao número de pessoas que pernoitaram, desde 2007 até 2012, na Casa da Comareira[39], unidade de turismo em espaço rural, instalada na Aldeia do Xisto da Comareira.

Durante o período de tempo em análise (cinco anos), a referida unidade teve um total de 184 reservas, ao qual corresponde um total de 444 pessoas e de 408 noites, sendo que, no que concerne às variações anuais dos três indicadores (representados pela Figura 132), podemos constatar que, no global, entre 2007 e 2012, foi no ano de 2010 que se registou o maior número de pessoas e reservas, sendo que o ano de 2009 foi o que registou o maior número de noites. Verifica-se, ainda, um decréscimo significativo entre 2007 e 2008 ao qual sucede um aumento significativo entre 2008 e 2009 subsistindo até 2010, ano a partir do qual o número total de noites, pessoas e reservas baixou significativamente até valores pouco acima daqueles que foram registados no ano de 2008. Em termos médios, a Casa da Comareira registou, nestes cinco anos em análise, uma média de 3,1 reservas por mês, as quais correspondem 7,4 pessoas e 6,8 noites, em média por mês.

[39] No que concerne aos dados obtidos junto da Lousitânea, que gere a Casa da Comareira, importa salientar que, nos registos feitos em papel, há um enorme défice de organização e diversas incoerências no preenchimento das fichas de reserva (nomeadamente no que diz respeito à proveniência dos turistas, pois em 16 reservas não há registo da origem geográfica) o que, evidentemente, torna esta análise menos rigorosa e completa. Por outro lado, importa ainda referir que, após a análise de todas a fichas disponibilizadas, ficou a sensação de que os resultados apresentados devem ser considerados por defeito, devido ao facto de algumas entradas na Casa da Comareira não terão sido registadas devidamente nas fichas de reserva.

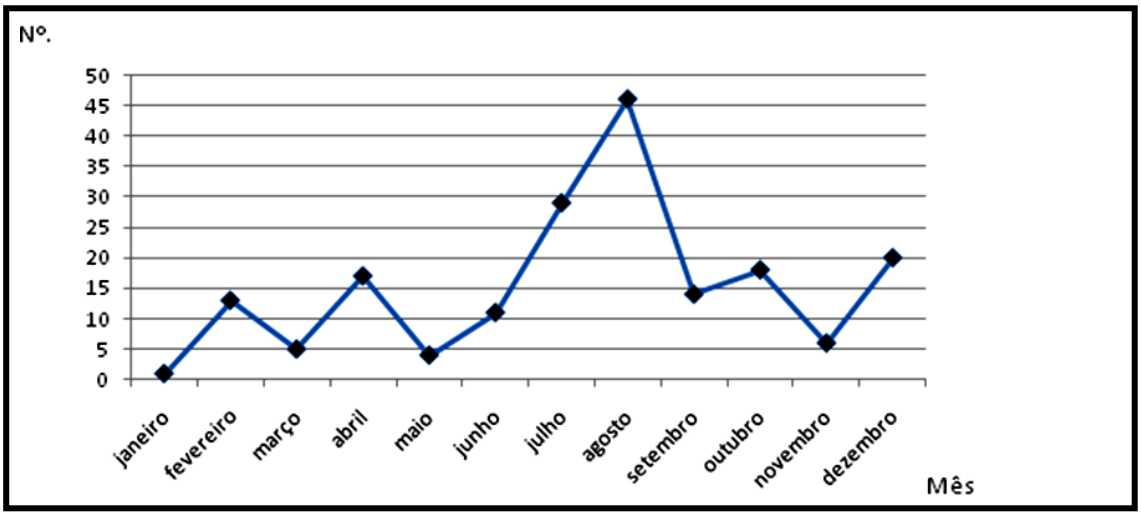


Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 132 – Número de reservas, de noites e de pessoas alojadas na Casa da Comareira entre 2007 e 2012.

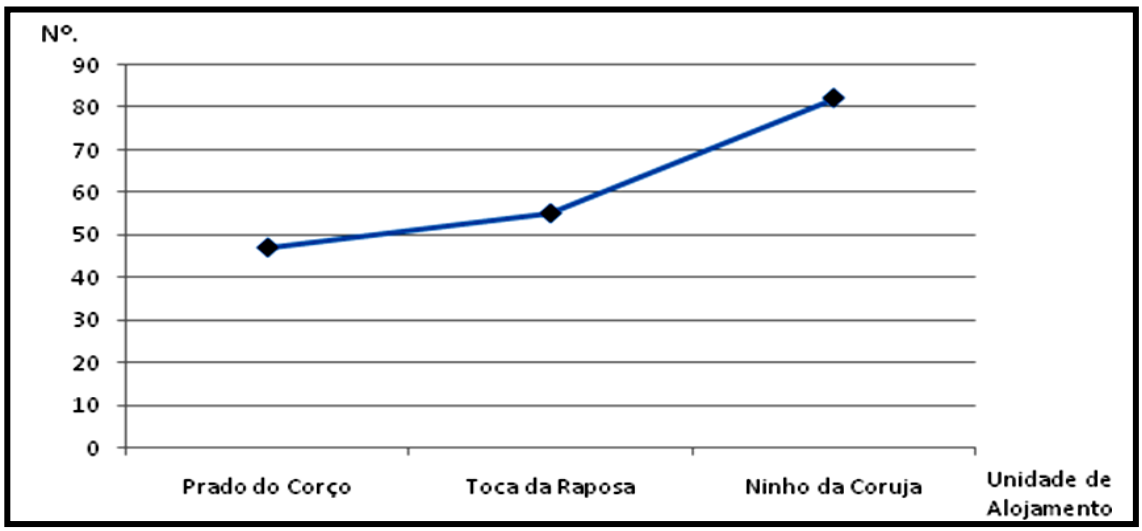
Relativamente aos meses com maior procura, destaque para os meses de verão/outono (com maior destaque para julho, agosto e outubro) relacionado com o período mais comum de férias (e no caso de outubro com uma forte associação do período "pós-férias" muito marcado pela procura de fins de semana para a prática de atividades relacionadas com a natureza e para a procura de um maior relaxamento, na sequência de um primeiro período de férias em locais com uma procura mais massificada) e para dezembro, explicado pela procura destas unidades para a passagem de ano. Nos restantes meses, destaque ainda para a procura de alojamento em fevereiro (relacionado com as festividades de Entrudo desenvolvidas nestas Aldeias do Xisto) ou para abril (coincidente com o período de férias relacionados com a Páscoa). Quer nestes dois casos quer nos restantes meses do ano (com exceção dos meses de junho, julho, agosto e setembro), predomina a procura da Casa da Comareira para períodos de dois dias no máximo coincidentes com o fim de semana (salvo raras exceções) (Figura 133).

Já no que diz respeito à unidade de alojamento mais "requisitada" destaque para o Ninho da Coruja (aquela com maior capacidade por ter a possibilidade de instalar até 4 camas, ao contrário das outras duas unidades de alojamento que, apenas, possuem a capacidade de uma cama e que, por sua vez, são mais procuradas por casais) seguindo-se, por maior número de reservas, a Toca da Raposa e o Prado do Corço (Figura 134).



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 133 – Número total de dormidas, por mês, na Casa da Comareira, entre 2007 e 2012.



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

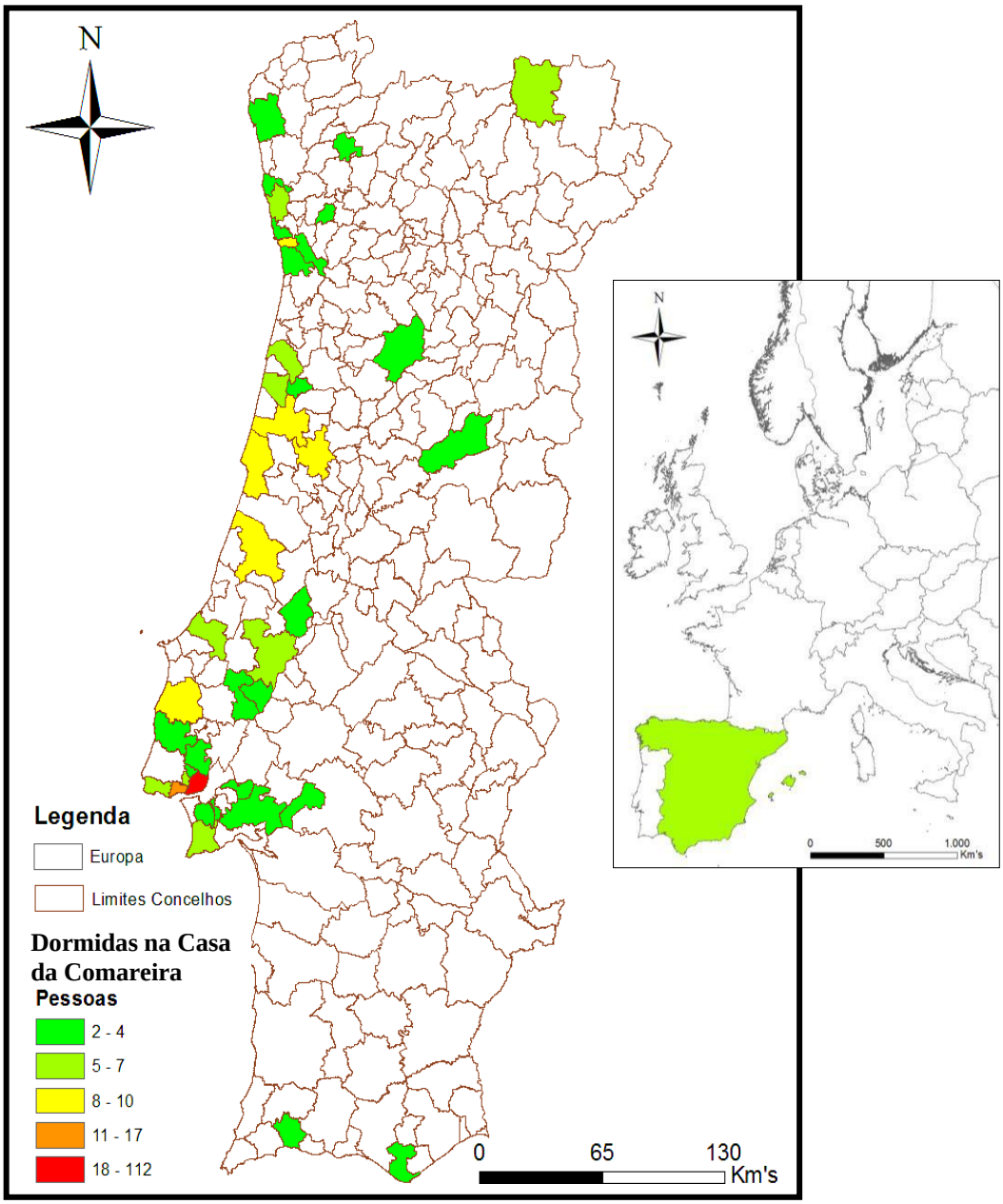
Figura 134 – Número total de dormidas, por unidade de alojamento, na Casa da Comareira, entre 2007 e 2012.

No que concerne à origem geográfica dos turistas alojados na Casa da Comareira é evidente a supremacia do mercado interno (com exceção de uma reserva feita por um grupo oriundo de Espanha, mais propriamente de Madrid, constituído por 6 pessoas e com uma estadia de 7 noites).

No contexto da procura interna há uma clara predominância da proveniência de pessoas oriundas do litoral e de centros urbanos de Portugal Continental, com uma percentagem muito forte de três pólos (Região da Grande Lisboa, com maior preponderância dos concelhos de Lisboa, Sintra, Oeiras e Amadora; Região Centro-Litoral, com ênfase para os municípios de Cantanhede, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria e Vagos; e Região do Grande Porto, com maior peso do Porto, Matosinhos, Póvoa de Varzim e Vila do Conde). Ainda no contexto de litoral destaque para Portimão e Faro e,

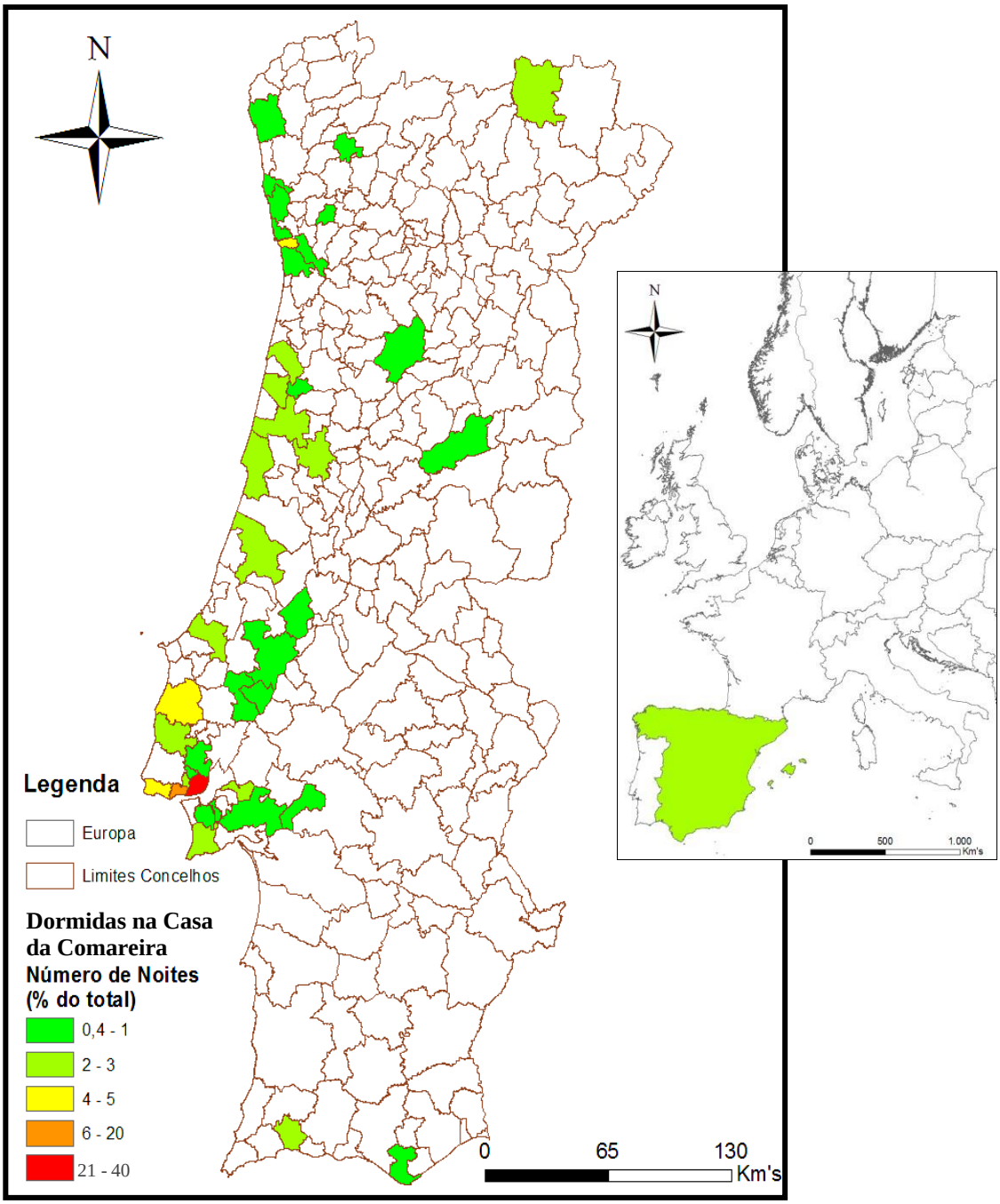
no caso de outros centros urbanos, realce, também, para Santarém, Sesimbra e Torres Vedras. Relevância ainda para outros concelhos, os únicos inseridos em posições geográficas relativamente mais afastadas da faixa litoral, como sejam os casos de Vinhais, Paços de Ferreira e Covilhã (Figura 135).

Em relação ao número de noites (em percentagem) do total de noites registadas no período de 2007 a 2012 são, como sucede no número de pessoas a pernoitar na Casa da Comareira, os concelhos de Lisboa (30 a 40% do total), Sintra (6 a 20% do total), Oeiras, Porto e Cascais (4 a 5% do total) aqueles que têm uma maior peso na percentagem total de noites de turistas nesta unidade de turismo em espaço rural (Figura 136).



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 135 – Número total de pessoas hospedadas na Casa da Comareira, entre 2007 e 2012, por proveniência geográfica.



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 136 – Número total de noites na Casa da Comareira, entre 2007 e 2012, por proveniência geográfica.

No que diz respeito aos registos de visitantes que percorrem as Aldeias do Xisto do concelho de Góis[40], podemos constatar que, numa primeira análise (e embora

[40] A este respeito importa, em primeiro lugar, referir que o registo é efetuado na Loja das Aldeias do Xisto da Aigra Nova pelo que, nem todas as visitas às outras aldeias possam estar aqui plasmadas. Porém, como praticamente a totalidade das pessoas que visitam o núcleo de Aldeias do Xisto do concelho de Góis percorrem sempre as 4 aldeias (salvo raríssimas exceções, pelo que, os dados aqui apresentados serão bastantes reais e muito próximos do verdadeiro número total de visitantes). Importa também referir

tenhamos como referência apenas um período de dois anos), houve um crescimento de 802 visitantes entre 2011 e 2012 (ou seja, de 3915 visitantes no ano de 2011 para 4717 visitantes em 2012), o que corresponde a um aumento de 20,49%.

Com um valor médio de 10,73 visitantes por dia, no ano de 2011, e de 12,96 visitantes por dia, em 2012, são os meses de Verão aqueles em que se registam o maior volume de visitantes às Aldeias do Xisto do concelho de Góis (julho e agosto), registando-se, porém, um período relativamente homogéneo de visitantes entre os meses de maio e outubro (Figura 137).

A realização de várias atividades organizadas pela Lousitânea nestas aldeias (como já tivemos oportunidade de constatar) associadas à existência de um percurso pedestre que faz a ligação entre as quatro Aldeias do Xisto de Góis (PR1 GOI) e ao elevado número de praticantes de BTT nesta região (e sendo estas atividades práticas bastante comuns na contemporaneidade) em conjunto com as "outras" visitas (ou seja, aquelas em que o principal objetivo não é a participação ou em atividades da Lousitânea ou para a realização de práticas desportivas), tornam o total de visitantes a estes micro territórios muito interessante, ainda para mais se tivermos em consideração o número total de habitantes destas quatro aldeias (que não chega aos 20 residentes).

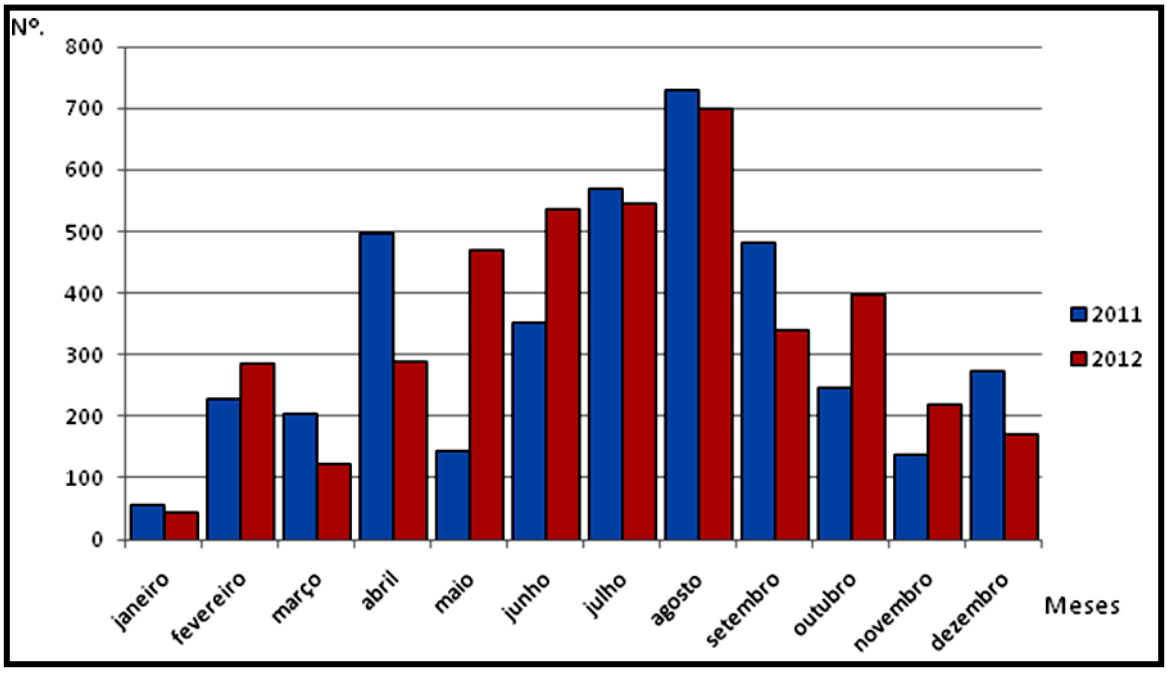
Nessas "outras" visitas, designadas anteriormente, podemos incluir vários pontos de interesses nestes lugares, como sejam o património cultural e natural, os vários Núcleos do Ecomuseu Tradições do Xisto, a Loja das Aldeias do Xisto (com ponto de venda de produtos artesanais e agroalimentares oriundos do território abrangido pela Rede das Aldeias do Xisto, mas também com um bar de apoio imprescindível no topo da Serra), entre outros.

Na impossibilidade de analisar a proveniência geográfica dos visitantes a estes lugares (por inexistência de dados que o permitam) diz-nos a experiência trazida pelo trabalho de campo efetuado (mas também o contacto com vários visitantes) que a maioria das pessoas que visita estas aldeias é de nacionalidade portuguesa, existindo, ainda um número muito interessante (de largas dezenas) de visitantes oriundos de vários países europeus (com o Reino Unido, Bélgica, Holanda, Alemanha e Espanha, entre os mais representativos), e com alguns grupos (menos frequentes) de brasileiros e norte-americanos. Um outro "nicho" interessante é o número de visitantes que fazem parte da diáspora portuguesa no estrangeiro atraída, nos seus períodos de férias em Portugal,

---

que, a Lousitânea, apenas começou a efetuar este registo no ano de 2011, pelo que, nesta investigação, apenas poderemos analisar os valores de visitantes correspondentes aos anos de 2011 e 2012.

pelas várias reportagens difundidas pelos órgãos de comunicação social nos seus países de residência, em que a Rede das Aldeias do Xisto tem sido uma temática assídua, sobretudo em reportagens televisivas, emitidas pelas televisões a operar no mercado nacional e com serviço de emissão internacional (especialmente criado para a diáspora portuguesa espalhada pelo mundo).



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 137 – Número total de visitantes por mês, em 2011 e 2012, à Loja das Aldeias do Xisto de Aigra Nova.

Passando, agora, a analisar as visitas realizadas aos vários Núcleos do Ecomuseu Tradições do Xisto importa, numa primeira leitura, fazer uma breve nota explicativa ao conteúdo dos dados disponibilizados para análise. Tal como sucede com o registo de visitantes à Loja das Aldeias do Xisto, para os vários Núcleos do Ecomuseu Tradições do Xisto, o registo de entradas apenas começou a ser efetuado no ano de 2011, pelo que só temos dois anos disponíveis para análise nesta investigação. Por outro, relativamente ao Núcleo Sede do Ecomuseu, devido ao facto de este apenas ter sido inaugurado no final de 2012 não há ainda registo do número de visitantes para análise. Por fim, no que concerne ao Núcleo Asinino, pelo facto de este ter sido inaugurado em julho de 2012 apenas temos dados para análise referentes ao último semestre do respetivo ano de entrada em funcionamento do referido Núcleo.

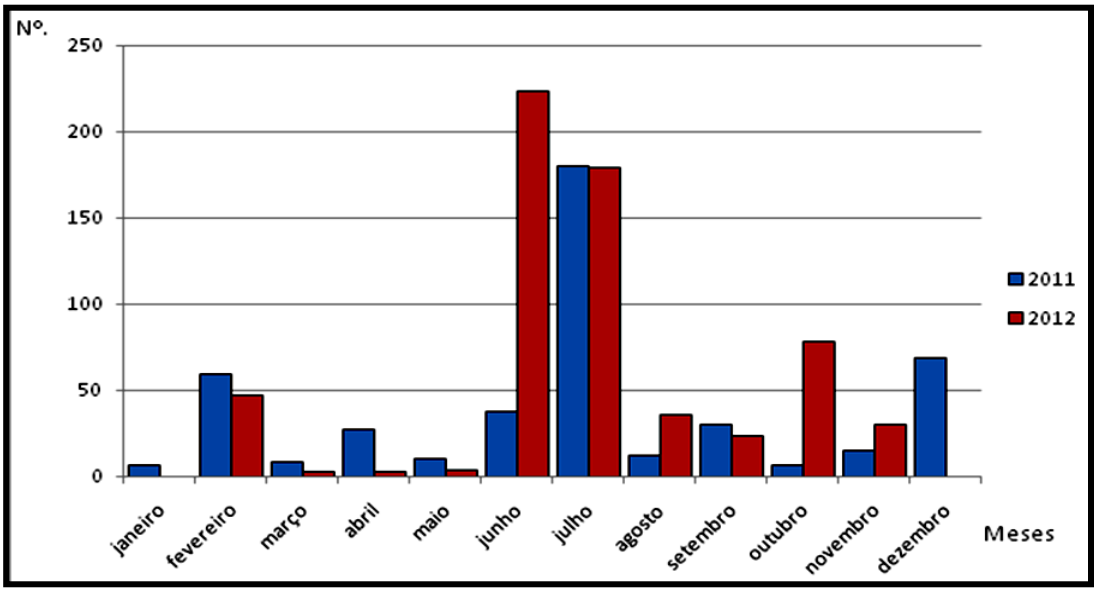
No que diz respeito ao número de visitas ao Núcleo da Maternidade de Árvores, há alguns detalhes que importa salientar. Em primeiro lugar, que a grande maioria das

visitas a este espaço acontece num contexto de grupo (raras vezes sucede a nível individual), sendo que, desse total, um pouco mais de metade, corresponde a grupos que fazem visitas as estas aldeias de forma organizada e com contacto prévio com a Lousitânea, nomeadamente grupos de empresa, escuteiros e grupos escolares.

O número de visitantes para os dois anos em causa (Figura 138), revela que existe uma variação positiva de 164 visitantes ao Núcleo da Maternidade de Árvores entre 2011 e 2012, variação esta que corresponde a um aumento de 26,37% (de 458 visitantes em 2011, para 622 visitantes em 2012), com uma média de 1,25 visitantes por dia em 2011 e de 1,70 visitantes por ano em 2012.

À semelhança do que se sucede com os restantes espaços, em que há registos do número de visitantes, é nos meses de verão que se verifica o maior número de visitas ao Núcleo de Maternidade de Árvores (junho e julho).

Ao visitar este Núcleo, uma das possibilidades é efetuar o apadrinhamento de uma planta (mediante um custo de 15 euros). Os dados referentes às fichas de apadrinhamento, permitem fazer a análise da proveniência geográfica dos "padrinhos" e, consequentemente, de parte dos visitantes deste espaço (ou pelo menos daqueles que efetuaram um apadrinhamento). A cartografia resultante do levantamento dos dados permite-nos identificar, de forma clara, quatro pólos geográficos que abarcam a totalidade dos 68 apadrinhamentos registados: Região da Grande Lisboa; Região Centro-Litoral; Região do Grande Porto (estes três em Portugal Continental) e Centro da Europa.



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 138 – Número total de visitantes por mês, em 2011 e 2012, ao Núcleo da Maternidade de Árvores, na Aigra Nova.

Esmiuçando os dados obtidos, numa análise mais refinada, podemos concluir que, no contexto nacional, são os concelhos de Lisboa, Sintra, Amadora, Oeiras e Cascais aqueles que detêm o maior número de apadrinhamentos de árvores (16 em Lisboa e 4 a 6 nos restantes municípios) (Figura 139). Relativamente aos apadrinhamentos concretizados por visitantes de nacionalidade estrangeira (Suíça, com 3 apadrinhamentos, e Holanda e Bélgica, cada um destes países com um apadrinhamento realizado), importa salientar que, todos estes casos correspondem a grupos organizados que chegaram a estas aldeias por prestação de serviço da empresa TransSerrano[41].

Ainda na senda da análise realizada aos apadrinhamentos de árvores no Núcleo da Maternidade de Árvores importa referir e destacar que, de um total de 68 apadrinhamentos, 53, ou seja, 77,94% foram feitos por pessoas a título individual, sendo que, os restantes 15 apadrinhamentos, ou seja 22,06%, correspondem a apadrinhamentos feitos por pessoas a título coletivo. Dentro dos que foram realizados por grupos podemos subdividi-los, ainda, por tipo de grupo, sendo que, desses 15 apadrinhamentos, 9 foram feitos por grupos de empresas, 3 por grupos de escuteiros e os restantes 3 por outros grupos (escolas, juntas de freguesia e grupos de amigos).

Relativamente às árvores apadrinhadas, não é possível estabelecer um padrão de "preferência" os visitantes tendem a apadrinhar as plantas mais conhecidas ou mediáticas, por um lado, e aquelas que estão mais ameaçadas no habitat desta região,

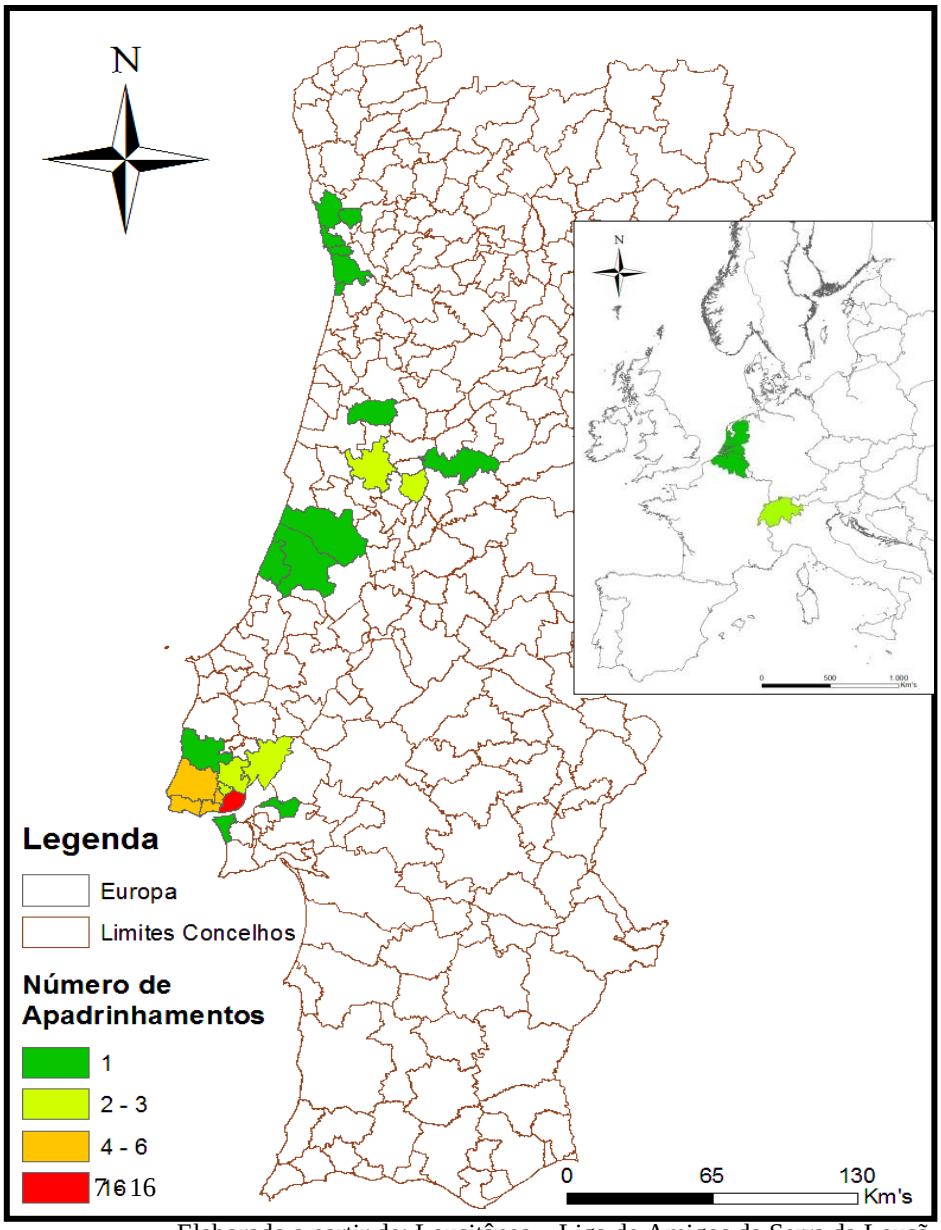
[41] A TransSerrano Lda., sediada em Góis, foi constituída a 16 de agosto de 1999, tendo como objetivo que o seu público-alvo deixe a cidade e parta à descoberta da região da Beira Serra, conhecendo a sua cultura ou desenvolvendo atividades de desporto aventura. Tendo conseguido cerca de nove mil participantes em 2006, a TransSerrano tem um impacto indireto significativo na economia local nomeadamente ao nível da restauração, hotelaria e produtos de artesanato.

Atualmente, as atividades dividem-se em três áreas importantes: escolas, desporto aventura e turismo sénior. A área das escolas inclui a realização de oficinas, colónias de férias ou jogos como a caça ao tesouro e representa cerca de 30% dos rendimentos da empresa. O desporto aventura, que inclui atividades como canoagem, canyoning, caminhadas, *paintball*, BTT, escalada, *rapel*, *slide*, montanhismo ou passeios guiados de jipe, constitui o segmento principal e representa 50 por cento da faturação. Em crescimento acentuado encontra-se o turismo sénior, que atingiu 20 por cento dos rendimentos da empresa, através de atividades como a Rota do Azeite de Góis, Rota da Chanfana, ou Oficina do Queijo. Tendo começado a trabalhar com operadores estrangeiros (Bélgica e Holanda) a empresa conseguiu já ter cerca de 5 % da sua faturação oriunda destes países.

Através do apoio do Programa Aldeias de Xisto contemplou-se a aquisição de jipes, parede de escalada, material para escalada, *rapel*, *slide* ou *canyoning*. Em 2003 a TransSerrano foi declarada de interesse para o turismo pela Direcção Geral do Turismo e obteve o alvará nº 24/2003 para o exercício da atividade de animação turística. Também possui o alvará nº 231 do Instituto Português da Juventude, que permite realizar colónias de férias, bem como os alvarás de licenciamento para a realização das descidas de canoa nos rios Mondego, Alva, Ceira, Vouga, Zêzere e Tejo.

Como perspetivas futuras, a empresa pretende aumentar o seu grau de reconhecimento a nível nacional e internacional, diversificando os seus mercados e desenvolvendo as atividades em diferentes locais. A empresa procura estabelecer um leque alargado de parcerias que potenciem ao máximo as suas atividades.

sendo que as plantas mais requisitadas para o efeito são o Castanheiro (*Castanea sativa*), o Azevinho (*Ilex aquifolium*), o Pinheiro Manso (*Pinus pinea*), o Azereiro (*Prunnus lusitanica*), e o Carvalho Alvarinho (*Quercus robur*).



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

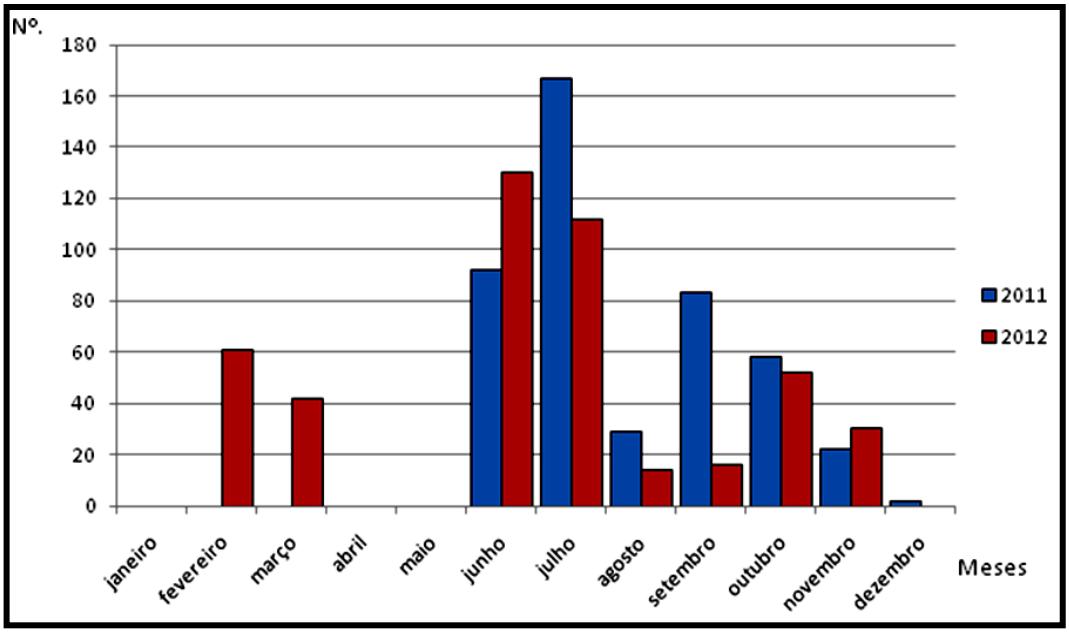
Figura 139 – Número total de apadrinhamentos no Núcleo da Maternidade de Árvores, em 2011 e 2012, por proveniência geográfica.

Analisando o número de visitas realizadas ao Núcleo de Interpretação Ambiental (Figura 140), há alguns detalhes que importa, numa primeira fase, salientar. Em primeiro lugar, referir que a grande parte das visitas a este espaço (mais de 99%) acontece num contexto de grupo (raras vezes sucede a título individual) e, desse total,

muito mais de metade corresponde a grupos que fazem visitas as estas aldeias de forma organizada e com contacto prévio com a Lousitânea, nomeadamente grupos de empresa, escuteiros e grupos escolares.

No que concerne ao número de visitantes para os dois anos tidos como período de referência, podemos constatar, logo à partida, a variação existente, no total de visitantes ao Núcleo da Maternidade de Árvores entre 2011 e 2012, é muito pouca, de apenas 4 pessoas, variando de 453 visitantes em 2011 para 457 visitantes em 2012, com uma média de 1,24 visitantes por dia em 2011 e de 1,25 visitantes por ano em 2012.

À semelhança do que se sucede com os restantes espaços, em há registos do número de visitantes, é nos meses de verão que se verifica o maior número de visitas ao Núcleo de Interpretação Ambiental (junho e julho).



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 140 – Número total de visitantes por mês, em 2011 e 2012, ao Núcleo de Interpretação Ambiental, na Aigra Nova.

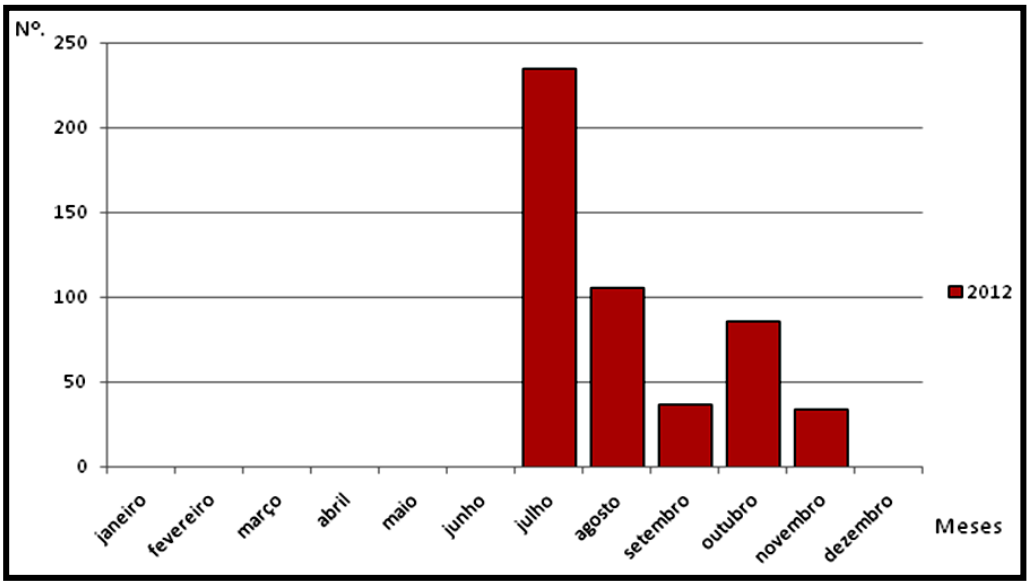
Em relação ao número de visitas ao Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto (Figura 141), importa começar por salientar que, pelo facto de este espaço ter sido inaugurado em julho de 2012, apenas temos dados para análise referentes ao último semestre do respectivo ano de entrada em funcionamento deste Núcleo integrante do Ecomuseu Tradições do Xisto.

Ao contrário do que sucede nos Núcleos analisados anteriormente, no Núcleo Asinino (pelo facto de ser de livre acesso, até ao gradeamento, e de não ser necessário a

companhia de um funcionário da Lousitânea para poder visitar os três asnos que habitam neste espaço[42]), a proporção entre visitas em grupo e visitas a título individual é muito semelhante (com ligeira vantagem para as efetuadas em grupo). Porém, é no seio dos grupos escolares que este Núcleo cativa mais atenções (certamente pela afeição e pela curiosidade, muito vincada, que as crianças têm por estes animais).

Analisando o número de visitantes para o semestre de 2012, sobre o qual existe disponibilidade de dados, podemos constatar, logo à partida, o "efeito novidade" provocado pela inauguração e chegada dos dois burros mirandeses (no mês de julho), sendo que, nos restantes meses do ano, se verifica uma redução progressiva do número de visitantes, com excepção de um pequeno "pico" em outubro. Para os seis meses em questão verificou-se uma afluência de 494 visitantes a este espaço, o que se traduz numa média de 2,68 visitantes por dia, no segundo semestre de 2012.

À semelhança do que se sucede com os restantes espaços, em há registos do número de visitantes, é de crer que será nos meses de verão que se irá verifica o maior número de visitas ao Núcleo Asinino.



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 141 – Número total de visitantes por mês, em 2012, ao Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto, na Aigra Nova.

Uma das outras formas de divulgação, de estabelecimento de redes de cooperação e de contactos bem como de financiamento da Lousitânea é a filiação de

[42] Facto que também condiciona a contabilização total de visitantes que, na realidade, visitam o Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto.

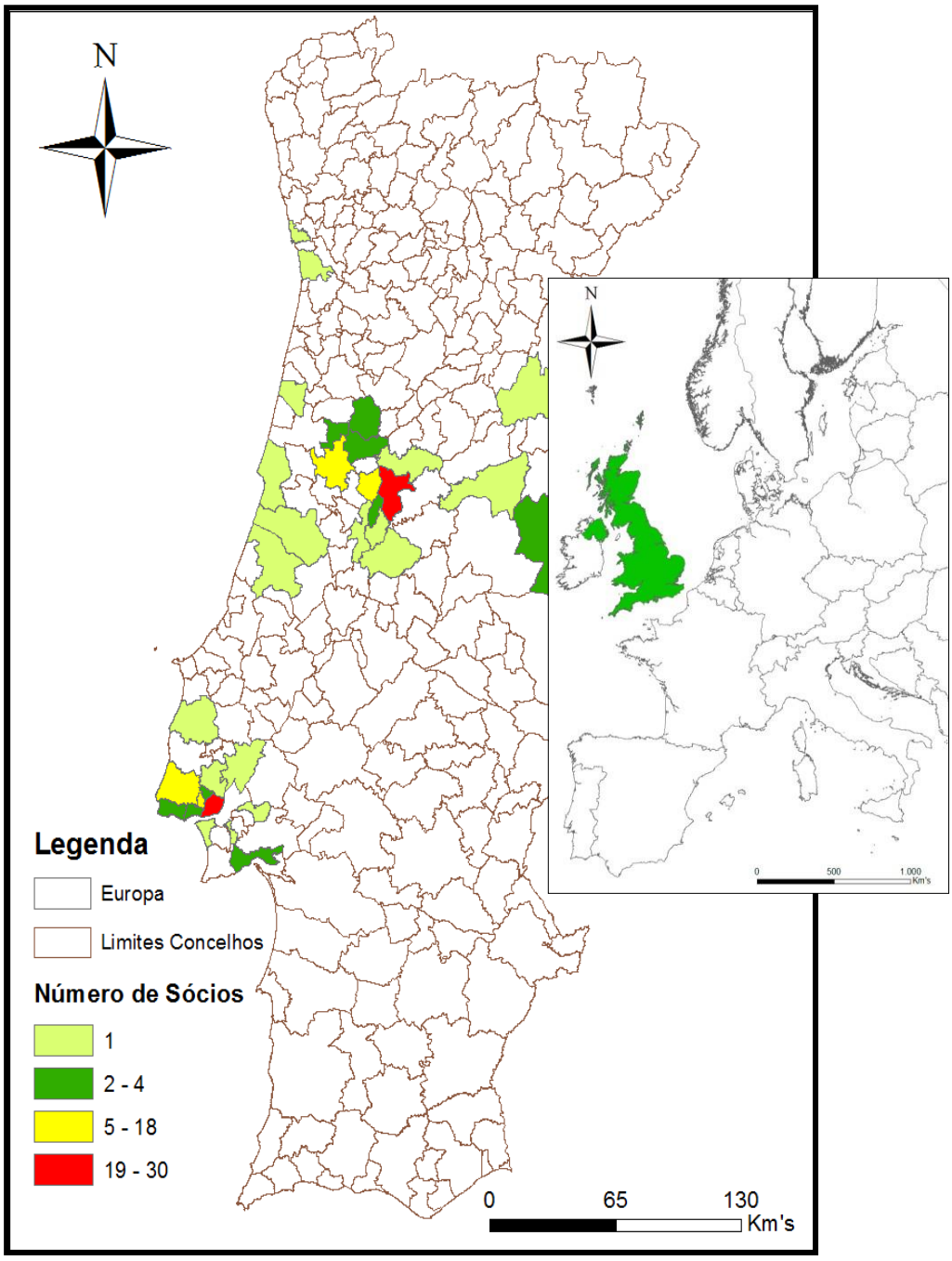
pessoas (a título individual) a partir de um sistema de sócios, que pagam uma cota anual de 15 Euros, e que se constitui não só como uma fonte de receita para a associação mas, também, como um ótimo "veículo de transmissão" e de divulgação da Lousitânea, das suas atividades, do território bem como de todo o Projeto e dos territórios integrantes e abrangidos pelo Programa das Aldeias do Xisto.

Dissecando os dados referentes ao local de residência dos 126 sócios que, à data de janeiro de 2013, compõem a Lousitânea podemos, logo numa primeira análise, depreender que 98,41% do total de sócios (124) são portugueses a residir em Portugal Continental, sendo que, por outro lado, os restantes 1,59% do total de sócios (2) correspondem a portugueses a viver no estrangeiro, mais concretamente no Reino Unido (Londres), tendo estes dois sócios uma relação de proximidade a esta Associação por consequência de ligação de parentesco aos fundadores da mesma (Figura 142).

Uma análise com maior pormenor e detalhe, os dados referentes aos sócios da Lousitânea a residir em território nacional, permite depreender que, muito à semelhança da cartografia apresentada para outros dados, anteriormente, existem três pólos bem vincados no que concerne à distribuição geográfica dos sócios: Grande Lisboa, Região Centro e Grande Porto (embora este último com muito menos peso do que em outros dados já apresentados e discutidos).

Dos concelhos com maior representatividade no total de sócios da associação podemos destacar Góis (com 30 sócios, ou seja, 23,81% do total), de tal maneira que este valor reflete, de forma muito vincada, a importância de a sede da Lousitânea ser no concelho de Góis; Lisboa (com 19 sócios, correspondentes a 15,08% do número total de sócios), muito por influência das redes de contacto pessoais, familiares e de outros vínculos existentes entre parte dos fundadores e de colaboradores da Lousitânea, com uma ligação muito forte à capital; Amadora (12 sócios, equivalente a 9,52% do total), e que, tal como sucede com o caso de Lisboa expressa, de forma muito marcada os vínculos e as redes de contacto existentes com este território por influência de ser o local de origem de um dos colaboradores da Associação; destaque também, para um peso relativo no total de sócios para municípios como Sintra e Coimbra; e, por fim, os casos muito particulares dos concelhos da Lousã (13 sócios), Castanheira de Pera (4 sócios) e Figueiró dos Vinhos (1 sócio), que surgem com alguma importância, por um lado pela proximidade da ligação comum entre todos eles (a Serra da Lousã), mas também por serem alguns dos territórios abrangidos pelo âmbito de atuação da Lousitânea. No caso do total de sócios cuja sua proveniência geográfica são municípios

integrados na Serra da Lousã (incluindo Góis nesta análise, embora já tenha sido analisado de forma isolada) o peso destes, no número total de sócios da Lousitânea é de 38,10%, ou seja de 48 sócios, o que se torna bastante relevante para a análise em questão. Na grande maioria dos restantes casos, a "explicação" da distribuição geográfica do número de sócios é concedida pelas redes de proximidade à atuação da Lousitânea, ou seja, de pessoas que já tiveram e continuam a ter ligações relacionais com a associação, quer seja por serem frequentadores assíduos da Casa de Campo da Comareira, ou por participarem, também de forma continuada, nas múltiplas atividades desenvolvidas pela Associação, correspondendo, no fundo, a múltiplos visitantes que, após uma primeira visita e contacto com a Lousitânea e as Aldeias do Xisto do concelho de Góis, voltaram (e voltam) a estes territórios de forma repetida e consequente, pretendendo uma ligação mais física e materializada, que ultrapasse "a simples visita", entendo também esta filiação como uma forma de reconhecer o trabalho desenvolvido pela Lousitânea e de a poder auxiliar (com um contributo monetário – pagamento de cotas) nas suas áreas de atuação.



Elaborado a partir de: Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã.

Figura 142 – Número total de sócios da Lousitânea, por proveniência geográfica.

8. Conclusão

A presente dissertação estudou os processos de mudança nos territórios rurais, abordando a importância do turismo no desenvolvimento rural através das Aldeias do Xisto e o seu impacto no desenvolvimento de quatro lugares serranos: Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena, na Serra da Lousã.

Na primeira parte da dissertação, apresentou-se uma revisão bibliográfica sobre estas temáticas, na qual procurámos analisar e evidenciar as principais orientações e questões presentes no seio do debate teórico, mediante a leitura e análise de distintos documentos orientadores e normativos, trabalhos académicos, investigações científicas, políticas e planos que possibilitaram destacar, de forma sistemática e com a maior concisão, as ideias, opiniões e linhas de orientação de maior relevo dentro dos domínios abordados.

As tendências evolutivas dos sucessivos documentos normativos das políticas e programas que a União Europeia tem desenhado para os espaços rurais revelam uma alteração dos paradigmas que orientam o desenvolvimento destes territórios. De facto, as "políticas produtivistas" deram lugar a "políticas diferenciadas" de desenvolvimento, com um paradigma vigente assente no caráter multifuncional do mundo rural. Embora concedendo à agricultura um papel relevante para o desenvolvimento dos territórios rurais, as políticas Comunitárias têm alargado o seu espetro de atuação, marcando de forma clara a transição do modelo orientado para o setor agrícola para um novo modelo direcionado para a sociedade rural, para uma crescente valorização e aproveitamentos dos seus múltiplos recursos endógenos (com grande destaque para os patrimónios natural e cultural), para a diversificação da sua base económica e para conceder às áreas rurais, por um lado, uma maior capacidade de autonomia e, por outro, uma mais diversificada e eficaz rede de oferta de produtos para a sociedade urbana, aumento a complementaridade entre o rural e o urbano.

Nesta fase de multifuncionalidade e de abertura dos espaços rurais assumem principal destaque e importância o lazer e o turismo, fruto de uma procura cada vez maior por parte da população urbana que pretende ocupar e usufruir do seu tempo livre, incrementando uma dinâmica cada vez mais importante no processo de revitalização destes territórios, concedendo uma diversificação da base económica e funcional dos espaços rurais, induzindo um aumento da qualidade de vida das populações, valorizando os múltiplos recursos existentes, promovendo os recursos endógenos, criando condições

para que outras atividades possam (re)emergir, permitindo uma maior abertura deste territórios e uma maior complementaridade entre o rural e o urbano, e nas relações (económicas, sociais eculturais) entre eles.

A segunda parte da dissertação apresentou como caso de estudo as Aldeias do Xisto, com especial destaque para as do concelho de Góis, em plena Serra da Lousã, no seguimento do quadro concetual que fundamentou a abordagem teórica.

O contexto geográfico onde estes quatro lugares serranos se inserem, à semelhança de outros no mesmo contexto territorial que encerra a Serra da Lousã, reflete problemas graves como o despovoamento (entre 1960 e 2013, as quatro Aldeias do Xisto do concelho de Góis perderam 81,7% da população residente), o envelhecimento da população, as baixas qualificações, o isolamento, a escassez (e praticamente inexistente) de uma base económica local com efeitos na oferta de emprego, o esquecimento a que estes lugares estiveram voltados e o abandono da paisagem rural, fruto do declínio acentuado das atividades tradicionais, por um lado, e, por outro, pelas utilizações que decorrem da construção de parques eólicos e da produção de eucaliptos, de forma mais ou menos intensiva.

É relativamente recente a(s) iniciativa(s) que tem impulsionado o desenvolvimento destes lugares serranos, e cuja sua expressão ainda é muito ténue. É, de facto, com o Programa das Aldeias do Xisto, criado em 2001, que estas e outras aldeias abrangidas pelo mesmo começam a adquirir novas condições, estruturas e potencial reconstruído para se lançarem numa rede integradora e inovadora com o intuito de dotar estes territórios de ferramentas que possibilitassem o seu desenvolvimento, de forma integrada e coesa, em contextos geográficos distintos mas homogéneos, onde as dificuldades colocavam estes territórios numa situação de precariedade e em risco de poderem desaparecer.

Neste contexto de construção de uma Rede das Aldeias do Xisto foram várias as intervenções realizadas na fase de aplicação da Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (AIBT-PI), no período compreendido entre 2000 e 2006. Destacam-se as intervenções executadas em torno do Programa das Aldeias do Xisto que pretenderam incrementar uma melhoria da qualidade de vida das populações locais; promoção das atividades económicas tradicionais e dos produtos locais; dinamizar os agentes económicos do território; animação turística; promoção e comunicação; dinamização de parcerias e construção de um modelo de gestão empresarial; construção de uma rede assente no produto turístico “Aldeias do Xisto”; viabilidade económica; formação,

qualidade, certificação da rede, atendimento e informação turística; serviços de proximidade.

Trata-se de um projeto de desenvolvimento, que integra 27 Aldeias, associado ao turismo cultural e de natureza, que pretende criar e afirmar um produto turístico e uma marca de qualidade, destinada a novos segmentos de mercado, através da construção de múltiplas redes (de lugares, de recursos, de produtos) e de parcerias entre entidade públicas e privadas.

No contexto da AIBT-PI destacam-se três domínios de intervenção: Sistema de Incentivos Específicos para o Pinhal Interior, Programa das Aldeias do Xisto e Ações e Iniciativas de Valorização do Património Natural e Cultural.

No caso concreto do Programa das Aldeias do Xisto foi responsável por quase 47% do investimento total da AIBT, o correspondente a pouco mais de 13,3 milhões de euros. Relativamente às categorias de intervenção, as recuperações realizadas em imóveis particulares corresponderam à maior parte do investimento executado, com mais de 4,3 milhões de euros (34,67% do total). Por sua outro lado, os espaços públicos (21,76%, correspondentes a mais de 2,7 milhões de euros) e as infraestruturas (14,1%, equivalente a mais de 1,7 milhões de euros), considerados de modo isolado, ou de forma conjugada (15,86%, totalizando mais de 1,9 milhões de euros), foram responsáveis por mais de 86,38% do investimento executado (ou seja, mais de 10,86 milhões de euros). A intervenção nos imóveis públicos equivaleu a 13,62% da verba total executada pelo Programa das Aldeias do Xisto, entre 2000 e 2006.

Analisando a distribuição geográficas do investimento executado, à escala da aldeia, são notórias as desigualdades dos investimentos. Enquanto quatro lugares apresentaram valores de investimento executado que excedeu os 900 mil euros, cinco outros não excederam os 180 mil euros de investimento global. Em termos médios, o Programa das Aldeias do Xisto apresentou um investimento executado de cerca de 7.082 euros por habitante.

No caso concreto os investimentos executados nas Aldeias do Xisto do concelho de Góis ascenderam a um total de 1.381.469,48 milhões de euros, o correspondente a 10,34% do investimento total executado nas vinte e quatro Aldeias do Xisto entre, 2000 e 2006. Considerando o investimento por aldeia constatamos que a Aigra Nova foi a que teve a maior percentagem do global investido, com 37,15% (correspondentes a mais de 513 mil euros), seguindo-se a aldeia da Pena com 34,2% do montante global executado (com mais de 472 mil euros); 16,27% (ou seja, com quase 225 mil euros) de

investimento foram destinados à Comareira, e 12,38% na Aigra Velha, num valor de investimento que ultrapassa os 171 mil euros. Em termos médios, foi executado no concelho de Góis um investimento de mais de 31 mil euros por habitante, variando entre 64 mil euros por habitante na Aigra Nova e 19 mil euros por habitante na Pena.

Relativamente à distribuição do investimento executado, segundo as tipologias/categorias de intervenção, no global do concelho de Góis destacam-se, as intervenções realizadas em imóveis particulares com mais de 441 mil euros; em infraestruturas com cerca de 286 mil euros; em espaços públicos com mais de 266 mil euros; considerados de modo isolado, ou de forma conjugada com um investimento superior a 233 mil euros; e em imóveis públicos, com mais de 155 mil euros executados.

No atual período de programação e de execução das políticas públicas destaca-se o PROVERE Rede das Aldeias do Xisto, que vem dar seguimento às iniciativas concretizadas entre 2000 e 2006. Nesta nova fase coordenada pela ADXTUR, entre 2007 e 2013, o Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos pretende estimular iniciativas de melhoria da competitividade territorial de áreas de baixa densidade que se proponham a dar valor económico aos recursos endógenos e particulares destes territórios.

A iniciativa Rede das Aldeias do Xisto, candidatada pela Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, é uma das oito candidaturas aprovadas pelo Programa Operacional da Região Centro (2007-2013) no âmbito das Ações Preparatórias do PROVERE.

Em termos globais a candidatura é composta por sete projectos âncora e dois complementares muito relacionados entre si e com enormes sinergias coletivas, cooperação, complementaridade público/privado, introduzindo factores potenciadores da criação e inovação e uma reconhecida e testada coerência dos recursos específicos endógenos seleccionados que corporizam o foco temático da Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC), reforçando a marca território «Rede Aldeias do Xisto».

Esta proposta para o período de 2007-2013 representa um investimento de 145.837.004 milhões de euros (correspondendo 70,76% a agentes privados e os restantes 29,24% a investimento de natureza pública). Em termos médios de investimento cada projecto tem um investimento de 359.204,44 mil euros. A média de investimento por projeto privado é de 458.656,73 mil euros, enquanto que a média de investimento por projeto de iniciativa pública é de 235.575,91 mil euros.

No contexto das candidaturas aprovadas no âmbito do PROVERE Rede das Aldeias do Xisto, destacamos, a título de exemplo, o Villa Pampilhosa Hotel (em Pampilhosa da Serra), com um investimento total superior a 4,5 milhões de euros e o Hotel Quinta da Paiva (em Miranda do Corvo), com um investimento global que ultrapassa os 2,8 milhões de euros.

Esta iniciativa pretende alcançar o crescimento e sustentabilidade da marca Aldeias do Xisto no mercado nacional e internacional e de todas as sub-marcas associadas; aproveitar e valorizar os recursos endógenos, mediante a execução de uma estratégia de base territorial alicerçada no turismo ativo e de natureza assim como no lazer apostando fortemente na inovação, valorização humana e cooperação como forma de criar novos serviços, novas atrações, novas oportunidades de investimento, concentrar capital de conhecimento no território e equacionar formatos e soluções específicas para o Pinhal Interior.

Numa outra fase importante da investigação chamamos à análise a Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, associação privada sem fins lucrativos (com um total de 126 sócios) que, tem como intuito promover atividades de conservação da natureza, valorizar o património cultural rural (etnográfico, histórico, gastronómico, artesanal, identitário, entre outros) e promover atividades de animação turística, desportiva, educativa, económica e social no espaço geográfico da Serra da Lousã.

À Lousitânea, cabe a gestão de vários espaços/infra-estruturas, nomeadamente a gestão da Casa de Campo da Comareira (TER), da Loja do Xisto da Aigra Nova, do Ecomuseu Tradições do Xisto, com o Núcleo Sede na Aigra Nova e com vários Núcleos nas restantes Aldeias do Xisto do concelho de Góis, bem como a implementação e gestão da Rede de Percursos Pedestres do concelho de Góis.

Para se ter uma ideia da importância que esta Associação tem no contexto do desenvolvimento local, em oito anos (entre 2006 e 2013) desenvolveu um total de 166 atividades, numa média de 20,75 atividades por ano, correspondentes a 1,73 atividades por mês.

A sua importância torna-se ainda mais vincada quando analisamos os registos de visitantes que entram na Loja das Aldeias do Xisto da Aigra Nova. Assim, numa aldeia com apenas quatro habitantes de forma permanente e diária, em 2012, visitaram esta Loja 4717 visitantes, correspondendo a um valor médio de 12,96 visitantes por dia. De facto, além da importância que a Lousitânea encerra na dinamização e valorizações dos múltiplos recursos que enriquecem a Serra da Lousã, esta Associação contribui

decisivamente para a recuperação da base económica desta aldeias e, de forma premente, para o desenvolvimento do concelho de Góis, em particular, e da Serra da Lousã, no geral. Porém, parece-nos evidente que a Lousitânea ainda muito poderá contribuir para o desenvolvimento sustentado da Serra da Lousã, contribuindo para a afirmação da marca Serra da Lousã, e para a valorização de todos os potenciais que ela encerra.

Importa salientar que a importância concedida à Lousitânea no que concerne ao desenvolvimento do território da Serra da Lousã parece ser inevitável, tendo em consideração, a título de exemplo, a organização da "Iª. Conferência sobre a Serra da Lousã - Recursos e Produtos Turísticos", realizada no passado dia 5 de junho de 2013, em Góis, e que foi capaz de alcançar um feito histórico para a região: reunir os principais atores que atuam no contexto geográfico da Serra da Lousã: políticos e institucionais (de escala regional e local), algumas das mais importantes empresas turísticas com atuação neste território e alguns dos investigadores que têm abordado as várias temáticas associadas ao turismo nesta Serra nos seus trabalhos académicos. Num encontro que visou a reflexão sobre a evolução sustentada dos lugares na sua relação com os processos e os agentes vinculados ao património e ao turismo, incluindo discutir os resultados concretos de projetos e iniciativas, analisando modelos e estratégias de atuação e organização de atores, explicitando novas lógicas de relacionamento e integração de lugares, e identificando oportunidades no contexto do desenho do novo período de programação das políticas públicas, entre outras.

Não podemos terminar, sem deixar de salientar que o desenvolvimento destes lugares com base em novas funções da base económica a partir do setor do turismo implica a necessidade de um forte planeamento estratégico, que respeite as questões fundamentais no que concerne à conservação do ambiente e do património cultural, nunca perdendo de vista as necessidades das populações locais, salvaguardando a sua qualidade de vida e respeitando os seus interesses e anseios. Enquanto estas quatro aldeias ainda permanecem num "recôndito" da extremidade da Serra da Lousã, onde o acesso massificado é limitado pela dificuldade das acessibilidades e estruturas existentes, é tempo para parar e pensar nas melhores soluções a tomar para o desenvolvimento destes lugares e da Serra da Lousã no geral, no sentido de evitar alterações não desejáveis e com resultados nem sempre positivos. É, de facto, imperativo planear estrategicamente o desenvolvimento destes territórios, procurando sempre alcançar uma relação harmoniosa entre os visitantes e as comunidades locais. A

palavra de ordem nos processos de desenvolvimento deve sempre ser uma: sustentabilidade.

Neste encontro demonstrou-se imperativo a necessidade de preparar uma estratégia integradora e de ações a implementar no contexto da Serra da Lousã, o mais breve quanto possível. Neste evento não foi proposta a criação de nenhuma nova entidade assumindo, assim, a Lousitânea, nesta primeira fase, o papel de dar seguimento a estes primeiros contactos e acompanhamento técnico, assumindo a responsabilidade de entidade agregadora das vontades comuns, da iniciativa, dos projetos e da Serra da Lousã, devendo definir-se em reunião com todos os municípios qual a entidade ou grupo de trabalho que deverá dar seguimento as ações desenvolver no futuro, nomeadamente na preparação do próximo Quadro Estratégico Comum, que irá vigorar entre 2014 e 2020.

O próximo período de programação dos Fundos Comunitários será, muito provavelmente, a última grande oportunidade para os espaços rurais de montanha em Portugal, no geral, e para a Serra da Lousã e as Aldeias do Xisto, em particular, por se prever que após 2020, a afetação de verbas destinadas a países como Portugal possam ser em menor quantidade por força da necessidade de canalizar ações para outros países da União Europeia.

Estamos em crer que estão reunidas todas as condições para que se desenvolvam as diligências necessárias e se congreguem os esforços fundamentais por parte de todos os atores que intervêm no contexto geográfico da Serra da Lousã, para lançar estudos, propostas e atuações que promovam uma união conjunta em torno da Serra, procurando desenvolver o território de cada um por base numa visão conjunta de desenvolvimento sustentável em torno do maior recurso que este território dispõe: a Serra da Lousã.

Através da realização desta investigação, que culmina na apresentação do presente trabalho, esperamos contribuir para desencadear novas reflexões e orientações nas políticas de desenvolvimento dos territórios rurais, mostrando as dificuldades mas também as capacidades que estes têm, sendo que, através de exemplos concretos procurámos dar a conhecer experiências, oportunidades e desafios para alcançar o desenvolvimento dos lugares serranos, onde nunca podemos esquecer o principal objetivo das múltiplas ações levadas a cabo ao longo de várias décadas: melhorar a qualidade de vida das populações locais e dotar os territórios das ferramentas necessárias para que estes possam singrar num processo de desenvolvimento que se

pretende inovador, coeso, inclusivo e, acima de tudo, sustentável. Também aqui a Geografia tem papel muito importante.

Bibliografia

– ADELINO, Luísa Daniela Moreira (2010). *Planeamento Turístico em Miranda do Corvo – Contributo de uma Análise Geográfica*. Relatório de Mestrado em Geografia Humana (Ordenamento do Território e Desenvolvimento), no âmbito do Estágio realizado na Câmara Municipal de Miranda do Corvo. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– ADXTUR (2009). *Estratégia de Eficiência Colectiva Rede das Aldeias do Xisto – Candidatura PROVERE*. Associação para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto. Fundão.

– ALBERGARIA, Henrique; *et al*. (2002). *Desenvolvimento da Região de Lafões – A valorização dos produtos agro-alimentares e o papel dos agentes locais no desenvolvimento de áreas rurais*. Colecção de Estudos IERU. Instituto de Estudos Regionais e Urbanos. Coimbra.

– ALBUQUERQUE, Rosana de Lemos de Sousa (2008). *Associativismo, capital social e mobilidade – contributo para o estuda da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos e lusófonos em Portugal*. Lisboa.

– ALDEIAS do Xisto (2004). *Revista de acompanhamento do "Programa das Aldeias do Xisto" da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior do Programa Operacional da Região Centro*. Série I, nºs. 1, 2, 3, 4 e 5. Pinus Verde. Coimbra.

– ALDEIAS do Xisto (2009). *A Descoberta Começa Aqui*. Série II, nºs. 1, 2, 3, 4. Pinus Verde. Coimbra.

– ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2007). *O mundo rural e os novos desafios*. *In* Perifierias e Espaços Rurais. Comunicações Apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais, pp. 295-318. Editora Principia. Estoril.

– ALVES, Luiz Rodolfo (Coordenação); CORDEIRO, Bruna Filipa (2012). *Os Penedos de Góis – Geomorfologia, Geologia e Paisagem: a importância de classificar o Património Natural*. Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã. Góis.

– ANTUNES, M. L. Marinho (1980). *Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português*. *In* Análise Social, vol. XVII (65), 1981-1º, pp.17-27. Lisboa.

– BANDEIRA, Mário Leston (1996). *Demografia e Modernidade – Família e Transição Demográfica em Portugal*. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Colecção Análise Social. Lisboa.

– BAPTISTA, A. J. Mendes (1999). *Políticas para o Desenvolvimento do Interior. Um Contributo para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006*. Estudos Regionais, Comissão de Coordenação da Região Centro. Coimbra.

– BAPTISTA, A. J. Mendes (2004). *Ordenamento do Território e Desenvolvimento dos Territórios Rurais*. Covilhã.

– BAPTISTA, Fernando Oliveira (2006). *O Rural depois da Agricultura*. *In* Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer. Homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco, pp.85-107. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa.

– BARQUERO, Antonio Vásquez (2002). *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasil.

– BARROS, Cristina; e GAMA, Rui (2010). *Marketing Territorial como Instrumento de Valorização dos Espaços Rurais: uma Aplicação na Rede das Aldeias do Xisto*. *In* Cadernos de Geografia nº28/29, pp.93-106. Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2009/2010. Coimbra.

– BARROS, Vítor Coelho (2003). Desenvolvimento Rural, Intervenção Pública, 1966-2002. Terramar. Lisboa.

– BORGES, Maria do Rosário; e LIMA, Susana (2006). *O Turismo de Montanha: Abordagem Conceptual e Enquadramento do Produto*. *In* Revista Turismo e Desenvolvimento, nº6, 2006 – Turismo de Montanha, pp.157-165. Associação de Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro. Aveiro.

– BURNAY, Maria João (2006). *O Turismo Sustentável e o Turismo de Natureza – Constrangimentos e Oportunidades*. *In* Revista Turismo e Desenvolvimento, nº6, 2006 – Turismo de Montanha, pp.167-179. Associação de Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro. Aveiro.

– CARDOSO, António Maria Ferreira (2002). *Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Áreas Rurais*. *In* 1º. Congresso de Estudos Rurais – Ambiente e Usos do Território.

– CARDOSO, António Maria Ferreira (2007). *As associações: uma alavanca para o desenvolvimento local*. *In* Atas do III CER – Congresso de Estudos Rurais. Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e Universidade do Algarve. Faro.

– CARMO, Renato Miguel do (2008). *Capital social e policentrismo: para uma análise reflexiva das políticas públicas. In* Atas do VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Coimbra.

– CARNEIRO, Inês (2010). *Porque é que não existe uma Política de Desenvolvimento Rural em Portugal?*. *In* Atas do IV CER – Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros, pp. 696-707. Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e Universidade de Aveiro. Aveiro.

– CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE GÓIS (2006). Câmara Municipal de Góis. Góis.

– CARVALHO, Armando (Coordenação) (2013). *Aldeias do Xisto – A Descoberta Começa Aqui!*. Colecção Foge Comigo! Lda – Guias de destinos. Foge Comigo! Lda e Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto. Santa Comba Dão.

– CARVALHO, Armando Ferrão de; e AMARO, Pedro Nuno Abrantes (1996). *Guia da Rede de Percursos da Serra da Lousã, Castanheira de Pêra, Góis, Lousã*. Quercus, Associação Nacional de Conservação da Natureza, Projecto do Litoral para o Interior. Coimbra.

– CARVALHO, Filipe; e MONTEIRO, Maria Lúcia (2006). *O Turismo no Espaço Rural e a Intervenção da Direcção Regional de Economia do Centro*. *In* Revista Turismo e Desenvolvimento – Turismo de Montanha, nº6, pp. 55-62. Aveiro.

– CARVALHO, Paulo; e FERNANDES, João Luís (2001). *Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural Português. O Exemplo do LEADER - ELOZ (Entre Lousã e Zêzere)*. *In* Território, Inovação e Trajectórias de Desenvolvimento. Pp. 241-271. Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– CARVALHO, Paulo (2001). *Património, Território, Actores e Desenvolvimento Rural Sustentável. O Ecomuseu da Serra da Lousã. Desafio ou Utopia?*. *In* Atas do 1º. Congresso de Estudos Rurais – Território, Sociedade e Política. Continuidades e Rupturas. Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.

– CARVALHO, Paulo (2006-a). *O património construído e o turismo cultural nas novas políticas territorializadas de desenvolvimento rural*. *In* CRUZ, Fernando (org.): Vestígios do Passado (Actas das Comunicações das II Jornadas Internacionais sobre Vestígios do Passado, Mirando do Douro, 21 e 22 de Abril de 2006). AGIR (Associação

para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural), 23pp (edição em cd-rom). Póvoa de Varzim.

– CARVALHO, Paulo (2006-b). *Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: Uma nova visão e valorização do território*. *In* Cadernos de Geografia nº24/25, pp.209-226. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2005/2006. Coimbra.

– CARVALHO, Paulo (2006-c). *Residência secundária e patrimonialização rural. Notas a partir das aldeias serranas da Lousã*. *In* Cadernos de Geografia nº24/25, pp.115-122. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2005/2006. Coimbra.

– CARVALHO, Paulo; e CORREIA, Juliana (2008). *Turismo, património(s) e desenvolvimento rural: a percepção local da mudança*. *In* Atas do VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Coimbra.

– CARVALHO, Paulo (2009). *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O Exemplo da Serra da Lousã*. Edição da Câmara Municipal da Lousã. Lousã.

– CARVALHO, Paulo (2010). *A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos e actores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha*. *In* Cadernos de Geografia nº28/29, pp.185-191. Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2009/2010. Coimbra.

– CARVALHO, Paulo (Coord.) (2012-a). *Turismo e Desenvolvimento. Estudos de Caso no Centro de Portugal*. Edição EUMED (Universidade de Málaga). 106 pp. Málaga.

– CARVALHO, Paulo (2012-b). *Património e Museus em Contexto Rural: Dos Lugares de Memória aos Territórios do Lazer e do Turismo*. *In Atas Oficiales del 6º Congreso Internacional Virtual sobre Turismo e Desarrollo*. Málaga, Grupo de Investigação EUMED (Universidade de Málaga), 13 pp. Málaga.

– CARVALHO, Paulo e ADELINO, Luísa (2012). *Turismo e Perspectivas de Desenvolvimento em Espaços de Montanha. O exemplo de Miranda do Corvo. In* Estudos de Caso no Centro de Portugal. Edição EUMED (Universidade de Málaga). 43-63 pp. Málaga.

– CASTILLO, JS.; *et al*. (2008). *Priorización de Objetivos y Estrategias de Programas de Desarrollo Rural 2007-2013. El caso de Castilla-La Mancha*. *In* Atas do VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Coimbra.

– CAVACO, Carminda (1996). *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local: Desafio ou Utopia? In* Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 333-355. Coimbra.

– CAVACO, Carminda (2003). *"Habitares" dos espaços rurais*. *In* Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia, 1ª. Série, vol. XIX, pp.47-64. Porto.

– CAVACO, Carminda (2004). *Desafios de Desenvolvimento Rural. Notas de Leitura*. *In* Finisterra XXXIX, 78, pp. 99-112. Lisboa.

– CAVACO, Carminda (2005). *As Paisagens Rurais: do "Determinismo Natural" ao "Determinismo Político"*. *In* Finisterra XL, 79, pp. 73-101. Lisboa, 2005.

– CAVACO, Carminda (2006). *Práticas e lugares de turismo*. *In* Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer. Homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco, pp.299-360. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa.

– CAVACO, Carminda (2009). *Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar*. *In* Os Territórios de Baixa Densidade em tempo de mudança, pp. 39-69. Centro de Ciência Viva da Floresta de Proença-a-Nova. Proença-a-Nova.

– CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2010). *Relatório Final de Execução Quadro Comunitário de Apoio III – Portugal (2000–2006). PO Centro – Programa Operacional Regional Centro.* Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Coimbra.

– CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2012). *A importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento - uma perspetiva para o Pinhal Interior Norte.* Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Coimbra.

– CE – Comissão Europeia (2010). *Comunicação da Comissão Europa 2020 – Estratégias para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.* Bruxelas.

– CESÁRIO, Marisa; *et al*. (2003). *As novas fronteiras da política regional no caso das zonas portuguesas desfavorecidas*. *In* Revista de Estudos Regionais, nº 2. Algarve.

– CLARO, Victor Manuel Mourisca (1956). *O concelho de Góis – Esboço Geográfico*. Coimbra.

– COLLAÇO, João Tello de Magalhães (1931). *Cadastro da população do Reino (1527) Actas das Comarcas Damtre Tejo e Odiana e da Beira*. Tipografia de Emprêsa Nacional de Publicidade. Lisboa.

– CORREIA, Ricardo; e BRITO, Carlos (2009). *Uma Abordagem Relacional do Desenvolvimento dos Territórios*. *In* 15º. Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. pp. 295-318. Editora Principia. Cabo Verde.

– CORREIA, Teresa Pinto; *et al*. (2007). *O Turismo em Espaço Rural e a Multifuncionalidade da Paisagem*. Évora.

– CORREIA, Teresa Pinto (2007). *Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Novos desafios à sua análise*. *In* Inforgeo, Julho de 2007, pp. 61-71.

– COVAS, António (1999). *As amenidades rurais um contributo para o desenvolvimento de zonas desfavorecidas.* Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural. Lisboa.

– COVAS, António (2004). *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural. Temas e Problemas*. Edições Colibri. Lisboa.

– COVAS, António (2008). *Ruralidades III - Temas e Problemas da Ruralidade Pós-agrícola e Pós-convencional.* Universidade do Algarve. Faro.

– COVAS, António (2009). *Integração Europeia, Relações Ibéricas e Política de Regionalização. Coesão, diversidade e cooperação territorial na União Europeia*. Edições Colibri. Lisboa.

– COVAS, António; *et al*. (2010). *Mundos Rurais em Portugal: Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*. *In* IV Congresso de Estudos Rurais. Aveiro.

– CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1989). *Turismo e Desenvolvimento, o Distrito de Coimbra, 1980-1987*. *In* Separata de: "Arunce" - Revista de Divulgação Cultural, nº1, (Junho de 1989), pp. 44-55.

– CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (2006). *Turismo e Cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares*. *In* Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer. Homenagem à Professora Doutora Carminda

Cavaco, pp.269-277. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa.

– CRAVIDÃO, Fernanda Delgado; e CUNHA, Lúcio (1991). *Turismo, Ambiente e Impacto Ambiental*. *In* Cadernos de Geografia nº10, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– CRAVIDÃO, Fernanda Delgado; e FERNANDES, João Luís (2003). *Urbano e Rural: a convergência de dois conceitos ou outros modos de "olhar" o território? In* Revista Portuguesa de História, XXXVI (2002-2003), Volume 2.

– CRISTÓVÃO, Artur (1999). *Para a valorização dos recursos naturais do vale do Douro*. *In* DOURO – Estudos & Documentos, vol. IV (8), 1999 (2º), pp. 19-31. Vila Real.

– CRISTÓVÃO, Artur *et al*. (2003). *O espaço rural e os novos instrumentos de intervenção territorializada: o caso da AIBT-DOURO*. *In* Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada. SPER/ESAB/AEEA, 20p. (edição em cd-rom). Bragança.

– CRISTÓVÃO, Artur (2011). *Acção colectiva e turismo em espaço rural: as Rotas do Vinho e do Azeite no Douro e Trás-os-Montes, Portugal*. *In* Marcelino de Souza e Ivo Elesbão (Orgs.), Turismo Rural: Iniciativas e Inovações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, pp. 101-141. Porto Alegre.

– CUNHA, Licínio (1987). *Política de Turismo*. Secretaria de Estado do Turismo. McGraw – Hill (Portugal). Lisboa.

– CUNHA, Licínio (1997). *Economia e Política do Turismo*. McGraw – Hill (Portugal). Lisboa.

– CUNHA, Lúcio (2003). *A Montanha do Centro Português: espaço de refúgio, território marginal, e recurso para o desenvolvimento local*. *In* Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento. Pp. 175-191. Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– DIÁRIO DA REPÚBLICA (2008) – *Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março*. Diário da República, 1ª. Série, Nº. 48. Lisboa.

– DIÁRIO DA REPÚBLICA (2009) – *Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro*. Diário da República, 1ª. Série, Nº. 178. Lisboa.

– DIÁRIO DA REPÚBLICA (2012) – *Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio*. Diário da República, 1ª. Série, Nº. 105. Lisboa.

– DINIZ, Eduardo (2012). *A PAC após 2013 – Perspectivas e Impactos em Portugal*. *In* Dinâmicas e Políticas para Desenvolvimento Rural 2014–2020. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Lisboa.

– DOMINGUES, Álvaro (2001). *A Paisagem Revisitada*. *In* Revista Finisterra, Volume XXXVI, nº. 72, Centro de Estudos Geográficos. Lisboa.

– DOMINGUES, Álvaro (2010). *A Vida no Campo*. *In* Encontro Património Natural e Cultural: Construção e Sustentabilidade! Fundação Gulbenkian. Lisboa.

– DOMINGUES, Celestino M. (1990). *Dicionário Técnico de Turismo*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.

– DRUȚU, Maricica; e DRĂGULĂNESCU, Irina-Virginia (2012). *Rural Tourism for Local Economic Development*. *In* International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences, Volume 2, Special Issue 1 (2012), pp. 196-203. Disponível em: http://www.hrmars.com/admin/pics/1028.pdf

– EC – European Commission (2011). *The Reform The CAP Towards 2020 – Consultation Document For Impact Assessment.* Bruxelas.

– ECHEVERRI, R.; *et al*. (2008). *Elementos de Debate para el Futuro del Desarrollo Territorial*. *In* Atas do VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Coimbra.

– ENZO, Mingione; e ENRICO, Pugliese (1987). *A Difícil Delimitação do "Urbano" e do "Rural": Alguns exemplos e implicações teóricas*. *In* Revista Crítica de Ciências Sociais, nº. 22.

– FARIA, Maria Inácia Sobral Félix (2008). *Os (des)caminhos da "inovação". In* Atas do VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Coimbra.

– FERNANDES, José Manuel (2000). *Arquietctura Popular Portuguesa – uma síntese*. Colecção Arte e Artistas. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa.

– FERRÃO DE CARVALHO, Armando (2006). *Programa das Aldeias do Xisto: Caminho para o Turismo de Montanha*. *In* Revista Turismo e Desenvolvimento, nº6, 2006 – Turismo de Montanha, pp.27-30. Associação de Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro. Aveiro.

– FERRÃO, João (2000). *Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*. *In* Sociologia, Problemas e Práticas, 33, CIES, Celta, Oeiras, pp. 45-54. Oeiras.

– FERRÃO, João (2003). M*udança económica em áreas rurais – uma visão evolucionista*. *In* Revista da Faculdade de Letras - Geografia, I série, vol. XIX, Porto, pp. 245-253. Porto.

– FERRÃO, João (Coord.) (2012). *Regiões Funcionais, Relações Urbano-Rurais e Política de Coesão Pós-2013. Relatório Final.* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa.

– FILIPE, Alda Maria Mourão (1989). *Comunidades Rurais do Interior do Distrito de Coimbra na Segunda Metade do Século XVIII – um itinerário económico e social*. Comissão de Coordenação da Região Centro, Governo Civil de Coimbra. Coimbra.

– FONSECA, Madalena Pires da (2004). *A Política Regional da União Europeia: uma utopia variável?* Porto.

– FREIRE, João Pedro de Almeida Gouveia Geraldes; *et al*. (1994). *O Turismo no Espaço Rural na Região Centro.* Estudos Sectoriais. Comissão de Corrdenação da Região Centro. Coimbra.

– GAMA, António; e SANTOS, Norberto Pinto dos (Coord.) (2008). *Lazer – Da libertação do tempo à conquista das práticas*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– GONÇALVES, Maria Olinda Barros (2007). *Desenvolvimento em Meio Rural – Contributos da Emigração e do Regresso. Aplicação ao concelho de Boticas na Região Barrosã*. Tese de Doutoramento. Lisboa.

– INE (1944). *VIII Recenseamento Geral da População, no Continente e ilhas adjacentes em 12 de dezembro de 1940*. Instituto Nacional de Estatística. Volume III – Distrito de Coimbra. Sociedade Tipográfica. Lisboa, 1944.

– INE (1952). *IX Recenseamento Geral da População, no Continente e ilhas adjacentes em 15 de dezembro de 1950*. TOMO II – Idade e Educação. Instituto Nacional de Estatística. Sociedade Tipográfica Portuguesa. Lisboa.

– INE (1953). *IX Recenseamento Geral da População, no Continente e ilhas adjacentes em 15 de dezembro de 1950*. TOMO III, Volume 1 – Condições de Trabalho, Encargos de Família e Meio de Vida. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa Bertrand (Irmãos). Lisboa.

– INE (1960-a). *X Recenseamento Geral da População, no Continente e ilhas adjacentes em 15 de dezembro de 1960*. TOMO II. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

– INE (1960-b). *X Recenseamento Geral da População, no Continente e ilhas adjacentes em 15 de dezembro de 1960*. TOMO V, Volume III – Condições Perante o

Trabalho e Meio de Vida (Concelhos e Centros Urbanos). Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

– INE (1970-a). *11º Recenseamento da População e 1º Recenseamento da Habitação. População e Alojamentos por lugares (Distrito de Coimbra)*. Instituto Nacional de Estatística – Serviços Centrais Lisboa.

– INE (1970-b). *11º Recenseamento da População, Continente e ilhas adjacentes*. Estimativa a 20% - 1º Volume. Instituto Nacional de Estatística – Serviços Centrais (Distrito de Coimbra). Lisboa.

– INE (1981). *XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos*. Instituto Nacional de Estatística – Distrito de Coimbra. Lisboa.

– INE (1991). *XVIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos - Centro*. Instituto Nacional de Estatística – Direção Regional do Centro. Lisboa.

– INE (2001). *XIV Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos - Centro*. Instituto Nacional de Estatística – Direção Regional do Centro. Lisboa.

– INE (2011). XV *Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

– JACINTO, Rui (1993). *As Regiões Portuguesas, a Política Regional e a Reestruturação do Território*. *In* Cadernos de Geografia, Instituto de Estudos Geográfico, nº12, pp. 25-39. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– JACINTO, Rui (1995). *O Mundo Rural e o seu Desenvolvimento*. *In* Cadernos de Geografia, Instituto de Estudos Geográfico, nº14, pp. 143-145. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– JACINTO, Rui (1996). *Entre a Continuidade e a Mudança: os Sistemas Produtivos da Região Centro e a sua Reestruturação*. *In* Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 161-200. Coimbra.

– JACINTO, Rui (1998). *A Região Centro e a Recomposição da sua Geografia: Ensaio para uma Leitura dos Territórios e a Interpretação das suas Dinâmicas*. *In*

Cadernos de Geografia, Instituto de Estudos Geográfico, nº17, pp. 315-321. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– JACINTO, Rui; BAPTISTA, Fernando Oliveira e MENDES, Teresa (Coord.) (2009). *Os Territórios de Baixa Densidade em Tempos de Mudança*. Câmara Municipal de Proença-a-Nova e Centro de Ciência Viva da Floresta. Proença-a-Nova.

– JESUS, Maria da Conceição de (1992). *Terciarização em Espaços Rurais – Análise de Duas Freguesias do Concelho de Cantanhede: Febres e Tocha*. Coimbra.

– KASTENHOLZ, Elisabeth; e LIMA, Joana (2011). *The Integral Rural Tourism Experience from the Tourist's Point of View – A Qualitative Analysis of its Nature and Meaning*. *In* Tourism & Management Studies, nº 7, International English Edition. Faro. Disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S2182-84582011000100007&script=sci_arttext

– LUÍS, Esmeralda (2002). *Turismo e Desenvolvimento do Espaço Rural: O Caso do Concelho de Santa Marta de Penaguião*. *In* Inforgeo, 16/17, pp. 63-79. Edições Colibri. Lisboa.

– LOPES, Ana; e RODRIGUES, Emanuel de Castro (2008). *O Turismo Cultural no Desenvolvimento de Espaços Rurais: o caso das Terras do Demo*. *In* 1º. Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde.

– LOURENÇO, Luciano (1996). *Serras de Xisto do Centro de Portugal. Contribuição para o seu conhecimento geomorfológico e geo-ecológico*. Dissertação de Doutoramento em Geografia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (2012). *Programa Rede Rural Nacional.* Lisboa.

– MAOTD – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do território (PNPOT).* Lisboa.

– MARGARETA, Badiu Simona (2007). *Effects Produced by the Touristic Activities Insert in Romanian Rural Space*. University of Agricultural Sciences and Veterinary Medicine Cluj-Napoca, Romania. Disponível em: http://journals.usamvcluj.ro/index.php/horticulture/article/download/2098/2019

– MATEUS, Augusto (Coord.) (2005). *Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social, volume 3 – competitividade, coesão e convergência: a óptica específica das regiões portuguesa: Região Centro*. Universidade do Minho. Braga.

– MATOS, Fátima Loureiro de (2003). *A Habitação no espaço rural ma região Norte: algumas mudanças*. *In* Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia, 1ª. Série, vol. XIX, pp.195-210. Porto.

– MEDEIROS, João (1996). *Das Estratégias de Desenvolvimento para o Meio Rural às Iniciativas Locais: Algumas Experiências na Região Centro*. *In* Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 285-319. Coimbra.

– MIRANDA, Maria Paula Barroso Vilas Boas (2004). *Amarras dos Mundo Rural: implicações do isolamento social na saúde e nos projectos dos jovens*. Dissertação de Mestrado. Braga.

– MOITA, Susana (2009). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*. Câmara Municipal de Góis. Góis, 2009.

– MOUTINHO, Mário (1979). *A Arquitectura Popular Portuguesa*. Editorial Estampa. Lisboa.

– MONTEIRO, Maria Lúcia; e CARVALHO, Filipe (2006). *O Turismo no Espaço Rural e a intervenção da Direcção Regional da Economia do Centro*. *In* Revista Turismo e Desenvolvimento, nº6, 2006 – Turismo de Montanha, pp.55-62. Associação de Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro. Aveiro.

– MOREIRA, Fernando João de Matos (2009). *O Potencial do Turismo em Espaço Rural para o Desenvolvimento dos Territórios*. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Estoril.

– MORENO, Luís (1999). *A serra do Açor e o Pióddão: refúgios de uma ruralidade recriada*. *In Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Centro de Estudos Geográficos, pp. 395 - 413. Lisboa.

– MORENO, Luís (2007). *Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 392 pp. Lisboa.

– MORENO, Luís (2009). *Empreendedorismo e promoção territorial das áreas rurais*. *In Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*. Centro de Ciência Viva da Floresta, pp. 121-132. Proença-a-Nova.

– MORENO, Luís (2001). *Usos do tempo e Desenvolvimento local em Áreas Rurais*. *In 1º Congresso de Estudos Rurais – Sociedade, Conhecimento e Políticas*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 11 pp. Vila Real.

– NEVES, A. Oliveira das (2002). *A Competitividade das Áreas Rurais – uma abordagem na perspectiva das estratégias de marketing*. *In* 1º. Congresso de Estudos Rurais – Ambiente e Usos do Território.

– NUNES, Cláudia Alexandra de Almeida (2011). *Turismo Acessível: o Caso da Lousã*. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– PAIS, Carina; e GOMES, Bruno (2008). *O Espaço Rural no âmbito das Políticas de Desenvolvimento – o caso do Pinhal Interior*. *In* Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Coimbra.

– PARDAL, Sidónio (1997). *Ordenamento do Território e Protecção do Ambiente no Desenvolvimento Rural*. *In* Revista de Administração Local, nº. 160, pp. 379-385. Lisboa.

– PAUL, José Joaquim das Neves (2006). *Potencialidades Turísticas da Serra da Lousã*. *In* Revista Turismo e Desenvolvimento, nº6, 2006 – Turismo de Montanha, pp.103-108. Associação de Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro. Aveiro.

– PEIXOTO, Paulo (2004). *O desaparecimento de mundo rural*. *In* VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: a questão social no novo milénio. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– PEREIRA, Francisco Correia (2007). *Associativismo Migrante e Participação Cívica. Dinâmicas Organizativas das associações de imigrantes angolanos, guineenses e europeus de Leste na Área Metropolitana de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Relações Inter-Culturais. Universidade Aberta. Lisboa.

– PESEZ, Jean-Marie (1986). *Aldeia*. *In* Enciclopédia Einaudi, Volume 8 – A Região, pp.376-395. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa. Lisboa.

– PINA, Maria Helena Mesquita (1995). *Alto Douro: alguns apontamentos sobre a sua estrutura fundiária*. *In Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*, Reitoria da Universidade do Porto, pp. 323-329. Porto.

– PINA, Maria Helena Mesquita (1999). *A diversidade de espaços rurais: os casos exemplificativos de Cambres e Magueija"*. *In Actas do I Congresso Internacional de Geografia Rural*, Instituto de Geografia da FLUP. Porto.

– PINA, Maria Helena Mesquita (2003). *O Alto Douro: um espaço contrastante em mutação*. Tese de doutoramento apresentada à FLUP. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 582 p. Porto.

– PINTO, Acácio (2004). *Turismo em Espaço Rural – Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves – Sátão.* Palimage Editores. 236 pp. Viseu.

– PINUS VERDE (2006). *Aldeia do Xisto – Um novo Destino no Centro de Portugal*. *In* Revista Turismo e Desenvolvimento, nº6, 2006 – Turismo de Montanha, pp.95-100. Associação de Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro. Aveiro.

– PIZARRO, Noémia (2005). *Guia do Cidadão Europeu*. Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Lisboa.

– RAMOS, Bruno (2009). *Aldeias do Xisto – Um conceito de Turismo Sustentável Inovador*. *In* Revista Turismo e Desenvolvimento, nº11, 2009 – Turismo Acessível, pp.103-107. Associação de Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro. Aveiro.

– RIBEIRO, José Cadima; e VAREIRO, Laurentina Cruz (2007). *Turismo e Desenvolvimento Regional: o Espaço Rural como Destino Turístico*. *In* Atas do 1º. Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro, pp. 470-486. Edição da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez. Arcos de Valdevez.

– RIBEIRO, Orlando (1991). *Opúsculos Geográficos*. Volume IV, o Mundo Rural. Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

- RIBEIRO, Pedro (2010). *Porque uma Política de Desenvolvimento Rural*. *In* Atas do IV CER – Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros, pp. 20-21. Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e Universidade de Aveiro. Aveiro.

– RIBEIRO, Vítor (2010) (Coordenação Geral). *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. Edições Afrontamento e CCDR Algarve. Porto.

– RODRIGUES, Adyr Balastreri (2006). *Território e Turismo: a apreensão da dinâmica espacial*. *In* Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer. Homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco, pp.247-265. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa.

– RODRIGUES, Áurea (2006). *Os Trilhos Pedestres como uma Actividade de Lazer, Recreio e Turismo – Uma Análise Exploratória ao Mercado dos Trilhos Pedestres em Portugal*. *In* Revista Turismo e Desenvolvimento, nº6, 2006 – Turismo de

Montanha, pp.83-94. Associação de Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro. Aveiro.

– RODRIGUES, José Augusto Ferreira (2007). *Turismo e Espaço Rural: Convivências, Conflitos e Harmonia – o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– RODRIGUES, Teresa Ferreira; e MOREIRA, Maria João Guardado (Coord.); *et al.* (2009). *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social em Portugal*. Edições Afrontamento, Colecção Biblioteca das Ciências Sociais, Porto. Porto.

– ROXO, Maria de Lurdes (1996). *Mobilidade e Dinamismos nas Periferias Urbanas: Poder Local e Perspectivas de Mudança*. *In* Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 261-283. Coimbra.

– SANTOS, Carlos (Coordenação) (2002). *Planos de Aldeias do Xisto: Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena*. Gabinete Técnico Local. Câmara Municipal de Góis. Góis.

– SANTOS, Maria da Graça Mouga Poças (2000). *O Turismo do Ano 2000*. *In* Finisterra, XXXV, nº. 70, pp. 137-138. Lisboa.

– SANTOS, Maria da Graça Mouga Poças (2008). *A descaracterização da paisagem rural – Breve apresentação sobre o caso da Azoia – Leiria*. Leiria.

– SANTOS, Norberto; e CUNHA, Lúcio (2007). *Novas oportunidades para o espaço rural. Análise exploratória no Centro de Portugal*. *In* VI Congresso da Geografia Portuguesa. Lisboa.

– SÊCCO, António Luiz de Sousa Henriques (1854). *Mappa do Districto de Coimbra, Designado Segundo Ordem Alphabetica dos Concelhos*. Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REFORMA ADMINISTRATIVA (2011). *Documento Verde da Reforma da Administração Local*. Gabinete do Ministro Adjunto dos Assuntos Parlamentares. Governo de Portugal. Lisboa.

– SILVA, Luís (2006). *Os impactos do turismo em espaço rural*. *In* Antropologia Portuguesa, 22/23, 2005/2006. Lisboa.

– SILVA, Luís (2007). *A Procura do Turismo em Espaço Rural*. *In* Revista Etnográfica.

– SIMÃO, Rui (2009). *PROVERE Rede das Aldeias do Xisto. In* Workshop Territórios de Baixa Densidade: que Futuro?. Trancoso.

– SIMÕES, José Manuel; e FERREIRA, Carlos Cardoso (2009). *Turismos de Nicho – Motivações, Produtos, Territórios*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. Lisboa.

– SPI (2007). *Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Góis*. Sociedade Portuguesa de Inovação. Góis.

– TEIXEIRA, Luísa Margarida Paiva (2013). *Dinamismo Territorial e Multifuncionalidade dos Espaços Rurais - Um projeto artesanal num território rural*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

– TOVAR, Zília Maria de Serpa Barata de (2010). *Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Turismo – Gestão Estratégica de Destinos Turísticos. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Estoril.

– TRINDADE, Beatriz Rocha - (1986). *Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência*. *In* Análise Social, vol. XXII (91), 1986-2º, pp.313-330. Lisboa.

– TRINDADE, Beatriz Rocha - (2010). *Associativismo em contexto migratório*. *In* Revista Migrações, Número Temático: Associativismo Imigrante. Revista do Observatório da Imigração, ACIDI I.P., Lisboa. Lisboa.

– TURISMO CENTRO DE PORTUGAL (2007). *Centro de Portugal, no Coração de um País*. Associação Turismo Centro de Portugal. Viseu.

– UMBOLINO, Jorge; e PAIS, Ana Paula (2006). *Em torno da formação de Recursos Humanos para o Turismo em Portugal*. *In* Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer. Homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco, pp.215-226. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa.

– UVA, José Manuel Sousa (2012). *Propostas legislativas para o Desenvolvimento Rural 2014–2020*. *In* Aspectos horizontais do Desenvolvimento Rural. Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Lisboa.

– VEIGA, José Francisco F. da; e FERREIRA, Carlos Cardoso (2004). *Desenvolvimento e Território, o caso do concelho de Alvito*. *In* Atas do II CER –

Congresso de Estudos Rurais. Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais. Angra do Heroísmo.

– VEIGA, José Francisco da (2007). *Que actores para o desenvolvimento rural?*. *In* Periferias e Espaços Rurais. Comunicações Apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais, pp. 351-362. Editora Principia. Estoril.

– VENTURA, Sílvia Sofia Bandeira Nunes (2010). *Góis – Base para um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo.* Dissertação de Mestrado em Turismo, Gestão Estratégica de destinos Turísticos. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Estoril.

– VERA, Fernando et al. (1997). *Análisis territorial del tursimo*. Ariel Geografía. Barcelona.

Anexos

Anexo I – Investimento executado pelo Programa das Aldeias do Xisto (2000-2006), por aldeia e por município, e por tipologia de intervenção.

Executor	Aldeia	Tipo de Intervenção	Investimento		Compart. FEDER
			Total	%	
Município de Arganil			**870.621,09**	**100**	**609.434,76**
Benfeita			**870.621,09**	**100**	**609.434,76**
	Benfeita	Espaços Públicos	216.502,95	24,87	151.552,07
	Benfeita	Imóveis Particulares	186.187,95	21,39	130.331,56
	Benfeita	Infraestruturas + Espaços públicos	467.930,19	53,75	327.551,13
Município de Castelo Branco			**1.101.618,68**	**100**	**771.133,10**
Sarzedas			**818.293,08**	**74,28**	**572.805,17**
	Sarzedas	Espaços Públicos	335.484,07	41,00	234.838,85
	Sarzedas	Imóveis Particulares	322.291,38	39,39	225.603,98
	Sarzedas	Imóveis Públicos	6.247,50	0,76	4.373,25
	Sarzedas	Infraestruturas	154.270,13	18,85	107.989,09
Martim Branco			**283.325,60**	**25,72**	**198.327,93**
	Martim Branco	Infraestruturas + Espaços públicos	10.200,86	3,60	7.140,60
	Martim Branco	Espaços Públicos	111.227,00	39,26	77.858,90
	Martim Branco	Imóveis Particulares	161.897,74	57,14	113.328,43
Município de Figueiró dos Vinhos			**355.696,27**		**1.276.146,98**
Casal de São Simão			**355.696,27**	**100**	**3.636.464,42**
	Casal de São Simão	Infraestruturas + Espaços públicos	206.927,05	58,18	144.848,93
	Casal de São Simão	Espaços Públicos	36.269,23	10,20	25.388,46
	Casal de São Simão	Infraestruturas	112.499,99	31,63	78.750,00
Município do Fundão			**2.746.479,69**	**100**	**727.327,20**
Barroca			**1.505.960,06**	**55**	**869.738,50**
	Barroca	Espaços Públicos	344.162,99	22,85	172.081,55
	Barroca	Imóveis Particulares	296.365,28	19,68	148.182,68
	Barroca	Imóveis Públicos	745.065,68	49,47	484.292,68
	Barroca	Infraestruturas	89.221,70	5,92	44.610,86
	Barroca	Infraestruturas + Espaços públicos	31.144,41	2,07	20.570,73
Janeiro de Cima			**1.240.519,63**	**45**	**727.327,20**
	Janeiro de Cima	Imóveis Particulares	641.421,49	51,71	363.583,02
	Janeiro de Cima	Imóveis Públicos	325.089,11	26,21	185.236,76
	Janeiro de Cima	Espaços Públicos	194.594,53	15,69	122.917,27
	Janeiro de Cima	Infraestruturas	79.414,50	6,40	55.590,15

Município de Góis			**1.381.469,48**	**100**	**963.839,45**
Aigra Nova			**513.255,33**	**37**	**359.278,72**
	Aigra Nova	Espaços Públicos	140.138,50	27,30	98.096,95
	Aigra Nova	Imóveis Particulares	144.888,63	28,23	101.422,03
	Aigra Nova	Imóveis Públicos	91.364,57	17,80	63.955,20
	Aigra Nova	Infra-estruturas + Espaços públicos	6.481,77	1,26	4.537,24
	Aigra Nova	Infra-estruturas	130.381,86	25,40	91.267,30
Aigra Velha			**171.063,81**	**12**	**119.743,78**
	Aigra Velha	Imóveis Particulares	59.673,08	34,88	41.770,27
	Aigra Velha	Infra-estruturas + Espaços públicos	111.390,73	65,12	77.973,51
Comareira			**224.738,52**	**16**	**154.128,62**
	Comareira	Imóveis Particulares	45.675,21	20,32	31.972,64
	Comareira	Imóveis Públicos	63.766,67	28,37	41.448,33
	Comareira	Infra-estruturas + Espaços públicos	115.296,64	51,30	80.707,65
Pena			**472.411,82**	**34**	**330.688,33**
	Pena	Espaços Públicos	125.889,57	26,65	88.122,70
	Pena	Imóveis Particulares	190.922,25	40,41	133.645,63
	Pena	Infra-estruturas	155.600,00	32,94	108.920,00
Município da Lousã			**1.341.171,86**	**100**	**942.187,32**
Candal			**384.495,33**	**28,67**	**363.441,14**
	Candal	Imóveis Particulares	218.293,08	56,77	152.805,16
	Candal	Infra-estruturas + Espaços públicos	15.748,00	4,10	105.317,99
	Candal	Infra-estruturas	150.454,25	39,13	105.317,99
Casal Novo			**167.687,76**	**12,50**	**117.381,44**
	Casal Novo	Imóveis Particulares	110.527,76	65,91	77.369,44
	Casal Novo	Infra-estruturas	57.160,00	34,09	40.012,00
Cerdeira			**264.543,61**	**19,72**	**185.180,53**
	Cerdeira	Imóveis Particulares	135.993,61	51,41	95.195,53
	Cerdeira	Infra-estruturas + Espaços públicos	128.550,00	48,59	89.985,00
Chiqueiro			**129.896,28**	**9,69**	**90.927,40**
	Chiqueiro	Infra-estruturas	38.232,85	29,43	26.763,00
	Chiqueiro	Espaços Públicos	29.574,43	22,77	20.702,10
	Chiqueiro	Imóveis Particulares	62.089,00	47,80	43.462,30
Talasnal			**394.548,88**	**29,42**	**276.184,21**
	Talasnal	Imóveis Particulares	182.064,02	46,14	127.444,81
	Talasnal	Infra-estruturas + Espaços públicos	212.484,86	53,86	148.739,40

Município de Miranda do Corvo			**440.410,51**	**100**	**308.287,37**
Gondramaz			**449.440,51**	**100**	**314.608,37**
	Gondramaz	Imóveis Particulares	170.397,80	37,91	119.278,47
	Gondramaz	Imóveis Públicos	9.030,00	2,01	6.321,00
	Gondramaz	Espaços Públicos	270.012,71	60,08	189.008,90
Município de Oleiros			**879.970,96**	**100**	**615.979,39**
Álvaro			**879.970,96**	**100**	**615.979,39**
	Álvaro	Espaços Públicos	274.109,89	31,15	191.876,64
	Álvaro	Imóveis Particulares	353.358,37	40,16	247.350,86
	Álvaro	Infraestruturas + Espaços públicos	140.767,42	16,00	98.537,20
	Álvaro	Infraestruturas	111.735,28	12,70	78.214,69
Município de Pampilhosa da Serra			**1.361.201,45**	**100**	**952.841,25**
Fajão			**961.201,45**	**71**	**672.841,25**
	Fajão	Imóveis Particulares	216.133,36	22,49	151.293,36
	Fajão	Infraestruturas	21.428,27	2,23	15.000,00
	Fajão	Espaços públicos + Imov. Particulares + Imov. Públicos	270.336,83	28,12	189.235,79
	Fajão	Infraestruturas + Espaços públicos	453.302,99	47,16	317.312,10
Janeiro de Baixo			**400.000,00**	**29**	**280.000,00**
	Janeiro de Baixo	Plano de Aldeia	400.000,00	100	280.000,00
Município de Penela			**627.157,09**	**100**	**439.009,98**
Ferraria de São João			**627.157,09**	**100**	**439.009,98**
	Ferraria de S. João	Espaços Públicos	20.791,17	3,32	14.553,82
	Ferraria de S. João	Imóveis Particulares	423.639,73	67,55	296.547,82
	Ferraria de	Infraestruturas	182.726,19	29,14	127.908,34
Município de Proença-a-Nova			**471.223,46**	**100**	**317.685,20**
Figueira			**471.223,46**	**100**	**317.685,20**
	Figueira	Espaços Públicos	90.866,97	19,28	63.606,89
	Figueira	Infraestruturas + Espaços públicos	69.812,31	14,82	48.868,62
	Figueira	Imóveis Particulares	67.119,39	14,24	46.983,58
	Figueira	Infraestruturas	243.424,79	51,66	158.226,11

Município da Sertã			**973.175,88**	**100**	**678.436,07**
Pedrógão Pequeno			**973.175,88**	**100**	**678.436,07**
	Pedrógão Pequeno	Espaços Públicos	329.195,47	33,83	229.043,32
	Pedrógão Pequeno	Imóveis Particulares	264.747,70	27,20	185.323,42
	Pedrógão Pequeno	Infraestruturas + Espaços públicos	23.656,00	2,43	16.559,20
	Pedrógão Pequeno	Imóveis Públicos	147.006,96	15,11	101.511,30
	Pedrógão P	Infraestruturas	208.569,75	21,43	145.998,83
Município de Vila de Rei			**165.254,30**	**100**	**115.678,01**
Água Formosa			**165.254,30**	**100**	**115.678,01**
	Água Formosa	Espaços Públicos	22.412,76	13,56	15.688,93
	Água Formosa	Imóveis Particulares	105.625,80	63,92	73.938,06
	Água Formosa	Infraestruturas	37.215,74	22,52	26.051,02
Município de Vila Velha de Ródão			**518.834,40**	**100**	**341.823,81**
Foz do Cobrão			**518.834,40**	**100**	**341.823,81**
	Foz do Cobrão	Espaços Públicos	194.141,91	37,42	135.899,34
	Foz do Cobrão	Imóveis Públicos	324.692,49	62,58	205.924,47
ADXTUR			**124.399,89**	**100**	**84.782,15**
	Sem Designação	Centro de BTT das Aldeias do Xisto	45.955,37	36,94	29.870,99
	Gondramaz	Gondramaz Acessível	78.444,52	63,06	54.911,16
Total Global			**13.358.685,01**		**9.144.592,04**

Elaborado a partir de: CCDRC (2010) e Revistas Aldeias do Xisto.

Anexo II – População residente, alojamentos e edifícios clássicos, em 2011, por aldeia, no concelho de Góis.

Unidades Geográficas	Nível Geográfico	População Residente	Alojamentos	Edifícios Clássicos
Portugal	Total Nacional	10562178	5878756	3544389
Continente	NUT1	10047621	5639257	3353610
Centro	NUT2	2327755	1448644	1111952
Pinhal Interior Norte	NUT3	131468	96938	85699
Góis	Municipio	4260	5176	4934
Álvares	Freguesia	812	1676	1662
Algares	Lugar	8	22	22
Álvares	Lugar	123	152	142
Amieiros	Lugar	5	38	38
Amiosinho	Lugar	8	24	24
Amioso Cimeiro	Lugar	24	59	59
Amioso do Senhor	Lugar	38	84	84
Amioso Fundeiro	Lugar	35	53	53
Boiça	Lugar	0	5	5
Cabeçadas	Lugar	27	22	21
Candeia	Lugar	18	18	18
Caniçal	Lugar	0	12	12
Carrasqueira	Lugar	8	41	41
Casal Novo	Lugar	3	29	29
Chã	Lugar	95	195	195
Cilha Velha	Lugar	2	11	11
Coelhosa	Lugar	3	18	18
Corga da Vaca	Lugar	9	5	5
Cortes	Lugar	208	341	339
Estevianas	Lugar	9	27	27
Fonte dos Sapos	Lugar	19	15	14
Fonte Limpa	Lugar	14	17	17
Foz de Alvares	Lugar	2	27	27
Lomba	Lugar	6	15	15
Mega Cimeira	Lugar	40	47	47
Mega Fundeira	Lugar	1	15	15
Milreu	Lugar	9	27	27
Obrais	Lugar	3	19	19
Pisão Vale Armoinha	Lugar	2	10	10
Relva da Mó	Lugar	1	16	16
Residual	Residual	6	10	10
Residual	Residual	0	1	1
Residual	Residual	4	16	16
Residual	Residual	2	6	6
Residual	Residual	2	4	4
Residual	Residual	3	2	2
Roda Cimeira	Lugar	32	102	102
Roda Fundeira	Lugar	10	52	52

Simantorta	Lugar	10	55	55
Telhada	Lugar	7	43	43
Torgal	Lugar	11	9	9
Varzina	Lugar	5	12	12
Cadafaz	Freguesia	190	382	382
Cabreira	Lugar	76	100	100
Cadafaz	Lugar	28	89	89
Candosa	Lugar	15	17	17
Capelo	Lugar	7	17	17
Corterredor	Lugar	27	61	61
Ervideiro	Lugar	1	5	5
Mestras	Lugar	3	24	24
Residual	Residual	0	4	4
Residual	Residual	10	6	6
Sandinha	Lugar	23	50	50
Tarrastal	Lugar	0	13	13
Colmeal	Freguesia	158	494	480
Açor	Lugar	12	19	19
Ádela	Lugar	14	43	42
Aldeia Velha	Lugar	16	33	33
Carrima	Lugar	5	14	13
Carvalhal do Sapo	Lugar	21	96	95
Coiços	Lugar	0	6	6
Colmeal	Lugar	40	120	117
Foz da Cova	Lugar	0	7	5
Malhada	Lugar	13	46	43
Residual	Residual	2	3	3
Residual	Residual	1	5	5
Residual	Residual	4	8	8
Roçaio	Lugar	0	2	2
Saião	Lugar	6	3	3
Salgado	Lugar	5	12	12
Sobral	Lugar	11	34	33
Soito	Lugar	8	43	41
Góis	Freguesia	2171	1816	1624
Aigra Nova	Lugar	4	8	8
Aigra Velha	Lugar	3	4	4
Alagoa	Lugar	21	12	12
Albergaria	Lugar	24	14	14
Alegria	Lugar	53	41	39
Alvém	Lugar	8	20	20
Bordeiro	Lugar	104	112	112
Carcavelos	Lugar	2	19	19
Carvalhal Miudo	Lugar	0	10	10
Casal Loureiro	Lugar	12	4	4

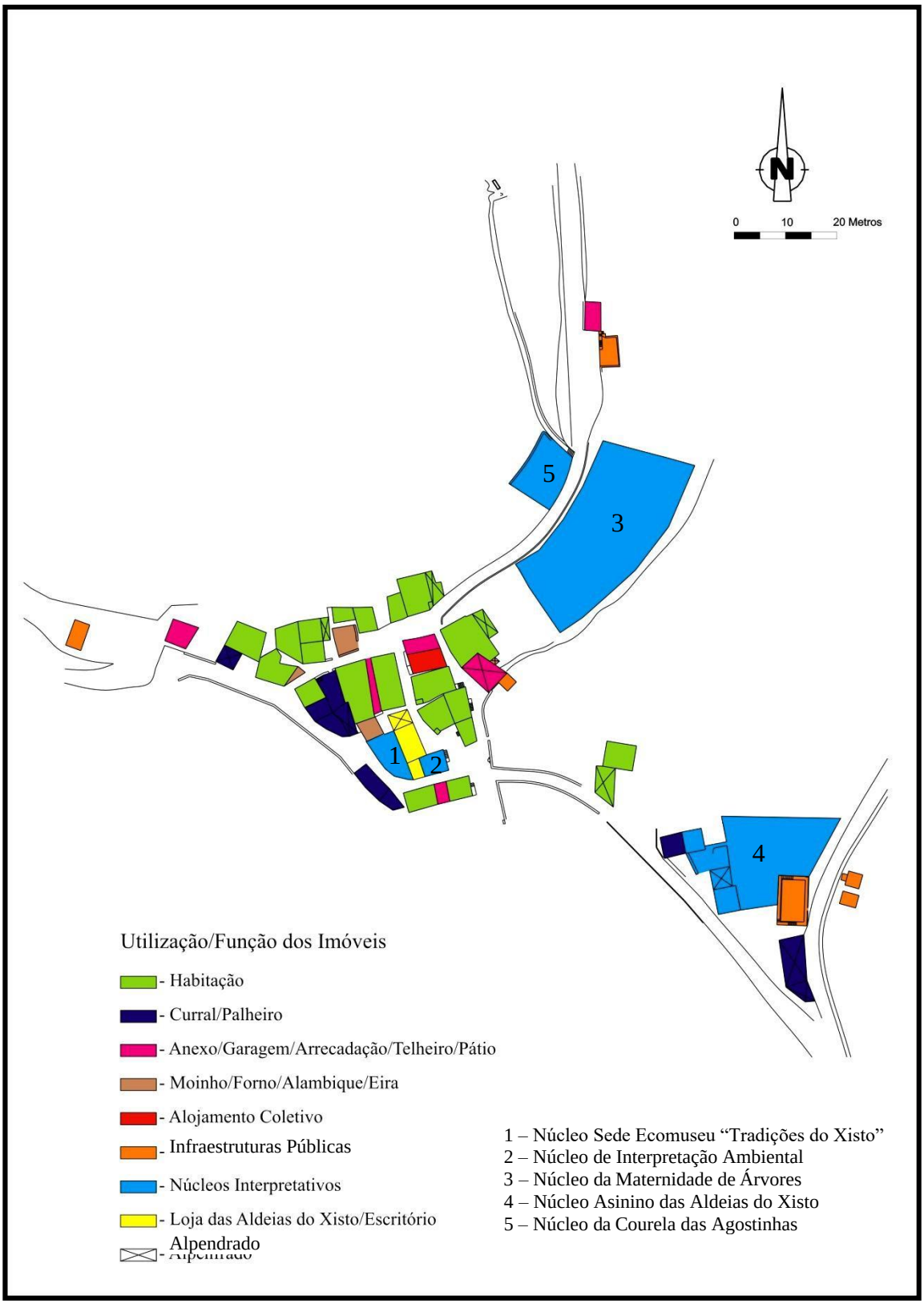
Casalinho de Baixo	Lugar	27	21	21
Caselhos	Lugar	31	27	27
Cerdeira	Lugar	14	43	43
Cimo de Alvem	Lugar	15	16	16
Comareira	Lugar	4	13	13
Conhais	Lugar	53	38	38
Cortecega	Lugar	16	22	22
Esporão	Lugar	49	49	48
Folgosa	Lugar	12	52	52
Góis	Lugar	941	619	443
Ladeiras	Lugar	19	24	24
Liboreiro	Lugar	12	38	38
Luzenda Além	Lugar	14	17	17
Luzenda Stº António	Lugar	22	12	12
Nogueiro	Lugar	21	10	10
Outeiro	Lugar	10	20	20
Pena	Lugar	14	23	23
Piães	Lugar	16	23	23
Pontão do Seladinho	Lugar	17	11	10
Ponte do Sótão	Lugar	125	86	79
Portela de Baixo	Lugar	10	12	12
Portela de Cima	Lugar	20	7	7
Póvoa da Cerdeira	Lugar	11	10	10
Póvoa de Góis	Lugar	45	46	46
Povorais	Lugar	2	25	25
Residual	Residual	13	5	5
Residual	Residual	10	4	4
Residual	Residual	15	9	9
Residual	Residual	10	4	4
Residual	Residual	6	6	6
Ribeira Cimeira	Lugar	38	40	40
Ribeira Fundeira	Lugar	0	7	7
Samoura	Lugar	67	40	40
São Martinho	Lugar	147	84	83
Vale Boa	Lugar	2	19	19
Vale de Godinho	Lugar	34	24	22
Vale de Maceira	Lugar	5	9	9
Vale de Moreiro	Lugar	70	41	39
Vale Torto	Lugar	3	16	16
Vila Nova de Ceira	Freguesia	929	808	786
Barreiro	Lugar	22	13	12
Cabril de Cima	Lugar	6	7	6
Campelo	Lugar	11	18	18
Carapinhal	Lugar	24	29	29
Casal da Ribeira	Lugar	9	5	5

Anexo III – População ativa por setor de atividade, em 2011, no Continente, no Pinhal Interior Norte e no concelho de Góis.

	2001			2011		
Portugal (Continente)	**Setor de Atividade**	**População Ativa**	**Peso (%)**	**Setor de Atividade**	**População Ativa**	**Peso (%)**
	Primário	211.603	4,75	Primário	121.055	2,92
	Secundário	1.581.676	35,54	Secundário	1.115.357	26,87
	Terciário	2.657.432	59,71	Terciário	2.913.840	70,21
	Total	**4.450.711**	**100,00**	**Total**	**4.150.252**	**100,00**
Pinhal Interior Norte	**Setor de Atividade**	**População Ativa**	**Peso (%)**	**Setor de Atividade**	**População Ativa**	**Peso (%)**
	Primário	3.959	7,24	Primário	1.610	3,30
	Secundário	22.303	40,77	Secundário	15.961	32,75
	Terciário	28.445	52,00	Terciário	31.166	63,95
	Total	**54.707**	**100,00**	**Total**	**48.737**	**100,00**
Góis	**Setor de Atividade**	**População Ativa**	**Peso (%)**	**Setor de Atividade**	**População Ativa**	**Peso (%)**
	Primário	262	14,76	Primário	88	6,29
	Secundário	619	34,87	Secundário	436	31,14
	Terciário	894	50,37	Terciário	876	62,57
	Total	**1.775**	**100,00**	**Total**	**1.400**	**100,00**

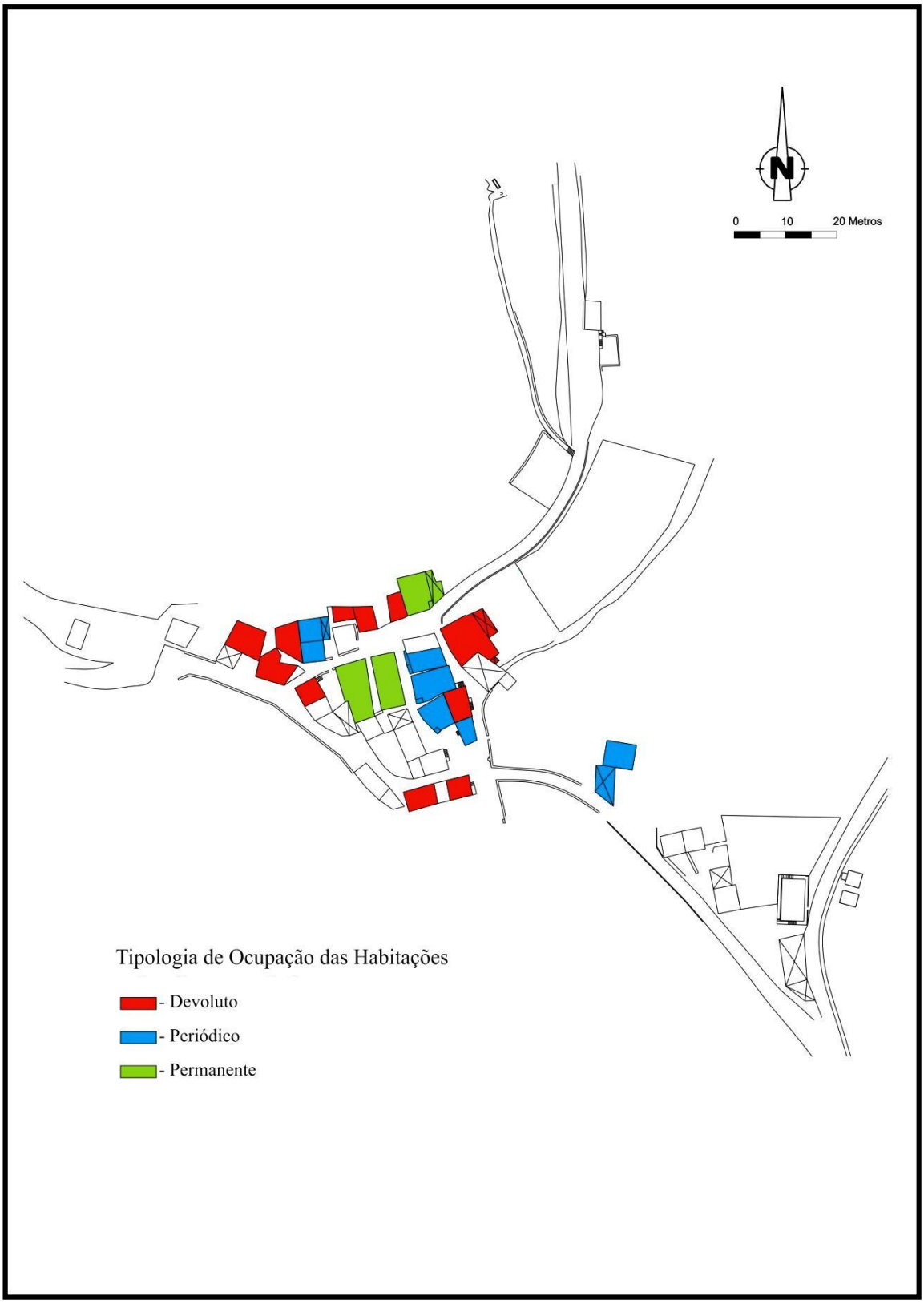
Elaborado a partir de: INE (2011).

Anexo IV – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Nova quanto à utilização/função dos imóveis, em 2013.

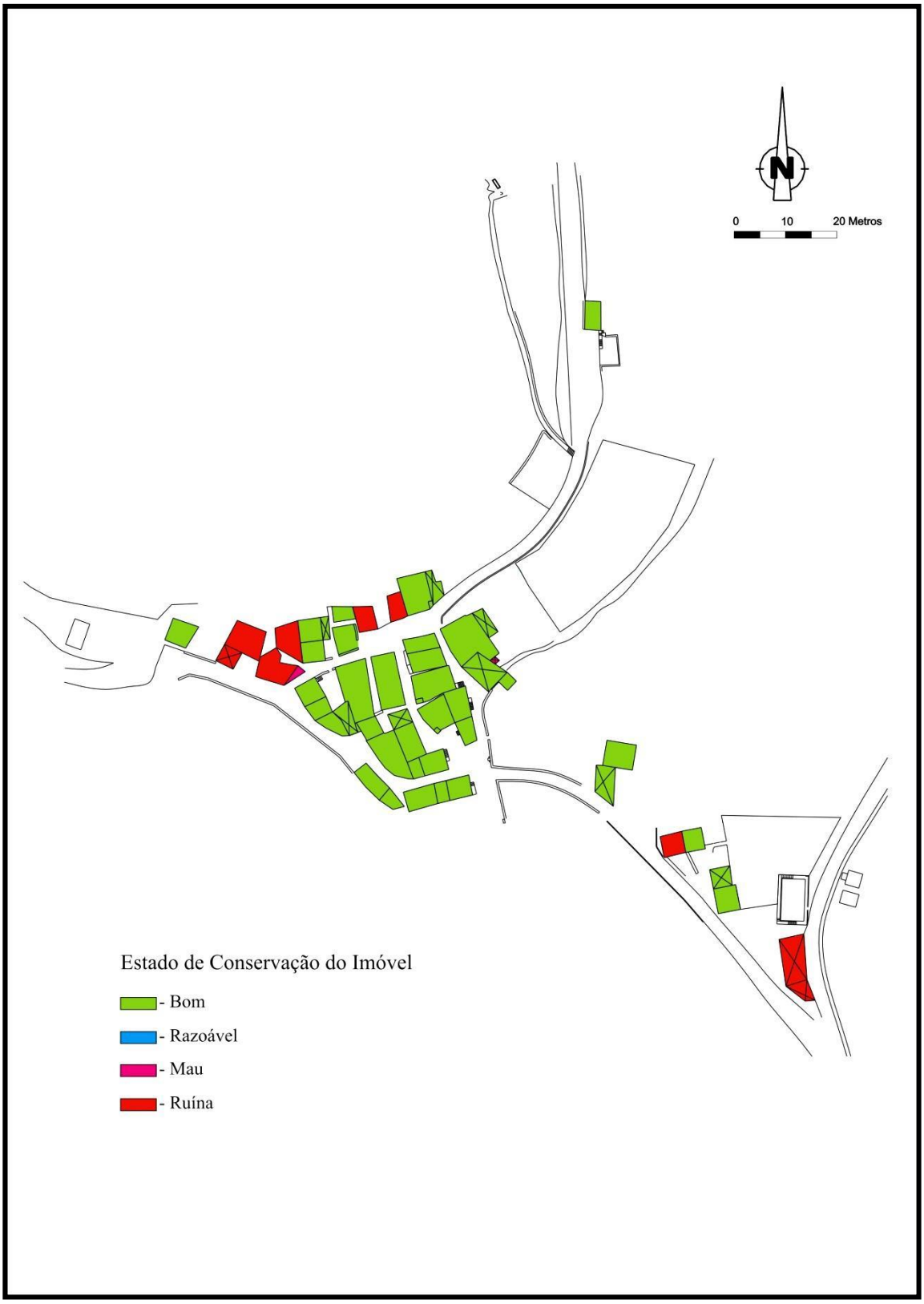


Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo V – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Nova quanto à tipologia de ocupação das habitações, em 2013.

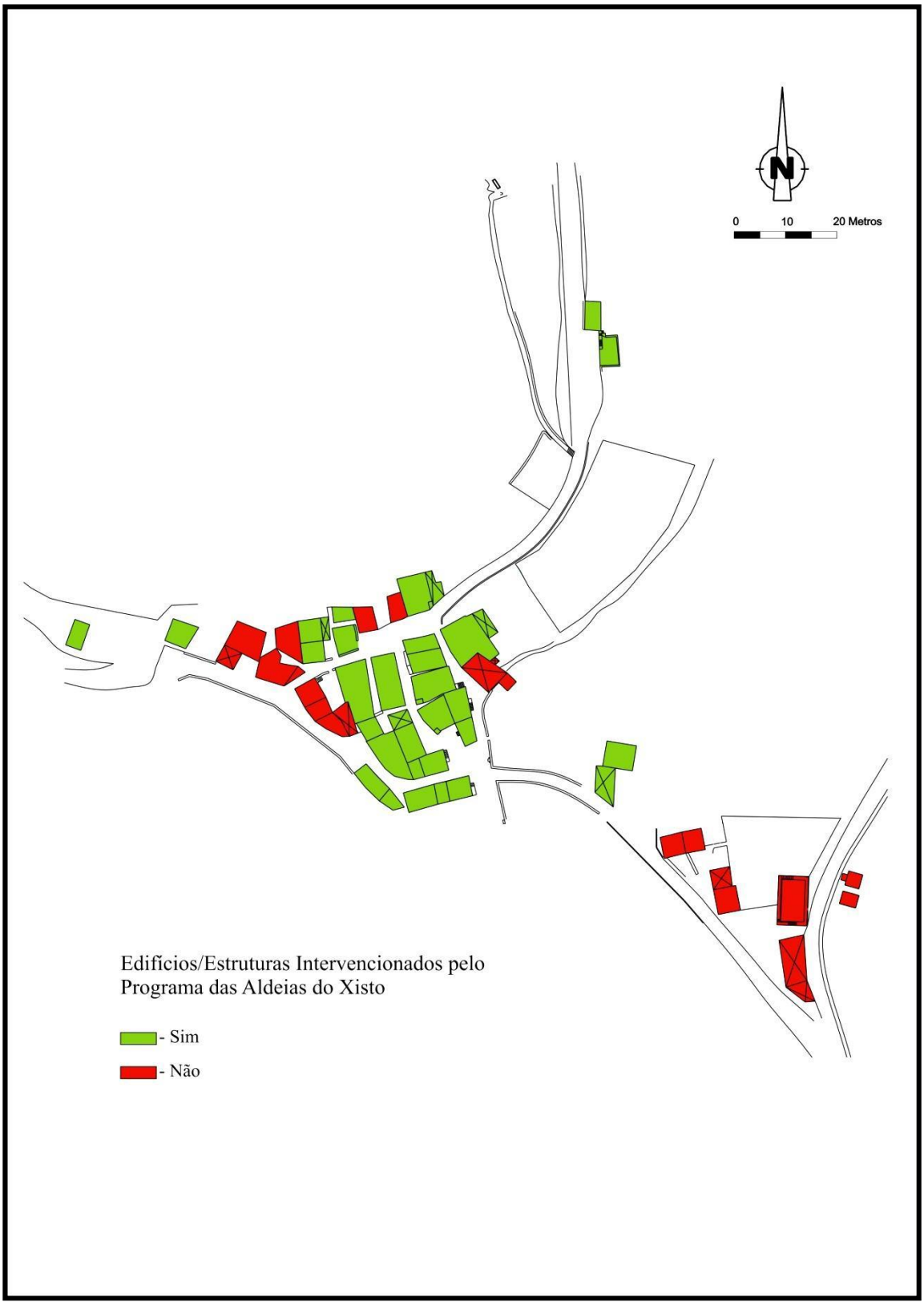


Anexo VI – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Nova quanto ao seu estado de conservação, em 2013.



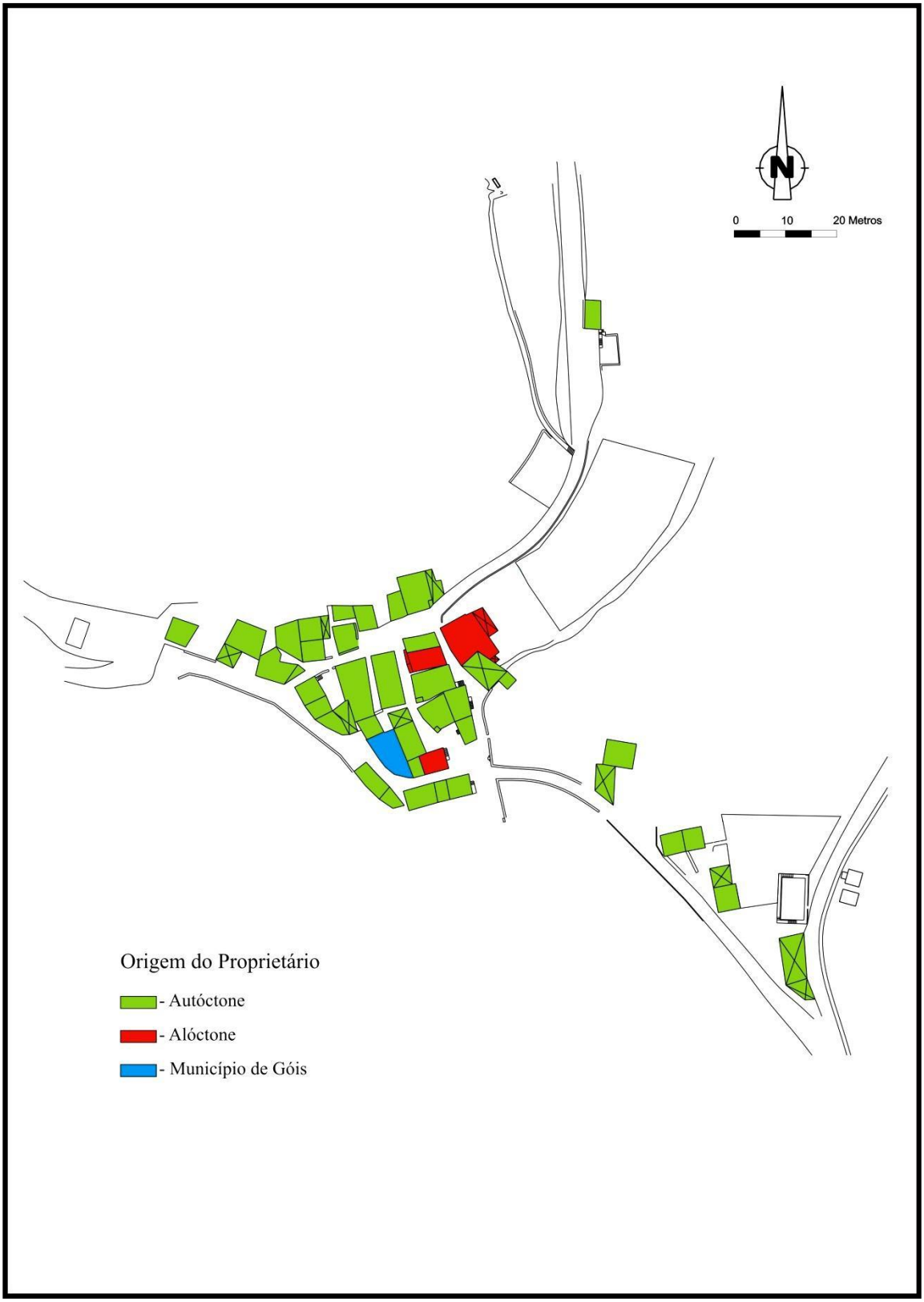
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo VII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Nova quanto às intervenções realizadas pelo Programa das Aldeias do Xisto, em 2013.



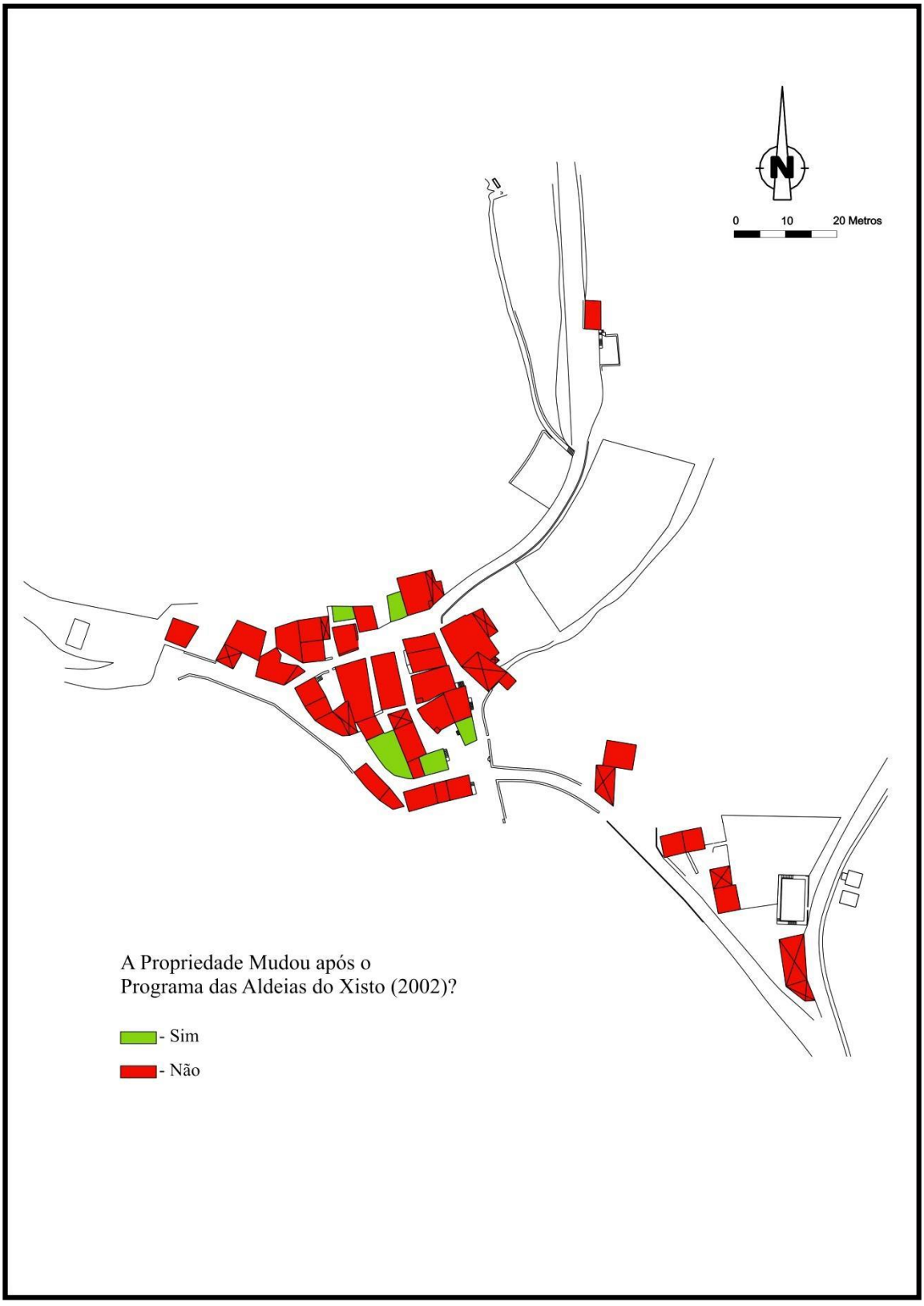
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo VIII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Nova quanto à origem do proprietário, em 2013.



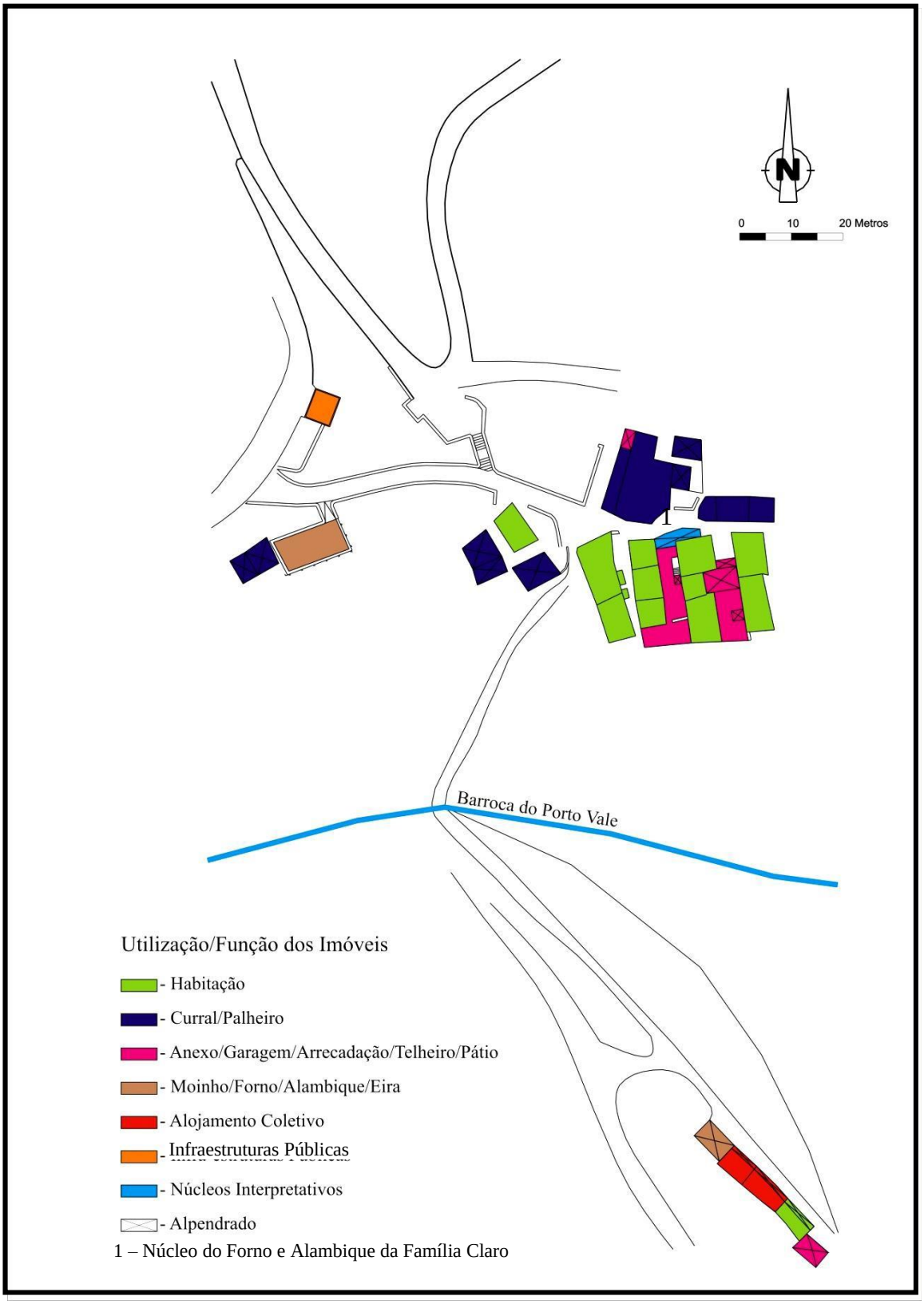
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo IX – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Nova quanto à alteração de propriedade, em 2013.



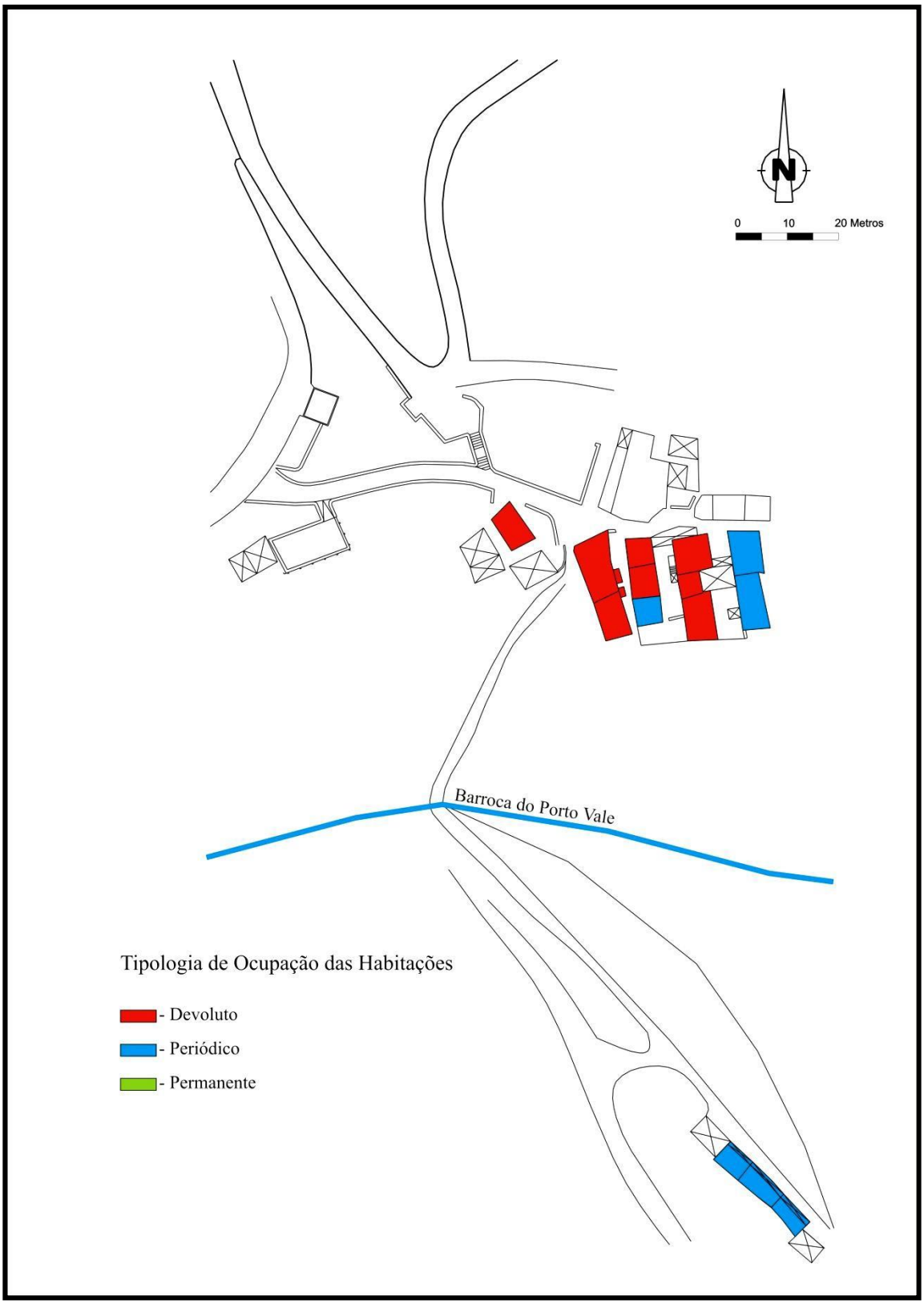
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo X – Classificação da utilização/função dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Velha, em 2013.



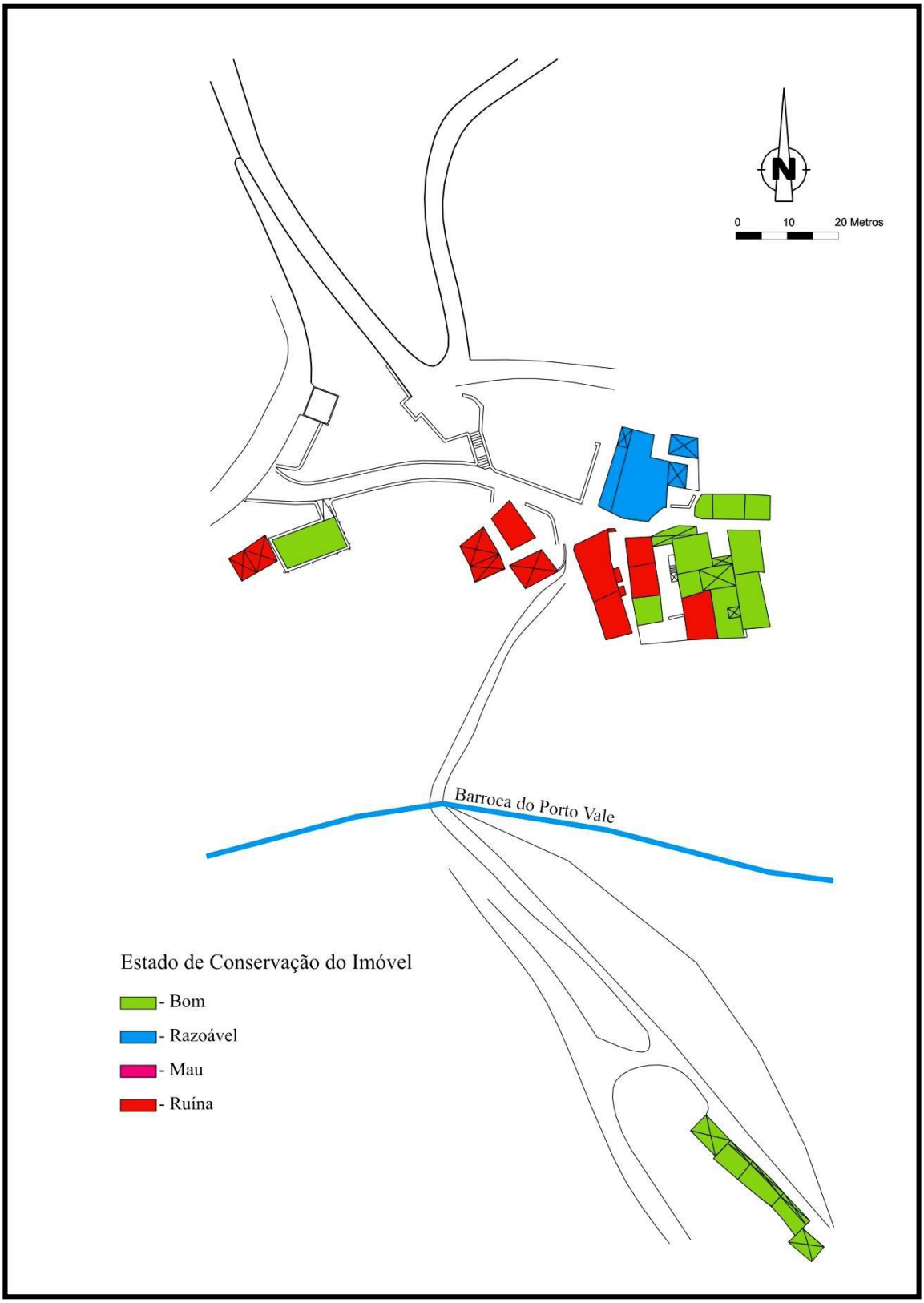
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XI – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Velha quanto à tipologia de ocupação das habitações, em 2013.



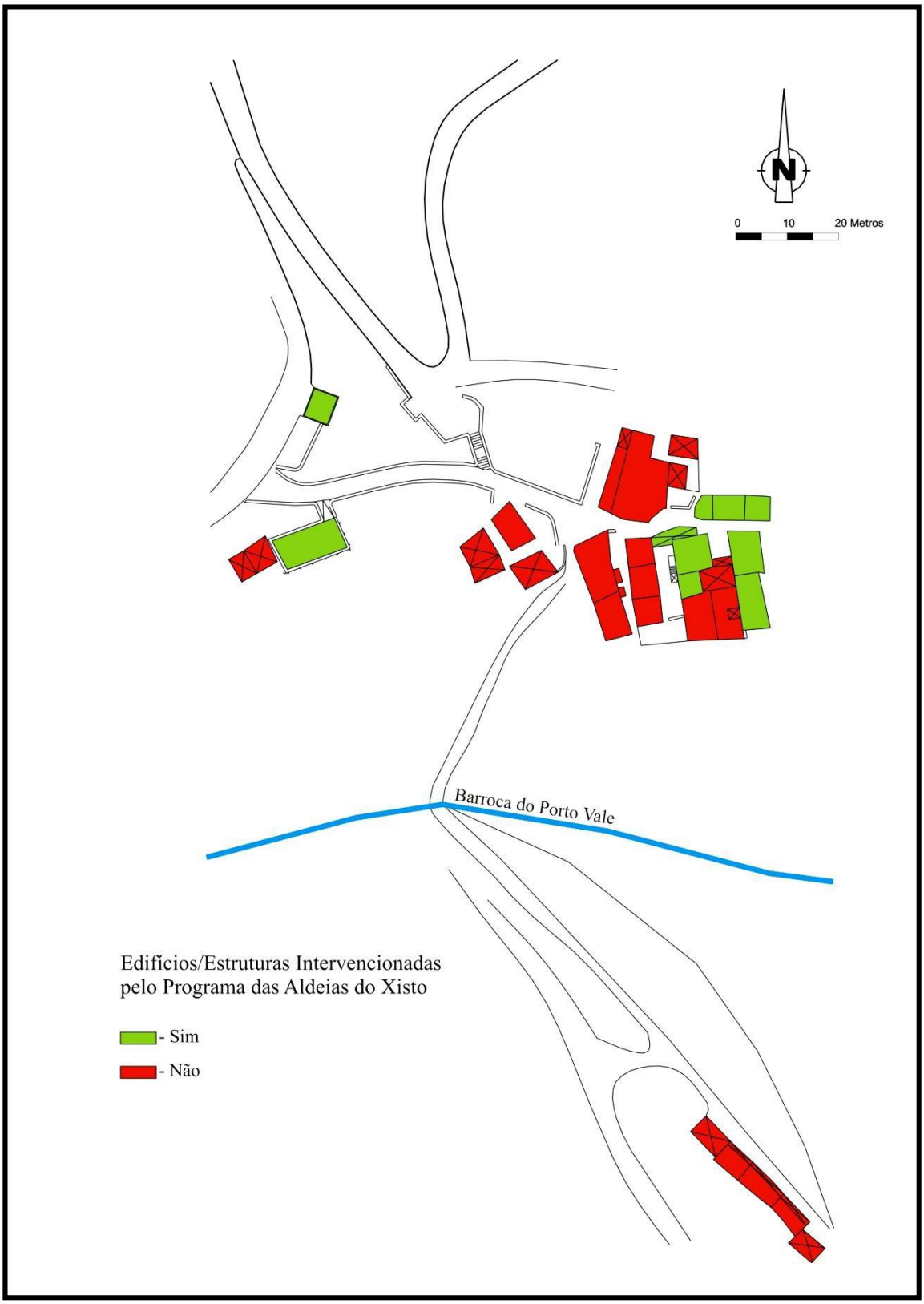
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Velha quanto ao seu estado de conservação, em 2013.



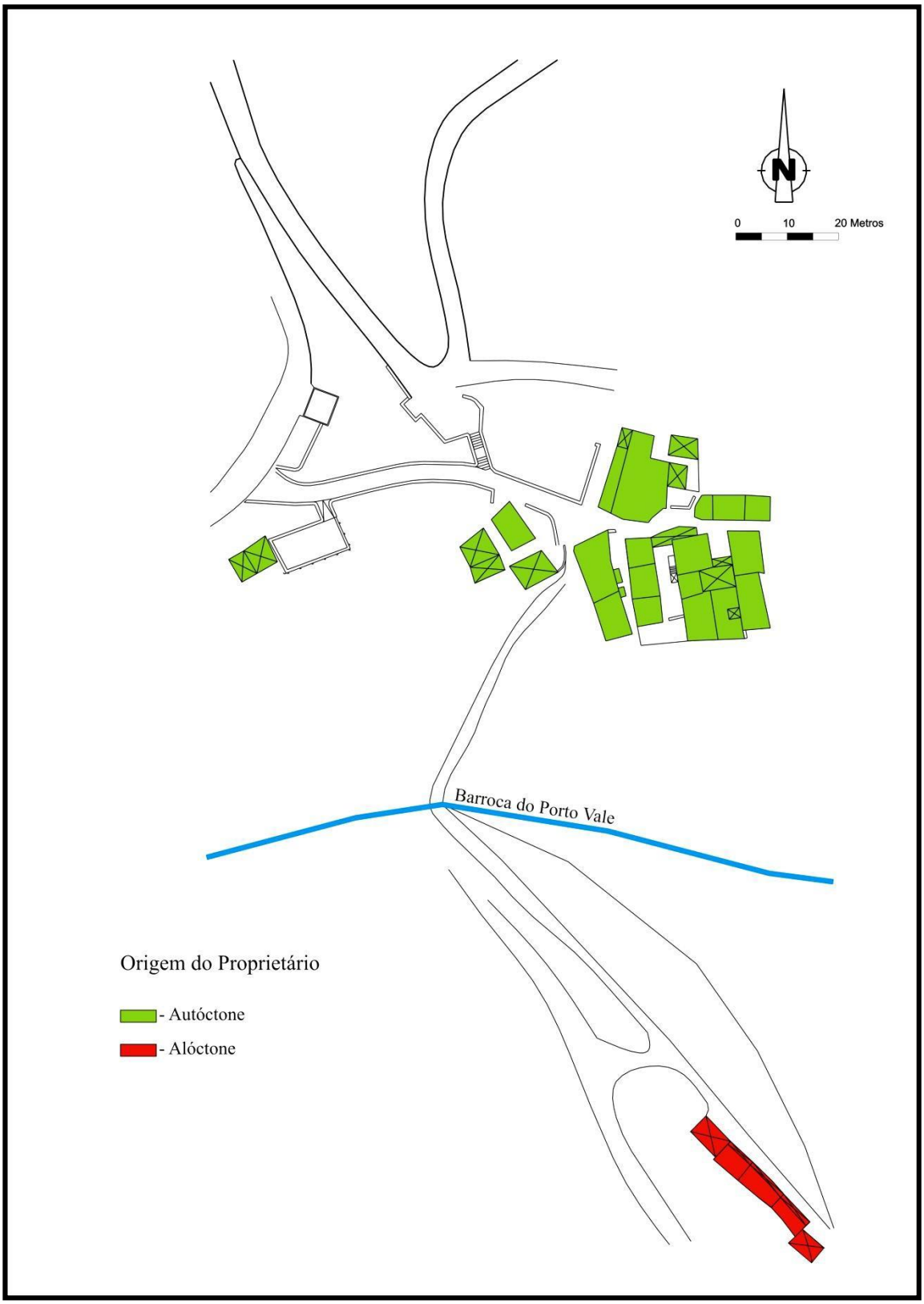
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XIII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Velha quanto às intervenções realizadas pelo Programa das Aldeias do Xisto, em 2013.



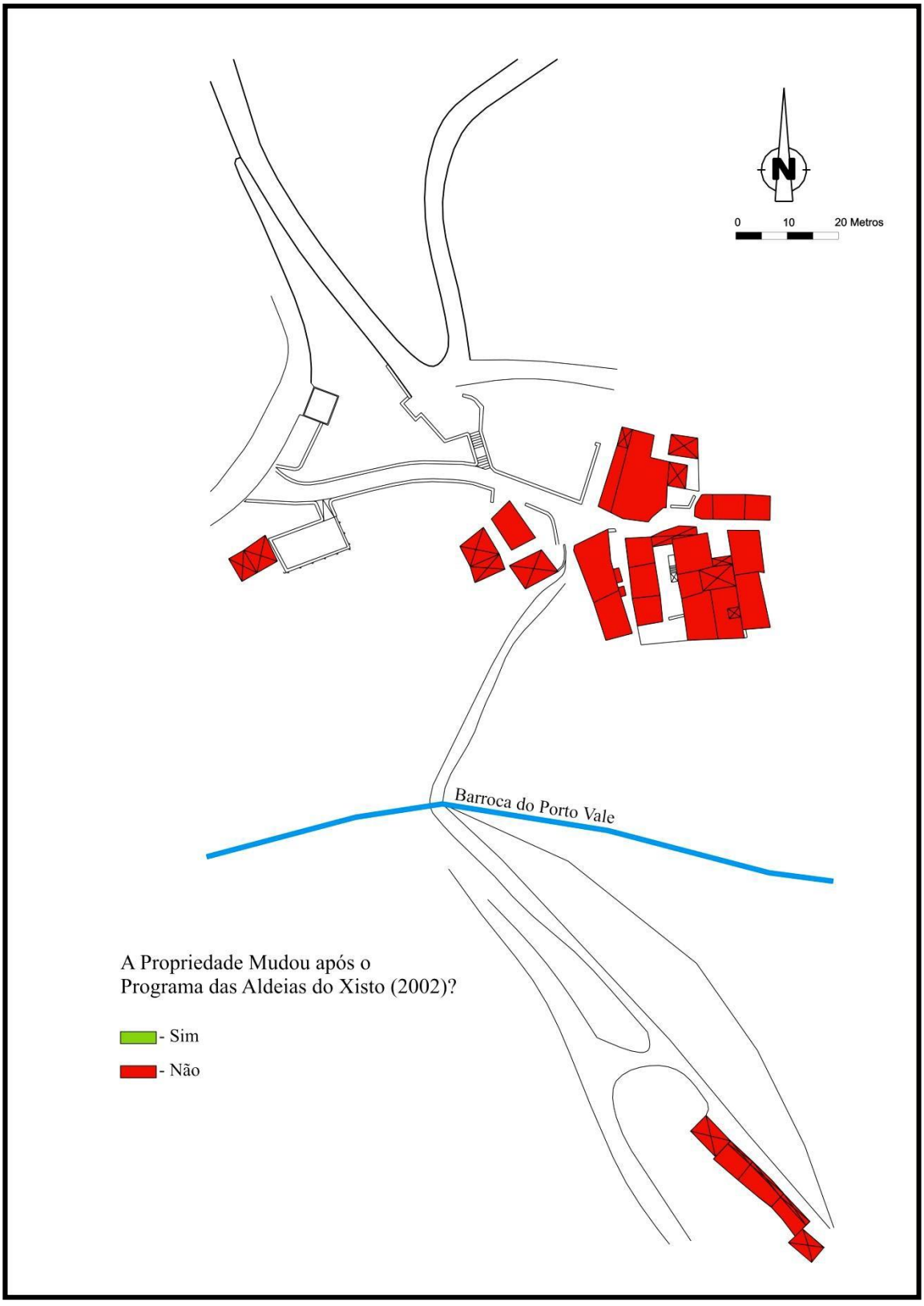
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XIV – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Velha quanto à origem do proprietário, em 2013.



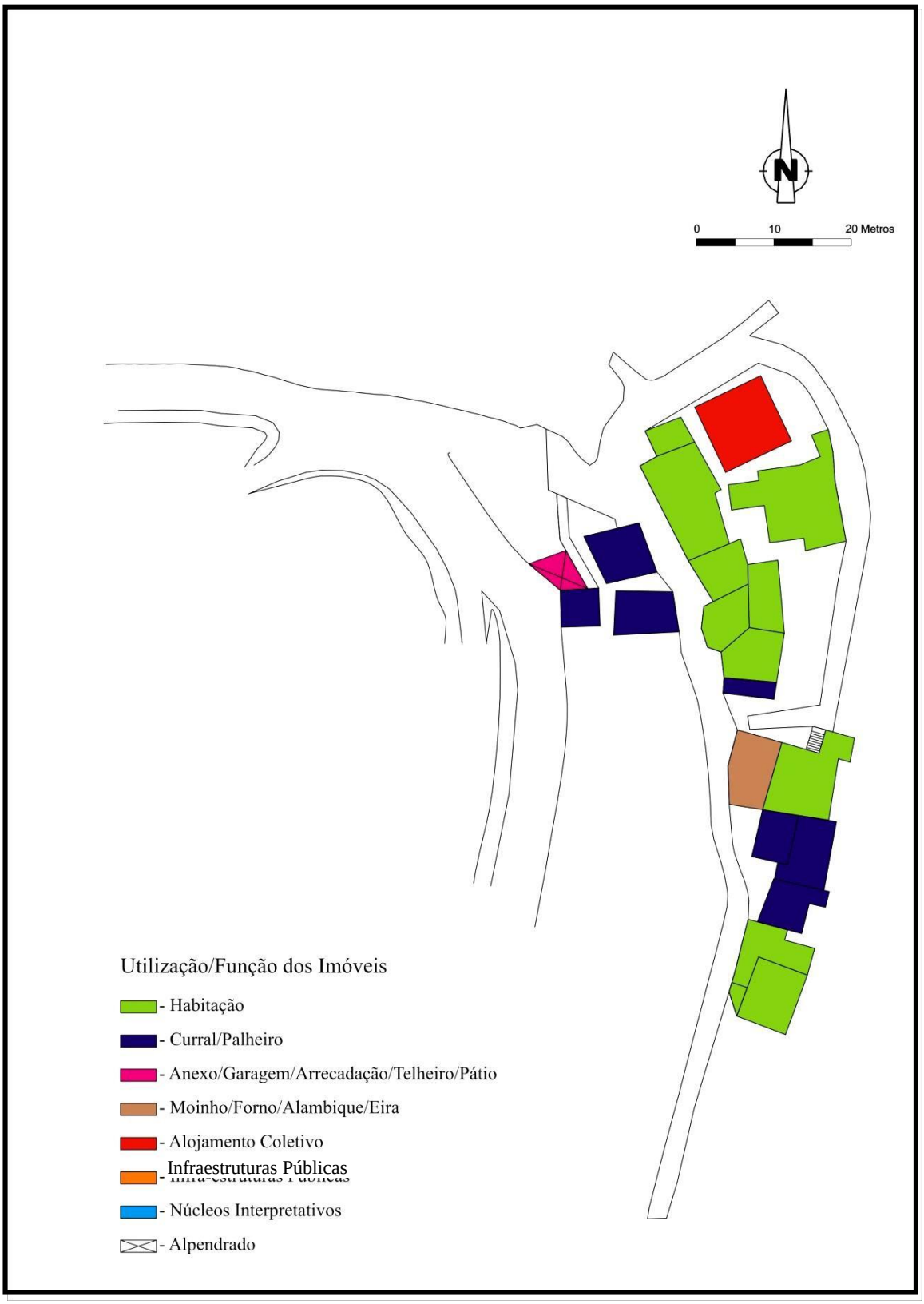
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XV – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Velha quanto à alteração de propriedade, em 2013.



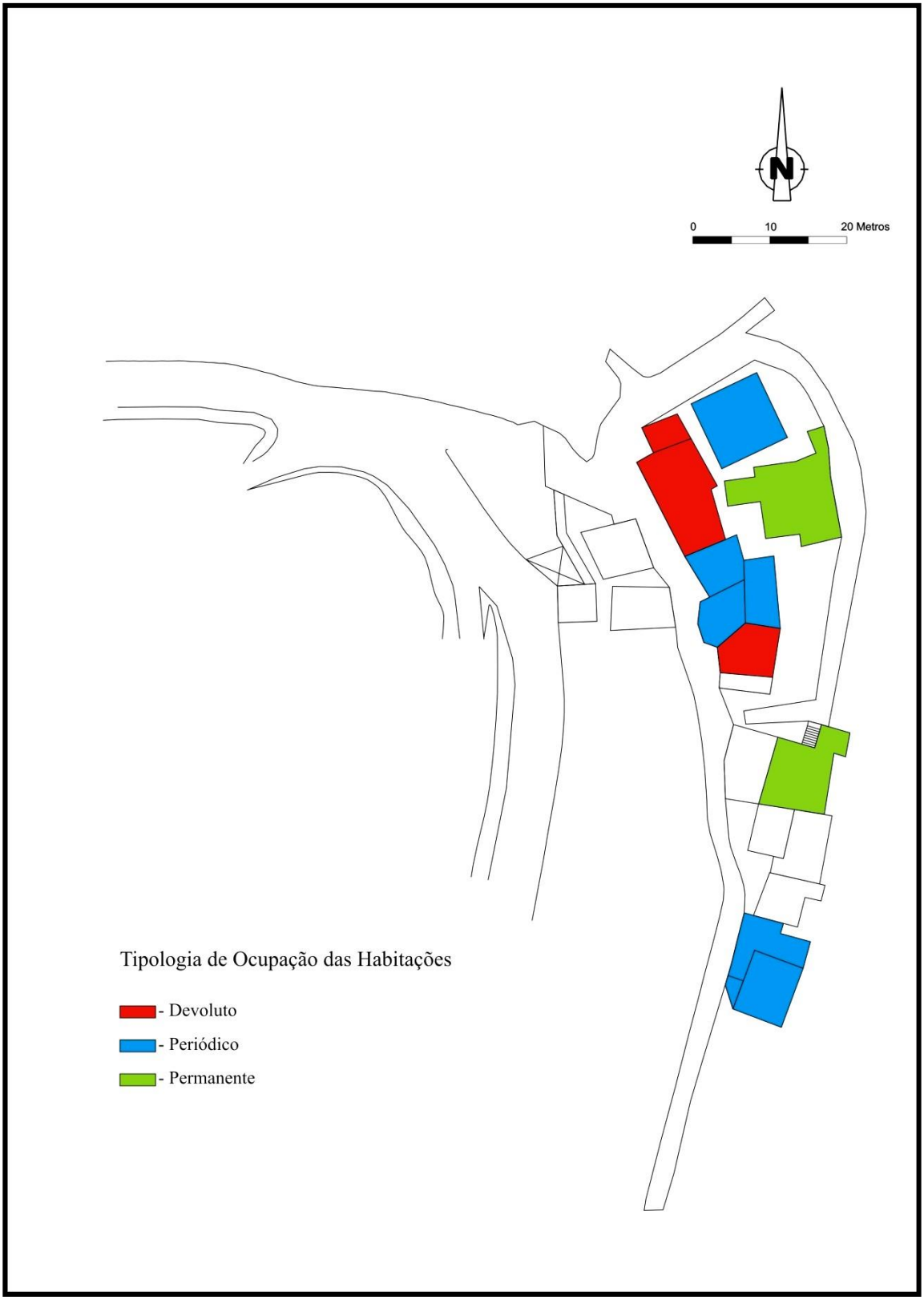
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XVI – Classificação da utilização/função dos imóveis da Aldeia do Xisto da Comareira, em 2013.



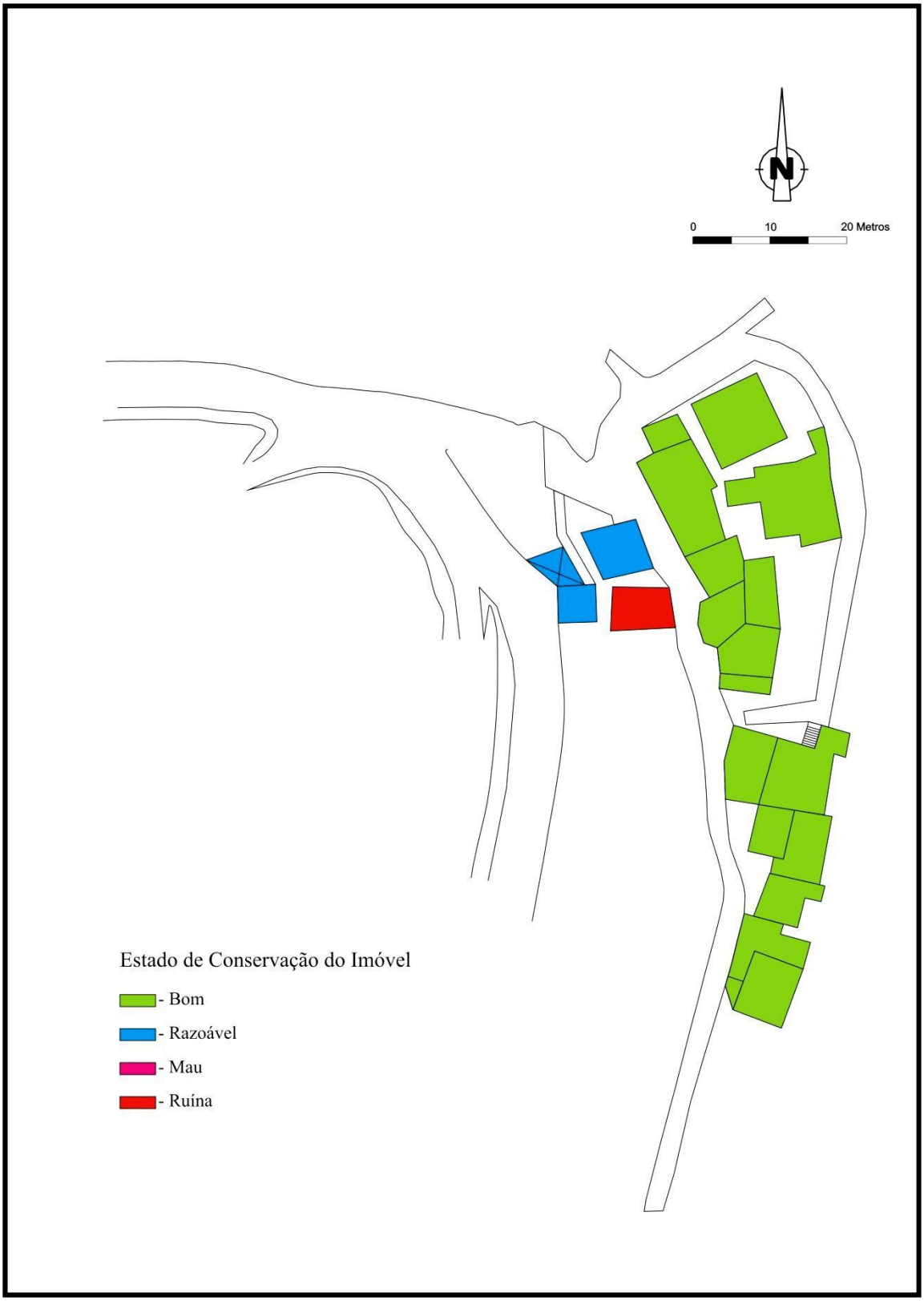
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XVII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Comareira quanto à tipologia de ocupação das habitações, em 2013.



Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XVIII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Comareira quanto ao seu estado de conservação, em 2013.



Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XIX – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Comareira quanto às intervenções realizadas pelo Programa das Aldeias do Xisto, em 2013.



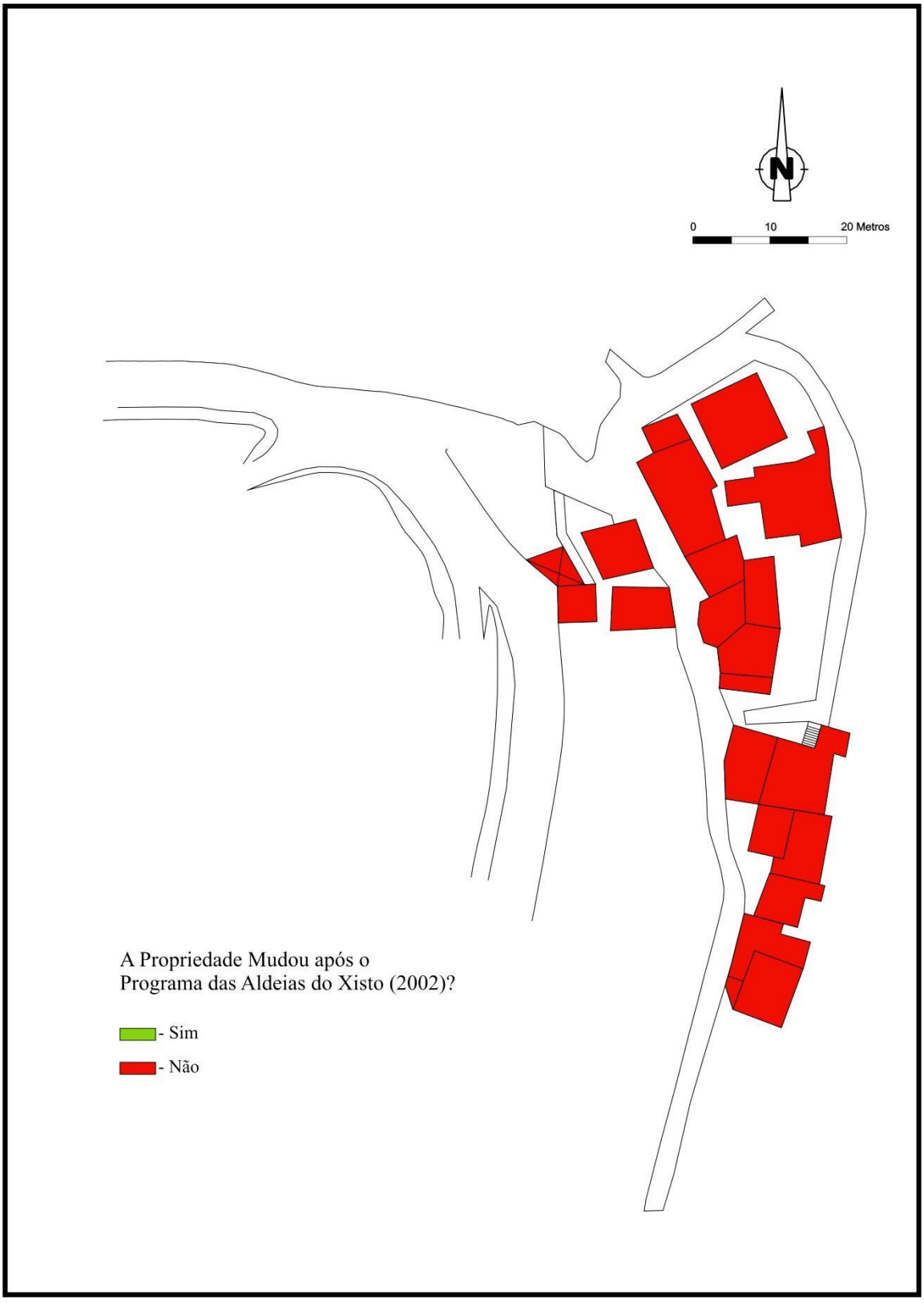
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XX – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Comareira quanto à origem do proprietário, em 2013.



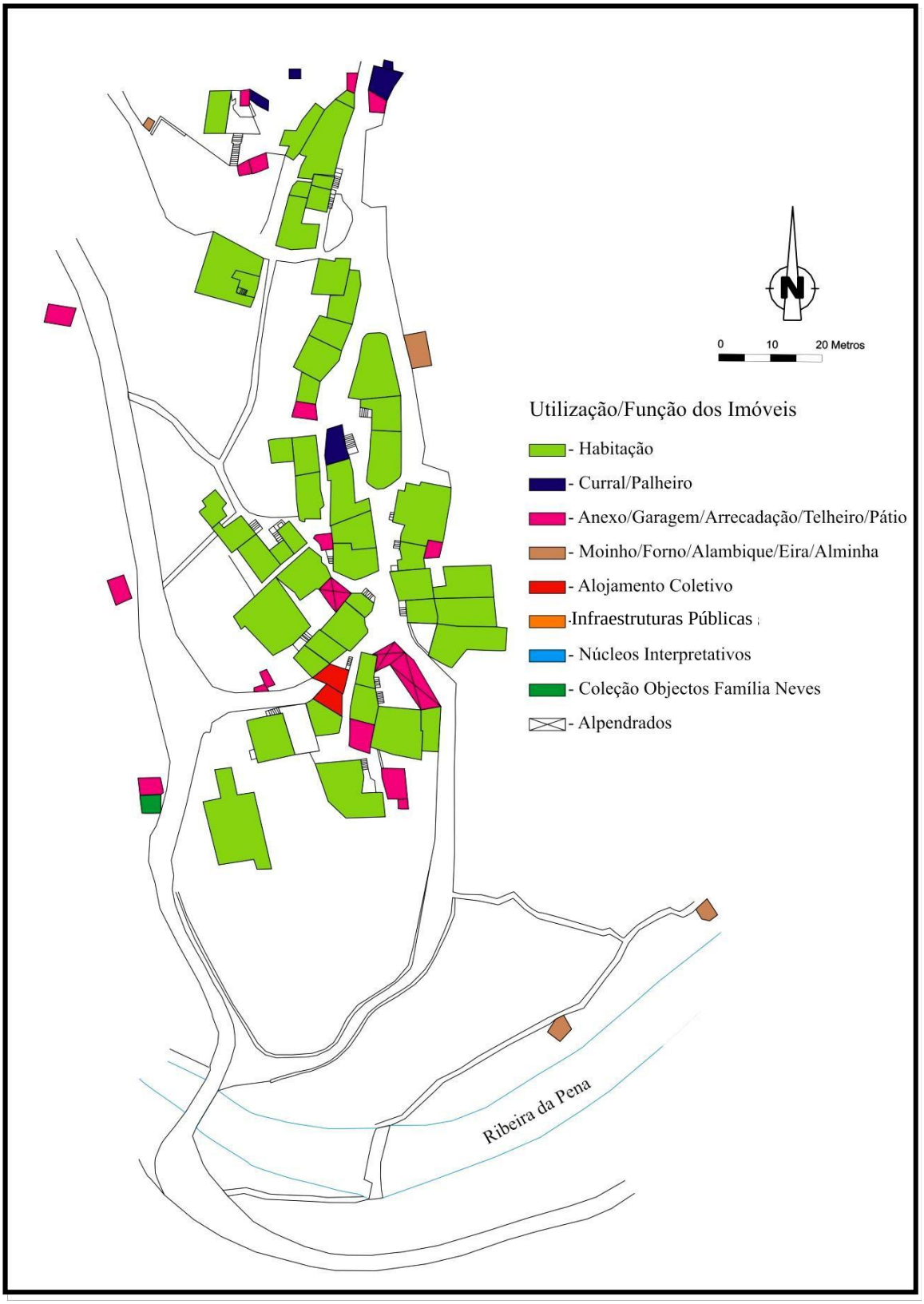
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XXI – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Comareira quanto à alteração de propriedade, em 2013.



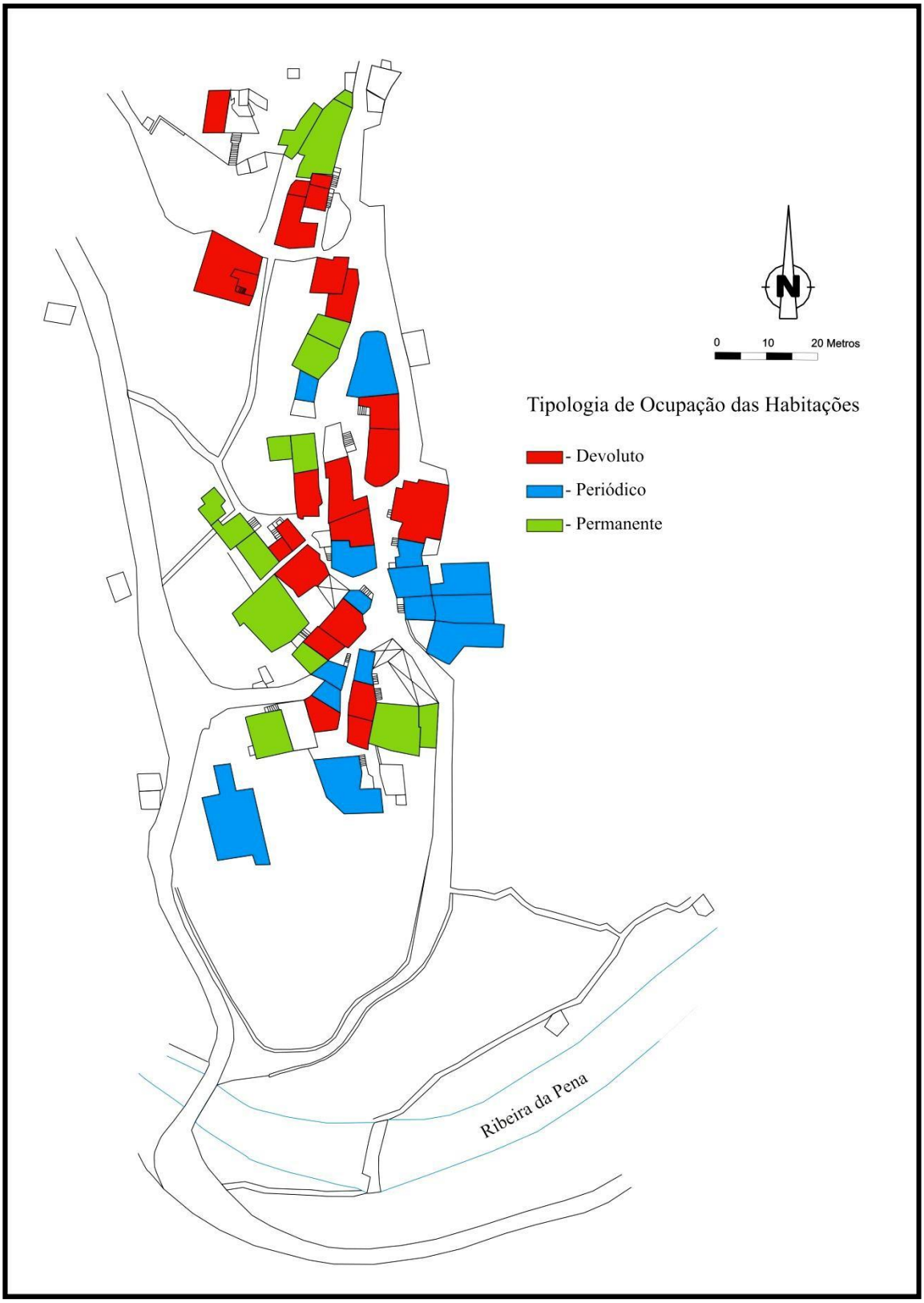
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XXII – Classificação da utilização/função dos imóveis da Aldeia do Xisto da Pena, em 2013.



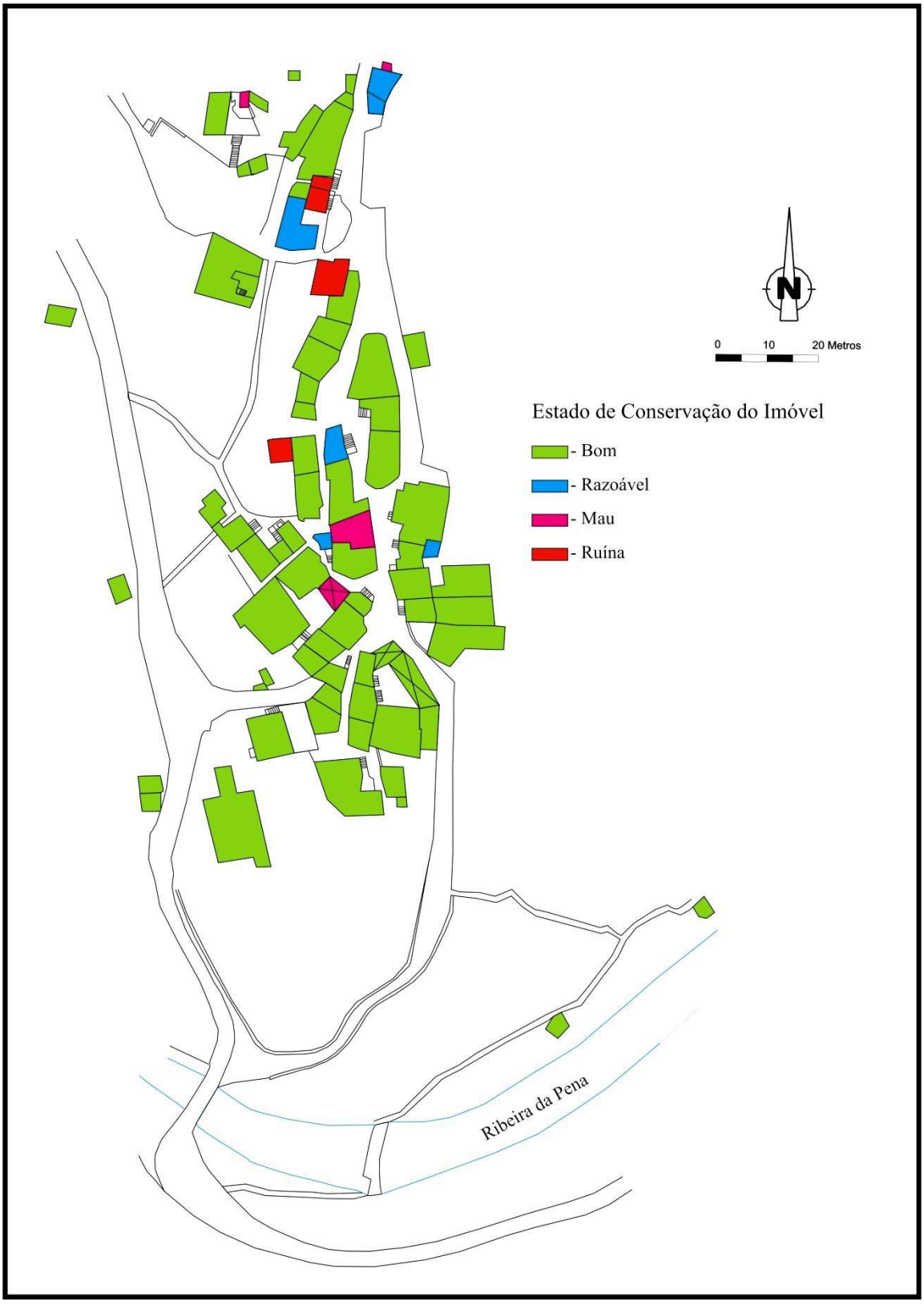
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XXIII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Pena quanto à tipologia de ocupação das habitações, em 2013.



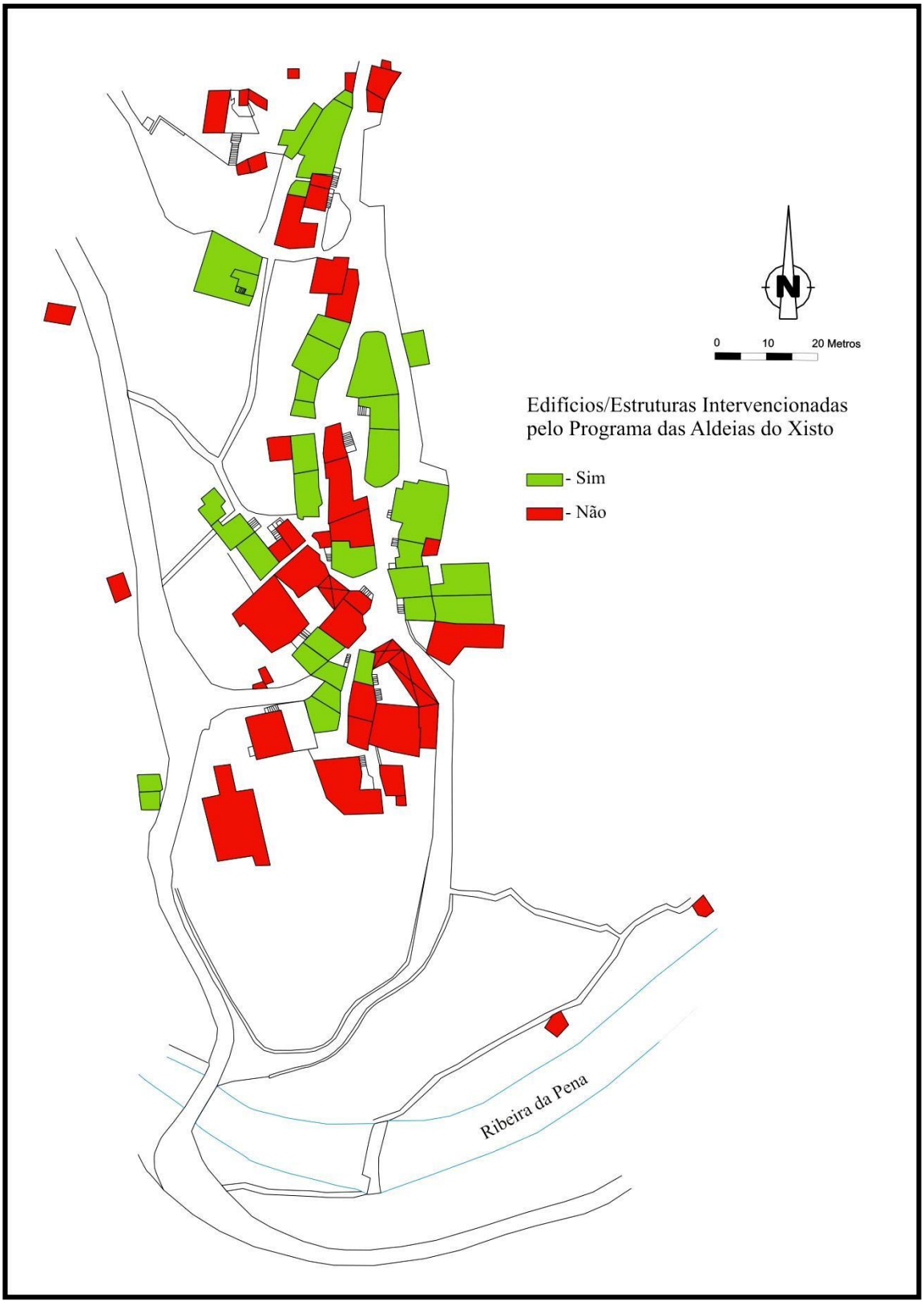
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XXIV – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Pena quanto ao seu estado de conservação, em 2013.



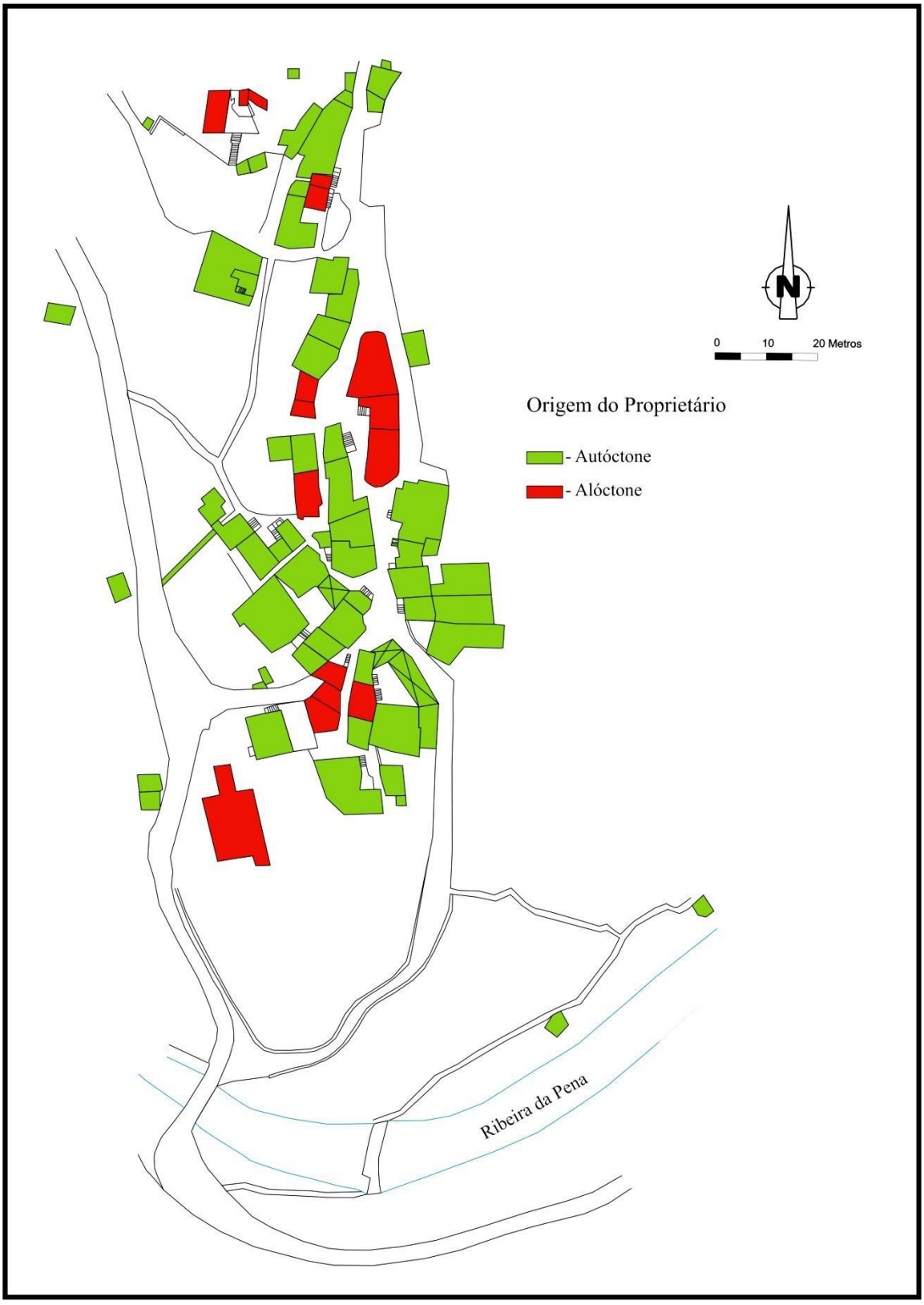
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XXV – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Pena quanto às intervenções realizadas pelo Programa das Aldeias do Xisto, em 2013.



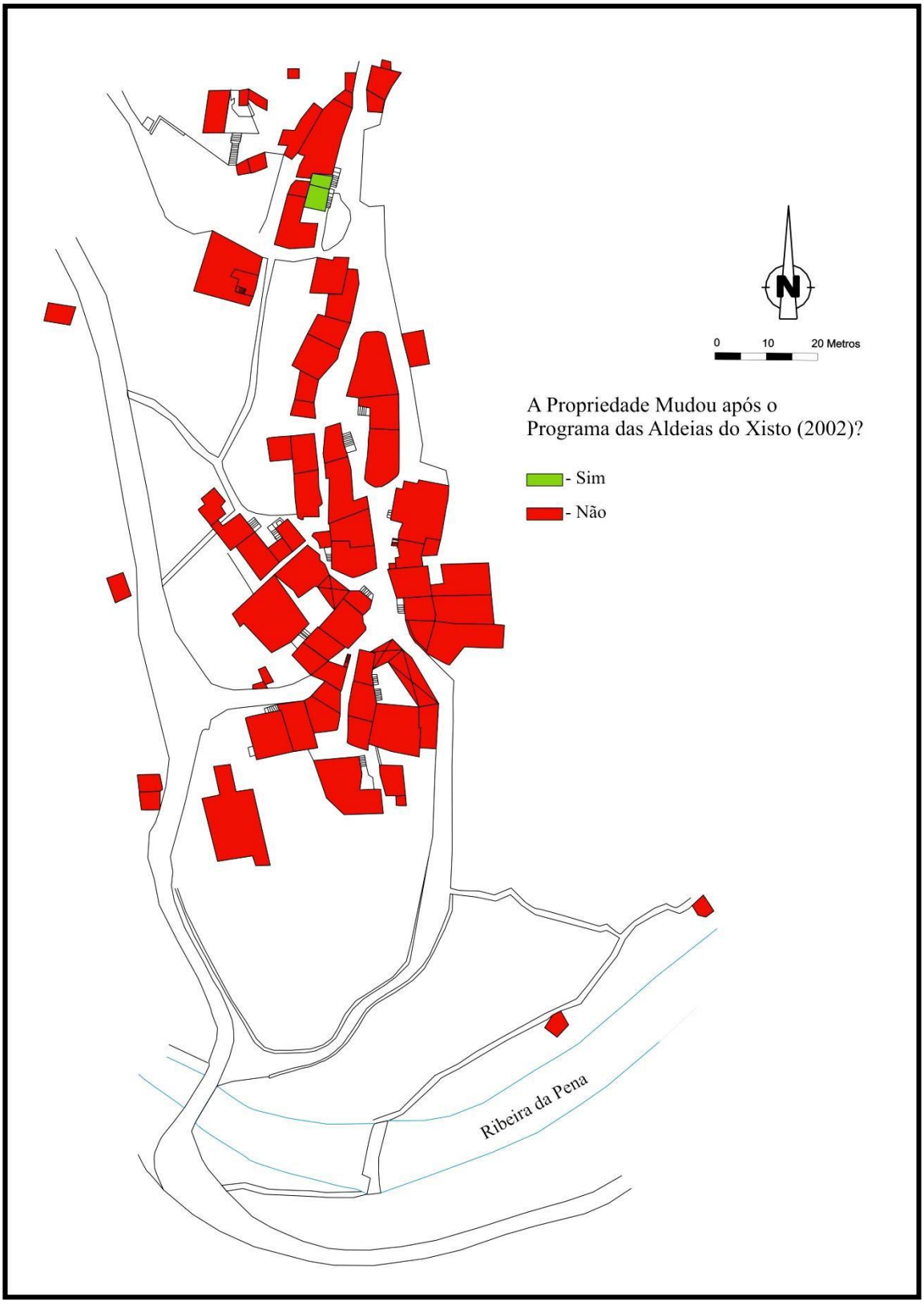
Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XXVI – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Pena quanto à origem do proprietário, em 2013.



Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Anexo XXVII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Pena quanto à alteração de propriedade, em 2013.



Elaborado a partir de: Câmara Municipal de Góis.

Índice de Quadros

Quadro 1 – Diagnóstico SWOT dos Espaços Rurais.....37
Quadro 2 – Modalidades de Hospedagem TER 66
Quadro 3 – Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto. 74
Quadro 4 – Património classificado pelo IGESPAR no concelho de Góis, em março de 2013. 162
Quadro 5 – Sítios arqueológicos no concelho de Góis, em março de 2013 162
Quadro 6 – Principais elementos do património natural do concelho de Góis 165
Quadro 7 – Principais elementos do património cultural do concelho de Góis 167

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Freguesias por tipologia e por escalões, de Portugal, em 2011. 23
Tabela 2 – Municípios e freguesias por escalões de densidade populacional de Portugal, em 2011. 24
Tabela 3 – Caminhos do Xisto, Rede de Percursos Pedestres das Aldeias do Xisto 79
Tabela 4 – Centros de BTT e Percursos de BTT da Rede das Aldeias do Xisto. 84
Tabela 5 – Domínios de intervenção e investimento da AIBT do Pinhal Interior (FEDER) 91
Tabela 6 – Investimento por habitante nas Aldeias do Xisto 98
Tabela 7 – Dotação financeira da Estratégia de Eficiência Coletiva Rede Aldeias do Xisto (PROVERE) 105
Tabela 8 – Dotação financeira do Programa de Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva Rede Aldeias do Xisto (PROVERE) 107
Tabela 9 – Investimento do Programa de Ação por natureza e por projeto (âncora ou complementar) e por eixos de atuação (em %) 109
Tabela 10 – Variação da população, nas freguesias do concelho de Góis, para os períodos de 1864-1960, 1960-2011 e 1864-2011. 137
Tabela 11 – Usos e ocupação do solo (ha) no concelho de Góis e nas suas freguesias. 148
Tabela 12 – Distribuição das espécies florestais (ha) no concelho de Góis e nas suas freguesias 148
Tabela 13 – Empresas e sociedades sediadas no concelho de Góis, em 2011, segundo CAE-REV.3. 153
Tabela 14 – Evolução e variação da população ativa por "ramo" do setor terciário no concelho de Góis, em 2001 e 2011. 155
Tabela 15 – Índice de envelhecimento para o concelho de Góis, sub-região Pinhal Interior Norte, Região Centro e em Portugal Continental, entre 1991 e 2011 158
Tabela 16 – Estabelecimentos hoteleiros e capacidade de alojamento no Pinhal Interior Norte em 31.07.2011, por município 171
Tabela 17 – Unidades de alojamento no concelho de Góis em 27.03.2013. 171
Tabela 18 – População residente nas quatro Aldeias do Xisto do concelho de Góis, entre 1527 e 2013, com os máximos demográficos a destacado 178

Tabela 19 – Expressão do investimento executado pelo Programa das Aldeias do Xisto, por aldeia, no concelho de Góis 194
Tabela 20 – Distribuição do investimento executado, por categorias de intervenção, pelo Programa das Aldeias do Xisto, por aldeia, no concelho de Góis..... 195

Índice de Figuras

Figura 1 – Freguesias a extinguir ou agregar em Portugal Continental com a Reforma Administrativa Local, com base no critério populacional (freguesias com população inferior a 150 habitantes) 26
Figura 2 – O Desenvolvimento Rural pós-2013, esquema de síntese 46
Figura 3 – Instrumentos da Política Agrícola Comum para alcançar os objetivos da reforma 2014-2020. 50
Figura 4 – A dimensão territorial em *A PAC no Horizonte 2020* 51
Figura 5 – Programa e Rede das Aldeias do Xisto: enquadramento e expressão territorial 73
Figura 6 – Folheto do Caminho do Xisto de Góis – Rota das Tradições do Xisto (PR1GOI) 80
Figura 7 – Marcas, poste de sinalização e painel informativo do Caminho do Xisto de Góis – Rota das Tradições do Xisto (PR1GOI), na Aigra Nova 81
Figura 8 – Centro de BTT das Aldeias do Xisto de Ferraria de São João. 82
Figura 9 – Exemplo de poste com sinalética de trilho de BTT 82
Figura 10 – Mapa dos Percursos BTT da Lousã 85
Figura 11 – Rede de locais abrangidos pelo Programa das Aldeias do Xisto e pela Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior 86
Figura 12 – Rede das Aldeias do Xisto: enquadramento geográfico, hispsometria e hidrografia. 87
Figura 13 – Rede das Aldeias do Xisto: enquadramento geográfico e litológico 88
Figura 14 – Investimento (em %) executado pelo Programa das Aldeias do Xisto (2000-2006), por município 95
Figura 15 – Investimento (em %) executado pelo Programa das Aldeias do Xisto (2000-2006), por NUT III (Região Centro) 96
Figura 16 – Estrutura de Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva Rede das Aldeias do Xisto 100
Figura 17 – Programa de Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva Rede das Aldeias do Xisto 102
Figura 18 – Objetivos estratégicos e Recursos identificados na Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva Rede das Aldeias do Xisto 103

Figura 19 – Distribuição do financiamento da Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva Rede das Aldeias do Xisto, por linha de financiamento 107
Figura 20 – Projetos PROVERE Aldeias do Xisto, por NUT II (Região Centro), em %. 110
Figura 21 – Investimentos PROVERE Aldeias do Xisto, por NUT II (Região Centro), em % 110
Figura 22 – Projetos PROVERE Aldeias do Xisto, por município 111
Figura 23 – Investimentos PROVERE Aldeias do Xisto, por município (em milhares de Euros) 113
Figura 24 – Projetos Privados PROVERE Aldeias do Xisto, por município, aprovados até janeiro de 2013 114
Figura 25 – Projetos Privados PROVERE Aldeias do Xisto, por município, reprovados e em reapreciação até janeiro de 2013 115
Figura 26 – Projetos Públicos PROVERE Aldeias do Xisto, por município, aprovados e ainda não aprovados até janeiro de 2013. 117
Figura 27 – Enquadramento geográfico do concelho de Góis (com suas freguesias), no âmbito das NUT's II e III 119
Figura 28 – População residente do concelho de Góis (com suas freguesias) por lugar, em 2011. 121
Figura 29 – Alojamentos do concelho de Góis (com suas freguesias) por lugar, em 2011. 123
Figura 30 – Edifícios clássicos do concelho de Góis (com suas freguesias) por lugar, em 2011. 124
Figura 31 – Esquema morfológico da região a leste de Coimbra (com a delimitação da área em estudo) 126
Figura 32 – Serra da Lousã vista de Aigra Nova para o Trevim (1205 metros de altitude) 127
Figura 33 – Vila de Góis no contexto da Bacia de Lousã-Góis-Arganil, com a Serra do Rabadão, vista a partir do miradouro da estrada 342. 127
Figura 34 – Vila Nova do Ceira no contexto da Bacia de Lousã-Góis-Arganil, vista a partir do Cerro da Nossa Senhora da Candosa 128
Figura 35 – Depósitos heterométricos correspondentes ao Grupo de Sacões, nas proximidades de Conhais 128

Figura 36 – Transição entre a Serra do Açor e a Serra da Lousã, marcada pelos Penedos de Góis, vista a partir do miradouro da estrada 342 129
Figura 37 – Vista geral sobre os Penedos de Góis 129
Figura 38 – Enquadramento geográfico dos Penedos de Góis, no contexto municipal. 131
Figura 39 – Vista sobre um dos vários afloramentos dos Penedos de Góis (2012) 132
Figura 40 – Bloco *in situ* com *Cruziana*, com parte coberta por vegetação e solo (2012). 133
Figura 41 – Bloco *in situ* com *Cruziana* (o mesmo representado na Figura 40) mas sem a cobertura de vegetação e solo limpo (2012) 133
Figura 42 – *Cruziana* recolhido nos Penedos de Góis (2012) 134
Figura 43 – Evolução demográfica, entre 1864 e 2011, no concelho de Góis (incluindo as freguesias), Distrito de Coimbra e Continente 135
Figura 44 – Máximos populacionais, por freguesia, no concelho de Góis 137
Figura 45 – Evolução demográfica, entre 1864 e 2011, no concelho de Góis, Distrito de Coimbra e Continente 138
Figura 46 – Evolução demográfica, entre 1864 e 2001, nas cinco freguesias do concelho de Góis 139
Figura 47 – Evolução das taxas de mortalidade e natalidade, entre 1960 e 2011, no concelho de Góis 139
Figura 48 – Peso da freguesia sede de concelho no total de população do concelho de Góis, de 1864 a 2011. 140
Figura 49 – Evolução comparativa da população entre a freguesia sede de concelho e o total de população do concelho de Góis, de 1864 a 2011. 141
Figura 50 – Pirâmides Etárias para o concelho de Góis, em 1900, 1950, 1960, 1991, 2001 e 2011. 143
Figura 51 – População ativa por setor de atividade (em %) para o concelho de Góis, em 2001 e 2011 (respetivamente), segundo CAE-REV.3. 145
Figura 52 – Importância da floresta na ocupação do território do concelho de Góis (2012) 146
Figura 53 – Agricultura em terrenos de pequenas dimensões, pouco especializada e raramente mecanizada (2012) 147
Figura 54 – Ocupação do solo do concelho de Góis (2012) 149

Figura 55 – Rede rodoviária da Região Centro, com particularização do concelho de Góis 151
Figura 56 – Empresas sediadas no concelho de Góis (nº.), entre 1999 e 2011 153
Figura 57 – Sociedades sediadas no concelho de Góis (nº.), entre 1999 e 2011 153
Figura 58 – Evolução da taxa de atividade (em %) no concelho de Góis, na sub-região Pinhal Interior Norte, na Região Centro e em Portugal Continental, entre 1991 e 2011. 156
Figura 59 – Evolução da taxa de desemprego (em %) no concelho de Góis, na sub-região Pinhal Interior Norte, na Região Centro e em Portugal Continental, entre 1991 e 2011. 157
Figura 60 – Evolução do índice de envelhecimento para o concelho de Góis,..... 158
Figura 61 – Evolução da taxa de analfabetismo (em %) no concelho de Góis, na sub-região Pinhal Interior Norte, na Região Centro e em Portugal Continental, entre 1991 e 2011. 159
Figura 62 – Distribuição da população residente por nível de ensino no concelho de Góis (em %) entre 1991 e 2011 160
Figura 63 – Rede das Aldeias do Xisto na Serra da Lousã: enquadramento geográfico, hispsometria e hidrografia 175
Figura 64 – Sítio Rede Natura 2000 da Serra da Lousã e Aldeias do Xisto. 176
Figura 65 – Evolução da população residente nas quatro Aldeias do Xisto do concelho de Góis, entre 1527 e 2013 178
Figura 66 – Arruamento da Aigra Nova, com as habitações encostadas umas às outras, e com ruas bastante estreitas (servindo o carro de bois como bitola)..... 182
Figura 67 – Telhados cobertos por "telha serrana", na aldeia da Comareira..... 183
Figura 68 – Casa serrana da Serra da Lousã, desenho esquemático..... 184
Figura 69 – Planta/esquema elucidativo da organização da Casa Serrana 184
Figura 70 – Estrado de um caniço, estrutura para secar a castanha, na aldeia da Aigra Nova..... 189
Figura 71 – Forno Comunitário da Aigra Nova..... 189
Figura 72 – Capril tradicional da Aigra Nova 190
Figura 73 – Queijeira tradicional da Aigra Nova 190
Figura 74 – Largo da Eira da Carvalha, na Aigra Velha 191
Figura 75 – Moinho de rodízio, na Pena..... 191
Figura 76 – Alminha da Pena 192

Figura 77 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto de Aigra Nova 196
Figura 78 – Vista sobre algumas das habitações em ruínas na Aigra Nova 199
Figura 79 – Vista sobre alguns dos edifícios intervencionados e arruamentos, na Aigra Nova..... 202
Figura 80 – Vista sobre alguns dos edifícios intervencionados e arruamentos, na Aigra Nova..... 202
Figura 81 – Antes e depois da recuperação de alguns imóveis da Aigra Nova, com especial destaque para a Casa de Convívio 203
Figura 82 – Pormenor da Casa Convívio, edifício onde se está instalada a Loja das Aldeias do Xisto, e do Núcleo de Interpretação Ambiental, na Aigra Nova 204
Figura 83 – Vista sobre o Largo da Fonte (Aigra Nova), um dos espaços intervencionados pelo Programa das Aldeias do Xisto 205
Figura 84 – Pormenor do palco, uma das intervenções no Largo da Fonte, na Aigra Nova..... 205
Figura 85 – Pormenor do palco, uma das intervenções no Largo da Quintã, na Aigra Nova..... 206
Figura 86 – Vista sobre algumas dos imóveis intervencionados, na Aigra Nova..... 208
Figura 87 – Vista parcial sobre a Aldeia do Xisto da Aigra Velha, com os Penedos de Góis à esquerda e a Serra da Lousã à direita 209
Figura 88 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto da Aigra Velha, no final do século XX. 209
Figura 89 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto da Aigra Velha após a intervenção do Programa das Aldeias do Xisto, com o Trevim no horizonte (1205 metros de altitude). 210
Figura 90 – Esquema simplificado da malha urbana da Aigra Velha, com estrutura defensiva..... 211
Figura 91 – Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro, ainda em obras, em novembro de 2007, na Aigra Velha..... 212
Figura 92 – Vista sobre uma das habitações em ruínas na Aigra Velha..... 213
Figura 93 – Vista sobre algumas das habitações em ruínas na Aigra Velha 214
Figura 94 – Vista sobre algumas das edificações intervencionadas na Aigra Velha.... 215
Figura 95 – Vista sobre um dos espaços públicos intervencionados na Aigra Velha, Largo da Eira da Carvalha 218
Figura 96 – Castanheiro (*Castanea sativa*) secular, no souto da Aigra Velha 218

Figura 97 – Edificado da Banda D' Além, na Aigra Velha, antes da recuperação (finais do século XX) 219
Figura 98 – Edificado da Banda D' Além, na Aigra Velha, em 2013. 220
Figura 99 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto da Comareira 221
Figura 100 – Vista sobre duas das edificações em bom estado de conservação na Comareira 223
Figura 101 – Vista sobre edificações intervencionadas pelo Programa das Aldeias do Xisto, na Comareira 224
Figura 102 – Vista geral sobre a Casa de Campo da Comareira, unidade de turismo em espaço rural (em plano de fundo) e sinalética indicativa da mesma (em pormenor).... 225
Figura 103 – Vista geral uma das intervenções realizadas na Comareira, o Largo da Eira (Comareira) 226
Figura 104 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto da Pena, na primeira metade do século XX. 228
Figura 105 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto da Pena, em 2013. 229
Figura 106 – Vista geral sobre a Aldeia do Xisto da Pena, com a Ribeira da Pena na margem direita 230
Figura 107 – Vista sobre parte do edificado da Pena, em excelente estado de conservação 231
Figura 108 – Edificações intervencionadas pelo Programa das Aldeias do Xisto (à esquerda) e não intervencionadas (à direita), na Pena 232
Figura 109 – Largo central da Aldeia da Pena, intervencionado pelo Programa das Aldeias do Xisto 235
Figura 110 – Largo dos Castanheiros (à entrada da Aldeia da Pena), com intervenção não efectuada 236
Figura 111 – "Casa da Cereijinha", unidade de Turismo Rural, na Pena 237
Figura 112 – "Casa do Neveiro", unidade de Turismo de Natureza, na Pena, com o "Penedo da Abelha" como plano de fundo 238
Figura 113 – Órgãos Sociais da Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã 242
Figura 114 – Rede de percursos pedestres do concelho de Góis 245
Figura 115 – Evolução do número de atividades realizadas pela Lousitânea entre 2006 e 2013. 249
Figura 116 – Evolução do número de atividades realizadas pela Lousitânea, por tipologia, entre 2006 e 2013. 250

Figura 117 – Distribuição mensal das atividades da Lousitânea (2006-2013) 251
Figura 118 – Local de realização das atividades da Lousitânea, entre 2006 e 2013 252
Figura 119 – Estrutura do Ecomuseu Tradições do Xisto 253
Figura 120 – Núcleo Sede do Ecomuseu Tradições do Xisto antes da conclusão das obras..... 254
Figura 121 – Núcleo Sede do Ecomuseu Tradições do Xisto após a conclusão das obras. 254
Figura 122 – Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto antes da conclusão das obras..... 255
Figura 123 – Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto após a conclusão das obras..... 255
Figura 124 – Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro antes da conclusão das obras..... 256
Figura 125 – Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro após a conclusão das obras..... 256
Figura 126 – Núcleo das Hortas Tradicionais – a Courela das Agostinhas, na Aigra Nova..... 257
Figura 127 – Núcleo da Maternidade de Árvores antes da requalificação do espaço. . 258
Figura 128 – Núcleo da Maternidade de Árvores após a requalificação do espaço. 259
Figura 129 – Vista sobre um dos socalcos do Núcleo da Maternidade de Árvores..... 259
Figura 130 – Núcleo de Interpretação Ambiental antes da requalificação do espaço. . 260
Figura 131 – Núcleo de Interpretação Ambiental após a requalificação do espaço. 260
Figura 132 – Número de reservas, de noites e de pessoas alojadas na Casa da Comareira entre 2007 e 2012 262
Figura 133 – Número total de dormidas, por mês, na Casa da Comareira, entre 2007 e 2012. 263
Figura 134 – Número total de dormidas, por unidade de alojamento, na Casa da Comareira, entre 2007 e 2012..... 263
Figura 135 – Número total de pessoas hospedadas na Casa da Comareira, entre 2007 e 2012, por proveniência geográfica 264
Figura 136 – Número total de noites na Casa da Comareira, entre 2007 e 2012, por proveniência geográfica..... 265
Figura 137 – Número total de visitantes por mês, em 2011 e 2012, à Loja das Aldeias do Xisto de Aigra Nova 267
Figura 138 – Número total de visitantes por mês, em 2011 e 2012, ao Núcleo da Maternidade de Árvores, na Aigra Nova 268

Figura 139 – Número total de apadrinhamentos no Núcleo da Maternidade de Árvores, em 2011 e 2012, por proveniência geográfica 270
Figura 140 – Número total de visitantes por mês, em 2011 e 2012, ao Núcleo de Interpretação Ambiental, na Aigra Nova 271
Figura 141 – Número total de visitantes por mês, em 2012, ao Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto, na Aigra Nova 272
Figura 142 – Número total de sócios da Lousitânea, por proveniência geográfica 275

Índice de Anexos

Anexo I – Investimento executado pelo Programa das Aldeias do Xisto (2000-2006), por aldeia e por município, e por tipologia de intervenção 301
Anexo II – População residente, alojamentos e edifícios clássicos, em 2011, por aldeia, no concelho de Góis 305
Anexo III – População ativa por setor de atividade, em 2011, no Continente, no Pinhal Interior Norte e no concelho de Góis 308
Anexo IV – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Nova quanto à utilização/função dos imóveis, em 2013. 309
Anexo V – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Nova quanto à tipologia de ocupação das habitações, em 2013. 310
Anexo VI – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Nova quanto ao seu estado de conservação, em 2013. 311
Anexo VII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Nova quanto às intervenções realizadas pelo Programa das Aldeias do Xisto, em 2013. 312
Anexo VIII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Nova quanto à origem do proprietário, em 2013. 313
Anexo IX – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Nova quanto à alteração de propriedade, em 2013. 314
Anexo X – Classificação da utilização/função dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Velha, em 2013. 315
Anexo XI – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Velha quanto à tipologia de ocupação das habitações, em 2013. 316
Anexo XII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Velha quanto ao seu estado de conservação, em 2013. 317
Anexo XIII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Velha quanto às intervenções realizadas pelo Programa das Aldeias do Xisto, em 2013. 318
Anexo XIV – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Velha quanto à origem do proprietário, em 2013. 319
Anexo XV – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto de Aigra Velha quanto à alteração de propriedade, em 2013. 320

Anexo XVI – Classificação da utilização/função dos imóveis da Aldeia do Xisto da Comareira, em 2013. 321
Anexo XVII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Comareira quanto à tipologia de ocupação das habitações, em 2013. 322
Anexo XVIII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Comareira quanto ao seu estado de conservação, em 2013. 323
Anexo XIX – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Comareira quanto às intervenções realizadas pelo Programa das Aldeias do Xisto, em 2013..... 324
Anexo XX – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Comareira quanto à origem do proprietário, em 2013. 325
Anexo XXI – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Comareira quanto à alteração de propriedade, em 2013. 326
Anexo XXII – Classificação da utilização/função dos imóveis da Aldeia do Xisto da Pena, em 2013..... 327
Anexo XXIII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Pena quanto à tipologia de ocupação das habitações, em 2013. 328
Anexo XXIV – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Pena quanto ao seu estado de conservação, em 2013..... 329
Anexo XXV – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Pena quanto às intervenções realizadas pelo Programa das Aldeias do Xisto, em 2013..... 330
Anexo XXVI – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Pena quanto à origem do proprietário, em 2013. 331
Anexo XXVII – Classificação dos imóveis da Aldeia do Xisto da Pena quanto à alteração de propriedade, em 2013. 332

Índice Geral

Prefácio 1
Resumo 3
Abstract 5
Agradecimentos 7
Lista de siglas e abreviaturas 10
1. Introdução 12
2. Espaços rurais: da evolução dos conceitos aos processos de mudança 19
2.1. Do rural à baixa densidade 19
2.2. Novas funcionalidades: economia e sociedade rural 29
3. Desenvolvimento Rural: da afirmação de uma preocupação política ao papel crescente do lazer e turismo 34
3.1. Espaços rurais e desenvolvimento local 34
3.2. Políticas e programas de desenvolvimento para o espaço rural 40
3.2.1. O desenvolvimento rural pós-2013 45
3.3. Atores, redes de cooperação para o desenvolvimento e de gestão dos espaços rurais 54
3.4. Turismo, lazer e desenvolvimento dos espaços rurais 59
3.4.1. Uma abordagem ao conceito de turismo 62
3.4.1.1. Turismo e lazeres turísticos em espaço rural 64
3.4.2. Turismo e desenvolvimento dos espaços rurais: mito ou solução? 67
4. Do Programa à Rede das Aldeias do Xisto 70
4.1. Objetivos, pressupostos e estrutura do Programa das Aldeias do Xisto 70
4.2. A Rede das Aldeias do Xisto 74
4.3. Avaliação e impacto das Aldeias do Xisto 89
4.3.1. Fase AIBT-PI (2000-2006) 89
4.3.2. Fase PROVERE (2007-2013) 99
5. O concelho de Góis: geografia, património e turismo 118
5.1. Localização e contextualização 118

5.2. Demografia 134
5.2.1. Evolução e distribuição Demográfica 134
5.2.2. Natalidade e mortalidade 139
5.2.3. Migrações 140
5.2.4. Estrutura etária 141
5.3. Geoeconomia 144
5.3.1. População empregada por setor de atividade 144
5.3.2. Agricultura e floresta 145
5.3.3. Indústria 150
5.3.4. Comércio e serviços 154
5.4. Aspetos sociais 155
5.4.1. Emprego e desemprego 155
5.4.2. Envelhecimento 157
5.4.3. Qualificação dos recursos humanos 158
5.5. Património e turismo 160
6. As Aldeias do Xisto do concelho de Góis: do passado ao presente 173
6.1. Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena – heranças e sinais de mudança. 173
6.1.1. Arquitetura rural vernacular 178
6.1.2. Alterações dos modos de vida do quotidiano 185
6.2. A incidência das intervenções nas Aldeias do Xisto 193
6.2.1. Aigra Nova 196
6.2.2. Aigra Velha 208
6.2.3. Comareira 220
6.2.4. Pena 228
7. Lousitânea e a sua importância enquanto ator dinamizador das Aldeias do Xisto de Góis 239
7.1. Objetivos, estrutura orgânica e valências 239
7.2. Atividades promovidas – programa de animação e eventos 246

7.3. Ecomuseu Tradições do Xisto 252
7.4. Análise exploratória ao número de visitantes às Aldeias do Xisto do concelho de Góis e às infraestruturas geridas pela Lousitânea 261
8. Conclusão 276
Bibliografia 284
Anexos 301
Índice de Quadros 333
Índice de Tabelas 334
Índice de Figuras 336
Índice de Anexos 344
Índice Geral 346